



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2167

Quinta-feira - 12 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Guaramirim	212	Petrolândia	419
Água Doce	4	Guarujá do Sul	213	Pinheiro Preto	420
Alto Bela Vista	8	Herval d'Oeste	215	Planalto Alegre	423
Anchieta	9	Imbituba	218	Pomerode	426
Anitápolis	13	Iomerê	219	Porto Belo	428
Antônio Carlos	19	Ipuacú	226	Porto União	430
Arabutã	21	Ipumirim	227	Princesa	433
Arroio Trinta	25	Irineópolis	228	Rio do Sul	434
Balneário Rincão	27	Itá	231	Salto Veloso	440
Barra Velha	29	Itapiranga	233	Santa Cecília	442
Bela Vista do Toldo	30	Itapoá	247	Santa Rosa de Lima	443
Benedito Novo	33	Jacinto Machado	249	Santa Rosa do Sul	444
Biguaçu	34	Jaraguá do Sul	250	Santa Terezinha do Progresso	445
Bom Jesus do Oeste	36	Joaçaba	251	São Bento do Sul	448
Bom Retiro	47	Lacerdópolis	253	São Domingos	462
Botuvera	50	Lages	254	São João do Oeste	470
Brusque	51	Lajeado Grande	255	São João do Sul	472
Caçador	53	Lebon Regis	256	São Joaquim	473
Campo Alegre	54	Leoberto Leal	260	São José	475
Campo Erê	59	Lontras	261	São José do Cedro	485
Campos Novos	60	Luzerna	262	São Lourenço do Oeste	490
Capinzal	69	Macieira	264	São Miguel da Boa Vista	495
Catanduvas	72	Mafra	306	São Miguel do Oeste	496
Caxambu do Sul	112	Maracajá	307	São Pedro de Alcântara	501
Celso Ramos	113	Maravilha	316	Schroeder	502
Chapadão do Lageado	114	Marema	324	Seara	503
Cocal do Sul	122	Meleiro	325	Sul Brasil	505
Concórdia	126	Modelo	328	Tigrinhos	508
Coronel Freitas	131	Mondaí	333	Tijucas	509
Correia Pinto	133	Monte Carlo	334	Timbó	510
Curitibanos	135	Morro da Fumaça	336	Três Barras	519
Dionísio Cerqueira	137	Navegantes	365	Treze Tílias	521
Doutor Pedrinho	139	Nova Trento	393	Trombudo Central	525
Ermo	141	Novo Horizonte	396	Tunápolis	526
Faxinal dos Guedes	143	Otacílio Costa	397	Turvo	527
Forquilha	144	Palhoça	398	Urussanga	528
Fraiburgo	147	Paraíso	407	Vargeão	529
Garopaba	172	Passo de Torres	409	Vargem Bonita	530
Gaspar	204	Passos Maia	410	Videira	544
Governador Celso Ramos	205	Penha	412	Xanxerê	546
Guaraciaba	206	Peritiba	418	Zortéa	547

Consórcios

ARIS	549
CIGA	549
CIMCATARINA	565
CIS-AMAVI	565
CISAM	566
Consórcio CISAMA	568

Abdon Batista

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017

O MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA □ SC realiza Chamada Pública nº 01/2017 para Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Abdon Batista-SC. Os agricultores deverão apresentar a documentação prevista artigo 27 da Resolução FNDE nº 26/13, para habilitação e Projeto de Venda até o dia 12/02/2017, às 14:00hs, na Prefeitura Municipal, localizada na RUA JOAO SANTIN – ABDON BATISTA SC – Telefone (049) 3545-1133, email: compras@abdonbatista.sc.gov.br

Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponível na página da Internet: <http://abdonbatista.sc.gov.br>

Lucimar Antonio Salmoria
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DE MERENDA ESCOLAR SERVIDA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. (Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.)

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 26 de janeiro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 09 de janeiro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 03/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 03/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 03/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE ACORDO COM ANEXO 01 DO EDITAL. Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.)

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 30 de janeiro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49

3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 09 de janeiro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 04/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 04/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE NITROGENIO LIQUIDO DESTINADO A MANUTENÇÃO DE BOTTÕES PARA CONSERVAÇÃO DE SEMEN BOVINO CONFORME PROGRAMA DE ASSISTENCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO. Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.)

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 24 de janeiro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 09 de janeiro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 05/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 05/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO DE ACORDO COM PROGRAMA DE ASSISTENCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO. Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.)

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 24 de janeiro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 09 de janeiro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 06/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 06/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET COM VELOCIDADE DE 15 MBPS E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INTERNET VIA RADIO NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 25 de janeiro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 09 de janeiro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 07/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 07/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA USO NA PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIA MUNICIPAL. (Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.)

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 25 de janeiro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 09 de janeiro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 08/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 08/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALISTICA PARA PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL DOS ATOS OFICIAIS E EXTRATOS DE EDITAIS DE LICITAÇÕES.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 15:30hs. do dia 26 de janeiro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 10 de janeiro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 09/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 09/2017

Objeto: Aquisição de Instrumentos musicais, para atender a demanda da Fanfarra Municipal de Abdon Batista, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo D. Deste Edital.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 31 de janeiro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 10 de janeiro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 10/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 11/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 10/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE NIVELAMENTO DOS POÇOS DE VISITA, LOCALIZADOS EM RUAS DIVERSAS DO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 31 de janeiro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 10 de janeiro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 11/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 12/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 11/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAÇÃO DE MUROS NAS RUAS DIVERSAS NO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 01 de fevereiro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 10 de janeiro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 005/2017

DECRETO Nº 005/2017 – DE 11 DE JANEIRO DE 2017

“SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE ÁGUA DOCE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce-SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Municipal nº 2.092/2012,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam substituídos os membros integrantes da Representação Governamental do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Água Doce, nomeados pelos DECRETOS nº 144/2016 e 157/2016.

Parágrafo único. A Representação Governamental fica assim composta:

Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social

LORETE LOURDES PANTANO GHISLENI – Titular

CAROLINE LAMPERT – Suplente

BELMIR DOTTA – Titular

LORILEI VALCARENGHI GANDINI – Suplente

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

ANGELA RAQUEL LUCIETTI ROSSA – Titular

EVANDRA REGINA MACAGNAN – Suplente

Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Urbanismo

NEWTON LUIZ BEDIN – Titular

KARIN ANE CORSO – Suplente

Secretaria Municipal de Agricultura

RICARDO LUIS DOS SANTOS – Titular

VALDERLÉA APARECIDA PRESTES PEREIRA – Suplente

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

EDNA FÁTIMA LEMOS VIERA BISSANI – Titular

JULIANA BORGIA – Suplente

Art. 2º. Ficam mantidos os membros indicados pela Sociedade Civil nomeados pelo Decreto Municipal nº 144/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce-SC, 11 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

PORTARIA 065/2017

PORTARIA Nº 065/2017 – DE 11 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária JAQUELINE TEREZINHA DA SILVA, inscrita no CPF nº022.815.839-70, efetiva no cargo de Enfermeira, no período de 11/01/2017 até 25/01/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de janeiro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

PORTARIA 066/2017

PORTARIA Nº 066/2017 – DE 11 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária RUBIA NEIVA ZATTA BEAL, inscrita no CPF nº020.340.069-09, efetiva no cargo de Fonoaudióloga, no período de 11/01/2017 até 25/01/2017, período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de janeiro de 2017.
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

PORTARIA 067/2017

PORTARIA Nº 067/2017 – DE 11 DE JANEIRO DE 2017

“REVOGA PORTARIA 010/2017 E DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica conferido delegação de atribuições para as servidoras Marília Lins da Silva, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo e responsável pela tesouraria do Fundo Municipal de Saúde, matrícula nº 21419, CPF nº 046.084.809-79, e Marli Rosa Spagnol Guerreiro CPF nº 400.991.999-04 Secretária de Saúde e Promoção Social para responder junto as contas do Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 82.939.398/0001-90 com a finalidade específica de assinar pelas contas:

BANCO DO BRASIL

- 1- Nº 24.510-0 e Agência 0207-0
- 2- Nº 66.773-0 e Agência 0207-0
- 3- Nº 79.590-9 e Agência 0207-0

Artigo 2º. Ficam nominados os seguintes poderes para que junto aos estabelecimentos bancários cujas contas sejam de titularidade e responsabilidade do Fundo Municipal Saúde a partir de 02/01/2017:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;

- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

Artigo 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de janeiro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

PORTARIA 068/2017

PORTARIA Nº 068/2017 – DE 11 DE JANEIRO DE 2017

“REVOGA PORTARIA 011/2017 E DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica conferido delegação de atribuições para as servidoras Marília Lins da Silva, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo e responsável pela tesouraria do Fundo Municipal de Saúde, matrícula nº 21419, CPF nº 046.084.809-79 e Marli Rosa Spagnol Guerreiro CPF nº 400.991.999-04 Secretária de Saúde e Promoção Social para responder junto as contas do Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.430.533/0001-20 com a finalidade específica de assinar pelas contas:

BANCO DO BRASIL

- 1- Nº 9.327-0 e Agência 0207-0
- 2- Nº 9.328-9 e Agência 0207-0
- 3- Nº 9.329-7 e Agência 0207-0
- 4- Nº 9.336-X e Agência 0207-0
- 5- Nº 9.344-0 e Agência 0207-0
- 6- Nº 9.401-3 e Agência 0207-0
- 7- Nº 9.402-1 e Agência 0207-0
- 8- Nº 9.404-8 e Agência 0207-0
- 9- Nº 9.749-7 e Agência 0207-0
- 10- Nº 9.750-0 e Agência 0207-0
- 11- Nº 10.485-X e Agência 0207-0
- 12- Nº 10.698-4 e Agência 0207-0
- 13- Nº 10.741-7 e Agência 0207-0
- 14- Nº 11.179-1 e Agência 0207-0
- 15- Nº 11.550-9 e Agência 0207-0

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

- 1- Nº 27-2 – Agência 3554

Artigo 2º. Ficam nominados os seguintes poderes para que junto aos estabelecimentos bancários cujas contas sejam de titularidade e responsabilidade do Fundo Municipal Saúde a partir de 02/01/2017:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;

- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos.

Artigo 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de janeiro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017 FMS

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de gêneros alimentícios da merenda escolar destinados à Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental do Município.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 23/01/2017.

Abertura: às 09h do dia 23/01/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 09 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 34/2017

PORTARIA Nº. 34/2017
De, 09 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir Veículo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esportes para a Secretaria de Desenvolvimento Local,

Art. 1º - Fica transferido o veículo Corsa Sedan placa MGO 2819 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Local.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 35/2017

PORTARIA Nº. 35/2017
De, 09 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Luiza Bortolotto Baggio, ocupante do cargo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 09/01/2017 à 07/02/2017.
Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 36/2017

PORTARIA Nº. 36/2017
De, 09 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Shirley Paloschi, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 09/01/2017 à 07/02/2017.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 37/2017

PORTARIA nº. 37/2017
De, 10 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 6 – Coordenador de Serviços ao servidor João Aldo Kaminski o qual desempenhará funções de Coordenador de Serviços, sendo responsável para coordenar o setor de Saúde Bucal, tendo a responsabilidade na organização da equipe, como também o desenvolvimento das ações preconizadas pelo Ministério e Programa PMAQ, na Saúde na Unidade Básica de Saúde do Centro e da Linha João Café Filho.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 6 concedida, se dará no período de 02/01/2017 à 31/12/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 10 de Janeiro de 2017.

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

CÂMARA MUNICIPAL

ADITIVO CIGA N°001/2016

TERMO ADITIVO N.º 001/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º. 001/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

Pelo presente instrumento, a Câmara Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.054.817/0001-29, com sede à R. Vereador Geraldo Garlet, 01, CEP 89970-000, na cidade de Anchieta, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Valderéz Izotton, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 027.963.459-55, residente e domiciliado na Linha São Pedro, Interior, município de Anchieta-SC doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1.885, Centro Executivo Imperatriz, sala 1.307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 001/2016, celebrado em 2016, originário de Licitação Dispensada com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 2036, de 17/12/2013, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO) do contrato originário, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 001/2016, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL EXERCÍCIO 2017	PARCELA ÚNICA EXERCÍCIO 2017
1	Gestão das Câmaras de Vereadores	R\$ 280,00	R\$ 3.024,00
VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2017			R\$ 3.024,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 3.024,00(três mil e vinte e quatro reais), em parcela única com vencimento para 27 de março de 2017.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a

dotação orçamentária de 2017: 01.031.0001.2.001 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Poder Legislativo
3.3.93.39.99 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 001/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Anchieta – SC, 09 de dezembro de 2016.

VALDEREZ IZOTTON

Presidente da Câmara Municipal de Anchieta

CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Edeмар Luiz Griebler CPF nº 060.415.549-28 Contador	FERNANDA ROSA SOCIAL Assistente Administrativa do CIGA
---	---

ADITIVOS BETHA Nº002/2016

TERMO ADITIVO N.º 02/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 005/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente termo, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Vereador Geraldo Garlet, nº. 01, centro, CNPJ sob o nº. 06.054.817/0001-29, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Anchieta - SC, neste ato, representada pelo seu Presidente, Vereador Valderез Izotton, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual Isenta, este ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr, Advogado, portador da cédula de identidade profissional nº 24.757/OAB/SC e inscrito no CPF sob nº. 004.770.259-19 em decorrência do processo de licitação Edital n. 003/2015, na Modalidade de Pregão Presencial, homologado em 14/04/2015 com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, pactuam as seguintes cláusulas aditivas ao contrato de prestação de serviço n. 005/2015, de 14 de abril de 2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2017.

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados em abril de 2017, pelo IGP-M (FGV) acumulado de abril de 2016 à março de 2017, conforme o item 5, da cláusula terceira do contrato aditado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DOTAÇÕES

1. As despesas decorrentes do Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017:

01.031.0001.2.001 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Poder Legislativo

3.3.90.39.11 – LOCAÇÃO DE SOFTWARES

2. O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório 03/2015, cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor também para o período estabelecido na cláusula primeira desse termo aditivo.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, em 2(duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas, obrigando seus sucessores legais a cumpri-lo mutuamente.

Anchieta, 09 de dezembro de 2016.

VALDEREZ IZOTTON Presidente da Câmara	ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR. BETHA SISTEMAS LTDA
--	---

TESTEMUNHAS:

Nome: Jussara Santin
CPF nº 026.265.849-67

Nome: Edegar Luiz Griebler
CPF nº 060.415.549-28

Anitápolis

PREFEITURA

DECRETO CI 003/2017 - ORGÃOS APOIO CI

DECRETO Nº 003/2017

MODIFICA equipe do Órgão de Apoio Técnico Administrativo do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, em atenção ao disposto na Lei nº 571/2003 e no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

DESIGNAR

Art. 1º Fica DESIGNADO a equipe do Órgão de Apoio Técnico Administrativo do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis, abaixo especificada:

SETOR	NOME DO RESPONSÁVEL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS	ADRIANA MOTTA PROBST
EDUCAÇÃO	MÁRCIO HENRIQUE VANDRESEN
CONTABILIDADE, EMPENHO E CONTRATOS	ADELÍRIO SCHMIDT
ADMINISTRAÇÃO, COMPRAS E PLANEJAMENTO	ORLI AMANCIO FIDÊNCIO
PATRIMÔNIO	SANDRO STEFFENS JUNIOR
CONTROLE DE FROTAS	GILMOR TONDOLO
LICITAÇÃO	SUANE SIMAS LAURINDO
PESSOAL	JARBAS SCHREIBER
TESOURARIA	GEOVANA ALBINO COELHO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ANITÁPOLIS	CHRISTIAN LOCH TEODORO
PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONVÊNIOS	WILSAIR COELHO
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	JARBAS SCHREIBER
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	FÁBIO PEREIRA

Art. 2º A função de Diretora de Controle Interno, do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis, é da servidora efetiva Ceane de Almeida Coelho Boing.

Art. 3º Os relatórios, contendo informações, irregularidades, deficiências e sugestões, de que trata o inciso III do artigo 10 da Lei 571/2003, art. 6º do Decreto 005/2004 e relatórios estabelecidos nos Anexos da IN TCE/SC 020/2015, deverão ser elaborados pelos responsáveis dos Órgãos de Apoio Técnico Administrativos do presente Decreto e obedecidos os respectivos prazos.

Art. 4º Os relatórios de consolidação das informações oriundas das Unidades de Apoio Técnico Administrativas, de que trata o artigo 4º, inciso VIII, e contendo as observações e constatações feitas, bem como a opinião conclusiva e sintética sobre as falhas, deficiências e áreas críticas que mereçam atenção e outras questões relevantes, tratadas no artigo 5º da Lei nº 571/2003, deverão apresentar análise e informações contidas nos relatórios dos Órgãos de Apoio Técnico Administrativos nos prazos estabelecidos em Lei.

Art. 5º A comunicação ao Tribunal de Contas, prevista no § 1º do artigo 12 da Lei nº 571/2003, será feita através do Relatório de Controle Interno estabelecido pela § 5º da Resolução TCE 11/04 e obedecendo os critérios da IN TCE/SC nº 020/2015.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogado na íntegra o Decreto nº 016/2016 de 20/04/2016.

Município de Anitápolis, em 02 de janeiro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 02 de janeiro de 2017.

Orli Amâncio Fidêncio
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2017**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2017**

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que serão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para atendimento de necessidade temporária e excepcional de interesse público para os cargos elencados no Anexo I, parte integrante deste edital, em conformidade com a Lei nº 506/2000 e suas alterações e Prejulgado TCE/SC nº 2041:

1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
09/01/2017	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
10 e 11/01/2017	Prazo para impugnações do Edital de abertura das inscrições
13/01/2016	Publicação das decisões acerca das impugnações ao edital de abertura de inscrições.
16 à 20/01/2017	Período de Inscrições/Entrega dos comprovantes de Títulos e tempo de serviço
23/01/2017	Publicação do Rol dos Inscritos
24 e 25/01/2017	Prazo para recursos e impugnação dos inscritos.
26/01/2017	Publicação do Julgamento dos recursos e impugnação de inscritos.
02/02/2017	Publicação do resultado da classificação geral.
06 à 07/02//2017	Prazo para recurso contra Classificação da prova de títulos e tempo de serviço.
09/02/2017	Homologação do Resultado Final

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá aos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/habilitação descritos no mesmo, de acordo com a proporcionalidade, necessidade da Secretaria Municipal de Educação, surgimento das vagas e de acordo com o quadro do funcionário efetivo afastado.

2.2. O candidato que for chamado e não comparecer dentro do prazo estipulado pela administração ou recusar a vaga oferecida, perde sua vaga.

2.3. O candidato aprovado no presente processo seletivo deverá acompanhar através dos meios de comunicação da administração municipal, bem como no item 12 deste edital os dias das escolhas de vagas para o qual se inscreveu.

2.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, através do site <http://www.anitapolis.sc.gov.br/> ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão do Processo Seletivo a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo Simplificado, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo.

3. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. São reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo oferecido, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

3.1.1. As pessoas portadoras de necessidades especiais deverão preencher a declaração em anexo a este edital (Anexo II)

3.2. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

3.3. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos, obedecidos aos procedimentos dos itens 4.12 e 4.13 deste Edital.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá comparecer no Setor Pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, localizada na Rua Gonçalves Junior, 260 – Centro neste município para realizar a inscrição com CPF e Documento de Identidade. A ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 16 à 20 de janeiro de 2017, das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição, e entregar os documentos solicitados para classificação..

4.2.1. Não serão aceitas as inscrições ou entrega de documentação fora do prazo estipulado neste edital.

4.3. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

- 4.4. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas somente através do e-mail prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
- 4.5. A Prefeitura Municipal de Anitápolis não se responsabilizará por inscrições não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão de qualquer documento.
- 4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.
- 4.7. Os candidatos poderão se inscrever em apenas um cargo.
- 4.8. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas às exigências, no dia 23 de janeiro de 2017 a Secretaria Municipal de Administração publicará o rol dos inscritos, na forma disposta no item 12.1 deste Edital.

4.9. O candidato portador de necessidades especiais deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, antes de encerrado o prazo para as inscrições:

4.9.1. Apresentar à comissão organizadora do Processo Seletivo Simplificado:

4.9.1.1. Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID, e a provável causa da mesma, na Secretaria Municipal de Administração.

4.9.1.2. Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo;

4.10. A avaliação e verificação, por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, somente antecederá à posse, se o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais (deficiente) for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições do cargo para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

4.10.1 O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

4.11. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;

b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;

c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;

d) de 71 a 90 - db - surdez severa;

e) acima de 91 - db - surdez profunda; e

f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

a) comunicação;

b) cuidado pessoal;

c) habilidades sociais;

d) utilização da comunidade;

e) saúde e segurança;

f) habilidades acadêmicas;

g) lazer; e

h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

6. DA PROVA DE TÍTULOS E COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

6.1. Prova de Títulos a ser aplicada a todos os candidatos conforme o item 8 deste edital, podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos.

6.2. Os documentos das provas de títulos e de tempo de serviços deverão ser entregues, conforme o item 8 deste edital, no Setor pessoal no ato da inscrição entre os dias 16 à 20 de janeiro de 2017;

6.3. A Nota Final será Nota da Prova de Títulos + Nota do Tempo de Serviço

7. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. No dia 02 de fevereiro de 2017, o Município de Anitápolis publicará o resultado da classificação.

7.2. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.2.1. Que tiver maior idade

7.2.2. Que obtiver maior tempo de serviço;

7.2.3. Que possuir maior número de dependentes.

7.3. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

7.4. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

7.5. A lista de classificação homologada pelo Prefeito do Município de Anitápolis, será publicada no dia 09 de fevereiro de 2017, nos locais previstos no item 12.1 deste Edital.

8. NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

8.1. O compute da prova de títulos será feito na forma abaixo:

8.1.1. 3 (três) pontos para o candidato habilitado, que apresentar declaração de matrícula em curso específico da área da educação pretendida, cursando 5º semestre em diante.

8.1.2. 5 (cinco) pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado de graduação da área da educação pretendida.

8.1.3. 7 (sete) pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado ou certidão de conclusão de pós-graduação lato sensu na área da educação.

8.1.4. 8 (oito) pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado ou certidão de conclusão de mestrado na área da educação.

8.1.5. 10 (dez) pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado ou certidão de conclusão de doutorado na área da educação.

8.2. Os pontos não são acumulativos, será validada a pontuação maior apresentada pelo candidato.

8.3. Todos os documentos apresentados para comprovar os títulos precisam ser cópias autenticadas ou cópias simples acompanhada dos originais para conferência.

8.4. O compute do tempo de serviço será feito na forma abaixo:

8.5. 0,2 pontos para cada mês comprovado de tempo de serviço na área de educação;

8.5.1. Não serão contados pontos para os dias que não fecharem 1 mês;

9. DOS RECURSOS

9.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

9.1.1. Do presente Edital;

9.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

9.1.3. Da nota da prova de Títulos;

9.1.4. Da nota do Tempo de serviço;

9.1.5. Da classificação provisória.

9.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo estabelecido no item 1 deste edital, após a sua publicação, mediante requerimento protocolado Secretaria Municipal de Educação de Anitápolis.

9.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do email prefeitura@anitapolis.sc.gov.br, não serão aceitos outras formas de recurso.

10. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

10.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

10.1.1. Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

10.1.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

10.1.3. Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, após a apreciação dos exames e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

10.1.4. Comprovar habilitação mínima exigida pelo edital;

10.1.5. Apresentar os seguintes documentos, com cópia legível, acompanhada de original, quando for o caso:

a) Certidão de Casamento ou Nascimento;

b) Carteira de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

d) Título de Eleitor;

e) Certidão relativa à quitação eleitoral;

f) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

g) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

h) Certidão de Nascimento dos filhos;

i) Carteira de Trabalho – da parte de identificação (frente e verso) e de todos os registros dos contratos;

j) PIS/PASEP (frente e verso);

k) Número da conta-corrente;

l) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;

m) 1 (uma) fotografia 3x4, recente;

n) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares.

o) Apresentar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Lei.

p) Apresentar certidão de antecedentes criminais;

11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Este Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 ano.

11.2. A aprovação neste Processo Seletivo Simplificado não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

12. DA ESCOLHA DE VAGAS

12.1. Os candidatos aprovados terão seus nomes publicados no site da prefeitura municipal de Anitápolis, bem como no mural da prefeitura e serão comunicados pela Secretaria Municipal de Educação de Anitápolis conforme a necessidade do município, respeitada a ordem de classificação deste processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A lista de inscritos, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo Simplificado, serão publicados no mural interno da Prefeitura Municipal e no site <http://www.anitapolis.sc.gov.br/>. A lista de classificação, além dos locais anteriores, será publicada no órgão oficial de publicação do Município.

13.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

13.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo, competente também para julgar, em decisão irrecorrível, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

13.4. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

13.4.1. Anexo I – Quadro de cargos e habilitação mínima exigida;

13.4.2. Anexo II – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;

Anitápolis, 09 de janeiro de 2017.

LAUDIR PEDRO COELHO

Prefeito Municipal de Anitápolis

ANEXO I**QUADRO DE CARGOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA**

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	FORMAÇÃO/MÍNIMA	SALÁRIO	REGIME	VAGAS
Professor de Educação Física – Séries iniciais	20h	Licenciatura Plena em Educação Física ou cursando 5º Semestre	R\$ 1.067,82	ACT	01
Professor de Artes - Séries iniciais	20h	Licenciatura Plena em Artes ou cursando 5º Semestre;	R\$ 1.067,82	ACT	01

Observar disposto no item 2.1 deste Edital.

ANEXO II**DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome do Candidato:			
CPF:		Carteira de Identidade:	
Cargo Pretendido:			

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.1.1 do Edital de Processo Seletivo nº 01/2017, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

, de
de 2017.

Assinatura do Candidato

ANEXO III**FICHA DE INSCRIÇÃO**

Número da Inscrição:		
Cargo:		
Nome do Candidato:		
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: () Masc () Fem
Endereço:		
Município:		Bairro:
Estado:		Fone:
Local e Data:	Assinatura do Candidato:	

	ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Anitápolis/SC Processo Seletivo 01/2017	
--	--	--

Número da Inscrição:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Local e Data:	Assinatura do Candidato:

VIA CANDIDATO

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 034/2017

PORTARIA Nº 034/2017
Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidora ROSANGELA TEREZINHA WEBER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 de fevereiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 03/11/2015 a 02/11/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de janeiro de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2017.

PORTARIA N 035/2017

PORTARIA Nº 035/2017
Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias ao servidor OSVALDINO KAMMER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 de fevereiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 16/09/2009 a 15/09/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de janeiro de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2017.

PORTARIA N 036/2017

PORTARIA Nº 036/2017
Concede Licença Prêmio a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PRÊMIO, por 30 dias a servidora ELIZETE SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 01 de fevereiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de agosto/2011 a agosto/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de janeiro de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2017.

PORTARIA N 037/2017

PORTARIA Nº 037/2017
Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias ao servidor MARCIO CAVALLI LAGRECA, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO 40H, a partir de 06 de fevereiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 05/01/2016 a 04/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de janeiro de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2017.

PORTARIA N 038/2017

PORTARIA Nº 038/2017
Concede Férias a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidora THAYSE DO AMARAL, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 06 de fevereiro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 11/03/2016 a 10/03/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de janeiro de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2017.

PORTARIA N 039/2017

PORTARIA Nº 039/2017

Nomeia Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio e da outras providências.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a servidora Vanessa Koch Mannes, como PREGOEIRO OFICIAL do município, e equipe de apoio composta pelos membros Ana Paula Richartz, Luciano da Cunha, e Fernanda Alves Guesses Koch.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revoga-se a Portaria 019/2017, publicada no DOM no dia 06/01/2017.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL

LEI LEGISLATIVA 218/2016

LEI LEGISLATIVA Nº 218/2016

Denomina "RUA LEONARDO PITZ" e dá outras providências.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA LEONARDO PITZ, o logradouro com início no lado ímpar da Rua Irineu Pauli, (Coordenadas 27°33'25.79"S e 48°50'51.72"O - início), tendo 1.400 (mil e quatrocentos) metros de extensão, (Coordenadas 27°33'58.74"S e 48°50'54.00"O – final) e 8 (oito) metros de largura, na Localidade do Louro, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 13 de dezembro de 2016.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT

Presidente

Lei sancionada e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOPM no dia 14 de dezembro de 2016

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA 001/2017

PORTARIA 01/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, resolve:

NOMEAR

O Sr. MAURI BERTOLDO ELIAS, brasileiro, casado, CPF 753.941.039-68, RG 2.679.768 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua João Henrique Pauli, 464 - Centro – Antônio Carlos – SC, para o cargo de "SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO" da Câmara de Vereadores do Município de Antônio Carlos, com efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017, o qual também deverá responder pela TESOURARIA da Câmara.

Antônio Carlos, 09 de janeiro de 2017.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO

Presidente

Arabutã

PREFEITURA

ADITIVO DE CONTRATO ACT 006/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 06/2016

Segundo termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, KARINA WOMMER, celebrado em 10 de fevereiro de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. LEANI KAPP SCHMITT, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº. 492.348.549-34, residente e domiciliada em Linha Unidos, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora KARINA WOMMER, inscrita no CPF/MF sob o nº. 055.785.839-97, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Sétima: Da carga horária semanal, fica alterado de 20 horas semanais para 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2017 a 20 de janeiro de 2017, conforme comunicado interno da Secretaria Municipal de Educação.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ
Leani Kapp Schmitt – Prefeita

CONTRATADA
Karina Wommer

Testemunhas:

Joana Carine Goldmeyer
CPF/MF nº. 039.438.729-55

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

ADITIVO DE CONTRATO ACT 011/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 11/2016

Segundo termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, TAINARA SCHIMMELPFENNIG, celebrado em 10 de fevereiro de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela Prefeita

Municipal, Sra. LEANI KAPP SCHMITT, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº. 492.348.549-34, residente e domiciliada em Linha Unidos, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora TAINARA SCHIMMELPFENNIG, inscrita no CPF/MF sob o nº. 088.494.779-37, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência, fica rescindido a vigência contratual no dia 11 de janeiro de 2017 conforme requerimento da contratada.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ
Leani Kapp Schmitt – Prefeita

CONTRATADA
Tainara Schimmelpfennig

Testemunhas:

Joana Carine Goldmeyer
CPF/MF nº. 039.438.729-55

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

ADITIVO DE CONTRATO ACT 014/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 014/2016

Segundo termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, ADRIANE MARISA WILLE, celebrado em 15 de fevereiro de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. LEANI KAPP SCHMITT, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº. 492.348.549-34, residente e domiciliada em Linha Unidos, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora ADRIANE MARISA WILLE, inscrita no CPF/MF sob o nº. 092.498.479-12, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência, fica rescindido a vigência contratual no dia 11 de janeiro de 2017 conforme requerimento da contratada.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ
Leani Kapp Schmitt – Prefeita

CONTRATADO
Adriane Marisa Wille

Joana Carine Goldmeyer
CPF/MFnº. 039.438.729-55

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

ADITIVO DE CONTRATO ACT 039/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 039/2016

Segundo termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, DANIELI FLORINDA VORTMANN, celebrado em 19 de fevereiro de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. LEANI KAPP SCHMITT, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº. 492.348.549-34, residente e domiciliada em Linha Unidos, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora DANIELI FLORINDA VORTMANN, inscrita no CPF/MF sob o nº. 087.245.729,00, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência, fica rescindido a vigência contratual no dia 11 de janeiro de 2017 conforme requerimento da contratada.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ
Leani Kapp Schmitt – Prefeita

CONTRATADO
Danieli Florinda Vortmann

Testemunhas:

Joana Carine Goldmeyer
CPF/MFnº. 039.438.729-55

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

ADITIVO DE CONTRATO ACT 042/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 42/2016

Segundo termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, BEATRIZ TAIANE WERMEIER BAUER, celebrado em 02 de março de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. LEANI KAPP SCHMITT, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº. 492.348.549-34, residente e domiciliada em Linha Unidos, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora BEATRIZ TAIANE WERMEIER BAUER, inscrita no CPF/MF sob o nº. 069.691.859-58, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Sétima: Da carga horária semanal, fica alterado de 20 horas semanais para 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2017 a 20 de janeiro de 2017, conforme comunicado interno da Secretaria Municipal de Educação.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ
Leani Kapp Schmitt – Prefeita

CONTRATADA
Beatriz Taiane Wermeier Bauer

Testemunhas:

Joana Carine Goldmeyer
CPF/MFnº. 039.438.729-55

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

ADITIVO DE CONTRATO ACT 059/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 59/2016

Segundo termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, MARIELI USINGER AREND, celebrado em 06 de junho de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. LEANI KAPP SCHMITT, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº. 492.348.549-34, residente e domiciliada em Linha Unidos, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora MARIELI USINGER AREND, inscrita no CPF/MF sob o nº. 071.941.549-78, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Sétima: Da Carga Horária Mensal, fica alterado de 20 horas semanais para 40 horas semanais, a partir do dia 11 de janeiro 2017 conforme comunicado interno da Secretaria Municipal de Educação.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Leani Kapp Schmitt – Prefeita

CONTRATADA

Marceli Usinger Arend

Testemunhas:

Joana Carine Goldmeyer
CPF/MFnº. 039.438.729-55

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

PORTARIA 100/2017

PORTARIA Nº 100/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora IVONE IVANEIDE AREND inscrito no CPF sob nº. 019.602.019-05, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016, para serem gozadas no período de 16 de janeiro de 2017 a 14 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 101/2017

PORTARIA Nº 101/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora LIANE LAUX DORZBACHER inscrita no CPF sob nº. 827.522.069-68, ocupante do cargo de Provimento efetivo em Técnico em Enfermagem, férias referentes ao período

aquisitivo de 30 de agosto de 2014 a 29 de agosto de 2015, para serem gozadas no período de 16 de janeiro de 2017 a 14 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 102/2017

PORTARIA Nº 102/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor DANIEL USINGER inscrito no CPF sob nº. 068.493.169-90, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Inseminador, férias referentes ao período aquisitivo de 10 de agosto de 2015 a 09 de agosto de 2016, para serem gozadas no período de 16 de janeiro de 2017 a 14 de fevereiro de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 103/2017

PORTARIA Nº 103/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor CELIO LOURENÇO VIVAN MERLO, inscrito no CPF sob nº. 796.647.099-72, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de julho de 2014 a 30 de junho de 2015, para serem gozadas no período de 16 de janeiro de 2017 a 14 de fevereiro de 2017.

Art.2º Fica reduzido em 18 (dezoito) dias, o período de férias da mesma em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto apresentar-se ao serviço a partir do dia 30/01/2017.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 104/2017

PORTARIA Nº. 104/2017
NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Concurso Público nº. 001/2016, homologado pelo Decreto nº. 1989, de 26 de dezembro de 2016;

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 12 de janeiro de 2017, por Concurso Público a Senhora CARINE ALTMANN FEDRIZZI, inscrita no CPF sob nº. 058.501.229-66, para o cargo de Agente de Creche, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.158, de 29 de dezembro de 2014, Anexo III, nível 120, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 99/2017

PORTARIA Nº. 099/2017

ALTERA ESCALA DE SOBREAVISO PARA O PERÍODO DE 06 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE JANEIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita do Município de Arabutã, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do art. 96, da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. A escala de sobreaviso para o mês de janeiro de 2017 é a que consta nos incisos seguintes:

I – Para atendimentos de urgência e emergência, na saúde, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
PAULO FRITSCH	Motorista	06 a 12/01/2017
MARCELO KIEKOW	Motorista	13 a 22/01/2017
CLAUDIR KIEKOW	Motorista	23 a 31/01/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial da portaria nº94

de 06 de janeiro de 2017.

Arabutã (SC), 10 de janeiro de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017 E EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para a Contratação de empresa(s) para a prestação, em regime de fretamento, de serviço de transporte de alunos da rede municipal de ensino de Arabutã. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 08h15 do dia 25 de janeiro de 2017, sendo que na mesma data, às 08h30 em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br. Arabutã/SC, 11 de janeiro de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT Prefeita

Arroio Trinta

PREFEITURA

LEI Nº 1785

LEI Nº 1785, DE 12/01/2017.

Autoriza o Prefeito Municipal a se Ausentar do Município e do País, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso III, e tendo em vista o disposto no art. 93, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município, faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Cláudio Sprício, autorizado a se ausentar do Município e do País no período compreendido entre 15 a 30 de janeiro de 2017, mediante transmissão do cargo ao Vice-Prefeito.

Parágrafo único. Nesse período, em razão de a viagem se dar em caráter particular, deverá ser descontado o correspondente do subsídio.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 15 de janeiro de 2017.

Arroio Trinta – SC, 12 de janeiro de 2017.
Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 12 de janeiro de 2017.

Michel Junior Serighelli
Responsável

LEI Nº 1786

LEI Nº 1786, DE 12/01/2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros a Título de Subvenção, ao Hospital Beneficente São Roque de Arroio Trinta, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a auxiliar financeiramente o HOSPITAL BENEFICENTE SÃO ROQUE, com sede na Rua Francisco Nava, Município de Arroio Trinta – SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.830.083/0001-73, com a importância financeira de até R\$ 97.800,00 (noventa e sete mil e oitocentos reais) para o primeiro trimestre de 2017.

§1º. Os recursos referidos no caput deste artigo deverão ser aplicados na aquisição de medicamentos, gêneros alimentícios pagamento de pessoal e sobreaviso.

§2º. Os recursos, a título de auxílio financeiro, de que trata o caput deste artigo, serão repassados da seguinte forma:

1) R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais), em 3 (três) parcelas de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) para os meses de janeiro a março de 2017, referente sobreaviso dos médicos.

2) R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), em 3 (três) parcelas de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), referente folha de pagamento dos servidores, medicamentos, gêneros alimentícios e material de limpeza.

§3º. A primeira parcela será repassada até o 5º dia útil do mês de fevereiro/2017, e as demais parcelas até o 5º dia útil dos meses subsequentes.

§4º. O auxílio ficará vinculado à apresentação das Certidões Negativas: INSS e FGTS.

§5º. O Hospital fica obrigado a prestar contas do valor recebido na forma legal e exigências da Resolução TC 16/94, sob pena de não receber a parcela seguinte.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

2.3000.3001.10.301.9.2.17.1	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE	
33500000 – 0102	Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	R\$ 97.800,00

Art. 3º A presente entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de janeiro de 2017.
Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 12 de janeiro de 2017.

Michel Junior Serighelli
Responsável

LEI Nº 1787

LEI Nº 1787, DE 12/01/2017.

Autoriza Celebrar Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis com a ASSOCIAÇÃO DAS LINHAS SAGRADA FAMÍLIA E SANGALETTI, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MÓVEL com a ASSOCIAÇÃO DAS LINHAS SAGRADA FAMÍLIA E SANGALETTI, com personalidade jurídica de direito privado, com Sede na Linha Sagrada Família, Interior, Município de Arroio Trinta – Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 21.415.488/000198, através da qual a PERMITENTE, a título gratuito, autoriza a PERMISSIONÁRIA, fazer uso de:

• UMA ENSILADEIRA, COLHEDORA DE FORRAGEM PARA SILAGEM DE MILHO, COM BICA SEMI HIDRÁULICA, COM REGULAGEM DE CORTE, COM DOZE FACAS E COM RODAS DE APOIO.

§1º. O equipamento deverá ser utilizado exclusivamente para

atender necessidades dos associados, em suas propriedades para desenvolvimento das atividades agropecuárias.

§2. Fica fixado o prazo de até 02 (dois) anos da permissão de uso do bem acima descrito.

Art. 2º Com a celebração do TERMO DE PERMISSÃO DE USO de que trata o artigo 1º, implicará por parte da ASSOCIAÇÃO DAS LINHAS SAGRADA FAMÍLIA E SANGALETTI e por parte do município, as responsabilidades descritas no TERMO DE PERMISSÃO DE USO, parte integrante desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de janeiro de 2017.
Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 12 de janeiro de 2017.

Michel Junior Serighelli
Responsável

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 - CONTRATO Nº 0001/2016 - INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 0001/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SAÚDE, QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA.

Pelo presente TERMO ADITIVO, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor FERNANDO ANDRÉ MANENTI e de outro lado à empresa INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 00.867.301/0002-06, com sede na Rua Santos Dumont 186, SL 002 Ed. Idília Mor, Centro – Herval do Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor CELSO ANTÔNIO BEVILÁQUA, brasileiro, casado, diretor administrativo inscrito no CPF sob nº 294.789.529-00, na cidade de Joaçaba – Estado de Santa Catarina, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, § 1º Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo do contrato nº 00001/2016, por mais 03(três) meses, ou seja, de 1º /01/ 2017 a 31/03/2017, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes e em conformidade com a Legislação pertinente.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CONTRATANTE
ALCIDIR FELCHILCHER
CPF nº 518.040.009-06

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA
CNPJ 10.479.381/0001-97
FERNANDO ANDRÉ MANENTI
Gestor do Fundo
Contratante

INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA. LTDA
CNPJ nº 000.867.301/0002-06
CONTRATADA
CELSO ANTÔNIO BEVILLÁQUA
CONTRATADA
Contratada

TESTEMUNHAS

CESAR LUIZ ALTENHOFEN
CPF: 818.571.019-87

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02
AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, e o GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Gestor FERNANDO ANDRÉ MANENTI, autorizam, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar prazo por mais 03(três) meses, ou seja de 1º/01/2017 a 31/03/2017, referente contrato nº 0031/2016, celebrado com a INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA.

Arroio Trinta – SC, 21 de dezembro de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 00001/2016, OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SAÚDE
CONTRATADA INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA
ADITIVAÇÃO DO PRAZO – 31/03/17

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 005/PMBR/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 005/PMBR/2017

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação da empresa, para execução de 180 (Cento e oitenta) horas de suporte técnico aos sistemas e banco de dados, já instalados e utilizados pelo Município de Balneário Rincão/SC., durante o ano de 2017.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através da Secretaria de Administração e Finanças.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 11/01/2017, por Rafael Motta Custódio - Secretário de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: em 11/01/2017, por Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 11 de Janeiro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/PMBR/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL Nº. 003/PMBR/2017.

O Município de Balneário Rincão – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 003/PMBR/2017, que tem como objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de Materiais Elétricos para serem utilizados pela equipe de manutenção da Iluminação Pública Municipal do Município de Balneário Rincão – SC, fica retificado em suas Planilhas do referido Termo de Referência Anexo I:

Onde se lê:

Lote.

Leia-se:

Itens.

Fica prorrogado para o dia: 25/01/2017 às 14h00min, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 13h45 do destacado dia, por retificação do Aviso de Licitação e da forma de julgamento no Edital, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

GISELE P. FERREIRA

PREGOEIRA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO DECRETO/GP/ Nº.016/2017

Retificação do Decreto/GP/Nº. 016/2017

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto/GP/Nº. 016/2017, publicado no dia 11/01/2017, edição Nº. 2166, pág. 28, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, retifica-se o Art. 1º. Do referido Decreto para a seguinte redação:

Onde se lê:

Art. 1º - Designa ao Sr. RAFAEL MOTA CUSTÓDIO, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Finanças, as atribuições inerentes ao cargo de Secretário de Saúde, por prazo indeterminado e com efeitos retroativos a 05 de janeiro de 2017.

Leia se:

Art. 1º - Designa ao Sr. RAFAEL MOTA CUSTÓDIO, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Finanças, as atribuições inerentes ao cargo de Diretor Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAMAE, por prazo indeterminado e com efeitos retroativos a 05 de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC,

Em, 11 de janeiro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTODIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº.013/2017

DECRETO/GP/Nº 013/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA INTERINAMENTE AS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO DE SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Designa ao Sr. ADROALDO FARACO, ocupante do cargo de Psicólogo, as atribuições inerentes ao cargo de Secretário de Assistência Social, por prazo indeterminado e com efeitos retroativos a 05 de janeiro de 2017.

Art. 2º. A designação de que trata este Decreto não importará em remuneração adicional, ou qualquer outro benefício na forma da legislação em vigor.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 06 de janeiro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº.014/2017

DECRETO/GP/Nº 014/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA INTERINAMENTE AS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO DE SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Designa ao Sr. ADROALDO FARACO, ocupante do cargo de Psicólogo, as atribuições inerentes ao cargo de Secretário de Educação, por prazo indeterminado e com efeitos retroativos a 05 de janeiro de 2017.

Art. 2º. A designação de que trata este Decreto não importará em remuneração adicional, ou qualquer outro benefício na forma da legislação em vigor.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 06 de janeiro de 2017.

JAIR CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº. 037/SAMAE/2016

AVISO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº. 037/SAMAE/2016

CONTRATO Nº. CONTRATO Nº. 037/SAMAE/2016. MULTIBAN LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS LTDA EPP: OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente, para a locação de banheiros químicos para a temporada de verão no atendimento as necessidades do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão. ASSINATURA: 22/12/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Sr. ROGER GUIMARÃES DE MELO

Leia-se

CONTRATO Nº. 037/SAMAE/2016. GUIMARÃES & MELO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP EPP: OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente, para a locação de banheiros químicos para a temporada de verão no atendimento as necessidades do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão. ASSINATURA: 22/12/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Sr. ROGER GUIMARÃES DE MELO

Barra Velha

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIAS EMITIDAS: 09 E 10/01/2017.

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 7/2017 - "NOMEIA SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV e Lei Complementar nº 82/2009.

RESOLVE:

Artigo 1º. - Nomear CAMILA BITTENCOURT, para ocupar o Cargo Comissionado de CHEFE DE GABINETE, constante do Quadro de Provimento Comissionado, da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha – SC.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 02 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Correção de Publicação "Chefe de Gabinete"

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 02/01/2017.

PORTARIA Nº 13/2017 - "NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV e Lei Complementar nº 186 de 19 de junho de 2015.

CONSIDERANDO: As alterações do quadro de Cargos comissionados da Câmara de Vereadores de Barra Velha, constantes no Anexo II da Lei Complementar nº 82 de 07 de agosto de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear LUAN CÉSAR RAULINO para ocupar o Cargo Comissionado de ASSESSOR JURÍDICO, constante do Quadro de Provimento Comissionado da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha – SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, 09 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 09/01/2017.

PORTARIA Nº 14/2017 - "REVOGA A PORTARIA Nº 01/2016"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 01/2016" que "Disponibiliza funcionário para compor o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha/SC - IPREVE".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Sala da Presidência, 09 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 09/01/2017.

PORTARIA Nº 15/2017 - "Concede Férias a funcionário"

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, com amparo no artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII do RICV,

RESOLVE :

Artigo 1º - Concede férias anuais ao funcionário Sr. PETER GUDOSKI, no período de 20 dias, com início em 09/01/2017 e término em 28/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, 09 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 09/01/2017.

PORTARIA Nº 16/2017 - "Concede Férias ao funcionário"

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, com amparo no artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII do RICV,

RESOLVE :

Artigo 1º - Concede férias anuais ao funcionário Sr. JONAS NESTOR DA SILVA, no período de 20 dias, com início em 11/01/2017 e término em 30/01/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, 10 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 10/01/2017.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

PORTARIAS 001 A 005

PORTARIA Nº 001 DE 01 DE JANEIRO DE 2017.

ANTONIO ALBERTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais:

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR o funcionário MARLON PERUCI, que ocupa o cargo de CONSULTOR JURIDICO.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, SC, 01 de janeiro de 2017.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ANTONIO ALBERTI
Presidente

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria desta Casa, na data supra.

SANDRO MIELKI
1º secretario

PORTARIA Nº 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ANTONIO ALBERTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais:

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR a funcionária ELAINE THAIS LESSAK WOIELLA, que ocupa o cargo comissionado de DIRETOR CONTABIL.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, SC, 02 de janeiro de 2017.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ANTONIO ALBERTI
Presidente

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria desta Casa, na data supra.

SANDRO MIELKI
1º secretario

PORTARIA Nº 003 DE 01 DE JANEIRO DE 2017.

ANTONIO ALBERTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais:

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR a funcionária CELIA SCHIPITOSKI DO PRADO, que ocupa o cargo comissionado de Diretoria da Secretaria Legislativa.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, SC, 01 de janeiro de 2017.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ANTONIO ALBERTI
Presidente

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria desta Casa, na data supra.

SANDRO MIELKI
1º secretario

PORTARIA Nº 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ANTONIO ALBERTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais:

RESOLVE

Art. 1º - AUTORIZAR a funcionária GENICE KUCARZ SCHIESSL, que ocupa o cargo do quadro efetivo de Secretaria Legislativa para ter acesso e abrir as correspondências recebidas endereçadas a este órgão.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, SC, 02 de janeiro de 2017.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ANTONIO ALBERTI
Presidente

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria desta Casa, na data supra.

SANDRO MIELKI
1º secretário

PORTARIA Nº 005 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ANTONIO ALBERTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais:

RESOLVE

1º - NOMERA a funcionária ANDRÉIA CRISTINA DUMKE TISCZKA, para ocupar o cargo de CONTADOR, conforme Lei Municipal nº 682\2010 e 885\12.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, SC, 02 de janeiro de 2017.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ANTONIO ALBERTI
Presidente

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria desta Casa, na data supra.

SANDRO MIELKE
1º secretário

PORTARIAS 357-358/2017

PORTARIA nº. 357/2016, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas 67, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 978 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º. NOMEAR WILLIAN NASCIMENTO, para exercer o cargo de Provimento em Comissão e Confiança de Assessor Jurídico, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, com remuneração correspondente ao Código ou Nível de Referência Salarial ATS-1, fixado no anexo 01 da Lei Municipal nº 978 de julho de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 10 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 10 de janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 10 de janeiro de 2017

OINDESON DAMASO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA Nº 358/2017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2013/SME, Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2013/SME, 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2013/SME, Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 342/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora ADILVETE SABATKE investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Artes, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 222/2013 de 01 de julho de 2013, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 11 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 11/01/2017.

OINDERSON DAMASO

Secretário Municipal

de Administração e Fazenda

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO TP 72/2016

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2016.

MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 72/2016.

DATA: 11/01/2017 - HORA DE INÍCIO: 09:15 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SANTA MARIA E HUMANIZAÇÃO DO ENTORNO, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Na data e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços, e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 72/2016, com a presença dos membros da Comissão de Licitações SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA nomeados pela Portaria nº 002/2017. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram ao certame protocolando tempestivamente os envelopes de Habilitação e Proposta de Preços as seguintes empresas: J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI – ME e TERRAPLENAGEM POFFO LTDA. Apresentaram seus credenciamentos conforme previsto no item 5 do Edital, as licitantes J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI – ME credenciando RAFAEL DE LIMA OECHSLER, portador da carteira de identidade nº 4.072.825 e TERRAPLENAGEM POFFO LTDA credenciando CHRISTA GEBIEN POFFO, portadora da carteira de identidade nº 612.990-0. As licitantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Em seguida proferiu-se a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação exigidos no edital, sendo estes conferidos e rubricados por todos os presentes na sessão. Em relação aos documentos de Habilitação apresentados pelas licitantes, o Presidente da Comissão de Licitações solicitou o encaminhamento dos mesmos ao Setor Jurídico, Setor de Contabilidade e ao Setor de Engenharia da Prefeitura, tendo em vista a necessidade de análise e parecer destes, em especial dos itens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4 e 9.1.5 do Edital. Colocada a palavra a disposição dos representantes legais das licitantes presentes, houve manifestação. O representante da licitante J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI – ME manifesta que seja efetuada revisão dos índices de liquidez apresentados pela licitante TERRAPLENAGEM POFFO LTDA, pois considera que há divergências. Na sequência, o Presidente suspendeu a sessão para decisão da habilitação ou inabilitação após análise dos pareceres técnicos e das manifestações dos licitantes. Os envelopes contendo as propostas de preços foram vistados em seus lacres por todos os presentes e permanecerão no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até posterior decisão. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada pela Comissão de Licitações e licitantes presentes.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PAS- QUALI Presidente	MAURICIO STEFFEN Membro	JOICE APARECIDA COSTA Membro
--	----------------------------	------------------------------------

LICITANTES PRESENTES

J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI – ME

CHRISTA GEBIEN POFFO

Biguaçu

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 10.115/2016 - LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº: 10.115/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MICHELLE CRISTINA FREITAS RODRIGUES HOFFMANN

Valor: 33.264,00 (trinta e três mil duzentos e sessenta e quatro reais)

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2016

Recursos: Dotação: 2.031.3.3.90.32.01.00.00.00 (117),

Objeto: FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ E DA TARDE AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL – CAPS.

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 05/2016

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 05/2016

SUPRIME O INCISO II DO ARTIGO 40 E ALTERA O ARTIGO 41 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autores: Vereadores que subscrevem

Art. 1º - Fica suprimido o inciso II do Artigo 40 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - O artigo 41 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 – O vereador não poderá assumir cargo de confiança da estrutura do Poder Executivo Municipal. O vereador que assumir estará automaticamente renunciando ao mandato".

Art. 3º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2016.

Vereador Vilson Norberto Alves

Presidente

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 05/2016

SUPRIME O INCISO II DO ARTIGO 40 E ALTERA O ARTIGO 41 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autores: Vereadores que subscrevem

Art. 1º - Fica suprimido o Inciso II do Artigo 40 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - O artigo 41 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 – O vereador não poderá assumir cargo de confiança da estrutura do Poder Executivo Municipal. O vereador que assumir estará automaticamente renunciando ao mandato".

Art. 3º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2016

Vereador Vilson Norberto Alves

Presidente

Senhores Vereadores,

Os vereadores signatários, todos com assento nessa Casa Legislativa, amparados no Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município, vêm à presença de Vossas Senhorias, requer que seja submetido à soberana decisão do Plenário, Projeto de Emenda a Lei Orgânica Municipal que suprime o Inciso II do artigo 40 e o artigo 41 da Lei Orgânica Municipal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2016

André Clementino da Silva
VereadorÂngelo Ramos Vieira
VereadorDouglas Borba
VereadorEdnei Muller Coelho
VereadorFernando Duarte
VereadorJoão Domingos Zimmermann
VereadorJosé Braz da Silveira
VereadorLédio Gerhardt
VereadorMagali Eliane Pereira Prazeres
VereadoraManoel Airton Pereira
VereadorManoel José de Andrade
VereadorMarconi Kirch
VereadorNei Cláudio da Cunha
VereadorSalette Orlandina Cardoso
Vereadora

Vereador Vilson Norberto Alves
Presidente

PORTARIA Nº 010/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 010 de 03 de janeiro de 2017.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) EDUARDO JOSÉ COSTA, detentor(a) da matrícula 693-1 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) EDUARDO JOSÉ COSTA, detentor(a) da matrícula 693-1 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001080.1.00115/16-8, da qual se extraiu o período de 11 (onze) anos, 01 (um) mês e 01 (um) dia, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 03 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 129-17 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL DA CÂMARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº129/2017
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL DA CÂMARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento a Servidora Municipal Sra. JAQUELINE SELIG GERHARDT, matrícula nº 35, portador do CIC sob. nº 42309009-53, lotado na secretária da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, ocupante do Cargo Auxiliar de Serviços Gerais, período aquisitivo de 06 de março de 2015 a 05 de março de 2016, período de concessão de 16 de janeiro de 2017 á 14 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Bom Jesus do Oeste SC, aos 11 de janeiro de 2017.

ANTONIO NASCIMENTO Presidente da Câmara Municipal

Elmer Zimmermann
1º Secretário da Mesa Diretora

LICITAÇÃO Nº 006/2017 - ASSESSORIA E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2017
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017
O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 23 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de Empresa para prestar Assessoria e Planejamento Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação de fevereiro a dezembro de 2017.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@

bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 10 de Janeiro de 2017.
Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

R G F 2º S 2016

Página: 1 de 1
10/01/2017 08:33

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC

Poder Executivo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro/2016 a Dezembro/2016

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.743.044,37	-
Pessoal Ativo	5.743.044,37	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.743.044,37	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.926.234,25	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	5.743.044,37	48,15
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	6.440.166,50	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 * VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.118.158,17	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 * VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	5.796.149,85	48,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Jan/2017, 08h e 33m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

Página: 1 de 4
10/01/2017 09:07

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-
Dívida Contratual	-	-	-
Interna	-	-	-
Externa	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e não Pagos	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (II) ¹	1.004.824,13	840.320,71	1.247.490,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.004.824,13	1.173.856,32	1.278.323,97
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-	333.535,61	30.833,31
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	-1.004.824,13	-840.320,71	-1.247.490,66
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.752.260,01	10.667.524,62	11.926.234,25
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	-	-	-
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	-9,35	-7,87	-10,45
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,00%>	-	-	-
<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>			
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	-	-	-
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	-	-	-
De Tributos	-	-	-
De Contribuições Sociais	-	-	-
Previdenciárias	-	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-
Do FGTS	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	-	-	-
Interna	-	-	-
Externa	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-	-	-
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>			
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	2.617.988,11	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-

Página: 2 de 4
10/01/2017 09:07

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2016

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (X) ¹	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Jan/2017, 09h e 07m.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

Página: 3 de 4
10/01/2017 09:07

Página: 4 de 4
10/01/2017 09:07

Página: 1 de 1
10/01/2017 09:10

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO III(LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(I)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(II)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	10.752.260,01	10.667.524,62	11.926.234,25
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Jan/2017, 09h e 08m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS

Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI

Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER

Controle Interno

Página: 1 de 1
10/01/2017 09:12

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Operações de Crédito
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre	Até o Semestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	0,00	0,00
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Amparadas pelo Art. 9-N da Resolução Nº. 2.827/01, do CMN	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.926.234,25	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)=(IV+IIa)	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Jan/2017, 09h e 10m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno



Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')										R\$ 1,0,
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A - (B+C+D+E))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)					
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO (C)							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	670.824,51	-	30.833,31	-	30.833,31	609.157,89	-	-		
Grupo da Fonte de Recurso não Cadastrado	670.824,51	-	30.833,31	-	30.833,31	609.157,89	-	-		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	607.499,46	-	-	-	-	607.499,46	-	-		
Grupo da Fonte de Recurso não Cadastrado	607.499,46	-	-	-	-	607.499,46	-	-		
TOTAL (III) = (I+II)	1.278.323,97	-	30.833,31	-	30.833,31	1.216.657,35	-	-		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVID	-	-	-	-	-	-	-	-		

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS

Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI

Contador CRC 020.101-7/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER

Controle Interno

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Jan/2017, 08h e 50m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Fonte de Recursos que estão sem vínculo com o Grupo da Fonte de Recursos.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Fontes de Recursos!

Página: 2 de 2
10/01/2017 08:52

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LRF, Art.53, inciso V)										R\$ 1.00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015			
										Saldo Total (a+b)

Não existem registros a serem impressos.

Existem Empenhos de Restos com código de Órgãos de Restos zerados, acerte-os antes de imprimir este relatório novamente.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/jan/2017, 09h e 14m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUTORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

Página: 1 de 1
10/01/2017 09:20

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Executivo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2º Semestre de 2016

LRF, Art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	11.926.234,25	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	5.743.044,37	48,15
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00	6.440.166,50	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30	6.118.158,17	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de		
Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de		
Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Total	-	1.216.657,35

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 10/Jan/2017, 09h e 16m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCH
Controle Interno



Bom Retiro

PREFEITURA

88.01.17 - P. DES. SERV. NEUSA MAXCIOMOVICZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 88/17 de 10.01.17

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Neusa Maxciomovicz, para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 10 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2017, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 04/2016 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: substituição de Joyce Vieira da Silva Leal que encontra-se em férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de janeiro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA
Sec. Mun. Administração e Fazenda

89.01.17 - P. FÉRIAS JOYCE V. S. LEAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 89/17 de 10.01.17

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a funcionária Joyce Vieira da Silva Leal, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar do dia 02 de janeiro com término no dia 31 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de janeiro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA
Sec. Mun. Administração e Fazenda

90.01.17 - P. FÉRIAS KAROLIN BARBOSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 90/17 de 10.01.17

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a funcionária Karolin Barbosa, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar do dia 02 de janeiro com término no dia 31 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de janeiro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA
Sec. Mun. Administração e Fazenda

91.01.17 - P. FÉRIAS ANT. LUCIANE T. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 91/17 de 10.01.17

Concede Férias Antecipadas

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a 2017 (Dois Mil e Dezesesseis) a funcionária Luciane Terezinha da Cruz, Ocupante do cargo de

Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José, para gozá-las a partir de 02 de janeiro com término no dia 31 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de janeiro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA
Sec. Mun. Administração e Fazenda

92.01.17 - P. REINT. PROF. PATRICIA M. HOFFMANN
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 92/17 de 10.01.17
DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDORA, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando das atribuições legais que lhe confere 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT e art. 8º, inciso VII do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Bom Retiro, Lei Complementar nº 01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. REINTEGRAR, a servidora Patrícia Michels Hoffmann, ao quadro de Servidores Públicos Municipais, no Cargo Temporário de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, 20 horas semanais com lotação na Creche Municipal Patrícia Deucher nos termos do Art. 8º da Lei Complementar no 01 de 02 de Dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, produzindo efeitos a partir de 10.01.2017, conforme parecer jurídico datado de 10 de janeiro de 2017, com término previsto para até cinco meses após o parto.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de janeiro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA
Sec. Mun. Administração e Fazenda

93.01.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PAULO E. C. MONTEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 93/17 de 10.01.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 12 (doze) dias de licença para realizar tratamento de saúde

a contar do dia 09 de janeiro com término no dia 20 de janeiro de 2017, ao funcionário Paulo Eugenio Carneiro Monteiro, Ocupante do cargo de Médico – Nível 11, do Quadro de Pessoal Temporário do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - ESF.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de janeiro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA
Sec. Mun. Administração e Fazenda

94.01.17 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE MARILENE C. FILHA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 94/17 de 11.01.17

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 31 de março de 2017, a funcionária Marilene Cabral Filha, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de janeiro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA
Sec. Mun. Administração e Fazenda

95.01.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FABIANA A. NETO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 95/17 de 11.01.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de janeiro de 2017, a funcionária Fabiana Andrieza Neto, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de janeiro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**96.01.17 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE CLEODETE
C. TOMÉ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 96/17 de 11.01.17

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 30 de abril de 2017, a funcionária Cleodete Costa Tomé, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de janeiro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA
Sec. Mun. Administração e Fazenda

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.998/2017

DECRETO Nº 1.998/2017

“Regulamenta Reajuste de Tributos Municipais, Taxas Municipais, Tarifas Municipais e Preços Públicos Municipais para 2017, em 7,19% (IGPM) e dá outras providências.”

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de conformidade com o Art. 469 da Lei Complementar nº 05/2010 (Código Tributário Municipal),

Considerando:

1) O índice acumulado do IGPM de 2016;

Decreta:

Art. 1º- Fica regulamentado reajuste de Tributos Municipais, Taxas Municipais, Tarifas Municipais e Preços Públicos Municipais em 7,19% (sete virgula dezenove por cento) em conformidade com o IGPM de 2016 e em consonância com o Artigo 469 da Lei Complementar nº 05/210 (Código Tributário Municipal)

Art. 2º- Excetuam-se do presente Decreto de reajuste as tarifas de água que necessitam de autorização prévia da Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí (AGIR).

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 11 de Janeiro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

OFICIO Nº 003-2017 SAMAE

Brusque, 03 de Janeiro de 2.017.

Ofício nº 003/2017

Ao
Banco do Brasil S/A

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque (SAMAE) informa que a partir do dia 04 de Janeiro de 2017 a conta corrente 76.000-5 da agência 0401-4 passa a ser movimentada da seguinte forma:

Responsáveis pela Movimentação da Conta Corrente:

1- Juliano Montibeller

CPF: 886.997.309-34

Cargo: Diretor Presidente

2- Leandro Bolognini

CPF: 020.371.679-54

Cargo: Diretor

3- Claudete Marques Baumgartner

CPF: 631.128.339-53

Cargo: Assistente Administrativo

4- Ernâni Bolognini

CPF: 029.109.069-90

Cargo: Contador

Formas de Movimentação da Conta Corrente:

A conta sempre deverá ser movimentada com duas assinaturas, sendo permitido apenas as seguintes formas de movimentação; Juliano Montibeller assina com Claudete Marques Baumgartner ou Ernâni Bolognini, Leandro Bolognini assina com Claudete Marques Baumgartner ou Ernâni Bolognini, Juliano Montibeller nunca assina com Leandro Bolognini e Claudete Marques Baumgartner nunca assina com Ernâni Bolognini.

Poderes dos Responsáveis na Movimentação da Conta Corrente:

Emitir cheques, Abrir contas de depósito, Autorizar cobrança, Utilizar o crédito aberto, Receber / passar recibo e dar quitação, Solicitar saldos e extratos, Requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta, retirar cheques devolvidos, Endossar cheque, Requisitar cartão eletrônico, Movimentar conta corrente, Efetuar transferências / pagamentos, Sustar / Contraordenar cheques, Cancelar cheques, Baixar cheques, Efetuar resgates / aplicações financeiras, Cadastrar / alterar e desbloquear, Efetuar saques – conta corrente, Efetuar pagamentos por meio eletrônico, Efetuar transferências por meio eletrônico, Solicitar movimentação de conta, Efetuar movimentação financeira, Consultar contas / aplicações programadas, Liberar arquivos de pagamentos, Emitir comprovantes, Efetuar transferência p/ mesma titularidade, Efetuar transferência eletrônica p/ mesma titularidade e Encerrar contas de depósito.

Certo de sua compreensão, nos colocamos para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Juliano Montibeller
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5 - 2017 LEGISLATIVO

Portaria Nº 5, de 09 de janeiro de 2017.

Exonera Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Exonerar do Cargo de Provimento em Comissão de Assessoria da Mesa Diretora, no Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Ronei Zancanaro, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.191.324 e CPF nº 021.285.739-80, encerrando suas atividades funcionais em 09 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 09 de janeiro de 2017.

Ver. Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

PORTARIA Nº 6 - 2017 LEGISLATIVO

Portaria Nº 6, de 9 de janeiro de 2017.

Nomeia Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Nomear no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Comunicação da Presidência no Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Ronei Zancanaro, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.191.324 e CPF nº 021.285.739-80, a contar de 10 de janeiro de 2017, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 9 de janeiro de 2017.

Ver. Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

PORTARIA Nº 7 - 2017 LEGISLATIVO

Portaria Nº 7, de 9 de janeiro de 2017.

Nomeia pregoeiro, equipe de apoio e comissão de licitação para os procedimentos licitatórios realizados no ano de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como Pregoeiro e membros da equipe de apoio, para conduzir, processar e julgar os Processos Licitatórios na modalidade Pregão, os funcionários efetivos abaixo relacionados:

Pregoeira: Jaqueline Kassia Paim de Campos.

Membros da Equipe de Apoio: Ana Paula Silveira e Silvana Machado.

Art. 2º Nomear as Senhoras Ana Paula Silveira, Jaqueline Kassia Paim de Campos e Silvana Machado, ocupantes do cargo de Assistente Legislativo, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com a finalidade de conduzir, processar e julgar os processos licitatórios que virem a ser lançados por esta Casa Legislativa durante o exercício de 2017.

Art. 3º Aplica-se à servidora nomeada como Pregoeira o disposto no artigo 94 c/c o inciso IX e parágrafo único do artigo 83, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º Aplica-se às servidoras Ana Paula Silveira, Jaqueline Kassia Paim de Campos e Silvana Machado o disposto no artigo 93 c/c o inciso VIII e parágrafo único do artigo 83, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Brusque, 9 de janeiro de 2017.

Ver. Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

PORTARIA Nº 8- 2017 LEGISLATIVO

Portaria Nº 8, de 9 de janeiro de 2017.

Concede Licença à Servidora Rose Marie Ulrich.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de licença à servidora Rose Marie Ulrich, ocupante do cargo de Datilógrafa/Digitadora do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período aquisitivo de 16/05/2004 a 15/05/2009, para usufruir nos dias 09/01/2017 a 07/02/2017.

Art. 2º O presente benefício decorre do ato que concedeu Licença Prêmio à servidora em 21/09/2009.

Art. 3º O saldo correspondente aos 60 (sessenta) dias já foi

concedido em forma pecuniária.

Brusque, 9 de janeiro de 2017.

Ver. Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

PORTARIA Nº 9- 2017 LEGISLATIVO

Portaria Nº 9, 11 de janeiro de 2017.

Nomeia Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Nomear no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Imprensa no Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Rodrigo Cesari, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 051.899.629-89, a contar de 12 de janeiro de 2017, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 11 de janeiro de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jefferson Silveira
Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.995

DECRETO Nº 6.995, de 06 de janeiro de 2017.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o que prevê a Lei Municipal nº 54, de 15 de dezembro de 1983, e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais Leandro Chiarello de Souza, Leonardo Felipe Duarte e Luiz Carlos Zonta,

para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão especial de avaliação de pedidos de desconto por realização de melhorias nos imóveis, relativos ao exercício de 2017, nos termos do art. 18, §§ 1º e 3º, da Lei Municipal nº 54, de 15/12/1983 - Código Tributário Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto,
PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 04-2017 - NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PORTARIA nº 04, de 10 de fevereiro de 2017.

Revoga a Portaria 09/2016, nomeia pregoeiro e equipe de apoio especialmente designados para proceder à realização de processos licitatórios e concede gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva aos servidores designados.

AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 11, 12, 13 e 33, IV da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria 09, de 03 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Nomear as pessoas abaixo indicadas como Pregoeiro e Equipe de Apoio, respectivamente, designando-os especialmente para a elaboração de todos os atos referentes ao julgamento e adjudicação de processos licitatórios na modalidade de Pregão Presencial ou Eletrônico realizados pela Câmara Municipal a partir da vigência desta Portaria e até que outra altere seu conteúdo:

JOSÉ ARI LINS – PREGOEIRO

STEFANI CIVIDINI BACK – EQUIPE DE APOIO

DANIEL HEBERLE – EQUIPE DE APOIO

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no D.O.M.

Gabinete da Presidência, 10 de janeiro de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz,
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 03 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA nº 03 de 10 de janeiro de 2017.

Exonera Analista de RH, Licitações e Contratos da Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 11, 12, 13 e 33, IV da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar VANDERLEY JOSE BOLFE, do cargo de Analista de RH, Licitações e Compras da Câmara Municipal de Caçador, Classe Direção, Nível CPES 1040, com carga horária de 35 horas semanais, a partir de 31 de janeiro de 2017, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 10 de janeiro de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz,
PRESIDENTE

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 147/2016

ADITIVO CONTRATUAL Nº 147/2016

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONSIDERANDO o OFÍCIO Nº 066PL/2016 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 88/2016 (originado do Processo Licitatório nº 53/2016, modalidade Convite);

CONSIDERANDO a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de vigência e execução do Contrato nº 88/2016, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA LN CONSTRUÇÕES LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 88/2016.

Cláusula Primeira – Do prazo

O prazo de execução e vigência do Contrato nº 88/2016 fica prorrogado por 90 (noventa) dias, até o dia 19 de fevereiro de 2017, contando a partir de 21 de novembro de 2016.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 88/2016 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 21 de novembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	LOURIVAL NEGRELI LN Construções LTDA CONTRATADA
---	---

ADITIVO CONTRATUAL 170/2016

ADITIVO CONTRATUAL Nº 170/2016

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº076.PL/2016 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação do contrato nº 32/2016(originado do Processo Licitatório nº 90/2015, modalidade Concorrência);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 32/2016, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA HOEFT & HOEFT CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 32/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência e execução do Contrato nº 32/2016 fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, sendo o prazo para execução até o dia 21 de fevereiro de 2017, contado a partir de 23 de dezembro de 2016 e o prazo de vigência até o dia 24 de março de 2017, contado a partir de 23 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 32/2016 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 15 de dezembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	EDSON ARTHUR HOEFT Hoeft & Hoeft Construções Civas Ltda Contratada		
---	--	--	--

ADITIVO CONTRATUAL 171/2016

ADITIVO CONTRATUAL Nº 171/2016

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº075.PL/2016 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação do contrato nº 68/2016 (originado do Processo Licitatório nº 41/2016, modalidade Convite);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 68/2016, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 68/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência e execução do Contrato nº 68/2016 fica prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias, sendo o prazo para execução até o dia 08 de fevereiro de 2017, contado a partir de 25 de dezembro de 2016 e o prazo de vigência até o dia 11 de março de 2017, contado a partir de 25 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 68/2016 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 15 de dezembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	LOURIVAL NEGRELI LN Construções Ltda. CONTRATADA		
---	--	--	--

ATA CHAMADA PÚBLICA 05/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Chamada Pública 05/2016)

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se as dez horas, em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Irineu Woitskovski Júnior e Patrick Onghero, membros da Comissão Permanente de Licitações deste Município, nomeada através do Decreto Municipal nº 10231/2017, abaixo assinados, responsáveis pela Chamada Pública nº 05/2016, para procederem a abertura dos envelopes com a documentação de habilitação e projetos de venda. Inicialmente a presidente da comissão declarou aberta a sessão, restando a licitação DESERTA, considerando que nenhum interessado apresentou documentação ou manifestou interesse. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2017 FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2016 FMS - Modalidade Pregão Presencial
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de gasolina comum, óleo diesel S500, para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, no exercício 2017, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa AUTO POSTO JK LTDA, CNPJ: 76.856.822/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 27/2016 FMS, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	37.500	litros	Gasolina comum	3,54	132.750,00
02	20.000	litros	Óleo diesel S500	2,89	57.800,00
VALOR TOTAL					R\$ 190.550,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

AUTO POSTO JK LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de 60.000 (sessenta mil) litros de óleo diesel S10 e 204.000 (duzentos e quatro mil) litros de óleo diesel S500, para manutenção da frota municipal, no exercício 2017, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 75.415.075/0002-13,, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 106/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	60.000	Litro	Óleo Diesel S10	2,80	168.000,00
02	204.000	Litro	Óleo Diesel S500	2,70	550.800,00
VALOR TOTAL				R\$ 718.800,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
Representante legal

DECRETO Nº 10.235 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 10.235 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito			
02.01 -	Chefia de Gabinete			
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.			
400000.00.896 -	Despesas de Capital			
440000.00.896 -	Investimentos			
449000.00.896 -	Aplicações Diretas			
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.000,00		
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação			

12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339036.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00	
	TOTAL	R\$ 11.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00	
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação		
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação		
400000.00.519 -	Despesas de Capital		
440000.00.519 -	Investimentos		
449000.00.519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00	
	TOTAL	R\$ 11.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 11 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 11/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2017

Objeto: aquisição de 6.000 (seis mil) litros de óleo diesel S500 e 32.000 litros de óleo diesel S10, para os veículos da Secretaria Municipal de Educação, conforme descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 106/2016.

Dotação orçamentária: -

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.02	Serviço de Ensino Fundamental
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	10	Ensino Fundamental
Projeto	2.105	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação

Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	13	Salário Educação
Projeto	2.108	Manutenção e Coordenação das Atividades Específicas do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.01	Serviço de Apoio Administrativo a Educação
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	08	Apoio Administrativo a Educação
Projeto	2.104	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017

Do valor total: R\$105.800,00 (cento e cinco mil e oitocentos reais).

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

EDITAL DE CADASTRO N. 01/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA CADASTRAMENTO Nº 001/2017

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, no uso de suas atribuições legais, em especial o art. 34, § 1º da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, e em virtude da freqüente realização de licitações, efetua chamamento público de fornecedores e prestadores de serviços, eventualmente interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto a Prefeitura Municipal de Campo Erê - SC. Os interessados para tanto, devem dirigir-se ao Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina. Maiores esclarecimentos através do telefone 3655-3035 e correio eletrônico para licitacao@campoere.sc.gov.br. A íntegra deste edital está publicada no site da Prefeitura Municipal de Campo Erê www.campoere.sc.gov.br e afixada no Mural Público Municipal. Campo Erê – SC, 09 de janeiro de 2017 - Odilson Vicente de Lima - Prefeito Municipal.

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 01/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017.

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA TORNA PÚBLICO que a partir do dia 11 de Janeiro de 2017 até o dia 31 de Dezembro de 2017, a Comissão Permanente de Licitações, estará recebendo os documentos para habilitação do objeto do Edital de Credenciamento nº 02/2017 Processo Licitatório Nº 02/2017 na modalidade de Inexigibilidade Nº 01/2017 para Prestação de serviços de ensilagem de milho para o ano de 2017, conforme especificado neste Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7h às 13h, e e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br, Campo Erê - SC, 11 de Janeiro de 2017. ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito municipal

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 02/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 04/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 25 de janeiro de 2016 às 16 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS EM SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 12 de janeiro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DL 04/2017 - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 07/2017

Dispensa nº 04/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 11/01/2017 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UMA SALA EM ALVENARIA, COM ÁREA DE 140,00 M2, SITUADA NA RUA CEL. LUCIDORO, Nº 2032 NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE UM POSTO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SÃO SEBASTIÃO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 11 de janeiro de 2017.

Sandra Maria Rosar Bresola

Secretaria Municipal de Saúde

AVISO PP 021/2017 AQUISIÇÃO MATERIAL LABORATORIAL - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 26/01/2017 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LABORATORIAIS PARA USO NO LABORATORIO DA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS DURANTE O ANO DE 2017. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 11 de janeiro de 2017.

SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA

Secretaria Municipal de Saúde

RG 01_17 AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7

Processo Nº.: 100/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2017

No dia 10 do mês de Janeiro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 48/2016, Processo Licitatório nº. 100/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2017, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11567	EMANOEL MACHADO & CIA LTDA - EPP	2, 3
10699	STANG & STANG LTDA	1, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
EMANOEL MACHADO & CIA LTDA - EPP	22.733.202/0001-85	SANDRA MARA APARECIDA PINTO	055.709.899-86
STANG & STANG LTDA	08.033.253/0023-89	RICARDO FURLAN	060.826.199-86

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2017, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10699 - STANG & STANG LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	GASOLINA COMUM	L	STANG	58.120,000	3,2200	187.146,40
4	ARLA 32 - ADITIVO PARA DIESEL	L	BR QUIM	560,000	2,5000	1.400,00

Fornecedor: 11567 - EMANOEL MACHADO & CIA LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	OLEO DIESEL COMUM S500	L	EMANOEL	42.000,000	2,5400	106.680,00
3	OLEO DIESEL S10	L	EMANOEL	251.600,000	2,5900	651.644,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7
Processo Nº.: 100/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 100/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2016

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7

Processo Nº.: 100/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2016

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 100/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2016

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 100/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2016

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 100/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2016

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 10 de Janeiro de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

EMANOEL MACHADO & CIA LTDA - EPP

CNPJ: 22.733.202/0001-85 _____

STANG & STANG LTDA

CNPJ: 08.033.253/0023-89 _____

SAMAE - CAMPOS NOVOS**PORTARIA 014/2017**

PORTARIA SAMAE CNO 014/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR o servidor GIOVANE LUIZ DE ALVARENGA, Oficial Administrativo, Padrão 8.3.L para exercer a função gratificada de Coordenador Geral da Autarquia, retroagindo seus efeitos à 02 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 015/2017

PORTARIA SAMAE CNO 015/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR o servidor LUIZ MAZUCHINI, Encanador, Padrão 5.2.C para exercer a função gratificada de Coordenador das Atividades Técnicas, retroagindo seus efeitos à 02 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 016/2017

PORTARIA SAMAE CNO 016/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR o servidor ADÃO ALVÍSIO CORDEIRO, Encanador, Padrão 5.2.C para exercer a função gratificada de Chefe de Redes e Ramais - Água, retroagindo seus efeitos à 02 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 017/2017

PORTARIA SAMAE CNO 017/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR o servidor ALTAMIR BOFF, Operador de E.T.A./E.T.E., Padrão 7.3.F para exercer a função gratificada de Chefe de Redes e Ramais - Esgoto, retroagindo seus efeitos à 02 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 018/2017

PORTARIA SAMAE CNO 018/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR o servidor PAULO CÉSAR CORRÊA, Operador de E.T.A./E.T.E., Padrão 7.3.H para exercer a função gratificada de Chefe de Operações da E.T.A., retroagindo seus efeitos à 02 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

Capinzal

PREFEITURA

ATA Nº 004/2016 - CIALAR

ATA Nº004/2016

Ao vigésimo segundo dia do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às nove horas, nas dependências do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar – CIALAR, endereçado na Rua Emília Barison 130, em Capinzal, reuniram-se os prefeitos empossados dos municípios que compõem o Consórcio, sendo Sr. NilvoDorini – Prefeito de Capinzal, SrªKamile Beal Sartori – Secretária nomeada de Saúde e Assistência Social de Capinzal, o Sr Sergio Luiz Calegari – Prefeito e SrªOlides Rita Dalla ´OrsoletaVetorazi- Vice Prefeita de Lacerdópolis, Sr. Neri Luiz Miquelotto –Prefeito de Ouro, o SrªEvandoAntonio de Azeredo - Vice prefeito de Piratuba, e Sr. Emerson Ari Riechert- Prefeito reeleito de Ipira, ainda Sr. Vitor João Faccin – Prefeito de Ouro e atual Presidente do Consorcio, Srª Aline Rosseti – Coordenadora Social do CIALAR, Srª Daiani Paula Cardoso – Psicóloga e SrªSuziane Vieira Sarmento – Assistente Social da Instituição de Acolhimento, para realização da Assembleia Geral Ordinária do CIALAR, prevista no Estatuto Social, Art. 16.o qual trata da eleição de nova diretoria: “Consórcio será dirigido por uma Diretoria, composta por Presidente, Vice – Presidente e Secretário, eleitos por escrutínio secreto em Assembleia Geral Ordinária, realizada no mês de dezembro de cada ano, para o mandato de um (1) ano, sendo permitida reeleição.”Dessa forma decidiu-se na Assembleia de numero 003/2016 pela realização de Assembleia com os prefeitos empossados para repasse de informações a cerca do Consorcio, eleição do presidente, dentre outros assuntos como traz a ordem do dia:a)Apresentação dos trabalhos realizados, fluxo de acolhimentos; b)Prestação de Contas do ano de 2016; c)Deliberação da previsão orçamentaria 2017; d)Discussão sobre eleição do Presidente e Coordenador; e) Assuntos gerais; O presidente Vitor João Faccin deu boas vindas aos presentes e iniciou a Assembleia, agradecendo a presença de todos e realizou repasse de informações a respeito do funcionamento da Instituição de Acolhimento CIALAR, apresentou as profissionais que estão atualmente na gestão, e discorreu sobre sua satisfação em estar acompanhando a evolução que o CIALAR apresentou durante os quatro anos em que esteve acompanhando, relatou ainda de sua alegria em estar mais próximo durante sua presidência e fazer parte da caminhada do Consorcio, citou que o fato de a visibilidade que a Instituição de Acolhimento tem hoje se deve ao belo trabalho que vem sendo desenvolvido, com responsabilidade e cuidado, que o modelo de Consorcio é reconhecido no estado sendo o exemplo que a FECAM indica aos demais municípios. Vitor encerrou sua fala agradecendo pela oportunidade de estar à frente do CIALAR durante dois anos, agradecendo à coordenadora e equipe técnica pelo trabalho desenvolvido e estimulou os novos prefeitos a também aventurar-se na gestão do Consorcio, relatando ser algo muito gratificante, encerrou sua fala e passou a palavra a coordenadora Aline para que realizasse breve explanação dos trabalhos do ano. Aline deu as boas vindas aos presentes e iniciou sua apresentação em forma de slides, onde relembrou de forma breve o histórico do Consorcio, as evoluções e a atual conjuntura apresentada por meio de registros de momentos marcantes para a Instituição, e que de forma resumida exprimem o trabalho desenvolvido pela Instituição. Durante a apresentação os novos prefeitos questionaram a possibilidade da inserção de outros municípios no Consorcio, ao passo que a coordenadora explicou que em virtude de outros municípios pertencerem a outras comarcas seria inviável dispor de carro e pessoal para tal, e ainda de que se tem a orientação do judiciário de que não fazer este aceite. Ainda surgiram algumas demandas da quantidade de criança acolhidas, quais as atividades desenvolvidas e quais os recursos investidos além dos municipais, os quais foram sanados pela coordenadora Srª Aline, e pelo presidenteSr Vitor. Encerada a apresentação a Coordenadora Social passou a palavra ao Presidente para que procedesse com a eleição da nova diretoria, assim deu-se a eleição por votação, sendo indicado por unanimidade o prefeito eleito de Capinzal Sr.NilvoDorini, tendo como Vice-presidente do CIALAR, Sr. Neri Luiz Miquelotto - Prefeito de Ouro, e Secretario Sr. Sergio Luiz Calegari, Prefeito de Lacerdópolis, dessa forma formou-sea nova diretoria de Consorcio. Após a eleição a Srª. Aline trouxe a conhecimento dos presentes as questões orçamentarias da Instituição, dispondo para cada prefeito um balancete impresso da previsão orçamentaria para o próximo ano, ainda que devido ao alto índice de acolhimentos durante os dois anos de trabalho havia-se gasto mais do que anos anteriores, e em virtude dessa demanda solicitou por orientação da contabilidade,para que dentro do possível os municípios se organizassem para na primeira quinzena do mês fazer o repasse para dar vazão as responsabilidades do Consorcio, Srª. Aline relatou que dentro do balancete se encontram informações como o valor de rateio de cada município a forma de pagamento por parcelas, o valor previsto para cada área, os possíveis investimentos e manutenção da Instituição, não havendo nenhuma duvida com relação a esta apresentação, Vitor agradeceu o auxilio dos municípios e principalmente dos setores de contabilidade, compras e licitações, RH, Jurídico e de Capinzal que sempre estiveram dispostos a auxiliar, agradeceu ainda o Prefeito de Ipira Sr.Emerson pela ajuda durante os dois anos ao que refere a contabilidade e que acredita que com a bagagem de quatro anos poderá auxiliar os novos prefeitos na condução do CIALAR, Sr. Emerson agradeceu as considerações e discorreu sobre a condução da Instituição a qual está sendo realizada com coerência e responsabilidade em sua visão. Encerada a ordem do dia Sr. Vitor desejou sucesso aos novos prefeitos e se colocou a disposição para auxiliar quando necessários, pois vê de forma gratificante essa oportunidade, agradeceu à coordenadora e a equipe técnica pela condução dos trabalhos do Consorcio, convidou todos para um coffe break, e após visitação a sede do CIALAR, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia da qual se lavrou a presente Ata que segue assinada pelos presentes.

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0002/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0001/2017

PROCESSO Nº 0002/2017

Dispensa de Licitação Nº 0001/2017

SANDRO LUIZ TOALDO, SECRETARIO DE INFRAESTRUTURA, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de 2/2017conforme segue:

OBJETO

Contratação, de forma emergencial, de Empresa Especializada na prestação de serviços, conforme itens descritos, na área Urbana e Interior do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios

FORNECEDOR

Item	Qtidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
01	3	Mês	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais – 400 Toneladas/mês.	T.O.S	57.540,00	172.620,00
02	3	Mês	Operação, Manutenção e Monitoramento de Aterro Sanitário – 400 Toneladas/mês.	T.O.S	43.284,00	129.852,00
03	3	Mês	Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos – 140 Km/ mês	T.O.S	16.270,80	48.812,40
04	3	Mês	Fornecimento de Equipe de Apoio*	T.O.S	51.580,06	154.740,18
TOTAL:						506.024,58

OBSERVAÇÕES:

- Os Serviços deverão ser prestados através de empresa especializada e devidamente licenciada para tal finalidade.
- A coleta deverá ser realizada diariamente na área urbana e semanalmente no interior do município.
- A Equipe de apoio a que se refere o item 04 deverá ser composta de no mínimo: 01 (um) caminhão dotado de equipamento poliguindaste; 03 (três) caçambas estacionárias com capacidade mínima de 5,00 m³, 01 (uma) moto-serra; 02 (duas) roçadeiras; 01 (um) motorista, 09 (nove) ajudantes e ferramentas básicas: (enxadas, pás, vassourões, rastelos, carrinhos de mão, serrotes, cones de sinalização, tela de proteção de roçada), entre outros.
- A contratação será realizada de forma emergencial, nos termos do art. 24, inciso IV, da lei nº 8666/93, por até 90 dias, podendo ser prorrogado por até mais 90 dias, a depender da homologação do processo licitatório a ser deflagrado.
- Para fins de retenção do INSS e atendimento dos requisitos do E-sfinge Obras do TCE/SC, a proponente deverá informar:
 - a) Valor do material e meio mecânico;
 - b) Valor da mão de obra;
 - c) Percentual do BDI praticado
- Apresentar Planilha de Custos de formação do preço proposto, para cada um dos itens cotados, com detalhamento de todos os elementos que o influenciam.

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	4
R\$ 506.024,58 (Quinhentos e seis mil, vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de pesquisa de mercado, com três empresas e estipulado o valor mínimo apresentado.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 141 - Manutenção dos serviços de coleta e destino final
Órgão: 6 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade: 1 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 130 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
Projeto/Atividade: 2.065 - Manutenção dos serviços de coleta e destino final
Elemento: 31909239000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Despesa: 142 - Manutenção dos serviços de coleta e destino final
Órgão: 6 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade: 1 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 130 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
Projeto/Atividade: 2.065 - Manutenção dos serviços de coleta e destino final
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 11 de Janeiro de 2017.

SANDRO LUIZ TOALDO

Catanduvas

CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2016

A Lei de Meios, para o exercício de 2016 de nº 2.520/2015 de 08 de Dezembro de 2015, estimou a receita em 0,00 e fixou a despesa em 1.291.000,00.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		1.291.000,00
+ Créditos Suplementares:	58.808,00	
+ Créditos Especiais:	0,00	58.808,00
- Reduções:		58.808,00
DESPESA AUTORIZADA:		1.291.000,00

CRÉDITOS ADICIONAIS:

No exercício considerado, foram autorizados 4 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 58.808,00, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	58.808,00
Despesa a Menor	0,00
TOTAL:	58.808,00

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 0,00, verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 0,00, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	0,00
Arrecadacao a Menor	0,00
Receita Arrecadada	0,00

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 2.520/2015 foi de R\$ 1.291.000,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 970.392,24, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	1.043.000,00	965.080,64	-77.919,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	805.000,00	800.419,19	-4.580,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	238.000,00	164.661,45	-73.338,55
DESPESAS DE CAPITAL	248.000,00	5.311,60	-242.688,40
INVESTIMENTOS	248.000,00	5.311,60	-242.688,40
Total	1.291.000,00	970.392,24	-320.607,76

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS : R\$ 800.419,19 , que representa 82,4841 % do total. O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2013	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00
2015	907.644,19	3.755,60	911.399,79
2016	965.080,64	5.311,60	970.392,24

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	1.291.000,00
Créditos Suplementares:	58.808,00
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	58.808,00
Total	1.291.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVASBetha Sistemas
Exercício 2016**Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta****CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA**

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	1.291.000,00
Créditos Suplementares:	58.808,00
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	58.808,00
Total	1.291.000,00

DESPESA REALIZADA

Orçamentária	970.392,24
Despesa a Menor	-320.607,76

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA**BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	430.000,00
RECEITA ARRECADADA	
Receita Orçamentária	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	1.291.000,00
Interferências Financeiras	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	235.947,61
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00
TOTAL	1.956.947,61
DESPESA REALIZADA	
Despesa Orçamentária	970.392,24
Transferências Financeiras Concedidas	120.607,76
Interferências Financeiras	0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	235.947,61
 Saldo em 31/12/2016	 630.000,00
TOTAL	1.956.947,61

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Betha Sistemas
 Exercício 2016

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO CIRCULANTE	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	630.000,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	302,05
Total do Ativo Circulante	630.302,05
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
IMOBILIZADO	111.338,21
Total do Ativo Não-Circulante	111.338,21
TOTAL DO ATIVO	741.640,26
PASSIVO CIRCULANTE	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	52.748,60
Total do Passivo Circulante	52.748,60
TOTAL DO PASSIVO	52.748,60
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	688.891,66
TOTAL	741.640,26
ATIVO FINANCEIRO	630.000,00
ATIVO PERMANENTE	111.640,26
PASSIVO FINANCEIRO	0,00
PASSIVO PERMANENTE	52.748,60
SALDO PATRIMONIAL	688.891,66

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.
 Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada	
Saldo do exercício anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	0,00
Amortização Verificada no Exercício	0,00
Saldo para o exercício seguinte	0,00

DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 0,00 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	0,00
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	0,00
DÉBITOS DA TESOURARIA	0,00
TOTAL	0,00

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2016

Saldo do exercício anterior	0,00 D
Nova formação da dívida	235.947,61 D
(-) Amortização do exercício	235.947,61 D
Saldo do exercício de 2015	0,00 D

Betha Sistemas
Exercício 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.291.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.291.000,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	42.087,83
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	39.818,54
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.269,29
TOTAL	1.333.087,83
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
PESSOAL E ENCARGOS	871.756,31
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	733.481,72
ENCARGOS PATRONAIS	138.274,59
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	144.813,51
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	11.650,22
SERVIÇOS	133.163,29
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	120.607,76
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	120.607,76
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.897,43
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.897,43
TOTAL	1.139.075,01
RESULTADO PATRIMONIAL	194.012,82

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2016, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		DESPESAS CORRENTES	965.080,64
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	800.419,19
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	164.661,45
DEFICIT	965.080,64		
TOTAL	965.080,64	TOTAL	965.080,64
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	965.080,64
		DESPESAS DE CAPITAL	5.311,60
		INVESTIMENTOS	5.311,60
DEFICIT	970.392,24		
TOTAL	970.392,24	TOTAL	970.392,24
Resumo			
SUPRIMENTOS	0,00	DESPESAS CORRENTES	965.080,64
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	5.311,60
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.291.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	120.607,76
		SUPERAVIT	200.000,00
TOTAL	1.291.000,00	TOTAL	1.291.000,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
 Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
 Contadora CRC 022.439/O-O

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 1

Entidade : CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
0101.01 Legislativa	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
0101.01.031 Ação Legislativa	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
01.01.01.031.0001 LEGISLATIVO	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
01.01.01.031.0001.1.002 CONSTRUÇÃO DA SEDE E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	226.000,00	0,00	226.000,00	0,00	226.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100 Aplicacoes Diretas	226.000,00	0,00	226.000,00	0,00	226.000,00
01.01.01.031.0001.1.110 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL	22.000,00	0,00	22.000,00	5.311,60	16.688,40
4.4.90.00.00.00.00.0100 Aplicacoes Diretas	22.000,00	0,00	22.000,00	5.311,60	16.688,40
4.4.90.52.00.00.00.0100 Equipamentos e Material Permanente				5.311,60	
4.4.90.52.06.00.00.0100 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				1.798,00	
4.4.90.52.30.00.00.0100 Máquinas e Equipamentos Energéticos				2.996,00	
4.4.90.52.99.00.00.0100 Outros Equipamentos e Material Permanente				517,60	
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	1.043.000,00	0,00	1.043.000,00	965.080,64	77.919,36
3.1.90.00.00.00.00.0100 Aplicacoes Diretas	805.000,00	0,00	805.000,00	800.419,19	4.580,81
3.1.90.11.00.00.00.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				663.158,89	
3.1.90.11.01.00.00.0100 vencimentos e salários				610.340,67	
3.1.90.11.37.00.00.0100 gratificação por tempo de serviço				1.337,27	
3.1.90.11.43.00.00.0100 13º salário				51.480,95	
3.1.90.13.00.00.00.0100 Obrigações Patronais				137.260,30	
3.1.90.13.02.00.00.0100 Contribuições Previdenciárias - INSS				134.148,07	
3.1.90.13.99.00.00.0100 Outras Obrigações Patronais				3.112,23	
3.3.90.00.00.00.00.0100 Aplicacoes Diretas	235.192,00	0,00	235.192,00	161.853,45	73.338,55
3.3.90.14.00.00.00.0100 Diárias - Civil				41.011,69	
3.3.90.14.14.00.00.0100 Diárias no País - Civil				41.011,69	
3.3.90.30.00.00.00.0100 Material de Consumo				11.650,22	
3.3.90.30.04.00.00.0100 Gás Engarrafado				147,80	
3.3.90.30.07.00.00.0100 Gêneros de Alimentação				2.962,56	
3.3.90.30.16.00.00.0100 Material de Expediente				1.248,06	
3.3.90.30.17.00.00.0100 Material de Processamento de Dados				2.106,00	
3.3.90.30.21.00.00.0100 Material de Copa e Cozinha				389,88	
3.3.90.30.22.00.00.0100 Material de Limpeza e Produção de Higienização				1.811,62	
3.3.90.30.24.00.00.0100 Material para Manutenção de Bens Imóveis				70,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA**CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 2

Entidade : CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
0101.01 Legislativa	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
0101.01.031 Ação Legislativa	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
01.01.01.031.0001 LEGISLATIVO	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	1.043.000,00	0,00	1.043.000,00	965.080,64	77.919,36
3.3.90.30.26.00.00.00.0100 Material Elétrico e Eletrônico				322,90	
3.3.90.30.99.00.00.00.0100 Outros Materiais de Consumo				2.591,40	
3.3.90.33.00.00.00.00.0100 Passagens e Despesas com Locomoção				1.549,10	
3.3.90.33.01.00.00.00.0100 Passagens Para o País				1.549,10	
3.3.90.36.00.00.00.00.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				19.008,41	
3.3.90.36.15.00.00.00.0100 Locação de Imóveis				19.008,41	
3.3.90.39.00.00.00.00.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				68.822,46	
3.3.90.39.01.00.00.00.0100 Assinatura de Periódicos e Anuidades				932,90	
3.3.90.39.11.00.00.00.0100 Locação de Softwares				17.783,21	
3.3.90.39.43.00.00.00.0100 Serviços de Energia Elétrica				3.768,20	
3.3.90.39.44.00.00.00.0100 Serviços de Água e Esgoto				1.317,12	
3.3.90.39.47.00.00.00.0100 Serviços de Comunicação em Geral				9.289,22	
3.3.90.39.48.00.00.00.0100 Serviços de Seleção e Treinamento				2.000,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.0100 Serviços de Telecomunicações				3.778,69	
3.3.90.39.59.00.00.00.0100 Serviços de Áudio, Vídeo e Foto				105,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.0100 Serviços Gráficos e Editoriais				410,00	
3.3.90.39.77.00.00.00.0100 Vigilância Ostensiva/Monitorada				960,00	
3.3.90.39.83.00.00.00.0100 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos				2.139,12	
3.3.90.39.97.00.00.00.0100 Despesas de Teleprocessamento				1.140,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				25.199,00	
3.3.90.46.00.00.00.00.0100 Auxílio-Alimentação				17.914,14	
3.3.90.46.01.00.00.00.0100 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				17.914,14	
3.3.90.93.00.00.00.00.0100 Indenizações e Restituições				1.897,43	
3.3.90.93.01.00.00.00.0100 Indenizações				1.897,43	
3.3.93.00.00.00.00.00.0100 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	2.808,00	0,00	2.808,00	2.808,00	0,00
3.3.93.39.00.00.00.00.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.808,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 3

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
0101.01 Legislativa	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
0101.01.031 Ação Legislativa	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
01.01.01.031.0001 LEGISLATIVO	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	1.043.000,00	0,00	1.043.000,00	965.080,64	77.919,36
3.3.93.39.99.00.00.0100 Outros Serviços				2.808,00	
Total por Entidade:	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76
Total Geral:	1.291.000,00	0,00	1.291.000,00	970.392,24	320.607,76

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
 Anexo 12 - Balanço Orçamentário
 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)			0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (II)			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas			0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária			0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas			0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária			0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)			0,00	0,00	0,00	0,00
DEFICIT (IV)			1.291.000,00	1.291.000,00	970.392,24	-
TOTAL (V) = (III + IV)			1.291.000,00	1.291.000,00	970.392,24	-320.607,76
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)			-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro			-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais			-	0,00	0,00	-
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	1.043.000,00	1.043.000,00	965.080,64	965.080,64	965.080,64	77.919,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	747.000,00	805.000,00	800.419,19	800.419,19	800.419,19	4.580,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	296.000,00	238.000,00	164.661,45	164.661,45	164.661,45	73.338,55
DESPESAS DE CAPITAL	248.000,00	248.000,00	5.311,60	5.311,60	5.311,60	242.688,40
INVESTIMENTOS	248.000,00	248.000,00	5.311,60	5.311,60	5.311,60	242.688,40
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	1.291.000,00	1.291.000,00	970.392,24	970.392,24	970.392,24	320.607,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	1.291.000,00	1.291.000,00	970.392,24	970.392,24	970.392,24	320.607,76
SUPERÁVIT (IX)	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	1.291.000,00	1.291.000,00	970.392,24	970.392,24	970.392,24	320.607,76

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
 Anexo 12 - Balanço Orçamentário
 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 2/2

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
 Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
 Contadora CRC 022.439/O-O

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
 BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
 Administração Direta

EXERCÍCIO: 2016
 PERÍODO (MÊS): Janeiro a Dezembro
 DATA DE EMISSÃO: 11/01/2017
 PÁGINA: 1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	0,00	0,00	Despesa Orçamentária (VII)	970.392,24	911.399,79
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	970.392,24	911.399,79
Vinculada	0,00	0,00			
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.291.000,00	1.214.100,00	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	120.607,76	172.700,21
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.291.000,00	1.214.100,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	120.607,76	172.700,21
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	235.947,61	190.677,29	Pagamentos Extraorçamentários (X)	235.947,61	190.677,29
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	235.947,61	190.677,29	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	235.947,61	190.677,29
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00			
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00			
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	430.000,00	300.000,00	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)	630.000,00	430.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	430.000,00	300.000,00	BANCO C/ MOVIMENTO	630.000,00	430.000,00
TOTAL (VI) = (II+III+IV+V)	1.956.947,61	1.704.777,29	TOTAL (XII) = (VII+VIII+X+XI)	1.956.947,61	1.704.777,29

Catanduvás, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
 Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Marini
 Contadora CRC 022.439/O-0

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	630.302,05	430.265,68	PASSIVO CIRCULANTE	52.748,60	41.413,45
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	630.000,00	430.000,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	52.748,60	41.413,45
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	302,05	265,68	TOTAL DO PASSIVO	52.748,60	41.413,45
ATIVO NÃO CIRCULANTE	111.338,21	106.026,61			
IMOBILIZADO	111.338,21	106.026,61	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			RESULTADOS ACUMULADOS	688.891,66	494.878,84
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	194.012,82	92.607,83
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	494.878,84	402.271,01
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	688.891,66	494.878,84
TOTAL	741.640,26	536.292,29	TOTAL	741.640,26	536.292,29
ATIVO FINANCEIRO	630.000,00	430.000,00	PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	111.640,26	106.292,29	PASSIVO PERMANENTE	52.748,60	41.413,45
SALDO PATRIMONIAL				688.891,66	494.878,84

COMPENSAÇÕES	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	12.365,88	21.248,21
			DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
			DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
			ORDINÁRIA	630.000,00	422.040,46
			TOTAL	630.000,00	422.040,46

Notas:

Os valores disponíveis em caixa e equivalente de caixa são destinados à construção da sede própria da Câmara de Vereadores, conforme Leis Municipais n.º 2.431/13, 2.482/14, 2.522/15 e 2.556/16. As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, correspondem aos valores provisionados para férias e encargos sociais sobre férias para o próximo exercício.

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Marini
Contadora CRC 022.439/O-0

ESTADO DE SANTA CATARINA**CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS**

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta

Exercício de 2016
PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro
Página: 1/1**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.333.087,83	1.214.100,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.291.000,00	1.214.100,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.291.000,00	1.214.100,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	42.087,83	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	39.818,54	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.269,29	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.139.075,01	1.121.492,17
PESSOAL E ENCARGOS	871.756,31	769.941,57
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	733.481,72	647.215,58
ENCARGOS PATRONAIS	138.274,59	122.725,99
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	144.813,51	175.448,27
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	11.650,22	14.027,39
SERVIÇOS	133.163,29	161.420,88
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	120.607,76	172.700,21
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	120.607,76	172.700,21
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.897,43	3.402,12
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.897,43	3.402,12
Resultado Patrimonial do Período	194.012,82	92.607,83

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da DespesaSimone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16

Administração Direta

Exercício de 2016

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

Autorizações				Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão		Emissão	Resgate	
							Valor

Totais:

0,00

0,00

0,00

0,00

NADA À DECLARAR

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
 Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante
 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício 2016
 PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro
 Página: 1/1

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS	0,00	235.947,61	235.947,61	0,00
ASSERV	0,00	5.162,75	5.162,75	0,00
Contribuição Sindical	0,00	499,23	499,23	0,00
DESPESAS COM CELULAR/FIXO	0,00	37,47	37,47	0,00
EMPRESTIMO CEF	0,00	65.270,20	65.270,20	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	21.728,59	21.728,59	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	3.433,13	3.433,13	0,00
INSS EMPRESA	0,00	600,60	600,60	0,00
INSS FUNCIONÁRIOS	0,00	68.035,92	68.035,92	0,00
ISS	0,00	163,80	163,80	0,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	66.730,35	66.730,35	0,00
RETENÇÃO RELATIVA A SALÁRIO FAMÍLIA NA CONTRIBUIÇÃO	0,00	233,28	233,28	0,00
RETENÇÃO RELATIVA A SALÁRIO MATERNIDADE NA CONTRIBUIÇÃO	0,00	4.052,29	4.052,29	0,00
NÃO HÁ MOVIMENTAÇÃO				

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
 Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
 Contadora CRC 022.439/O-O

ESTADO DE SANTA CATARINA**CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS**

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS	4.549.869,32	1.630.529,92
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	4.549.869,32	1.630.529,92
DESEMBOLSOS	4.344.557,72	1.496.774,32
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	799.296,51	765.865,52
Legislativa	799.296,51	765.865,52
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	3.545.261,21	730.908,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	205.311,60	133.755,60

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESEMBOLSOS	5.311,60	3.755,60
Outros Desembolsos de Investimentos	5.311,60	3.755,60
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.311,60	-3.755,60

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

	Exercício Atual	Exercício Anterior
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	200.000,00	130.000,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	430.000,00	300.000,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	630.000,00	430.000,00

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro

Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini

Contadora CRC 022.439/O-O

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	402.271,01	0,00	402.271,01
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.607,83	0,00	92.607,83
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494.878,84	0,00	494.878,84
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494.878,84	0,00	494.878,84
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	194.012,82	0,00	194.012,82
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	688.891,66	0,00	688.891,66

Catanduvas, 11/01/2017

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			965.080,64
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			800.419,19
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		800.419,19	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	663.158,89		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	610.340,67		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	1.337,27		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	51.480,95		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	137.260,30		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	134.148,07		
3.1.90.13.99.00.00.00	Outras Obrigações Patronais	3.112,23		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			164.661,45
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		161.853,45	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	41.011,69		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	41.011,69		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	11.650,22		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	147,80		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	2.962,56		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	1.248,06		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	2.106,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	389,88		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.811,62		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	70,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	322,90		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	2.591,40		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	1.549,10		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	1.549,10		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	19.008,41		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	19.008,41		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	68.822,46		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	932,90		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	17.783,21		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	3.768,20		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.317,12		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	9.289,22		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	2.000,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	3.778,69		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	105,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	410,00		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	960,00		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	2.139,12		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	1.140,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	25.199,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	17.914,14		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	17.914,14		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	1.897,43		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	1.897,43		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		2.808,00	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.808,00		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serviços	2.808,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.311,60
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.311,60

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.311,60	5.311,60	
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.798,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	2.996,00		
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	517,60		
Total da Unidade:				970.392,24
Total do Órgão:				970.392,24
Total da Entidade:				970.392,24
TOTAL GERAL:				970.392,24

Catanduvás, 11/01/2017

Monalisa Ruaro

Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini

Contadora CRC 022.439/O-O

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			965.080,64
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			800.419,19
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		800.419,19	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	663.158,89		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	610.340,67		
3.1.90.11.37.00.00	gratificação por tempo de serviço	1.337,27		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	51.480,95		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	137.260,30		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	134.148,07		
3.1.90.13.99.00.00	Outras Obrigações Patronais	3.112,23		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			164.661,45
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		161.853,45	
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	41.011,69		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	41.011,69		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	11.650,22		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	147,80		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	2.962,56		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	1.248,06		
3.3.90.30.17.00.00	Material de Processamento de Dados	2.106,00		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	389,88		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.811,62		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	70,00		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	322,90		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	2.591,40		
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	1.549,10		
3.3.90.33.01.00.00	Passagens Para o País	1.549,10		
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Fisica	19.008,41		
3.3.90.36.15.00.00	Locação de Imóveis	19.008,41		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	68.822,46		
3.3.90.39.01.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	932,90		
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	17.783,21		
3.3.90.39.43.00.00	Serviços de Energia Elétrica	3.768,20		
3.3.90.39.44.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.317,12		
3.3.90.39.47.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	9.289,22		
3.3.90.39.48.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	2.000,00		
3.3.90.39.58.00.00	Serviços de Telecomunicações	3.778,69		
3.3.90.39.59.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	105,00		
3.3.90.39.63.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	410,00		
3.3.90.39.77.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	960,00		
3.3.90.39.83.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	2.139,12		
3.3.90.39.97.00.00	Despesas de Teleprocessamento	1.140,00		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	25.199,00		
3.3.90.46.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	17.914,14		
3.3.90.46.01.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	17.914,14		
3.3.90.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	1.897,43		
3.3.90.93.01.00.00	Indenizações	1.897,43		
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		2.808,00	
3.3.93.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.808,00		
3.3.93.39.99.00.00	Outros Serviços	2.808,00		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.311,60
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.311,60
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.311,60	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.311,60		
4.4.90.52.06.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.798,00		
4.4.90.52.30.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	2.996,00		

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	517,60		
Total:				970.392,24

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------	-------	---------------------

NADA À DECLARAR

Total: ,00

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da DespesaSimone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa		5.311,60	965.080,64	970.392,24
01.031	Ação Legislativa		5.311,60	965.080,64	970.392,24
01.031.0001	LEGISLATIVO		5.311,60	965.080,64	970.392,24
01.031.0001.1.002	CONSTRUÇÃO DA SEDE E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS			0,00	0,00
01.031.0001.1.110	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO EM GERAL		5.311,60		5.311,60
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO			965.080,64	965.080,64
Total:					970.392,24
Total da Entidade:					970.392,24
TOTAL GERAL:					970.392,24

Catanduvás, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa				
01.031	Ação Legislativa		5.311,60	965.080,64	970.392,24
01.031.0001	LEGISLATIVO		5.311,60	965.080,64	970.392,24
01.031.0001.1.002	CONSTRUÇÃO DA SEDE E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS				0,00
01.031.0001.1.110	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL		5.311,60		5.311,60
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO			965.080,64	965.080,64
Total:		0,00	5.311,60	965.080,64	970.392,24

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA **CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos
 Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	970.392,24		970.392,24
01.031	Ação Legislativa	970.392,24		970.392,24
01.031.0001	LEGISLATIVO	970.392,24		970.392,24
01.031.0001.1.110	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO EM GI	5.311,60		5.311,60
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	965.080,64		965.080,64
	Total:	970.392,24		970.392,24

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
 Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
 Contadora CRC 022.439/O-O

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

ÓRGÃOS	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL A JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
--------	-------------	------------	---------------------	---------------	-----------------	-------------------

1 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES 970.392,24
Total : 970.392,24

ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
--------	---------	-------------	------------------	--------------------	-------------------------	-------

1 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Total : 970.392,24
970.392,24

Catanduvas, 11/01/2017

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

ORÇAMENTO EXERCÍCIO 2017

Natureza Jurídica não encontrada
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 1/1
 Data: 11/01/2017

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
		DESPESAS CORRENTES	1.123.000,00
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	808.000,00
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	315.000,00
Deficit	1.123.000,00		
Total	1.123.000,00	Total	1.123.000,00
		Deficit do orçamento corrente	1.123.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	230.000,00
		INVESTIMENTOS	230.000,00
Deficit	230.000,00		
Total	230.000,00	Total	230.000,00
Resumo			
		DESPESAS CORRENTES	1.123.000,00 83,00 %
		DESPESAS DE CAPITAL	230.000,00 17,00 %
Deficit do Orçamento	1.353.000,00		
Total	1.353.000,00	Total	1.353.000,00 100,00 %

Página: 1/1
Data: 11/01/2017

Natureza Jurídica não encontrada
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.123.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		808.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		808.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		315.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		310.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		5.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			230.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		230.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		230.000,00	
Total das despesas:				1.353.000,00
Total da entidade:				1.353.000,00
Total geral:				1.353.000,00

Página: 1/1
Data: 11/01/2017

Natureza Jurídica não encontrada
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS			1.353.000,00
4.5.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS		1.353.000,00	
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS		1.353.000,00	
4.5.1.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS			
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA-INTRA OFSS	1.353.000,00		
Total das transferências:				1.353.000,00
Total por entidade:				1.353.000,00
Total geral:				1.353.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1
Data: 11/01/2017

Funções		Subfunções
1 Legislativa		31 Ação Legislativa

Página: 1/1
Data: 11/01/2017

Natureza Jurídica não encontrada
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS					
Órgão: 01.00 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		230.000,00	1.123.000,00	0,00	1.353.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		230.000,00	1.123.000,00	0,00	1.353.000,00
01	Legislativa	230.000,00	1.123.000,00		1.353.000,00
01.031	Ação Legislativa	230.000,00	1.123.000,00		1.353.000,00
01.031.0001	LEGISLATIVO	230.000,00	1.123.000,00		1.353.000,00
01.031.0001.1.002	CONSTRUÇÃO DA SEDE E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	200.000,00			200.000,00
01.031.0001.1.110	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL	30.000,00			30.000,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO		1.123.000,00		1.123.000,00
				Total geral:	1.353.000,00

Página: 1/1
Data: 11/01/2017

Natureza Jurídica não encontrada
CÂMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	230.000,00	1.123.000,00		1.353.000,00
01.031	Ação Legislativa	230.000,00	1.123.000,00		1.353.000,00
01.031.0001	LEGISLATIVO	230.000,00	1.123.000,00		1.353.000,00
Total:		230.000,00	1.123.000,00	0,00	1.353.000,00
Total geral:		230.000,00	1.123.000,00	0,00	1.353.000,00

Página: 1/1
Data: 11/01/2017

Natureza Jurídica não encontrada
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	1.353.000,00		1.353.000,00
01.031	Ação Legislativa	1.353.000,00		1.353.000,00
01.031.0001	LEGISLATIVO	1.353.000,00		1.353.000,00
Total:		1.353.000,00	0,00	1.353.000,00
Total geral:		1.353.000,00	0,00	1.353.000,00

Página: 1/5
Data: 11/01/2017

Natureza Jurídica não encontrada
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		1.353.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		1.353.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 2/5
Data: 11/01/2017

Natureza Jurídica não encontrada
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 3/5
Data: 11/01/2017

Natureza Jurídica não encontrada
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 4/5
Data: 11/01/2017

Natureza Jurídica não encontrada
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 5/5
Data: 11/01/2017

Natureza Jurídica não encontrada
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.353.000,00
		Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	1.353.000,00
		Total geral:					1.353.000,00

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 001/2017 PCS

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratado: CRISTIAN BUFON MUCELINI.

Contrato nº: 001/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL SENDO: TÉCNICO PROFISSIONAL DE ENGENHARIA CIVIL PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, EMISSÃO DE LAUDOS E MEDIÇÕES, ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E EXECUÇÃO DE DEMAIS SERVIÇOS ATINENTES A FUNÇÃO DE ENGENHARIA CIVIL E PROJETOS TÉCNICOS, EM OBRAS E SERVIÇOS DA MUNICIPALIDADE E DE PROGRAMAS COM A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 10/01/2017.

Vigência: 10/04/2017.

Valor do Contrato: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 01/2017 MEDICAMENTOS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 1/2017

PROCESSO: 1/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 1/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando O: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA FARMACIA BASICA DO POSTO DE SAUDE MUNICIPAL.

Entrega da documentação e proposta até as 08:15 horas do dia 30/01/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 12 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 03 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 3/2017

PROCESSO: 3/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 03/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando O REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO E HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Entrega da documentação e proposta até as 13h15min do dia 31/01/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 12 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

017.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 017/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares de 30 (trinta) dias, no período de 09.01.2017 à 07.02.2017, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº. 008, de 23.12.99, aos servidores municipais abaixo relacionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
Alceu Pereira	2014/2015	Secretaria Municipal da Saúde
Amilton Carlos Westphal	2015/2016	Secretaria Municipal da Saúde
Claudete HullerRoling	2015/2016	Secretaria Municipal da Saúde
Mauricio de Andrade	2015/2016	Secretaria Municipal da Saúde
Sinara Regina Prim de Melo	2015/2016	Secretaria Municipal da Saúde
Santos Avelino da Silva	2015/2016	Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.
Jaques Ernani Bezerra	2015/2016	Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.
Sérgio Pereira	2014/2015	Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.
Adriana Martins	2015/2016	Secretaria Municipal da Assistência Social
ClaudireneFerreira	2015/2016	Secretaria Municipal da Assistência Social
Deize Regina dos Santos Cruz	2016/2017	Secretaria Municipal da Assistência Social
Luciani Paul Kerschbaum	2015/2016	Secretaria Municipal da Assistência Social
Acir Mello	2015/2016	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Ademir França	2015/2016	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Alessandro de Souza	2015/2016	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
DjhonLenonnKlettenberg	2015/2016	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Marcelo de Souza	2015/2016	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Carlos Roberto Goedert	2015/2016	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Evaristo Franzen	2015/2016	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Roni Capistrano	2015/2016	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Joelcio Carlos Cabral	2015/2016	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Acir Mello	2015/2016	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
AvanesaKerschbaum Will	2015/2016	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento
Jaqueline Francisco	2015/2016	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento
Diego Fernando Chiquio	2015/2016	Secretaria Municipal da Fazenda
SirleyChiquio Medeiros	2015/2016	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.01.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

019.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 019/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 05.01.2016 à 04.01.2017, a DILVA ROSA CORREIA PAUL, matriculada



sob o nº 23902, ocupante do cargo Efetivo de Secretária de Escola – 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 09.01.2017 a 07.02.2017, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.01.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

020.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 020/2017

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 03 (três) dias;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da servidora pública MARCIANE LOPES, licença pelo período de 03 (três) dias, de 11.01.17 a 13.01.17, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2016.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO CADASTRAL 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EDITAL DE CHAMAMENTO CADASTRAL 2017.

O Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, de acordo com o previsto no parágrafo 1º, do artigo 34 da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores, torna público que o registro cadastral está permanentemente aberto para o ingresso de novas empresas interessadas em fazer sua inscrição, e convoca as empresas já inscritas no Cadastro de Fornecedores, que estiverem com o Certificado de Registro Cadastral fora do prazo de vigência, a providenciarem sua renovação, junto a Secretaria Municipal da Fazenda Departamentos de Licitações e Contratos, sendo que os documentos necessários para cadastramento encontram-se à Lei nº 8666/93, Art. 27 à 33, que deverão ser apresentados junto ao Paço Municipal, sito à Rua Allan Regis Inácio, 15, Centro, Chapadão do Lageado SC, em horário de expediente das 07:30 às 13:30 .

Informações através do telefone: (47) 3537-0072

Chapadão do Lageado/SC, 12 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

HOMOLOGA INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO 06/2016 - SMECE

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC, torna público:

O presente Edital de Homologação dos Inscritos no Processo Seletivo objeto do Edital nº 06/2016-SMECE, de 16 de novembro de 2016, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

1. A prova escrita será realizada no dia 15.01.2017, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, localizado na Rua Erinete de Souza Machado, Centro do município de Chapadão do Lageado/SC, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 30 minutos, com início às 9h.

1.1. É obrigatória a apresentação de documento oficial com foto. Poderá ser exigido comprovante de inscrição. O candidato deverá estar munido de caneta esferográfica azul ou preta.

1.2. O portão de acesso ao local de prova será aberto às 8h15min e fechado às 9h.

2. A Recolha dos documentos dos candidatos para vagas de professor para a Prova de Títulos e Tempo de será realizada no mesmo local da Prova Escrita. Quando o candidato encerrar a Prova Escrita, em silêncio, deverá ir até o local indicado para entrega de seus documentos.

2.1. O documentos para comprovação da habilitação mínima, prova de títulos e tempo de serviço podem ser cópias simples. Em uma eventual divergência, a empresa se resguarda no direito de solicitar a apresentação dos documentos originais em outra oportunidade.

2.2. No local de entrega dos títulos não será realizado cópias.

Chapadão do Lageado, 12 de janeiro de 2017.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

FONOAUDIÓLOGO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
511851	21/08/1994	Ana Carolina Marian Da Silva E Silva	5862192
503000	14/06/1994	Ana Maria Mees	5616566
507539	02/11/1993	Carlos EduardoDe Melo	490875932
507486	04/03/1992	Gabriel Rodrigo Desbesell	53336882
505040	05/05/1972	Karin Berndt	971044
508406	10/02/1994	Samara Gisela De Andrade	6186619
515630	26/06/1993	Veronica Martins	5667047

ORIENTADOR SOCIAL

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
516327	05/11/1989	Adriane Da Luz Barcellos Aires	5552513
519246	09/03/1996	Alexsandra Inacio	5670917
519307	20/07/1994	Alisson Borges Dos Santos	5670467
506089	07/07/1992	Angelica Silveira Sypriany Pereira	5748985
516842	19/08/1998	CarolineAnacleto	5670742
517555	08/10/1995	CleisianeChiquioBraun	5670839
504426	25/03/1980	Enia De Fatima Marquez	3164069
518267	18/07/1996	Gabriel Felipe Maciel	6257705
505049	07/04/1997	Gabriela BerndtBorgonovo	4609221
512870	25/12/1999	Gustavo Rafael Dos Anjos	6713226
520920	23/12/1998	Henrique Rodrigues Sebold	5748211
508295	17/08/1987	Jani Mara Ramos	4725925
508486	18/06/1996	Karina Kerschbaum	6257890
502847	20/11/1995	Karina Mendes	5354601
522893	12/02/1995	Keity Sebold Da Silva	4725959
518045	09/08/1989	Ketlin Caroline Silva De Oliveira	4371810
521552	31/05/1996	Kruisten Passig	5877552
506059	04/02/1997	Lais Cristine Pereira Machado	5670731
507525	12/03/1969	Lucimara Da Silva De Oliveira	24759350
519466	28/03/1992	Nathalia Schmidt Alves	52790371
522762	17/01/1997	Rafaela Paul	5872815
517397	18/11/1979	Raquel Francisco	3674760
512572	08/10/1996	Renata Sebold	5670777
512173	14/01/1998	Taynara Gabriela Damann	6050686

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
502614	12/11/1993	Adriane Wambomel Franca	6257070
518443	30/03/1995	Ana Paula De Melo	5071995

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
512855	21/04/1995	Ana Zilda De Oliveira Semann	5670744
515222	28/12/1985	Andreia Doerner Sens	4724957
509288	05/04/1992	Andressa OtiliaManrich	5670143
506715	07/11/1983	Ariana Floriano	4203779
503314	26/10/1976	Beatriz KarnoskiJasper	3674166
517775	22/12/1994	Camila Momm Chiquio	5142657
503691	11/06/1996	Carla Milena Schmidt	5670719
514868	11/10/1981	Catiane Aparecida Zappelini	4011758
514390	30/07/1984	Claudia Lopes Sypriani	3833271
519730	19/02/1994	Daniela Da Cruz	5081198
516138	07/11/1988	Danieli Wernke Rode	4932093
506422	01/03/1982	Denise Machado Klettenberg	4011444
514508	03/12/1988	Denise Pereira	50096885
515961	16/07/1994	DjessicaManrich	5670145
522285	11/02/1977	Edineia De Souza Bittencourt	4236131
518568	04/12/1978	Elisandra Cunha Rodrigues Kist	3019121320
519578	07/06/1990	Eloiza Da Silva Bettoly	5142831
514493	14/08/1984	Evilanea De Oliveira	4390872
509045	01/10/1987	Fernanda Cristina Medeiros	47247711
504612	23/08/1981	Franciele De Barros	3966044
505556	06/04/1997	Gabrieli AperecidaSperber	5872100
514779	09/01/1989	Jaqueline Lehmkuhl Hasse	5009786
509071	26/07/1989	Juliete Amaral	5142836
508487	18/06/1996	Karina Kerschbaum	6257890
511986	15/06/1992	Keli Regina Rengel	53544242
503732	10/09/1997	Kesia Silvia Demetrio	5670707
506060	04/02/1997	Lais Cristine Pereira Machado	5670731
514768	16/11/1997	Larissa Franz	5456391
508587	06/04/1989	Luana Franz De Oliveira	4725876
502482	07/03/1985	Luciana Espindola Bittencourt	4390432
520840	19/10/1988	Luciani Da Silva Adamek	6937585
512332	26/04/1970	Maria Luiza Goedert Jeremias	22554297
519337	17/12/1984	Marilene KlaumannKuhnen	4725095
514531	02/07/1983	Marinelma Raymundo	36742872
516913	29/07/1980	Mary Silvia Kersbaum Medeiros	35339535
518433	16/02/1990	Michele KnaulJohse	4573752
517037	06/12/1993	Monique Rafaela Eduardo	5670794
516604	11/12/1986	Nara LigiaVieira Da Silva	5354296
514515	19/07/1972	Nerci Ramos	2.917.855
514296	20/10/1967	Neuza Sebold De Ameida	2253770
507509	11/02/1988	Patricia Machado Hinckel	4932155
523091	24/08/1991	Patricia Marcirio	5142653
507473	27/04/1993	Patricia Pereira	50096710
502476	07/01/1992	Renata Portes Dos Santos	51424282
506039	04/04/1974	Rita De Cassia Pereira	3890917
514840	28/12/1981	RosemeriHamann	4097645
519832	22/07/1982	RosenildaHobus	3693417
507438	20/02/1991	Sabrina Cabral	45752966
519547	09/01/1975	Sonia Pereira Schmitt	2.259.276
514300	30/08/1993	Taine Rode Schröder	5670442

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
513089	27/10/1990	Alvaro Camargo Sant' Ana	1102451299
514554	07/05/1975	Claudinei Da Silveira	2259908
514509	03/12/1988	Denise Pereira	50096885
506999	29/08/1985	Edna Bilk	45738920
519741	18/08/1995	Guilherme Pereira	5670810
514121	18/05/1994	Janderson Machado	5471963
503139	24/06/1995	Maira Weiss	4932829

PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
515969	13/09/1995	Ademar Rosa Neto	6479526
507884	18/06/1994	Dalila Stange	54123186
511400	11/09/1979	Daniel Rodrigo Da Veiga	307254045
514122	18/05/1994	Janderson Machado	5471963
508296	17/08/1987	Jani Mara Ramos	4725925
518494	20/06/1985	Joanes Montibeller	4317649
514217	09/06/1992	Luis Fernando Ramos	4932116
505530	24/11/1979	Max Pinheiro Barbosa	3171556
508629	09/11/1971	Olivio Pereira Ferreira	6131746
518738	10/02/1977	Otavio Muller	3243749

PROFESSOR GEOGRAFIA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
518268	18/07/1996	Gabriel Felipe Maciel	6257705
518046	09/08/1989	Ketlin Caroline Silva De Oliveira	4371810
507510	11/02/1988	Patricia Machado Hinckel	4932155
512573	08/10/1996	Renata Sebold	5670777

PROFESSOR CIÊNCIAS

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
502514	18/07/1980	Juliano Back	2258939

PROFESSOR HISTÓRIA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
519731	19/02/1994	Daniela Da Cruz	5081198
508284	13/07/1998	Fabio Matteussi	6257999
508446	13/07/1998	Viviane Herdt	5670721

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
508899	20/08/1986	Bruna Miranda	4234558
517974	17/12/1977	Fabio De Souza Magalhaes Costa	133677518
521085	17/08/1986	Jaqueline Maria Steinbach	4573854

PROFESSOR MATEMÁTICA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
522735	21/06/1986	Edivan Roberto Roling	4390895
519742	18/08/1995	Guilherme Pereira	5670810
512871	25/12/1999	Gustavo Rafael Dos Anjos	6713226
518495	20/06/1985	Joanes Montibeller	4317649
523187	17/10/1995	Joao Willian De Almeida	5670861
521604	21/11/1973	Leandro Boszko	4051536921
517197	08/03/1994	Nayara Schneider	5670760

PROFESSOR ANOS INICIAIS

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
502615	12/11/1993	Adriane Wambomel Franca	6257070
518444	30/03/1995	Ana Paula De Melo	5071995
512856	21/04/1995	Ana Zilda De Oliveira Semann	5670744
515223	28/12/1985	Andreia Doerner Sens	4724957
503315	26/10/1976	Beatriz KarnoskiJasper	3674166
514869	11/10/1981	Catiane Aparecida Zappelini	4011758
514391	30/07/1984	Claudia Lopes Sypriani	3833271
514555	07/05/1975	Claudinei Da Silveira	2259908
516139	07/11/1988	Danieli Wernke Rode	4932093
506423	01/03/1982	Denise Machado Klettenberg	4011444
515962	16/07/1994	DjessicaManrich	5670145
522286	11/02/1977	Edineia De Souza Bittencourt	4236131
518569	04/12/1978	Elisandra Cunha Rodrigues Kist	3019121320
519579	07/06/1990	Eloiza Da Silva Bettoly	5142831
514494	14/08/1984	Evilanea De Oliveira	4390872
509046	01/10/1987	Fernanda Cristina Medeiros	47247711
504613	23/08/1981	Franciele De Barros	3966044
505557	06/04/1997	Gabrieli AperecidaSperber	5872100
503873	30/03/1980	Geani Floriano Grah	3533957
521080	17/08/1986	Jaqueline Maria Steinbach	4573854
509072	26/07/1989	Juliete Amaral	5142836
511987	15/06/1992	Keli Regina Rengel	53544242
503733	10/09/1997	Kesia Silvia Demetrio	5670707
521553	31/05/1996	Kruisten Passig	5877552
502483	07/03/1985	Luciana Espindola Bittencourt	4390432
503903	19/10/1988	Luciani Da Silva Adamek	6937585
519338	17/12/1984	Marilene KlaumannKuhnen	4725095
514532	02/07/1983	Marinelma Raymundo	36742872
517038	06/12/1993	Monique Rafaela Eduardo	5670794
516605	11/12/1986	Nara LigiaVieira Da Silva	5354296
521346	19/04/1989	Nayara Potyra Capistrano	5071113
514516	19/07/1972	Nerci Ramos	2.917.855
523092	24/08/1991	Patricia Marcirio	5142653
506040	04/04/1974	Rita De Cassia Pereira	3890917
514841	28/12/1981	RosemeriHamann	4097645
519833	22/07/1982	RosenildaHobus	3693417
507439	20/02/1991	Sabrina Cabral	45752966
514301	30/08/1993	Taine Rode Schröder	5670442

PROFESSOR ARTES

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
506090	07/07/1992	Angelica Silveira Sypriany Pereira	5748985
503140	24/06/1995	Maira Weiss	4932829
502477	07/01/1992	Renata Portes Dos Santos	51424282
507161	07/04/1983	Simone Cordeiro Dos Santos	4011946

PROFESSOR INGLÊS

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
508900	20/08/1986	Bruna Miranda	4234558
517975	17/12/1977	Fabio De Souza Magalhaes Costa	133677518
508285	13/07/1998	Fabio Matteussi	6257999
514780	09/01/1989	Jaqueline Lehmkuhl Hasse	5009786
502490	20/07/1978	Juliana Maria Longen	37416073

508588	06/04/1989	Luana Franz De Oliveira	4725876
--------	------------	-------------------------	---------

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
515970	13/09/1995	Ademar Rosa Neto	6479526
514429	27/08/1967	Aldo Jeremias	2121809
512705	23/12/1982	Aline Polini	3547424
519308	20/07/1994	Alisson Borges Dos Santos	5670467
507592	12/03/1998	Caroline Inacio	5872946
505232	01/02/1996	Debora Andre	5670011
506561	17/04/1992	Deivid Dioni Monteiro	4573880
503874	30/03/1980	Geani Floriano Grah	3533957
512503	12/08/1985	Hugo Filipe Klaumann	3512795
516322	31/07/1997	InacioHames	6711357
514769	16/11/1997	Larissa Franz	5456391
517852	23/11/1977	Milene Ramos	4052393
514785	24/12/1994	MonicaAparecida Manenti Bennert	5465737
518432	14/11/1986	Rafael SchafferJohse	5142121
507479	15/07/1996	Samara Cabral de Andrade	5142561

PSICOPEDAGOGA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
504144	17/07/1992	Bianca Caroline Stein Martins	52799565
521345	19/04/1989	Nayara Potyra Capistrano	5071113
508640	16/10/1980	Sarah Araujo De Lucena	2450236

SEGUNDO PROFESSOR

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
514430	27/08/1967	Aldo Jeremias	2121809
509289	05/04/1992	Andressa OtiliaManrich	5670143
506716	07/11/1983	Ariana Floriano	4203779
517776	22/12/1994	Camila Momm Chiquio	5142657
503692	11/06/1996	Carla Milena Schmidt	5670719
512333	26/04/1970	Maria Luiza Goedert Jeremias	22554297
516914	29/07/1980	Mary Silvia Kersbaum Medeiros	35339535
514297	20/10/1967	Neuza Sebold De Ameida	2253770
507474	27/04/1993	Patricia Pereira	50096710

HOMOLOGA INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO 06/2016 - SMECE - PNE

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS PNE O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC, torna público:

O presente Edital de Homologação dos Inscritos portadores de necessidades especiais no Processo Seletivo objeto do Edital nº 06/2016-SMECE, de 16 de novembro de 2016, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

1. A prova escrita será realizada no dia 15.01.2017, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, localizado na Rua Erinete de Souza Machado, Centro do município de Chapadão do Lageado/SC, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 30 minutos, com início às 9h.

1.1. É obrigatória a apresentação de documento oficial com foto. Poderá ser exigido comprovante de inscrição. O candidato deverá estar munido de caneta esferográfica azul ou preta.

1.2. O portão de acesso ao local de prova será aberto às 8h15min e fechado às 9h.

2. A Recolha dos documentos dos candidatos para vagas de professor para a Prova de Títulos e Tempo de será realizada no mesmo local da Prova Escrita. Quando o candidato encerrar a Prova Escrita, em silêncio, deverá ir até o local indicado para entrega de seus documentos.

2.1. O documentos para comprovação da habilitação mínima, prova de títulos e tempo de serviço podem ser cópias simples. Em uma eventual divergência, a empresa se resguarda no direito de solicitar a apresentação dos documentos originais em outra oportunidade.

2.2. No local de entrega dos títulos não será realizado cópias.

Chapadão do Lageado, 12 de janeiro de 2017.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
515969	13/09/1995	Ademar Rosa Neto	6479526

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
515970	13/09/1995	Ademar Rosa Neto	6479526

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/PMCS/2017 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/PMCS/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/PMCS/2017 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Pisos Cerâmicos, para uso em edificações do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 25/01/2017.

Abertura: Dia 25/01/2017, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 11 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 11/FMS/2016

CONTRATO Nº: 03/2016.

ADITIVO Nº: 11/2016.

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – PRORROGAÇÃO & ACRÉSCIMO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: JOÃO RAFAEL ZACCARON.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 04/FMS/2016.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 01/FMS/2016.

Objeto do contrato: Locação de imóvel de propriedade do locador, localizado na Rua Professor Paulo Galli, nº 39, centro, neste município, para nele serem instalados serviços públicos de interesse do município (Almoxarifado da Secretaria de Saúde).

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto prorrogação e acréscimo de 7,13% (sete vírgula treze por cento) IGP-M ao valor do contrato firmado entre as partes em 28/04/2016.

Assinatura: 16/12/2016.

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 8.389,56 (oito mil e trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS PR 51/PMCS/2016

Relatório de Análise das Amostras

Governo Municipal de Cocal do Sul

AO EDITAL DE PREGÃO Nº 51/PMCS/2016**REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: Registro de preços de **Cestas Básicas**, conforme Lei Municipal nº 1.206, de 18 de junho de 2014, para funcionários do Município de Cocal do Sul.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PRÉ APROVADAS	APROVADAS	REPROVADAS	MOTIVO
1	ARROZ PARBOILIZADO: AGULHINHA, LONGO FINO, TIPO 1, SEM GLÚTEN, CONTENDO NO MÍNIMO DE 90% DE GRÃOS INTEIROS COM NO MÁXIMO DE 14% DE UMIDADE. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 1 KG OU 5 KG.	KG	Kika, Minutinho, Fumascence, Rampineli, Amboni, Delarroz, Mavil, Tia Vena			
2	AÇÚCAR REFINADO: DE 1ª QUALIDADE, DEVERÁ SER FABRICADO DE CANA DE AÇÚCAR LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA DE PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS – EMBALAGENS ÍNTEGRAS PESANDO 1 KG OU 5 KG.	KG	Alto Alegre, Duçula, União, Caravelas, Dolce, Neve, Cometa			
3	LEITE LONGA VIDA, LEITE INTEGRAL, POR PROCESSAMENTO UHT (ULTRA HIGHT TEMPERATURE), COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (100 G): MÁXIMO DE 3 G DE LIPÍDIOS / 5 G DE CARBOIDRATOS / MÍNIMO DE 3 G DE PROTEÍNAS / VALOR CALÓRICO DE 60 KCAL. EMBALAGENS TETRAPAK DE 1L.	L	Italac, Tirol, Languirú, Elegê, Terra Viva, Bom Gosto, Aurora, Piracanjuba			
4	FARINHA DE TRIGO: ESPECIAL PRODUTO OBTIDO A PARTIR DE CEREAL LIMPO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDA, FERMENTADA OU RANÇOSA. COM ASPECTO DE PÓ FINO, COR BRANCA OU LIGEIRAMENTE AMARELADA, CHEIRO PRÓPRIO E SABOR PRÓPRIO. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 1 KG.	KG	Rosa Branca, Orquídea, Flor de Lis, Fidalga, Mafalda, Três Coroas			
5	FEIJÃO, TIPO 1, PRETO, NOVO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1KG, GRÃOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO, LISO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS OU CORPOS ESTRANHOS, COM REGISTRO NO MA, INFORMAÇÕES DO	KG	Baschiroto, Caldão, Panelaço, Jabuti, Rio Belo			

	FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.					
6	SAL: REFINADO, IODADO, COM GRANULAÇÃO UNIFORME E COM CRISTAIS BRANCOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 1 KG.	KG	Zizo, Miramar, Zaeli, Lebre, Diana			
7	BISCOITO DOCE: TIPO ROSQUINHA (CRISTAL, CHOCOLATE, COCO), MARIA OU LEITE. OS BISCOITOS DEVEM ESTAR INTACTOS, NÃO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA, SABOR CARACTERÍSTICO. NÃO DEVEM APRESENTAR SINAIS DE PARASITOS, UMIDADE, SUJIDADES. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS DE 400 G OU 800 G.	KG	Boccone, Bislau, Prodasa, Racine, Casaredo, Isabela			
8	MACARRÃO: TIPO ALETRIA, CABELO DE ANJO OU PARAFUSO, DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS. COM RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. – EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 500G OU 1 KG.	KG	Orquídea, Renata, Gallo, Germany, Parati, Casaredo, Todeschini, Isabela, Mosmann	Diana		
9	CAFÉ TRADICIONAL, TORRADO E MOÍDO. EMBALAGEM A VÁCUO INTACTA COM PESO LÍQUIDO DE 500G. DEVE APRESENTAR SELO DE PUREZA ABIC COM CLASSIFICAÇÃO PARA CAFÉS TRADICIONAIS. OU SEJA, CAFÉS DE QUALIDADE RECOMENDÁVEL, TORRADOS EM GRÃO OU TORRADOS MOÍDOS, SÃO AQUELES CONSTITUÍDOS DE CAFÉS ARÁBICOS OU BLENDS COM ROBUSTA (MISTURA DE ARÁBICA E ROBUSTA) QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DE QUALIDADE GLOBAL. MAIS ESPECIFICAMENTE, SÃO AQUELES CONSTITUÍDOS POR GRÃOS DE CAFÉ TIPO 8 COB (CLASSIFICAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA) OU MELHORES, COM UM MÁXIMO DE 20 % EM PESO DE GRÃOS COM DEFEITOS PRETOS, VERDES E ARDIDOS, ADMITINDO- SE A UTILIZAÇÃO DE GRÃOS PASSADOS E DE CAFÉS VERDES CLAROS COM QUALQUER BEBIDA.	KG	Caboclo, Bom Jesus, Jurerê	Odebrecht		
10	FARINHA DE MANDIOCA, GRUPO SECA, SUBGRUPO FINA, TIPO 1. DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS E ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO DEVERÃO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS. ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS CONTENDO 1 KG.	KG	Fariman, Mandim, Yoki, Deusa, Scremin, Farifort			
11	FARINHA DE MILHO: AMARELA, DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO PODERÃO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS. EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 1 KG.	KG	Della Nona, Hilpa, Scremin, Sinhá			
12	OVO DE GALINHA: VERMELHO FRESCO, CASCA	DZ				

	FIRME E HOMOGÊNEA; LISO, LIMPO, SEM RACHADURA, PESO MÍNIMO DE 50 (CINQUENTA)G A UNIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 15 DIAS NO MOMENTO DA ENTREGA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO OU PLÁSTICO. DEVE APRESENTAR RÓTULO ADEQUADO.					
13	ÓLEO DE SOJA: REFINADO. QUE TENHA SOFRIDO PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO COMO DEGOMAGEM, NEUTRALIZAÇÃO, CLARIFICAÇÃO, FRIGORIFICAÇÃO OU NÃO DE DESODORIZAÇÃO – EMB. PET DE 900 ML.	UN	Soya, Liza, Coamo, Primor, Suavit, Leve, Salada, Cocamar			

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017-FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017 – FMAS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de cestas básicas, através de registro de preços, para as famílias em situação de risco ou vulnerabilidade social, com base na Lei Municipal nº 4.829, de 17 de Dezembro de 2015, para o exercício 2017; conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital. Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 26/01/2017.

Abertura: dia 27/01/2017 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 10 de janeiro de 2017

DENISE JUSTI LOPES

Gestora do FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017-FMC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017 - FMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de monitoramento eletrônico na Fundação Municipal de Cultura e no

Centro Cultural Concórdia conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 30/01/2017.

Abertura: dia 31/01/2017 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 11 de janeiro de 2017.

JULIO GOMES

Diretor-Superintendente da FMC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 03/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 03/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Contrato 792311/2013/M.D.A/CAIXA – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – CONSTRUÇÃO DA Balsa Flutuante: TRAPICHE DOS PESCADORES, no valor de R\$ 299.469,50 (Duzentos e noventa e nove mil e quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos).

Concórdia SC, 11 de Janeiro de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.

Secretário Municipal de Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 2695/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.695, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia ELISABET FÁTIMA ANTONIAK MARCHETTI – Assessor da Presidência.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora ELISABET FÁTIMA ANTONIAK MARCHETTI, para exercer o cargo de Assessor da Presidência, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-2, a partir do dia 4 de janeiro de 2017.

Concórdia, 4 de janeiro de 2017.

Artêmio Ortigara

Presidente

Anderson Guzzatto

Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta

1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

DECRETO 2696/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.696, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia ROBERTO KURTZ PEREIRA – Assessor Jurídico.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor ROBERTO KURTZ PEREIRA, para exercer o cargo de Assessor Jurídico, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-2, a partir do dia 4 de janeiro de 2017.

Concórdia, 4 de janeiro de 2017.

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

DECRETO 2697/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.697, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia EDEMILSON JOSÉ LAZZARI JUNIOR – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor EDEMILSON JOSÉ LAZZARI JUNIOR, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 4 de janeiro de 2017.

Concórdia, 4 de janeiro de 2017.

DECRETO 2698/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.698, DE 6 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia FREDY GILBERTO MUELLER – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor FREDY GILBERTO MUELLER, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 6 de janeiro de 2017.

Concórdia, 6 de janeiro de 2017.

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

DECRETO 2699/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.699, DE 6 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia MARLI SALETE BETONI GIOTTO – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora MARLI SALETE BETONI GIOTTO, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 6 de janeiro de 2017.

Concórdia, 6 de janeiro de 2017.

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

DECRETO 2700/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.700, DE 6 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia FRANCIELE CRISTINA DA SILVA – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora FRANCIELE CRISTINA DA SILVA, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 6 de janeiro de 2017.

Concórdia, 6 de janeiro de 2017.

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

DECRETO 2701/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.701, DE 6 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia JULIANA LUPATO ZUCCHI – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora JULIANA LUPATO ZUCCHI, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 6 de janeiro de 2017.

Concórdia, 6 de janeiro de 2017.

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

DECRETO 2702/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.702, DE 6 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia ADRIANO ZANATTA – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor ADRIANO ZANATTA, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 6 de janeiro de 2017.

Concórdia, 6 de janeiro de 2017.

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

DECRETO 2703/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.703, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia ELISANDRA NEVES FORNER – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora ELISANDRA NEVES FORNER, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 11 de janeiro de 2017.

Concórdia, 11 de janeiro de 2017.
Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

DECRETO 2704/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.704, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia FABIOLA APARECIDA STEDILLE – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora FABIOLA APARECIDA STEDILLE, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 11 de janeiro de 2017.

Concórdia, 11 de janeiro de 2017.
Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

DECRETO 2705/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.705, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 11 de janeiro de 2017.

Concórdia, 11 de janeiro de 2017.
Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

DECRETO 2706/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.706, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia ADRIAN CHRISTHOFFER STEIL – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor ADRIAN CHRISTHOFFER STEIL, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 11 de janeiro de 2017.

Concórdia, 11 de janeiro de 2017.

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

PORTARIA 1/2017

PORTARIA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Convoca a servidora ELENICE ZITTA ora em gozo de férias regulamentares.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONVOCAR a servidora ELENICE ZITTA, ora em gozo de férias regulamentares, para o exercício das funções inerentes ao cargo, por absoluta necessidade do serviço, a partir do dia 2 de janeiro de 2017, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Concórdia, 2 de janeiro de 2017.

Artêmio Ortigara
Presidente

PORTARIA 2/2017

PORTARIA Nº 2, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Convoca a servidora DELAIR MARA SELBACH DALLEGRAVE ora em gozo de férias regulamentares.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONVOCAR a servidora DELAIR MARA SELBACH DALLEGRAVE, ora em gozo de férias regulamentares, para o exercício das funções inerentes ao cargo, por absoluta necessidade do serviço, de 2 a 8 de janeiro de 2017, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Concórdia, 2 de janeiro de 2017.

Artêmio Ortigara
Presidente

Coronel Freitas

CÂMARA MUNICIPAL

01/2017

RESOLUÇÃO Nº 02/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO ASSESSOR DE IMPRENSA DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º. Nomear o Sr. DEOCLÉCIO GASPARINI, inscrito sob o CPF nº 665.283.309-30, para exercer o cargo de ASSESSOR DE IMPRENSA da Câmara Municipal de Vereadores, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, conforme previsto no Plano de Cargos e Salários da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas (Lei Complementar 002/2014);

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução dessa Resolução correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento próprio da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Freitas, 01 de janeiro de 2017

Diovani Pagnocelli

Presidente da Câmara de Vereadores

02/2017

RESOLUÇÃO Nº 03/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO TESOUREIRO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º. Nomear o Sr. LUCIANO SARTORI, inscrito sob o CPF nº 057.113.149-20, para exercer o cargo de TESOUREIRO da Câmara Municipal de Vereadores, conforme previsto no Plano de Cargos e Salários da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas (Lei Complementar 002/2014);

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução dessa Resolução correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento próprio da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Freitas, 01 de janeiro de 2017

Diovani Pagnocelli

Presidente da Câmara de Vereadores

03/2017

RESOLUÇÃO Nº 01/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE DO SECRETÁRIO GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º. Nomear e empossar o Sr. LUCIANO SARTORI, inscrito sob o CPF nº 057.113.149-20, para exercer o cargo de SECRETÁRIO GERAL da Câmara Municipal de Vereadores, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e regime de dedicação exclusiva, conforme previsto no Plano de Cargos e Salários da Câmara de

Vereadores de Coronel Freitas (Lei Complementar 002/2014);

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução dessa Resolução correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento próprio da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Freitas, 01 de janeiro de 2017

Diovani Pagnocelli

Presidente da Câmara de Vereadores

ATO DELEGATÓRIO

Ofício nº 001/2017 Coronel Freitas (SC), 01 de janeiro de 2017.

Ato Delegatório

Informamos Vossa Senhoria por meio deste, os poderes de conta corrente a serem cadastrados para movimentação financeira para o CNPJ nº 10.561.874/0001-71 da Câmara Municipal de Vereadores. A conta cadastrada sob o CNPJ acima, serão movimentadas mediante assinaturas dos gestores: Presidente Diovani Pagnocelli – CPF nº 024.114.609-70 e C.I. nº 3123988, e pelo Tesoureiro, a Sr. Luciano Sartori – CPF nº 057.113.149-20 e C.I. nº 4.910.699-6. Salientamos que as movimentações financeiras serão assinadas em conjunto de 02 (dois) gestores, com exceção da consulta de saldos e extratos, que podem ser consultados de forma individual. Este ato será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme espelho em anexo.

Os Poderes a serem cadastrados são os seguintes:

Emitir cheques

Autorizar cobrança

Utilizar o crédito aberto na forma e condições

Solicitar saldos e extratos

Requisitar talonários de cheques

Autorizar débito em conta relativo a operações

Retirar cheques devolvidos

Endossar cheque

Requisitar cartão eletrônico

Sustar/contrar ordenar cheques

Cancelar cheques

Baixar cheques

Efetuar resgates/aplicações financeiras

Cadastrar, alterar e desbloquear senhas

Efetuar saques - conta corrente

Efetuar saques - poupança

Efetuar pagamentos por meio eletrônico

Efetuar transferências por meio eletrônico

Consultar contas/aplicação de programas repasse recursos

Liberar arquivos de pagamentos no AASP

Solicitar saldos/extratos, exceto investimentos

Solicitar saldos/extratos de investimentos

Solicitar saldos/extratos de operações de crédito

Emitir comprovantes

Efetuar transferência p/ mesma titularidade por meio eletrônico

Encerrar contas de depósito

Consultar obrigações do débito direto autorizado

Atenciosamente,

Diovani Pagnocelli Presidente	luciano sartori TESOUREIRO
Ilustríssimo Senhor Gerente do Banco do Brasil Coronel Freitas - SC	

TERMO POSSE 01/2017**TERMO DE POSSE**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas, por meio deste Termo, dar posse ao Sr. LUCIANO SARTORI, no cargo de SECRETÁRIO GERAL da Câmara Municipal de Vereadores, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e dedicação integral, conforme a Lei Complementar 002/2014 (Plano de Cargos e Salários do Poder Legislativo Municipal) e Lei 2078/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Registra-se através deste Termo a entrega pelo Sr. Luciano Sartori, de todos os documentos necessários à nomeação e posse, bem como o compromisso prestado pelo mesmo em desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, além de respeitar as leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Nomeação, sendo devidamente assinado pelas partes.

Coronel Freitas, 01 de janeiro de 2017
Diovani Pagnocelli Luciano Sartori
Presidente da Câmara de Vereadores Secratário

TERMO POSSE 02/2017**TERMO DE POSSE**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas, por meio deste Termo, dar posse ao Sr. DEOCLECIO GASPARINI, no cargo de ASSESSOR DE IMPRENSA da Câmara Municipal de Vereadores, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, conforme a Lei Complementar 002/2014 (Plano de Cargos e Salários do Poder Legislativo Municipal) e Lei 2078/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Registra-se através deste Termo a entrega pelo Sr. Deoclécio Gasparini, de todos os documentos necessários à nomeação e posse, bem como o compromisso prestado pelo mesmo em desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, além de respeitar as leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

Coronel Freitas, 01 de janeiro de 2017
Diovani Pagnocelli Deoclécio Gasparini
Presidente da Câmara de Vereadores Assessor de Imprensa

Correia Pinto

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO CADASTRAL 2017

EDITAL DE CHAMAMENTO CADASTRAL 2017

O Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, de acordo com o previsto no parágrafo 1º, do artigo 34 da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores, torna público que o registro cadastral está aberto para o ingresso de novas empresas interessadas em fazer sua inscrição, e convoca as empresas já inscritas no Cadastro de Fornecedores, que estiverem com o Certificado de Registro Cadastral fora do prazo de vigência, a providenciarem sua renovação, junto ao Departamento de Compras, sendo que os documentos necessários para cadastramento encontram-se à Lei nº 8666/93, Art. 27 à 33, que deverão ser apresentados junto ao Paço Municipal, sito à Av. Duque de Caxias, 1569 – 88.535-000, Correia Pinto - SC. Para mais informações, através do telefone: (49) 3243-1150 ou pessoalmente no setor de compras e licitações.

Correia Pinto/SC, 12 de janeiro de 2017.

Celso Rogerio Alves Ribeiro

Prefeito Municipal

ERRATA - EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 07/2016 FMS - FHMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 07/2016 FMS/FHMCP

ERRATA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL.

Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Quarta dos Contratos Administrativos: nº 590, 591, 592, 593, 595, de 02 de dezembro de 2016, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Instrumento: Contrato nº 656/2016 FMS e nº 655/2016 FHMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SANDRO VILMAR PIRES ME.

CNPJ: 09.253.952/0001-91.

Instrumento: Contrato nº 657/2016 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SUPER-AR LTDA ME.

CNPJ: 04.195.853/0001-87.

Instrumento: Contrato nº 654/2016 FHM

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 83.157.032/0001-22.

Instrumento: Contrato nº 653/2016 FHM

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME.

CNPJ: 23.518.341/0001-59.

Vigência: 31/12/2016 a 31/01/2017.

Correia Pinto/SC 11 de janeiro de 2017.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

II ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 64/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 64/2014

II ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO – EXCLUSÃO DE ITEM

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

Errata de extrato de contrato nº 0583/2016 PMCP, excluindo-se o item 21, VW GOL 1.0 / ANO 2006, PLACA – MEK 1828, CHASSI – 9BW-CAO5W77TO48925, RENAVAL 898898595, COR BRANCA, COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA, PAS/AUTOMOVEL, MARCA – VW/ GOL 1.0,

MODELO 2006, 05 PESSOAS.

Motivo: Veículo leiloado.

O valor de 1,087,31 (Um mil e oitenta e sete reais, e trinta e um centavos) será descontado no boleto de pagamento dos seguros.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa GENTE SEGURADORA SA

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Instrumento: Contrato nº PMCP 0583/2016

ITEM	COBERTURA	FRANQUIA LIMITE MÁXIMO	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$:
21	TOTAL	1.500,00	VW GOL 1.0 / ANO 2006 PLACA – MEK 1828 CHASSI – 9BWCA05W77TO48925 RENAVAN – 898898595 COR BRANCA COMBUSTIVEL – ALCOOL/GASOLINA PAS/AUTOMOVEL MARCA – VW/ GOL 1.0 MODELO 2006 05 PESSOAS	1,087,31

Correia Pinto, 12 de janeiro de 2017.

CELSO ROGERIO ALVES RIBEIRO

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2017

EDITAL nº 001/2017

CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS/ARTISTAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ENTRETENIMENTO PARA OS GRUPOS DE IDOSOS DA COMUNIDADE JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, obedecendo aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem nortear a administração pública, faz saber que, estarão abertas inscrições para a seleção de Artistas interessados em prestar serviços como Músicos para a Secretaria de Assistência Social e Habitação.

1. DO OBJETO

1.1 O presente edital visa o credenciamento de profissionais interessados em prestar serviços para a Municipalidade de CURITIBANOS-SC como Músicos no decorrer de 2017, consiste em apresentação musical de 4 horas semanais em evento que visa o entretenimento e a inclusão social para os idosos munícipes. O contrato poderá ser aditado à Critério da Administração Pública de acordo com a Lei nº 8.666/93.

1.2 O quadro abaixo ilustra os requisitos para habilitar o credenciamento do interessado conforme a necessidade da proponente:

Descrição

Artista: músico (pessoa física) ou dupla (pessoa jurídica), devidamente qualificado e habilitado para exercer a função, que possua experiência musical, que possua os instrumentos e aparelhos necessários para a execução de seu trabalho, ficando a seu critério o uso e/ou o quantitativo dos mesmos para a sua apresentação, com voz e som de qualidade, devendo no mínimo utilizar um instrumento (gaita, violão, teclado, etc.), que conheça, toque e cante músicas no estilo bandinha, música gaúcha e sertanejas atuais e mais antigas e demais ritmos dançantes próprios para o público idoso.

2.DAS ESPECIFICAÇÕES DA NECESSIDADE

2.1 As apresentações acontecerão preferencialmente todas as quartas-feiras das 14 horas até as 18 horas no espaço oferecido pela Prefeitura, no Restaurante do Parque de Exposições Pouso do Tropeiro - EXPOCENTRO em Curitibanos – SC onde todas as quartas-feiras acontecem atividades ao público idoso. Eventualmente poderá haver mudança de horário e local, sempre previamente acordado com a contratada.

2.2 Os profissionais que se habilitarem deverão possuir e usar seus próprios equipamentos e instrumentos e tudo o mais pertinente ao desenvolvimento de sua apresentação conforme necessidade do mesmo.

2.3 Após classificação e contratação a apresentação de cada candidato será acompanhada por profissionais da secretaria e poderão ser canceladas e rescindidas a qualquer momento caso haja necessidade por parte da secretaria, diante do não cumprimento das condições acordadas ou em decorrência de não aprovação por parte do público destinado.

3. DAS EXIGÊNCIAS GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

Serão admitidos a participar da presente seleção os candidatos que apresentarem:

3.1. Cumprimento a todas as exigências deste edital.

3.2. Comprovada qualificação e ou experiência documentada na área para o desenvolvimento da atividade proposta em questão;

3.3. Não pertencer ao quadro de funcionários da Prefeitura do Município de Curitibanos.

3.4. Apresentar a documentação exigida.

3.5. Ser artista músico individual ou dupla, sendo vedado o

credenciamento de bandas e conjuntos.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições estarão abertas a partir de 09 de janeiro de 2017 das 13h00min às 17h00min, mediante a entrega, no ato da inscrição, dos documentos elencados abaixo, que deverão ser protocolizados na Secretaria de Assistência Social e Habitação, sito a Rua Marcos Gonçalves de Farias nº427, Bairro São José (Antigo CESEC).

4.1.1 Ficha de inscrição preenchida e assinada pelo candidato; anexo I do Edital

4.1.2 Carteira de identidade (fotocópia);

4.1.3 Cadastro de Pessoa Física (CPF) regular junto a Receita Federal (fotocópia) ou CNPJ caso pessoa jurídica;

4.1.4 Currículo Vitae, atualizado, com documentos que comprovem a qualificação e a experiência enquanto músico, demonstrando estar o proponente apto a desenvolver a atividade musical na área proposta;

4.1.5 Declaração do proponente de ciência de que o seu credenciamento e possível seleção para integrar o credenciamento não gerará direito subjetivo a sua efetiva contratação e de que conhece e aceita incondicionalmente as regras do presente edital; Anexo II do Edital.

4.1.6 Declaração do proponente – sob pena da lei – de que não é funcionário público municipal de CURITIBANOS- SC; Anexo II do Edital.

5. DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

5.1 A Comissão de credenciamento caberá à análise dos documentos apresentados pelos artistas e seus currículos, por meio de participação nas reuniões promovidas para estes fins sem, entretanto, atribuir qualquer colocação ou preferência.

5.2 A Comissão de credenciamento será composta por quatro membros, dois funcionários da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, um membro do Conselho do Idoso e um profissional de experiência na área musical.

5.3 Nenhum membro da Comissão de credenciamento poderá participar de forma alguma de projeto concorrente ou ter quaisquer vínculos profissionais ou empresariais com as propostas apresentadas, ou de parentesco com os proponentes.

5.4 A Comissão de credenciamento é soberana quanto ao mérito das decisões.

6. DA SELEÇÃO e HOMOLOGAÇÃO

6.1 A Comissão de credenciamento será responsável pela análise e seleção dos currículos apresentados de acordo com a necessidade;

6.2 Após a análise e classificação na audição seletiva classificatória, a Comissão de credenciamento encaminhará a lista dos credenciados e fará publicação no átrio da Prefeitura Municipal, bem como no site do Município e no Diário dos Municípios.

6.3 Após devidamente credenciados, os artistas serão convocados em reunião pública onde será realizado um sorteio da ordem de apresentação.

6.4 A efetiva contratação somente ocorrerá depois de cumpridas todas as etapas classificatórias acima mencionadas.

7. DOS RECURSOS

7.1 No prazo de 03 dias úteis da publicação dos resultados poderão ser interpostos recursos através do protocolo junto à Comissão de credenciamento, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

7.2 Não serão aceitos recursos enviados pelo correio, fac-símile, correio eletrônico, ou qualquer outro meio de comunicação.

8. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

8.1 Os candidatos selecionados por este edital integrarão um banco de dados específico que passará a contar a partir de sua publicação até o encerramento do processo de vigência do contrato com

a Administração Pública no dia 30/01/2018, podendo ser aditado à Critério da Administração.

8.2. Os selecionados serão sorteados para verificar a ordem de início das apresentações, sendo que atuarão em sistema de rodízio que foi estabelecida no sorteio.

8.3 A Secretaria Municipal de Habitação, segundo as necessidades e disponibilidade orçamentária, convocará os selecionados para contratação sempre respeitando os critérios do sorteio e as formas de contratação aqui definidas.

8.4 Os selecionados serão convocados através do site do município ou por correspondência oficial ou telefônica e terão o prazo de até 03 dias úteis para apresentar os documentos relacionados a seguir:

§ Cópia da cédula de identidade;

§ Cópia do CPF(Física) e/ou CNPJ(Jurídica), caso dupla (CNPJ);

§ Cópia do título de eleitor;

§ Cópia do comprovante de residência;

§ Cópia do PIS/PASEP/NIT;

§ Certidão Negativa Municipal;

§ Certidão Negativa Estadual;

§ Certidão Negativa Federal;

§ Certidão Negativa Débitos Trabalhistas;

§ Certidão de Regularidade FGTS (Somente pessoa jurídica)

§ Documento da especialização referente – certificado e/ou declaração de experiência;

§ Alvará da prefeitura;

§ Se for dupla, será necessário apresentar declaração de exclusividade firmada em cartório para as referidas datas que ocorrerão os shows conforme Edital,

§ Se for empresa, obrigatória apresentação de Cartão CNPJ com a respectiva atividade;

9. DA REMUNERAÇÃO

9.1 Os artistas credenciados para músicos individualmente e que forem contratados receberão como contrapartida financeira pelos serviços prestados o pagamento de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por apresentação musical de 4 horas.

9.2 Os artistas credenciados como duplas e que forem contratados receberão como contrapartida financeira pelos serviços prestados o pagamento de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) por apresentação musical de 4 horas para a dupla.

9.3 O pagamento se dará mensalmente após apresentação de nota fiscal conforme legislação, referente ao quantitativo das apresentações do mês.

10. DAS PENALIDADES

10.1 A inexecução parcial ou total do contrato, nos termos do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, acarretará a aplicação,:

I - Advertência;

II - Pela inexecução parcial: multa de 20% do valor da parcela não executada do contrato;

III - Pela inexecução total: multa de 30% do valor total do contrato;

10.2 As penalidades previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação que rege a matéria.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos relativos ao presente edital serão resolvidos pelo Gestor da Secretaria de Assistência Social, ouvidas as áreas competentes.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos relativos às contratações que poderão advir deste credenciamento são pagos com recursos próprios do Município.

Curitiba, 09 de janeiro de 2017.

SECRETARIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
AMAURY SILVA

Anexo I

Ficha de Inscrição

Nome: _____

Nome Artístico: _____

() Individual () Dupla

Data de Nascimento: ____/____/____

RG: _____ CPF: _____

Endereço: Rua: _____ N: _____

Bairro: _____

Fone: _____

E-mail: _____

Estilo Musical: _____

Assinatura do Candidato

Curitiba, ____/____/____

Anexo II
Declaração

Declaro para os devidos fins de que meu credenciamento não gera direito subjetivo para efetiva contratação e que não exerço cargo ou função pública municipal na cidade de Curitiba.

Assinatura do Candidato

Curitiba, ____/____/____

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO 02-01 A 11-01 HOSPITAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 3º AD0012014 - Contrato Nº: 001-2014 HMDC

Contratante.: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: ITMS DO BRASIL LTDA

Valor : 10.910,04 (dez mil novecentos e dez reais e quatro centavos)

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : TERCEIRO TERMO DE ADITIVO JUNTO AO CONTRATO

Nº 001/2014 PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MONITORIZAÇÃO ELETROCARDIOGRÁFICA E COMODATO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS

PUBLICAÇÕES 02-01 A 11-01 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º AD 002/2015 - Contrato Nº: 002/2015 FMAS

Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: ELOI DE LARA BRASIL

Valor : 18.000,00 (dezoito mil reais)

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : SEGUNDO ADITIVO JUNTO AO CONTRATO Nº 002/2015

FMAS, PARA A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS CASA LAR, PROGRAMA CREAS (CENTRO DE REFERENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL) PROGRAMA PRO JOVEM E CONSELHO TUTELAR.

PUBLICAÇÕES 02-01 A 11-01 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : AD05/17 - Contrato Nº: 004/2012 FMS

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: VALDIR ANTONIO SCALCO

Valor : 11.646,00 (onze mil seiscentos e quarenta e seis reais)

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 02/06/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE E DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA E FARMÁCIA BÁSICA.

Dionísio Cerqueira, 11 de Janeiro de 2017

Aditivo Nº : AD04/2017 - Contrato Nº: 023/2013 FMS

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO

CERQUEIRA

Contratada...: NBM & EMPREENDIMENTOS LTDA

Valor : 6.702,00 (seis mil setecentos e dois reais)

Vigência : Início: 04/01/2017 Término: 04/07/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 56/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : PRORROGA O PRAZO DE LOCAÇÃO ATÉ 04/07/2017, CONFORME CONTRATO ORIGINAL Nº 023/2013.

Dionísio Cerqueira, 11 de Janeiro de 2017

Aditivo Nº : 1º AD 152016 FMS - Contrato Nº: 015/2016 FMS

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: J KUSS & CIA LTDA - ME

Valor : 18.000,00 (dezoito mil reais)

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/03/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2016 FMS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE DIÁRIAS DE HOSPEDAGEM AOS ACOMPANHANTES DOS PACIENTES INTERNADOS JUNTO AO CEONC - CENTRO DE ONCOLOGIA DE CASCAVEL PR

PUBLICAÇÕES DE 02-01 A 11-01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : AD04/17 - Contrato Nº: 074/2013 PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: ADÃO JORGE FORTES

Valor : 16.416,00 (dezesseis mil quatrocentos e dezesseis reais)

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 02/01/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 98/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : O PRESENTE PROCESSO VISA A LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 230 M2 COM A LOCALIZAÇÃO NAS PROXIMIDADES DA

SEDE ADMINISTRATIVA MUNICIPAL COM ACESSIBILIDADE E ADEQUADA PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ESTOQUE, CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO DE MERCADORIAS E PATRIMONIO.

Dionísio Cerqueira, 11 de Janeiro de 2017

Aditivo Nº : Ad01/17 - Contrato Nº: 001/2016 PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL

Valor : 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais)

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Aditivo Nº : Ad01/17 - Contrato Nº: 001/2016 PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA

MUNICIP

Valor : 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais)

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Dionísio Cerqueira, 11 de Janeiro de 2017

Aditivo Nº : 2 º AD0092015 - Contrato Nº: 009/2015 PMDC

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: MKANET SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATICA

EIRELI -Valor : 40.906,80 (quarenta mil novecentos e seis
reais e oitenta
centavos)

Vigência : Início: 10/01/2017 Término: 10/01/2018

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : SEGUNDO TERMO DE ADITIVO JUNTO AO PRO-
CESSO

Nº 009/2015 - CONTRATAÇÃO DE LINK DE INTERNET COM
VELOCIDADE DE 15 MBPS FULL (DOWNLOAD E UPLOAD), SENDO
MAIS 6 PONTOS DE INTRANET COM VELOCIDADE DE 10 MBPS,
TODOS OS PONTOS INTERLIGADOS COM FIBRA OPTICA.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2017

DECRETO nº 001, de 11 de Janeiro de 2017.

Atualiza o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM para o exercício de 2017.

SIMONI MERCIA MESCH NONES, Prefeita do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, incisos V, VII, XX e XXI, c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, combinado com o § 1º do artigo 395 da Lei Complementar nº 17, de 20 de dezembro de 2002; e

Considerando que a Unidade Fiscal Municipal deve ser atualizada com base na variação anual do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M (FGV), desde o exercício fiscal 2003, onde foi fixada em R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos);

Considerando-se que a variação acumulada do índice no ano de 2016 correspondeu a 7,1907% e que o valor da UFM em 2016 correspondia a R\$ 3,42 (três reais e quarenta e dois centavos);

DECRETA:

Art. 1º - O valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM para o exercício de 2017 fica atualizada para R\$ 3,67 (três reais e sessenta e sete centavos).

Parágrafo Único – O valor da UFM deverá ser utilizado como fator de atualização monetária no lançamento dos tributos municipais e das penalidades por descumprimento de obrigações tributárias acessórias (multas fixas).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Janeiro do corrente.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 11 de Janeiro de 2017; 29º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

SIMONI MERCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho - SC, 11 de Janeiro de 2017.

TASSIANA OURIQUES BECKER
Agente Administrativo II.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02-2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 02/2017

Trata-se de procedimento instaurado para avaliar a dispensa de licitação para locação parcial de imóvel rural com jazida mineral destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Secretaria de Obras do Município de Doutor Pedrinho - SC, na forma abaixo:

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO LOCADOR DO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017

1 – DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Locação parcial de um terreno rural situado a 2.500 metros da Escola Leopoldo Koprowski no Município de Benedito Novo, contendo sobre este uma jazida mineral licenciada pela FATMA e registrada

no DNPM, com cessão de parte do material existente na jazida (saibro, argila e/ou gnaíse) para aplicação no revestimento primário e/ou na macadamização de estradas e outros fins, pelo Município de Doutor Pedrinho, durante os meses de Janeiro a Dezembro de 2017.

2 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Despesa a ser suportada pelas dotações do Orçamento-Programa 2017 do Município, com a seguinte descrição:

04 - SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS
01 - SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS
2006 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903615 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS
100000- RECURSOS ORDINÁRIOS

3 – DO PROPRIETÁRIO/LOCADOR:

O imóvel rural descrito no objeto acima, pertence ao Sr. Conrado Zickuhr, portador do CPF nº 046.136.849/86, residente e domiciliado na Rua Holanda, s/nº, Alto Benedito, na cidade de Benedito Novo/SC.

04 – DAS RAZÕES DA ESCOLHA:

O imóvel rural localiza-se no Município de Benedito Novo, próximo a divisa com Doutor Pedrinho, e dispõe de jazida mineral com material de boa qualidade (macadame vermelho) que não existe em outra área disponível e/ou licenciada. Além disso, este tipo de jazida mineral é próprio da região de Benedito Novo, onde a municipalidade local já possui direito de exploração nas demais áreas. Deste modo, a localização e característica única do imóvel rural e a qualidade do material existente e disponível, torna-o importante para locação parcial, garantindo o acesso e uso parcial com a cessão e emprego do material para o revestimento primário das estradas não pavimentadas e áreas afins no Município de Doutor Pedrinho, conforme já efetuado com êxito nos exercícios anteriores.

05 – DO PREÇO:

O valor total do contrato, para o exercício de 2017 (Janeiro a Dezembro), corresponde a R\$ 22.488,00 (vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), pagáveis em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 1.874,00 (um mil, oitocentos e setenta e quatro reais), guardando conformidade com o preço praticado em outros exercícios.

06 – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O valor pago está compatível com a locação parcial de imóvel rural na região, bem como com a quantidade de material utilizado/extraído pela municipalidade, e segue o mesmo parâmetro de valor aplicado no exercício anterior ou mesmo pelos contratos correspondentes mantidos pelas Prefeituras da região.

07 – DA PUBLICAÇÃO:

A presente instrução do processo de Dispensa de Licitação será publicado nos locais de costume e naquele estabelecido na legislação municipal, incluindo

LOCAL PUBLICAÇÃO DATA PUBLICAÇÃO
Diário Oficial dos Municípios conforme arquivo.

Doutor Pedrinho/SC, 11 de Janeiro de 2017.

Marizete D. N. Fiamoncini Paulo Andrey Vicente Mariane Lúcia
Bowens Presidente Secretário Membro

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N° 01/2017

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 001/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA; ESPÉCIE: INEXIGIBILIDADE; OBJETO: Fornecimento de COMBUSTÍVEIS para veículos, caminhões e máquinas pertencentes ao Município de Doutor Pedrinho; ITEM/VALOR: 27.000 LITROS DE DIESEL S10: R\$ 85.860,00 - 4.000 LITROS DE GASOLINA COMUM: R\$ 15.040,00 – 06 GALÕES (20L) ARLA 32: R\$ 360,00 – 500 LITROS DE ETANOL: R\$ 1.745,00. VIGÊNCIA: de 10/01/2017 à 28/02/2017.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Ermo

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017 - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do objeto: Aquisição de "MEDICAMENTOS", destinados ao atendimento das necessidades da rede básica municipal de saúde do município de Ermo, durante os meses de janeiro á junho de 2017, conforme relação anexa.

Do Fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

Do Valor e do Pagamento: O valor global previsto dos produtos adquiridos importam em 100.000,00 (cem mil reais), que serão pagos mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao mês dos produtos adquiridos. Os preços dos medicamentos serão irrealizáveis.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Ermo-SC, 11 de janeiro de 2017.

GIANE PIRES LEONARDO
Pres. Com. Perm. Licitação

RATIFICAÇÃO

A vista do exposto, dispensa-se a licitação. Aprovo e autorizo a realização de dispensa, com fundamento na Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017 - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do objeto: Contratação de serviços médicos especializados e exames não prestados no município, para atendimento a pessoas carentes do município de Ermo e assessoria e manutenção de programas na área de saúde, conforme especificações e quantidades estimadas em anexo, para o exercício de 2017.

Do Fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

Do Valor e do Pagamento: O valor previsto dos serviços contratados importam em R\$ 313.875,00 (trezentos e treze mil, oitocentos e setenta e cinco reais) que serão pagos mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao mês dos serviços prestados. Os valores pagos para cada serviço serão fixos e irrealizáveis.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer

da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para realização de exames, consultas médicas especializadas e assessoria e manutenção de programas na área da saúde se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Ermo-SC, 11 de janeiro de 2017.

GIANE PIRES LEONARDO
Pres. Com. Perm. Licitação

RATIFICAÇÃO

A vista do exposto, dispensa-se a licitação. Aprovo e autorizo a realização de dispensa, com fundamento na Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 005, de 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANA PAULA CANELLA CÂNDIDO, para exercer o cargo de DIRETOR DE CONTABILIDADE, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 006, de 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ÉDIO DELLA VECHIA, para exercer o cargo de CHEFE DE GARAGEM E ALMOXARIFADO, Nível DASU-1, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 007, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 007, de 09 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que específica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor DONATO DELLA VECCHIA, Vice Prefeito Municipal, para exercer o cargo de SECRETÁRIO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL, Nível DASU-3, optando pelos vencimentos estabelecidos em Lei para o primeiro cargo (Art. 57, § 4º da Lei Orgânica Municipal).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 09 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº. 008, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº. 008, de 09 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que específica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear IRENE BATISTA, para exercer o cargo de CHEFE DIVISÃO DE SAÚDE, Nível DASU 1, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 09 de janeiro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

ERRATA 00012017 - TOMADA DE PREÇO 0001/2017

Extrato de Licitação

Tomada de Preços p/ compras e serviços nº 01/2017

O Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, 458, centro, Faxinal dos Guedes-SC, CEP nº 89.694-000, através de seu Prefeito Municipal GILBERTO ALNGELO LAZZARI, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que autorizou nos termos do presente processo, na Modalidade de Tomada de Preços para Contratação de Serviços nº 001/2017, visando a seleção de interessados na realização da execução global, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria contábil para Administração Pública Municipal no exercício de 2017, com data prevista para recebimento dos envelopes contendo, documentação para habilitação jurídica, técnica, fiscal e proposta, na Secretaria de Administração, até o dia 06 de fevereiro de 2017, às 09h30min, e abertura da sessão pública às 10h00min deste mesmo dia e local, junto ao endereço Avenida Rio Grande do Sul, 458, centro, Faxinal dos Guedes-SC, CEP nº 89.694-000, demais informações poderão ser contatadas no Departamento de Licitações das 08h00min às 12h00min, através do telefone (49) 3436-4300 e o edital na sua íntegra está disponível junto ao sítio www.faxinal.sc.gov.br.

Faxinal dos Guedes, 05 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 0002/2017

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0002/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0002/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES – ACTs de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 8h00m às 8h30m horas do dia 24 de Janeiro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinaldosguedes.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 11 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 0003/2017

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0003/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0003/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/HORAS DE RETROESCAVADEIRA/ PÁ CARREGADEIRA de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 8h00m às 9h00m horas do dia 25 de Janeiro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 09h00m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinaldosguedes.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 11 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA 03 - TP 179/PMF/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 179/PMF/2016

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 179/PMF/2016, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DA CANCHA DE BOCHA ROLADA DO COMPLEXO ESPORTIVO SANTA ISABEL COM ÁREA DE 277,30 M², SITUADO NA RUA BONIFÁCIO BACK, BAIRRO SANTA ISABEL, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às dez horas do dia onze do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 179/PMF/2016. Abertos os trabalhos, o Presidente da Comissão Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo iniciou a abertura do envelope nº. 02 da Proposta de Preço das empresas NELGUI CONSTRUTORA LTDA, MOURA E NOBRE CONSTRUÇÕES LTDA EPP, ATTUALE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP, ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, KAMILLA CONSTRUÇÕES LTDA, CONSTRUTORA NUNES LTDA, CASA DO CONSTRUTOR E CONSTRUÇÃO EIRELI ME, TRATARE CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP e FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP. Os preços globais apresentados foram: NELGUI CONSTRUTORA LTDA, R\$ 301.464,73 (trezentos e um mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta e três centavos); MOURA E NOBRE CONSTRUÇÕES LTDA EPP, R\$ 309.973,96 (trezentos e nove mil novecentos e setenta e três reais e noventa e seis centavos); ATTUALE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP, R\$ 358.015,82 (trezentos e cinquenta e oito mil quinze reais e oitenta e dois centavos); ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, R\$ 356.620,44 (trezentos e cinquenta e seis mil seiscentos e vinte reais e quarenta e quatro centavos); KAMILLA CONSTRUÇÕES LTDA, R\$ 296.366,16 (duzentos e seis mil trezentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos); CONSTRUTORA NUNES LTDA, R\$ 374.761,43 (trezentos e setenta e quatro mil setecentos e sessenta e um reais e quarenta e três centavos); CASA DO CONSTRUTOR E CONSTRUÇÃO EIRELI ME, R\$ 296.068,23 (duzentos e noventa e seis mil sessenta e oito centavos e vinte e três centavos); TRATARE CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, R\$ 337.314,40 (trezentos e trinta e sete mil trezentos e quatorze reais e quarenta centavos); BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP R\$ 312.022,77 (trezentos e doze mil vinte e dois reais e setenta e sete centavos); e FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP, R\$ 345.286,67 (trezentos e quarenta e cinco mil duzentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos). O menor preço global apresentado foi da empresa CASA DO CONSTRUTOR E CONSTRUÇÃO EIRELI ME. Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta de menor valor global que está de acordo com as exigências do edital, sendo então, a menor proposta válida para este processo licitatório. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa CASA DO CONSTRUTOR E CONSTRUÇÃO EIRELI ME. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a

tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 11 de janeiro de 2017.

VALDECIR TISCOSKI RENATA PEREIRA FRITZEN

Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Membro da Comissão

KAMILLA CONSTRUÇÕES LTDA ME

Camila Costa Hermani

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 107/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 43/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 11/07/2017

3ª Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº. 05/PMF/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 05/PMF/2017

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo contratar empresa especializada para aquisição de forma parcelada de Cestas básicas, para atendimento a famílias carentes do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2017.

DATA DE ABERTURA: Dia 25 de janeiro de 2017 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 11 de janeiro de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº. 06/PMF/2017

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 06/PMF/2017;
OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), necessários para o atendimento aos colaboradores do Município de Forquilha/SC, por meio das diversas secretarias, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de janeiro de 2017 às 08:30 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 11 de janeiro de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/PMF/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 07/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de Lubrificantes, Graxas e afins para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota do Município de Forquilha, no período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 30 de janeiro de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 11 de janeiro de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO FMS 82/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/FMS/2016
CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO – PROTESE DENTÁRIA FORQUILHINHA LTDA ME

OBJETO – credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de laboratórios especializados na confecção de próteses dentárias, para Municípios conforme programa Brasil-Sorridente.

VALOR – valor máximo mensal de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) conforme produção, perfazendo o valor máximo anual de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), distribuído entre os credenciados.

VIGÊNCIA – 02/01/2017 à 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1701.2058, Fonte de Recurso: 3390.264

FUNDAMENTO LEGAL – Lei nº. 8.666/93, Credenciamento nº. 28/FMS/2016

DATA DA ASSINATURA – 27 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 84/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 84/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – DOGLAS SALVATICO DE LIMA

OBJETO – contratação de pessoa jurídica especializada para a aquisição de "gêneros alimentícios", através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades da secretaria de saúde (CAPS) do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 610,00 (seiscentos e dez reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1701.2051 fonte de recurso 3390.102.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 181/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 27 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 148/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 148/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – DOGLAS SALVATICO DE LIMA

OBJETO – contratação de pessoa jurídica especializada para a aquisição de "gêneros alimentícios", através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades de diversas secretarias e órgãos do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 5.570,60 (cinco mil quinhentos e setenta reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA – 02/01/2017 até 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1701.2051 fonte de recurso: 3390.696, 0401.2011 fonte de recurso: 80, 1101.2037 fonte de recurso 3390.80, 1301.2047 fonte de recurso: 721, 1301.2048 fonte de recurso: 721.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 181/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 26 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 144/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 144/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 76/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

DO OBJETO – Prestação de serviços de pavimentação asfáltica e drenagem na Rua Da Liberdade (extensão de 173,87 metros) e na Rua Rui Barbosa (extensão de 244,16 metros), localizadas no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha/SC, conforme Ofício nº. 541/2015 emitido pela Secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados do Estado de Santa Catarina e Programa Transferência nº. 2015004656 publicado no SIGEF, Convênio nº. 2016TR001054, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO VALOR – Fica suprimido no objeto do Contrato nº. 76/PMF/2016 o valor de R\$ 172,23 (cento e setenta e dois reais e vinte e três centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002_2017-RP 0002 PMF-DOM

Aviso do Pregão Presencial nº 0002/2017 – PMF

Registro de Preços Nº 0002/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviços de construção de calçadas com paver de concreto de 10x20x6cm, nas cores cinza e vermelho (incluindo material e mão de obra), e aquisição de meios-fios de concreto (vibro prensado) medindo 0,80X0,12X0,30 metro para a uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante o período de janeiro a dezembro de 2017. Vigência da Ata: janeiro de 2017 a dezembro de 2017. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 25.01.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 11 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003_2017-RP 0003 PMF-DOM

Aviso do Pregão Presencial nº 0003/2017 – PMF

Registro de Preços Nº 0003/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa do ramo na prestação de serviços de jardinagem, para o órgão gerenciador (Município de Fraiburgo), durante o período de janeiro a dezembro de 2017. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 16:00 horas do dia 25.01.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 16:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 16:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 11 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

CONVOCAÇÃO JORSYSLANE DE JESUS FERREIRA DURANS EDITAL 00202016 2º LUGAR

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr.(a)

KAMILA GRANDO

Inscrição Nº: 61

Cargo: 10 -Odontólogo 20H

Classificação 2 º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER

TEMPORÁRIO -ACT Nº 0020 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016 e seu resultado homologado pelo

Decreto n.º 0000/2016 convocamos-lhe à comparecer na Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Odontólogo 20H na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia

Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Odontólogo 20H ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação

Entrega da copia dos mesmos setor RH :

a) 01 foto ¾ recente; k) Atestado de Saúde Ocupacional;

b) Carteira Profissional; l) Diploma de Formação Escolar;

c) Cartão PIS/PASEP; m) Conta Bancária (BRADESCO);

d) CPF ; n) Endereço Completo (fatura de água,luz ou

e) Identidade; telefone);

f) Título de eleitor e comprovante da última o) Comprovante de Imunização;

votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

g) Certificado de Reservista (somente para homens);

h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;

i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;

j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;

Fraiburgo, SC, 04/01/2017

Patricia Ceron Machado

Departamento de Gestão de Pessoal

Responsável pela Convocação

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação

_____/_____/____

KAMILA GRANDO

DECRETO Nº 005/2017

DECRETO Nº 005, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA, DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0023, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos classificados até a 10ª posição, para realização de prova prática, nos termos do Edital n. 0023/2016, no seguinte dia, horário e local:

I - CÓDIGO 1, 2, 3, 4 e 5 (OPERADOR DE MÁQUINAS – MOTONIVELADORA, ESCAVADEIRA, TRATOR DE ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA)

Data: 16 de janeiro de 2017 (segunda-feira).

Horário: 13:00 hs, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência

Local: – Secretaria Infra Estrutura Urbana e Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, localizadas na Avenida Adalberto Schmidt Burda, s/n., Bairro São José, Fraiburgo, SC.

II - CÓDIGO 6, 7, 8 (OPERADOR DE MÁQUINAS – CARREGADEIRA, ROLO COMPACTADOR, BRITADOR) e 9 TRATOR DE PNEU

Data: 17 de janeiro de 2017 (terça-feira).

Horário: 13:00 hs, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência

Local: – Secretaria Infra Estrutura Urbana e Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, localizadas na Avenida Adalberto Schmidt Burda, s/n., Bairro São José, Fraiburgo, SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 11 DE JANEIRO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0294/2017

PORTARIA Nº. 0294, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RAFAELA CRISTINA FIORAVANTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.371.709-60, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0295/2017

PORTARIA Nº. 0295, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSEMILDA APARECIDA STANIASKI MACIEL DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 918.662.439-34, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0296/2017

PORTARIA Nº. 0296, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IRMA MORAES SIMÕES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 476.369.719-68, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0297/2017

PORTARIA Nº. 0297, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANETE TEREZINHA GIRARDI BARON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 907.404.409-34, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0298/2017

PORTARIA Nº. 0298, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CRISTIANE DUARTE MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.315.349-38, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0299/2017

PORTARIA Nº. 0299, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIDIOMARA DE MORAIS DE MELO PRATES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 037.242.849-50, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0300/2017

PORTARIA Nº. 0300, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.909.599-54, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0301/2017

PORTARIA Nº. 0301, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GERALDO FRANCISCO DE PROENÇA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 601.041.809-78, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0302/2017

PORTARIA Nº. 0302, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANGELA MARIA RIBEIRO DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 824.957.429-04, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0303/2017

PORTARIA Nº. 0303, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário KELLI TAÍZE SANTOS ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.562.439-90, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0304/2017

PORTARIA Nº. 0304, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LEONILDA ANTUNES PEIREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 259.402.019-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0305/2017

PORTARIA Nº. 0305, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TÂNIA DIAS DE ALMEIDA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 055.622.069-27, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0306/2017

PORTARIA Nº. 0306, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EDENILCE DALAGNOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.346.339-92, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0307/2017

PORTARIA Nº. 0307, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSILENE SCHEFFMACHER FERNANDES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 690.981.829-68, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0308/2017

PORTARIA Nº. 0308, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CARINA CRISTINA ALEXANDRE DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 017.252.529-29, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0309/2017

PORTARIA Nº. 0309, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CAMILA RORIGUES NATALIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.995.289-47, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0310/2017

PORTARIA Nº. 0310, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VALKIRIA REGINA NEVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 968.765.490-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0311/2017

PORTARIA Nº. 0311, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA HELENA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.010.559-90, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0312/2017

PORTARIA Nº. 0312, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CÁTIA ALVES VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 052.316.149-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0313/2017

PORTARIA Nº. 0313, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARCIA EULINA LUCIANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 594.273.299-04, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0314/2017

PORTARIA Nº. 0314, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GLECI MARIA VANZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 386.076.899-91, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0315/2017

PORTARIA Nº. 0315, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 006/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor – Educação Física, para desenvolver atividades junto ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, nos grupos de diabéticos/hipertensos, gestantes, redução de peso, entre outros, e por estar substituindo por 20 horas semanais a servidora Lurielly Angélica Pinheiro, que teve seu contrato encerrado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SIMONE APARECIDA DOMINGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.656.669-40, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0316/2017

PORTARIA Nº. 0316, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 006/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor – Educação Física, para desenvolver atividades junto aos grupos do CAPS, e por estar substituindo por 20 horas semanais o servidor Cleber Piana, que teve seu contrato encerrado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LURIELLY ANGÉLICA PINHEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.808.339-23, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0317/2017

PORTARIA Nº. 0317, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA ZULEIDE DE LARA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 693.496.579-53, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0318/2017

PORTARIA Nº. 0318, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de JUCELI FAGUNDES DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 062.568.589-05, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0319/2017

PORTARIA Nº. 0319, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RAFAELA APARECIDA ZANGALETTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 078.381.069-58, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0320/2017

PORTARIA Nº. 0320, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VALÉRIA DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 049.308.319-70, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0321/2017

PORTARIA Nº. 0321, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário KARINA APARECIDA VANZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.556.269-08, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0322/2017

PORTARIA Nº. 0322, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 767.926.339-68, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0323/2017

PORTARIA Nº. 0323, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação

interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIELE GUETTEN DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 046.474.259-59, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0324/2017

PORTARIA Nº. 0324, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANILDES PIRES RIBEIRO RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 601.276.199-68, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0325/2017

PORTARIA Nº. 0325, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de

2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELI CORDEIRO MELO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 825.061.759-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0326/2017

PORTARIA Nº. 0326, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARTA RIBEIRO STAGE, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 008.300.239-17, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0327/2017

PORTARIA Nº. 0327, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLEONICE FRANCIONE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 004.723.209-98, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0328/2017

PORTARIA Nº. 0328, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DAIANA CAMARGO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 069.228.029-42, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0329/2017

PORTARIA Nº. 0329, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MILENA MAYARA FURLAN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.519.149-10, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0330/2017

PORTARIA Nº. 0330, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NEIDE APARECIDA TIEQUIM, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.094.309-02, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0331/2017

PORTARIA Nº. 0331, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SUZANE NOIA FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 053.538.509-98, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0332/2017

PORTARIA Nº. 0332, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DAIANE CRISTINA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 069.230.279-42, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0333/2017

PORTARIA Nº. 0333, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de

2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA PAULA MEIRELES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.946.459-93, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0334/2017

PORTARIA Nº. 0334, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARLI SCHÄBERLE BILIK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.780.419-68, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0335/2017

PORTARIA Nº. 0335, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de

2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUZIANE DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.237.389-43, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0336/2017

PORTARIA Nº. 0336, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LENIR APARECIDA BLASIUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.497.069-52, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0337/2017

PORTARIA Nº. 0337, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de

2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde; Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JÉSSICA FERRAZ DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 087.664.179-61, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0338/2017

PORTARIA Nº. 0338, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARLENE DOMINGUES DA SILVA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 866.020.399-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0339/2017

PORTARIA Nº. 0339, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLARISSE MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 047.866.129-01, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0340/2017

PORTARIA Nº. 0340, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;
Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ENAILE PALHANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 091.605.819-05, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0341/2017

PORTARIA Nº. 0341, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;
Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;
Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIANI TIBOLA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.891.799-50, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0342/2017

PORTARIA Nº. 0342, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLEUDE BIANCHI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 656.561.649-34, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0343/2017

PORTARIA Nº. 0343, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0384/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EVA APARECIDA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 032.506.439-39, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2017 até 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0344/2017

PORTARIA Nº. 0344, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de PATRICIA GONÇALVES DA CUNHA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 034.871.261-84, contratada em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0345/2017

PORTARIA Nº. 0345, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0027 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 007/2017, da Secretaria de Administração e Planejamento;

Considerando a necessidade dos serviços de Engenheiro Civil para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PATRICIA GONÇALVES DA CUNHA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 034.871.261-84, na função de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

VISA NOTIFICAÇÕES 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, com sede na Av. Rio das Antas nº 185, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC), através da unidade da Vigilância Sanitária de Fraiburgo, com sede na Rua Vito Pisetta nº 77, bairro Vila Salete, na cidade de Fraiburgo (SC), NOTIFICA as pessoas contantes do Anexo I, proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis no Bairro das Nações, para que, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias compareçam na sede da VISA, comprovando terem cumprido com as seguintes exigências em relação ao sistema de tratamento de efluentes:

- CASO POSSUA PROJETO APROVADO E TERMO DE VISTORIA - APRESENTÁ-LOS PARA AVERIGUAÇÕES;
- CASO POSSUA PROJETO APROVADO E NÃO POSSUI TERMO DE VISTORIA, PROVIDENCIAR ABERTURA DO SISTEMA E SOLICITAR VISITA PARA PARA INSPEÇÃO E EMISSÃO DO "TERMO DE VISTORIA";
- CASO POSSUA PROJETO APROVADO E NÃO POSSUI SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES, PROVIDENCIAR A EXECUÇÃO DO SISTEMA DEIXANDO ABERTO E SOLICITAR VISITA PARA PARA INSPEÇÃO E EMISSÃO DO "TERMO DE VISTORIA";
- NA INEXISTÊNCIA DE UMA DAS SITUAÇÕES ANTERIORES, PROVIDENCIAR PROJETO PARA APROVAÇÃO, EXECUÇÃO DO SISTEMA, DEIXANDO ABERTO E SOLICITAR VISITA PARA PARA INSPEÇÃO E EMISSÃO DO "TERMO DE VISTORIA";

O SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

Fundamentação Legal:

Artigo 4º, 14 §1º, 15, §3º, 21, 24 "caput" e 26 "caput" da Lei Municipal nº 1.607/01; c/c artigo 12, 25 "caput", 38, 40 "caput", 41 "caput", 43, da Lei Estadual nº 6.320/83; c/c artigo 5º e 29 "caput" do Decreto Estadual nº 23.663/84; c/c artigo 23, 24, do Decreto Estadual nº 24.622/84; c/c artigo 37 do Decreto Estadual nº 24.980/85.

LENI H. WEBER
FISCAL SANITARISTA

ANEXO I

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

Auto Posto Ária LTDA EPP

CPF/CNPJ: 86,548,765/0001-86

Endereço completo:

Avenida RENE FREY, 0050, CENTRO, Fraiburgo, SC CEP 89,580-000]

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4199	220	0011	000-001	11361-FGO	Das Nações	Tupã-10

Endereço Completo:

Rua: IRLANDA, 0131, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo SC. CEP 89580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

SUERO BUENO DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 741,401,249-20

Endereço completo:

Avenida: MIGUEL NOVICKI, 0369, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo SC CEP 895800-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4522	236	0006	000-001	2123-FGO	DAS NAÇÕES	TIPÃ-10

Endereço Completo:

Rua: EDSON LUIZ CHELLI, S/N Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

COMERCIAL DE FRUTAS UNIÃO LTDA

CPF/CNPJ: 80.437.502/0001-13

Endereço completo:

Avenida CARLOS MAISTER, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo, SC, CEP 89.580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4221	221	0013	000-001	-	DAS NAÇÕES	Tupã-10

Endereço Completo:

Rua:ISLÂNDIA , 0071, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

GILBERTO ALVES

CPF/CMPJ: 892.114.139-15

Endereço completo:

Avenida LEBON RÉGIS, 1173, Bairro Centro, Fraiburgo, SC CEP 89580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
7509	509	0003	000-001	-	DAS NAÇÕES	TUPÃ-12

Endereço Completo:

Rua: ISAC CAON, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

FERNANDO FERREIRA DE OLIVEIRA

CPF/CMPJ: 907.129.359-91

Endereço completo:

Avenida ARTUR ANTONIO BRANDALISE, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo, SC

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
7511	509	0005	000-001	-	DAS NAÇÕES	TUPÃ-12

Endereço Completo:

Rua: ARTUR ANTONIO BRANDALISE, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

THIAGO PALHANO DA ROCHA E CAROLINE PALHANO DA ROCHA

CPF/CMPJ: -----

Endereço completo:

Avenida GUILHERME FANTINEL, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo, SC CEP 89580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
7518	509	0012	000-001	4160-FBGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-12

Endereço Completo:

Rua: GUILHERME FANTINEL, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

ADRIANO PUHL

CPF/CMPJ: 061.677.829-54

Endereço completo:

Avenida SAN MARINO, 0142, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo, SC CEP 89.580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
9333	243	0020	000-001	10932-FBGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-12 FASE III

Endereço Completo:

Rua: SAN MARINO, 0142, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

NEUSA RAMPON STANGUERLIN

CPF/CMPJ: 737.643.379-15

Endereço completo:

Rua: FINLÂNDIA, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo, SC CEP 89580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4100	216	0010	00-001	4077-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua: FINLÂNDIA Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo, SC CEP 89580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

LUANA PITOL DE CARLI

CPF/CMPJ: 071.715.209-00

Endereço completo:

Área Rural, Loc. DESVIO, Fraiburgo, SC, CEP: 89580-00

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4145	218	003	000-001	4843-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua: Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

MARYNA CHAVES

CPF/CMPJ: 494.675.229-34

Endereço completo:

Avenida Carlos Maister, 670 Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo,SC, CEP: 89.580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4190	220	0002	000-001	12327-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Avenida Carlos Maister, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

AMILTON PEREIRA DE MATOS

CPF/CMPJ: 585.309.949-87

Endereço completo:

Avenida ANITA GARIBALDI, 133, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo,SC, CEP: 89.580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4326	227	0028	000-001	11334-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua: CARLOS MAISTER, S/N Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

CARLOS NAFFIN

CPF/CMPJ: 701.311.399-91

Endereço completo:

Rua: LUXEMBURGO, 0074 Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4389	230	007	000-001	-	DAS NAÇÕES	TUPÃ -10

Endereço Completo:

Rua: LUXEMBURGO, S/N, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

VITORINO ZANELLA

CPF/CMPJ: 250.014.269-87

Endereço completo:

Loc. LINHA CAMBOIM, Videira, SC, CEP: 89.560-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
8968	578	0002	000-001	9756-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-2 FA. II

Endereço Completo:

Rua: Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

ROBERTO CARLOS DEON

CPF/CMPJ: 701.330.859-53

Endereço completo:

Rua GRÉCIA , 161, DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4156	218	0014	000-001	-	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua: GRÉCIA, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

MARLENE DONINGUES DA SILVA

CPF/CMPJ: 866.020.399-20

Endereço completo:

Rua ISLÂNDIA, 086, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4234	222	0008	000-001	8882-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua: ISLÂNDIA, 056, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

VALDOMIRO RODRIGUES DE LINO

CPF/CMPJ: 423.535.649-68

Endereço completo:

Rua MÔNACO, S/N, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4414	231	0004	000-001		DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua: MÔNACO, S/N, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

PAULO JUNIOR CORREA BECKER

CPF/CMPJ: 057.563.669-62

Endereço completo:

Rua ESPANHA, 104, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4073	215	0009	000-001		DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua: ESPANHA, 104, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

MARCELO JOSÉ ETGES E CRISTINA

CPF/CMPJ: 961.113.729-04

Endereço completo:

Rua DINAMARCA, 098, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4048	214	010	000-001		DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua: DINAMARCA, S/N, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

JOÃO MARIA DIAS

CPF/CMPJ: 423.291.839-68

Endereço completo:

Rua IUGOSLÁVIA, 195, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4313	227	015	000-001		DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua: IUGOSLÁVIA, S/N, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

GILBERTO STANKE

CPF/CMPJ: 058.237.359-01

Endereço completo:

Rua IUGOSLÁVIA, 413, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
9244	238	0012	000-001	10798-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10 F III

Endereço Completo:

Rua IUGOSLÁVIA, 413, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

MARIA GATTI

CPF/CMPJ: 837.763.119-91

Endereço completo:

Rua ALBÂNIA, 115, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4268	224	0020	000-001	1734-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua ALBÂNIA, S/N, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

MARIA GATTI

CPF/CMPJ: 837.763.119-91

Endereço completo:

Rua ALBÂNIA, 115, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4269	224	0021	000-001	1735-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua ALBÂNIA, 115, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

AUTO POSTO ÁRIA LTDA - EPP

CPF/CNPJ: 86.548.765/0001-86

Endereço completo:

Avenida RENE FREY, 0050, Bairro CENTRO, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
9312	242	0022	000-001	10835-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10 F III

Endereço Completo:

Rua ROMÊNIA, 106, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

IVONETE APARECIDA WALTRICK DESOUZA

CPF/CNPJ: 568.810.879-68

Endereço completo:

Rua ROMÊNIA, 171, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
9279	241	0012	000-001	10836-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10 F III

Endereço Completo:

Rua ROMÊNIA, 171, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

ELISABETE CONTE BIASIOLO

CPF/CNPJ: 527.907.709-72

Endereço completo:

Rua ROMÊNIA, 109, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
9275	241	0008	000-001	12324-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10 F III

Endereço Completo:

Rua ROMÊNIA, 109, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

(ESPÓLIO de) MIGUEL RIBEIRO DE GOES

CPF/CNPJ: 594.886.549-53

Endereço completo:

Rua NORUEGA, 0054, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4435	231	0025	000-001		DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua NORUEGA, S/N, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

MEIRIANE DE SOUZA BIAZZOLO

CPF/CMPJ: 006.282.949-13

Endereço completo:

Avenida EDSON LUIZ CHELLI, 821, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4551	243	0001	000-001		DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Avenida EDSON LUIZ CHELLI, 821, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

IRINEU BATISTA

CPF/CMPJ: 065.699.009-00

Endereço completo:

Avenida CARLOS MAISTER, 0146, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4171	219	0005	000-001	4269-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua GRÉCIA, S/N, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

ZENITA DOS SANTOS RAMOS

CPF/CMPJ: 219.082.659-49

Endereço completo:

Rua LUXEMBURGO, 0136, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4390	230	0008	000-001		DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua LUXEMBURGO, 0136, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

ERICO TELLES DE SOUZA

CPF/CMPJ: 566.768.089-00

Endereço completo:

Rua LUXEMBURGO, 0107, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4375	229	0021	000-001	6254-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua LUXEMBURGO, 0107, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

ODETE BARBOSA TESSARO

CPF/CMPJ: 005.236.429-11

Endereço completo:

Rua ARTUR ANTONIO BRANDALISE, 0162, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
8927	575	0008	000-001	9950-FGO	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10 F II

Endereço Completo:

Rua ARTUR ANTONIO BRANDALISE, 0162, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

MARCIO KONKOL

CPF/CNPJ: 623.316.049-91

Endereço completo:

Avenida IDAMIR BOGONI, 0062, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
3958	210	0006	000-001	-	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua IDAMIR BOGONI, S/N, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL

Nome pessoa física ou jurídica:

ROBERTO CARLOS DEON

CPF/CNPJ: 701.330.859-53

Endereço completo:

Rua GRÉCIA,0161, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel	Quadra	Lote	Unidade	Matrícula	Bairro	Loteamento
4415	231	0005	000-001	-	DAS NAÇÕES	TUPÃ-10

Endereço Completo:

Rua MÔNACO, 0182, Bairro DAS NAÇÕES, Fraiburgo. SC CEP 89,580-000

DECRETO Nº 006-2017**DECRETO Nº 006, 11 DE JANEIRO DE 2017.**

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0008, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO.

A **Prefeita Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0008, de 01 de dezembro de 2016, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 11 DE JANEIRO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0008 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Guarda do Patrimônio** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Guarda do Patrimônio (masculino)**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	23	CRENILSON ALVES	28	6	7	1	NÃO	17/05/1982
2	20	CLEILTON RODRIGO PIRES	21	6	0	0	NÃO	12/02/1984
3	16	DIRCEU DA SILVA PEREIRA	20	5	5	1	NÃO	18/04/1980
4	6	JOÃO DE PROENÇA	17	4	3	0	NÃO	24/12/1960
5	24	ANDERSON FABIAN BERNARDES	15	10	0	0	NÃO	13/11/1982
6	4	WOLMIR DA SILVA	13	4	4	0	NÃO	29/05/1971
7	13	JARDEL LUCIANO SELIAS VAZ	9	4	0	0	NÃO	10/11/1995
8	9	ADAO VIEIRA PADILHA	7	5	2	0	NÃO	12/09/1950
9	11	WESLEY MACHADO	5	0	0	0	NÃO	02/03/1998
10	22	VILMAR FELIPE DOS SANTOS	4	4	0	2	NÃO	19/09/1978
11	1	ANTONIO GONÇALVES DE MORAES	2	0	2	0	NÃO	08/11/1949
12	10	MARCIO MOREIRA GONZAGA	0	0	0	1	NÃO	13/06/1982
13	8	JOÃO MARIA GONZAGA	0	0	0	0	NÃO	01/07/1958

quarta-feira, 11 de janeiro de 2017

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0008 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Guarda do Patrimônio** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Guarda do Patrimônio (feminino)**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	27	SUELI CORDEIRO CAMARGO	27	10	2	2	NÃO	30/12/1977
2	7	IVONE RIBEIRO ALVES	27	10	2	0	NÃO	07/06/1974
3	12	ERONDINA DOS SANTOS	19	5	4	1	NÃO	29/12/1975
4	18	MICHELI FÁTIMA ANTUNES DE LIMA	15	10	0	0	NÃO	21/01/1990
5	21	ANACI APARECIDA RIBEIRO ALVES	15	8	2	1	NÃO	17/07/1973
6	5	JAQUELINE DOMINGUES	13	8	0	1	NÃO	14/11/1990
7	19	MARISA FATTORI	12	4	3	0	NÃO	23/12/1967
8	25	LEONECI HAASE	9	4	0	1	NÃO	03/02/1978
9	2	ROSEMARI DA SILVA	5	0	0	2	NÃO	04/09/1984
10	15	MARIA CATRINE GONÇALVES SILVEIRA	5	0	0	2	NÃO	25/01/1985
11	14	BARBARA RAQUEL DE CASTRO DA SILVA	5	0	0	2	NÃO	14/08/1990
12	17	JULIANA MORAES DA COSTA NEUJAHR	5	0	0	2	NÃO	25/09/1990
13	26	ANTONIO MARCOS MONTEIRO	5	0	0	0	NÃO	18/07/1979
14	3	JANETE CORTE	4	4	0	1	NÃO	27/02/1984

Garopaba

PREFEITURA

AVISO CHAMADA PUBLICA Nº 001/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO - N.º 01/2017

Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI

O COMITÊ GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, com sede na Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro, Garopaba - SC, por decisão unânime de seus membros, amparados na Lei Federal 11079/2004 e na Lei Municipal 1985/2016, convida os eventuais interessados a apresentarem manifestação de interesse para a realização dos estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica para a estruturação de projeto de parceria público privada para a modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município de Garopaba/SC. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no site do município de Garopaba www.garopaba.sc.gov.br. O respectivo chamamento ficará aberto pelo prazo de 15 (quinze) dias a contar de sua publicação.

Garopaba, 10 de janeiro de 2017

FRANCISCO ALPENDRE

Presidente

Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas

EDITAL RETIFICADO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016

EDITAL Nº 004/2016 DE PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS

(Retificado e Republicado conforme ato 004/2016)

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas para admissão em caráter temporário e formação de cadastro de reserva de Pessoal para atender convênios ou programas propostos pela União ou Estado com o Município de Garopaba, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização, de Processo Seletivo, para provimento de vagas para admissão em caráter temporário e formação de cadastro de reserva de Pessoal para atender programas e convênios com a União, Estados ou Municípios, conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: concursos@iobv.org.br.

1.2. A fiscalização e supervisão do Processo Seletivo está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº. 996/2016, de 26/10/2016.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	0h00 do dia 08/12 até 03/01/17
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição	08/12 a 14/12/16
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição	23/12/16
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	04/01/17
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	03/01/17
Prova de Títulos - Prazo final para envio de títulos	03/01/17
Homologação das inscrições	06/01/17
Recursos contra homologação das inscrições	09 e 10/01/17
Homologação Definitiva e Locais de Prova	11/11/17
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS E PRÁTICA	15/01/17
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	16/01/17
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar	17 e 18/01/17
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	24/01/17
Classificação Preliminar	25/01/17
Recursos contra a classificação preliminar	26 e 27/01/17
Classificação Final	30/01/17
Homologação do Resultado Final	Após 30/01/17

1.4. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga

Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.5. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site do Processo Seletivo na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Garopaba na Internet: <http://www.garopaba.sc.gov.br/> e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados nas vagas para atender às contratações temporárias, atenderá a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do seletivo é de 18 (dezoito) meses, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.9. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.10. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.11. em original ou cópia autenticada.

1.11. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

IOBV – PROCESSO SELETIVO DE GAROPABA

Avenida Luiz Bertoli, número 233 – Centro

89.190-000 – Taió - SC

1.12. Não serão admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente seletivo:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde residir na área da comunidade em que for atuar, desde a data de publicação deste edital;
- k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2 A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público deverão ser comprovados no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação, para fins de posse, sob pena de desclassificação. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Processo Seletivo não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do município de Garopaba e disponibilidades orçamentárias.

2.4. Os candidatos aprovados e contratados estarão sujeitos à Lei Complementar nº 1.000/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba.

3. DOS CARGOS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas temporárias descritas na forma deste edital e para a formação de cadastro reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

3.2. Os cargos/especialidades, a carga horária semanal, o número de vagas, a remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Processo Seletivo, encontram-se descritos nos Anexos I e II deste edital.

3.3. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da admissão após a convocação.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A participação no seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.3. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades item I deste edital.

4.4. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), o município disponibilizará atendimento gratuito no seguinte local: Prefeitura Municipal de Garopaba, situada na Rua Trinta de Dezembro, nº 170, Centro, Garopaba/SC, no horário de atendimento das 13 às 17 horas.

4.5. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição por período (uma matutino e outra vespertino), verificando-se

mais de uma inscrição de um mesmo candidato por período, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.6. Para efetivar a sua inscrição pela internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de Garopaba Edital 04/2016;
- b) Baixar e ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;
- c) Cadastrar-se no portal www.iobv.org.br, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros);
- d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, preferencialmente nas do Banco do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto;
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.7 O IOBV e a Prefeitura de Garopaba eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

4.8 O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

4.9 No último dia de inscrição só serão atendidos os candidatos que chegarem ao local até às 16 horas.

4.10 É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizado no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Garopaba.

4.11 O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 70,00 (setenta reais);
- b) Para cargos com ensino médio e técnico: R\$ 50,00 (cinquenta reais)
- c) Para cargos com exigência de alfabetizado e ensino fundamental: R\$ 30,00 (trinta reais);

4.12 O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.13 O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001. É de responsabilidade do candidato conferir estes dados no edital.

4.14 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.15 Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio.

4.16 No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.17 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.18 Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.19 A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

4.20 Não serão deferidas inscrições com valores pagos a menor ou a maior, do que o estabelecido para cada cargo e boletos pagos após a data de vencimento.

4.21 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.22 É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.

4.23 O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.

4.24 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.25 Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

4.26 No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.27 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.28 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.Garopaba.sc.gov.br.

4.29 As inscrições que preencherem todas as condições destes edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

5 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 São isentos da taxa de inscrição no Processo Seletivo:

- a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567/1997.)
- b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

5.2 Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão, após realizar sua inscrição, protocolar na sede do IOBV, ou enviar via postal (sedex/ar), envelope com a seguinte identificação:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, Nº 233 – CENTRO

89.190-000 – TAIÓ - SC

5.3 Enviar envelope individualizado, até a data constante do cronograma do item 1, no qual deve conter os seguintes documentos:

a) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997):

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);
- Documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.

5.4 Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: Requerer no momento da inscrição informando obrigatoriamente o número do NIS.

5.5 Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

5.6 No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

5.7 O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.

5.8 Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.

5.9 Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição, o candidato que tiver seu pedido indeferido poderá efetuar o pagamento do boleto da taxa de inscrição para participar do certame.

5.10 O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

5.11 Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

6 DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.1 Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Processo Seletivo, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para cada um dos cargos/disciplinas, nos termos do art.12, da Lei Municipal 1000/2005.

6.2 Caso a aplicação do percentual de 10% não resulte na oferta imediata de vagas para o cargo, no caso de inscritos como deficientes, o primeiro candidato com deficiência classificado no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a 10ª (décima) vaga que vier a surgir para o cargo efetivo o qual concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 10 (dez) cargos providos.

6.3 Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

6.4 Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/99 e suas alterações.

6.5 Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas a eles reservadas, deverão assinalar a sua condição no Requerimento de Inscrição. (inscrição online), protocolar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, na Sede do IOBV, ou enviar pelo correio, via sedex/ar envelope individualizado e identificado, no endereço do item 1.11 deste edital, até o último dia de inscrições, os seguintes documentos:

a) Requerimento de vaga para deficiente e/ou condição especial de realização da prova (anexo IV);

b) Cópia do comprovante de inscrição;

c) Laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitida nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como provável causa da deficiência, acompanhado de cópia do requerimento de inscrição e anexo IV do edital. Não sendo aceitos laudos de exames ou qualquer outro documento em substituição ao exigido.

6.5.1. O envelope contendo os documentos acima deve ser protocolado ou enviado da seguinte forma:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO DE VAGA PARA DEFICIENTE E/OU CONDIÇÃO ESPECIAL

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, 233 – CENTRO

89.190-000 – TAIÓ - SC

6.6 Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

6.7 O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horário de início, local de aplicação e nota mínima exigida.

6.8 Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados à avaliação de equipe multiprofissional que

terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

6.9 Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências dispostas no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

6.10 O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar requerimento (anexo IV) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços conforme item 1.11, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.

6.11 As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.

6.12 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deferência que forem aprovados, serão convocados por edital próprio, através do site da prefeitura municipal de Garopaba, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

6.13 Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:

- a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.
- b) Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.
- c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

6.14 Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

7 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas pelo IOBV. O ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.

7.2 A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento pelo IOBV, serão divulgadas no endereço do seletivo na internet www.iobv.org.br.

7.3 Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexistência relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

7.4 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

7.5 Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

8 OUTROS REQUERIMENTOS

8.1 Candidata lactante

8.1.1 A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

- a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;
- b) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

8.1.2 O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

8.1.3 Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.

9 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

9.1 O Processo Seletivo, a que se refere o presente edital, compreenderá o exame de habilidades e de conhecimentos aferidos em uma ou duas fases dependendo do cargo, conforme segue:

9.1.1 Cargo de Motorista SAMU, constará de 2 fases:

- a) Primeira Fase: Prova escrita com questões objetivas, de caráter classificatório;
- b) Segunda fase: Prova Prática de caráter eliminatório e classificatório.

9.1.2 Cargos de Nível Superior, constará de 2 fases:

- a) Primeira fase: Prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) Segunda fase: Prova de Títulos, de caráter classificatório.

9.1.3 Todos os demais cargos, constará de uma única etapa, ou seja prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório.

10. DA PROVA ESCRITA (PARA TODOS OS CARGOS)

10.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data constante do cronograma deste edital na cidade de Garopaba-SC, em locais que serão divulgados quando da homologação das inscrições, no endereço eletrônico do Processo Seletivo: www.iobv.org.br.

10.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Garopaba locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Garopaba.

10.3. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta.

10.4. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais.

10.5. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme quadro abaixo:

10.5.1. Cargos com Escolaridade: Ensino Fundamental Completo e Alfabetizado (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Matemática	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos inerentes ao cargo	10	0,60	6,00
	Total	20		10,00

10.5.2. Cargos com Escolaridade: Ensino Médio (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Gerais e atualidades	5		
Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,40	6,00
	Conhecimentos técnicos profissionais	10		
	Total	25		10,00

10.5.3 Cargos com Escolaridade: Ensino Superior (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,28	2,80
	Gerais e atualidades	5		
Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,28	4,20
	Conhecimentos técnicos profissionais	10		
	Total	25		7,00
Títulos – Pontuação Máxima	-	-	-	3,00
Nota Final Máxima				10,00

10.5.3.1 Estarão aptos para avaliação dos títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 4,00 (quatro) na prova escrita Objetiva.

10.5.3.2. A nota máxima na prova escrita para os cargos de Ensino superior será 7,00 (sete pontos).

10.6 Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.

10.8 Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

10.9 A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Seletivo envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

10.10 O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

10.11 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

10.12 Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- Quja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

10.13 O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

10.14 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do seletivo.

10.15 Será considerado aprovado na prova escrita objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou maior que 4,00 (quatro).

11 DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS

11.1 A prova escrita será aplicada na cidade de Garopaba, ou na inexistência de locais adequados e ou suficiente para sua aplicação, em cidades próximas, em data constante do cronograma deste edital e em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições, conforme data do cronograma.

11.2 Os horários de realização das provas ficam assim definidos conforme cronograma abaixo:

Escolaridade exigida para o cargo	Período Prova Escrita
Alfabetizado Ensino Fundamental Ensino Médio	MATUTINO
Ensino Superior	VESPERTINO

Conforme Cronograma:

Evento	Horários	
	MATUTINO	VESPERTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	8h15	13h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50	13h50
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequência início das provas.	8h52h	13h52
Início da resolução da prova.	9h00	14h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	9h30	14h30
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta para todos os cargos	11h00	16h00
Para os cargos com prova prática, as provas serão conforme os candidatos terminarem a prova escrita, podendo ser alterada dependendo do tempo e do número de candidatos, de acordo com a convocação no próprio local.		

11.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

11.4 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões.

11.5 Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo.

11.6 O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o email informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

11.7 A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.

11.8 São considerados documentos de identificação oficial: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reserva, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

11.9 Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

11.10 Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.11 A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

11.12 Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

11.13 Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta preferencialmente PRETA ou azul em últimos casos (sob pena de perda de sensibilidade de leitura óptica); (não serão fornecidas caneta no local)

b) Documento de Identificação com foto;

c) Original do Comprovante do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;

d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

11.14 É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, a ingestão de alimentos (permitido apenas barras de cereais ou similares desde que em abertos e acondicionados em embalagem plástica transparente, providenciada pelo candidato), uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura (salvo burca, desde que apresentado declaração de congregação ao fiscal de sala).

11.15 É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV não se responsabilizará pela guarda de qualquer armamento.

11.16 Os telefone celulares e demais equipamentos e materiais trazidos pra o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova.

11.17 A simples posse, mesmo que desligado, ou so de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

11.18 É vedado ao candidato, durante a realização da provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia

a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes;

11.19 O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

11.20 O IOBV e Prefeitura Municipal de Garopaba não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

11.21 Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

11.22 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

11.23 Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 30 (trinta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo.

11.24 Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinares a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

11.25 O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.

11.26 Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

11.27 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo.

11.28 Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

11.29 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

11.30 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11.31 Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

11.32 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

11.33 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

11.34 Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

12. DA PROVA DE TÍTULOS (PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

12.1 Para os cargos de Ensino Superior a segunda fase do Processo Seletivo consiste na Prova de Títulos, de caráter unicamente classificatório para os aprovados na prova escrita, ou seja àqueles que obtiveram nota igual ou superior a 4,00 (quatro).

12.2 A Prova de Títulos é constituída pela pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de pós-graduação relacionados ao cargo para o qual se inscreveu.

12.3. Os títulos que atenderem as normas do presente edital serão avaliados de acordo com o quadro abaixo:

Título/documento	Pontuação
Certificado de curso de pós-graduação em nível de Especialização.	1,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado	2,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado	3,00

12.4 Será avaliado unicamente 1 (um) título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será avaliado o de maior valor acadêmico.

12.5 Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados por histórico escolar.

12.6 Os diplomas de cursos de pós-graduação em mestrado ou doutorado emitidos no exterior, deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

12.7 Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 30 de julho de 2016, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas o trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

12.8 Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão protocolar no IOBV, ou enviar pelo correio, com Aviso de Recebimento e preferencialmente por SEDEX, os seguintes documentos:

a) Requerimento para participação na Prova de Títulos (anexo VI) obrigatório (certificados desacompanhados do requerimento não serão avaliados);

b) O título que deseja ser avaliado, devidamente autenticado em cartório.

12.8.1 Não devem ser entregues/enviados:

- a) Documentos originais;
- b) Diplomas de curso de ensino médio e ou licenciatura (graduação);
- c) Documentos pessoais;
- d) Comprovantes de residência ou qualquer outro documento não exigido para pontuação de títulos.

12.8.2. O envelope individualizado contendo os títulos devem ser assim identificados:

(Recorte e cole no envelope)

REQUERIMENTO PARA PROVA DE TÍTULOS

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AVENIDA LUIZ BERTOLI, 233 – CENTRO

89.190-000 – TAIO – SC

Cargo:

Número de Inscrição:

12.9 Os títulos enviados pelo correio ou protocolados no IOBV só serão avaliados se entregues ao IOBV acompanhados do requerimento de títulos e no prazo das inscrições conforme data do cronograma, valendo como comprovação, quando couber, o registro de entrega dos documentos emitidos pelos Correios.

12.10 A nota da Prova de Títulos (no máximo 3,00 pontos) será somada à da Prova Escrita para o cálculo da Nota Final.

12.11 A participação na Prova de Títulos não é obrigatória.

12.12 O candidato enviará sua documentação antecipadamente e sobre sua conta e risco, arcando com as despesas de correio e cartório, caso não seja aprovado na prova escrita, seus certificados serão ignorados.

13. DA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE MOTORISTA SAMU

13.1 Os cargos de Motorista SAMU, realizarão prova prática que destina-se a avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem no desempenho de atividades que são inerentes ao cargo pleiteado, constando de demonstração prática de sua habilitação na execução das atribuições do cargo.

13.2 Os candidatos deverão comparecer em data constante do cronograma, caso não realizarem a prova prática serão eliminados do certame, pois não prestaram esta etapa.

13.4 Realizada a prova prática, será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 3,00 (três) pontos na aplicação da fórmula de cálculo da nota final, sendo eliminado do certame o candidato com nota inferior a 3,00 (três).

13.5 A Prova Prática terá caráter classificatório sendo a nota da prova prática somada à nota da prova escrita, conforme a seguinte fórmula:

$$NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$$

13.6 DA DATA, HORÁRIO E DETERMINAÇÕES GERAIS DA PROVA PRÁTICA

13.7 A prova prática será realizada na data constante do cronograma em local a ser anunciado no edital de convocação no dia da prova escrita, conforme os candidatos forem terminando a prova, devendo todos os candidatos se apresentar ao coordenador da prova prática, até as 11h30min (onze horas e trinta minutos), sob pena de serem declarados eliminados do certame.

13.8 Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar no local e horário com antecedência, para identificação, chamada e receber instruções, vestidos com trajes e calçados de acordo com as atividades exercidas, portando documento de identificação com foto, não serão aceitando cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.

13.9 Os candidatos ao serem chamados assinarão a lista de presença e em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

13.10 O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso.

13.11 Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado na data da prova.

13.12 Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Garopaba, no estado em que se encontrarem.

13.13 Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará na desclassificação do candidato.

13.14 O candidato que oferecer risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, provocando acidentes e prejuízos físicos e materiais será responsabilizado pelo ato e será automaticamente eliminado do certame. O candidato ao assinar a lista de presença fica ciente de sua responsabilidade.

13.15 Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

13.16 Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de movimentação e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

13.17 Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

13.18 Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento, alimento ou bebida, exceto água acondicionada em garrafa de material plástico transparente e sem rótulo.

13.19 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos.

13.20 A prova poderá ser filmada e gravada e o candidato ao assinar o termo de realização da prova prática concordará e atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, declarando estar ciente de que é responsável por qualquer dano ao equipamento, avaliadores ou transeuntes.

13.21 No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

13.22 Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário da realização da Prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do concurso e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

13.23 DA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU

13.24 O candidato deve operar o veículo/equipamento de forma adequada, partindo do local em que se encontra, sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo/equipamento deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

13.25 O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

13.26 Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de motorista, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima conforme item 13.29.1, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

13.27 O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

13.28 Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento, boletins de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

13.29 Os candidatos farão a prova prática nos veículos conforme o cargo:

13.29.1

Cargo	Habilitação exigida para prática	Veículo
Motorista do SAMU	Ensino Médio Completo e Carteira de Habilitação CNH, tipo "D" e Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva	Ambulância

13.30 No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

13.31 Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	11
Faltas Leves	0,25	06

a) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves:

- Descontrolar-se no plano, no aclave ou declive;
- Entrar na via preferencial sem o devido cuidado;
- Utilizar a contramão de direção;
- Subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre;
- Deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação;
- Deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção;
- Exceder a velocidade indicada para a via;
- Perder o controle de direção do veículo em movimento;
- Deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal;
- Deixar a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dela;
- Fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la;
- Deixar de usar o cinto de segurança.

Faltas Médias:

- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via;
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova;
- Fazer conversão com imperfeição;
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido;
- Desengrenar o veículo nos declives;
- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias;
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga;
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens;
- Utilizar incorretamente os freios;
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.

Faltas Leves:

- Negligenciar o controle do veículo provocando nele movimento irregular;
- Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor;
- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores;
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento;
- Engrenar as marchas de maneira incorreta;
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel.

13.8.9. Dependendo do número de candidatos as provas poderão ser realizadas em mais de um veículo/equipamento do mesmo tipo (Exemplo onibus1, onibus2, onibus3), neste caso haverá sorteio para determinar em qual veículo o candidato realizará a prova.

14. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL

14.1 Para os cargos de nível superior a nota final do candidato será a soma da nota da prova escrita e da nota da prova de títulos: $NF = NPE + NPT$

NF= Nota final

NPE = Nota Prova Escrita

NPT = Nota Prova Títulos

14.2 Para o cargo de motorista do Samu a nota final do candidato obedecerá a seguinte fórmula:

$$NF = (NPE \times 3) + (NPP \times 7) / 10$$

Sendo:

NPE = Nota da Prova Escrita

NPP = Nota da Prova Prática

NF = Nota Final

14.3 Nota final para todos os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NF = Nota Final

14.4. Serão considerados aprovados neste processo seletivo os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco);

14.5 Os candidatos serão classificados por cargo / disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

14.6 Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

14.6 Para os candidatos que não se enquadrarem na condição de idoso, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Gerais;
- c) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

14.8 As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

15. DOS RECURSOS

15.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo.

15.2 Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Processo Seletivo na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

15.3 Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

15.3.1 Recursos Via Internet:

- a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o seletivo Edital 04/2016 de GAROPABA;
- c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- f) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- h) Clicar em "enviar"

15.3.2 Recursos presencial ou via postal:

- a) Para recursos presencial preencher e assinar o anexo VII, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.11 deste edital.

b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo VII) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas; datar e assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviar para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.11, via sedex/ar.

15.3.3 O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.

15.3.4 Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

15.3.5 É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

15.3.6 O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

15.3.7 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

15.3.8 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

15.3.9 Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

15.3.10 No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

15.3.11 No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

15.3.12 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

15.3.13 Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

15.3.14 Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

15.3.15 A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

16. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

16.1 A homologação do resultado final deste seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

16.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

17. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

17.1 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de GAROPABA, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do seletivo ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

17.2 A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de GAROPABA.

17.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados são de competência e responsabilidade do Município de GAROPABA.

17.4 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

17.5 Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

17.6 O candidato após receber a convocação terá o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis para manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência. A falta de manifestação do candidato, no prazo indicado, também será considerada como desistência da vaga.

17.7 O candidato aprovado no seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer uma única vez a sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

17.7.1 O pedido de reclassificação deverá se dar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação pelo candidato.

17.7.2 O regramento disciplinado no item 17.6 não se aplica ao candidato que, quando em processo de convocação, estiver, no último dia de manifestação de interesse na vaga e apresentação da documentação exigida para a contratação, na última posição de classificação.

17.3 O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de GAROPABA, até a data estabelecida conforme item 17.6, será excluído da vaga deste Processo Seletivo.

17.4 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de GAROPABA.

17.4.1 A convocação que, encaminhada ao endereço constante do cadastro do candidato, retornar ao remetente, ou seja, à Prefeitura Municipal de Garopaba, por situação que não corresponda a erro ou problema ocasionado pelo próprio remetente, resultará na desclassificação do candidato convocado, uma vez que é obrigação do candidato a constante atualização de seu endereço.

17.5 A inobservância do subitem 17.6, implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo.

17.6 Por ocasião da convocação serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação.

17.7 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

18. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

18.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste seletivo, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
 - b) Emitir os documentos para homologação das inscrições;
 - c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
 - d) Analisar e pontuar os títulos;
 - e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
 - f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
 - g) Prestar informações sobre o seletivo dentro de sua competência;
 - h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
 - i) Responder, em conjunto com o município de GAROPABA eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.
- 18.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada por ato oficial.
- 18.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de GAROPABA.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Seletivo.

19.2 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas informações por telefonerelativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos.

19.3 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de GAROPABA, até que expire a validade do Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

19.4 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

19.5 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

19.6 O Município de GAROPABA e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

19.7 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

19.8 As despesas relativas à participação do candidato no Seletivo e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

19.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de postagem.

19.10 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura do Município de GAROPABA como do IOBV.

19.11 Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

19.12 A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de GAROPABA e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

19.13 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de GAROPABA e do IOBV.

19.14 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Garopaba/SC.

19.15 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

19.16 Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II– Atribuições dos Cargos; Anexo III– Conteúdo Programático; Anexo IV– Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição.VI- Requerimento para prova de Títulos; VII-Requerimento de Recursos.

GAROPABA, 08 de dezembro de 2016.

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO	Micro área	PROGR-MA	Nº Vagas/CR	Carga Horária	Venci-mento R\$	REQUISITOS/ HABILITAÇÃO	Tipo da Prova	Taxa de Inscrição R\$	Período Prova
1. Agente Comunitário de Saúde (Área 1-Centro)	01 a 07	PACS	07/CR	40 h/s	1.125,23	Ensino fundamental completo (1º grau) e residir na área da comunidade em que for atuar, desde a data de publicação do edital de processo seletivo, com vagas para o cargo	Escrita	30,00	Matutino
2. Agente Comunitário de Saúde (Área 02-Norte)	01 a 07	PACS	07/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
3. Agente Comunitário de Saúde (Área 03-Ambrósio)	01 a 06	PACS	06/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
4. Agente Comunitário de Saúde (Área 04-Palhocinha)	01 a 05	PACS	05/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
5. Agente Comunitário de Saúde (Área 05-Campo Duna I)	01 a 03	PACS	03/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
6. Agente Comunitário de Saúde (Área 06-Encantada)	01 a 06	PACS	03/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
7. Agente Comunitário de Saúde (Área 07-Campo Duna II)	01 a 03	PACS	06/CR	40 h/s	1.125,23				Matutino
8. Agente de Combate às Endemias		PACE	03/CR	40 h/s	1.125,23	Ensino fundamental completo (1º grau)	Escrita	30,00	Matutino
9. Auxiliar de Consultório Dentário (Auxiliar de Saúde Bucal)		ESF – SB	04/CR	40 h/s	891,99	Ensino Fundamental (1º grau), curso de Auxiliar de Saúde Bucal ou Técnico de Saúde Bucal, com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita	30,00	Matutino

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE ABRANGENCIA DO CARGO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CARGO	Localização	Abrangência/Pontos de Referência
Agente Comunitário de Saúde (Área 01-Centro)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05 Micro 06 Micro 07	Centro Histórico e proximidades. Rua GRP 10, Avenida dos Pescadores e proximidades. Rua Santa Rita, Professor Antônio José Botelho e proximidades. GRP 10 e Morrinhos e proximidades. Maria Antônia dos Santos e proximidades Panorâmico e proximidades. Praia da Silveira e proximidades.
Agente Comunitário de Saúde (Área 02- Norte)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05 Micro 06 Micro 07	Praia do Siriú e proximidades. Ponte do Siriú e proximidades. Costa do Macacu Macacu e proximidades Areias de Macacu Gamboa Morro do Fortunato e proximidades do Macacu
Agente Comunitário de Saúde (Área 03-Ambrósio)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05 Micro 06	Bairro Village e proximidades. Pinguirito e proximidades Loteamento Quinta dos Açores e proximidades. Vera Cruz, Barro vermelho e proximidades. Centro Comunitário, Nicolau Manoel de Abreu e proximidades. Galeão, Lageado e proximidades.
Agente Comunitário de Saúde (Área 04-Palhocinha)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05	Igreja Capão até beira praia Ferrugem e proximidades. Madecon até Igreja Capão e proximidades. Madecon até Mineoro e proximidades. Mineoro até Escola Areias Palhocinha e proximidades. Escola Areias de Palhocinha e proximidades até Ponte Encantada
Agente Comunitário de Saúde (Área 05-Campo Duna I)	Micro 01 Micro 02 Micro 03	Gramma e proximidades. Limpa e proximidades. Rua Geral do Ouvidor(CRAS e proximidades).
Agente Comunitário de Saúde (Área 06-Encantada)	Micro 01 Micro 02 Micro 03 Micro 04 Micro 05 Micro 06	Serraria, Morro da Encantada e proximidades. Rodovia SC 434, KM 7 (Figueiredo e proximidades) Praia da Barra e proximidades. Ressacada (Plantação de arroz, Rua do Real e proximidades) Ressacada (morro do Sr. Zelindro e proximidades) Canto da Penha e Cova Triste.

Agente Comunitário de Saúde (Área 07-Campo Duna II)	Micro 01 Micro 02 Micro 03	Rodovia SC 434 (Imobiliária Azenha , Padaria MultiPam e proximidades) Rodovia SC 434 (Aldeia e proximidades) Rodovia SC 434 (Supermercado Silveira, Campinense e proximidades)
---	----------------------------------	---

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE "ENSINO MÉDIO E TECNICO"

CARGO	PROGRAMA	Nº Vagas/CR	Carga Horária	Vencimento	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Taxa inscrição R\$	Período Prova
10. Monitor de Oficina de Arte Terapia/ teatro (PETI)	Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculo	01/CR	08 h/s	588,48	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de Artes	Escrita	50,00	Matutino
11. Monitor de Oficina Terapêutica - Artes - CAPS	CAPS lei 1.377/2010	CR	08 h/s	644,23	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de Artes	Escrita	50,00	Matutino
12. Monitor de Oficina Terapêutica - Expressão Corporal - CAPS	CAPS lei 1.377/2010	CR	08 h/s	644,23	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de Expressão Corporal	Escrita	50,00	Matutino
13. Monitor de Oficina - música - CAPS	CAPS lei 1.377/2010	CR	08 h/s	644,23	Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área de música	Escrita	50,00	Matutino
14. Motorista Socorrista Excluído	SAMU	CR	38 h/s	1.235,82	Ensino Médio Completo e Carteira de Habilitação CNH, Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito) tendo a Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D" e Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva	Escrita e Prática	50,00	Matutino
15. Técnico em Enfermagem (CAPS)	CAPS lei 1.377/2010	CR	40 h/s	1.118,13	Curso Técnico em Enfermagem e Registro no COREN.	Escrita	50,00	Matutino
16. Técnico em Enfermagem (ESF)	ESF	05/CR	40 h/s	1.118,13	Curso Técnico em Enfermagem e Registro no COREN.	Escrita	50,00	Matutino
17. Técnico em Enfermagem (SAMU)	SAMU	CR	38 h/s	1.118,13	Ensino médio completo (2º Grau) Curso Técnico de Enfermagem, registro no COREN e Curso de capacitação SAMU	Escrita	50,00	Matutino
18. Técnico em Enfermagem (Unidades)	Unidades	06/CR	40 h/s	1.118,13	Curso Técnico em Enfermagem e Registro no COREN.	Escrita	50,00	Matutino
19. Técnico em Raio X	Policlínica	01/CR	24 h/s	1.118,13	Ensino médio completo (2º Grau) Curso Técnico em Radiologia com certificado reconhecido pelo Ministério da Educação.	Escrita	50,00	Matutino

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE "ENSINO SUPERIOR"

CARGO	PROGRAMA	Nº Vagas/CR	Carga Horária	Vencimento	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Taxa inscrição R\$	Período Prova
20. Assistente Social	NASF	01/CR	20 h/s	992,36	Ensino Superior Completo em Serviço Social com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
21. Enfermeiro	ESF	04/CR	40 h/s	2.426,75	Ensino Superior Completo em Enfermagem com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
22. Enfermeiro CAPS	CAPS lei 1.377/2010	01/CR	40h/s	1.984,77	Ensino Superior Completo em Enfermagem com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
23. Fisioterapeuta	NASF	02/CR	20 h/s	992,36	Curso Superior em Fisioterapia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino

24. Fonoaudiólogo	NASF	01/CR	20 h/s	992,36	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
25. Médico	ESF	01/CR	40 h/s	8.517,73	Ensino Superior Completo em Medicina com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
26. Médico Cardiologista	Policlínica	01/CR	20 h/s	5.730,11	Curso Superior em Medicina com especialização em Cardiologista com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
27. Médico Emergencista	Policlínica	CR	30 h/s	12.557,49	Portador do diploma de médico, com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina; tempo mínimo de exercício profissional comprovado de 2 (dois) anos; experiência comprovada em Serviços de Atendimento de Emergência	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
28. Médico Especialista em Cirurgia de Cabeça / Pescoço	Policlínica	01/CR	20 h/s	5.729,98	Curso Superior em Medicina e especialização em Cirurgia de Cabeça / Pescoço com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
29. Médico Ortopedista	Policlínica	01/CR	10 h/s	2.713,61	Curso Superior em Medicina com especialização em Ortopedia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
30. Médico Psiquiatra - CAPS	CAPS lei 1.377/2010	01/CR	12h/s	4.460,19	Curso Superior em Medicina com especialização e ou residência em Psiquiatria com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
31. Médico Urologista	Policlínica	01/CR	10 h/s	2.713,61	Curso Superior em Medicina com especialização em Urologia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
32. Médico Veterinário	NASF	01/CR	40 h/s	1.984,77	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
33. Nutricionista	NASF	02/CR	20 h/s	992,36	Ensino Superior Completo em Nutrição com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
34. Odontólogo	ESF – SB	04/CR	40 h/s	3.927,43	Ensino Superior Completo em Odontologia com Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
35. Educador Físico (NASF)	NASF	02/CR	20 h/s	1.110,53	Curso superior completo com Licenciatura Plena segundo Resolução CONFEF 13/87 ou Bacharelado segundo Resolução CONFEF 07/2004 Registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
36. Psicólogo (NASF)	NASF	02/CR	20 h/s	992,36	Curso Superior em Psicologia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino
37. Psicólogo CAPS (clínica e grupos)	CAPS lei 1.377/2010	01/CR	40h/s	1.984,77	Curso Superior em Psicologia com registro no respectivo órgão de classe.	Escrita e Títulos	70,00	Vespertino

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Agente Comunitário de Saúde – PACS

Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos e outros agravos da saúde;

Agente de Combate às Endemias – PACE

Exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal; utilizar instrumentos para vigilância, prevenção e controle de doenças; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento, vigilância, prevenção

Auxiliar de Consultório Dentário (Auxiliar de Saúde Bucal) – ESF – SB

Compete ao Auxiliar de Saúde Bucal, sempre sob a supervisão do Cirurgião-Dentista: Organizar e executar atividades de higiene bucal; processar filme radiográfico; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares; manipular materiais de uso odontológico; selecionar moldeiras; preparar modelos em gesso; registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal; executar limpeza, assepsia, desinfecção e

esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho; realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal; aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários; realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal; e adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção.

Monitor de Oficina de Arte-Terapia / teatro (PETI)

Executar aulas de arte aliada ao trabalho terapêutico junto às crianças e adolescentes da Jornada Ampliada do PETI com intuito de promover o desenvolvimento infanto-juvenil; estabelecer vínculos com os usuários atendidos pelo programa, de forma a instigar o seu autoconhecimento como sujeito social, além de estimular sua auto-estima, promovendo seu enriquecimento cultural e convívio em grupo; considerar o conhecimento que as crianças e adolescentes possuem advindo das mais variadas condições sociais e culturais de seu cotidiano; promover juntos com os usuários atividades extras com o intuito de despertar o interesse da criança em atingir um nível superior de conhecimento; contribuir com o desenvolvimento de todas as oficinas da instituição.

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Artes - CAPS

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Expressão Corporal - CAPS

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Música - CAPS

DESCRIÇÃO: Compreende a força de trabalho que se destina a executar tarefas grupais, que auxiliam a promover a socialização, expressão e inserção do indivíduo na sociedade, junto com a equipe de Saúde Mental.

ATRIBUIÇÕES:

a) Gerais: Conhecer os princípios e diretrizes do SUS, da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica; Relacionar-se de forma amistosa, gentil e respeitosa com usuários, familiares e servidores; Mediar as relações individuais e/ ou grupais de forma ética, resgatando o direito à cidadania, a integralidade da assistência e o controle social; Supervisionar a inclusão e participação dos usuários da Saúde Mental, fora da crise, em atividades intersetoriais visando à proteção do usuário e a consolidação das ações intersetoriais; Responsabilizar-se como técnico de referência junto ao usuário, à família, à comunidade e à Equipe de Saúde Mental, construindo e reavaliado o Projeto Terapêutico Individual; Propor oficinas terapêuticas articuladas aos momentos diversos do Processo saúde-doença (prevenção, promoção, tratamento e reabilitação); Participar das Assembleias de Usuários e trabalhadores de Saúde Mental; Participação em atividades coletivas da Equipe de Saúde Mental (Reuniões de Equipe, reuniões diárias e Supervisão) socializando os acontecimentos e produções dos usuários;

b) Específicas: Oferecer oficinas, na sua área de conhecimento e experiência no CAPS; Coordenar as atividades grupais, estruturadas e não estruturadas, com a finalidade de promover: socialização, expressão e inserção social; Coordenar e orientar atividades de pintura, música, expressão corporal, artesanato, artes plásticas, cerâmicas e outras afins, de acordo com núcleos de saber específico; Desenvolver Oficinas de geração de renda, de acordo com os princípios da Economia Solidária; Propiciar oficinas, atividades e estratégias de inclusão social e cultural dos usuários, valorizando as intervenções que fazem parte da Agenda da Saúde Mental; Ampliar as autonomias e habilidades dos usuários, respeitando a diversidade e multiplicidade de ritmo dos mesmos; Elaborar lista de materiais e quantitativos necessários para o bom funcionamento de suas atividades; Organizar, cuidar e responsabilizar-se pelos materiais de uso diário das oficinas e das atividades realizadas pelos usuários; Elaborar e manter exposições dos trabalhos realizados nas oficinas; Registrar os fazeres e acontecimentos ocorridos na Oficina.

Motorista Socorrista – SAMU

- 1 - Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes;
 - 2 - Conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo;
 - 3 - Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;
 - 4 - Conhecer a malha viária local;
 - 5 - Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;
 - 6 - Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida;
 - 7 - Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas;
 - 8 - Realizar medidas reanimação cardiorespiratória básica;
 - 9 - identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;
 - 10 - Comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto;
- item a) a substituição do plantão deverá se fazer na base; em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o motorista-socorrista poderá solicitar a substituição no local do atendimento;
- item b) as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, e entregue ao Diretor Técnico ou seu substituto, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas; item c) no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente.
- 11 cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência;
 - 12 tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo;
 - 13 utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso;
 - 14 manter-se atualizado, freqüentando os cursos de educação continuada e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel;
 - 15 Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;
 - 16 Participar das reuniões convocadas pela direção;
 - 17 Participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado pela direção técnica;
 - 18 Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegrilos, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;
 - 19 Acatar as deliberações da direção técnica;
 - 20 Participar da formação inicial e de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos cursos de educação continuada oferecidos, sendo que o não cumprimento acarretará em sanções sujeitas ao desligamento do profissional.

Técnico em Enfermagem – CAPS

Desenvolver ações de técnico de enfermagem nos espaços do CAPS e no domicílio/comunidade; fazer curativos; aplicar vacinas e injeções; observar prescrições médicas realizadas a doentes; ministrar remédios e cuidados com os doentes; atender e acompanhar os doentes; auxiliar demais profissionais da saúde; requisitar material de enfermagem; desenvolver com ACS atividades de identificação de família de risco para patologias relacionadas à saúde mental; contribuir com ACS no que se refere a visitas domiciliares dos pacientes do CAPS; acompanhar as consultas de enfermagem de indivíduos expostos a situação de risco; executar segundo sua qualificação profissional os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiologia nas áreas de atenção a saúde; participar da discussão e organização do processo de trabalho no CAPS, SMS e comunidade; apoiar rotina diária do CAPS; acompanhar pacientes em estado agudo da doença psíquica até a internação; registrar os procedimentos realizados; manter atualizado o prontuário do paciente; executar outras tarefas correlatas.

Técnico em Enfermagem – ESF

Realizar procedimentos de enfermagem dentro de suas competências técnicas e legais; realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, USF e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçadas pela equipe; preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamento na USF; zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da USF, garantindo o controle de infecção; realizar buscas ativas de casos, como tuberculose, hanseníase e demais.

Técnico em Enfermagem – SAMU

1 – Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como da cabine posterior da ambulância

2 - Conhecer integralmente o todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis na ambulância e realizar manutenção básica dos mesmos;

3 - Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;

4 - Conhecer a estrutura de saúde local;

5 - Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;

6 – Proceder os gestos básicos de suporte à vida;

7 - Proceder imobilizações e transporte de vítimas;

8 - Realizar medidas reanimação cardiorespiratória básica;

9 - Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade;

10 - Comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto;

item a) a substituição do plantão deverá se fazer na base; em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o técnico de enfermagem poderá solicitar a substituição no local do atendimento;

item b) as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, e entregue ao coordenador de enfermagem ou seu substituto, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas;

item c) no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente.

11 cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência;

12 tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo;

13 utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso;

14 manter-se atualizado, freqüentando os cursos de educação continuada e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel;

15 Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;

16 Participar das reuniões convocadas pela direção;

17 Participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado pela direção técnica;

18 Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegrilos, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;

19 Acatar as deliberações da direção técnica;

20 Participar da formação inicial e de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos cursos de educação continuada oferecidos, sendo que o não cumprimento acarretará em sanções sujeitas ao desligamento do profissional.

Técnico em Enfermagem (Unidades)

Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas.

Técnico em Raio X

Executar atividades radiológicas, no setor de diagnose; executar atividades radioterápicas, no setor de terapia; fazer coleta de material para exames, quando indicado; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; fazer a previsão e vistoriar o equipamento de Raio-X; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Radiologia; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Executar outras atividades correlatas.

Assistente Social – NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da prática do Serviço Social para efetivação de um modelo de atuação promotor de saúde e cidadania, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família.

Enfermeiro – ESF

Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolo estabelecidos nos programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão; planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida.

Enfermeiro – CAPS

Realizar acolhimento e triagem; Realizar atendimento individual de orientação, bem como grupos educativos; Visitas domiciliares; Elaborar, planejar, executar e avaliar projetos; Supervisionar todas as atividades desenvolvidas pela equipe de enfermagem; Capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental local e a nível regional; Atender as urgências psiquiátricas no serviço; Desenvolver a interdisciplinariedade na equipe, como forma de garantir atenção integral ao dependente químico; registrar os procedimentos realizados; manter atualizado o prontuário do paciente; executar outras tarefas correlatas.

Fisioterapeuta - NASF

Reavaliar avaliação diagnóstica utilizando-se de atividades técnicas apropriadas; tratar de problemas que interferem na atuação de pessoas debilitadas por doenças físicas ou mentais, desordens emocionais, desabilidades congênitas ou de desenvolvimento e envelhecimento. Ensinar exercícios corretivos a pacientes. Promover a reintegração de pacientes a famílias e outros grupos familiares. Elaborar pareceres, informes técnicos, relatórios, realizando pesquisas e entrevistas.

Fonoaudiólogo - NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da Fonoaudiologia, englobando ações de promoção, proteção e recuperação da saúde nos diversos aspectos relacionados à comunicação humana, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família

Médico – ESF

Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; realizar consultas e procedimentos na USF e quando necessário no domicílio; realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção básica, definidas pela Norma Operacional da Assistência a Saúde; avaliar a atuação clínica a prática da saúde coletiva.

Médico Cardiologista

Realizar diagnóstico e tratamento das afecções cardíacas congênitas ou adquiridas; fazer diagnósticos e tratamento das moléstias e anormalidades relativas à especialidade, bem como de doenças e acidentes; preencher fichas médicas dos pacientes; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; executar outras tarefas semelhantes

Médico Especialista em Cirurgia de Cabeça / Pescoço

Realizar consultas ambulatoriais dentro de sua especialidade; indicar, realizar e acompanhar cirurgias; analisar e definir terapias, observando custo x benefícios; identificar a gravidade dos casos, garantindo atendimento imediato ao paciente grave; participar de reuniões clínicas multidisciplinares; preencher adequadamente os prontuários; preencher os documentos, formulários e relatórios inerentes a atividade; cumprir e fazer cumprir os requisitos legais normativos e institucionais.

Médico Emergencista

Realizar avaliação de todos os pacientes encaminhados para atendimento médico, atender os pacientes clínicos e vítimas de trauma no setor de emergência, priorizar o atendimento em função da gravidade/risco, estabilizar e encaminhar os pacientes para outras especialidades, prestar atendimento quando solicitado por outras especialidades diante de situações avaliadas como emergência, ser responsável pelo acompanhamento e prescrição dos pacientes adultos deixados em observação pela equipe, atender, avaliar, encaminhar e/ou liberar pacientes, prestar informações a familiares quando pertinente, responsabilizar-se pela transferência de pacientes, procedendo ao contato com o médico receptor e relatório de transferência, participar da coleta de dados que orientem a gestão assistencial (escores, indicadores de qualidade e complexidade), conhecer e cumprir as normas constantes do Estatuto dos Funcionários do Município de Garopaba, e outras tarefas afins e correlatas.

Médico Ortopedista

Diagnosticar e tratar traumatismos músculos-esqueléticos e outras afecções agudas do aparelho locomotor e da coluna vertebral; preencher fichas médicas dos pacientes; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; prestar o devido atendimento ao paciente encaminhado por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; executar outras tarefas semelhantes.

Médico Psiquiatra – CAPS

Prestar e orientar o tratamento médico, coordenar atividades médicas institucionais diagnosticando situações de saúde, executando atividades médicas, desenvolvendo e executando programas de saúde em sua área de atuação. Promover a reabilitação psicossocial dos usuários dos Caps-ad; Executar atividades relacionadas com o atendimento psicológico ao paciente em tratamento de dependência química, quais sejam: psicoterapia individual, grupal e familiar, visando a reinserção social; Triar e acolher todo usuário que buscar o serviço; Realizar psicodiagnóstico; Psicoeducar quanto à dependência química e seus conceitos a usuários e familiares; Capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental local e a nível regional; Capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental local e a nível regional; Atender as urgências psiquiátricas no serviço; Desenvolver a interdisciplinariedade na equipe, como forma de garantir atenção integral ao dependente químico; registrar os procedimentos realizados; manter atualizado o prontuário do paciente;

executar outras tarefas correlatas.

Médico Urologista

Diagnosticar e tratar das moléstias e anormalidades relativas ao sistema urinário, empregando processos adequados e instrumentação específica; preencher fichas médicas dos pacientes; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; executar outras tarefas semelhantes

Médico Veterinário - NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da prática da Medicina Veterinária realizando visitas domiciliares para diagnóstico de risco à saúde na interação entre seres humanos, animais e meio-ambiente; prevenção, controle, diagnóstico situacional de riscos de doenças transmissíveis por animais e outros fatores determinantes do processo saúde/doença; desenvolver ações de educação em saúde com foco na prevenção e controle de doenças com caráter zoonótico e demais riscos ambientais, incluindo desastres naturais e provocados pelo ser humano; desenvolver ações educativas e de mobilização contínua da comunidade visando ao controle das doenças/agravos na área de abrangência, no uso e manejo adequado do território com vistas à relação saúde/meio-ambiente participar, colaborar em estudos e pesquisas em saúde pública como integrante da equipe multidisciplinar que favoreçam a territorialidade e a qualificação da atenção básica; orientar sobre cuidados com manejo de resíduos; prevenir e controlar doenças transmissíveis por alimentos, vetores, animais, entre outras; responder às emergências de saúde pública e a eventos de potencial risco sanitário de forma articulada com os setores responsáveis, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF.

Nutricionista – NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da nutrição, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família.

Odontólogo – ESF – SB

Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adstrita; realizar os procedimentos clínicos definidos na norma operacional básica do Sistema Único de Saúde; NOB/SUS – e na Norma Operacional Básica da Assistência a Saúde (NOAS); Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica, para a população adstrita; encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento.

Educador Físico – NASF

Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da educação física, integrando o Núcleo de apoio a Saúde da Família

Psicólogo

Realizar atividades clínicas pertinentes a responsabilidade profissional de psicologia e terapia ocupacional; realização de capacitações para apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes atendidos nos CAPS, tentativas de suicídio, situação de violência intrafamiliar; realizar encontros para discussão com as ESF dos casos identificados que necessitam de ampliação da clínica.

Psicólogo – CAPS

Promover a reabilitação psicossocial dos usuários do Caps e/ou Coordenar os serviços da Unidade; Executar atividades relacionadas com o atendimento psicológico ao paciente em tratamento de dependência química, quais sejam: psicoterapia individual, grupal e familiar, visando a reinserção social; Triar e acolher todo usuário que buscar o serviço; Realizar psicodiagnóstico; Psicoeducar quanto à dependência química e seus conceitos a usuários e familiares; Capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental local e a nível regional; Realizar visitas domiciliares e atividades comunitárias a fim de criar redes de relações que se estendam para além das fronteiras do CAPS atingindo os territórios onde vivem os usuários; Trabalhar sobre a lógica da desinstitucionalização, visando sempre à saúde dos usuários, em toda a sua plenitude; Desenvolver a interdisciplinariedade na equipe, como forma de garantir atenção integral ao dependente químico; registrar os procedimentos realizados; manter atualizado o prontuário do paciente; executar outras tarefas correlatas.

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação (objetiva e subjetiva). Polissemia e Ambiguidade. Fonologia: encontros vocálicos e encontros consonantais. Dígrafos e Dífono. Morfologia: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Flexão das classes morfológicas. Sintaxe do período simples. Ortografia: s, ss, ç e z. Regras da nova ortografia. Gêneros textuais: crônica e poema. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Agente Comunitário de Saúde

Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Necessidades nutricionais; Amamentação; Medidas profiláticas (tipos de vacinas e soros); Importância da Imunidade e tipos de Imunidade; Tipos de doenças adquiridas; Vírus e principais viroses; Bactérias patogênicas (principais doenças bacterianas); Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças parasitárias; Epidemiologia (epidemia, endemia e pandemia); Qualidade de vida (prevenindo a hipertensão e a diabete); Planejamento familiar (métodos contraceptivos); Noções de primeiros socorros; Lei do SUS; Procedimentos, responsabilidades e atribuições do ACS. Formulários de preenchimento Obrigatório. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990; Lei nº 11.350 de 05 de outubro de 2006; Emenda Constitucional nº 51; Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014; Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)).

Agente de Combate às Endemias

Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Controle Ambiental: 1. Dengue, Febre Amarela; Noções básicas sobre as doenças; Noções básicas sobre os vetores; Diretrizes básicas para controle vetorial; Atividades preconizadas; Métodos de controle vetorial; Ações do controle vetorial; Equipamentos utilizados no controle vetorial; Operacionalização do controle vetorial; Ações da vigilância sanitária no controle de vetores. . Esquistossomose e Doença de Chagas; Noções básicas sobre as doenças; Noções básicas sobre os vetores.

Auxiliar de Consultório Dentário (Auxiliar de Saúde Bucal)

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos . Métodos e técnicas para educação em saúde bucal, individual e coletiva; Noções de planejamento e avaliação das ações educativas; Técnicas de escovação e aplicação de flúor; Ações básicas de promoção à saúde bucal; Anatomia e fisiologia da cavidade bucal. Cárie, doença periodontal, má oclusão. Lesões de mucosas: conceito, etiologia, evolução, medidas de controle e prevenção. Ética em odontologia. Placa bacteriana; identificação, fisiologia, relação com dieta, saliva e flúor. Biossegurança; ergonomia, controle de infecção cruzada (paramentação e proteção individual). Fluxo e processamento de artigos. Processamentos de superfícies e limpeza geral, gerenciamentos de resíduos. Métodos de esterilização e desinfecção: normas e rotina, preparo de material e desinfecção do meio. Manutenção preventiva de equipamentos odontológicos. Proteção radiológica, técnicas de tomadas radiográficas e revelação. Acidentes de trabalho e conduta após a exposição ao material odontológico. Organização da clínica odontológica e trabalhos de equipe. Instrumental e equipamento: utilização. Precauções padrão e riscos ocupacionais. Materiais restauradores: utilização, técnicas de inserção e polimento, manipulação. Proteção pulpar do complexo dentina-polpa. Medidas de prevenção: terapia com flúor, cessantes, raspagem e polimento coronário, instrução de higiene oral e educação para a saúde. Noções de anatomia humana básica e de cabeça e pescoço. Noções dentística, prótese, endodontia e cirurgia. O pessoal auxiliar e suas funções no consultório odontológico.. Odontologia Preventiva - Higiene Dentária: Etiologia e Controle de Placa Bacteriana, Cárie e Doença Periodontal, Prevenção da Cárie e Doença Periodontal, Flúor (composição e aplicação), Cariostático e Selantes Oclusais. Materiais, Equipamentos e Instrumentais, Manipulação, Manutenção e Conservação. Materiais Dentários - Forradores e Restauradores. Esterilização e Desinfecção. Educação em Saúde. Noções de instrumentação clínica e cirúrgica, noções de biosegurança. Noções de Radiologia, Odontopediatria, Prótese, Cirurgia, Endodontia, Dentística e Anatomia Bucal e Dental (Notação Dentária). Código de ética da profissão.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e interpretação (objetiva e subjetiva). Polissemia e Ambiguidade. Fonologia: encontros vocálicos e encontros consonantais. Dígrafos e Dífono. Morfologia: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Flexão das classes morfológicas. Sintaxe do período simples. Ortografia: s, ss, ç e z. Regras da nova ortografia. Gêneros textuais: crônica e poema. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO (COMUM A TODOS OS CARGOS): Constituição Federal (no que diz respeito à saúde) Estatuto da Criança e do Adolescente, Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos. Políticas públicas de saúde no Brasil; Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil.

Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO. Temas gerais de Direito Administrativo e Administração Pública. Atos Administrativos. Crimes contra a administração pública. Serviços Públicos: conceitos, classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições

do cargo.

Monitor de Oficina de Arte Terapia/Teatro (PETI)

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidar e Educar: Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil – RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, literatura infantil, tipos de textos literários. Métodos e processos no ensino da leitura. Estatuto da Criança e do Adolescente;

Escola de Tempo Integral: concepção e prática.

O Teatro Educativo. Noções de teoria de Teatro. Ritmo. Jogo cênico. Concepção, utilização e articulação dos elementos cenográficos. Construção corporal do personagem. Expressão corporal, expressão vocal, improvisação. Noção de dramaturgia e interpretação. Criação de figurinos, cenários e adereços.

Sonoplastia, iluminação. Histórico da origem do teatro e o teatro na história. Dramatização de poesias. Formação de elenco. Maquiagem. Motricidade. Leitura, escolha e análise de textos. Divisão dos personagens, construção dos personagens, marcação de cenas e apresentações públicas. Jogos de Improvisações Teatrais. Elementos de Linguagem. Procedimentos pedagógicos em Teatro: conteúdos, métodos e avaliação. O Teatro na educação:

Fundamentos e tendências pedagógicas do ensino de Teatro no Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino de teatro. História do Teatro e do Espetáculo no Brasil e no mundo. Jogos teatrais. Brecht e Augusto Boal: o diálogo entre eles. Teatro contemporâneo e a corporeidade na cena. Produção e montagem do espetáculo teatral: Elementos Visuais na cena teatral (maquiagem, figurino, cenografia, iluminação). Literatura Dramática: Interpretação teatral: Escolas e Estilos; Técnicas de palco e de expressão corporal. As perspectivas práticas e teóricas do trabalho do ator segundo os fundadores de tradição no Teatro do Século XX. As diversas tendências do teatro contemporâneo: A encenação contemporânea como prática pedagógica. Jogo dramático e jogo teatral: A Pedagogia do Espectador. Teatro/Educação e inclusão artístico-cultural. A formação do artista cênico.

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Artes - CAPS

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidar e Educar: Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil – RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, literatura infantil, tipos de textos literários. Métodos e processos no ensino da leitura. Estatuto da Criança e do Adolescente;

Teoria da arte: arte como produção, conhecimento e expressão; a obra de arte e sua recepção; artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade. Pintura, gravura, escultura. Processo de criação. Percepção. Cor, disco cromático, espectro. Criatividade: conceito, originalidade, criatividade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Aspectos formais da arte/artesanato: linha, forma, superfície, volume, espaço, tempo, movimento. Integração através do trabalho artesanal. Recursos materiais. Técnicas e manuseio de materiais diversos, para confecção de produtos artesanais. Didática do Ensino de Artes; objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes.

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Expressão Corporal - CAPS

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidar e Educar: Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil – RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, literatura infantil, tipos de textos literários. Métodos e processos no ensino da leitura. Estatuto da Criança e do Adolescente;

Conhecimentos das diversas propostas de danças e suas características e significados (pessoais, culturais e políticos) Produtos da dança (instruções diretas, descobertas guiadas, respostas selecionadas, jogos, etc.), composição coreográfica a partir das diversas fontes culturais. Elementos de tecnologia que apoiam o fazer da dança. Estilos, escolas, tendências da dança relacionadas com seu momento cultural e com a produção. Conhecimentos de simetria, espaço, movimento, harmonia. Noções de anatomia e primeiros socorros. Estrutura do corpo, seu funcionamento e cuidados na prevenção de lesões. História das danças Mundo e no Brasil, Estilos existentes e principais características de cada um, Consciência Corporal: sensibilização, alongamento e postura. Qualidades e componentes do movimento em dança, Didática de ensino na dança, Princípios de composição de espetáculo e coreografias, Fundamentos de Didática de ensino na dança (O programa de aula e a peculiaridades do ensino).

Dança Contemporânea. Folclore Brasileiro. Repertório e Coreografia. Anatomia para Dança. Terminologia e Codificação. Técnica do Movimento. Alongamento. Ritmo, coordenação e musicalidade. Didática de Ensino da Dança. Oficinas e atividade; Anatomia humana: Fisiologia do exercício e fundamentos de biomecânica, análise cinesiológica dos principais grupos musculares, tipos de alavancas, tensão e contração e trabalho muscular, sistema de forças que atuam no corpo e princípios mecânicos aplicados ao estudo do movimento humano, abordagem cinesiológica e biomecânica da postura, locomoção; Crescimento e desenvolvimento humano, bases do desenvolvimento psicomotor, fundamentos psicomotores das expressões artísticas. Processos de criação e composição de dança em contextos educacionais.

Monitor de Oficina Terapêutica com ênfase em Música - CAPS

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIS- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidar e Educar: Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação infantil; Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil – RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, literatura infantil, tipos de textos literários. Métodos e processos no ensino da leitura. Estatuto da Criança e do Adolescente; Cifragem de acordes (análise gradual, funcional e cordal); modulação harmônica; progressões harmônicas; substituição de acordes (empréstimo modal, mediante cromáticas, dominantes alteradas); técnicas de encadeamento de acordes; cadências musicais; fraseologia musical; formas binária, ternária, lied e rondó; formas de variação (contínuas e seccionais); tema e variações; história da música erudita ocidental; gêneros da música erudita ocidental (vocal e instrumentais); ritmos musicais brasileiros; tipos de acompanhamento de canção; análise de texto de canção (rima, versificação, estrofação, prosódia musical); classificações vocais (extensão e tessitura); texturas musicais (homofonia, polifonia, heterofonia etc); movimento melódico de vozes (princípios de contraponto); contracanto; acústica musical e organologia; e paisagem sonora (soundscape). História da Música; principais gêneros, estilos e compositores; principais instrumentistas e compositores; Métodos e didática de iniciação musical; A educação musical no contexto atual; Contribuições da música na formação do indivíduo; A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento.

Motorista Socorrista SAMU

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIS- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais.

Técnico em Enfermagem (CAPS)

Técnico em Enfermagem (ESF)

Técnico em Enfermagem (SAMU)

Técnico em Enfermagem (Unidades)

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Bioética e Legislação do Exercício Profissional. Cidadania e Humanização; Biossegurança nas ações em saúde; Vigilância epidemiológica; Preparação e acompanhamento do cliente na realização de exame diagnóstico; Sinais vitais e medidas antropométricas; Controle Hídrico e Diurese; Técnica de higiene, conforto e segurança do cliente. Posições para exames; Cuidados de enfermagem ao paciente em situação de urgência e emergência; Trabalho em Equipe; Humanização do atendimento ao cliente/paciente no ambulatório e/ou no hospital; Limpeza e preparo da unidade do paciente; Procedimentos de enfermagem na admissão, alta, transferência e óbito; Princípios de preparo e administração de medicamentos; Manuseio de equipamentos e materiais esterilizados; Curativo simples. Assistência de enfermagem em clínica médica; Assistência de enfermagem ao paciente idoso. Cuidados de enfermagem a clientes/pacientes nas diversas etapas do tratamento cirúrgico: pré/trans e pós-operatórios das cirurgias gerais; Normas e rotinas do centro cirúrgico; Transtornos mentais: conceito, etiologia, epidemiologia, sinais e sintomas clínicos, farmacoterapia, assistência de enfermagem; Alcoolismo; Emergências; Noções básicas sobre o processo gestacional– sinais e sintomas; Assistência de enfermagem no pré-natal, parto. Complicações e doenças decorrentes da gravidez; Aleitamento materno; Agravos sociais: a criança e ao adolescente de violência e abandono; Assistência de enfermagem no atendimento ginecológico; Anotações de enfermagem. Assistência ao cliente/paciente em tratamento clínico e cirúrgico. Programa Nacional de Imunização-PNI. Notificação das doenças Transmissíveis: Prevenção e Controle. Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo; Noções de saúde pública, Política de Atenção Básica

Técnico em Raio X

1. Física e química dos raios X. 2. Fatores radiográficos. 3. Métodos de exames radiológicos. 4. Contrastes radiográficos. 5. Anatomia humana. 6. Anatomia radiográfica. 7. Técnicas radiográficas gerais e especiais. 8. Câmara escura: técnicas e manutenção. 9. Equipamentos radiológicos: componentes básicos. 10. Regras de proteção e segurança na operação de equipamentos de raios X. Conhecimentos básicos de anatomia e fisiologia dos ossos do crânio e face. Conhecimentos de aparelhos de raios X - tubos para produção de raios X, constituição de tipos de aparelhos, funcionamento dos aparelhos. Conhecimentos de tipos de filmes. Conhecimentos de câmara escura e métodos de processamento radiográfico. Técnicas de revelação, fixação, de elementos dos componentes químicos do revelador e fixador. Conhecimentos dos efeitos biológicos e proteção contra as radiações ionizantes. Riscos e precauções: equipamentos de proteção individual e coletiva. Biossegurança em Clínica Radiológica Odontológica. Conhecimentos das técnicas radiográficas intra-bucais (Periapicais, Interproximal e Oclusal) e extra bucais (Panorâmica, Cefalométrica frontal e lateral, Mão e Punho) e seus principais erros de técnica. Métodos radiográficos de localização (Clark, Le Master, Miller Winter e M. Donovan). Conhecimentos básicos sobre imagem radiográfica digital odontológica. Sensores e impressoras dry. Conhecimentos básicos de tomografia computadorizada. Portaria/MS/SVS nº 453, de 01 de junho de 1998: Aprova o Regulamento Técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico, dispõe sobre o uso dos raios-x diagnósticos em todo território nacional e dá outras providências. Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS****LÍNGUA PORTUGUESA.**

Leitura e interpretação escrita e visual. Semântica e figuras de linguagem. Fonologia: ditongos crescentes e decrescentes, orais e nasais; tritongo oral e nasal e hiato. Dígrafos e Dífono. Classes morfológicas. Sintaxe do período simples e composto. Regras da nova ortografia. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Colocação pronominal. Texto jornalístico e publicitário. Figuras de Linguagem e de Pensamento.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO (COMUM A TODOS OS CARGOS): Constituição Federal (no que diz respeito à saúde) Estatuto da Criança e do Adolescente, Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos. Políticas públicas de saúde no Brasil; Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil.

Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO. Temas gerais de Direito Administrativo e Administração Pública. Atos Administrativos. Crimes contra a administração pública. Serviços Públicos: conceitos, classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

ASSISTENTE SOCIAL

Código de ética profissional do assistente social. História e reconceituação do Serviço Social. O Serviço Social no Brasil. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Trabalho e Serviço Social. Planejamento e Serviço Social. O código de ética profissional do assistente social. Instituições Públicas e Políticas Públicas. Relação Estado / Sociedade. Pobreza e desigualdade social no Brasil. Etapas/fases do processo de política pública: formulação, implementação, execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação. Gestão social das Políticas Públicas: elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. Pesquisa em Serviço Social. Conselhos e Conferências. Lei Orgânica da Saúde, Sistema Único de Saúde - SUS, Lei Orgânica da Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Redes de atendimento. Desenvolvimento local: concepção de território, participação no poder local, planejamento participativo, plano diretor, questões sociais urbanas e rurais. Família: As novas modalidades de família, metodologias de abordagem familiar. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Declaração dos Direitos Humanos.

ENFERMEIRO**ENFERMEIRO CAPS**

Regulamentação da profissão e Código de Ética; Diretrizes operacionais do pacto pela Saúde; Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família; Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação, rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas.- Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva: Administração de medicação; esterilização de material; Consulta de enfermagem; procedimentos de enfermagem;- Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas;- Assistência integral à Saúde do Adolescente;- Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino;- Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônicas Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso;- Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias;- Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental;- Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia;- Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis □ DST; AIDS;- Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa

Nacional de Controle da Hanseníase.- Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual: Limpeza, desinfecção, descontaminação;- Educação em Saúde.- Legislação do SUS e saúde em geral.

Fisioterapeuta

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações. Prevenção em Saúde Pública. Atuação Preventiva em Fisioterapia. Fisioterapia Preventiva em Saúde do Trabalho. Atenção Básica a Saúde. Fisioterapia na Atenção Básica. Educação Popular em Saúde. Avaliação cinesioterapêutica. Doenças Neurológicas na Infância e adulto. Reabilitação do Hemiplégico. Equipe multidisciplinar e Educação do paciente. Avaliação do paciente reumático – anamnese e exame físico e tratamento. Tratamento das doenças reumáticas – medicina física e reabilitação. Introdução ao estudo do envelhecimento e da velhice. Políticas Públicas de Atenção ao Idoso. Aspectos biológicos do envelhecimento: considerações sobre anatomia e fisiologia do envelhecimento. Fisioterapia aplicada aos idosos portadores de disfunções. Avaliação e tratamento em fisioterapia ortopédica e traumatológica. Recursos eletrotermofototerapêuticos. Provas de função muscular Saúde da Família. A Família e seu Ciclo Vital: O Adulto. Anatomia Pulmonar e Cardíaca. Fisiologia Pulmonar e Cardíaca. Semiologia Pulmonar e Cardíaca: Manobras e Recursos Fisioterapêuticos. Reabilitação cardio-respiratória. Ética em Fisioterapia. Leis e Resoluções do COFFITO.

Fonoaudiólogo

Conhecimento em Anatomia e Fisiologia (pertencentes à prática fonoaudiológica). Patologia dos Órgãos da Fala e da Audição. Patologia do Sistema Nervoso Central: Patologia do SNC e suas implicações na comunicação: Encefalopatias não progressivas. Encefalopatia Crônica Infantil Fixa (Paralisia Cerebral), Disartrias, Dispraxias, Apraxias, Dislexia. Deficiência Mental. Distúrbio Psiquiátrico. Linguística Fonética e fonologia. Desenvolvimento Humano: físico e motor, perceptual e cognitivo. Desenvolvimento do Indivíduo Excepcional: Conceitos Básicos. Aspectos psicossociais dos indivíduos considerados excepcionais. Classificação das excepcionalidades: mental, visual, auditiva e física. Audiologia: Avaliação audiológica completa. Linguagem Oral: Desenvolvimento da Linguagem Oral: Contribuições das principais teorias psicolinguísticas: Comportamental (Skinner); Construtivista (Piaget); Inatista (Chomsky) e Sociointeracionista (Vygotsky). Etapas de aquisição da linguagem: fonético-fonológica; Sintática, Semântica, Pragmática. Linguagem Escrita: Desenvolvimento da linguagem escrita: Contribuições das principais teorias psicolinguísticas: Comportamental (Skinner); Construtivista (Piaget); Inatista (Chomsky) e Sociointeracionista (Vygotsky). Etapas de aquisição da linguagem escrita. Teorias, Técnicas, Avaliação e Tratamento dos Distúrbios da Comunicação. Fonoaudiologia em Instituição Educacional: Fonoaudiologia educacional: objetivos, conceitos e papéis.

Médico

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito. Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação, rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), bloqueios e intensificações de vacinas. Procedimentos médicos: Pequenas cirurgias, suturas, sondagem, administração de medicamento; curativos; Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas; Assistência integral à Saúde do Adolescente; Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino; Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônicas Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso; Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias; Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental; Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia; Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis □ DST; AIDS; Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase. Doenças de Notificação Compulsória; Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual: Limpeza, desinfecção, descontaminação; Educação em Saúde. Conhecimento geral e específico sobre clínica médica: Exames de imagem; Cardiologia: Angina Pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Pneumologia: pneumonia, broncopneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica; Hematologia: anemias, leucoses e linfomas. Gastroenterologia: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doenças inflamatórias intestinais, pancreatite, cirrose hepática; Doenças da tireóide; Urgências clínicas: ICC; edema agudo do pulmão, crise hipertensiva e pressão alta, asma brônquica, hemorragia digestiva alta, insuficiência hepática, IRA, cólica renal, embolia. Endocrinologia: diabetes melitus tipo 1 e 2, doenças da tireóide, distúrbios do eixo hipotálamo-hipofiseo-adrenal; Nefrologia: malformações e infecções do trato urinário, litíase urinária; Cardiologia: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca congestiva, endocardite infecciosa, taquiarritmias, bradiarritmias, doença arterial coronariana; Dermatologia: infecções e neoplasias cutâneas, doenças auto-imunes que acometem a pele e anexos; Imunologia: doenças reumáticas; Pneumologia: infecções e neoplasias do trato respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma brônquica; Infectologia, Hematologia: anemias carenciais, anemias hemolíticas, leucoses; Nutrologia: obesidade, anorexia nervosa, bulimia, desnutrição; Gastroenterologia: doenças pépticas, neoplasias do trato digestivo, hepatites, etilismo; Intoxicação e envenenamento; Adinamia circulatória aguda; Insuficiência respiratória aguda; Restauração Hemodinâmica; Politraumatismo; Abdômen agudo; Estado de inconsciência; Queimaduras; Distúrbios hidroeletrólíticos e ácidos-básicos; Enfermidades do aparelho geritourinário; Doenças reumáticas; Doenças neurológicas; Avitaminoses; Ortopedia;

Médico Cardiologista

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito. Conhecimentos específicos: Hipertensão primária e secundária. Eletrocardiograma patológico. Insuficiência cardíaca - diagnóstico e tratamento. Valvulopatias. Cardiopatias congênitas. Cardiopatia e gravidez. Insuficiência coronariana. Marca-passos. Afecções da aorta. Arritmias cardíacas. Dislipidemia. Reanimação cardiovascular. M.A.P.A.: Monitorização ambulatorial da pressão arterial. O trabalho

na urgência e emergência.

Médico Emergencista

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil. Exames de imagem; Cardiologia: Angina Pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Pneumologia: pneumonia, broncopneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica; Hematologia: anemias, leucoses e linfomas. Gastroenterologia: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doenças inflamatórias intestinais, pancreatite, cirrose hepática; Doenças da tireóide; Urgências clínicas: ICC; edema agudo do pulmão, crise hipertensiva e pressão alta, asma brônquica, hemorragia digestiva alta, insuficiência hepática, IRA, cólica renal, embolia. Endocrinologia: diabetes melitus tipo 1 e 2, doenças da tireóide, distúrbios do eixo hipotálamo-hipófiseadrenal; Nefrologia: malformações e infecções do trato urinário, litíase urinária; Cardiologia: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca congestiva, endocardite infecciosa, taquiarritmias, bradiarritmias, doença arterial coronariana; Dermatologia: infecções e neoplasias cutâneas, doenças auto-imunes que acometem a pele e anexos; Imunologia: doenças reumáticas; Pneumologia: infecções e neoplasias do trato respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma brônquica; Infectologia: doenças sexualmente transmissíveis, vacinação, profilaxia anti-rábica; Hematologia: anemias carenciais, anemias hemolíticas, leucoses; Nutrologia: obesidade, anorexia nervosa, bulimia, desnutrição; Gastroenterologia: doenças pépticas, neoplasias do trato digestivo, hepatites, etilismo; Intoxicação e envenenamento; Adinamia circulatória aguda; Insuficiência respiratória aguda; Restauração Hemodinâmica; Politraumatismo; Abdômen agudo; Estado de inconsciência; Queimaduras; Distúrbios hídrico-eletrólíticos e ácidos-básicos; Enfermidades do aparelho geritourinário; Doenças reumáticas; Doenças Sexualmente transmissíveis; Doenças infecto-contagiosas e parasitárias; Doenças neurológicas; Avitaminoses; Ortopedia; Noções gerais de Epidemiologia das doenças infecto-contagiosas; Noções gerais de Epidemiologia das doenças crônico-degenerativas;

Médico Especialista em Cirurgia de Cabeça / Pescoço

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito.Princípios da Cirurgia Crânio-Maxilo-Facial, Traumatologia Facial (epidemiologia, diagnóstico e tratamento), Anomalias Congênitas e Adquiridas da Face (diagnóstico e tratamento), Osteotomias Funcionais da Face (técnicas e indicações), CirurgiaOrtognática (técnicas e indicação), Síndrome da Apnéia Obstrutiva do Sono (diagnóstico e tratamento), Tumores crânio faciais, Anomalias Vasculares da Face (congenitas e adquiridas).

Médico Ortopedista

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Traumatologia: fraturas e luxações da coluna cervical, dorsal e lombar, fratura da pélvis, fratura do acetábulo, fratura e luxação dos ossos dos pés, tornozelo, joelho, lesões meniscais e ligamentares, fratura diafisária do fêmur, fratura transtocanteriana, fratura do colo do fêmur, fratura do ombro, fratura de clavícula e extremidade superior e diáfise do úmero, fratura da extremidade distal do úmero, luxação do cotovelo e fratura da cabeça do rádio, fratura e luxação da monteggia, fratura diafisária dos ossos do antebraço; fratura de Colles e Smith, luxação do carpo, fratura do escafóide capal. Traumatologia da mão: fratura metacarpiana e falangiana, ferimentos da mão, lesões dos tendões flexores e extensores dos dedos. Anatomia e radiologia em ortopedia e traumatologia, anatomia do sistema osteoarticular. Radiologia. Tomografia. Ressonância magnética. Ultra-sonografia do sistema osteoarticular. Anatomia do sistema muscular. Anatomia dos vasos e nervos. Anatomia cirúrgica: vias de acesso, traumatologia e anomalias congênitas

Médico Psiquiatra – CAPS

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito.

1) Psiquiatria: Delirium, demência, transtornos amnésicos e outros transtornos cognitivos. Transtornos por uso de substâncias psicoativas. Esquizofrenia. Outros transtornos psicóticos: esquizoafetivo, esquizofreniforme, psicótico breve, delirante persistente e delirante induzido. Síndromes psiquiátricas do puerpério. Transtornos do humor. Transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos de hábitos e impulsos. Transtornos fóbico-ansiosos: fobia específica, social e agora fobia. Outros transtornos de ansiedade: pânico e ansiedade generalizada. Transtornos alimentares. Transtornos do sono. Transtornos de adaptação e transtorno de estresse pós-traumático.

2) Transtornos somatoformes. Transtornos dissociativos. Transtornos da identidade. Transtornos da personalidade. Transtornos factícios, simulação, não adesão ao tratamento. Retardo mental. Transtornos do desenvolvimento psicológico. Transtornos comportamentais e emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou adolescência. Transtornos psiquiátricos relacionados ao envelhecimento. Interconsultapsiquiátrica. Emergências psiquiátricas. Psicoterapia. Psicofarmacoterapia. Eletroconvulsoterapia. Reabilitação em psiquiatria. Psiquiatria forense. Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos. Classificação em psiquiatria.

3) Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

Médico Urologista

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil; Política de Saúde: Legislação referente ao SUS. Código de Ética Médica. Preenchimento da declaração de óbito.

1) Urologia: Anatomia, embriologia e anomalias do sistema geniturinário. Propedêuticourológico. Litíase e infecções do trato geniturinário. Traumatismo do sistema geniturinário. Neoplasias benignas e malignas do sistema geniturinário. Prevenção e diagnóstico precoce dos tumores do aparelho genital masculino. Bexiganeurogênica. Doenças vasculares do aparelho geniturinário. Tuberculose do aparelho geniturinário. Doenças específicas dos testículos. Urgências do aparelho geniturinário. Doenças sexualmente transmissíveis. Disfunção erétil. Infertilidade. Cirurgias do aparelho geniturinário. Cirurgias vídeo laparoscópicas. Transplante renal. 2) Urgências e emergências: Reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

MÉDICO VETERINÁRIO

Epidemiologia Geral: cadeia epidemiológica, formas de ocorrência de doenças em populações, profilaxia geral e prevenção. Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública: controle sanitário, projetos de saúde animal e saúde pública. Educação Sanitária. Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal: legislação e fiscalização sanitária, manipulação e armazenamento de produtos de origem animal. Clínica Médica e Cirurgia Veterinária: noções básicas com vistas de instituir diagnóstico, prognóstico e tratamento individual. Zootecnia: técnicas de criação, manejo, alimentação e produção animal. Reprodução.

NUTRICIONISTA

Alimentos: conceito; características e qualidade dos alimentos; perigos químicos, físicos e biológicos. Planejamento dietético para indivíduos saudáveis. Técnicas adequadas para aquisição, seleção, conservação, preparação e armazenamento dos Alimentos. Planejamento, organização e execução de cardápios. Instalações físicas, equipamentos e utensílios em Unidades de Alimentação e Nutrição. Controle de Qualidade em Unidades de Alimentação e Nutrição (BPF, POP's, APPCC). Controle de Custos em Unidades de Alimentação e Nutrição. Avaliação Nutricional (métodos antropométricos clínicos, bioquímicos e dietéticos na Avaliação Nutricional). Doenças carenciais (etiologia, epidemiologia, diagnósticos, prevenção e conduta nutricional). Propriedades funcionais em alimentos vegetais. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes às atribuições do cargo.

Odontólogo

Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Traumatismo em dentes permanentes jovens. Dentística restauradora diagnóstico e tratamento. Ortodontia preventiva. Níveis de prevenção. Erupção dental. Oclusão. Semiologia exame do paciente. Técnicas radiográficas. Prevenção das doenças periodontais. Prevenção da cárie dental. Diagnóstico das lesões agudas da cavidade bucal. Anatomia em cirurgia oral. Avaliação pré-operatória. Técnicas Anestésicas. Alterações periodontais agudas. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica. Placa bacteriana. Controle de placa - meios físicos e químicos. Epidemiologia da cárie e doença periodontal. Exodontia: técnicas e acidentes. Esterilização e desinfecção em odontologia. Perícia odontológica: no foro criminal, trabalhista e civil. Responsabilidade profissional. Doenças Ocupacionais, Normas Técnicas de Avaliação de incapacidade laborativa; Fundamentos de Normas Técnicas Periciais.. Processo saúde – doença. . Noções de saneamento básico.

Educador Físico – NASF

Metodologia, Treinamento e Regras das Modalidades Esportivas; História da Educação Física e do Esporte; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Bioquímica; Cinesiologia; Bioestatística; Biomecânica; Fisiopatologia e Exercício; Epidemiologia da Atividade Física; Qualidades Físicas na Educação Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Fundamentos da Ginástica e da Musculação; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; Atividade Física Adaptada; Atividade Física e Envelhecimento; Educação Física e Qualidade de Vida; Treinamento Funcional e Pilates; Instalações, Equipamentos e Materiais Esportivos; Organização de Eventos Esportivos; Gestão Esportiva; Recreação, Jogos e Lazer; Marketing Esportivo; Ética e Deontologia da Educação Física; Legislação Esportiva e Profissional; Atualidades e Tópicos Especiais em Esportes.

PSICÓLOGO NASF

PSICÓLOGO CAPS

Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt □ Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Distúrbios da Personalidade; Deficiências Mentais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; sistema de RH: conceitos e objetivos desenvolvimento organizacional; recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; testes de seleção: conceito e espécies; treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento; Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho; psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; saúde coletiva: políticas de saúde mental; saúde mental e trabalho; gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito meta competência.

ANEXO IV

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 004/2016 da Prefeitura Municipal de GAROPABA, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

c)) Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Requerente

ANEXO V

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 04/2016 (Programas especiais) da Prefeitura Municipal de Garopaba - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no edital, onde requeiro a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA PROVA DE TÍTULOS

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo 04/2016 (PROGRAMAS ESPECIAIS) da Prefeitura Municipal de Garopaba - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria A participação na Prova de Títulos do Processo Seletivo da Prefeitura de Garopaba.

Declara que:

- 1) O documento apresentado é cópia fiel do original, estando devidamente autenticado em cartório.
- 2) Não constitui pré-requisito ao exercício do cargo.

TÍTULO APRESENTADO-CERTIFICADO OU DIPLOMA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Descrição Especialista em:	Instituição emissor:	Carga horária	Titulação	
			Especialização	1,00
			Mestrado	2,00
			Doutorado	3,00

Será avaliado um único título de curso de pós-graduação. Nota máxima: 3,00.

Declaro serem verdadeiras as informações aqui prestadas.

Garopaba (SC), _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Candidato.

OBS.: Favor NÃO encaminhar qualquer outros documentos. Os documentos exigidos para nomeação deverão ser apresentados unicamente quando da posse do candidato.

ANEXO VII

REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Tipo de Recurso:	
<input type="checkbox"/> 1 – Contra indeferimento de inscrição	
<input type="checkbox"/> 2 - Contra questão da prova ou gabarito preliminar	
<input type="checkbox"/> 3 – Contra a classificação preliminar	
<input type="checkbox"/> 4 – Outro: _____	
Nome do Candidato:	
N.º de Inscrição:	Cargo:
Identidade:	CPF:
N.º da Questão:	Data:
OBS.: Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, você deve preencher obrigatoriamente um formulário para cada questão.	
Fundamentação e Referência Bibliográfica:	

Assinatura do Candidato

Só serão analisados os recursos entregues ao IOBV até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 001/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 001/2017

PMG

Ata nº. 001/2017; Processo nº 157/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: UNIMÓVEIS IND. E COM. MÓVEIS ESCOLARES LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA EQUIPAR UNIDADES DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL, DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE GAROPABA. Data da Assinatura: 06/01/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2017

PMG

Ata nº. 002/2017; Processo nº 157/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: MONICA R. DE MELLO FARIA ME Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA EQUIPAR UNIDADES DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL, DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE GAROPABA.

Data da Assinatura: 06/01/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2017

PMG

Ata nº. 003/2017; Processo nº 153/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA SEREM DISTRIBUÍDOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA.

Data da Assinatura: 06/01/2017.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 022/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 022/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROCHELE RHODON MALDONADO

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 940,16 (novecentos e quarenta reais com dezesseis centavos) mensais

Vigência: De 11/01/2017 até 11/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 023/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 023/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DIEGO ANDRÉ DIEDRICH

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 940,16 (novecentos e quarenta reais com dezesseis centavos) mensais

Vigência: De 11/01/2017 até 11/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 024/2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 024/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MERCEDES BATISTA CARDOSO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 12/01/2017 até 12/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 020/2017 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 020/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RICARDO JOSE CARDOSO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 12/01/2017 até 12/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016

ATO 004/PS/004/2016

RETIFICA O EDITAL COM EXCLUSÃO DO CARGO DE MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU
DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016 PROGRAMAS ESPECIAIS

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. De acordo com a manifestação jurídica 001/2017 sobre a impugnação do presente edital acerca da habilitação do Cargo de Motorista Socorrista – SAMU, a administração municipal resolve:

2. FICA EXCLUÍDO COMPLETAMENTE do Edital 004/2016, o cargo de Motorista Socorrista – SAMU, bem como todos os itens que o mencionam.

3. DETERMINA A DEVOLUÇÃO das inscrições para todos os candidatos com inscrição paga, do cargo de Motorista Socorrista – SAMU.

4. Os candidatos ao cargo de Motorista Socorrista – SAMU, poderão solicitar a devolução da taxa de inscrição paga, da seguinte forma:

a) Preencher o requerimento do anexo I deste ato, informando o número do banco, agência e da conta corrente para devolução do valor.

b) Protocolar o requerimento em anexo na Prefeitura Municipal de Garopaba, ou enviá-lo através das agências dos correios com SEDEX/AR para Prefeitura Municipal de Garopaba, Processo Seletivo 004/2016, Praça Governador Ivo Silveira, 296 – Centro, CEP: 88.495-000.

c) Ou ainda, Protocolar através do e-mail do município: fiscalizacao@garopaba.sc.gov.br

4.1. O município fará a devolução do valor pago em até 20 dias após recebimento do requerimento, maiores informações pelo telefone (48) 3254-8100.

4.2. Fica Cancelada a Prova Escrita e Prática do cargo de Motorista Socorrista – SAMU que ocorreria no dia 15/01/2017.

5. As demais normas do edital 004/2016 permanecem inalteradas.

GAROPABA, 11 de janeiro de 2017

Paulo Sergio de Araujo

Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 12/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ANEXO I**REQUERIMENTO DE VALOR PAGO**

Eu _____, portador do documento de CPF nº _____, inscrito no Edital 004/2016 da Prefeitura Municipal de Garopaba, residente e domiciliado a Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

Venho REQUER a Vossa Senhoria DEVOLUÇÃO do valor pago da taxa de inscrição do cargo de Motorista Socorrista - SAMU, inscrição número: _____.

Informo que o valor a ser devolvido é de R\$ 50,00 e deve ser depositado na seguinte conta bancária:

Banco: _____

[] Conta em seu Nome [] conta de terceiro

Titular da Conta: _____

Número da Agência: _____

Número da conta: _____

Tipo da conta: [] corrente [] Poupança – número da operação _____

Nestes Termos firma a presente declaração e
Pede Deferimento do requerimento

_____, _____ de _____ de 2017
(local e data)

Assinatura do Declarante/Requerente

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 03 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 03 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA PARA O CARGO EM COMISSIAO DE ASSESSOR PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sérgio Luiz Gonçalves, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, considerando os termos da Lei nº 1030 de 10 de abril de 2006, com suas posteriores alterações e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR, o Senhor VAGNER DA SILVA, brasileiro, solteiro, CPF 008.156.799-78, RG 3386899 SSP/SC, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR, conforme Lei Municipal Nº 1.030 de 10 de abril 2006, Quadro II – Comissionados da Câmara Municipal de Garopaba, com suas posteriores alterações e demais legislação vigente, cumprindo-lhe as funções inerentes ao cargo, com efeitos a partir de 11/01/2017.

Parágrafo Único – O servidor deverá desempenhar suas funções em conformidade com as determinadas na Lei Municipal nº 1.030 de 10 de abril 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 11 de janeiro de 2017.

Sérgio Luiz Gonçalves

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/ ____/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho

Diretor Administrativo

Câmara Municipal de Garopaba

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA Nº 5.105, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.105, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL PARA APURAÇÃO DOS FATOS, IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS E QUANTIFICAÇÃO DO DANO, REFERENTES A POSSÍVEIS IRREGULARIDADES APOSTADAS NO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO Nº 02/2012.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, no uso das atribuições e conforme determina a legislação vigente, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Especial através do memorando n. 04/2017 – TCE 01/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 12 de janeiro de 2017, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial em relação à Tomada de Contas Especial que tem por finalidade apurar os fatos referentes a possíveis irregularidades apontadas no inquérito administrativo nº 02/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.106, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.106, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 07/2016, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO SUPOSTO DIRECIONAMENTO DELIBERADO DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, A UM LABORATÓRIO ESPECÍFICO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183, da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 01/2017 – Sindicância 07/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 15 de janeiro de 2017, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 07/2016, instaurada para apurar a responsabilidade de servidores da Secretaria Municipal de Saúde pelo suposto direcionamento deliberado de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, a um laboratório específico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.107, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.107, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 12/2016, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR M.E. DA S.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 05/2017 – PAD 12/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 13 de janeiro de 2017, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 12/2016, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor M.E. da S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.108, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.108, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 18/2016, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DOS EX-SERVIDORES J.L.L., J.J.DOS S. E S.S.L.C.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 02/2017 – PAD 18/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 15 de janeiro de 2017, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 18/2016, instaurado para apurar a responsabilidade dos ex-servidores J.L.L., J.J.dos S. e S.S.L.C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PLANEJAMENTO, DIVULGAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO PROJETO VERÃO MAIS 2017 A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Aos 05 dias do mês de janeiro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, ORGANIZA EVENTOS LTDA – ME, estabelecida à Rua: Manoel Porto Filho, nº 72, Forquilha – São José/SC CEP: 88.106-840, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 19.632.641/0001-97, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Acelino dos Santos, brasileiro, portador do RG nº 2.222.738 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 646.774.009-20, para Contratação de empresa especializada em organização de eventos para planejamento, divulgação, organização e produção do projeto VERÃO MAIS 2017 a ser realizado no município de governador celso ramos, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 052/2016, objeto do Processo 79/2016 As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID.	QUANT.	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PLANEJAMENTO, DIVULGAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO PROJETO VERÃO MAIS 2017 A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 52/2016.	Serviço	01	R\$ 270.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 05 de Janeiro de 2017.

Marcelo Acelino dos Santos

ORGANIZA EVENTOS LTDA – ME

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 01.17 AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICA.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2017.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 04/17, Edital de Pregão Presencial Nº 01/17. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de CESTAS BÁSICA; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 27/01/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 27/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 11 de janeiro de 2017.

GRACIELI MARA MALDANER,
Ordenador do FMAS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 11.17 AQUISIÇÃO SERVIÇOS DE LAVAGENS DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E ONIBUS.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 15/17, Edital de Pregão Presencial Nº 11/17, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição de Serviços de Lavagem de Veículos, Caminhões, Máquinas e Ônibus; recebimento de propostas até às 08 horas do dia 27/01/17; a abertura do Edital será às 08 horas do dia 27/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 11 de janeiro de 2017.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 12.17 AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº12/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 16/17, Edital de Pregão Presencial Nº 12/17, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Gás de Cozinha; recebimento de propostas até às 10 horas do dia 27/01/17; a abertura do Edital será às 10 horas do dia 27/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros

85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 11 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 13.17 AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 17/17, Edital de Pregão Presencial Nº 13/17, Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para alunos das escolas da rede municipal de ensino, para uso nas escolas do ensino fundamental e infantil; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 31/01/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 31/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 11 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2017

(*) 1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENECHINI, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com as Leis municipais nº 1.940/06, nº 1.645/01, nº 2764/2014, nº 1890/2006, nº 2489/2012 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que o Edital do Concurso Público nº 001/2017, sofreu alteração, no que pertine a data e horário de aplicação das provas, divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva, prazo de recursos do Gabarito Preliminar, Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo, publicação do Resultado Preliminar prova objetiva, prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar, publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar, Divulgação do Gabarito Oficial /Final e publicação da Classificação/Resultado Final, a saber:

ONDE SE LÊ:

5. DAS PROVAS

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04/03/2017, com início às 09 horas, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08 horas.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 08h50min, sendo que das 08h50min até às 09 horas, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09 horas e término às 12 horas.

PASSA-SE A LER:

5. DAS PROVAS

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 11/03/2017, com início às 14h30min, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 14h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 14h20min, sendo que das 14h20min até às 14h30min, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 14h30min e término às 17h30min.

ONDE SE LÊ:

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às 10h30min do dia 07/03/2017, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

PASSA-SE A LER:

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às 10h30min do dia 14/03/2017, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

ONDE SE LÊ:

ANEXO I
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017
CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Prova Objetiva	04/03/2017	A prova objetiva será realizada na Escola Municipal Padre Alfredo Kasper, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba/sc. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h. O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 09 horas e término às 12 horas
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	06/03/2017	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	07 e 08/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	07/03/2017	Às 10h30min, no Auditório da Ameosc, Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, na cidade de São Miguel do Oeste – SC.
Publicação do Resultado Preliminar prova objetiva	07/03/2017	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br bre também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC. A partir das 17 horas.
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar	08 e 09/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar	27/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	28/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Publicação da Classificação/Resultado Final	29/03/2017	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.

PASSA-SE A LER:

ANEXO I
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017
CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Prova Objetiva	11/03/2017	A prova objetiva será realizada na Escola Municipal Padre Alfredo Kasper, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba/sc. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min. O fechamento dos portões será às 14h10min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 14h30min horas e término às 17h30min.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	13/03/2017	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	14 e 15/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	14/03/2017	Às 10h30min, no Auditório da Ameosc, Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, na cidade de São Miguel do Oeste – SC.
Publicação do Resultado Preliminar prova objetiva	14/03/2017	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br bre também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC. A partir das 17 horas.
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar	15 e 16/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar	29/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	30/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Publicação da Classificação/Resultado Final	31/03/2017	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.

As demais informações contidas no referido edital permanecem inalteradas.

Guaraciaba/SC, 11 de janeiro de 2017.
ROQUE LUIZ MENEHINI
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO EXTRATO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2017

(*) 1ª RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEHINI, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com as Leis municipais nº 1.940/06, nº 1.645/01, nº 2764/2014, nº 1890/2006, nº 2489/2012 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que o Extrato do Edital do Concurso Público nº 001/2017, sofreu alteração, no que pertine a data e horário de aplicação das provas, a saber:

ONDE SE LÊ:

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04/03/2017, com início às 09 horas, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08 horas.

3.3. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 08h50min, sendo que das 08h50min até às 09 horas, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso.

3.6. A prova objetiva terá início às 09 horas e término às 12 horas.

PASSA-SE A LER:

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 11/03/2017, com início às 14h30min, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.

3.3. O fechamento dos portões será às 14h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 14h20min, sendo que das 14h20min até às 14h30min, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso.

3.6. A prova objetiva terá início às 14h30min e término às 17h30min.

As demais informações contidas no referido extrato permanecem inalteradas.

Guaraciaba/SC, 11 de janeiro de 2017.
ROQUE LUIZ MENEHINI
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO EXTRATO TESTE SELETIVO EDITAL 002/2017

(*) 1ª RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEZHINI, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com as Leis municipais nº 1.645/01, nº 1.651/02, nº 1.940/06, nº 2764/2014, nº 1890/2006, nº 2489/2012, 1940 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que o Extrato do Edital do Processo Seletivo nº 002/2017, sofreu alteração, no que pertine a data de aplicação das provas, a saber:

ONDE SE LÊ:

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04/03/2017, com início às 09 horas, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

3.7. A prova prática será realizada no dia 04/03/2017, com início às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretária de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sito à Rua Padre Feijó, centro, nesta cidade de Guaraciaba – SC.

PASSA-SE A LER:

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 11/03/2017, com início às 09 horas, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

3.7. A prova prática será realizada no dia 11/03/2017, com início às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretária de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sito à Rua Padre Feijó, centro, nesta cidade de Guaraciaba – SC.

As demais informações constantes no referido extrato permanecem inalteradas.

Guaraciaba – SC, 11 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini
Prefeito

RETIFICAÇÃO TESTE SELETIVO EDITAL 002/2017

(*) 1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEZHINI, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com as Leis municipais nº 1.645/01, nº 1.651/02, nº 1.940/06, nº 2764/2014, nº 1890/2006, nº 2489/2012, 1940 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que o Edital do Processo Seletivo nº 002/2017, sofreu alteração, no que pertine a data de aplicação das provas, divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva, prazo de recursos do Gabarito Preliminar, Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo, publicação do Resultado Preliminar prova objetiva e nota da prova prática, prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar(prova objetiva e prova prática),

publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar, Divulgação do Gabarito Oficial /Final e publicação da Classificação/Resultado Final, a saber:

ONDE SE LÊ:

5. DAS PROVAS

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04/03/2017, com início às 09 horas, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

PASSA-SE A LER:

5. DAS PROVAS

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 11/03/2017, com início às 09 horas, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

ONDE SE LÊ:

5.5.2. A prova prática será realizada no dia 04/03/2017, com início às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretária de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sito à Rua Padre Feijó, centro, nesta cidade de Guaraciaba – SC.

PASSA-SE A LER:

5.5.2. A prova prática será realizada no dia 11/03/2017, com início às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretária de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sito à Rua Padre Feijó, centro, nesta cidade de Guaraciaba – SC.

ONDE SE LÊ:

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às 09 horas do dia 07/03/2017, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

PASSA-SE A LER:

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às 09 horas do dia 14/03/2017, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

ONDE SE LÊ:

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017
CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Prova Objetiva	04/03/2017	A prova objetiva será realizada na Escola Municipal Padre Alfredo Kasper, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba/sc. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h. O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 09h e término às 11h30min.
Prova Prática	04/03/2017	A prova prática do cargo de Motorista – CNH Categoria “D” terá início às 13horas. O local de aplicação da Prova Prática será o no Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, sito à Rua Padre Feijó (Secretária Municipal d Transportes, Obras e Serviços Urbanos). A partir das 13horas não será mais permitido o acesso de candidatos a Garagem de Máquinas da Secretária de Transportes e Obras, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Guaraciaba – SC não se responsabilizarão por atrasos.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	06/03/2017	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	07 e 08/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	07/03/2017	Às 09hrs, no Auditório da Ameosc, Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, na cidade de São Miguel do Oeste – SC.
Publicação do Resultado Preliminar prova objetiva e nota da prova prática	07/03/2017	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC. A partir das 17 horas.
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar (prova objetiva e prova prática)	08 e 09/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar	27/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	28/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br . A partir das 17 horas

Publicação da Classificação/Resultado Final	29/03/2017	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.
---	------------	--

PASSA-SE A LER:

ANEXO I
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017
CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Prova Objetiva	11/03/2017	A prova objetiva será realizada na Escola Municipal Padre Alfredo Kasper, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba/sc. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h. O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 09h e término às 11h30min.
Prova Prática	11/03/2017	A prova prática do cargo de Motorista – CNH Categoria “D” terá início às 13horas. O local de aplicação da Prova Prática será o no Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, sito à Rua Padre Feijó (Secretária Municipal d Transportes, Obras e Serviços Urbanos). A partir das 13horas não será mais permitido o acesso de candidatos a Garagem de Máquinas da Secretária de Transportes e Obras, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Guaraciaba – SC não se responsabilizarão por atrasos.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	13/03/2017	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	14 e 15/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	14/03/2017	Às 09hrs, no Auditório da Ameosc, Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, na cidade de São Miguel do Oeste – SC.

Publicação do Resultado Preliminar prova objetiva e nota da prova prática	14/03/2017	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC. A partir das 17 horas.
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar (prova objetiva e prova prática)	15 e 16/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar	29/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	30/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Publicação da Classificação/Resultado Final	31/03/2017	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.

As demais informações contidas no referido edital permanecem inalteradas.

Guaraciaba/SC, 11 de janeiro de 2017.

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPAL

Guaramirim

PREFEITURA

PORTARIA 024/2017

PORTARIA Nº. 024/2017

Exonera Marilei Dereti.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Marilei Dereti, da função de Diretora Administrativa, vinculada a Secretaria de Educação a partir de 04 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

PORTARIA 025/2017

PORTARIA Nº. 025/2017

Nomeia Marja Prusse Rebelato como Diretora Pedagógica.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Marja Prusse Rebelato na função de Diretora Pedagógica, vinculado a Secretaria de Educação a partir de 05 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 026/2017

PORTARIA Nº. 026/2017

Nomeia Cenira Telma Weber como Diretora Administrativa.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Cenira Telma Weber, na função de Diretora Administrativa, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 05 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 027/2017

PORTARIA Nº. 027/2017

Nomeia Marilei Dereti como Diretora Administrativa.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Marilei Dereti, na função de Diretora Administrativa, vinculada a Fundação Cultural, a partir de 05 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de janeiro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - FMS CT 06/2015 TA 02

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 06/2015
PROCESSO LICITATORIO Nº. 71/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº.
39/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA S.A

OBJETO: O prazo de vigência do Contrato para contratação de seguro para o veículo Fiat Ducato Adapta Ambulância MGC 2857, utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde no transporte de pacientes do município de Guarujá do Sul, fica prorrogado de 13 de janeiro de 2017 até 31 de janeiro de 2018.

VALOR: R\$ 5.699,94

Guarujá do Sul, SC, 11 de janeiro de 2017.

Adelise de Oliveira,
Secretária do FMS.

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 14ª LEGISLATURA E POSSE DOS VEREADORES, VICE-PREFEITA E PREFEITO.

ATA

ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 14ª LEGISLATURA, POSSE DOS VEREADORES, VICE-PREFEITA E PREFEITO ELEITOS EM DOIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL DE DEZESSEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA. Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, com início às nove horas, nas dependências do Salão Nobre da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, reuniram-se em Sessão Solene a totalidade dos Vereadores eleitos, Vice-Prefeita, Prefeito Municipal e demais autoridades convidadas. Iniciando, o Cerimonialista, Valdir Barcella, convidou para tomar assento nos locais reservados as seguintes autoridades: atual Prefeito José Carlos Foiatto e esposa, atual Vice-Prefeito Norberto Laweless e esposa; que justificou a ausência; atual Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Rodrigo Bremm e esposa, representante da Polícia Militar Andreoli e esposa; que esteve ausente; representante da Polícia Civil Ênio Signor e esposa, que fora representado pela Senhora Lucimar Lauen, e Comandante do Corpo de Bombeiro de São José do Cedro Ivair Ganzer e esposa, que esteve ausente. Em seguida o Cerimonialista convida as seguintes autoridades para ocupar aos lugares reservados a Mesa: o vereador eleito Ilário Baumgardt o qual irá presidir a sessão, Adelise de Oliveira Vice - Prefeita eleita e esposo, Claudio Junior Weschenfelder prefeito eleito e noiva. Seguindo foram convidados para ocupar seus lugares reservados no plenário os vereadores eleitos: Antônio André de Souza, Cleber Jonas Weschenfelder, Gilmar Klaus, Jorge Batista da Silva Junior, Jair Jacó Mallman, Jair Tibolla, Marcos Vinícius dos Santos e Mônica Regina Taube. Na sequência o Cerimonialista passou a palavra para o Presidente ILÁRIO BAUMGARDT que fazendo uso das atribuições legais que lhe são conferidas e atribuídas nos parágrafos primeiro e segundo do artigo trinta da Lei Orgânica Municipal, concomitante com o art. 11 do Regimento Interno, cumprimentou os vereadores e vereadoras, as autoridades presentes, os funcionários da Casa e o público presente. Convidou Marcos Vinícius dos Santos para secretariar os trabalhos da Mesa. Constando-se o número regimental e a existência do quórum legal, com a totalidade de seus membros, o Excelentíssimo Senhor Ilário Baumgardt em nome de Deus e da Lei declarou aberta a presente Sessão Solene. Convidou o secretário da Mesa Marcos Vinicius dos Santos para fazer a leitura de uma passagem bíblica. Na sequência dos trabalhos convidou os vereadores e todos os presentes para tomarem posição de sentido para

execução do Hino Nacional Brasileiro. Na sequência como todos os vereadores, Vice-Prefeita e Prefeito já protocolaram seus diplomas na secretaria da Casa e apresentaram suas declarações de bens passou-se diretamente para o juramento. Quando o Presidente, Ilário Baumgardt, faz o seguinte juramento: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DESTA MUNICÍPIO, DESEMPENHANDO LEAL E FIELMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO EM FAVOR DO POVO GUARUJAENSE". Dando andamento aos trabalhos o Presidente Ilário Baumgardt solicitou que o secretário Marcos Vinícius dos Santos fizesse a chamada nominal dos Vereadores e solicitou que o vereador chamado responda: "ASSIM O PROMETO" e em seguida assine o termos de compromisso e posse que a secretaria da Casa redigiu. Seguindo, o Presidente em exercício declarou empossados os vereadores: Antônio André de Souza, Cleber Jonas Weschenfelder, Gilmar Klaus, Jorge Batista da Silva Junior, Jair Jacó Mallman, Jair Tibolla, Marcos Vinícius dos Santos e Mônica Regina Taube. Em seguida, Ilário Baumgardt declarou instalada a Décima Quarta Legislatura do Poder Legislativo do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina. Seguindo o Presidente solicitou a Vice-Prefeita eleita Adelise de Oliveira que faça o seguinte juramento: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DESTA MUNICÍPIO, DESEMPENHANDO LEAL E FIELMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO EM FAVOR DO POVO GUARUJAENSE". Adelise de Oliveira fez o juramento e assinou o termo de compromisso e posse. Na sequência o Prefeito eleito Claudio Junior Weschenfelder fez o juramento e assinou o termo de compromisso e posse. O Presidente declarou empossados a Vice-Prefeita e o Prefeito do Município de Guarujá do Sul para o mandato de 2017 a 2020. Na sequência o Presidente em exercício concedeu dois minutos para cada vereador fazer suas considerações e cinco minutos para o Ex-Prefeito Municipal José Carlos Foiatto, a Vice-Prefeita e o Prefeito eleitos. Seguindo, o Secretário da Mesa faz a chamada nominalmente em ordem alfabética dos vereadores eleitos para que os mesmos façam o uso da palavra. Na sequência se reportou o Ex-Prefeito Municipal, José Carlos Foiatto, e fez a entrega simbólica da Chave do Município para o Prefeito eleito Claudio Junior Weschenfelder. Seguindo, Adelise de Oliveira Vice-Prefeita eleita fez o uso da palavra; e finalizando os pronunciamentos, Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito eleito. Em seguida o Presidente em exercício, Ilário Baumgardt, fez uso da palavra e com a graça de Deus e respeitando as Leis declarou encerrada, às dez horas e vinte minutos, a presente Sessão Solene para Instalação da Legislatura

e posse dos Vereadores, Vice-Prefeita e Prefeito do Município de Guarujá do Sul. Convidou a todos para a sessão Extraordinária Especial para a escolha da Mesa Diretora para o biênio de 2017/2018, a qual foi marcada para as 10horas e 45minutos. Por solicitação do Secretário da mesa, Marcos Vinícius dos Santos, eu, Franciane Baseggio, Auxiliar Legislativa, lavrei a presente ata que após lida será assinada pelos parlamentares presentes. Os pronunciamentos proferidos nesta reunião do Legislativo Municipal Guarujaense não foram gravados, tendo em vista que ocorreram problemas técnicos com o som. Sala das Sessões, ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete.

ADELISE DE OLIVEIRA CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

ANTÔNIO ANDRÉ DE SOUZA CLEBER JONAS WESCHENFELDER

GILMAR KLAUS IILÁRIO BAUMGARDT

JORGE BATISTA DA SILVA JUNIOR JAIR JACÓ MALLMMAN

JAIR TIBOLLA MARCOS VINICÍUS DOS SANTOS

MÔNICA REGINA TAUBE

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0052/2016

CONVITE Nº 002/2016

CONTRATO Nº 0029/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA. - ME

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA. - ME., inscrita no CNPJ sob o nº Nº 09.234.560/0001-85 em conformidade com o contrato Nº 029/2016 de 07/11/2016 iniciar os serviços a obra de fechamento frontal do espaço do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV- situado a Avenida Beira Rio, Centro, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.

Características: Escavação manual do solo, fechamento com grades e portões em ferro, estrutura em concreto armado e britas, revestimentos, pintura latex acrílica, instalação caixa para hidrômetro
Localização: Avenida Beira Rio, nº 391 - Centro

Área Total - 55,40 m²

Prazo de Conclusão: 60 dias

Valor Total – R\$ 29.841,13 (vinte e nove mil oitocentos e quarenta e um reais e treze centavos)

Herval d'Oeste (SC) 09 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI

JUNIOR DE MATTOS

Prefeito Municipal

Sócio Administrador

CPF: 162.730.799-00

CPF: 040.937.649-30

Contratante

Contratada

PORTARIA Nº 068/2017

PORTARIA Nº 068/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio ao servidor NERI PEREIRA DUARTE (Matr. 871), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "F", Anexo V da LC Nº. 281/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 79, da Lei Complementar Nº. 191/2005, corroborada com o artigo 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a partir de 11 de janeiro de 2017 a 09 de Fevereiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 069/2017

PORTARIA Nº 069/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora VANESA RICARDO DA SILVA DE LIMA (Matr. 2787), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 10 de janeiro de 2017 a 19 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 070/2017

PORTARIA Nº 070/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 02 (dois) anos:

- Secretário de Administração e Finanças
- Responsável pelo Setor do servidor avaliado
- Sadir Rovêa

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 071/2017

PORTARIA Nº 071/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os seguintes servidores para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório, a qual realizará a avaliação dos servidores que exercem suas atividades junto à Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, pelo período de 02 (dois) anos:

- Secretário ou Diretor da Secretaria de Obras, Urb. e Serv. Urbanos
- Responsável pelo Setor do servidor avaliado
- Sadir Rovêa

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 072/2017

PORTARIA Nº 072/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora MELISSA DEMO (Matr. 2551), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, Nível/ Referência – 12/3/C, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para responder pela função de Fiscal de Obras.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

IPREVI/HO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidade Gestora: "Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste (SC) – IPREVI-HO"

CNPJ/MF Nº 07.733.382/0001-01

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Empresa: SMI PRIME – Consultoria de Investimentos Ltda

CNPJ/MF Nº 11.882.190/0001-34

Endereço: Rua Dom Jaime Câmara, 170 – 9º andar – Sala 901 – Centro – Florianópolis (SC)

Contratada

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2015

Pelo presente instrumento, o "Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste (SC) – IPREVI-HO", pessoa jurídica de direito público, CNPJ 07.733.382/0001-01 com sede na Rua Nereu Ramos, 389 Centro, neste ato representado pela Presidente do Conselho de Administração a Senhora Silvana Lazzarini Bulla, brasileira, casada, portadora do CPF nº 907.308.609-49, doravante denominado Contratante, e de outro lado a Empresa SMI PRIME – Consultoria de Investimentos Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.882.190/0001-34, estabelecida na Rua Dom Jaime Câmara, 170 – 9º andar – Sala 901, no Centro no município de Florianópolis (SC), neste ato representado por seu Sócio, Senhor Rodrigo Scussiato da Costa, brasileiro, casado, portador do CPF n. 035.938.729-27, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 e Processo Licitatório Nº 02/2015, Tomada de Preços Nº 01/2015.

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato nº 001/2015 de 01/01/2017 até 31/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do termo de credenciamento acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d' Oeste (SC), 29 de dezembro de 2016.

SILVANA LAZZARINI BULLA
CONTRATANTE

RODRIGO SCUSSIATO DA COSTA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)
NOME: FÁTIMA DIRLEY PEREIRA PAGANINI
CPF: 494.748.399-72

2)
NOME: LEILA BOTTEGA DE COL
CPF: 029.430.469-06

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 02/2017

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 02/2017

“REAJUSTA A PEDIDO DOS CREDENCIADOS O VALOR A SER PAGO PELOS SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA RELATIVOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE AUXÍLIO-SAÚDE E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE E À AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE EX-SERVIDORES APOSENTADOS POR INVALIDEZ PERMANENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando a vigência da Lei Complementar nº 0179 de 30.09.2005, que criou o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO;

Considerando a necessidade de cumprir o disposto no Capítulo V – Do Plano de Benefícios – Seção V – Do Auxílio-Doença, nos art. 37 e seus parágrafos e art. 38, da Lei Complementar nº 0179 de 30.09.2005;

Considerando o art. 33 e seus parágrafos, Seção I da Aposentadoria por Invalidez;

Considerando o disposto no Edital de Credenciamento nº 002/2014 e nos Termos de Credenciamentos nº 06/2014 e nº 07/2014;

Considerando o requerimento dos credenciados;

RESOLVEM:

Art. 1º Remunerar por perícia médica para concessão do benefício de Auxílio-saúde, o valor de R\$ 186,00 (Cento e oitenta e seis reais);

Art. 2º Remunerar por perícia médica para concessão do benefício de aposentaria por invalidez e revisão periódica de ex-servidores aposentados por invalidez permanente, pelos médicos peritos do IPREVI – HO, o valor R\$ 248,00 (Duzentos e quarenta e oito reais);

Art. 3º Os valores previstos nos art. 1º e 2º servem de parâmetro, com percentuais de acréscimos diferenciados para cada serviço conforme interesse do IPREVI-HO e anuência das partes;

Art. 4º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Resolução nº. 019/2014.

Herval d' Oeste (SC), 05 de janeiro de 2016.

JAQUELINE RAZERA
Diretora Administrativa
de Administração

SILVANA LAZZARINI BULLA
Presidente do Conselho

Imbituba

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 011/2017

PORTARIA CMI nº 011/2017

“Altera Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Imbituba”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art 35. XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Alterar, com fundamento no art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Imbituba, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Art. 2º Nomear, para integrar a Comissão Permanente de Licitação, nas respectivas funções, os servidores:

Emerson Pacheco Custódio, como Presidente;
Dayhany Corrêa Tavares, como Vice-Presidente;
Vinícius David de Amorim, como 1º Secretário;
Gisele Stofelli, como 2ª Secretária.

Art. 3º Esta Portaria tem seus efeitos na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de janeiro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 11/01/2016.

PORTARIA CMI Nº 012/2017

PORTARIA CMI Nº 012/2017

“Nomeia Cristiane Costa Pegorara para o Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear a Senhora Cristiane Costa Pegorara, brasileira, casada, portadora do RG de nº 3.591.581-1 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 008.647.579-05, para o Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de janeiro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 11/01/2017.

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO Nº 01/2017 - PMI

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

CT17/001

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Milto Borga, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 81.632.093/0004-11, com endereço na rua Manoel Francisco da Costa, nº 2000 Bairro Vieiras na cidade de Jaraguá do Sul-SC, denominado de CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de óleo diesel S10 para abastecimento dos veículos da frota do Município de Iomerê - Órgão Gerenciador, com instalação de tanque para armazenamento do óleo diesel, em local a ser designado pelo Município Contratante, para o período de janeiro a dezembro de 2017, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR R\$
03	160.000	Lts	Óleo diesel S10	Shell	2,77

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços serão fixos, podendo ser revistos quando houver reajuste no preço dos combustíveis. A Contratada deverá apresentar à Administração as notas fiscais anteriores e posteriores à data de concessão do reajuste, para avaliação da evolução dos preços e para fins de revisão contratual, conforme disposto no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93.

Outras situações que autorizem o reajuste dos valores previamente contratados, dependerão de análise e ficarão sujeitas a critérios de julgamento do Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

O pagamento pela aquisição do objeto do presente contrato será feito em favor da CONTRATADA mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a entrega do objeto, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Será de responsabilidade da Contratada:

Fornecer os combustíveis, objetos deste contrato, de acordo com as especificações técnicas do Departamento Nacional de Combustíveis;

Instalar em local a ser designado pelo Contratante, tanque de armazenamento de óleo diesel, conforme previsto no Edital Licitatório, num prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da assinatura do presente contrato, conforme o item 2.2 do Edital;

Fornecer o objeto desta licitação, nos preços e prazos estipulados na sua proposta;

Fornecer o combustível no volume requisitado pelo município, conforme a sua necessidade, a qualquer hora do expediente da Prefeitura, num prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, após pedido;

Apresentar, sempre que solicitado pelo Município, documentos relacionados ao cumprimento do objeto do contrato, em especial, certidões negativas.

Assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

Obriga-se a manter durante todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; a declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar a contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- b) Demais sanções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 0056/2016, modalidade de Pregão Presencial nº 0043/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

A demora na entrega do objeto do contrato, ou justificativas inaceitáveis pela demora, ensejarão a rescisão imediata do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato, correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O contrato inicia na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 02 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

AGRICOPEL COM. DERIV. PETRÓLEO LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 02/2017 - PMI

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICHLO LTDA.

CT17/002

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Milto Borge, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICHLO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21, com endereço na rua Saul Brandalise, nº 400, Centro na cidade de Videira-SC, denominado de CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gasolina comum e aditivada para abastecimento dos veículos da frota do Município de Iomerê - Órgão Gerenciador, para o período de janeiro a dezembro de 2017, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR R\$
01	25.000	Lts	Gasolina comum	Ipiranga	3,68
02	6.000	Lts	Gasolina aditivada	Ipiranga	3,83

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços serão fixos, podendo ser revistos quando houver reajuste no preço dos combustíveis. A Contratada deverá apresentar à Administração as notas fiscais anteriores e posteriores à data de concessão do reajuste, para avaliação da evolução dos preços e para fins de revisão contratual, conforme disposto no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93.

Outras situações que autorizem o reajuste dos valores previamente contratados, dependerão de análise e ficarão sujeitas a critérios de julgamento do Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

O pagamento pela aquisição do objeto do presente contrato será feito em favor da CONTRATADA mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a entrega do objeto, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Será de responsabilidade da Contratada:

Fornecer os combustíveis, objetos deste contrato, de acordo com as especificações técnicas do Departamento Nacional de Combustíveis;

Fornecer o objeto desta licitação, nos preços e prazos estipulados na sua proposta;

Fornecer o combustível no volume requisitado pelo município, conforme a sua necessidade, a qualquer hora do expediente da Prefeitura, num prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, após pedido;

Apresentar, sempre que solicitado pelo Município, documentos relacionados ao cumprimento do objeto do contrato, em especial, certidões negativas.

Assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

Obriga-se a manter durante todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; a declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar a contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- b) Demais sanções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 0056/2016, modalidade de Pregão Presencial nº 0043/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

A demora na entrega do objeto do contrato, ou justificativas inaceitáveis pela demora, ensejarão a rescisão imediata do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato, correrão a conta de dotações específicas de cada secretaria do orçamento do exercício de 2017.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O contrato inicia na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 02 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 03/2017 - PMI

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO DOM DOMENICO LTDA.

CT17/003

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO DOM DOMENICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua XV de novembro, nº 1168 Centro na cidade de Videira-SC inscrita no CNPJ sob o nº 14.563.006/0001-81, neste ato representado pela Sra. Céres Regina Perondi, denominado de CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de álcool comum para abastecimento do veículo da sec. de obras no período de janeiro a dezembro de 2017, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$
01	2.000	Lts	Álcool comum	Shell	3,49

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços serão fixos, podendo ser revistos quando houver reajuste no preço dos combustíveis. A Contratada deverá apresentar à Administração as notas fiscais anteriores e posteriores à data de concessão do reajuste, para avaliação da evolução dos preços e para fins de revisão contratual, conforme disposto no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93.

Outras situações que autorizem o reajuste dos valores previamente contratados, dependerão de análise e ficarão sujeitas a critérios de julgamento do Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

O pagamento pela aquisição do objeto do presente contrato será feito em favor da CONTRATADA mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a entrega do objeto, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Será de responsabilidade da Contratada:

Fornecer os combustíveis, objetos deste contrato, de acordo com as especificações técnicas do Departamento Nacional de Combustíveis;

Fornecer o objeto desta licitação, nos preços e prazos estipulados na sua proposta;

Fornecer o combustível no volume requisitado pelo município, conforme a sua necessidade, a qualquer hora do expediente da Prefeitura, num prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, após pedido;

Apresentar, sempre que solicitado pelo Município, documentos relacionados ao cumprimento do objeto do contrato, em especial, certidões negativas.

Assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

Obriga-se a manter durante todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; a declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar a contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

b) Demais sanções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 0056/2016, modalidade de Pregão Presencial nº 0043/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

A demora na entrega do objeto do contrato, ou justificativas inaceitáveis pela demora, ensejarão a rescisão imediata do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato, correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017.

Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS
Complem. Elemento	33.90.30.01 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários
Reduzido	078

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O contrato inicia na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 02 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

AUTO POSTO DOM DOMENICO LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

Nome:

CPF:

DECRETO 1703/2017

DECRETO Nº 1703 DE 10 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre o expediente da Prefeitura Municipal de Iomerê.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1. A partir de 16 de janeiro de 2017, fica revogado o decreto nº1683 e o horário de expediente externo na sede administrativa da Prefeitura Municipal de Iomerê, volta a ser das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m, de segunda a sexta feira, em todos os departamentos da administração pública municipal.

Art. 2. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA 2957/2017

PORTARIA Nº 2957 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Comissão para Avaliação da Progressão Funcional por Merecimento e Avaliação de Estágio Probatório de Servidores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis Complementares 43 e 45 de 15 de maio de 2015:

RESOLVE

Art. 1º Nomear as Comissões para Avaliação da Progressão Funcional por Merecimento e Avaliação de Estágio Probatório de Servidores ficando assim compostas:

1.Comissão de avaliação para os Servidores lotados na Secretaria de Saúde:

- a) Secretário Municipal
- b) Dirce S. Modena
- c) Eduardo Paulo Riedtmann da Silva

2.Comissão de avaliação para os Servidores lotados na Secretaria de Administração e Finanças:

- a) Secretário Municipal
- b) Elizete B. Baldo
- c) Jaqueline Deon

3. Comissão de avaliação para os Servidores lotados na Secretaria de Educação Cultura e Esporte:

- a) Secretario Municipal,
- b) Nádia Scur
- c) Maria Lucélia Deluque Gaspareto
- d) Simone Cendron
- e) Marlene Dallacosta Turmina
- f) maria s. f. colissi
- g) Simone Cantu Centofanti

4. Comissão de avaliação para os Servidores lotados nas Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente :

- a) Secretário Municipal
- b) Helio Miguel de Jesus
- c) Roni Meneguzzi

5. Comissão de avaliação para os Servidores lotados nas Secretária de Obras e Serviços Públicos:

- a) Secretário Municipal
- b) Ferminio Sovrani
- c) Leonor O. Kaiser

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 11 de janeiro de 2017.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017
MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 05/2017

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 05/2017 para aulas de música. A abertura das propostas se dará no dia 25/01/2017 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 11 de janeiro de 2017.
Luciano Paganini
Prefeito Municipal

Ipuaçu

PREFEITURA

DECRETO 20/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017 NOMEIA RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO

DECRETO 20/2017

DE 02 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do município, Lei Complementar nº 013/2005, de 14 de junho de 2005, Lei Complementar nº. 0041/2013, de 01 de julho de 2013 e Lei Complementar nº. 0060/2016 de 24 de dezembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 10. Fica a Prefeita Municipal, Sra. CLORI PEROZA, responsável para responder pela Secretaria de Saude do Município de Ipuaçu.

Parágrafo único. A Prefeita Municipal não terá vantagem salarial pelo acúmulo de atividades desempenhadas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita Municipal de Ipuaçu-SC, em 02 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

DECRETO Nº 0021/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017. "EXONERA A PEDIDO, SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DECRETO Nº 0021/2017

DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

"EXONERA A PEDIDO, SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLORI PEROZA, Prefeita do município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Servidor abaixo relacionado, EXONERADO à pedido, do respectivo cargo efetivo de Operador de Maquinas - 40 horas.

SERVIDOR	CARGO	DATA
ADRIANO GUISSO	Operador de Maquinas – 40 horas	09/01/2017

Art. 2º. O presente decreto é elaborado com base no pedido formulado pelo servidor requerente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita do município de Ipuaçu-SC, em 09 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

DECRETO Nº 0022/2017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017. NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

DECRETO Nº 0022/2017

DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do município, Lei Complementar nº 013/2005, de 14 de junho de 2005 e lei Complementar nº. 0041/2013, de 01 de julho de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Servidor abaixo relacionado, NOMEADO para o respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão:

SERVIDOR	CARGO	DATA
Saionara Vargas	Diretora de Compras e Licitações	10/01/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuaçu-SC, em 10 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 047/2017 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO NO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CRISTIAN FERNANDO TELES, Matrícula 1680-2, com domicílio na Cidade e Município de , Carteira de Identidade nº. 4163663 e do CPF 062.786.579-88, com nomeação para o cargo de Auxiliar de Enfermagem, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NIVEL CE 80, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 311/2010, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Ipumirim - SC, 11 de janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 048/2017 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A IARA DOS SANTOS WOLFF matrícula 49, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2014 a 2015 e gozo de 16/01/2017 a 14/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16/01/2017.

Ipumirim - SC, 11 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 03/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 03/2016.

“CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC E A ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC”.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis / SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Juliano Pozzi Pereira, portador do CPF nº 455.173.049-15, RG nº 827.405 - SESP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 - centro, Irineópolis - SC, doravante denominado CONCEDENTE, e, de outro, a ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC, com sede à Avenida 22 de Julho, s/nº, centro, Irineópolis/SC, inscrito no CNPJ nº 06.089.199/0001-52, representado por seu Presidente, Senhor Rodrigo Antonio Jurck, inscrito no CPF nº CPF: 089.370.669-80 , RG nº 5.064.770, residente e domiciliado na Localidade de Campo do Meio, neste Município, doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE, celebram o presente Convênio, com supervisão da Assessoria Jurídica da Prefeitura, comprometendo-se a atender os seguintes quesitos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Tem o presente Termo Aditivo objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Convênio nº 03/2016, conforme autoriza a Cláusula Sexta do Termo de convênio original, iniciando em 01º de Fevereiro de 2017 até 30 de Novembro de 2017, podendo, ainda, sofrer novas prorrogações, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas a que a CONVENIENTE está obrigada a realizar observará as seguintes condições:

- I) Deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data do repasse de cada parcela pelo Município, mediante a apresentação de cópia documental das despesas realizadas em função dos recursos recebidos;
- II) As eventuais parcelas repassadas no mês de Novembro de cada ano deverão ter a prestação de contas realizada até o dia 10 (dez) do mês de Dezembro;
- III) A não prestação de contas dentro dos prazos fixados nesta cláusula implicará na perda do direito ao recebimento da parcela subsequente, sendo que as demais vincendas somente serão liberadas após o recebimento da prestação em atraso;
- IV) O atraso de 02 (duas) prestações de contas, consecutivas ou não, implicará na rescisão motivada do Convênio, por parte do Município, independentemente de notificação ao Conveniente;
- V) A não observância na correta aplicação dos recursos recebidos, implicará na rescisão do Convênio e na consequente devolução dos valores aplicados incorretamente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos

produzam um só efeito.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis, 10 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	RODRIGO ANTONIO JURCK Associação dos Acadêmicos do Município de Irineópolis/SC
Testemunhas:	
Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF: 037.425.669-11	Nome: Valdir Marafigo CPF: 017.851.289-30

3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 07/2015

3º TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 07/2015.

“AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF nº 455.173.049-15, RG nº 827.405 - SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, Irineópolis / SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede à Rua Guanabara, 320 - Centro - Irineópolis - Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.800.037/0001-21, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por sua Presidente KARLA GRANDO, portadora do CPF nº 937.928.599-04 e RG nº 6.582.701-8, residente e domiciliada a Rua Rio de Janeiro, 419, Centro, no Município de Irineópolis, têm, justo e aditado, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Por meio deste Termo Aditivo, o prazo de vigência do Convênio original será prorrogado de 1º de janeiro de 2017 até 31 de Dezembro de 2017, podendo, ainda, sofrer novas prorrogações, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas a que a CONVENIENTE está obrigada a realizar observará as seguintes condições:

I) Deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data do repasse de cada parcela pelo Município, mediante a apresentação de cópia documental das despesas realizadas em função dos recursos recebidos;

II) As eventuais parcelas repassadas no mês de Novembro de cada ano deverão ter a prestação de contas realizada até o dia 10 (dez) do mês de Dezembro;

III) A não prestação de contas dentro dos prazos fixados nesta cláusula implicará na perda do direito ao recebimento da parcela subsequente, sendo que as demais vincendas somente serão liberadas após o recebimento da prestação em atraso;

IV) O atraso de 02 (duas) prestações de contas, consecutivas ou não, implicará na rescisão motivada do Convênio, por parte do Município, independentemente de notificação ao Conveniente;

V) A não observância na correta aplicação dos recursos recebidos, implicará na rescisão do Convênio e na consequente devolução dos valores aplicados incorretamente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo de Supressão em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis (SC), 10 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	KARLA GRANDO Presidente da APAE
Testemunhas:	
Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF: 037.425.669-11	Nome: Rosani R. da Silva Mischka CPF: 664.622.159-68

4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 05/2014

4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 05/2014

“CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC E O LAR DOS IDOSOS SANT’ANA”.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF nº 455.173.049-15, RG nº 827.405 -SESP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 – Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado CONCEDENTE, e o LAR DOS IDOSOS SANT’ANA, com sede no Bairro Colonia Velha, s/n, inscrito no CNPJ nº 81.648.362/0007-80, representado por

sua Presidente, Senhora LUCIA MARGARETE GRABOVE, inscrita no CPF nº 029.987.819-85, RG nº 7.071.569-4, doravante denominada simplesmente de CONVENIENTE, firmam o presente Convênio, em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e com supervisão da Assessoria Jurídica da Prefeitura, comprometendo-se a atender os seguintes quesitos, amparados pela Lei Municipal nº 1.791/2014, de 16 de Abril de 2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Tem o presente Termo Aditivo objetivo de alterar o prazo de vigência do Convênio nº 03/2014, conforme autoriza a Lei Municipal nº 1.791/2014, de 16 de Abril de 2014, iniciando em 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas a que a CONVENIENTE está obrigada a realizar observará as seguintes condições:

I) Deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data do repasse de cada parcela pelo Município, mediante a apresentação de cópia documental das despesas realizadas em função dos recursos recebidos;

II) As eventuais parcelas repassadas no mês de Novembro de cada ano deverão ter a prestação de contas realizada até o dia 10 (dez) do mês de Dezembro;

III) A não prestação de contas dentro dos prazos fixados nesta cláusula implicará na perda do direito ao recebimento da parcela subsequente, sendo que as demais vincendas somente serão liberadas após o recebimento da prestação em atraso;

IV) O atraso de 02 (duas) prestações de contas, consecutivas ou não, implicará na rescisão motivada do Convênio, por parte do Município, independentemente de notificação ao Conveniente;

V) A não observância na correta aplicação dos recursos recebidos, implicará na rescisão do Convênio e na consequente devolução dos valores aplicados incorretamente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis(SC), 10 de Janeiro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira Prefeito Municipal	Lucia Margarete Grabove Presidente do Lar dos Idosos Sant’Ana
Testemunhas:	

Nome: Patricia Fabiane Fronczak
CPF: 037.425.669-11

Nome: Rosani R. da Silva Mischka
CPF: 664.622.159-68

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de janeiro de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 031/2017

PORTARIA Nº 031/2017.

“DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVINCÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 consoante o anexo VI – Quadro de Funções Gratificadas, da Lei Complementar nº 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 066/2013, de 19/04/2013.

RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR o servidor CLÓVIS GONSALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I(44h/sem), para exercer no período de 02/01/2017 a 31/01/2017 a Função Gratificada de Chefe dos Serviços de Coleta de Lixo, percebendo gratificação mensal equivalente a Chefia II do Quadro de Funções Gratificadas.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/01/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 01 de fevereiro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Por Item, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, COM ENTREGA PARCELADA, PARA O PERÍODO DE 12 MESES”, O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 11 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

HOSPITAL Bom Jesus

RESOLUÇÃO 003/2016

RESOLUÇÃO Nº 003/2016

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A presidente do Hospital Municipal Bom Jesus, cidadã WIANEY DE CÁSSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, usando de sua competência e atribuições que lhe são conferidas de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15/10/2001 e fundamentada nas disposições dos artigos nº 169 e 170 da lei Complementar nº 001/97 de 30/12/1997.

RESOLVE:

Art. 1 º PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2016, instaurado através da Resolução nº 026/2016 de 29/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar a partir de 16 de dezembro de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Hospital Municipal Bom Jesus, em 04 de janeiro de 2016.
WIANEY DE CÁSSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017, INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a todos os interessados que está aberto a Chamada Pública de Pessoas Físicas e Jurídicas para fornecimento de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para compor a merenda escolar para o primeiro semestre. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 13 de fevereiro de 2017 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 11 de Janeiro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC,
06 de Janeiro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO N. 004/2016

Decreto nº. 004 de 06 de Janeiro de 2017

"Designa servidores para a função de Pregoeiro e Equipe de Apoio e dá outras providências".

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o Art. 51 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados para a função de PREGOEIROS, os servidores DELSO MINSKI E RONEI TREVISOL em obediência ao estabelecido na alínea "d" do inciso III do Art. 8º do anexo I, do Decreto nº 29, de 25 de junho de 2003.

Art. 2º. Para compor a Equipe de Apoio ao Pregoeiro, de conformidade com o Art. 10 do Anexo I, do Decreto nº 29, de 25 de junho de 2003, ficam designados os seguintes servidores:

JOCIAS ANDRÉ KURMANN	Equipe de Apoio
SILVIANE CARLA MÉRTINS	Equipe de Apoio
LUIZ CARLOS PUNTEL	Equipe de Apoio
FRANCIELE DAL BELLO	Equipe de Apoio
FELIPE UBA CHUPEL	Equipe de Apoio
JULCIMAR ANTÔNIO ZOTTI	Equipe de Apoio
MARIA ELENA CARLESSO	Equipe de Apoio
GREICE REGINA BAROTTO	Equipe de Apoio
MARTA INÊS BENDER SARTORETTO	Equipe de Apoio
SCHEILA PIEROZAN	Equipe de Apoio

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC,
06 de janeiro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO N. 003/2016

DECRETO Nº 003/2016, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

"Designa Comissão Permanente de Licitações e dá outras providências".

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o Art. 51 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Municipal Permanente de Licitações, com a incumbência de realizar a habilitação preliminar e o processamento e julgamento das propostas pertinentes aos processos licitatórios.

Art. 2º. Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal Permanente de Licitações os servidores públicos municipais a seguir relacionados:

RONEI TREVISOL	Presidente
DELSO MINSKI	Presidente
JOCIAS ANDRÉ KURMANN	Membro
SILVIANE CARLA MÉRTINS	Membro
LUIZ CARLOS PUNTEL	Membro
FRANCIELE DAL BELLO	Membro
FELIPE UBA CHUPEL	Membro
DELSO MINSKI	Membro
JULCIMAR ANTÔNIO ZOTTI	Membro
MARIA ELENA CARLESSO	Membro
VIVIANI VANESSA DEVALLE	Membro
MARTA INÊS BENDER SARTORETTO	Membro
JOCIAS ANDRÉ KURMANN	Membro
SCHEILA PIEROZAN	Membro
GREICE REGINA BAROTTO	Membro

PORTARIA GESTORA SAUDE

PORTARIA Nº 002/17

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Inciso IX do art. 69 da Lei Orgânica do Município de Itá, Lei Complementar nº 34/2006, de 11 de Dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 66/2010, de 08 de Junho de 2010,

RESOLVE :

Nomear JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI, portadora da Carteira de Identidade nº 14/R 3.614.950-SSP/SC, para o cargo comissionado de Secretária Municipal de Saúde, Código 61001, Nível CC-090 da Lei Complementar Nº 066/2010, de 08 de Junho de 2010, a partir desta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 02 DE JANEIRO DE 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretário de Administração e Fazenda

Itapiranga

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 002-2017 - AGRICULTURA FAMILIAR

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, considerando o disposto no artigo 14 da Lei nº11.947/2009, na Resolução FNDE nº 26/2013 e 004/2015, TORNA PÚBLICO que realizará a Chamada Pública de Compra da Agricultura Familiar - modalidade dispensa de licitação - para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações, destinados ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados nas Escolas Municipais, período letivo de 2017, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Os Grupos Formais /Informais deverão apresentar os documentos de habilitação e projeto de venda no dia 02/02/2017, até as 08:30 hs no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Itapiranga.

A íntegra do Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras da Prefeitura, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações pelo fone: (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 11 de Janeiro de 2017.

Nelson Klein

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

VIII – Fernanda Casagrande – Engenheira Química;
IX – Eusébio Anuar Tavares Filho – Engenheiro Agrônomo;
X – Dione Wiggers Jung – Diretora de Compras;
XI – Mauro José Delavy – Chefe do Setor de Engenharia;
XII – Gustavo Frederico Scholz – Fiscal de Obras e Posturas;
XIII – Douglas Antonio Thiel – Assessor de Projetos e Planejamento

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 09 de janeiro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 015 DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 015, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Altera membros do Comitê de Coordenação, Acompanhamento e Fiscalização dos trabalhos de execução do estudo ambiental para a regularização fundiária da área urbana de Itapiranga SC, atingida pela área de preservação permanente do Rio Uruguai, nomeados através do Decreto nº 096, de 05 de julho de 2016 e dá outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

D e c r e t a:

Art. 1º Fica alterado o art. 2º do Decreto nº 096, de 05 de julho de 2016 que nomeia o Comitê de Coordenação, Acompanhamento e Fiscalização dos trabalhos de execução do estudo ambiental para a regularização fundiária da área urbana de Itapiranga SC, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º ...

I – Maciel Welter – Engenheiro Sanitarista e Coordenador Geral do Comitê;

II – Carlinhos Mallmann – Diretor de Projetos e Engenharia

III – Tecla Royer Scholz – Secretária de Finanças e Planejamento

IV – Herwald Otto Trebien – Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

V – Cristiano Bielohoubeck – Procurador Jurídico;

VI – Franciele Rohr – Arquiteta e Urbanista;

VII – Régis K. Bittencourt – Engenheiro Civil;

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO 185/2016

Página: 1/9

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 185/2016 Licitação: 185/2016 - PR Fornecedor: 1180 - ELMO A. KIST</p>									
3	77947	ADAPTADOR CURTO PVC 20 MM X 1/2"	plastilit	UND	100,000	0,0000	0,1900	19,00	Venceu
4	77948	ADAPTADOR CURTO PVC 25 MM X 3/4"	plastilit	UND	500,000	0,0000	0,2500	125,00	Venceu
10	77954	ADAPTADOR LONGO PBA 85 MM X 3" COM ANEL	chiva	UND	20,000	0,0000	24,0000	480,00	Venceu
11	77955	ADAPTADOR LONGO PBA 60 MM X 2" COM ANEL	chiva	UND	100,000	0,0000	11,5000	1.150,00	Venceu
12	77956	ADAPTADOR LONGO PBA 110 MM X 4" COM ANEL	chiva	UND	20,000	0,0000	38,0000	760,00	Venceu
13	77957	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, 175 G, COM APLICADOR	plastilit	Tb	300,000	0,0000	7,7500	2.325,00	Venceu
34	77972	TUBO PVC ESGOTO 100 MM	plastilit	MT	3,000,000	0,0000	5,9000	17.700,00	Venceu
50	73864	COLAR DE TOMADA 110MMX3/4"	tigre	UND	100,000	0,0000	12,5000	1.250,00	Venceu
56	77983	CURVA CURTA 45° PVC SOLDÁVEL 85 MM	tigre	UND	130,000	0,0000	31,0000	4.030,00	Venceu
90	75776	JOELHO PVC SOLDÁVEL 90° 85 MM	krona	UND	30,000	0,0000	28,0000	840,00	Venceu
97	78015	LUA DE CORRER PBA 85 MM COM ANÉIS	chiva	UND	200,000	0,0000	18,5000	3.700,00	Venceu
99	78017	LUA DE CORRER PVC ESGOTO 150 MM COM ANEIS	plastilit	UND	30,000	0,0000	19,0000	570,00	Venceu
121	78030	NIPEL GALVANIZADO DUPLO 4"	hidroconex	UND	20,000	0,0000	58,0000	1.160,00	Venceu
142	78047	REGISTRO GAVETA 4" METAL	hidroconex	UND	20,000	0,0000	390,0000	7.800,00	Venceu
150	78053	TE PBA 60 MM COM ANEIS	krona	UND	10,000	0,0000	19,0000	190,00	Venceu
166	78063	TUBO PVC SOLDÁVEL 25 MM	plastilit	MT	8,000,000	0,0000	1,6300	13.040,00	Venceu
Total do Fornecedor →								55.139,00	
<p>Nr. do Processo: 185/2016 Licitação: 185/2016 - PR Fornecedor: 33863 - CHICO ELETRICA LTDA ME</p>									
1	70100	ADAPTADOR PAD 40 MM (1 1/4) ROSCA EXTERNA 1 LADO	PLASTILIT	UND	20,000	0,0000	2,9000	58,00	Venceu
14	70102	ADESIVO PLÁSTICO EXTRA FORTE COM PINCEL APLICADOR 175 GRAMAS, PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC RÍGIDO	AWANCO	UND	100,000	0,0000	19,0000	1.900,00	Venceu
25	77967	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 60 MM X 50 MM	PLASTILIT	UND	50,000	0,0000	1,4000	70,00	Venceu
36	77974	TUBO AÇO GAÇVANIZADO 2. 1/2" 5580 M OU DIN 2400	MONTANA	MT	60,000	0,0000	66,0000	3.960,00	Venceu
37	77975	TUBO AÇO GALVANIZADO 3" 5580 M OU DIN 2440	MONTANA	MT	120,000	0,0000	77,0000	9.240,00	Venceu
38	77976	CAP PVC ESGOTO 100 MM	PLASTILIT	UND	100,000	0,0000	2,3000	230,00	Venceu
40	70109	CAP (TAMPAO) PVC SOLDÁVEL 20 MM	PLASTILIT	UND	300,000	0,0000	0,3500	105,00	Venceu
42	70108	CAP (TAMPAO) PVC SOLDÁVEL 40 MM	PLASTILIT	UND	50,000	0,0000	0,9000	45,00	Venceu
44	70111	CAP (TAMPAO) PVC SOLDÁVEL 60 MM	PLASTILIT	UND	20,000	0,0000	2,3500	47,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 185/2016 Licitação: 185/2016 - PR Fornecedor: 33863 - CHICO ELETRICA LTDA ME Data da Homologação:</p>									
46	75775	CAP (TAMPÃO) GALVANIZADO 3" COM ROSCA INTERNA	TUPY	UND	50,000	0,0000	28,9000	1,445,00	Venceu
47	77978	ELETRO BOIA DE NÍVEL 15 A - SUPERIOR/INFERIOR	FAME	UND	50,000	0,0000	24,5000	1,225,00	Venceu
53	50514	COLAR DE TOMADA PVC 32mm x 3/4"	AMANCO	UND	100,000	0,0000	4,1000	410,00	Venceu
61	77988	CURVA LONGA PBA 45° 110 MM COM ANÉIS	ILITALIA	UND	5,000	0,0000	66,0000	330,00	Venceu
62	77989	CURVA LONGA PBA 90° 110 MM COM ANÉIS	ILITALIA	UND	5,000	0,0000	73,0000	365,00	Venceu
67	66696	FITA ISOLANTE C/ 10 MT DE FABRICAÇÃO NACIONAL	FEHRMA	UND	100,000	0,0000	1,6500	165,00	Venceu
76	61487	FLANGE GALVANIZADA 4"	TUPY	UND	10,000	0,0000	90,0000	900,00	Venceu
78	78001	JOELHO 90° PVC MISTO 25 MM X 3/4"	PLASTILIT	UND	1,000,000	0,0000	1,0000	1,000,00	Venceu
83	3609	JOELHO PVC MISTO 90° 20mm x 1/2"	PLASTILIT	UND	100,000	0,0000	0,6300	63,00	Venceu
84	78006	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 20 MM	PLASTILIT	UND	500,000	0,0000	0,1800	90,00	Venceu
85	78007	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 32 MM	PLASTILIT	UND	100,000	0,0000	0,8800	88,00	Venceu
86	78008	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 40 MM	PLASTILIT	UND	200,000	0,0000	1,9000	380,00	Venceu
87	78009	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 60 MM	PLASTILIT	UND	300,000	0,0000	5,6000	1,680,00	Venceu
88	78010	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 25 MM	PLASTILIT	UND	1,000,000	0,0000	0,1900	190,00	Venceu
93	78012	LIXA EM ROLO DE PANO Nº 100 - AMARELA	ICAR	MT	300,000	0,0000	6,9000	2,070,00	Venceu
96	78014	LUBA DE CORRER PBA 60 MM COM ANÉIS	ILITALIA	UND	300,000	0,0000	8,5000	2,550,00	Venceu
104	7853	LUBA MISTA PVC 25mm x 3/4"	PLASTILIT	UND	1,000,000	0,0000	0,5600	560,00	Venceu
107	78020	LUBA PVC SOLDÁVEL 20 MM	PLASTILIT	UND	500,000	0,0000	0,1900	95,00	Venceu
108	78021	LUBA PVC SOLDÁVEL 25 MM	PLASTILIT	UND	1,000,000	0,0000	0,2400	240,00	Venceu
109	66722	LUBA PVC SOLDÁVEL 32 MM	PLASTILIT	UND	300,000	0,0000	0,8400	252,00	Venceu
115	78024	LUBA PVC MISTA 40 MM X 1 1/4"	PLASTILIT	UND	50,000	0,0000	1,6000	80,00	Venceu
117	78026	LUBA DE CORRER PVC DE FOFO 100 MM AZUL COM ANÉIS	PVC BRASIL	UND	100,000	0,0000	18,9000	1,890,00	Venceu
123	78032	NIPEL PVC ROSCAVEL DUPLO 3/4"	PLASTUBOS	UND	200,000	0,0000	0,4700	94,00	Venceu
124	907	PA COM CABO	TRAMONTINA	UND	5,000	0,0000	24,0000	120,00	Venceu
144	72355	RELÉ FOTO ELÉTRICO 220V/60HZ 1.000W NF	EXATRON	UND	200,000	0,0000	13,0000	2,600,00	Venceu
148	78051	TE PVC ESGOTO 100 MM	PLASTILIT	UND	100,000	0,0000	4,3000	430,00	Venceu
149	78052	TE PVC ESGOTO REDUÇÃO 150 MM X 100 MM	PLASTILIT	UND	20,000	0,0000	14,7000	294,00	Venceu
151	60841	TEE PVC ESGOTO 150mm	PLASTILIT	UND	20,000	0,0000	17,0000	340,00	Venceu
152	4967	TEE PVC SOLDÁVEL 20mm	PLASTILIT	UND	50,000	0,0000	0,3300	16,50	Venceu
153	3672	TEE PVC SOLDÁVEL 25mm	PLASTILIT	UND	200,000	0,0000	0,3200	64,00	Venceu
158	70141	TORNEIRA BOIA VAZAO TOTAL 3/4 - 100 M MCA	MARTE	UND	40,000	0,0000	57,0000	2,280,00	Venceu
160	78057	TUBO AÇO GALVANIZADO 1° 5580 M OU DIN 2440	MONTANA	MT	60,000	0,0000	22,0000	1,320,00	Venceu
161	78058	TUBO AÇO GALVANIZADO 2° 5580 M OU DIN 2440	MONTANA	MT	120,000	0,0000	44,0000	5,280,00	Venceu
162	78059	TUBO AÇO GALVANIZADO 3/4" 5580 M OU DIN 2440	MONTANA	MT	120,000	0,0000	16,2000	1,944,00	Venceu

Página: 39

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 185/2016 Fornecedor: 33863 - CHICO ELETRICA LTDA ME									
Licitação: 185/2016 - PR Data da Homologação:									
163	78060	TUBO AÇO GALVANIZADO 4" 5580 M OU DIN 2440	MONTANA	MT	240,000	0,0000	95,0000	22.800,00	Venceu
167	65815	TUBO PVC SOLDÁVEL 32 MM	PLASTILIT	M	2.000,000	0,0000	3,0000	6.000,00	Venceu
170	69306	TUBULAÇÃO PVC PBA 60MM COM ANEL DE BORRACHA	PVC BRASIL	MT	1.000,000	0,0000	14,2000	14.200,00	Venceu
171	72267	TUBULAÇÃO PVC PBA 85 MM COM ANEL DE BORRACHA	PVC BRASIL	MT	240,000	0,0000	20,2000	4.848,00	Venceu
172	78064	TUBO PVC PBA DE FOFO AZUL 100 MM	PVC BRASIL	MT	120,000	0,0000	35,4000	4.248,00	Venceu
176	78068	UNIÃO GALVANIZADA ASSENTO CONICO BRONZE 4"	TUPY	UND	20,000	0,0000	320,0000	6.400,00	Venceu
181	78072	VALVULA DE RETENÇÃO SUÇÃO 2" METAL	EMETTI	UND	5,000	0,0000	80,0000	400,00	Venceu
182	73871	VALVULA DE REDUÇÃO DE PRESSÃO 3/4"	EMETI	UND	100,000	0,0000	84,0000	8.400,00	Venceu
184	78073	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL 3" BRONZE MARCA DOCOL	DOCOL	UND	15,000	0,0000	295,0000	4.425,00	Venceu
188	78077	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL 4" BRONZE MARCA DOCOL	DOCOL	UND	50,000	0,0000	475,0000	23.750,00	Venceu
190	78079	JUNÇÃO SIMPLES PVC ESGOTO 100 MM	PLASTILIT	UND	20,000	0,0000	7,9000	158,00	Venceu
191	78080	JUNÇÃO SIMPLES PVC ESGOTO 150 MM	PLASTILIT	UND	10,000	0,0000	43,0000	430,00	Venceu
200	77160	TE SOLDÁVEL PVC 32MM	PLASTILIT	UND	100,000	0,0000	1,5000	150,00	Venceu
201	78087	ADAPTADOR PVC CURTO 60 MM X 2"	PLASTILIT	UND	100,000	0,0000	2,3000	230,00	Venceu
205	78092	ESCALADA DE ALUMINIO EXTENSIVA - ABERTA 5 M	ALFORT	UND	4,000	0,0000	400,0000	1.600,00	Venceu
213	78098	CURVA 45° PVC ESGOTO 150 MM	PLASTILIT	UND	50,000	0,0000	28,0000	1.400,00	Venceu
215	78100	JOELHO 45° PVC ESGOTO 150 MM	PLASTILIT	UND	50,000	0,0000	19,0000	950,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>			146.894,50	
					13.149,000				
Nr. do Processo: 185/2016 Fornecedor: 120235 - VANDERLEI MELCHORS - ME									
Licitação: 185/2016 - PR Data da Homologação:									
22	77964	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 25 MM X 20 MM	KRONA	UND	300,000	0,0000	0,1900	57,00	Venceu
23	77965	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 32 MM X 25 MM	KRONA	UND	300,000	0,0000	0,3900	117,00	Venceu
27	73919	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL PVC 1 1/4 X 1 1/2"	KRONA	UND	100,000	0,0000	2,7100	271,00	Venceu
28	73918	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL PVC 1" X 1 1/4	KRONA	UND	100,000	0,0000	1,8000	180,00	Venceu
30	77969	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL GALVANIZADA 2" X 2 1/2	HIDROCONEX	UND	100,000	0,0000	18,0000	1.800,00	Venceu
31	73917	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL PVC 3/4 X 1"	KRONA	UND	100,000	0,0000	0,5000	50,00	Venceu
45	75774	CAP (TAMPÃO) GALVANIZADO 2" COM ROSCA INTERNA	HIDROCONEX	UND	50,000	0,0000	10,0000	500,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 185/2016 Licitação: 185/2016 - PR Fornecedor: 120235 - VANDERLEI MELCHIORIS - ME Data da Homologação:									
48	77979	CHAVE GRIFO AMERICANA 48" REGULÁVEL	VONDER	UND	1,000	0,0000	320,000	320,00	Venceu
49	77980	CHAVE DE CORRENTE 87 MM C/ MORDENTE DUPLO	VONDER	UND	2,000	0,0000	324,000	648,00	Venceu
57	77984	CURVA GALVANIZADA 90° 2° FF	HIDROCONEX	UND	10,000	0,0000	43,0000	430,00	Venceu
58	77985	CURVA GALVANIZADA 90° 3° FF	HIDROCONEX	UND	20,000	0,0000	115,0000	2,300,00	Venceu
66	77993	LUVA PVC ESGOTO 100 MM	KRONA	UND	100,000	0,0000	2,5000	250,00	Venceu
74	77999	ADAPTADOR PVC PARA CAIXA 75 MM X 2 1/2"	KRONA	UND	50,000	0,0000	54,0000	2,700,00	Venceu
75	78000	ADAPTADOR PBA PARA CAIXA 85 MM X 3" COM ANEL	ILITALIA	UND	100,000	0,0000	149,0000	14,900,00	Venceu
80	78003	JOELHO 90° PVC ESGOTO 100 MM	KRONA	UND	200,000	0,0000	2,6300	526,00	Venceu
81	78004	JOELHO 90° PVC ESGOTO 150 MM	KRONA	UND	30,000	0,0000	18,0000	540,00	Venceu
82	78005	JOELHO 90° GALVANIZADO 2"	HIDROCONEX	UND	10,000	0,0000	19,8900	198,90	Venceu
91	75786	LAVADORA ALTA PRESSAO PROFISSIONAL, POTENCIA 2,2 KW, TENSÃO 220 V, MONOFÁSICA, FUNCIONAMENTO NA HORIZONTAL, VAZÃO 500 LITROS/HORA, PRESSÃO 1600 LBS/PO12 (110 BAR)	KARCHER	UND	2,000	0,0000	2,000,0000	4,000,00	Venceu
92	67334	LAMINAS DE SERROTE PARA CORTAR FERRO, 18 DENTES BIMETAL	NICHOLSON	UND	200,000	0,0000	2,6500	530,00	Venceu
98	78016	LUVA DE CORRER PVC ESGOTO 100 MM COM ANEIS	KRONA	UND	200,000	0,0000	7,9500	1,590,00	Venceu
100	78018	LUVA DE CORRER PBA DE - 110 MM DN 100 MM COM ANEIS	ILITALIA	UND	300,000	0,0000	24,9900	7,497,00	Venceu
101	60137	APARELHO DE TELEFONE S/FIO SEMP TOSHIBA FT-5008.	TS40 intelbras	UND	20,000	0,0000	90,0000	1,800,00	Venceu
112	73880	LUVA SOLDÁVEL PVC LONGA 110MM	KRONA	UND	100,000	0,0000	18,9900	1,899,00	Venceu
118	78027	ELETRODUTO CORRUGADA 32 MM REFORÇADA LARANJA	KRONA	MT	150,000	0,0000	1,5900	238,50	Venceu
119	78028	ELETRODUTO CORRUGADA 25 MM REFORÇADA LARANJA	KRONA	UND	100,000	0,0000	1,5900	159,00	Venceu
120	78029	NIPEL GALVANIZADO DUPLO 3"	HIDROCONEX	UND	30,000	0,0000	35,9900	1,079,70	Venceu
122	78031	NIPEL GALVANIZADO DUPLO 2"	HIDROCONEX	UND	12,000	0,0000	12,9700	155,64	Venceu
125	78033	PARAFUSO SEXTAVADO COM PORCA EM INOX 1/4 X 1"	CISER	UND	50,000	0,0000	1,5400	77,00	Venceu
126	7876	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS DE PVC C/160g	KRONA	Tb	200,000	0,0000	4,7500	950,00	Venceu
128	70133	POSTE DE CONCRETO 10 X 10 X 2 METROS	IMPAR	UND	100,000	0,0000	33,0000	3,300,00	Venceu
129	78034	REDUÇÃO PVC ESGOTO EXCÊNTRICA 150 MM X 100 MM	KRONA	UND	50,000	0,0000	9,5000	475,00	Venceu
133	78038	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 40 MM	KRONA	UND	50,000	0,0000	9,9000	495,00	Venceu
134	78039	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 60 MM	KRONA	UND	50,000	0,0000	20,5000	1,025,00	Venceu
138	78043	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL COM UNIÃO 32 MM	KRONA	UND	20,000	0,0000	9,5800	191,60	Venceu

Página: 5/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 185/2016 Licitação: 185/2016 - PR Fornecedor: 120235 - VANDERLEI MELCHIORIS - ME Data da Homologação:									
140	78045	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL COM UNIÃO 60 MM	KRONA	UND	20,000	0,0000	30,3000	606,00	Venceu
146	72268	TAMPA PARA TUBO DE CONCRETO 20 CM	IMPAR	UND	100,000	0,0000	23,0000	2.300,00	Venceu
147	78050	CAP PVC ESGOTO 150 MM	KRONA	UND	20,000	0,0000	11,0000	220,00	Venceu
156	78055	TE PVC SOLDÁVEL COM REDUÇÃO 110 MM X 40 MM	ILITALIA	UND	10,000	0,0000	60,0000	600,00	Venceu
177	78069	UNIÃO GALVANIZADA ASSENTO CONICO BRONZE 2"	HIDROCONEX	UND	10,000	0,0000	59,9900	599,90	Venceu
179	78071	UNIÃO GALVANIZADA ASSENTO CONICO BRONZE 3"	HIDROCONEX	UND	20,000	0,0000	168,9900	3.379,80	Venceu
183	75772	VALVULA DE REDUÇÃO DE PRESSAO 2"	BLUKIT	UND	20,000	0,0000	800,0000	16.000,00	Venceu
189	78078	VALVULA DE RETENÇÃO VERTICAL 3" BRONZE MARCA DOCOL	DOCOL	UND	30,000	0,0000	165,0000	4.950,00	Venceu
195	61852	LUBA SOLDÁVEL PVC 50 MM.	KRONA	UND	100,000	0,0000	1,9000	190,00	Venceu
198	78085	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 50 MM	KRONA	UND	100,000	0,0000	2,5000	250,00	Venceu
203	78089	LUBA DE CORRER PBA DE 140 DN 125 COM ANEIS	ILITALIA	UND	40,000	0,0000	87,5000	3.500,00	Venceu
208	78093	VALVULA DE RETENÇÃO SUÇÃO 3" METAL MARCA DOCOL	DOCOL	UND	10,000	0,0000	200,0000	2.000,00	Venceu
209	78094	VALVULA DE RETENÇÃO SUÇÃO 4" METAL MARCA DOCOL	DOCOL	UND	10,000	0,0000	300,0000	3.000,00	Venceu
210	78095	GROSA PARA LIXAR CANO MEIA-CANA 8"	NICHOLSON	UND	10,000	0,0000	49,9000	499,00	Venceu
212	78097	CURVA 90° PVC SOLDÁVEL CURTA 50 MM	KRONA	UND	50,000	0,0000	6,4500	322,50	Venceu
216	78101	TORNEIRA BOIA 1" MARCA DECA	DECA	UND	30,000	0,0000	73,5000	2.205,00	Venceu
217	78102	TORNEIRA BOIA 1 1/2" MARCA DECA	DECA	UND	30,000	0,0000	133,7000	4.011,00	Venceu
218	78103	TORNEIRA BOIA 2" MARCA DECA	DECA	UND	30,000	0,0000	154,3000	4.629,00	Venceu
					3.847,000			100.512,54	
Total do Fornecedor ---->									

Nr. do Processo: 185/2016 Licitação: 185/2016 - PR Fornecedor: 135119 - COOPERATIVA A1 Data da Homologação:									
35	77973	TUBO PVC ESGOTO 150 MM	PAVESUL	MT	1,200,000	0,0000	17,2000	20.640,00	Venceu
79	78002	JOELHO 45° PVC ESGOTO 100 MM	PAVESUL	UND	200,000	0,0000	3,1500	630,00	Venceu
					1,400,000			21.270,00	
Total do Fornecedor ---->									

Página: 69

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 185/2016 Licitação: 185/2016 - PR Fornecedor: 142102 - AGROPECUARIA ITAPIRANGA LTDA - ME</p>									
6	77950	ADAPTADOR CURTO PVC 40 MM X 1.1/4"	PEVESUL	UND	100,000	0,0000	1,6000	160,00	Venceu
7	77951	ADAPTADOR CURTO PVC 50 MM X 1 1/2	PEVESUL	UND	50,000	0,0000	1,7500	87,50	Venceu
15	70177	ALICATE PRESSAO MORDENTES CURVOS 10"	KALA	UND	10,000	0,0000	25,0000	250,00	Venceu
39	77977	CAP PVC SOLDÁVEL 25 MM	PEVESUL	UND	200,000	0,0000	0,3500	70,00	Venceu
41	70107	CAP (TAMPAO) PVC SOLDÁVEL 32 MM	PEVESUL	UND	100,000	0,0000	0,6500	65,00	Venceu
68	7455	FITA VEDA ROSCA 18mm x 50m	BRASFORT	RL	600,000	0,0000	4,0000	2.400,00	Venceu
89	78011	JOELHO 90° PVC ROSCÁVEL 3/4"	PLASTUBOS	UND	200,000	0,0000	1,0000	200,00	Venceu
94	69935	LUMINARIA EMERGENCIA 2 X 55 W COM BATERIA INCLUSA	ZEUS DO BRASIL	UND	5,000	0,0000	300,0000	1.500,00	Venceu
105	70123	LUVA PVC 20 MM X 1/2" (MISTA)	PLASTUBOS	UND	100,000	0,0000	0,4500	45,00	Venceu
106	78019	LUVA PVC ROSCAVEL 3/4"	PLASTUBOS	UND	300,000	0,0000	0,7500	225,00	Venceu
110	66720	LUVA PVC SOLDÁVEL 40 MM	PEVESUL	UND	200,000	0,0000	1,3000	260,00	Venceu
127	62135	PLUG ROSCAVEL PVC 3/4"	PEVESUL	UND	200,000	0,0000	0,3000	60,00	Venceu
141	78046	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 110 MM	KRONA	UND	30,000	0,0000	235,0000	7.050,00	Venceu
145	78049	SOLVENTE PARA TINTAS, GALÃO CONTENDO 18 LT	FARBEN	GL	2,000	0,0000	195,0000	390,00	Venceu
157	75802	TINTA OLEO PARA PINTURA DE MADEIRA NA COR BRANCA E AMARELA, LATA COM 3,6 LITROS.	FARBEN	UND	30,000	0,0000	40,0000	1.200,00	Venceu
165	78062	TUBO PVS SOLDÁVEL 20 MM	ILITALIA	MT	2.000,000	0,0000	1,2000	2.400,00	Venceu
168	50304	TUBO PVC SOLDÁVEL 40 MM	ILITALIA	UND	2.000,000	0,0000	4,4800	8.960,00	Venceu
169	72266	TUBULAÇÃO PVC PBA 50MM COM ANEL DE BORRACHA	PEVESUL	MT	1.000,000	0,0000	10,5000	10.500,00	Venceu
173	78065	TUBO PVC PBA 75 MM COM ANEL DE BORRACHA	PEVESUL	MT	600,000	0,0000	20,1500	12.090,00	Venceu
214	78099	CURVA 90° PVC ESGOTO 150 MM	ILITALIA	UND	50,000	0,0000	31,9000	1.595,00	Venceu
					Total do Fornecedor	7.777,000		49.507,50	
<p>Nr. do Processo: 185/2016 Licitação: 185/2016 - PR Fornecedor: 144073 - AP DE OLIVEIRA - ME</p>									
29	77968	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL GALVANIZADA 2 1/2 X 3"	MECH	UND	100,000	0,0000	27,4000	2.740,00	Venceu

Página: 79

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 185/2016 Licitação: 185/2016 - PR Fornecedor: 144073 - AP DE OLIVEIRA - MIE</p>									
77	78139	HIDROMETRO COM VAZAO DE 3M³/H X 3/4", INICIO DE FUNCIONAMENTO ENTRE 4 A 6 L/H; TRANSMISSÃO MAGNETICA, FUNCIONAMENTO DO TIPO UNIATO VELOCIMETRICO; CARCAÇA METALICA, LIGA COM TEOR MINIMO 58% DE COBRE, CONFORME NBR 06314 - JUL/82 LIGA C-84400. REPETIBILIDADE NAS MEDIÇÕES; SISTEMA DE BLINDAGEM INTERNA CONTRA CAMPOS MAGNETICOS EXTERNOS; PARAFUSO DE LACRAÇÃO METALICO; COMPONENTES INTERNOS NÃO AFETAM A POTABILIDADE DA AGUA; FABRICADO CONFORME PORTARIA 246/00 DO INMETRO, NORMA ABNT NBR NM 212 MERCOSUL, NBR 8194 E ISO 4064, SEM FORNECIMENTO DE CONEXÕES.	SAGA	UND	400,000	0,0000	54,9500	21.980,00	Venceu
103	9463	LULA GALVANIZADA DE 3"	MECH	UND	50,000	0,0000	37,6000	1.880,00	Venceu
135	78040	REGISTRO GAVETA 3" METAL	WOG	UND	40,000	0,0000	255,0000	10.200,00	Venceu
136	78041	REGISTRO GAVETA 2" METAL	WOG	UND	15,000	0,0000	77,0000	1.155,00	Venceu
143	78048	REGISTRO ESFERA 4" METAL	WOG	UND	20,000	0,0000	637,0000	12.740,00	Venceu
185	78074	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL 1" BRONZE	GIPP	UND	30,000	0,0000	27,7400	832,20	Venceu
186	78075	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL 2" BRONZE	GIPP	UND	50,000	0,0000	105,3300	5.266,50	Venceu
187	78076	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL 3/4" BRONZE	GIPP	UND	30,000	0,0000	18,8500	565,50	Venceu
202	78088	REGISTRO ESFERA 2" METAL	WOG	UND	70,000	0,0000	120,0000	8.400,00	Venceu
206	77165	HIDROMETRO 80M³/H - 3" (85MM) COM CONTRAFALANGE	SAGA	UND	10,000	0,0000	1.499,0000	14.990,00	Venceu
207	77166	HIDROMETRO 120M³/H - 4" (110MM) COM CONTRAFALANGE	SAGA	UND	10,000	0,0000	1.999,5000	19.995,00	Venceu
Total do Fornecedor					825,000			100.744,20	

Nr. do Processo: 185/2016 Licitação: 185/2016 - PR
Fornecedor: 144338 - VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL

2	77946	ADAPTADOR CURTO PVC 110 MM X 4"	TIGRE	UND	100,000	0,0000	10,2900	1.029,00	Venceu
5	77949	ADAPTADOR CURTO PVC 32 MM X 1"	TIGRE	UND	100,000	0,0000	0,5900	59,00	Venceu
8	77952	ADAPTADOR CURTO PVC 75 MM X 2 1/4	TIGRE	UND	50,000	0,0000	4,9400	247,00	Venceu
9	77953	ADAPTADOR CURTO PVC 85 MM X 3"	TIGRE	UND	100,000	0,0000	6,3000	630,00	Venceu
16	77958	ANEL DE BORRACHA TUBO PVC ESGOTO DN 100 MM	WN	UND	100,000	0,0000	0,8000	80,00	Venceu
17	77959	ANEL DE BORRACHA 1/2" PARA HIDRÔMETRO	INDUBOR	UND	200,000	0,0000	0,1900	38,00	Venceu

Página: 89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 185/2016 Licitação: 185/2016 - PR Data da Homologação: Fornecedor: 144338 - VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL									
18	77960	ANEL DE BORRACHA 3/4" PARA HIDRÔMETRO	INDUBOR	UND	2,000,000	0,0000	0,1600	320,00	Venceu
19	77961	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 110 MM X 85 MM	TIGRE	UND	10,000	0,0000	19,1400	191,40	Venceu
20	77962	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 75 MM X 60 MM	TIGRE	UND	100,000	0,0000	3,4300	343,00	Venceu
21	77963	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 85 MM X 75 MM	TIGRE	UND	50,000	0,0000	2,8700	143,50	Venceu
24	77966	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 50 MM X 40 MM	TIGRE	UND	50,000	0,0000	0,8800	44,00	Venceu
26	73920	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL PVC 1 1/2 X 2"	TIGRE	UND	100,000	0,0000	3,1300	313,00	Venceu
32	77970	LUBA DE CORRER PVC 50 MM COM ANEIS	TIGRE	UND	100,000	0,0000	8,2900	829,00	Venceu
33	77971	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 40 MM X 32 MM	TIGRE	UND	100,000	0,0000	0,4000	40,00	Venceu
43	70110	CAP (TAMPAO) PVC SOLDÁVEL 50 MM	TIGRE	UND	20,000	0,0000	1,2800	25,60	Venceu
51	77981	COLAR DE TOMADA 140 MM X 3/4"	FANUEL	UND	60,000	0,0000	28,7100	1,722,60	Venceu
52	77982	COLAR DE TOMADA PVC 85 MM X 3/4"	TIGRE	UND	200,000	0,0000	5,5800	1,116,00	Venceu
54	12350	COLAR DE TOMADA PVC 40mm x 3/4"	TIGRE	UND	50,000	0,0000	3,6700	183,50	Venceu
55	57739	COLAR DE TOMADA PVC 60mm x 3/4"	TIGRE	UND	100,000	0,0000	4,5500	455,00	Venceu
59	77986	CURVA 90° ESGOTO PVC LONGA 100 MM	CHIVA	UND	20,000	0,0000	19,1400	382,80	Venceu
60	77987	CURVA CURTA PVC 45° SOLDÁVEL 75 MM	TIGRE	UND	10,000	0,0000	7,1800	71,80	Venceu
63	77990	CURVA 45° CURTA PVC SOLDÁVEL 25 MM	TIGRE	UND	50,000	0,0000	0,5600	28,00	Venceu
64	77991	CURVA 45° CURTA PVC SOLDÁVEL 60 MM	TIGRE	UND	10,000	0,0000	4,4700	44,70	Venceu
65	77992	CURVA 90° CURTA PVC SOLDÁVEL 85 MM	TIGRE	UND	20,000	0,0000	31,9000	638,00	Venceu
69	77994	ADAPTADOR PVC PARA CAIXA 60 MM X 2"	TIGRE	UND	30,000	0,0000	10,7700	323,10	Venceu
70	77995	ADAPTADOR PVC PARA CAIXA 25 MM X 3/4"	TIGRE	UND	50,000	0,0000	3,9900	199,50	Venceu
71	77996	ADAPTADOR PVC PARA CAIXA 32 MM X 1"	TIGRE	UND	50,000	0,0000	5,5800	279,00	Venceu
72	77997	ADAPTADOR PVC PARA CAIXA 40 MM X 1 1/4"	TIGRE	UND	50,000	0,0000	7,9000	395,00	Venceu
73	77998	ADAPTADOR PVC PARA CAIXA 50 MM X 1 1/2"	TIGRE	UND	50,000	0,0000	6,8600	343,00	Venceu
95	78013	LUBA DE CORRER PVC 20 MM COM ANEIS	TIGRE	UND	100,000	0,0000	1,2800	128,00	Venceu
102	9464	LUBA GALVANIZADA DE 2"	IPC	UND	20,000	0,0000	14,5500	291,00	Venceu
111	78022	LUBA PVC SOLDÁVEL 85 MM	TIGRE	UND	200,000	0,0000	7,9800	1,596,00	Venceu
113	72273	LUBA SOLDÁVEL PVC 60MM	TIGRE	UND	300,000	0,0000	2,8700	861,00	Venceu
114	78023	LUBA PVC MISTA 50 MM X 1 1/2"	TIGRE	UND	50,000	0,0000	2,5500	127,50	Venceu
116	78025	LUBA PVC MISTA 32 MM X 1"	TIGRE	UND	50,000	0,0000	1,6000	80,00	Venceu
130	78035	REGISTRO ESFERA PVC 3/4" COM ROSCA EXTERNA, CABEÇA QUADRADA	TIGRE	UND	800,000	0,0000	4,7900	3,832,00	Venceu
131	78036	REGISTRO ESFERA PVC 3/4" COM ROSCA EXTERNA	COVAL	UND	80,000	0,0000	106,8700	8,549,60	Venceu
132	78037	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 85 MM	TIGRE	UND	400,000	0,0000	4,7900	1,916,00	Venceu
137	78042	CURVA 45° SOLDÁVEL 60 MM	TIGRE	UND	100,000	0,0000	10,6900	1,069,00	Venceu

Página: 9/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 185/2016 Licitação: 185/2016 - PR Data da Homologação: Fornecedor: 144338 - VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL									
139	78044	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL COM UNIÃO 40 MM	TIGRE	UND	20,000	0,0000	13,4800	269,60	Venceu
154	78054	TE PVC ROSCAVEL 3/4" COM ANEL DE REFORÇO EM METAL	TIGRE	UND	300,000	0,0000	1,6700	501,00	Venceu
155	61535	TEE SOLDÁVEL PVC. 85MM	TIGRE	UND	30,000	0,0000	23,9300	717,90	Venceu
159	78056	PORCA E TUBETE PARA HIDROMETRO DE METAL 3/4"	METAL SAF	UND	100,000	0,0000	12,0000	1,200,00	Venceu
164	78061	TE PVC SOLDÁVEL 60 MM	TIGRE	MT	100,000	0,0000	5,3400	534,00	Venceu
178	78070	CURVA 45° PBA 85 MM COM ANÉIS	TIGRE	UND	100,000	0,0000	31,9000	3,190,00	Venceu
180	66711	UNIÃO PVC SOLDÁVEL 85 MM	TIGRE	UND	20,000	0,0000	47,8500	957,00	Venceu
192	78081	CURVA 45° CURTA PVC ESGOTO 100 MM	CHIVA	UND	200,000	0,0000	4,7900	958,00	Venceu
193	77156	JOELHO PVC 75MM SOLDÁVEL 90°	TIGRE	UND	200,000	0,0000	10,5300	2,106,00	Venceu
194	78082	COLAR DE TOMADA PVC 75 MM X 3/4°	TIGRE	UND	100,000	0,0000	6,2200	622,00	Venceu
196	78083	LUVA DE CORRER PVC 32 MM COM ANÉIS	TIGRE	UND	200,000	0,0000	2,5000	500,00	Venceu
197	78084	LUVA D CORRER PVC 40 MM COM ANEIS	TIGRE	UND	200,000	0,0000	5,0200	1,004,00	Venceu
199	78086	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 75 MM	COVAL	UND	50,000	0,0000	60,6100	3,030,50	Venceu
204	78090	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL 60 MM	TIGRE	UND	100,000	0,0000	4,7900	479,00	Venceu
211	78096	CURVA 90° PVC SOLDÁVEL CURTA 60 MM	TIGRE	UND	50,000	0,0000	9,5700	478,50	Venceu
					Total do Fornecedor ---->			45.512,10	

Itapiranga, 11 de Janeiro de 2017.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO 193/2016

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 193/2016 Licitação: 193/2016 - PR									
Fornecedor: 55298 - TRANSPORTES BARCELO LTDA - ME									
Data da Homologação:									
4	78121	TRANSPORTE DE ALUNOS DE DOURADO GUAIRA E DIVISA COM SANTA CRUZ PARA ESCOLAS DE SEDE CAPELA		KM	16.400,000	0,0000	3,3500	54.940,00	Venceu
8	78125	TRANSPORTE DE ALUNOS DE VOLTA DE CAPELA, DIVISAS JABOTICABA ALUNOS DE VOLTA DE CAPELA, DIVISAS JABOTICABA E FORTALEZA		KM	22.550,000	0,0000	3,0000	67.650,00	Venceu
20	78136	TRANSPORTE DE ALUNOS DE CORDILHEIRA E GUAIRA PARA POPI		KM	16.400,000	0,0000	3,3700	55.268,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>			177.858,00	
Nr. do Processo: 193/2016 Licitação: 193/2016 - PR									
Fornecedor: 140990 - FERRARIA E TRANSPORTES JOCLEMA LTDA									
Data da Homologação:									
10	78127	TRANSPORTE ALUNOS DE TOCO PRETO E POÇO PRETO PARA ESCOLAS DE CONCEIÇÃO E SANTO ANTÔNIO		KM	16.400,000	0,0000	3,3000	54.120,00	Venceu
15	78132	TRANSPORTE DE ALUNOS DE VOLTA GRANDE PARA SANTO ANTÔNIO		KM	15.375,000	0,0000	3,3000	50.737,50	Venceu
					Total do Fornecedor —>			104.857,50	
Nr. do Processo: 193/2016 Licitação: 193/2016 - PR									
Fornecedor: 141399 - MÁRIO E. KUNZLER - ME.									
Data da Homologação:									
6	78123	TRANSPORTE DE ALUNOS DE CHAPÉU PARA A ESCOLA DE SEDE CAPELA		KM	18.450,000	0,0000	4,4400	81.918,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>			81.918,00	
Nr. do Processo: 193/2016 Licitação: 193/2016 - PR									
Fornecedor: 141928 - MEES & WALKER TRANSPORTES LTDA - ME									
Data da Homologação:									
9	78126	TRANSPORTE DE ALUNOS XAXIM E LINHA LORO PARA ESCOLAS DE CONCEIÇÃO E SANTO ANTÔNIO		KM	18.450,000	0,0000	3,3300	61.438,50	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/4

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 141928 - MEES & WALKER TRANSPORTES LTDA - ME									
Licitação: 193/2016 - PR Data da Homologação:									
12	78129	TRANSPORTE DE ALUNOS DE GUABIROBA		KM	14.350.000	0,0000	3,4400	49.364,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>	32.800.000		110.802,50	
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 143160 - JACO ASTOR JUCHEM									
Licitação: 193/2016 - PR Data da Homologação:									
1	78118	TRANSPORTE DE ALUNOS DA LINHA APARECIDA E LINHA LARANJEIRA PARA ESCOLAS DE ITAPIRANGA		KM	18.450.000	0,0000	3,3400	61.623,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>	18.450.000		61.623,00	
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 143162 - ROMEU BECKER									
Licitação: 193/2016 - PR Data da Homologação:									
14	78131	TRANSPORTE DE ALUNOS DE DOIS SALTINHOS PARA SANTO ANTONIO		KM	9.225.000	0,0000	3,5700	32.933,25	Venceu
					Total do Fornecedor —>	9.225.000		32.933,25	
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 144093 - EDIPO CASPERS 07659760998									
Licitação: 193/2016 - PR Data da Homologação:									
7	78124	TRANSPORTE DE ALUNOS DE PONÃ E VOLTA DE CHAPÉU PARA A ESCOLA DE SEDE CAPELA		KM	19.475.000	0,0000	4,4500	86.663,75	Venceu
					Total do Fornecedor —>	19.475.000		86.663,75	
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 144140 - ALDOMIRO PETZOLD 42303761972									
Licitação: 193/2016 - PR Data da Homologação:									
2	78119	TRANSPORTE DE ALUNOS DA COMUNIDADE DE APARECIDA E LINHA GLORIA PARA APARECIDA		KM	17.425.000	0,0000	3,3200	57.851,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>	17.425.000		57.851,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/4

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 144329 - THIAGO CASPERS 05736679930									
3	78120	TRANSPORTE DE ALUNOS DE DOURADO - DIV. ERVALZINHO PARA ESCOLAS DE SEDE CAPELA		KM	16.400.000	0,0000	3,2900	53.956,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>				
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 144330 - FABIANE REGINA TERNUS MEES 04434517961									
18	78138	TRANSPORTE DE ALUNOS DA DIVISA COM SANTO ANTONIO PARA POPI		KM	14.350.000	0,0000	3,2700	46.924,50	Venceu
					Total do Fornecedor —>				
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 144331 - ANDERSON CANISIO DETERS 07142168951									
17	78134	TRANSPORTE DE ALUNOS DE SOLEDADE E POPI		KM	14.350.000	0,0000	3,2700	46.924,50	Venceu
					Total do Fornecedor —>				
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 144332 - NOEMIA KLEIN BEUMER 98630946920									
11	78128	TRANSPORTE DE ALUNOS DA LINHA ESCONDIDA PARA CONCEIÇÃO E SANTO ANTONIO.		KM	18.450.000	0,0000	3,4800	64.206,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>				
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 144333 - VILSON KLEIN 62713655900									
5	78122	TRANSPORTE DE ALUNOS DE SANTA CRUZ E DOURADO PARA ESCOLAS DE SEDE CAPELA		KM	22.550.000	0,0000	3,3400	75.317,00	Venceu

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 193/2016 Licitação: 193/2016 - PR									
Fornecedor: 144333 - VILSON KLEIN 62713655900									
13	78130	TRANSPORTE DE ALUNOS DE SÃO LUDGERO PARA SANTO ANTONIO - TRAJETO COM ONIBUS ADAPTADO COM RAMPA ELEVATORIA PARA DEFICIENTES		KM	13.455.000	0,0000	5,3300	71.715,15	Venceu
21	78137	TRANSPORTE DE ALUNOS DE SANTA ISABEL E SOLEDADE PARA SOLEDADE E POPI - TRAJETO COM ONIBUS ADAPTADO COM RAMPA ELEVATORIA PARA DEFICIENTES		KM	20.500.000	0,0000	4,7000	96.350,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>			243.382,15	
Nr. do Processo: 193/2016 Licitação: 193/2016 - PR									
Fornecedor: 144334 - VALCIR PAULI 03051603970									
19	78135	TRANSPORTE DE ALUNOS DE LINHA RICKIA E GORETTI A SOLEDADE E POPI		KM	20.500.000	0,0000	3,9800	81.590,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>			81.590,00	
Nr. do Processo: 193/2016 Licitação: 193/2016 - PR									
Fornecedor: 144336 - NILVA SCHWENDLER BECKER 02834458901									
16	78133	TRANSPORTE DE ALUNOS DE LINHA PASSO FUNDO PARA LA BECKER E SANTO ANTONIO		KM	14.350.000	0,0000	3,1900	45.776,50	Venceu
					Total do Fornecedor —>			45.776,50	

Itapiranga, 11 de Janeiro de 2017.

Itapoá

PREFEITURA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 039/2016

Resultado Preliminar do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 039/2016

Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 60 pontos, conforme item 5.5. do Edital.

- 1ª Andréa Eugênia Santana: 85 pontos
- 2ª Patricia Maria Carvalho Vieira: 70 pontos
- 3ª Marina Macedo Nobre: 55 pontos
- 4ª Maria Elizabeth Rahum Vidal: 50 pontos

Itapoá, 11 de Janeiro de 2017.

Elisiane de Souza Martins
Secretária Municipal de Assistência Social

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2017 DO EDITAL Nº 028/2016

TERMO DE CONVOCAÇÃO 004/2017 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 028/2016

Elisiane de Souza Martins, com base do item 1.2. do Edital nº 028/2016 e no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato Leonardo Gomes Batista para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto ¾ recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet);
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Itapoá, 11 de Janeiro de 2017.

Elisiane de Souza Martins
Secretária Municipal da Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº13/2017 - NOMEIA ASSESSOR PARLAMENTAR**

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 13/2017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR PARLAMENTAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º e 10 da Lei Complementar nº. 44/2014, de 12 de setembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, ROGERIO GONÇALO SOARES, no cargo de Assessora Parlamentar do Vereador Jonecir Soares – PR, conforme instituído pela Resolução nº. 07/2014, de 1 de julho de 2014 e percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 5 da Lei Complementar nº. 26/2010, de 04 de maio de 2010, com observância dos requisitos do cargo, sendo idade mínima de 18 anos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 11 de janeiro de 2017.

Jonecir Soares

Presidente

Jacinto Machado

PREFEITURA

EDITAL 03_2017 DL_FMS

Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Dispensa de Licitação
Processo Licitatório Nº 03/2017 - Dispensa de Licitação

Do Objeto: Aquisição de material médico hospitalar destinados aos serviços da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jacinto Machado, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Do Fornecedor: Farol Medicamentos Comércio Atacadista EIRELI ME, com sede na Rua Edgar Rodolfo Rick, 297 – Nova Divinêia, no município de Araranguá/SC, inscrita no CNPJ sob nº 23.302.726/20001-84.

Do Valor: O valor dos produtos é de: R\$ 19.970,50 (dezenove mil, novecentos e setenta reais e cinquenta centavos) global estimado. Da justificativa da Dispensa: Trata-se de início de Governo em que o Governo anterior não procedeu a abertura de processo administrativo de licitação para contratação regular do fornecimento dos materiais, previstos neste termo.

A dispensa de licitação se justifica para atender necessidade emergencial caracterizada pela urgência de atendimento e continuidade dos serviços essenciais de saúde, em nível que nenhum cidadão esteja desamparado, no menor prazo possível. Em se tratando de vidas humanas, não é possível que os serviços fiquem desprovidos de materiais, tornando indispensável o atendimento a população. Saúde é um direito constitucionalmente assegurado a todos, inerente a vida, bem maior do ser humano.

O prazo da contratação direta é o suficiente para a realização do devido processo de licitação, estimado em 60 (sessenta) dias.

Da justificativa da escolha do Fornecedor e do Preço: Por serem os preços os mais baixos conforme pesquisa de preços anexa e serem os mesmos compatíveis com os preços de mercado praticados na região.

Do Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Jacinto Machado/SC, 10 de Janeiro de 2017.

Varcilei Recco

Chefe da Divisão de Saúde

materiais, previstos neste termo.

A dispensa de licitação se justifica para atender necessidade emergencial caracterizada pela urgência de atendimento e continuidade dos serviços essenciais de saúde, em nível que nenhum cidadão esteja desamparado, no menor prazo possível. Em se tratando de vidas humanas, não é possível que os serviços fiquem desprovidos de materiais, tornando indispensável o atendimento a população. Saúde é um direito constitucionalmente assegurado a todos, inerente a vida, bem maior do ser humano.

O prazo da contratação direta é o suficiente para a realização do devido processo de licitação, estimado em 60 (sessenta) dias.

Da justificativa da escolha do Fornecedor e do Preço: Por serem os preços os mais baixos conforme pesquisa de preços anexa e serem os mesmos compatíveis com os preços de mercado praticados na região.

Do Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Jacinto Machado/SC, 10 de Janeiro de 2017.

Varcilei Recco

Chefe da Divisão de Saúde

EDITAL 04_2017 DL_FMS

Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Dispensa de Licitação
Processo Licitatório Nº 04/2017 - Dispensa de Licitação

Do Objeto: Aquisição de material odontológico destinados aos serviços da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jacinto Machado, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Do Fornecedor: Hospclin Comércio Atacadista de Materiais Hospitalares EIRELI ME, com sede na Rua Vergílio Geremias, 95 – Urusanguinha, no município de Araranguá/SC, inscrita no CNPJ sob nº 19.089.078/0001-52.

Do Valor: O valor dos produtos é de: R\$ 19.822,54 (dezenove mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos), global estimado.

Da justificativa da Dispensa: Trata-se de início de Governo em que o Governo anterior não procedeu a abertura de processo administrativo de licitação para contratação regular do fornecimento dos

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

FUJAMA - PORTARIA N° 001/2017

PORTARIA N° 001/2017

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE – FUJAMA, no uso de suas atribuições, de conformidade com o disposto nos incisos VIII e X, do artigo 5º, da Lei Complementar N° 41/2005, de 28 de setembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a partir de 02 de janeiro de 2017, PATRICIA FERNANDES GOES D'AVILA, para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente – FUJAMA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de Janeiro de 2017.

LEOCÁDIO NEVES E SILVA

Presidente da Fujama

SEMSA - PORTARIA N° 002/2017

PORTARIANº 002/2017/Semsa

Designa responsáveis por assinar e proceder movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR os profissionais relacionados a seguir para assinar e proceder as movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde – FMS:

- Dalton Fernando Fischer – Diretor de Vigilância em Saúde;
- Antônio Marcos da Silva – Diretor de Gestão Técnica
- Mirian Miranda Feder – Agente Administrativa.

Parágrafo Único: As contas do Fundo Municipal da Saúde – FMS do município de Jaraguá do Sul, serão movimentadas sempre em conjunto de duas assinaturas, simultaneamente, preferencialmente com o Secretário Municipal da Saúde.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria N° 115/2016/Semsa, de 1º de dezembro de 2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de janeiro de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT

Secretário Municipal da Saúde

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.062 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5.062 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

"NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOR O SERVIÇO ADMINISTRATIVO DO FUNREBOM".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para a execução dos SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO FUNREBOM, de que trata a Lei Nº 1.291/86 e a Lei Nº 3.875/09:

ADONES MARCIANO – Contador

DONIZETE MARIA BILIBIO ANGONESE – Tesoureira

INÊS MARIA PICOLI GEMELI – Secretária

Parágrafo Único – Os membros ora nomeados, serão remunerados de acordo com as disposições contidas na Lei Nº 3.875/09.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 09 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EDITAL DE ANÁLISE DE REQUERIMENTOS DE ISENÇÕES DEFINITIVO

Edital de Análise de Requerimentos de Isenções

DEFINITIVO

Inexistindo recursos interpostos acerca dos requerimentos de isenção, tornam-se definitivas as análises dos(as) candidatos(as) abaixo listados:

Protocolo	Inscrição	Candidato	Cargo	Tipo de Isenção	Parecer
001	515761	Rubia Sibelis Chiamulera Duarte	Professor de Educação Infantil - HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
002	515616	Maieli Da Silva Amora	Professor de Ensino Fundamental - Educação Física - HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
003	521063	Nilza Blotz	Professor de Matemática (Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano) – HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
004	522978	Neusa De Fatima Gervasio	Professor de Educação Infantil – HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido
005	515709	Rosangela Ribeiro Beherns Pintro	Professor de Educação Infantil - HABILITADO	Doador de Sangue	Deferido

Joaçaba/SC, 11 de Janeiro de 2017.

Banca Técnica

NBS Serviços Especializados Eireli

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

01/2017

Cientificamos pelo presente edital a Empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA da abertura de Processo Administrativo conforme portaria n.º 6.761 de 08 de dezembro de 2016 do Exmo. Sr Prefeito Municipal Rafael Laske, a fim que se apure indícios de descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa acima citada, diante dos registros encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, referente ao Processo Licitatório n.º 10/2016/FMS Pregão Presencial n.º 006/2016/FMS.

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2017.
Tiago Dupont Giumbelli
Presidente da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 006.2017 - CONVERSÃO LICENÇA PREMIO

PORTARIA Nº 006/2017 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

“AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, incisos II e XXXIII do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio da Servidora ADRIANA PANIZZI, Jornalista, conforme requerimento protocolizado sob o nº 601, deferido em 21 de dezembro de 2016, referente ao período de 1º de março de 2012 a 1º de março de 2013, nos termos do art. 80 e 80-A da Lei Complementar nº 76/2003.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 11 de janeiro de 2017.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Lacerdópolis

PREFEITURA

DECRETO 05-2017

DECRETO Nº 05 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

“Dispõe sobre a realização de Processo Seletivo para Contratação temporária de pessoal e Institui Comissão Especial para coordenação e realização do mesmo, além de outras providências”.

SERGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais.

Considerando a obrigatoriedade de seleção que assegure a igualdade de condições entre os candidatos para contratação temporária;

Considerando a necessidade de manter seleção realizada para suprir as necessidades temporárias da administração;

DECRETA:

Art. 1º. O processo seletivo para provimento de cargos em caráter temporário, que tem como fundamento nas Leis Municipais n. 1.391/2001 e 2.005/2015, será realizado nos seguintes moldes:

CARGOS/EMPREGOS	VAGAS/CR
Agente comunitário de Saúde	01
Agente de Combate a Endemias	01
Assistente Social	CR
Farmacêutico	01
Professor Auxiliar dos anos Iniciais	05
Professor de Educação Física	02
Professor de Informática	01
Professor de Língua Italiana	01
Profissional Especializado na área de Mecânica Automotiva	CR
Profissional de Manutenção e Conservação	04

Art. 2º. O processo seletivo será feito por meio de provas escritas, observando-se os critérios, exigências e pontuação estabelecidos no edital de convocação.

Art. 3º. Fica instituída a Comissão Especial do Processo Seletivo

Simplificado de Provas, a qual são integrantes: Adriane Rossa Slongo, Osvaldir Da Cas e Luiz Fábio Tavares de Jesus.

Art. 4º. À comissão supracitada incumbe: resolver eventuais reclamações; promover as inscrições dos candidatos que não tiverem acesso à rede mundial de computadores; supervisionar os trabalhos da empresa encarregada da realização do processo seletivo; receber e conferir a autenticidade de documentos dos candidatos; enfim, decidir sobre qualquer questão relativa ao processo seletivo.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lacerdópolis/SC 10 de janeiro de 2017

Sergio Luiz Calegari

Prefeito

Lages

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 01/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 01/2017 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: STANG & STANG LTDA, inscrita no CNPJ: 08.033.253/0001-73 com Sede a Av.: Dom Pedro II Nº 967 – CEP:88509-000.

Resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 03/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 01/2017, datada de 03/01/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Combustíveis para uso nos Veículos e Maquinas pertencentes a frota da PML, Fundo municipal de Saúde, Fundo municipal de Assistência Social e SEMASA. CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 90 (noventa) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório;

2.3 Do Contrato, até 90 (noventa) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório;

2.4 Da Entrega, imediata, diretamente na Bomba do Posto.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor Total a ser pago será de R\$ 371.400,00 (trezentos e setenta e um mil e quatrocentos reais), sendo: Item 01 - Gasolina Comum – 70.000,00l - valor unitário por litro - R\$ 3,37 (três reais e trinta e sete centavos) totalizando a quantia de R\$ 235.900,00 (duzentos e trinta e cinco mil e novecentos reais);

Item 03 – Diesel S10 – 50.000,00l - valor unitário por litro - R\$ 2,71 (dois reais e setenta e um centavos), totalizando a quantia de R\$ 135.500,00 (cento e trinta e cinco mil e quinhentos reais).

Antonio Ceron

Prefeito municipal

decorrente do processo licitatório;

2.4 Da Entrega, imediata, diretamente na Bomba do Posto.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor Total a ser pago será de R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil), sendo:

Item 02 – Diesel Comum – 70.000,00l - valor unitário por litro - R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos) totalizando a quantia de R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil);

Antonio Ceron

Prefeito municipal

REVOGAÇÃO CC 12/2016 PML

REVOGAÇÃO

Modalidade: CC 12-2016 PML

Objeto: Alienação de um Terreno urbano de Propriedade do Município de Lages/sc, autorizado pela Lei Municipal Nº 14.122 de 22/07/2015, de Matrícula N.º 35.988 em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I – Termo de Referência do Edital

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração, fundamentado na justificativa que relata a ausência reiterada de interessados na licitação em comento, bem como, expondo a pretensão de construção do Centro Administrativo do Município, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, delibera pela "REVOGAÇÃO" do Processo Licitatório em epígrafe.

Lages, 12 de janeiro de 2017.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário da Administração

EXTRATO DO CONTRATO 02/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 02/2017 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CENTRO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEL DOM PEDRO II, inscrita no CNPJ sob nº 08.824.026/0001-66, estabelecida na AV. Dom Pedro II,1131, bairro São Cristóvão- CEP 88509-000.

Resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 03/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 01/2017, datada de 03/01/2016, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Combustíveis para uso nos Veículos e Maquinas pertencentes a frota da PML, Fundo municipal de Saúde, Fundo municipal de Assistência Social e SEMASA. CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 90 (noventa) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório;

2.3 Do Contrato, até 90 (noventa) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação

Lajeado Grande

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA N. 002/2017 - PROMOVE A CEDÊNCIA DE SERVIDORA DO PODER LEGISLATIVO PARA ATUAR, EM HORÁRIO PARCIAL, JUNTO AO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Portaria n. 002/2017

De 02/01/2017

“PROMOVE A CEDÊNCIA DE SERVIDORA DO PODER LEGISLATIVO PARA ATUAR, EM HORÁRIO PARCIAL, JUNTO AO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JURACI ANTÔNIO XAVIER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara; e

Considerando os princípios que regem a Administração Pública esculpidos no artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando ainda o Princípio da Economicidade que deve ser também observado pelos Administradores Públicos consistente no uso racional dos recursos do Erário Público;

Considerando que o exercício da função de Assessoria de Imprensa e Comunicação para o Poder Legislativo é possível e suficiente o seu comprimento em 20 hs (vinte horas) semanais;

Considerando que a mesma função é necessária junto ao Poder Executivo, a qual pode também ser atendida com 20 hs (vinte horas) semanais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica promovida a cedência ao Poder Executivo Municipal de Lajeado Grande-SC, em horário parcial de 20 hs (vinte horas) semanais, da Servidora da Câmara Renata Fernanda Maraschin Ferreira, ocupante do Cargo em Comissão de Assessoria de Imprensa e Comunicação, para atuar concomitantemente nos dois Poderes.

Parágrafo único. Em função da cedência parcial prevista nesta Portaria os ônus decorrentes da contratação da servidora serão arcados integralmente pelo Poder Legislativo, mediante a utilização de dotações e recursos previstos na Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2017 da Câmara de Vereadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,

em 02 de janeiro de 2017.

JURACI ANTONIO XAVIER

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES

Primeira Secretária

PORTARIA LEGISLATIVA N. 003/2017 - DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE TRABALHO DA SERVIDORA ODETE PERCIO GEREMIA NOS DIAS DE SESSÕES DA CÂMARA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Portaria n. 003/2017

De 05/01/2017

“DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE TRABALHO DA SERVIDORA ODETE PERCIO GEREMIA NOS DIAS DE SESSÕES DA CÂMARA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JURACI ANTÔNIO XAVIER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara; e

Considerando a necessidade de adequação das atividades administrativas da Câmara de Vereadores;

RESOLVE:

Art. 1º A Servidora da Câmara Odete Pérsio Geremia, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, no período matutino prestará seus serviços no horário das 07:00 (sete) às 11:00 (onze) horas

Parágrafo único. Nos dias em que se realizar sessões da Câmara de Vereadores, a servidora identificada no caput deste artigo prestará seus serviços no horário vespertino até o final da sessão, compensando o horário que exceder às 04 (quatro) horas normais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,

em 05 de janeiro de 2017.

JURACI ANTÔNIO XAVIER

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES

Primeira Secretária

Lebon Régis

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 52/2014

3º TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 52/2014. Licitação: PR9/2014.

Objeto: Fica alterada a cláusula SEXTA do Contrato n. 52/2014 para modificar o prazo de vigência para até 31/03/2017, justificada pelo art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - ME - 11.258.607/0001-92.

Valor: 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência: 01/01/2017. Término: 31/03/2017

Lebon Régis, 29/12/2016.

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

DATA DO PROCESSO: 27/12/2016.

Aos 10 dias do mês de Janeiro de 2017, na sede do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis-SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº. 0655/2017, de 06/01/2017, para recebimento de documentação para credenciamento de pessoa jurídica relativo ao processo em epígrafe.

EMPRESAS PARTICIPANTES: MARQUES E BURGHARDT FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA LTDA

Inicialmente, com a presença de todos os membros da comissão, procedeu-se a verificação da documentação de habilitação ao credenciamento deixando claro que estava de acordo com as exigências do Edital.

PARECER: Como toda documentação exigida no certame estava de conformidade com o Edital e Lei Federal 8666/93, a Comissão de Licitação resolveu HOMOLOGAR o presente processo licitatório, com base na Declaração de Disponibilidade de Atendimento apresentado pela empresa.

EMPRESA CREDENCIADA: MARQUES E BURGHARDT FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA LTDA

Valor total apresentado: R\$ 91,50 (Noventa e um reais e cinquenta centavos).

VALOR TOTAL PREVISTO PARA 2017: R\$ 790.560,00 (Setecentos e Noventa mil quinhentos e sessenta reais

Fica a empresa credenciada notificada à comparecer no setor de Contabilidade do Hospital para assinatura do Contrato de Serviços. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes:

Lebon Régis, 10 de Janeiro de 2017.

COMISSÃO:

VOLNEI ALVES WEBBER
.....Presidente da Comissão

CLÁUDIA ROSANE FERNANDES
..... Secretária da Comissão

AMAUARI ANTONIO GRAZZIOTIN
..... Membro

5º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 30/2013

5º TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 30/2013. Licitação: TP2/2013.

Objeto: Fica alterada a cláusula terceira do Contrato n. 30/2013 para modificar o prazo de vigência para até 31/03/2017, conforme art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA - 01.942.016/0001-86.

Valor: 70.000,00 (setenta mil reais).

Vigência: 01/01/2017. Término: 31/03/2017

Lebon Régis, 29/12/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

7º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 04/2013

7º TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 04/2013. Licitação: TP1/2013.

Objeto: Fica alterada a cláusula terceira do Contrato n. 04/2013 para modificar o prazo de vigência para até 31/03/2017, justificada pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: T O S OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA - 72.332.778/0001-09.

Valor: 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais).

Vigência: 01/01/2017. Término: 31/03/2017

Lebon Régis, 29/12/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

ATA DE JULGAMENTO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº.03/2016

ATA DE JULGAMENTO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 03/2016

OBJETO : CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICO GERAL EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº.: 03/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2016.

DECRETO Nº 007, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 007, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

"REGULAMENTA O ART. 309 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E AS FORMAS DE AVALIAÇÃO DO ITBI EM IMÓVEIS RURAIS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104 da Lei Orgânica Municipal;

Art. 1º. A base de cálculo do imposto sobre a transmissão de bens imóveis - ITBI é o valor do bem ou direito transmitido constante no instrumento de transmissão ou cessão (Art. 309 do Código Tributário Municipal).

Art. 2º. No caso de imóveis rurais, o valor a ser utilizado como

base de cálculo do ITBI é aquele constante no instrumento de transmissão, cessão ou declarado pelo contribuinte, desde que não seja menor que o valor mais comum do preço da terra nua para uso agrícola no Estado de Santa Catarina, conforme a tabela referencial do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – CEPA, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, sendo assim o valor mínimo aceitável do imóvel rural será sempre o apontado no Levantamento de Preços das Terras Agrícolas (art. 309, §4º, Código Tributário Municipal).

Art. 3º. Os dados do Levantamento da EPAGRI são utilizados, também, como valores mínimos pelos Ofícios de Registro de Imóveis na realização de transferência de imóveis rurais, o que representa efetivamente o valor mínimo aceito nos negócios que envolvem estes imóveis.

Art. 4º. O último levantamento de preços de terras da EPAGRI refere-se ao ano de 2015, conforme anexo único deste Decreto.

Art. 5º. O fisco deve utilizar os critérios estabelecidos neste regulamento para definição da base de cálculo do ITBI de imóveis localizados na zona rural.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário e o Decreto nº. 033 de 16 abril de 2014.

Gabinete do Prefeito, 11 de janeiro de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Mauricio Passos Pinheiro

Secretária Municipal de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

Preço da terra nua para uso agrícola em Santa Catarina em 2015.
(Preço nominal R\$/ha)

Cidade	Classe de Terra	Mais comum
Lebon Régis	Terra campo nativo	10.330,00
Lebon Régis	Terra de primeira	20.661,00
Lebon Régis	Terra de Segunda	12.397,00
Lebon Régis	Terra de terceira (alta declividade)	4.959,00

DECRETO Nº 008, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 008, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

“REAJUSTA OS VALORES DAS DIÁRIAS CONCEDIDAS AO PREFEITO MUNICIPAL, VICE-PREFEITO, VEREADORES E SERVIDORES MUNICIPAIS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, REGULAMENTADAS PELA LEI MUNICIPAL N. 1.291 DE 02 DE ABRIL DE 2009”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, com fulcro na Lei Municipal n. 1.291/2009,

Considerando que desde o ano de 2009 até o momento os valores das diárias não foram corrigidos anualmente no mês de abril, de acordo com o índice do IGPM, mediante ato do Poder Executivo, nos termos do art. 9º, da Lei Municipal n. 1.291/2009,

DECRETA:

Art. 1º. Os valores das diárias concedidas ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores municipais dos poderes executivo e legislativo, regulamentados pela Lei Municipal n. 1.291 de 02 de abril de 2009, ficam reajustados em 46,18% (quarenta e

seis vírgula dezoito por cento), correspondente à variação do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), verificada nos meses de abril e acumuladas nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, conforme tabela constante no Anexo I deste decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM

MAURÍCIO PASSOS PINHEIRO Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 008/2017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

ANEXO 1

TABELAS ATUALIZADAS – SERVIDORES EM GERAL

Quilometragem	Valor Corrigido
Até 200 Km	R\$ 190,03
Acima de 200 km	R\$ 219,27
Acima de 1.000 km	R\$ 584,72

TABELA DE DIÁRIAS ATUALIZADA – PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES

Quilometragem	Valor Corrigido
Até 200 Km	R\$ 365,45
Acima de 200 km	R\$ 438,54
Capital do Estado ou fora do Estado	R\$ 511,63
Acima de 1.000 km	R\$ 1.461,80

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 072/2015, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 1341, de 09/06/2010. Objeto: Serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional;
5. Gestão Tributária – Gestão do Cadastrado Integrado Municipal – G-CIM. Pelo período de 17/01/2017 até 31/12/2017. CONTRATADA: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12. Valor: R\$ 8.010,00(oito mil e dez reais)

Lebon Régis, 11 de janeiro de 2017.

José Vanderlei de Campos - Presidente.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº. 02/2016

Resumo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO

LEBON RÉGIS

Contrato no. 1/2017

Processo Licitatório nº.: 3/2016

Edital de Chamada Pública para Credenciamento nº. 02/2016

Inexigibilidade nº. IN02/2016

CONTRATANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

CONTRATADA: MARQUES E BURGHARDT FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA LTDA

Objeto: EMPRESA CONTRATADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM PLANTÕES PRESENCIAIS A SEREM EXECUTADOS DIÁRIAMENTE NO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS.

Valor: R\$ 790.560,00 (Setecentos e Noventa mil, quinhentos e sessenta reais)

Vigência: 10/01/2017 à 31/12/2017.

Recursos Orçamentários: (166/167)2.65.94.010.3390.39.50

Lebon Régis, 10 de Janeiro de 2017.

LEONIRO DA SILVA PAHL

Presidente

EDITAL DE CHAMAMENTO AOS INTERESSADOS PARA INSCRIÇÕES NO CADASTRO DE FORNECEDORES Nº 0001/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO AOS INTERESSADOS PARA INSCRIÇÕES NO CADASTRO DE FORNECEDORES Nº 0001/2017

A Prefeitura de Lebon Régis torna público para conhecimento de todos os interessados, que estará recebendo, junto a sua Sede, sito a Rua Arthur Barth, 300, Centro, na cidade de Lebon Régis-SC, inscrições para fornecedores do Setor de Compras e Licitações, conforme determina a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

I - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente Edital é receber inscrições de possíveis fornecedores no cadastro de fornecedores do Setor de Compras e Licitações, para emissão de Certificado de Registro Cadastral (CRC), com efeito de habilitação para qualquer modalidade de licitação e/ou contrato.

II - DA DOCUMENTAÇÃO:

2.1. Será exigido dos interessados para que comprovem a habilitação, os seguintes documentos:

2.1.1 Qualificação Jurídica:

a) Registro Comercial no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

2.1.2 Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista;

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, da sede da empresa proponente, ou declaração de que é isenta, nos casos definidos em lei;

c) Comprovante de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31/08/2005).

d) Comprovante de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;

e) Comprovante de regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;

f) Comprovante de regularidade no cumprimento dos encargos sociais, mediante prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF);

g) Comprovante de regularidade no cumprimento dos encargos trabalhistas, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

2.1.3 Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.2. Os documentos listados no item 2.1 deverão ser apresentados em 01 (uma) via por fotocópia autenticada.

Lebon Régis, 10 de janeiro de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal de Lebon Régis-SC

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 5/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 5/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 01/2016

Pelo presente instrumento particular a autarquia HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.684.324/0001-13, com sede na Rua Valdir Ortigari, n. 74, Centro, Lebon Régis/SC, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Moacir Galeno Varela Furtado, , doravante denominado CONTRATANTE , e de outro lado MARQUES & BURGHARDT FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua XV de Novembro, 355, centro, no município de Lebon Régis-SC, inscrito no CNPJ 08.509.166/0001-40, neste ato, representada por sua Diretora, Ana Paula Burghardt Marques , a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a cláusula DÉCIMA do Contrato n. 5/2016, para modificar o prazo de vigência para até 31/12/2017, justificada pelo art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica mantida a cláusula quarta para que seja inclusa a dotação orçamentária detalhada conforme segue:

DESPESA	AÇÃO 2.065	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA- 94	CÓDIGO
211	Manutenção das Atividades do HOSPITAL	Hosp. e Mat. Municipal Santo Antonio	3.3.90.39.50

VALOR DO CONTRATO: R\$ 131.943,00 (Cento e trinta e um mil, novecentos e quarenta e três reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Lebon Régis, 31 de Dezembro de 2016.

Hosp. e Mat. Mun. S. Antonio

Moacir G. V. Furtado

MARQUES & BURGHARDT FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA LTDA

Ana Paula Burghardt Marques

Diretora

Leoberto Leal

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2016 - GABARITO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2016

GABARITO OFICIAL

Técnico de Enfermagem (Curso Técnico na Área)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	C	D	A	D	A	D	D	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	D	C	D	B	A	B	A	A
21	22	23	24	25					
C	C	D	D	D					

Enfermeiro (Curso Superior na Área)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	B	A	D	C	C	A	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	D	A	A	A	C	C	A	C
21	22	23	24	25					
A	B	B	B	A					

Nutricionista (Curso Superior na Área)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	B	A	D	C	C	A	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	D	D	B	A	B	A	A	C
21	22	23	24	25					
A	C	C	A	B					

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

EDITAL N°003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2017

OBJETO: Registro de preço para futuras e eventuais contratações de serviço de eletricista para veículos leves e pesados. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 24/01/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 24/01/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 12 de janeiro de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2307

DECRETO Nº 2307 de 10 de janeiro de 2017.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeada VANIA MARA DIESEL DEITOS para substituir IRENE DALLA LANA como Titular e CÉSAR WOLFART para substituir WALMOR REISDORFER como Suplente, representantes do Hospital São Roque - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE junto ao CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- As demais disposições do Decreto nº 2188 de 24/02/2016, permanecem inalteradas.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2308

DECRETO Nº 2308 de 11 de janeiro de 2017.

"ESTABELECE O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DE 2017, PARA AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO o que prevê a Lei Federal nº 662, de 06 de abril de 1949; e

CONSIDERANDO o que expressa a Lei Federal nº 6.802, de 30 de junho de 1980; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, que dispõe sobre feriados;

DECRETA:

Art.1º - Fica estabelecido o CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 para as repartições públicas municipais de Luzerna:

I - JANEIRO:

a) 1º (domingo) - Confraternização Universal: Feriado Nacional.

II - FEVEREIRO:

a) 27 (segunda-feira) - Carnaval: Ponto Facultativo;

b) 28 (terça-feira) - Carnaval: Ponto Facultativo;

III - MARÇO

a) 01 (quarta-feira) - Quarta-feira de Cinzas: Ponto Facultativo no período matutino.

IV - ABRIL:

a) 14 (sexta-feira) - Sexta-Feira da Paixão (Paixão de Cristo): Feriado Nacional;

b) 21 (sexta-feira) - Tiradentes: Feriado Nacional.

V - MAIO:

a) 1º (segunda-feira) - Dia do Trabalhador: Feriado Nacional.

VI - JUNHO:

a) 15 (quinta-feira) - Corpo de Deus (Corpus Christi): Ponto Facultativo;

b) 16 (sexta-feira) - Interregno intervalar do Feriado de Corpus Christi: Ponto Facultativo;

VII - AGOSTO:

a) 25 (sexta-feira) - Aniversário do Município: Feriado Municipal.

VIII - SETEMBRO:

a) 07 (quinta-feira) - Independência do Brasil: Feriado Nacional.

IX- OUTUBRO:

a) 12 (quinta-feira) - Nossa Senhora Aparecida: Feriado Nacional.

X - NOVEMBRO:

a) 02 (quinta-feira) - Finados: Feriado Nacional.

b) 15 (quarta-feira) - Proclamação da República: Feriado Nacional.

XI - DEZEMBRO:

a) 25 (segunda-feira) - Natal - Feriado Nacional.

Art. 2º - Nas datas estabelecidas como Ponto Facultativo, os serviços considerados essenciais, bem como a programação, da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e das Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e Obras e Serviços, ficam a cargo dos respectivos Secretários.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 11 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2309

DECRETO Nº 2309 de 11 de janeiro de 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2017".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei nº 1.475 de 10 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R\$ 200.396,75 (duzentos mil, trezentos noventa e seis reais e setenta e cinco centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento

do Município para 2016, atribuído à:

Ação: 13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica

Categoria Econômica: 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte: 3.38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/ União R\$ 200.396,75

Detalhamento de Recurso: 206 - PAB - Atenção Básica

Parágrafo Único - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 006

PORTARIA Nº 006/17 de 11 de janeiro de 2017.

“DESIGNA TEMPORARIAMENTE PREGOEIRO OFICIAL, RESPONSÁVEL PELAS CARTAS CONVITES E PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR, temporariamente, no período de 11 de janeiro de 2017 a 30 de janeiro de 2017, o servidor DREONE MENDES como Pregoeiro Oficial, responsável pelas Cartas-Convites e Presidente da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES e de CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES, responsável pela realização dos trabalhos gerais de Licitação da Prefeitura Municipal de Luzerna(SC) e Fundos Especiais e pelo cadastramento dos fornecedores da Prefeitura Municipal de Luzerna e Fundos, em substituição à servidora DÉBORA THAIS MENLAK, em férias regulamentares, até o seu retorno.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 11 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0002/2017

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. ZELIR CITADIN, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação n° 0001/2017 para a Locação de software denominados Sistema de Controle Interno e Audiência Pública, compreendendo: adequação, compatibilização, atualização e respectivas verificações de ordem constitucional, legal, normativa e técnico administrativas, bem como serviços técnicos especializados no treinamento operacional do sistema locado. Através da empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo n° 0002/2017

Vigência do Contrato: 31/12/2017

Valor Total do Contrato: R\$ 6.603,60 (seis mil seiscentos e três reais com sessenta centavos).

Pagamento: Até o 10° (décimo) dia útil subsequente após a prestação dos serviços.

Macieira, 11 de janeiro de 2017.

Rejane Spanholo Abraão

Presidente da Comissão de Licitações

PUBLICAÇÃO RESUMIDA _ CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Contrato Administrativo n° 0001/2017. Objeto: a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Contratos, Certidões, Ofícios / Correspondências, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Projetos de Lei / Leis, Protocolo, Portarias, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Lei Orgânica, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital. Contratada: INFO DIGITALE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA - ME. Vigência: 31/12/2017. Valor mensal: R\$ 343,90 (trezentos e quarenta e três reais com noventa centavos), além de eventuais custos com deslocamento e assistência técnica, se necessário. Pagamento: Até o 10° (décimo) dia útil subsequente a prestação dos serviços.

Macieira, 02 de janeiro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

RELATORIO DE GESTAO FISCAL 4 QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.491.322,88	0,00
Pessoal Ativo	6.191.350,07	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	299.972,81	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	329.308,56	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	329.308,56	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.162.014,32	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.867.407,87	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.162.014,32	47,89
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.720.444,72	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.334.422,49	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.948.400,25	54,00

FONTE:

Macieira, 11/01/2017

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	27.984,43	15.546,95	3.178,27	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	27.984,43	15.546,95	3.178,27	0,00
Interna	27.984,43	15.546,95	3.178,27	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.305.855,42	1.381.001,46	1.303.274,98	1.514.430,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.305.855,42	1.528.701,63	1.439.018,80	1.514.430,19
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	147.700,17	135.743,82	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.277.870,99	-1.365.454,51	-1.300.096,71	-1.514.430,19
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.953.281,84	11.183.272,26	11.845.774,25	12.867.407,87
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,26%	0,14%	0,03%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-11,67%	-12,21%	-10,98%	-11,77%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	13.143.938,21	13.419.926,71	14.214.929,10	15.440.889,44
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	11.829.544,39	12.077.934,04	12.793.436,19	13.896.800,50

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	27.984,43	15.546,95	3.178,27	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	27.984,43	15.546,95	3.178,27	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	8.189,71	9.144,15	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	801.008,44	2.021.312,84	1.620.655,06	784.381,21

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	6.099.713,24	6.099.713,24	7.349.293,17	7.349.293,17
Passivo Atuarial	6.099.713,24	6.099.713,24	7.349.293,17	7.349.293,17
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	7.422.010,69	8.063.639,58	8.658.805,35	9.161.228,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.334.153,13	3.740.377,41	4.060.461,80	4.392.958,01
Investimentos	4.087.857,56	4.327.747,46	4.598.343,55	4.768.270,66
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	4.485,29	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	2.960,00	20.132,36	15.521,84	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-1.322.297,45	-1.963.926,34	-1.309.512,18	-1.811.935,50

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Macieira, 11/01/2017

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

FONTE:

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	27.984,43	15.546,95	3.178,27	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	27.984,43	15.546,95	3.178,27	0,00
Interna	27.984,43	15.546,95	3.178,27	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.305.855,42	1.381.001,46	1.303.274,98	1.514.430,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.305.855,42	1.528.701,63	1.439.018,80	1.514.430,19
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	147.700,17	135.743,82	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.277.870,99	-1.365.454,51	-1.300.096,71	-1.514.430,19
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.953.281,84	11.183.272,26	11.845.774,25	12.867.407,87
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,26%	0,14%	0,03%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-11,67%	-12,21%	-10,98%	-11,77%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	13.143.938,21	13.419.926,71	14.214.929,10	15.440.889,44
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	11.829.544,39	12.077.934,04	12.793.436,19	13.896.800,50

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	27.984,43	15.546,95	3.178,27	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	27.984,43	15.546,95	3.178,27	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	8.189,71	9.144,15	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	801.008,44	2.021.312,84	1.620.655,06	784.381,21

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	6.099.713,24	6.099.713,24	7.349.293,17	7.349.293,17
Passivo Atuarial	6.099.713,24	6.099.713,24	7.349.293,17	7.349.293,17
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	7.422.010,69	8.063.639,58	8.658.805,35	9.161.228,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.334.153,13	3.740.377,41	4.060.461,80	4.392.958,01
Investimentos	4.087.857,56	4.327.747,46	4.598.343,55	4.768.270,66
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	4.485,29	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	2.960,00	20.132,36	15.521,84	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-1.322.297,45	-1.963.926,34	-1.309.512,18	-1.811.935,50

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Macieira, 11/01/2017

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

FONTE:

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.953.281,84	11.183.272,26	11.845.774,25	12.867.407,87
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22^c	2.409.722,00	2.460.319,90	2.606.070,34	2.830.829,73
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.168.749,80	2.214.287,91	2.345.463,30	2.547.746,76

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Macleira, 11/01/2017

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Recursos e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.867.407,87	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.058.785,26	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.852.906,73	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	900.718,55	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Macleira, 11/01/2017

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	1.334,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1.334,19	0,00	0,00	0,00	
CIDE	19,09	0,00	0,00	0,00	0,00	19,09	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.351,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.351,45	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública -	201,47	0,00	0,00	0,00	0,00	201,47	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência	3.659.322,77	0,00	0,00	0,00	0,00	3.659.322,77	0,00	0,00	0,00	
Convênio de Tânsito - Civil	5.069,53	0,00	0,00	0,00	0,00	5.069,53	0,00	0,00	0,00	
Convênio de Tânsito - Militar	4.469,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4.469,16	0,00	0,00	0,00	
FEP - Transferências Decorrentes de Comp. Financ. Exploração f	5.819,36	0,00	0,00	0,00	0,00	5.819,36	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências do FUNDE	6.530,97	0,00	0,00	0,00	0,00	6.530,97	0,00	0,00	0,00	
Salário-Educação	35.616,24	0,00	0,00	0,00	0,00	35.616,24	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Estado/Educação	68.254,46	0,00	0,00	0,00	0,00	68.254,46	28.698,36	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Estado/Outros	15.451,76	0,00	0,00	0,00	0,00	15.451,76	410.971,50	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Estado/Saúde	125.873,91	0,00	0,00	0,00	0,00	125.873,91	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - UNIÃO/Educação	25.049,43	0,00	0,00	0,00	0,00	25.049,43	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - UNIÃO/Outros	11.969,01	0,00	0,00	0,00	0,00	280.106,54	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - UNIÃO/Saúde	8.709,58	0,00	0,00	0,00	0,00	8.709,58	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB 60%	24.961,87	0,00	0,00	0,00	0,00	24.961,87	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/EI	48,01	0,00	0,00	0,00	0,00	48,01	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/UI	48.842,45	0,00	0,00	0,00	0,00	48.842,45	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	78.082,98	0,00	0,00	0,00	0,00	78.082,98	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/UNIÃO	115.905,72	0,00	0,00	0,00	0,00	115.905,72	0,00	0,00	0,00	
Transferências Legais para o desenvolvimento da Educação	6.859,18	0,00	0,00	0,00	0,00	6.859,18	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.249.742,59	0,00	0,00	280.106,54	0,00	3.969.636,05	439.669,86	0,00	0,00	
Contribuição para o Fundo Previdenciário do Regime Próprio - RPI	1.108.947,89	0,00	0,00	0,00	0,00	1.108.947,89	0,00	0,00	0,00	
Recostas e Transferências de Impostos - Educação	615,96	0,00	0,00	0,00	0,00	615,96	0,00	0,00	0,00	
Recostas e Transferências de Impostos - Saúde	21.214,33	0,00	0,00	0,00	0,00	21.214,33	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	6.726,88	0,00	0,00	0,00	0,00	6.726,88	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Recursos Ordinários	895.453,20	0,00	0,00	0,00	0,00	895.453,20	64.604,81	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.032.958,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2.032.958,26	64.604,81	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	6.282.700,85	0,00	0,00	280.106,54	0,00	6.002.594,31	504.274,67	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	9.161.228,67	0,00	0,00	0,00	0,00	9.161.228,67	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
Macieira, 11/01/2017

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHJ
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	12.867.407,87	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.162.014,32	47,89
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.720.444,72	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.334.422,49	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.514.430,19	-11,77
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.440.889,44	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.830.829,73	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.058.785,26	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	900.718,55	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	504.274,67	6.002.594,31

FONTE:

Macieira, 11/01/2017

 EMERSON ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 EDEMAR NICOLAU KUHN
 DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	R\$ 1,00				SALDO A REALIZAR (a - c)	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	13.059.000,00	13.059.000,00	3.367.063,02	25,78	13.444.009,54	102,95
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.058.982,00	13.058.982,00	3.185.925,22	24,40	13.154.576,07	100,73
IMPOSTOS	342.440,00	342.440,00	99.329,37	29,01	369.666,90	105,03
TAXAS	296.560,00	296.560,00	99.061,66	33,40	349.083,89	117,71
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	21.680,00	21.680,00	287,71	1,23	10.583,01	48,81
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	330.000,00	330.000,00	71.823,42	21,76	319.121,41	96,70
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	280.000,00	280.000,00	66.452,45	23,73	287.035,19	102,51
RECEITA PATRIMONIAL	50.000,00	50.000,00	5.370,97	10,74	32.086,22	64,17
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	716.310,00	716.310,00	215.199,39	30,04	1.461.819,68	204,08
RECEITA AGROPECUÁRIA	716.310,00	716.310,00	215.199,39	30,04	1.461.819,68	204,08
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	3.630,00	3.630,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.630,00	3.630,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	56.050,00	56.050,00	2.367,45	4,22	35.156,98	62,72
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.543.134,00	11.543.134,00	2.783.201,96	24,11	10.883.154,04	94,37
TRANSF. DE CONV.	11.437.134,00	11.437.134,00	2.736.656,79	23,93	10.798.257,07	94,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	106.000,00	106.000,00	46.545,17	43,91	94.896,97	89,53
MULTAS E JUROS DE MORA	67.418,00	67.418,00	14.003,63	20,77	85.657,06	127,05
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.040,00	16.040,00	810,14	5,05	11.143,28	69,47
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	16.940,00	16.940,00	5.832,13	34,43	38.795,62	229,02
RECEITAS DIVERSAS	12.090,00	12.090,00	2.124,77	17,57	16.545,70	136,85
RECEITAS DE CAPITAL	22.348,00	22.348,00	5.236,59	23,43	19.172,46	85,79
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	181.137,80	1.006.321,11	289.433,47	1.607.963,72
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	181.137,80	1.006.321,11	289.433,47	1.607.963,72
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	612.904,00	612.904,00	130.522,41	21,30	560.354,34	91,43
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.671.904,00	13.671.904,00	3.497.585,43	25,58	14.004.363,88	102,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

Continuação 2/4

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.671.904,00	13.671.904,00	3.497.585,43	25,58	14.004.363,88	102,43	-332.459,88
DÉFICIT (VI)							
TOTAL VII = (V + VI)	13.671.904,00	13.671.904,00	3.497.585,43	25,58	14.004.363,88	102,43	-332.459,88
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro		346.245,30			260.347,21		
Reabertura de Créditos Adicionais		346.245,30			260.347,21		
		0,00			0,00		

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.059.000,00	14.609.611,26	2.143.012,03	11.474.322,90	3.135.288,36	2.599.935,42	10.970.048,23	3.639.563,03	10.970.048,23	504.274,67
DESPESAS CORRENTES	11.459.393,00	12.075.704,43	1.756.367,04	10.608.674,90	1.467.029,53	2.455.615,01	10.599.574,90	1.476.129,53	10.599.574,90	9.100,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.121.852,00	6.295.734,59	1.461.105,98	6.163.518,89	132.215,70	1.474.188,91	6.163.518,89	132.215,70	6.163.518,89	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.000,00	1.400,00	0,00	1.395,11	4,89	0,00	1.395,11	4,89	1.395,11	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.331.541,00	5.778.569,84	295.261,06	4.443.760,90	1.334.808,94	981.426,10	4.434.660,90	1.343.908,94	4.434.660,90	9.100,00
DESPESAS DE CAPITAL	593.557,00	1.527.856,83	386.644,99	865.648,00	662.208,83	144.320,41	370.473,33	1.157.383,50	370.473,33	485.174,67
INVESTIMENTOS	559.357,00	1.497.656,83	386.644,99	837.663,57	659.993,26	144.320,41	342.488,90	1.155.167,93	342.488,90	485.174,67
INVERSOES FINANCEIRAS	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	32.000,00	28.000,00	0,00	27.984,43	15,57	0,00	27.984,43	15,57	27.984,43	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.006.050,00	1.006.050,00	0,00	0,00	1.006.050,00	0,00	0,00	1.006.050,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.006.050,00	1.006.050,00	0,00	0,00	1.006.050,00	0,00	0,00	1.006.050,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	612.904,00	627.904,00	128.035,61	564.968,37	62.914,13	128.944,49	564.968,37	62.914,13	564.968,37	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.671.904,00	15.237.515,26	2.271.047,64	12.039.312,77	3.198.202,49	2.728.879,91	11.535.038,10	3.702.477,16	11.535.038,10	504.274,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.671.904,00	15.237.515,26	2.271.047,64	12.039.312,77	3.198.202,49	2.728.879,91	11.535.038,10	3.702.477,16	11.535.038,10	504.274,67
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	2.469.325,78	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.671.904,00	15.237.515,26	2.271.047,64	12.039.312,77	-	2.728.879,91	14.004.363,88	-	11.535.038,10	504.274,67

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(a - c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	612.904,00	612.904,00	130.522,41	21,30	560.354,34	52.549,66
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	612.904,00	612.904,00	130.522,41	21,30	560.354,34	52.549,66
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	612.904,00	612.904,00	130.522,41	21,30	560.354,34	52.549,66
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	612.904,00	612.904,00	130.522,41	21,30	560.354,34	52.549,66

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	612.904,00	627.904,00	128.035,61	564.989,87	62.914,13	128.944,49	564.989,87	62.914,13	564.989,87	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	612.904,00	627.904,00	128.035,61	564.989,87	62.914,13	128.944,49	564.989,87	62.914,13	564.989,87	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.739.217,98

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Macieira, 11/01/2017

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUIHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	7.418.743,95
2016	589.015,00	336.363,06	252.651,94	7.671.395,89
2017	538.376,20	289.757,88	248.618,32	7.920.014,21
2018	515.630,28	285.174,75	230.455,53	8.150.469,74
2019	491.075,93	298.698,09	192.377,84	8.342.847,58
2020	462.006,98	327.956,45	134.050,53	8.476.898,11
2021	428.973,41	337.438,19	91.535,22	8.568.433,33
2022	402.652,17	327.729,30	74.922,87	8.643.356,20
2023	382.972,82	321.238,56	61.734,26	8.705.090,46
2024	363.191,21	339.976,05	23.215,16	8.728.305,62
2025	336.508,59	337.308,71	-800,12	8.727.505,50
2026	317.018,26	338.443,59	-21.425,33	8.706.080,17
2027	297.093,12	347.642,27	-50.549,15	8.655.531,02
2028	275.354,43	361.536,65	-86.182,22	8.569.348,80
2029	252.741,06	381.659,66	-128.918,60	8.440.430,20
2030	228.720,80	388.605,46	-159.884,66	8.280.545,54
2031	209.291,70	398.366,18	-189.074,48	8.091.471,06
2032	189.521,48	394.549,32	-205.027,84	7.886.443,22
2033	174.531,53	390.291,54	-215.760,01	7.670.683,21
2034	160.272,06	407.554,32	-247.282,26	7.423.400,95
2035	139.720,70	415.184,80	-275.464,10	7.147.936,85
2036	122.628,10	398.754,20	-276.126,10	6.871.810,75
2037	113.712,73	392.839,18	-279.126,45	6.592.684,30
2038	102.005,99	384.298,39	-282.292,40	6.310.391,90
2039	91.657,20	381.107,92	-289.450,72	6.020.941,18
2040	80.061,33	365.680,03	-285.618,70	5.735.322,48
2041	72.944,67	344.722,51	-271.777,84	5.463.544,64
2042	68.201,90	340.696,67	-272.494,77	5.191.049,87
2043	58.372,71	329.584,78	-271.212,07	4.919.837,80
2044	51.329,04	377.047,57	-325.718,53	4.594.119,27
2045	24.871,93	357.547,60	-332.675,67	4.261.443,60
2046	21.138,44	337.712,10	-316.573,66	3.944.869,94
2047	18.026,60	327.306,44	-309.279,84	3.635.590,10
2048	12.147,41	319.431,87	-307.284,46	3.328.305,64
2049	5.780,97	295.232,05	-289.451,08	3.038.854,56
2050	5.499,55	274.988,12	-269.488,57	2.769.365,99
2051	4.333,09	255.846,59	-251.513,50	2.517.852,49
2052	3.274,43	238.081,01	-234.806,58	2.283.045,91
2053	2.202,39	222.479,57	-220.277,18	2.062.768,73
2054	766,01	204.027,49	-203.261,48	1.859.507,25
2055	727,47	186.976,78	-186.249,31	1.673.257,94
2056	690,08	170.894,34	-170.204,26	1.503.053,68
2057	653,79	157.725,11	-157.071,32	1.345.982,36
2058	0,00	143.761,94	-143.761,94	1.202.220,42
2059	0,00	130.651,12	-130.651,12	1.071.569,30
2060	0,00	118.529,18	-118.529,18	953.040,12
2061	0,00	107.104,37	-107.104,37	845.935,75
2062	0,00	96.620,07	-96.620,07	749.315,68
2063	0,00	86.961,53	-86.961,53	662.354,15
2064	0,00	77.970,04	-77.970,04	584.384,11
2065	0,00	69.719,49	-69.719,49	514.664,62
2066	0,00	61.506,47	-61.506,47	453.158,15
2067	0,00	54.452,03	-54.452,03	398.706,12
2068	0,00	48.070,98	-48.070,98	350.635,14
2069	0,00	41.966,58	-41.966,58	308.668,56
2070	0,00	36.897,95	-36.897,95	271.770,61
2071	0,00	32.301,45	-32.301,45	239.469,16
2072	0,00	28.004,00	-28.004,00	211.465,16
2073	0,00	24.036,68	-24.036,68	187.428,48

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	20.601,79	-20.601,79	166.826,69
2075	0,00	17.530,86	-17.530,86	149.295,83
2076	0,00	14.845,39	-14.845,39	134.450,44
2077	0,00	12.557,34	-12.557,34	121.893,10
2078	0,00	10.408,44	-10.408,44	111.484,66
2079	0,00	8.556,98	-8.556,98	102.927,68
2080	0,00	7.017,52	-7.017,52	95.910,16
2081	0,00	5.725,68	-5.725,68	90.184,48
2082	0,00	4.583,16	-4.583,16	85.601,32
2083	0,00	3.589,23	-3.589,23	82.012,09
2084	0,00	2.794,24	-2.794,24	79.217,85
2085	0,00	2.002,66	-2.002,66	77.215,19
2086	0,00	1.535,35	-1.535,35	75.679,84
2087	0,00	1.002,38	-1.002,38	74.677,46
2088	0,00	777,55	-777,55	73.899,91
2089	0,00	604,78	-604,78	73.295,13

Projeção atuarial elaborada em 15/06/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	605,00
Investimentos	605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	605,00
TOTAL	605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	605,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	311.080,00	311.080,00	373.897,24	120,20
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	32.000,00	32.000,00	40.470,41	126,47
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	44.820,88	149,40
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	70.000,00	70.000,00	76.439,74	109,20
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	164.580,00	164.580,00	187.352,86	113,85
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.420,00	2.420,00	3.138,19	129,68
Dívida Ativa dos Impostos	10.880,00	10.880,00	16.545,70	152,07
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.200,00	1.200,00	5.129,46	427,46
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.573.020,00	11.573.020,00	10.409.579,99	89,95
Cota-Parte FPM	7.600.000,00	7.600.000,00	6.739.239,45	88,67
Cota-Parte ITR	18.000,00	18.000,00	12.318,49	68,44
Cota-Parte IPVA	140.000,00	140.000,00	136.052,12	97,18
Cota-Parte ICMS	3.740.000,00	3.740.000,00	3.458.753,08	92,48
Cota-Parte IPI-Exportação	55.660,00	55.660,00	49.420,69	88,79
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.360,00	19.360,00	13.796,16	71,26
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.360,00	19.360,00	13.796,16	71,26
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.884.080,00	11.884.080,00	10.783.477,23	90,74

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	586.688,00	586.688,00	622.040,81	106,03
Provenientes da União	586.688,00	586.688,00	617.309,62	105,22
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	4.731,19	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.000,00	5.000,00	35.880,35	717,61
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	591.690,00	591.690,00	657.921,16	111,19

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	2.821.110,00	3.235.616,75	2.967.278,78	91,71	2.967.278,78	91,71	0,00
Outras Despesas Correntes	877.510,00	1.141.465,11	912.858,87	79,97	912.858,87	79,97	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	80.502,00	276.426,26	203.619,80	73,66	203.619,80	73,66	0,00
Investimentos	80.502,00	276.426,26	203.619,80	73,66	203.619,80	73,66	0,00

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	80.502,00	276.426,26	203.619,80	73,66	203.619,80	73,66	0,00
Investimentos	80.502,00	276.426,26	203.619,80	73,66	203.619,80	73,66	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.901.612,00	3.512.043,01	3.170.898,58	90,29	3.170.898,58	90,29	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	591.690,00	934.546,75	647.795,08	20,43	647.795,08	20,43	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	586.688,00	929.544,75	647.795,08	20,43	647.795,08	20,43	0,00
Recursos de Operações de Crédito	5.002,00	5.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	591.690,00	934.546,75	647.795,08	20,43	647.795,08	20,43	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.309.922,00	2.577.496,26	2.523.103,50	79,57	2.523.103,50	79,57	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (Vi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴							23,40
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h) - (15 x IIIb)/100]							905.581,92

Continuação 3/5

Continuação 4/5

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL					
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
0,00		0,00	0,00	0,00	
0,00		0,00	0,00	0,00	
TOTAL (VIII)					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
-		-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre (l)	% (l/Total l) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "Total i"

Continuação 4/5

Continuação 5/5

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "II" ou com a coluna "III+IV" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K". Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

Macieira, 11/01/2017

Município de Macieira - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		13.671.904,00	
Previsão Atualizada		13.671.904,00	
Receitas Realizadas		14.004.363,88	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		260.347,21	
DESPESAS			
Dotação Inicial		13.671.904,00	
Créditos Adicionais		1.565.611,26	
Dotação Atualizada		15.237.515,26	
Despesas Empenhadas		12.039.312,77	
Despesas Liquidadas		11.535.038,10	
Despesas pagas		11.535.038,10	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		504.274,67	
Superavit Orçamentário		2.469.325,78	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		12.039.312,77	
Liquidadas		11.535.038,10	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		504.274,67	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		12.867.407,87	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.127.940,12	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		388.722,14	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.739.217,98	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-236.559,20
Resultado Primário		0,00	532.610,97
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO			
	803.968,44	2.960,02	520.901,88
	803.968,44	2.960,02	520.901,88
TOTAL:	803.968,44	2.960,02	520.901,88
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.416.228,77	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		844.447,37	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		865.648,00	662.208,83

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Macieira - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)		589.015,00	363.191,21	160.272,06		5.780,97
Despesas Previdenciárias (V)		336.363,06	339.976,05	407.554,32		295.232,05
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		252.651,94	23.215,16	-247.282,26		-289.451,08
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00		0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00		605,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			2.523.103,50	15,00		23,40
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)						0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016(BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO (e) = (e-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
REO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	13.059.000,00	14.609.611,26	2.143.012,03	11.474.322,90	96,31	2.599.935,42	10.970.048,23	95,10	3.639.563,03	504.274,67
Legislativa	668.000,00	668.000,00	181.378,47	636.602,96	5,29	192.998,00	636.602,96	5,52	31.397,04	0,00
Ação Legislativa	668.000,00	668.000,00	181.378,47	636.602,96	5,29	192.998,00	636.602,96	5,52	31.397,04	0,00
Administração	1.680.500,00	1.702.175,41	278.256,51	1.633.915,85	13,57	68.259,56	1.633.915,85	14,16	68.259,56	0,00
Administração Geral	1.680.500,00	1.702.175,41	278.256,51	1.633.915,85	13,57	68.259,56	1.633.915,85	14,16	68.259,56	0,00
Segurança Pública	18.084,00	25.086,81	3.193,20	12.938,59	0,11	4.665,98	12.938,59	0,11	12.148,22	0,00
Policimento	18.084,00	25.086,81	3.193,20	12.938,59	0,11	4.665,98	12.938,59	0,11	12.148,22	0,00
Assistência Social	385.001,00	444.053,02	50.114,79	304.631,56	2,53	76.214,38	304.631,56	0,20	139.421,46	0,00
Assistência ao Idoso	28.000,00	28.000,00	4.759,57	22.573,66	0,19	9.976,07	22.573,66	0,20	5.426,34	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	13.000,00	13.000,00	-2.386,86	10.588,64	0,09	596,81	10.588,64	0,09	2.411,36	0,00
Assistência Comunitária	344.001,00	403.053,02	47.742,08	271.469,26	2,25	65.641,50	271.469,26	2,35	131.593,76	0,00
Previdência Social	492.904,00	492.904,00	89.587,49	388.722,14	3,23	92.711,36	388.722,14	3,37	104.181,86	0,00
Previdência do Regime Estatutário	492.904,00	492.904,00	89.587,49	388.722,14	3,23	92.711,36	388.722,14	3,37	104.181,86	0,00
Saúde	2.740.418,00	3.370.849,01	506.991,26	3.013.061,34	25,03	357.787,67	3.013.061,34	26,12	357.787,67	0,00
Atenção Básica	2.630.472,00	3.219.552,21	498.471,82	2.918.041,36	24,24	687.871,19	2.918.041,36	25,30	301.510,85	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.720,00	7.813,72	0,00	4.636,00	0,04	0,00	4.636,00	0,04	3.177,72	0,00
Vigilância Sanitária	13.420,00	32.668,33	-424,20	25.301,37	0,21	3.873,64	25.301,37	0,22	7.366,96	0,00
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.008,75	0,00	820,19	0,01	0,00	820,19	0,01	14.188,56	0,00
Alimentação e Nutrição	74.805,00	74.805,00	8.943,64	64.262,42	0,53	8.943,64	64.262,42	0,56	10.542,58	0,00
Abastecimento	1.001,00	21.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.001,00	0,00
Educação	2.775.774,00	2.826.728,20	386.803,35	2.425.098,34	20,14	401.629,86	2.396.399,98	20,77	430.328,22	28.698,36
E ensino Fundamental	2.733.774,00	2.784.728,20	386.528,61	2.401.553,76	19,95	557.942,66	2.372.855,40	20,57	411.872,80	28.698,36
E ensino Médio	8.000,00	8.000,00	0,00	7.775,77	0,06	0,00	7.775,77	0,07	224,23	0,00
E ensino Superior	6.000,00	6.000,00	620,00	4.255,20	0,04	620,00	4.255,20	0,04	1.744,80	0,00
Educação Infantil	20.000,00	20.000,00	-345,26	6.713,61	0,06	0,00	6.713,61	0,06	13.286,39	0,00
Educação Especial	8.000,00	8.000,00	0,00	4.800,00	0,04	0,00	4.800,00	0,04	3.200,00	0,00
Cultura	100.000,00	100.000,00	0,00	4.140,00	0,03	0,00	4.140,00	0,04	95.860,00	0,00
Difusão Cultural	100.000,00	100.000,00	0,00	4.140,00	0,03	0,00	4.140,00	0,04	95.860,00	0,00
Urbanismo	352.645,00	1.033.315,10	304.012,11	614.251,21	5,10	83.472,34	283.584,91	2,46	749.730,19	330.666,30
Infra-Estrutura Urbana	70.002,00	705.672,10	351.978,51	351.978,51	2,92	21.312,21	21.312,21	0,18	684.359,89	330.666,30
Serviços Urbanos	282.643,00	327.643,00	-47.966,40	262.272,70	2,18	62.160,13	262.272,70	2,27	65.370,30	0,00
Habituação	11.201,00	11.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.201,00	0,00
Habituação Urbana	11.201,00	11.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.201,00	0,00
Saneamento	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00	0,00
Saneamento Básico Rural	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00	0,00
Gestão Ambiental	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00
Agricultura	975.001,00	1.056.021,41	155.843,98	912.780,26	7,58	187.041,12	912.780,26	7,91	143.241,15	0,00
Extensão Rural	25.001,00	5.001,00	0,00	2.500,00	0,02	2.500,00	2.500,00	0,02	2.501,00	0,00
Produção Industrial	950.000,00	1.051.020,41	155.843,98	910.280,26	7,96	184.541,12	910.280,26	7,89	140.740,15	0,00
Indústria	5.001,00	5.001,00	0,00	4.000,00	0,03	0,00	4.000,00	0,03	1.001,00	0,00
Promoção Industrial	5.001,00	5.001,00	0,00	4.000,00	0,03	0,00	4.000,00	0,03	1.001,00	0,00
Comércio e Serviços	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00	0,00
Turismo	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Transporte	13.059.000,00	14.609.611,26	2.143.012,03	11.474.322,90	95,31	2.599.935,42	10.970.048,23	3.639.563,03	504.274,67
Transporte Rodoviário	1.391.918,00	1.390.473,30	162.106,27	1.151.556,47	9,56	235.479,26	1.142.456,47	248.016,83	9.100,00
Transporte e Lazer	1.391.918,00	1.390.473,30	162.106,27	1.151.556,47	9,56	235.479,26	1.142.456,47	248.016,83	9.100,00
Desporto e Lazer	175.001,00	275.001,00	18.314,94	194.834,96	1,62	38.692,73	59.024,97	215.976,03	135.810,01
Desporto Comunitário	175.001,00	275.001,00	18.314,94	194.834,96	1,62	38.692,73	59.024,97	215.976,03	135.810,01
Encargos Especiais	273.000,00	194.250,00	6.409,66	177.789,20	1,48	27.430,40	177.789,20	16.460,80	0,00
Outros Encargos Especiais	273.000,00	194.250,00	6.409,66	177.789,20	1,48	27.430,40	177.789,20	16.460,80	0,00
Reserva de Contingência	1.006.050,00	1.006.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.006.050,00	0,00
Reserva de Contingência	1.006.050,00	1.006.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.006.050,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
Legislativa	12.000,00	627.904,00	128.035,61	564.989,87	4,69	128.944,49	564.989,87	62.914,13	0,00
Ação Legislativa	12.000,00	12.000,00	2.246,94	11.342,98	0,09	3.155,82	11.342,98	657,02	0,00
Administração	52.000,00	52.000,00	10.048,71	41.279,29	0,34	10.048,71	41.279,29	10.720,71	0,00
Administração Geral	52.000,00	52.000,00	10.048,71	41.279,29	0,34	10.048,71	41.279,29	10.720,71	0,00
Saúde	260.000,00	260.000,00	54.516,44	240.689,66	2,00	54.516,44	240.689,66	19.300,34	0,00
Atenção Básica	260.000,00	260.000,00	54.516,44	240.689,66	2,00	54.516,44	240.689,66	19.300,34	0,00
Educação	162.904,00	175.904,00	37.524,89	164.222,71	1,36	37.524,89	164.222,71	11.681,29	0,00
E Ensino Fundamental	162.904,00	175.904,00	37.524,89	164.222,71	1,36	37.524,89	164.222,71	11.681,29	0,00
Agricultura	56.000,00	58.000,00	12.735,59	56.424,77	0,47	12.735,59	56.424,77	1.575,23	0,00
Produção Industrial	96.000,00	70.000,00	10.963,04	51.020,46	0,42	10.963,04	51.020,46	1.575,23	0,00
Transporte	70.000,00	70.000,00	10.963,04	51.020,46	0,42	10.963,04	51.020,46	18.979,54	0,00
Transporte Rodoviário	70.000,00	70.000,00	10.963,04	51.020,46	0,42	10.963,04	51.020,46	18.979,54	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.671.904,00	15.237.515,26	2.271.047,64	12.039.312,77	100,00	2.728.879,91	11.535.038,10	3.702.477,16	504.274,67

FONTE:

Madeira, 11/01/2017

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDENAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por consistir no orçamento.

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jan/2016	Feb/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.246.612,33	1.294.902,29	1.034.396,47	1.063.529,06	1.619.925,58	1.018.467,59	1.104.162,81	1.072.945,41	923.706,01	1.087.035,15	1.510.398,59	2.176.885,62	15.232.886,91
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.161,69	10.886,76	24.657,78	31.895,58	40.883,15	41.883,42	20.709,46	317.033,12	25.923,07	13.833,50	60.734,90	38.394,47	359.665,90
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	13.995,62	16.918,18	5.378,90	3.672,51	0,00	0,00	469,69	0,00	66,51	40.470,41
I.R.F.	10.753,70	4.922,73	18.773,59	11.649,84	6.912,38	23.229,28	6.506,50	20.188,41	14.145,75	-120,00	36.749,65	30.851,03	187.352,86
I.S.S.	3.366,51	1.770,25	4.785,38	2.828,42	6.914,55	4.322,46	6.270,05	11.055,90	11.320,74	3.123,36	13.477,79	7.204,43	76.433,74
I.T.B.I.	0,00	0,00	990,94	3.119,57	9.923,04	5.942,80	4.030,81	0,00	0,00	10.210,47	10.316,25	585,00	44.820,88
Outras Receitas Tributárias	4.041,48	4.193,78	117,87	332,13	0,00	309,98	229,59	478,81	456,58	155,08	189,21	76,50	10.993,01
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.265,16	21.206,09	24.665,34	24.607,14	24.634,25	25.178,64	25.114,57	24.670,22	26.180,22	24.785,36	24.810,67	47.012,75	319.121,41
RECEITA PATRIMONIAL	153.325,88	149.290,68	166.922,39	88.842,13	178.991,28	113.400,39	136.676,22	118.369,24	59.980,20	82.785,30	50.114,73	165.048,23	1.461.686,67
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.619,60	7.663,19	3.404,70	3.314,10	1.986,55	4.040,91	622,45	2.683,53	2.733,30	2.722,20	537,05	1.830,40	35.156,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.041.109,30	1.090.902,55	808.086,26	907.847,71	1.296.542,53	820.064,42	966.902,06	884.952,39	879.215,42	961.379,87	1.368.195,03	1.916.402,35	12.571.599,89
Cota-Parte do FPM	663.119,36	663.119,36	386.716,95	471.611,14	627.129,00	518.110,14	375.633,93	465.640,62	378.821,49	469.846,52	638.988,98	1.031.885,33	6.736.239,45
Cota-Parte do ICMS	330.036,94	299.321,32	272.382,28	285.797,76	386.303,95	146.478,52	276.201,86	294.707,99	294.707,99	304.858,10	235.084,64	324.763,66	3.740.000,00
Cota-Parte do IPVA	3.715,73	8.335,71	13.653,30	14.315,80	15.888,06	14.904,81	10.272,91	10.382,50	10.170,65	12.303,46	12.455,88	9.730,11	136.052,12
Cota-Parte do ITR	1.585,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,91	1.390,53	9.290,72	0,00	13,44	12.316,49
Outras Transferências Correntes	91.907,09	76.853,62	45.675,27	52.677,50	180.835,41	59.439,48	255.542,66	54.399,39	110.808,39	80.414,55	126.577,81	442.389,16	1.577.521,43
Transferências de LC 61/1989	5.161,33	4.001,57	3.905,78	4.008,70	4.552,20	2.708,33	3.680,46	3.719,06	4.072,60	4.304,53	4.488,57	4.788,06	48.420,69
Transferências de LC 87/1996	1.149,68	1.149,68	1.149,68	1.149,68	1.149,68	1.149,68	1.149,68	1.149,68	1.149,68	1.149,68	1.149,68	1.149,68	19.360,00
Transferências do FUNDEB	85.611,55	78.121,29	74.692,00	76.267,13	80.674,23	77.272,96	74.416,56	76.607,17	78.292,89	89.205,31	89.439,47	101.674,91	984.498,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.130,70	14.953,02	6.660,00	7.022,40	79.063,82	13.919,81	4.138,05	10.566,91	-70.324,20	1.522,92	6.006,21	7.997,42	86.657,06
DEDUÇÕES (II)	196.461,75	205.447,12	169.747,18	177.349,96	229.272,63	158.926,66	155.567,87	172.787,36	161.490,97	180.579,67	252.569,90	315.277,97	2.594.694,04
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	23.783,67	18.261,96	22.203,53	21.973,47	22.266,17	22.259,40	22.179,84	21.999,24	23.429,45	22.228,01	22.134,50	44.317,95	287.035,19
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	172.678,08	187.185,16	137.543,65	155.376,49	207.006,46	136.670,26	133.388,03	150.788,12	138.062,52	158.351,66	230.435,40	270.960,02	2.314.634,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.050.150,58	1.089.455,17	864.649,29	886.179,10	1.390.652,95	859.540,93	1.028.594,94	900.158,05	762.217,04	906.455,48	1.257.828,69	1.861.607,65	12.778.982,00
FONTE													
Macieira, 11/01/2017													

EMERSON ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

EDMAR NICOLAU KUHN
 DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES	880.000,00	880.000,00	1.567.585,78	1.036.753,14
Receita de Contribuições dos Segurados	880.000,00	880.000,00	1.567.585,78	1.036.753,14
Pessoal Civil	280.000,00	280.000,00	287.035,19	264.823,99
Ativo	280.000,00	280.000,00	287.035,19	264.823,99
Inativo	270.000,00	270.000,00	265.708,33	264.823,99
Pensionista	10.000,00	10.000,00	21.326,86	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	600.000,00	600.000,00	1.280.550,59	771.929,15
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	600.000,00	600.000,00	1.280.550,59	771.929,15
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	612.904,00	612.904,00	560.354,34	515.852,05
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.492.904,00	1.492.904,00	2.127.940,12	1.552.605,19

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	492.904,00	492.904,00	388.722,14	268.852,49	388.722,14	265.892,49	0,00	2.960,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	18.952,89	0,00	15.992,89	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	18.952,89	0,00	15.992,89	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
PREVIDÊNCIA SOCIAL	492.904,00	492.904,00	388.722,14	249.899,60	388.722,14	249.899,60	0,00	2.960,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	327.107,82	249.899,60	327.107,82	249.899,60	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	277.665,86	211.968,77	277.665,86	211.968,77	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	49.441,96	37.930,83	49.441,96	37.930,83	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	492.904,00	492.904,00	61.614,32	0,00	61.614,32	0,00	0,00	2.960,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	492.904,00	492.904,00	61.614,32	0,00	61.614,32	0,00	0,00	2.960,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	492.904,00	492.904,00	388.722,14	268.852,49	388.722,14	265.892,49	0,00	2.960,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	1.739.217,98	1.286.712,70	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								1.000.000,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Caixa		
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	4.392.958,01	3.334.153,13
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00
	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	RECETAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		Até o Bimestre/2016
		Até o Bimestre/2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	612.904,00	560.354,34
Recarga de Contribuições Patronais	612.904,00	560.354,34
Pessoal Civil	612.904,00	560.354,34
Ativo	612.904,00	560.354,34
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	612.904,00	560.354,34
		515.852,05

Continua 3/4

Município de Macieira - SC
 Continuação 4/4
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Macieira, 11/01/2017

EMERSON ZANELLA PREFEITO MUNICIPAL	EDEMAR NICOLAU KUHN DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE
---------------------------------------	---

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	27.984,43	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.305.855,42	1.043.340,01	1.514.430,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.305.855,42	1.161.596,32	1.514.430,19
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	118.256,31	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.277.870,99	-1.043.340,01	-1.514.430,19
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.277.870,99	-1.043.340,01	-1.514.430,19

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
VALOR	-471.090,18	-236.559,20

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	6.099.713,24	7.349.293,17	7.349.293,17
Passivo Atuarial	6.099.713,24	7.349.293,17	7.349.293,17
DEDUÇÕES (VIII)	7.422.010,69	8.914.237,74	9.161.228,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.334.153,13	4.219.531,30	4.392.958,01
Investimentos	4.087.857,56	4.694.706,44	4.768.270,66
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-1.322.297,45	-1.564.944,57	-1.811.935,50
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-1.322.297,45	-1.564.944,57	-1.811.935,50

FONTE:

Macieira, 11/01/2017

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.955.576,00	12.253.110,73	10.809.307,32
Recetta Tributária	342.440,00	359.666,90	255.780,05
I.P.T.U.	32.000,00	40.470,41	30.777,82
I.S.S.	70.000,00	76.439,74	56.365,83
I.T.B.I.	30.000,00	44.820,88	21.215,21
I.R.R.F.	164.560,00	187.352,86	137.742,76
Outras Receitas Tributárias	45.880,00	10.583,01	9.678,43
Recetta de Contribuição	942.904,00	879.475,75	816.842,35
Receitas Previdenciárias	892.904,00	847.389,53	780.676,04
Outras Contribuições	50.000,00	32.086,22	35.966,31
Recetta Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	716.310,00	1.461.819,68	924.650,56
(-) Aplicações Financeiras	716.310,00	1.461.819,68	924.650,56
Transferências Correntes	11.543.134,00	10.893.154,04	9.605.916,68
F.P.M.	6.080.000,00	5.394.859,42	4.713.012,29
I.P.V.A.	112.000,00	108.842,62	103.579,33
I.C.M.S.	2.992.000,00	2.767.003,68	2.616.643,66
Convênios	106.000,00	94.896,97	151.303,22
Outras Transferências Correntes	2.253.134,00	2.527.551,35	2.021.378,18
Demais Receitas Correntes	127.098,00	120.814,04	130.968,24
Dívida Ativa	12.090,00	16.545,70	9.370,13
Diversas Receitas Correntes	115.008,00	104.268,34	121.598,11
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18,00	289.433,47	848.715,96
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	289.433,47	848.715,96
Convênios	18,00	289.433,47	848.715,96
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	289.433,47	848.715,96
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.955.594,00	12.542.544,20	11.658.023,28

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.703.608,43	11.173.664,77	10.211.080,57	11.164.564,77	10.128.293,63	9.100,00	82.786,94
Pessoal e Encargos Sociais	6.923.638,59	6.728.508,76	5.803.679,58	6.728.508,76	5.803.679,58	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.400,00	1.395,11	5.293,33	1.395,11	5.293,33	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.778.569,84	4.443.760,90	4.402.107,66	4.434.660,90	4.319.320,72	9.100,00	82.786,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.702.208,43	11.172.269,66	10.205.787,24	11.163.169,66	10.123.000,30	9.100,00	82.786,94
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.527.856,83	865.648,00	1.760.001,70	370.473,33	1.038.820,20	495.174,67	721.181,50
Investimentos	1.497.656,83	837.663,57	1.678.952,12	342.488,90	967.770,62	495.174,67	721.181,50
Inversões Financeiras	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	28.000,00	27.984,43	81.049,58	27.984,43	81.049,58	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.498.856,83	837.663,57	1.678.952,12	342.488,90	957.770,62	495.174,67	721.181,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.006.050,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	15.208.115,26	12.009.933,23	11.884.739,36	11.505.658,56	11.080.770,92	504.274,67	803.968,44
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.252.521,26	532.610,97	-226.716,08	1.036.885,64	577.252,36	12.038.269,53	10.854.054,84
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	260.347,21	639.980,90	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	260.347,21	542.814,37	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	97.166,53	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						0,00	

FONTE:

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVENBRO - DEZEMBRO

Macieira, 11/01/2017

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	311.060,00	311.060,00	373.897,24	120,20
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	45.300,00	45.300,00	61.667,21	136,13
1.1.1- IPTU	32.000,00	32.000,00	40.470,41	126,47
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.420,00	2.420,00	3.138,19	129,68
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	9.680,00	9.680,00	12.929,15	133,57
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.200,00	1.200,00	5.129,46	427,46
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	44.820,88	149,40
1.2.1- ITBI	30.000,00	30.000,00	44.820,88	149,40
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	71.200,00	71.200,00	80.056,29	112,44
1.3.1- ISS	70.000,00	70.000,00	76.439,74	109,20
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	3.616,55	301,38
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	164.560,00	164.560,00	187.352,86	113,85
1.4.1- IRRF	164.560,00	164.560,00	187.352,86	113,85
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.573.020,00	11.573.020,00	10.409.579,99	89,95
2.1- Cota-Parte FPM	7.600.000,00	7.600.000,00	6.739.239,45	88,67
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.600.000,00	7.600.000,00	6.739.239,45	88,67
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.740.000,00	3.740.000,00	3.458.753,08	92,48
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	19.360,00	19.360,00	13.796,16	71,26
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	55.660,00	55.660,00	49.420,69	88,79
2.5- Cota-Parte ITR	18.000,00	18.000,00	12.318,49	68,44
2.6- Cota-Parte IPVA	140.000,00	140.000,00	136.052,12	97,18
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.884.080,00	11.884.080,00	10.783.477,23	90,74

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	124.410,00	124.410,00	138.873,77	111,63
5.1- Transferências do Salário-Educação	99.000,00	99.000,00	112.392,42	113,53
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	24.200,00	24.200,00	23.178,00	95,78
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.210,00	1.210,00	3.303,35	273,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	70.002,00	70.002,00	235.388,74	336,26
6.1- Transferências de Convênios	70.002,00	70.002,00	235.388,74	336,26
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	324.115,00	324.115,00	510.959,75	157,65
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	518.527,00	518.527,00	885.222,26	170,72

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.314.604,00	2.314.604,00	2.078.445,85	89,80
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.520.000,00	1.520.000,00	1.344.380,03	88,45
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	748.000,00	748.000,00	691.749,40	92,48
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.872,00	3.872,00	2.759,16	71,26
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.132,00	11.132,00	9.884,10	88,79
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.600,00	3.600,00	2.463,66	68,44
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	28.000,00	28.000,00	27.208,50	97,18
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	904.840,00	904.840,00	994.273,18	109,88
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	900.000,00	900.000,00	984.498,47	109,39
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.840,00	4.840,00	9.774,71	201,96
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.414.604,00	-1.414.604,00	-1.093.947,38	77,33
DECRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	812.904,00	854.282,95	844.447,37	98,85	844.447,37	98,85	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	812.904,00	854.282,95	844.447,37	98,85	844.447,37	98,85	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	91.936,00	147.936,00	135.155,53	91,36	135.155,53	91,36	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	91.936,00	147.936,00	135.155,53	91,36	135.155,53	91,36	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	904.840,00	1.002.218,95	979.602,90	97,74	979.602,90	97,74	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							979.602,90
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							84,93
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							13,59
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,48
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³		2.971.020,00		2.971.020,00	2.695.869,31	90,74	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	20.000,00	20.000,00	6.713,61	33,57	6.713,61	33,57	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.681.256,00	2.631.634,95	2.325.342,49	86,36	2.325.342,49	86,36	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	904.840,00	1.002.218,95	979.602,90	97,74	979.602,90	97,74	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.776.416,00	1.629.416,00	1.345.739,59	82,59	1.345.739,59	82,59	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.701.256,00	2.651.634,95	2.332.056,10	87,95	2.332.056,10	87,95	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.093.947,38
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							9.774,71
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-1.084.172,67
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							3.416.228,77
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							31,68

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	100.210,00	124.450,05	107.688,33	86,53	107.688,33	86,53	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	212.015,00	301.350,20	213.839,04	70,96	185.140,68	61,44	28.698,36
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	312.225,00	425.800,25	321.527,37	75,51	292.829,01	68,77	28.698,36
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.013.481,00	3.077.435,20	2.653.583,47	86,23	2.624.885,11	85,29	28.698,36

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		984.498,47	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		9.774,71	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		994.273,18	0,00

Maceira, 11/01/2017

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS			
DESPESAS DE CAPITAL	1.527.856,83	370.473,33	495.174,67
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.527.856,83	370.473,33	495.174,67
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.527.856,83	-	-662.208,83

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 02/2017

PORTARIA Nº 02/2017, de 10 de janeiro de 2017
EXONERA ASSESSOR JURÍDICO

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LUIZ FERNANDO FLORES FILHO, do cargo comissionado de Assessor Jurídico, nomeado pela Portaria nº 33 de 22.04.2015, a partir do dia 11 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 10 de janeiro de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

PORTARIA Nº 03/2017

PORTARIA Nº 03/2017, de 10 de janeiro de 2017
EXONERA ASSESSORA DE IMPRENSA

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANA PAULA PIGATTO WERNER, do cargo comissionado de Assessora de Imprensa, nomeada pela Portaria nº 12 de 03.02.2014, a partir do dia 11 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 10 de janeiro de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

PORTARIA Nº 04/2017

PORTARIA Nº 04/2017, de 10 de janeiro de 2017
EXONERA DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JEFFERSON REGI, do cargo comissionado de Diretor Administrativo e Financeiro, nomeado pela Portaria nº 24 de 01.04.2016, a partir do dia 11 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 10 de janeiro de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

PORTARIA Nº 05/2017

PORTARIA Nº 05/2017, de 10 de janeiro de 2017
EXONERA ASSESSOR LEGISLATIVO

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CLEITON PIGATTO, do cargo comissionado de Assessor Legislativo, nomeado pela Portaria nº 23 de 01.04.2016, a partir do dia 11 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 10 de janeiro de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

PORTARIA Nº 06/2017

PORTARIA Nº 06/2017, de 10 de janeiro de 2017
EXONERA ASSESSOR LEGISLATIVO

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EMÍLIO MANCHENHO, do cargo comissionado de Assessor Legislativo, nomeado pela Portaria nº 27 de 15.04.2016, a partir do dia 11 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 10 de janeiro de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

PORTARIA Nº 07/2017

PORTARIA Nº 07/2017, de 10 de janeiro de 2017
EXONERA ASSESSORA LEGISLATIVA

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FABIANE FASZANK, do cargo comissionado de Assessora Legislativa, nomeada pela Portaria nº 02 de 09.01.2015, a partir do dia 11 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 10 de janeiro de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

Maracajá

PREFEITURA

PORTARIA 02/2017

Portaria Nº 002, de 2 de janeiro de 2017.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, O SERVIDOR CLEIR ROCHA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso da competência que lhe confere a Lei 831 de 25 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor CLEIR ROCHA, CPF 636.852.489-87, matrícula 1004, nascido em 2 de agosto de 1965, nomeado para exercer o cargo em comissão de Administrador do Parque Ecológico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 220/2010 e a Portaria Nº 205/2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 03/2017

Portaria Nº 003, de 2 de janeiro de 2017.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, A SERVIDORA RENATA DAROS MINATTO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e 427 de 7 de outubro de 1997, e em concordância com o Decreto 257 de 13 de agosto de 2010, de conformidade com o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora RENATA DAROS MINATTO, CPF 003.397.579-57, matrícula 1034, nascida em 8 de setembro de 1979, nomeada para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial as Portarias nº 281/2010 e 297/2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 04/2017

Portaria Nº 004, de 2 de janeiro de 2017.

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 831 de 25 de fevereiro de 2011, em concordância com a Lei Municipal nº 955 de 10 de outubro de 2011 e de conformidade com o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora pública nomeada para exercer o cargo em comissão de Diretora de Escola, ROSINÉIA APARECIDA GONÇALVES, CPF 775.469.899-49, matrícula Nº 1469, nascida em 17 de fevereiro de 1975.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 074/2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 05/2017

Portaria Nº 005, de 2 de janeiro de 2017.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, O SERVIDOR TIAGO HERCILIO DE SOUZA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis Nº 426 e 427 de 07 de outubro de 1997, e de conformidade com os incisos V e VII, do Art 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor TIAGO HERCILIO DE SOUZA, CPF 345.018.439-34, matrícula 1607, nascido em 9 de abril de 1948, nomeado para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 248/2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 06/2017

Portaria Nº 006, de 2 de janeiro de 2017.
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 831 de 25 de fevereiro de 2011, em concordância com a Lei Municipal nº 955 de 10 de outubro de 2011 e de conformidade com o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora pública nomeada para exercer o cargo em comissão de Diretora de Escola, SILVANA LAURENTINO COSTA, CPF 016.576.969-60, matrícula Nº 2220, nascida em 14 de novembro de 1974.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 453/2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 07/2017

Portaria Nº 007, de 2 de janeiro de 2017.

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 831 de 25 de fevereiro de 2011, em concordância com a Lei Municipal nº 955 de 10 de outubro de 2011 e de conformidade com o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora pública nomeada para exercer o cargo em comissão de Diretora de Escola, CLEIANE PEREIRA DE SOUZA SERAFIM, CPF 032.087.089-80, matrícula Nº 1955, nascida em 27 de julho de 1981.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 105/2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 08/2017

Portaria Nº 008, de 2 de janeiro de 2017.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, A SERVIDORA ITAIONARA TRAMONTIN RECCO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso da competência que lhe confere as Leis nº 426 e 427 de 7 de outubro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora MAISE DE OLIVEIRA CAPELA, CPF 063.920.479-13, matrícula 2211, nascida em 3 de agosto de 1988, nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessor Contábil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 387/2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 09/2017

Portaria Nº 009, de 2 de janeiro de 2017.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, O SERVIDOR ALCIONI LUIZ ROCHA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis Nº 426 e 427 de 07 de outubro de 1997, e de conformidade com os incisos V e VII, do Art 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor ALCIONI LUIZ ROCHA, CPF 482.263.199-00, matrícula 1817, nascido em 20 de julho de 1956, nomeado para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 205/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 10/2017

Portaria Nº 010 de 2 de janeiro de 2017.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, O SERVIDOR VILMAR LEANDRO, COM RETORNO AO SEU CARGO EFETIVO DE MOTORISTA DE AMBULÂNCIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e nº 427 de 7 de outubro de 1997, em conformidade com a Lei nº 1039 de 15 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015 e com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor VILMAR LEANDRO, CPF 887.404.719-34, nascido em 2 de julho de 1972, nomeado para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Saúde, retornando ao seu cargo efetivo de Motorista de Ambulância com as devidas vantagens inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a

Portaria 548 de 12 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

PORTARIA 11/2017

Portaria Nº 011 de 2 de janeiro de 2017.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, O SERVIDOR EDINEI PEDRO ROCHA, COM RETORNO AO SEU CARGO EFETIVO DE AGENTE DE ESPORTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e nº 427 de 7 de outubro de 1997, em conformidade com a Lei nº 1039 de 15 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015 e com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor EDINEI PEDRO ROCHA, CPF 032.739.699-70, nascido em 22 de abril de 1981, nomeado para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Esportes, retornando ao seu cargo efetivo de Agente de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 313 de 13 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

PORTARIA 12/2017

Portaria Nº 012 de 2 de janeiro de 2017.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, O SERVIDOR DILNEI FAUSTO BORGES, COM RETORNO AO SEU CARGO EFETIVO DE MOTORISTA DE AUTOMÓVEL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e nº 427 de 7 de outubro de 1997, em conformidade com a Lei nº 1039 de 15 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015 e com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor DILNEI FAUSTO BORGES, CPF 578.565.409-15, nascido em 9 de agosto de 1965, nomeado para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Turismo, retornando ao seu cargo efetivo de Motorista de Automóvel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 306 de 5 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

PORTARIA 13/2017

Portaria Nº 013 de 2 de janeiro de 2017.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, A SERVIDORA ELINÉIA ACORDI DORDET, COM RETORNO AO SEU CARGO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e nº 427 de 7 de outubro de 1997, em conformidade com a Lei nº 1039 de 15 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015 e com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora ELINÉIA ACORDI DORDET, CPF 518.438.979-20, nascida em 2 de julho de 1965, nomeada para exercer o cargo em comissão de Diretor de Escola, retornando ao seu cargo efetivo de Agente Administrativo Escolar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 134 de 29 de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

PORTARIA 14/2017

Portaria Nº 014 de 2 de janeiro de 2017.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, O SERVIDOR RENAN MACHADO FREGULIA, COM RETORNO AO SEU CARGO EFETIVO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e nº 427 de 7 de outubro de 1997, em conformidade com a Lei nº 1039 de 15 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015 e com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor RENAN MACHADO FREGULIA, CPF 078.876.149-88, nascido em 15 de outubro de 1991, nomeado para exercer o cargo em comissão de Controlador Interno, retornando ao seu cargo efetivo de Técnico Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 265 de 15 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

PORTARIA 15/2017

PORTARIA Nº. 015 DE 2 DE JANEIRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam:

Eloir Ribeiro, ocupante do Cargo de Médico Ginecologista, referente ao período aquisitivo de 1º/4/2015 a 31/3/2016, com gozo em 9/1/2017 e término em 7/2/2017.

Hugo Daniel da Silva, ocupante do Cargo de Psicólogo, referente ao período aquisitivo de 1º/4/2015 a 31/3/2016, com gozo em 9/1/2017 e término em 7/2/2017.

Paulo Roberto Dal Forno, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta, referente ao período aquisitivo de 9/5/2014 a 8/5/2015, com gozo em 9/1/2017 e término em 7/2/2017.

Vanilda Carradore de Oliveira, ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo de 19/4/2015 a 18/4/2016, com gozo em 9/1/2017 e término em 7/2/2017.

Rosilane Dassoler da Silva Valério, ocupante do Cargo de Enfermeiro, referente ao período aquisitivo de 8/9/2015 a 7/9/2016, com gozo em 9/1/2017 e término em 7/2/2017.

Simone Costa Martinello, ocupante do Cargo de Faxineira/Copeira, referente ao período aquisitivo de 7/5/2013 a 6/5/2014, com gozo em 9/1/2017 e término em 7/2/2017.

Adair Justino, ocupante do Cargo de Motorista de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 17/2/2016 a 16/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Antonio Rocha Teza, ocupante do Cargo de Motorista de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 2/2/2015 a 1º/2/2016, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Sovenir Gonçalves Pedro, ocupante do Cargo de Motorista de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 2/5/2015 a 1º/5/2016, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Ademir Francisco de Oliveira, ocupante do Cargo de Motorista de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 14/7/2015 a 13/7/2016, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Manoel Jacobs, ocupante do Cargo de Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 2/3/2015 a 1º/3/2016, com gozo em 16/1/2017 e término em 14/2/2017.

Odécia Almeida de Souza, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 30/12/2015 a 29/12/2016, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Rosimar Martinelli, ocupante do Cargo Professor, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Bibianna Martins Marinho, ocupante do Cargo de Fonoaudiólogo, referente ao período aquisitivo de 10/6/2014 a 9/6/2015, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Adelaide Celestina Barbosa dos Santos, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Ademir Felipe Josefino, ocupante do Cargo de Motorista de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Aguinaldo Pedro de Souza, ocupante do Cargo de Motorista de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Andréia Valeriano Figueredo Leandro, ocupante do Cargo de

Professor, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Andreza Resende da Rocha, ocupante do Cargo de Servente de Escola, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Bruna dos Santos, ocupante do Cargo de Técnico Pedagógico, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Camila Rocha, ocupante do Cargo de Servente de Escola, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Carla Gomes, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Carla Viviane Darós Scardueli, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 11/2/2016 a 10/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Caroline Américo de Souza, ocupante do Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Cirlene Maria Barcelos Schaeffer, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 13/2/2015 a 12/2/2016, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Cristiane Sant'Ana, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 5/3/2016 a 4/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Cristiane Ferreira Maffioletti, ocupante do Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Cristina Farias de Souza, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Daiane Martins Gomes dos Santos, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao período aquisitivo de 18/10/2016 a 17/10/2017, com gozo em 10/1/2017 e término em 8/2/2017.

Danubia Rocha de Oliveira de Araujo, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Daniela Pereira Possamai, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Danieli Rocha de Oliveira, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

David Flores de Bittencourt, ocupante do Cargo de Motorista de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 6/6/2016 a 5/6/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Diorgines Rodrigues Nogueira, ocupante do Cargo de Motorista de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 17/2/2016 a 16/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Ediane Pavei Fontana, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 1º/2/2016 a 31/1/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Eliete Borges Resende, ocupante do Cargo de Servente de Escola, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Elinéia Acordi Dordet, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Escolar, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Elizete Leandro, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 12/2/2016 a 11/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Elisangela dos Santos, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Enedir Manoel Monteiro, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Erivelton da Silva Luiz, ocupante do Cargo de Motorista de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 17/2/2016 a 16/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Gessica Pereira Velho, ocupante do Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Giane da Rocha Pietsch, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 2/7/2016 a 1º/7/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Gilberto Candeo Pawlowski, ocupante do Cargo de Monitor de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 17/2/2016 a 16/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Greici Martins, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Escolar, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Iolanda da Silva Garcia, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Izabel de Almeida Souza, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 4/4/2015 a 3/4/2016, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Janaina Ramos, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 28/3/2015 a 27/3/2016, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

José Adelino Waterkemper, ocupante do Cargo de Motorista de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 4/5/2016 a 3/5/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Joseli Elisabete Krutli, ocupante do Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 17/2/2016 a 11/5/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Josiane da Silva da Silva, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 13/2/2016 a 12/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Jucelia de Oliveira Nazario de Almeida, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Jucélia Noemia Estevam, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 2/12/2015 a 1º/12/2016, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Juliana Dassoler da Silva, ocupante do Cargo de Técnico Pedagógico, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Juliana Nichele Venzon, ocupante do Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Karina Nunes de Medeiros, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 17/2/2016 a 16/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Kelen Borges de Souza Machado, ocupante do Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Luciane Lemos Mondardo, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 10/4/2012 a 9/4/2013, com gozo em 7/1/2017 e término em 5/2/2017.

Luciane Claudino Alixandrino, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 17/2/2016 a 16/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Luciane Ronchi Valnier, ocupante do Cargo de Técnico Pedagógico, referente ao período aquisitivo de 2/8/2016 a 1º/8/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Lucio Vanio Moraes, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 17/2/2016 a 16/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Luiz Vanderlei Santos da Silva, ocupante do Cargo de Motorista de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Luzia Estela de Oliveira Pedroso, ocupante do Cargo de Técnico Pedagógico, referente ao período aquisitivo de 1º/2/2016 a

31/1/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Maria Eliete Martinello dos Santos, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 6/10/2016 a 5/10/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Maria Doralice de Jesus, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 5/2/2016 a 4/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Maria Helena Medeiros dos Santos, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 22/8/2014 a 21/8/2015, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Maria Helena Pereira Marques, ocupante do Cargo de Auxiliar de Bibliotecário, referente ao período aquisitivo de 9/2/2014 a 8/2/2015, com gozo em 5/1/2017 e término em 3/2/2017.

Maria Juliani Peruchi Monteiro, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Maria Karina Waterkemper, ocupante do Cargo de Monitor de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 17/2/2016 a 16/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Maria Mizegenski Bonfante, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao período aquisitivo de 16/3/2016 a 15/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Mariane Rocha Niehues Gonçalves, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 17/2/2016 a 16/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Marli de Fátima Leite Diotti, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Mercedes Nazario Farias, ocupante do Cargo de Técnico Pedagógico, referente ao período aquisitivo de 30/12/2015 a 29/12/2016, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Michele Goulart da Rocha Nolla, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Naiara dos Anjos de Freitas, ocupante do Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Nerci João Borges, ocupante do Cargo de Motorista de Ônibus, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Roberto Delfino Silva, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Roseli de Souza Pedro, ocupante do Cargo de Servente de Escola, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Rosane João Gonçalves, ocupante do Cargo de Servente de Escola, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Rosane Rocha, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Samara da Silva, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Sandra Maria Souza, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 3/2/2016 a 2/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Sandra Regina Pedro, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Silvana Estacio, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 5/2/2016 a 4/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Silvana Rocha, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Simone Freitas Bitencourt, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, referente ao período aquisitivo de 30/12/2015

a 29/12/2016, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Simone Amanda Dias, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 17/2/2016 a 16/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Solangela Maria Custódio, ocupante do Cargo de Merendeira, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Suelin Réus da Rocha, ocupante do Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Suzana Garcia da Rocha, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 12/8/2016 a 11/8/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Tamires Grigio Waterkemper, ocupante do Cargo de Servente de Escola, referente ao período aquisitivo de 4/3/2016 a 3/3/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Tatiane Maria Pereira, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 13/2/2016 a 12/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Vanderléia Aparecida Jacintho Rossa, ocupante do Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 11/9/2015 a 10/9/2016, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Vanessa de Faveri da Silva, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, referente ao período aquisitivo de 13/2/2016 a 12/2/2017, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Viviane Carradore Dagostim, ocupante do Cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 30/12/2015 a 29/12/2016, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Alex Moreira, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, referente ao período aquisitivo de 2/2/2016 a 1º/2/2017, com gozo em 11/1/2017 e término em 9/2/2017.

Rosane Roldão de Faveri, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 18/3/2015 a 17/3/2016, com gozo em 2/1/2017 e término em 31/1/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 2 de janeiro de 2017.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

DCP 2016



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 82.915.026/0001-24 Número do acordo: 00014/2017 Data de consolidação do Termo: 01/01/2017
 Ente: Prefeitura Municipal de Maracajá / SC Data de assinatura do Termo: 01/01/2017
 Título: ACORDO DE PARCELAMENTO Data de vencimento da 1ª: 25/01/2017
 Lei autorizativa do parcelamento: LEI Nº 1080/2016

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal

Competência: Inicial: 07/2016 Final: 13/2016 Quantidade de Parcelas: 60

Diferença apurada: 424.148,33 Diferença apurada atualizada: 445.284,36

Valor da parcela na data de consolidação: 7.421,41

— Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA	Taxa de juros: 1,00 am	Tipo de juros: Simples	Multa: 2,00 %
--------------	------------------------	------------------------	---------------

— Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA	Taxa de juros: 1,00 am	Tipo de juros: Simples
--------------	------------------------	------------------------

— Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA	Taxa de juros: 1,00 am	Tipo de juros: Simples	Multa: 2,00 %
--------------	------------------------	------------------------	---------------



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
07/2016	65.314,66	0,52	0,96	627,02	5,00	3.297,08	1.306,29	70.545,05
08/2016	96.686,87	0,44	0,52	502,77	4,00	3.887,59	1.933,74	103.010,97
09/2016	99.121,23	0,08	0,44	436,13	3,00	2.986,72	1.982,42	104.526,50
10/2016	21.877,72	0,26	0,18	39,38	2,00	438,34	437,55	22.792,99
11/2016	43.804,70	0,18	0,00	0,00	1,00	438,05	876,09	45.118,84
12/2016	51.042,19		0,00	0,00	0,00	0,00	1.020,84	52.063,03
13/2016	46.300,96		0,00	0,00	0,00	0,00	926,02	47.226,98
TOTAL:	424.148,33			1.605,30		11.047,78	8.482,95	445.284,36

11/01/17 14:25 v1.1

Página 2 de 3

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP****4. ASSINATURAS****ENTE:** Prefeitura Municipal de Maracajá / SC - 82.915.026/0001-24**Representante Legal:** 560.272.739-68 - WAGNER DA ROSA**Data:** __/__/____ **Assinatura:** _____**UNIDADE GESTORA:** FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA - FUMPREVI - 10.581.784/0001-42**Representante Legal:** 887.495.089-34 - MICHELINI COSTA FRANCISCO**Data:** __/__/____ **Assinatura:** _____**TESTEMUNHAS:****Nome:** Helder Francisco Loch**Cargo:** Contador**CPF:** 288.787.289-34**Nome:** Renan Machado Fregulia**Cargo:** Técnico Administrativo**CPF:** 078.876.149-88

11/01/17 14:25 v1.1

Página 3 de 3

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 009/2017

DECRETO Nº 9, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Comissão de Seleção e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O inciso X, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada a Comissão de Seleção, órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos relativos à Lei nº 13.019/2014, sendo:

I - Juliano Fagan;
II - Marília Dessbesell;
III - Diane de Jesus.

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 10/2017

DECRETO Nº 10, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Comissão de Monitoramento e Avaliação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O inciso XI, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada a Comissão de Monitoramento e Avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil relativas à Lei nº 13.019/2014, sendo:

I - Julia Schwerz;
II - Elton Schmidt;
III - Leonilce Eckert.

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 11/2017

DECRETO Nº 11, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 4 de janeiro de 2017 a 3 de janeiro de 2018, da servidora NOÊMIA BREMM WEBER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 016.018.599-88, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a 4 de janeiro de 2017.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 12/2017

DECRETO Nº 12, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora CINANDRA DIDOMENICO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 009.640.819-70, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 13/2017

DECRETO Nº 13, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora FRANCIELE ANDRÉIA DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 057.760.799-50, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 14/2017

DECRETO Nº 14, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora ALICE BREMM PITON, brasileira, inscrita no CPF sob nº 032.209.069-58, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 04 ESF Bela Vista, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 15/2017

DECRETO Nº 15, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 5 de janeiro de 2017 a 4 de janeiro de 2018, da servidora ASSUNTA ANA LUDWIG, brasileira, inscrita no CPF sob nº 817.175.399-04, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 09 ESF Clóvis José Fluck, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de janeiro de 2017.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 16/2017

DECRETO Nº 16, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora CLAUDINETE DE JESUS SILVA DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 955.922.453-00, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 04 ESF Novo Bairro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 17/2017

DECRETO Nº 17, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 6 de janeiro de 2017 a 5 de janeiro de 2018, da servidora CLEMILDA AMARAL DA COSTA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 989.556.241-15, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 02 ASC Centro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6 de janeiro de 2017.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 18/2017

DECRETO Nº 18, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 5 de janeiro de 2017 a 4 de janeiro de 2018, da servidora CLEUSA ISABEL LIMBERGER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 044.351.019-98, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 06 ASC Centro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de janeiro de 2017.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 19/2017

DECRETO Nº 19, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 5 de janeiro de 2017 a 4 de janeiro de 2018, da servidora ILONI CECILIA ASSMAM LEVINALLI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 799.997.789-68, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 02 ESF Clóvis José Fluck, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de janeiro de 2017.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 20/2017

DECRETO Nº 20, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 5 de janeiro de 2017 a 4 de janeiro de 2018, da servidora IVANETE DE FÁTIMA ZAMBON, brasileira, inscrita no CPF sob nº 899.034.399-20, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 08 ESF Interior, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de janeiro de 2017.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 21/2017

DECRETO Nº 21, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 5 de janeiro de 2017 a 4 de janeiro de 2018, da servidora VERA TERESINHA RAMBO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 492.078.909-25, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 03 ASC Centro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de janeiro de 2017.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 22/2017

DECRETO Nº 22, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 6 de janeiro de 2017 a 5 de janeiro de 2018, da servidora ROSILEI MATILDE HENCHEN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 779.799.319-04, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 01 ASC Centro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6 de janeiro de 2017.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 23/2017

DECRETO Nº 23, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 6 de janeiro de 2017 a 5 de janeiro de 2018, da servidora SIBILA KESTERKE, brasileira, inscrita no CPF sob nº 050.236.129-88, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 01 ESF Novo Bairro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6 de janeiro de 2017.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 24/2017

DECRETO Nº 24, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 3 de janeiro de 2017 a 2 de janeiro de 2018, da servidora TATIANE KNAK, brasileira, inscrita no CPF sob nº 108.550.879-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de janeiro de 2017.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 26/2017

DECRETO Nº 26, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

Que a homologação do Processo Seletivo nº 004/2016 para o cargo de Médico Pediatra será na data de 20 de janeiro de 2017 e que a consequente entrega da documentação necessária para a contratação demanda prazo hábil,

Que a saúde é serviço essencial e necessário,

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 9 de janeiro a 9 de março de 2017, do servidor MÁRIO SALDANHA DE CASTRO, brasileiro, inscrito no

CPF sob nº 280.475.830-34, ocupante do cargo de Médico Pediatra, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 9 de janeiro de 2017.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 27/2017

DECRETO Nº 27, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora CRISTIANE NIENOW PUNTEL, brasileira, inscrita no CPF sob nº 028.028.029-76, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 07 ESF Interior, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 28/2017

DECRETO Nº 28, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora DIRCE TEREZINHA EBERT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 050.236.129-88, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 11 ESF Clóvis José

Fluck, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 29/2017

DECRETO Nº 29, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora ELENIR ANA CENEDESE DELAZERE, brasileira, inscrita no CPF sob nº 771.030.929-15, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 10 ASC Centro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 30/2017

DECRETO Nº 30, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora ELENITA LEVISKI RAFFLER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 781.818.609-34, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 09 ESF Interior, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de

Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 31/2017

DECRETO Nº 31, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora IJANI FREITAG DE SOUZA LIMA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 590.056.379-00, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 05 ESF Novo Bairro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 32/2017

DECRETO Nº 32, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora IRMA GUERRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 693.010.349-72, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 08 ESF Clóvis José Fluck, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 33/2017

DECRETO Nº 33, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora nomeada IVONE WERMUTH, brasileira, inscrita no CPF sob nº 016.796.169-19, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 07 ESF CAIC, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 34/2017

DECRETO Nº 34, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora nomeada LOURDES MARIA SCHWARTZ VERTMANN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 526.185.529-20, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 03 ESF CAIC, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 35/2017

DECRETO Nº 35, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora nomeada LUCIANE HAEBERLING ROS-SA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 040.774.899-70, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 01 ESF Interior, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 36/2017

DECRETO Nº 36, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, da servidora nomeada MARIA CRISTINA MACHADO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 028.906.629-85, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 03 ESF Bela Vista, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

RETIFICAÇÃO N. 001/2017 CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Chamada Pública n. 001/2017

RETIFICAÇÃO N. 001/2017.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, a retificação n. 001/2017 ao Edital de Chamada Pública n. 001/2017, a qual passa a incluir ao item 27.1. Os serviços de Exames de Análises Clínicas e passa a incluir ao Anexo I do Objeto, o item 28.1 Serviços ambulatoriais especializados: Terapia ocupacional método Bobath. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a documentação, devendo estes ser entregues na Secretaria de Saúde e Saneamento do Município de Maravilha, SC, com vigência até 31/12/2017. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 às 19 horas. Maravilha - SC, 11 de janeiro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2017

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 002/2017 - Pregão Presencial n. 002/2017 para aquisição de combustível, com entrega parcelada mediante requisição, em bomba de abastecer instalado no Município de Marema. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 25/01/2017, às 14h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 25/01/2017 às 14h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h30min às 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 11 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 002-2017 - EXCESSO SAPIRANGA PAVIMET. ESTADO

DECRETO n.º 002/2017.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.732/2016, de 26 de Outubro de 2016.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada ficam suplementada no valor de R\$ 123.419,08 (Cento e vinte e três mil, quatrocentos e dezenove reais, oito centavos), neste termo:

06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060115.451.1017 – Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradores	
4.4.90.00.00.00.00.00.0743.0 – Aplicações Diretas (116)	R\$ 123.419,08
Total	R\$ 123.419,08

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do conforme termo de convênio nº 2016TR017547, firmado com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO Nº 003-2017 - EXCESSO DIESEL ESTADO

DECRETO n.º 003/2017.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.732/2016, de 26 de Outubro de 2016.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada ficam suplementada no valor de R\$ 142.857,12 (Cento e quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais, doze centavos), neste termo:

06 – SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
060115452.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano	
3.3.90.00.00.00.00.00.0743 – Aplicações Diretas (140)	R\$ 142.857,12
Total	R\$ 142.857,12

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do conforme termo de convênio nº 2016TR001713, firmado com o Governo do Estado, através da Agência de Desenvolvimento Regional - Araranguá

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO Nº 008-2017 - EXCESSO SISTEMA ESGOTO - PAC 2

DECRETO n.º 008/2017.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.732/2016, de 26 de Outubro de 2016.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada ficam suplementada no valor de R\$ 361.413,30 (trezentos e sessenta e um mil, quatrocentos e treze reais e trinta centavos), neste termo:

06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060117.512.1009 – Ampliação de Sistemas de Água e Esgoto	R\$ 361.413,30
4.4.90.00.00.00.00.00.0094.0 – Aplicações Diretas (103)	R\$ 361.413,30

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do Termo de Compromisso PAC nº 0436/2014.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Janeiro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO Nº 009-2017 - SUPERÁVIT SAÚDE - EXCESSO

DECRETO n.º 009/2017.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.732/2016, de 26 de Outubro de 2016.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 166.115,55 (Cento e sessenta e seis mil, cento e quinze reais, cinquenta e cinco centavos), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.1050 – Aquis. Área, Construção e Ampliação Unidade Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0787 – Aplicações Diretas (74)	R\$ 8.219,55
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0764 – Aplicações Diretas (03)	R\$ 157.896,00
Total	R\$ 166.115,55

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta de parte do superávit financeiro apurado no exercício de 2016 e do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do recursos repassado pelo Ministério da Saúde, depositado na conta da Caixa Econômica Federal S.A, agência 1084-7, conta 624.038-0.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças.

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004-2017 PATRULHAS AGRÍCOLAS CONVÊNIO 833605-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 014/2017
Modalidade: Pregão Nº 004/2017
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: Aquisição de patrulhas agrícolas mecanizadas a fim de atender as necessidades do Departamento de Agricultura de Modelo/SC, de conformidade com o CONTRATO DE REPASSE Nº 833605/2016/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA PROCESSO Nº 2623.1033247-88/2016 e o MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 26 de janeiro de 2017
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 26 de janeiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br Modelo/SC 11 de janeiro de 2017.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005-2017 PATRULHAS AGRÍCOLAS CONVÊNIO 815135-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 015/2017
Modalidade: Pregão Nº 005/2017
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: Aquisição de patrulhas agrícolas mecanizadas a fim de atender as necessidades do Departamento de Agricultura de Modelo/SC, de conformidade com a ampliação da meta do CONTRATO DE REPASSE Nº 815135/2014/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA PROCESSO Nº 2623.1022227-30/2014 e o MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Entrega dos Envelopes: 10:30 horas do dia 26 de janeiro de 2017
Abertura dos Envelopes: 10:45 horas do dia 26 de janeiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br Modelo/SC 11 de janeiro de 2017.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013-2017 MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS

Extrato de Contrato nº 013/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº 1106/2016
Pregão nº 047/2016
Contratada: DKS Gráfica LTDA
Valor: R\$ 16.558,49

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, objetivando a aquisição de materiais e serviços gráficos destinados a manutenção das atividades da Administração e secretarias do Município de Modelo/SC.

Modelo/SC, 11 de janeiro de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014-2017 COMBUSTÍVEIS FMS POSTO MODELO

Extrato de Contrato nº 014/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO
Processo Licitatório nº 1756/2016
Pregão nº 052/2016
Contratada: POSTO MODELO LTDA - EPP
Valor: R\$ 39.148,90

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Modelo/SC, ERNO MICHIELIN, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, objetivando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO – SC.

Modelo/SC, 11 de janeiro de 2017.
ERNO MICHIELIN
Gestor do FMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015-2017 VARRIÇÃO E LIMPEZA DE RUAS MARIA FRIDA KLEIN

Extrato de Contrato nº 015/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº 1759/2016
Pregão nº 055/2016
Contratada: MARIA FRIDA KLEIN 05559702994
Valor: R\$ 14.850,00

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, objetivando a Execução de Serviços de limpeza urbana do Município de Modelo: Varrição de Ruas, calçadas, logradouros, praças, canteiros entre outros locais públicos, compreendendo ainda a coleta dos materiais (lixo). A execução dos serviços deverá ocorrer com a periodicidade e nos locais constantes no Edital, destinados a manutenção das atividades da Administração e

secretarias do Município de Modelo/SC.

Modelo/SC, 11 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016-2017 VARRIÇÃO E LIMPEZA DE RUAS CLARICE FÁRTIMA PADILHA

Extrato de Contrato nº 016/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório nº 1759/2016

Pregão nº 055/2016

Contratada: CLARICE FATIMA PADILHA 02560354900

Valor: R\$ 12.894,00

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, objetivando a Execução de Serviços de limpeza urbana do Município de Modelo: Varrição de Ruas, calçadas, logradouros, praças, canteiros entre outros locais públicos, compreendendo ainda a coleta dos materiais (lixo). A execução dos serviços deverá ocorrer com a periodicidade e nos locais constantes no Edital, destinados a manutenção das atividades da Administração e secretarias do Município de Modelo/SC.

Modelo/SC, 11 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 005/2017

PORTARIA Nº 005/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

DESIGNA FISCAIS DE CONTRATO, DO MUNICÍPIO DE MODELO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, das Leis Municipais nºs 971/90, 1513/2002, 1960/2010, e

Considerando em especial, o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8.666/93, o qual prevê que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar especialmente, para desempenhar as atribuições de "Fiscal de Contrato", do Município de Modelo SC e do Fundo Municipal de Saúde, os servidores municipais, conforme especificado abaixo, para acompanhar e fiscalizar, durante a sua vigência, no exercício de 2017, os contratos firmados, sendo:

ORGÃO/DEPARTAMENTO: Educação	
Nome do servidor	Contratos/objeto
Eliane Fátima Hanauer Chaves	Material de expediente, Material de Higiene e Limpeza, Gás e Água.
Eliane Fátima Hanauer Chaves	Material Didático Pedagógico
Cintia Quevedo	Alimentação/Merenda Escolar
Jussane M.T. Frandoloso	Obras/Construção – ampliação jardim de infância Cantinho Alegre

Jussane M.T. Frandoloso	Serviços de manutenção de veículos e aquisição de peças para manutenção dos veículos
Jussane M.T. Frandoloso	Combustível e lubrificantes
Jussane M.T. Frandoloso	Convênios firmados com Apae e Assoc. Cultural e Artística e Associação dos Acadêmicos

ORGÃO/DEPARTAMENTO: Agricultura	
Nome do servidor	Contratos/objeto
Rudinei Bach	Combustível e lubrificantes
Rudinei Bach	Serviços de manutenção de veículos e aquisição de peças para manutenção dos veículos
Gelson Bortolin	Corte e transporte de silagem
Luciano Antonio Bodanese	Serviços e material para inseminação artificial
Adilson Cesar Braun	Material de expediente, gás e água
Adilson Cesar Braun	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícola
Rudinei Bach	Convenio com CFR Casa Familiar Rural de Modelo SC

ORGÃO/DEPARTAMENTO: DMER e Obras	
Nome do servidor	Contratos/objeto
Rudinei Bach	Combustível e lubrificantes
Rudinei Bach	Serviços de manutenção de veículos e aquisição de peças para manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos
Rudinei Bach	Serviço de Coleta de Lixo, transporte destinação final
Rudinei Bach	Aquisição de tubos de concreto para o sistema viário – estradas vicinais e para vias urbanas
Rudinei Bach	Material de expediente, gás e água
Rudinei Bach	Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos
Rudinei Bach	Iluminação Pública
Rudinei Bach	Aquisição de Pneus e Recapagens de pneus
Rudinei Bach	Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica Modelo a Linha Salete – etapa 2 e 3; Execução da ponte sobre o Lageado Timbó na Rua do Comercio; Execução das obras do Fundam e Badesc
Rudinei Bach	Serviços de terraplenagens, drenagem pluvial, de máquinas e equipamentos para atendimento obras e setor viário – estradas vicinais e vias urbanas
Rudinei Bach	Execução obras públicas em geral

ORGÃO/DEPARTAMENTO: Assistência Social	
Nome do servidor	Contratos/objeto
Linete Rintzel Noronha de Freitas	Material de expediente, Material de Higiene e Limpeza, Gás e Água.
Linete Rintzel Noronha de Freitas	Alimentação/Gêneros Alimentícios
Linete Rintzel Noronha de Freitas	Serviços de manutenção dos imóveis
Linete Rintzel Noronha de Freitas	Serviços de manutenção de veículos e aquisição de peças para manutenção dos veículos
Linete Rintzel Noronha de Freitas	Combustível e lubrificantes

Linete Rintzel Noronha de Freitas	Serviços de prestadores de serviço / cursos prestados ao SCFV
ORGÃO/DEPARTAMENTO: Administração e Fazenda	
Nome do servidor	Contratos/objeto
Adilson Cesar Braun	Material de expediente, Material de Higiene e Limpeza, Gás e Água. Material de copa e cozinha
Adilson Cesar Braun	Serviços Gráficos
Adilson Cesar Braun	Serviços de manutenção dos imóveis
Adilson Cesar Braun	Serviços de manutenção de veículos e aquisição de peças para manutenção dos veículos
Adilson Cesar Braun	Combustível e lubrificantes
Adilson Cesar Braun	Execução de obras de passeio público em frente ao prédio da Prefeitura Municipal de Modelo
Adilson Cesar Braun	Serviços de limpeza e varrição das vias urbanas e logradouros públicos

ORGÃO/DEPARTAMENTO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Nome do servidor	Contratos/objeto
Andréia Kath	Material de expediente, Material de Higiene e Limpeza, Gás e Água. Material de copa e cozinha
Erno Michielin	Serviços Gráficos
Erno Michielin	Serviços de manutenção dos imóveis
Erno Michielin	Serviços de manutenção de veículos e aquisição de peças para manutenção dos veículos
Erno Michielin	Combustível e lubrificantes
Erno Michielin	Serviços de lavagem de veículos e consertos pneus
Marlise Lindemann	Medicamentos
Erno Michielin	Aquisição de Pneus e Recapagens de pneus
Juliana Pavalicini Cesco	Aquisição de material odontológico
Rafaela Bedin	Aquisição de materiais de enfermagem
Erno Michielin	Exames Laboratoriais e serviços de próteses
Erno Michielin	Serviços médicos, ambulatoriais e hospitalares
Erno Michielin	Convenio com a Associação Hospitalar Beneficente de Modelo SC
Erno Michielin	Aquisição da passagens e serviços para transporte de pacientes

ORGÃO/DEPARTAMENTO: Esporte e Cultura	
Nome do servidor	Contratos/objeto
Fabício Eberhardt	Material de expediente, Material de Higiene e Limpeza, Gás e Água. Material de copa e cozinha
Fabício Eberhardt	Serviços Gráficos
Fabício Eberhardt	Serviços de manutenção dos imóveis
Fabício Eberhardt	Serviços de manutenção de veículos e aquisição de peças para manutenção dos veículos
Fabício Eberhardt	Combustível e lubrificantes
Fabício Eberhardt	Serviços de arbitragem

Parágrafo Único – Os suplentes dos fiscais fica assim estabelecido:
 Departamento de Esporte: Milton Simão;
 Departamento de Educação e Cultura: Cleiton Onghero
 Departamento da Assistência Social: Marizete Floss
 Departamento da Agricultura: Gelson Bortolin e
 Departamento DMER e Obras: Gelson Bortolin
 Fundo Municipal de Saude: Alidiane Zamprogna
 Departamento de Administração: Francieli Pavalicini

Art. 2º - Entre o contrato e o recebimento, dá-se a execução, ensejando o fiscal de contrato, conforme impõe o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93: "A execução do contrato deverá ser ACOMPANHADA E FISCALIZADA por um representante da Administração especialmente designado" ...

Parágrafo único - Conforme disposto no art. 68 Lei Federal nº 8.666/93, o contratado também deverá ter um representante – o preposto – que é a pessoa de contrato a quem a Administração irá se reportar, quando necessário.

Art. 3º - O fiscal deve anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou, os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, atendendo ao disposto no artigo 67 da Lei Federal 8.666/93 que menciona:

"Art.67. (...)

§ 1º O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados."

Parágrafo Único: As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes na forma disposta no Art. 67 § 2º da Lei mencionada acima.

Art. 4º - As atribuições dos fiscais de contrato de que dispõe esta Portaria e ou designado na forma especificada no artigo 8º, desta Portaria, são as constantes da Lei Federal 8.666/93 e demais disposições legais, em especial:

I - Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação (Art. 67 da Lei 8.666/93);

II - Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos e da proposta vencedora da Licitação;

III - Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como, das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações da contratante e da contratada;

IV - Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

V - Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas do contrato e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas etc;

VI - Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, conforme definido em contrato e dentro dos prazos estabelecidos, tais como: área de instalação do canteiro de obras, local para escritório da empresa, instalações material para a execução dos trabalhos quando for o caso, livre acesso dos empregados do contratado, desde que devidamente identificados;

VII - Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente ou outro qualquer, que possa comprometer a execução contratual e seu efetivo resultado;

VIII - Recusar serviço ou fornecimento irregular; não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado em edital e seus anexos;

VII - Observar o correto recebimento, se adequado ao especificado e aceito pela Adm; (Art. 73, da 8.666/93);

VIII - Impedir que empresas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, no edital ou contrato;

IX - Comunicar por escrito ao Departamento de Compras do Município e no Caso do Departamento de Administração ao Setor Jurídico, qualquer falta cometida pela empresa;

X- zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos

correspondentes;

XI - Proceder à obrigatória verificação na liquidação de despesa, para fins da apuração da importância correta a ser paga, a quem deve ser paga (CNPJ), a que objeto se refere o pagamento, se o serviço foi completamente realizado e se as obrigações fiscais e sociais trabalhistas foram cumpridas, bem como os recolhimentos do FGTS e INSS, porque há a responsabilidade solidária e subsidiária do Município e ou Fundo, nas contratações de serviços que envolvam mão-de-obra terceirizadas.

Art. 5º - O fiscal de contrato deverá estar atento aos pontos vulneráveis, mapeando os itens sujeitos à maior atenção e que possam ser indicadores da qualidade geral. Quando for o caso, deve solicitar de imediato a correção dos vícios, imperfeições, deficiências e omissões porventura encontrados.

Art. 6º - Fica igualmente registrada outras obrigações do fiscal, sendo estas de:

ORIENTAÇÃO – estabelecer diretrizes, para dar e receber informações sobre a execução do contrato. Essas informações podem ser solicitadas pelo gestor, pelo contratado, pelo serviço jurídico ou pela área de controle.

INTERDITAR – determinar a paralisação da execução do contrato quando, objetivamente, constatar uma irregularidade que precisa ser sanada. Se perceber que, sem o saneamento do problema, haverá comprometimento da qualidade futura, deve agir com firmeza e prontamente.

CERTIFICAR – emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras executadas ou daquilo que for produzido pelo contratado. Isso pode ser solicitado tanto para medidas administrativas ou judiciais a serem tomadas pela Administração, ou pelo contratado, na postulação dos seus direitos ou na defesa dos seus interesses.

REPRESENTAR – Comunicar, via superior hierárquico, as situações irregulares que devam ser objeto de atenção de órgãos fiscalizadores, como inspeção sanitária, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, e outros de interesse da administração, objetivando a regular e efetiva execução contratual.

GLOSAR – indicar ao gestor que efetue glosas de medições por serviços, obras ou produtos mal executados ou não executados; e sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações.

APROVAR – confirmar a medição dos serviços efetivamente realizados, dos cronogramas de obras, dos fornecimentos atendidos e da linha de produção.

SINALIZAR PARA PAGAMENTO – liberar a fatura.

ATESTAR – emitir atestado de execução parcial ou total.

Parágrafo único - O Fiscal precisa igualmente:

I) conhecer detalhadamente o contrato e as cláusulas nele estabelecidas. Em caso de dúvida, tem o dever de buscar os devidos esclarecimentos com as áreas afins (assessoria técnica, consultoria jurídica, gestor, engenharia, setores de finanças e contabilidade).

II) examinar a descrição dos serviços, obras ou produtos a serem executados (prazos, locais, material a ser empregado, características técnicas).

III) estabelecer o método de fiscalização, orientando-se para a após a sua designação como representante da Administração, o fiscal recolherá cópia do contrato, da proposta da empresa e do edital para meticulosa análise. A partir daí, verificará a eventual necessidade de requisitar o apoio de conhecimento especializado.

IV) Ciente dos seus poderes, deveres e responsabilidades deverá, para sua segurança e controle, manter um arquivo próprio, onde serão mantidas as cópias e comprovantes das suas providências. (A exigência de registro próprio está na Lei nº 8.666, art. 67, § 1º). É recomendável abrir as seguintes pastas:

- Cópia do contrato e documentos relacionados às suas especificações(edital e proposta)
- Comunicações com o ordenador de despesa
- Comunicações com o preposto
- Comunicações com os setores da administração

- Comunicações com terceiros

- Diligências

- Registro de ocorrências

Art. 7º - Para as execuções de obra, com Responsabilidade Técnica, além da designação do fiscal de contrato, manterá igualmente a designação do Responsável Técnico na função de fiscalização da obra com a devida legalização/registro perante o órgão competente.

Art. 8º - Fica igualmente determinado que os fiscais de contrato, observadas as condições de zelo, probidade, atendimento do interesse público, da economicidade e eficiência, em caso de não haver condições do desempenho das atribuições pelos fiscais designados nesta Portaria, e igualmente da necessidade de outros contratos relativo a aquisições aqui não mencionadas, atendendo a conveniência administrativa, o Executivo poderá designar especificamente para cada contrato, o fiscal de contrato, expedindo a Portaria, conforme Anexo I, integrante desta Portaria, para encaminhamento ao setor de licitações e contratos para registro do respectivo Fiscal de Contrato.

Parágrafo Único - Não havendo designação específica, os fiscais serão os servidores designados nesta Portaria e constará como responsável nos respectivos contratos.

Parágrafo Único – Nos impedimentos, afastamentos em licença legalmente concedidas e/ou outras situações que impedem o exercício regular do fiscal designado, o suplente assumirá as atribuições, no período da substituição, de Fiscal Titular de contrato.

Art. 9º - Fica atribuído ao setor de Licitações, a responsabilidade de providenciar cópia do contrato, da licitação e demais documentos necessários e ou solicitados e efetuar a entrega ao Fiscal de Contrato responsável, para desempenho de suas atribuições, observadas as disposições legais.

Parágrafo Único – O Setor de Licitações juntamente com o de contratos, farão constar nos contratos, o nome do fiscal de contrato responsável para assinar o contrato, sendo este o ciente do seu conhecimento e das respectivas as atribuições constantes desta portaria.

Art. 10 - O Fiscal de Contrato, ao examinar o documento fiscal, certificará e autorizará o pagamento, sendo expresso e assinada esta autorização, com carimbo, conforme modelo, Anexo II, integrante desta Portaria.

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 05 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Diretor de Administração

ANEXO I (MODELO DE PORTARIA PARA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO)

PORTARIA Nº/ /.....

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DO MUNICÍPIO DE MODELO E.... (OU FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE), CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

....., Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, das Leis Municipais 971/90, 1513/2002, 1960/2010,

Considerando em especial, o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8.666/93, o qual prevê que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado e demais disposições legais,

Resolve,

Art. 1º - Designar especialmente, para desempenhar as atribuições de "Fiscal de Contrato", do Município de Modelo SC e (ou do Fundo Municipal de Saúde), o Servidores MunicipaisCPF nº ocupante do cargo de , TITULAR,CPF Nº ocupante do cargo de , SUPLENTE, para acompanhar e fiscalizar, durante a sua vigência, no exercício de 2016, o(s) contrato(s) firmados, sendo:

Processo licitatório:

Licitação/Modalidade/Número:

Data licitação:

Contrato nº:

Contratado/Nome da empresa:

Art. 2º - As atribuições do Fiscal de Contrato, são em especial as constantes da Lei Federal 8.666/93, da Portaria Municipal nº 181/2015 (ou suas alterações – que deverá ser adequado na emissão da Portaria) e demais disposições legais, (..que serão desempenhada concomitantemente com as atribuições do cargo).

§ 1º - O fiscal de contrato deverá igualmente realizar anotações, em registros próprios, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º - As decisões que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Departamento de Compras e ou a Assessoria Jurídica, que encaminhará ao Prefeito Municipal, para adoção de medidas convenientes.

Art. 3º - O desempenho da atribuição de "Fiscal de Contrato" de que trata esta Portaria, não gera qualquer adicional a remuneração do servidor, ou.... (se houver a designação de função gratificada deverá ser mencionado na portaria).

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos de de...

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

ANEXO II

Modelo de carimbo

CERTIFICAMOS que o () Material () Serviço, constante deste documento fiscal, foi prestado/entregue, estando de acordo com o contrato firmado e devidamente ACOMPANHADO E FISCALIZADO, sendo AUTORIZADO O PAGAMENTO.

Modelo SC....../.... /

NOME:
FISCAL DE CONTRATO

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2017

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2017

O Município de Mondaí – SC, a partir do seu Prefeito, torna pública a inexigibilidade de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 001/2017 e, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/1993, conforme a seguir: OBJETO: Constituem-se como objeto do presente Termo, a contratação de prestação de serviços de saúde, abrangendo procedimentos/atendimentos de atenção básica, disponibilizando sobre-aviso médico (para realização de consultas de atenção básica) 24 horas, ininterruptas, durante os 07 (sete) dias da semana. CONTRATADA: Associação Hospitalar de Mondaí, CNPJ nº. 83.226.175/0001-49. VALOR TOTAL/ANO: R\$ 936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais) Mondaí – SC, 11 de Janeiro de 2017

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 05.2017 CALAMIDADE FINANCEIRA

DECRETO Nº 5/2017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DECLARA EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE FINANCEIRA, RECONHECE SITUAÇÃO ANORMAL NAS CONTAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial as previstas no artigo 104, inciso XXVIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a grave crise econômica que assola o Município de Monte Carlo, decorrente, da oscilação da economia nacional, conforme amplamente veiculado pelos institutos de pesquisa, em especial, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística);

CONSIDERANDO a queda na arrecadação, principalmente a observada no repasse da quota parte do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), e do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços);

CONSIDERANDO que a referida crise vem impedindo o Município de Monte Carlo, em honrar os compromissos assumidos nas mais diversas áreas, e que atendem às disposições da LOA, mesmo com os esforços empreendidos para ajustar as contas municipais;

CONSIDERANDO que os restos a pagar decorrentes do exercício de 2016 alcançam o valor de R\$ 722.807,62 (setecentos e vinte e dois mil, oitocentos e sete reais e sessenta e dois centavos), não havendo reservas para pagamento deste saldo, de modo que a projeção para pagamento se estende até o final do mês de março do ano corrente;

CONSIDERANDO que tal fato vem acarretando severas dificuldades na prestação dos serviços públicos essenciais e pode ocasionar ainda o total colapso na saúde pública, na educação e nos serviços essenciais;

CONSIDERANDO que a interrupção da prestação de serviços públicos essenciais afeta sobremaneira a população do Município de Monte Carlo;

CONSIDERANDO, por fim, que os eventos que deram causa à situação caracterizada como alarmante, independem da vontade da atual administração pública municipal, e devem seguir seu quadro de agravamento;

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado estado de calamidade financeira, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação deste Decreto em razão da grave crise financeira no Município de Monte Carlo, que impede o cumprimento das obrigações legalmente assumidas em decorrência das atividades típicas do Poder Público.

Art. 2º. Ficam os setores competentes autorizados a adotar medidas excepcionais necessárias à racionalização de todos os serviços públicos essenciais e de relevante interesse público, com vistas à sua manutenção, priorizando-se o atendimento hospitalar, médico-ambulatorial, geral de saúde, de fornecimento de água, coleta e destinação de resíduos de qualquer natureza e educação, em detrimento de qualquer outro.

Parágrafo único. Ficam contingenciados os recursos do Município, para custeio emergencial dos serviços referidos no caput deste artigo, e para pagamento dos servidores públicos municipais.

Art. 3º. Ficam suspensas as compras que abranjam serviços de natureza não essencial, bem como, a concessão de progressões funcionais e a concessão de licenças, enquanto perdurarem os efeitos assinalados no presente Decreto.

Art. 4º. Os Secretários Municipais ficam autorizados a editarem portarias no âmbito de suas pastas, prevendo as condições de cumprimento dos atos de contenção indicados neste instrumento.

Art. 5º. Nos termos da parte final do art. 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, ficam autorizados a romper a ordem cronológica de pagamentos, o Departamento de Contabilidade, o Departamento de Compras e Licitações e a Tesouraria do Município, para dar suporte estritamente aos serviços mencionados no artigo 2º do presente instrumento.

Parágrafo único. Mediante justificativa, poderão ser incluídos outros pagamentos na forma do caput deste art. 5º, desde que representem o interesse público.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 11 de janeiro de 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 06.2017 NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 06/2017 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

“DESIGNA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO-SC E GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ASSINAR EMPENHOS, ORDENS DE PAGAMENTO, E OUTROS DOCUMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO-SC”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal,

DECRETA

Art. 1º - Fica Designado o Senhor VALCEMIR ANTONIO CORDEIRO, Secretário Municipal de Saúde do Município de Monte Carlo-SC, devidamente nomeado por Portaria, as atribuições de assinar as Notas de Empenho, Ordens de Pagamento e outros documentos inerentes as suas competências do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Monte Carlo-SC, a partir do dia 02/01/2017, data de assinatura do presente Decreto.

Art. 2º - Fica também o referido Secretário designado no artigo anterior, NOMEADO Gestor do Fundo Municipal de Saúde, com todas as prerrogativas e responsabilidades legais inerentes ao cargo, em conformidade com a legislação que regula e rege a matéria em apreço.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de janeiro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 07.2017 ALTERA HORÁRIO
DECRETO Nº 07/2017 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

“ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o horário de expediente no âmbito da administração municipal, a partir do dia 16 de janeiro de 2017, sendo o novo horário das 08:00 às 12:00 hs, e das 13;30 às 17;30 de Segunda - feira à Sexta - feira.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Dispensa de Licitação 001/2016. Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. CIGA, conforme anexo. Data: 10/01/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVÂNIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇOS 004/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 004/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme anexo I. Data: 24/01/2017 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVÂNIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

CONTRATOS DEZ/2016 FMAS1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/4

CNPJ: 01.456.013/0001-32
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** DEIVID THOMAZ LUIZ**C.P.F.:** 064.591.249-22**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-2/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel (casa) sito Rua Reinaldo Guollo, nº s/n. Bairro: Matilde Recco, Morro da Fumaça/SC, para abrigar família desalojada em virtude de desmorações de encosta no ano de 2011.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** JAQUELINE TUAN**C.P.F.:** 039.485.209-50**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-3/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel (casa) sito rua Idalina Maccari Biff, Nº77 Bairro: Capelinha em Morro da Fumaça/SC, para abrigar família desalojada em virtude de desmorações de encosta no ano de 2011.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 2/4

CNPJ: 01.456.013/0001-32
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Dezembro/2016.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ANDERSON FRASSON**C.P.F.:** 056.760.059-98**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-5/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel (casa) sito Bairro Lot. Matilde Recco, em Morro da Fumaça/SC, para abrigar família desalojada em virtude de desmoronamentos de encosta no ano de 2011.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS D**CNPJ:** 82.849.027/0001-18**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2016**Número do Processo:** 1/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-6/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel sito na Rua: 20 de Maio, nº 379, centro, Morro da Fumaça, SC, para funcionamento do Telecentro Comunitário - Programa de Inclusão Digital.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 3/4

CNPJ: 01.456.013/0001-32
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Dezembro/2016.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS D
CNPJ: 82.849.027/0001-18
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 2/2016 **Número do Processo:** 2/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-7/2016
Fundamento Legal:
Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel sito na Rua: Pedro Frasson, nº 79, centro, Morro da Fumaça, SC, para funcionamento do PRONATEC

Data da Assinatura: 16/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 16/12/2016 a 31/01/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

Contratado: MARLENE PACAGNAN ZOMER
C.P.F.: 981.115.159-87
Modalidade:
Número da Licitação: **Número do Processo:** **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-13/2016
Fundamento Legal:
Objeto: O objeto do presente Contrato é a Locação de uma Casa com 89m² (oitenta e nove metros quadrados) a qual o Locador coloca a disposição do Locatário, sita a Rua Padre Francisco Comer - 481, Bairro Jussara em Morro da Fumaça/SC, para abrigar família desalojada em virtude de desmoronamentos de encosta no ano de 2011.

Data da Assinatura: 16/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 16/12/2016 a 31/01/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 4/4

CNPJ: 01.456.013/0001-32

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2016.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**CNPJ:** 04.739.927/0001-07**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 11/2015**Número do Processo:** 11/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2-14/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO PUBLICO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, conforme planilhas em anexo.**Data da Assinatura:** 29/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/01/2017**Vigência:** 29/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

CONTRATOS DEZ/2016 FMS1**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/6

CNPJ: 10.598.648/0001-65

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2016.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CAMPOS E ROCHA INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO LTDA ME**CNPJ:** 09.524.859/0001-74**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 18/2016**Número do Processo:** 18/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-10/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS REFERENTES AO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA, BEM COMO A MANUTENÇÃO PERIODICA DO SISTEMA DE CONTROLE DO ALVARA SANITARIO, IMPLEMENTAÇÃO DE ROTINAS PARA EFICIENCIA NA COBRANÇA DA TAXA DO ALVARA SANITÁRIO**Data da Assinatura:** 05/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 05/12/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.700,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** RENALDO CASAGRANDE**C.P.F.:** 641.516.549-68**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-1/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** Após o término do presente contrato, o Locatário compromete-se a devolver o imóvel ora locado, nas mesmas condições em que o recebeu. A permanência do locatário no imóvel após o término do presente contrato somente será possível por um outro contrato inteiramente novo e totalmente desvinculado deste. Quando do interesse do locatário na permanência do imóvel, deve o mesmo se manifestar por escrito, no mínimo 60 dias antes do término do mesmo, para que sejam negociadas as novas bases contratuais,**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA

Folha: 2/6

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** HILARIO EMILIO CASAGRANDE**C.P.F.:** 245.037.209-10**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 6/2016**Número do Processo:** 6/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-4/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel para abrigo sito a Rua Genovefa Guglielmi Bortolatto, s/n, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para o almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** DIVINO DAMIAN DE PIERI**C.P.F.:** 582.844.949-49**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 14/2016**Número do Processo:** 14/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-6/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, 01 (um) imóvel neste Município de Morro da Fumaça/SC, para funcionamento do CAPS(Centro de Atendimento Psíquico Social).**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA

Folha: 3/6

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** APAE DE MORRO DA FUMACA**CNPJ:** 75.566.406/0001-35**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 10/2016**Número do Processo:** 10/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-2/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** DANIEL LUIZ CARDOSO MACCARI**C.P.F.:** 867.657.289-53**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 2/2016**Número do Processo:** 2/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-19/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS conforme anexo.**Data da Assinatura:** 29/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 29/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA

Folha: 4/6

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: DR. ALEXANDER HELUANY
C.P.F.: 918.094.526-00
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 27/2016 **Número do Processo:** 27/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-22/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO MEDICO CIRURGIAO GERAL

Data da Assinatura: 29/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 29/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: LABORATORIO PREVE LTDA.
CNPJ: 03.288.464/0001-33
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 17/2016 **Número do Processo:** 17/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-11/2016
Fundamento Legal:
Objeto: Seleção e possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para o Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Sub Grupo 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico e Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM), disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível

Data da Assinatura: 29/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/01/2017
Vigência: 29/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA

Folha: 5/6

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: SUÉLI GUGLIELMI
C.P.F.: 043.000.219-02
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 11/2016 **Número do Processo:** 11/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-12/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS CONFORME ANEXO:

Data da Assinatura: 29/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/01/2017
Vigência: 29/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: CLINICA E CONSULTORIA DE DOENCAS INFECCIOSAS LTDA
CNPJ: 05.455.372/0001-26
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 2/2016 **Número do Processo:** 2/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-14/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS conforme anexo.

Data da Assinatura: 29/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/01/2017
Vigência: 29/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA

Folha: 6/6

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** LABORATÓRIO SANTA INÊS**CNPJ:** 01.270.095/0001-26**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 17/2016**Número do Processo:** 17/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-17/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Seleção e possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para o Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Sub Grupo 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico e Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM), disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível

Data da Assinatura: 29/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/01/2017**Vigência:** 29/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** VIDA ATIVA NATAÇÃO E HIDROGINASTICA LTDA - ME**CNPJ:** 07.224.217/0001-24**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 11/2016**Número do Processo:** 11/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-21/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS CONFORME ANEXO:**Data da Assinatura:** 29/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/01/2017**Vigência:** 29/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

CONTRATOS DEZ/2016 PMMF1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CAMPOS E ROCHA INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO LTDA ME

CNPJ: 09.524.859/0001-74

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 30/2016

Número do Processo: 30/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 1-22/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS JUNTO A SECRETÁRIA DE FINANÇAS, SETOR DE TRIBUTOS (RECEITAS PRÓPRIAS DO MUNICÍPIO).

Data da Assinatura: 05/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017

Vigência: 05/12/2016 a 31/12/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 3.600,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: BAGGIO SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

CNPJ: 02.336.601/0001-03

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 65/2016

Número do Processo: 65/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 1-59/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, SERVIÇOS DE MÁQUINAS PARA O DESASSOREAMENTO DE RIOS, CÓRREGOS E CANAIS, conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017

Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TERRAPLANAGEM JULIMAR LTDA - ME**CNPJ:** 10.674.540/0001-04**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 65/2016**Número do Processo:** 65/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-58/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, SERVIÇOS DE MÁQUINAS PARA O DESASSOREAMENTO DE RIOS, Córregos e Canais, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 12/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONSTRUSIZE CONSTRUCOES LTDA - EPP**CNPJ:** 09.611.404/0001-96**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 52/2015**Número do Processo:** 52/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3-61/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE ESPORTES RODOVIA TRANQUILO SARTOR, CONFORME ANEXO.**Data da Assinatura:** 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 12/12/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CONSTRUSIZE CONSTRUCOES LTDA - EPP
CNPJ: 09.611.404/0001-96
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 52/2015 **Número do Processo:** 52/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 2-61/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE ESPORTES RODOVIA TRANQUILO SARTOR, CONFORME ANEXO.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 12.218.083/0001-79
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 41/2016 **Número do Processo:** 41/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-41/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA ESTRADA MUNICIPAL TRANQUILO SARTOR conforme anexo

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 4/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: SIDEK SERVIÇOS DE ATERRO E ESCAVAÇÃO LTDA
CNPJ: 95.865.788/0001-05
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 46/2016 **Número do Processo:** 46/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-40/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DRENAGEM PLUVIAL NO BAIRRO GRAZIELA NAS RUAS BEPE BERTAN, PLASCIDO PIVA, JOSÉ GOULART E RUA PROJETADA conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: JAZIDA AGUAS CLARAS LTDA ME
CNPJ: 15.238.155/0001-38
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 44/2016 **Número do Processo:** 44/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-38/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINAS, MATERIAL SAIBRO PARA AS ESTRADAS VICINAIS E TUBOS DE DRENOS, conforme anexo

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 5/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: HELIO RECCO ME
CNPJ: 07.964.343/0001-15
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 65/2016 **Número do Processo:** 65/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-57/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, SERVIÇOS DE MÁQUINAS PARA O DESASSOREAMENTO DE RIOS, Córregos e Canais, conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: HELIO RECCO ME
CNPJ: 07.964.343/0001-15
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 44/2016 **Número do Processo:** 44/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-37/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINAS, MATERIAL SAIBRO PARA AS ESTRADAS VICINAIS E TUBOS DE DRENOS, conforme anexo

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 6/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MAO DE OBRA EIRELI - ME
CNPJ: 19.858.793/0001-02
Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 69/2016 **Número do Processo:** 69/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-69/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA DA RUA LUIZ CASAGRANDE CONFORME ANEXOS.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: JAZIDA AGUAS CLARAS LTDA ME
CNPJ: 15.238.155/0001-38
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 87/2016 **Número do Processo:** 87/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-75/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE HORAS/MÁQUINAS PARA DESASSOREAMENTO DE RIOS CÓRREGOS E CANAIS, conforme projeto.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 7/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
CNPJ: 04.834.318/0001-29
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 57/2016 **Número do Processo:** 57/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-49/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DAS RUAS JOÃO DE BONA E VITORIO CASAGRANDE, conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
CNPJ: 04.834.318/0001-29
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 83/2016 **Número do Processo:** 83/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-74/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DA RUA HUMBERTO SALVAN, CONFORME PROJETO.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 8/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** LASERTEC - TONERS E CARTUCHOS LTDA**CNPJ:** 09.028.165/0001-46**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 14/2015**Número do Processo:** 14/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-18/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DAS IMPRESSORAS DO MUNICIPIO, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 12/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL**CNPJ:** 83.052.191/0001-62**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 26/2016**Número do Processo:** 26/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-19/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.**Data da Assinatura:** 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 12/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 9/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: FORMULA TOPOGRAFIA LTDA - ME
CNPJ: 23.155.389/0001-40
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 40/2016 **Número do Processo:** 40/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 2-42/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA VALENTIM MARAGNO E DA RUA DONA EMILIA DA SILVA COM LAJOTAS SEXTAVADA DE CONCRETO conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: FORMULA TOPOGRAFIA LTDA - ME
CNPJ: 23.155.389/0001-40
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 50/2016 **Número do Processo:** 50/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 2-43/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA NAS RUAS CÔNEGO DOMINONI E EMA CESCA DE SOUZA

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 10/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CLONIX INFORMATICA ME**CNPJ:** 04.588.693/0001-36**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 36/2015**Número do Processo:** 36/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-2/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET conforme anexo.**Data da Assinatura:** 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 12/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** FORMULA TOPOGRAFIA LTDA - ME**CNPJ:** 23.155.389/0001-40**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 54/2016**Número do Processo:** 54/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-50/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA DA RUA JOSÉ GUGLIELMI, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 12/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 11/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: FORMULA TOPOGRAFIA LTDA - ME
CNPJ: 23.155.389/0001-40
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 64/2016 **Número do Processo:** 64/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-63/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA DA RUA FRANCISCO MROCZKOSKI conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
CNPJ: 04.834.318/0001-29
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 52/2016 **Número do Processo:** 52/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-45/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO DA RUA VINTE DE MAIO

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 12/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: FORMULA TOPOGRAFIA LTDA - ME
CNPJ: 23.155.389/0001-40
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 53/2016 **Número do Processo:** 53/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-46/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADA NA AVENIDA CELESTE RECCO.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.
CNPJ: 00.456.865/0001-67
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 79/2013 **Número do Processo:** 79/2013 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 6-10/2014
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE SOFTWARES PARA FUNCIONAMENTO DE TODA A PREFEITURA conforme anexo.

Data da Assinatura: 13/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 13/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 13/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JORGE MARTIGNAGO**C.P.F.:** 018.318.369-04**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 5/2016**Número do Processo:** 5/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-6/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, dois imóveis comerciais (salas) sito a Rua Cônego João Dominoni, nº 13, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para uso da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e uso da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.-Epagri.

Data da Assinatura: 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** JOÃO NIERO**C.P.F.:** 455.502.559-87**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 6/2016**Número do Processo:** 6/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-8/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel comercial (sala) sito a Travessa Zeferino Cesca, nº 10, no Distrito de Estação Cocal, no Município de Morro da Fumaça/SC, para uso da agência de correios comunitária

Data da Assinatura: 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 14/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** NÓRIO VALENTIN BERTAN**C.P.F.:** 029.270.399-68**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2016**Número do Processo:** 3/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-9/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, 02 (duas) salas comerciais(Nº 25, 27) no Centro Comercial San Valentin, sito a Avenida Inocente Pagnan, nº 21, centro, neste Município de Morro da Fumaça/SC, funcionamento do SINE - Sistema Nacional de Empregos.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** HILARIO EMILIO CASAGRANDE**C.P.F.:** 245.037.209-10**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 7/2016**Número do Processo:** 7/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-11/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel para abrigo de maquinas pesadas e veículos, sito a Rua Genoveva Guglielmi Bortolato, s/n, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para uso da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 15/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** BALTAZAR PELLEGRIN**C.P.F.:** 246.102.169-49**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 34/2016**Número do Processo:** 34/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-24/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, imóveis para A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC com as seguintes Matrículas: Nº 21.773 Livro Nº2 Fls 1 ano 2003 e Nº 21.772 Livro Nº2 Fls 001 ano 2003

Data da Assinatura: 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** EPBAZI CONSULTORIA LTDA - ME**CNPJ:** 22.479.831/0001-20**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 8/2016**Número do Processo:** 8/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-4/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de apoio administrativo para a Secretaria de Administração no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça e seus Fundos, conforme especificações constantes do anexo I - Termo de Referência.

Data da Assinatura: 28/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/01/2017**Vigência:** 28/12/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 19.734,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 16/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: SZS ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTAO PUBLICA E P

CNPJ: 18.362.328/0001-13

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 9/2016

Número do Processo: 9/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 1-5/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COMPREENDENDO: ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL; DIAGNÓSTICO, PLANEJAMENTO E ASSESSORAMENTO NA EXECUÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO; DIAGNÓSTICO, PLANEJAMENTO E ASSESSORAMENTO NA EXECUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELA LEI FEDERAL 12.305/2010; REVISÃO DE TODA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL; ANÁLISE E RECOMENDAÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DA L

Data da Assinatura: 28/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/01/2017

Vigência: 28/12/2016 a 31/12/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 15.400,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: MAICON FRASSON ACESSORIOS ME

CNPJ: 08.184.703/0001-29

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 99/2016

Número do Processo: 99/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 79/2016

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇA E SERVIÇOS PARA REFORMA DA FH150

Data da Assinatura: 28/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/01/2017

Vigência: 28/12/2016 a 31/12/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 22.423,00

Forma de Pagamento: À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 17/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: J LEAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.

CNPJ: 05.908.609/0001-87

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 10/2016

Número do Processo: 10/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 1-77/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS NAS ÁREAS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA TÉCNICA, LEVANTAMENTOS, CARTAS CONSULTAS PREVIAS, CADASTRO, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS, ORÇAMENTOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PARECERES TÉCNICOS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E AUTARQUIAS

Data da Assinatura: 29/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017

Vigência: 29/12/2016 a 31/12/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

Contratado: FABULARE ASSESSORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA

CNPJ: 05.905.338/0001-06

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 50/2015

Número do Processo: 50/2015

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 1-48/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA CONTÁBIL, DESTINADO À ALIMENTAÇÃO DOS DADOS ORÇAMENTÁRIOS NO SISTEMA E-SFING, conforme anexo

Data da Assinatura: 29/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017

Vigência: 29/12/2016 a 31/12/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 01/2017**

EMENTA: "DISPÕE SOBRE AS ASSINATURAS DOS CHEQUES EMITIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais e com fulcro do artigo 31, inciso XVII do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º – Os cheques emitidos por esta Casa Legislativa, provenientes da conta corrente: 34.845-7, titular: Câmara Municipal de Morro da Fumaça, agência: 2329-9, do Banco do Brasil, sediado neste Município, serão, conjuntamente, assinados pelo Presidente, José Carlos Bortolin, CPF sob o nº 621.175.489-20, C.I 2.154.171 SSP/SC, e pelo servidor, Rangel de Rochi, CPF: 024.160.649-75, C.I 4.010.301 SSP/SC.

Art. 2º - Fica expressamente proibida a emissão e/ou compensação de cheques sem a assinatura de um destes emitentes mencionados no artigo 1º.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça, em 02 de janeiro de 2017.
JOSÉ CARLOS BORTOLIN

Presidente da Câmara Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 02/2017

EMENTA: "NOMEIA RAFAEL DE FAVERI SERAFIN PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSOR PARLAMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador José Carlos Bortolin, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

NOMEAR:

Art. 1º – RAFAEL DE FAVERI SERAFIN, brasileiro, casado, CPF: 036.248.509-70, RG: 3.916.807 SSP/SC, para ocupar o cargo em comissão de Assessor Parlamentar, do Grupo Direção e Assessoramento Superior - Código: DAS, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, com lotação na Bancada do Partido da República – PR.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça, em 04 de janeiro de 2017.
JOSÉ CARLOS BORTOLIN

Presidente

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 03/2017

EMENTA: "DESIGNA MEMBROS PARA PREENCHER CARGO VAGO TEMPORARIAMENTE NAS COMISSÕES PERMANENTES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FINANÇAS E ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais e com fulcro nos arts. 31, XII e 54 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os vereadores infra mencionados para ocuparem os cargos da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, conforme segue:

LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

PRESIDENTE: MIGUEL ZACCARON DAROLT

VICE-PRESIDENTE: ALISON FELIX BERTAN

RELATOR: RAIMUNDO MARQUES

FINANÇAS E ORÇAMENTO:

PRESIDENTE: DILANIO WILLIAN SARTOR

VICE-PRESIDENTE: ANTONIO ARY DELUCA

RELATOR: TIAGO MINATTO

Art. 2º - A referida designação terá validade até a apreciação conclusiva dos projetos de lei PE nº 01 e 02/2017.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça, em 11 de janeiro de 2017.
JOSÉ CARLOS BORTOLIN
Presidente

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

EDIVALDO MARCOLINO

1º Secretário

Navegantes

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016 / CONVOCAÇÃO

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016

Atestamos para os devidos fins de comprovação junto ao certame licitatório de que trata o pregão Presencial 3/2016 que a empresa e item abaixo não foi apresentado.

- BLUNAC DISTRIBUIDORA

• ITEM 18

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DO 6º COLOCADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 - FMV, CONFORME SEGUE:

ITENS	6º COLOCADO
18	COMERCIAL STORINNY

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2016 PMN

Prefeitura de Navegantes /SC

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2016 PMN

F. KARINE LTDA ME (8547) GIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (10562), FOOT COMERCIAL LTDA ME (12742), RENTEX TEXTIL LTDA (13330), NAYR CONFECÇÕES LTDA (16099), EBN COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO S/A (16812), J DIAS COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA - EPP (16813).*

NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2017 AS 09H00, FOI ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES GIRO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, RENTEX TÊXTIL LTDA, F.KARINE COMÉRCIO LTDA, FOOT COMERCIAL LTDA, NAYR CONFECÇÕES LTDA, EBN COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, TEXTIL BRASIL IND E COM DE CONFECÇÕES, JOSE PAULO BITENCOURT ME, PRIMEIROS PASSOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO, J DIAS COMERCIO E CONFECÇÕES. AS EMPRESAS ARAQUARI E VENCOLI BRASIL FORAM DESCLASSIFICADAS POIS NÃO CUMPRIU COM A OBS DO ITEM 3 OU SEJA NÃO APRESENTARAM O TERCEIRO ENVELOPE PARA O CREDENCIAMENTO. AS EMPRESAS FOOT COMERCIAL, F. KARINE, JOSE BITENCOURT, PRIMEIROS PASSOS E J. DIAS SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. AS EMPRESAS GIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO, RENTEX TÊXTIL, NAYR CONFECÇÕES, TÊXTIL BRASIL, EBN NÃO SE ENQUADRAM COMO EPP/ME. FOI DISPONIBILIZARAM AOS REPRESENTANTES PARA VISTARAM OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. FOI QUESTIONADO A AUTENTICIDADE DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA NAYR E VERIFICOU -SE NO SITE DA JUNTA COMERCIAL DO MATO GROSSO E O DOCUMENTO APRESENTADO É VÁLIDO.

NA SEQUENCIA FORAM ABERTOS OS ENVELOPES RELATIVOS ÀS PROPOSTAS. A EMPRESA PRIMEIROS PASSOS FOI DESCLASSIFICADO POIS COTOU SOMENTE UM ITEM, PORÉM A LICITAÇÃO ERA PREÇO GLOBAL E NÃO CUMPRIU COM O ITEM 5.2.2.2 DO EDITAL. A EMPRESA JOSE PAULO BITENCOURT FOI DESCLASSIFICADA POIS NÃO CUMPRIU COM O ITEM 5.1 D. A EMPRESA TEXTIL BRASIL FOI DESCLASSIFICADA POIS O VALOR GLOBAL DOS ITENS COTADOS NÃO CORRESPONDE COM O VALOR GLOBAL DA PROPOSTA IMPRESSA. FORAM DISPONIBILIZADAS AS PROPOSTAS PARA OS LICITANTES VISTAREM.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FOI VERIFICADO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA E CONSTATOU-SE QUE AS MESMAS CUMPRIAM COM O EDITAL. APÓS FOI DISPONIBILIZADO A HABILITAÇÃO PARA AS ASSINATURAS DAS EMPRESAS PRESENTES. HÁ MENÇÃO DE RECURSO. SEM MAIS ENCERRA - SE O CERTAME.

11/01/2017 09:00 ATÉ 11:39

CARLA CLAUDINO TATIANA DE ALENCAR CARLINI JOSEZITE DOS SANTOS	PREGOEIRA MEMBRO MEMBRO
---	-------------------------------

ERRATA II – PP 134/2016.

ERRATA II – PP 134/2016.

HABILITAÇÃO PARA INTEGRANTES DA AGRICULTURA FAMILIAR

5.6 A documentação para habilitação dos participantes são as seguintes:

5.6.1 Para Grupos Informais de Agricultores Familiares:

Onde se lê:

5.6.1.2 Cópia da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) principal ou extrato da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) de cada Agricultor Familiar Participante;

Leia-se:

5.6.1.2 Cópia da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) principal ou extrato da DAP Física (Declaração de Aptidão ao PRONAF) de cada Agricultor Familiar Participante, emitido nos últimos 60 dias;

Exclui-se:

5.6.1.4 Cópia Autenticada da Carteira de Produtor Rural;
5.6.1.5 Documento comprovando a Especificação de Atividade do Produtor Rural, expedido pela Secretaria Municipal de Agricultura ou Secretaria Estadual da Fazenda.

Inclui-se:

5.6.1.4 Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 252/2016 / 253/2016.

Prefeitura Municipal de Navegantes

Extrato Contratual

Contrato Nº... PMN 252/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: CR Artefatos de Cimento Ltda.

CNPJ: 01.650.178/0001-40

Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 08/03/2017

Licitação : Tomada de Preço nº 066/2015. .

Recursos : Dotação: 1.076 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2016, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MACRO DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DA RUA VEREADOR JOSE FREDERICO DE SOUZA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 0084/2013 E PROCESSO Nº 59100.000397/2013-87, conforme Concorrência Nº 160/2015.
Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Navegantes
Secretaria de Administração
Contrato Nº.: 253/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratado: Fórmula Topografia Ltda.
CNPJ: 23.155.389/0001-40.
Vigência : Início:29/12/2016 Término:..26/02/2017.
Licitação : TP36/2016.
Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.
Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2016, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIARIA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DAS RUAS FELIX VIEIRA E SIDNEI GAYA, LOCALIZADAS NO BAIRRO SÃO PAULO, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Tomada de Preço nº 36/2016.
Navegantes, 08 de dezembro de 2016.

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 267/2016 / 271/2016 / 287/2016.

Prefeitura Municipal de Navegantes
Extrato Contratual PMN Nº 267/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratado: CESAR AUGUSTO GONÇALVES ME
CNPJ: 95.086.948/0001-48.
Vigência : Início: 29/12/2016 Término:..07/04/2017
Licitação : TP46/2016.
Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.
Objeto : Segundo Termo Aditivo visando a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 202/2016, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIARIA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DAS RUAS BELMIRO MANOEL PIERRE, COSTA PANORAMICA, JOSÉ H.C. PEREIRA E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS, SINALIZAÇÃO VIARIA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DO TRECHO DA AVENIDA PREFEITO JOSÉ JUVENAL MAFRA, LOCALIZADAS NO BAIRRO GRAVATA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Tomada de Preço nº 46/2016.
Navegantes, 26 de dezembro de 2016.
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL.
Contrato Nº.: 271/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
Contratada: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA.
CNPJ: 01.614.582/0001-69.
Vigência : Início: 01/01/2017 Término:..01/04/2017.
Licitação: Concorrência nº 60/2016.
Recursos: Dotação: 1.043 4.4.90.00.00.00.00.00.
Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2016 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA BÁSICA DE ILUMINAÇÃO DO PROJETO "NOSSA PRAIA" DA ORLA DE NAVEGANTES, QUE COMPREENDE O TRECHO ENTRE AS RUAS BERNARDINO F. DE OLIVEIRA E RUA FREI ANTONINHO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC, conforme Concorrência nº 60/2016.

Navegantes, 27 de dezembro de 2016.
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL.
Contrato Nº.: 287/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
Contratada: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA.
CNPJ: 01.614.582/0001-69.
Vigência: 01/01/2017 – 01/04/2017
Licitação: CC100/2015.
Recursos: Dotação: 1.043.4490.00.00.00.00.
Objeto: Segundo Termo Aditivo visando a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 209/2015, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA DIVERSOS LOGRADOUROS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 100/2015.
Navegantes, 27 de dezembro de 2016.

PORTARIAS 433,434/2016 DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS

PORTARIA N º 433 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo com a lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1 º DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a ata de registro de preços Nº 43/2016 FMS, OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO (INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO) DE ACESSÓRIOS DE OXIGENOTERAPIA COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSÓRIOS EM COMODATO (INCLUSIVE CILINDRO DE OXIGÊNIO) E FORNECIMENTO DE OXIGENIO MEDICINAL, PARA OS PACIENTES CADASTRADOS (EM TRATAMENTO DOMICILIAR), UNIDADES BASICAS DE SAÚDE, CENTROS DE REFERENCIA, SAMU E BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, Conforme Pregão Presencial nº 43/2016 FMS, o fiscal designado: CARLA DA SILVA CARVALHO.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 434 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe

são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo com a lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a ata de registro de preços Nº 124/2016 PMN, OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE TELEFONIA FIXA, PROGRAMAÇÃO, ORIENTAÇÃO, INFRAESTRUTURA DE DADOS E AFINS, PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, Conforme Pregão Presencial nº 124/2016 PMN, o fiscal designado: Daniel Seibert Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS Nº 004/2017 ATÉ Nº 103/2017
PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

PORTARIA N º 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA LUCIA SAES AGULHARI, matrícula 222009, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "08-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 005 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CRISTIANE FELICIO, matrícula 46301, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "30-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 006 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER LUCIANA BATISTA VIEIRA, matrícula 47501, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "27-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 007 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER LUCINEIA PIERRE DOS PASSOS, matrícula 107810, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "22-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 008 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MARA SILVIA FERREIRA, matrícula 47701, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "25-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 009 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MARCIA FERNANDES RODRIGUES, matrícula 128612, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "06-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 010 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MARI ANGELA ROCHA FERREIRA, matrícula 350601, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "09-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 011 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER MARIA LUISA RANGHETTI, matrícula 48401, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "30-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 012 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER MARILOURDES DE OLIVEIRA ANDRADE MATHIOLA, matrícula 193511, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 013 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER MARISTELA FELICIO MACARINI, matrícula 48801, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "29-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 014 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER ROSANGELA MARIA DA SILVA, matrícula 146903, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "13-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 015 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER RUBIA LOTH TEIXEIRA, matrícula 227307, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 016 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER TATHIANA CORREA STERN SOARES, matrícula 402002, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "06-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER VALERIA REGINA DE CAMARGO MARTINS, matrícula 195102, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Orientador Escolar, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 018 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER APARECIDA SAGAZ DE MELLO, matrícula 45902, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Consultor Educacional, posicionando para a classe/referência "27-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 019 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER RITA DE CASSIA DA SILVA DOS SANTOS, matrícula 57705, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Consultor Educacional, posicionando para a classe/referência "10-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 020 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER SERGIO SOARES, matrícula 102605, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Consultor Educacional, posicionando para a classe/referência "09-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 021 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER ALINE WANA DE SOUZA, matrícula 1180210, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Administrador Escolar, posicionando para a classe/referência "11-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 022 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER JOSE DE PASSOS LEMOS, matrícula 64301, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Administrador Escolar, posicionando para a classe/referência "21-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 023 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais

e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ADRIANA RODRIGUES LUZ MACCARINI, matrícula 45404, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "27-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 024 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ALEXANDRA ROVER, matrícula 144904, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "04-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 025 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais

e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CHARLES SOARES, matrícula 57001, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 026 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLEONICE ANGELINA CRIVELETO ZANOTTO, matrícula 149903, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "14-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 027 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais

e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CYNTHIA ROSANGELA DE SOUZA, matrícula 117715, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "06-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 028 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER DALVA SAGAS MEDEIROS, matrícula 66601, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "16-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 029 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a

lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER DORIS KOLHER DE SOUZA, matrícula 165303, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "14-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 030 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER FRANCISCA ENIR P. DA SILVA, matrícula 47001, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "26-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 031 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER LENITA DE SOUZA GAYA, matrícula 189002, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "14-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 032 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER MARCIA DA COSTA OLIVEIRA LIBORIO, matrícula 115402, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "16-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 033 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER MARIA CLEONICE REGIS, matrícula 184901, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "15-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 034 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER MARIA DE SOUZA BENTO, matrícula 48001, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "31-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 035 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MERI ROSANE LAURENCO DA SILVA, matrícula 71106, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "24-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 036 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ROSANE RONCALIO, matrícula 115202, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "14-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 037 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ROSIMARE ROSA DE SOUZA, matrícula 62801, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "16-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 038 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER SONIA VIEIRA COSTA, matrícula 114701, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor Escolar, posicionando para a classe/referência "15-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 039 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ADENISE APARECIDA MAFRA SOARES, matrícula 224904, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "06-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 040 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ADRIANA ADELAIDE BORBA DE SOUZA, matrícula 82603, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "24-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 041 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ADRIANA CRISTIANE GAYA, matrícula 63602, no

quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "22-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 042 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ADRIANA DA SILVA POLI, matrícula 106503, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "14-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 043 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ADRIANA FERNANDES ROSA, matrícula 70101, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de

Professor, posicionando para a classe/referência "22-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 044 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ADRIANE MOREIRA DA CONCEIÇÃO SANTANA, matrícula 446803, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "04-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 045 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ALBERTINA MAZZI FLORES, matrícula 449301, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de

Professor, posicionando para a classe/referência "06-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 046 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ALEXSANDRA FERREIRA DO VALLE, matrícula 333106, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "03-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 047 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ALICE DA SILVA, matrícula 428909, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "03-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 048 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ALINE GARCIA LAZZARIS, matrícula 6190601, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "02-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 049 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ALINE PAULA PEREIRA, matrícula 1978001, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 050 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER AMERICO DUARTE MEDINA, matrícula 353401, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "08-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 051 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA CLAUDIA SOUZA, matrícula 45501, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "28-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 052 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA CRISTINA DE MORAES BRAZ, matrícula 374605, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 053 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA CRISTINA DOS SANTOS, matrícula 247705, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "10-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 054 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA GRAZIELA DE SOUZA DA LUZ, matrícula 166101, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "14-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 055 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA LUCIA SANTOS COELHO, matrícula 122803, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "14-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 056 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA MARIA ANGIOLETTI, matrícula 60313, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 057 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA PAULA DA SILVA, matrícula 1980001, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 058 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA PAULA DA SILVA PRAÇA, matrícula 2052301, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "03-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 059 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA PAULA ESPINDOLA, matrícula 334114, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "03-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 060 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA PAULA ROCHA PASSOS, matrícula 70401, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "22-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 061 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA REGINA CLAUDINO, matrícula 385908, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "04-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 062 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA RUBIA DO AMARAL ROSA, matrícula 291108, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "07-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 063 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANDREA BURGONOV, matrícula 100408, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 064 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANDREA CARLA PIMENTA, matrícula 307306, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "07-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 065 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANDREA CRISTINA DAS NEVES, matrícula 63703, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "03-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 066 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANDREA CURSEL, matrícula 372718, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "02-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 067 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANDREIA GERALDO, matrícula 185210, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 068 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANDREIA SCHMITT PONTALDI, matrícula 1673202, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "04-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 069 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANDREIA SELMIRA BENTO, matrícula 6190501, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "03-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 070 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANDREIA STEFAN, matrícula 372303, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 071 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANNE LISE PEREIRA LEOPOLDINO, matrícula 444601, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 072 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANTONIO APARICIO SAGAS, matrícula 227709, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "07-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 073 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ARIANE DA COSTA MENDES, matrícula 381006, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "04-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 074 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ARICELI VITTI, matrícula 445001, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "06-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 075 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER BENILDE PERÃO, matrícula 46001, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "26-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 076 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER BENTA CRISTINA SOUZA, matrícula 452605, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "04-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 077 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER BETANIA PERÃO DOS PASSOS, matrícula 100904, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "04-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 078 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER BRUNA PERÃO, matrícula 249510, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "06-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 079 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER BRUNA PERÃO, matrícula 249508, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "09-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 080 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CARIN DAIANA SALOMAO matricula 387616, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "04-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 081 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CARLA GISELE DE OLIVEIRA matricula 123510, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "07-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 082 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CARLOS ARIOLI matricula 1712203, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "04-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 083 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CATIA CILENE FERREIRA DOS SANTOS matricula 19401, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "26-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 084 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CATIA REGINA DA COSTA matrícula 46101, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "30-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 085 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CELIA DZIN OLEGARIO matrícula 1981201, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 086 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CELIANA FRITZ matrícula 372620, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "03-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 087 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLARICE ALVES DE MIRANDA matrícula 351001, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "07-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 088 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLAUDETE NOVAIS ALVES matrícula 101607, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "11-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 089 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLAUDIA APARECIDA DE GEORGE matrícula 165908, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "08-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 090 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLAUDIA APARECIDA DE GEORGE matrícula 165910, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "08-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 091 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLAUDIA DENISE A. BARBOSA DE BRITTO matrícula 23901, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "25-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 092 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLAUDIA LENIRA HOIER matrícula 6240901, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "03-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 093 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLAUDIANE PIERRE matrícula 66714, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "04-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 094 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLAUDINE DENISE SOUZA matrícula 101801, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "12-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 095 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLEIA RAMOS matrícula 183406, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 096 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLEIA RAMOS matrícula 183409, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "03-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 097 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLEIDE DAS NEVES SILVA matrícula 448901, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "08-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 098 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLEZIO BEZ matrícula 121109, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "10-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 099 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLOTILDE RAMOS matrícula 165710, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 100 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CONCECA MARIA DA COSTA NETA matrícula 46206, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "03-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 101 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CRISTIANE CLERIA BENTO matrícula 179310, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "08-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 102 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CRISTIANE DA ROSA LAGUNA matrícula 447502, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "05-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 103 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER DAGLIE MARGARET DA SILVA matrícula 267609, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "07-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO 33/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo nº. 33/2016, instaurado pela Portaria nº.

1632 de 29 de junho de 2016.

Indiciado: A apurar

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº. 1632 de 29 de junho de 2016, instaurou-se Processo Administrativo Disciplinar, com vistas a apurar responsabilidade por multa infligida ao veículo FORD/TRANSIT RONTA-NAMB, placa MIV 4019.

Os servidores R.L.G.; J.C.C.A.; C.R.V. e R.P.C.J. foram citados/intimados, compareceu na audiência, apenas o servidor R.P.C.L. É o Relatório.

Analisando os autos verificou-se que os senhores R.L.G. e J.C.C.A. não fazem mais parte do quadro de servidores desta Municipalidade. O senhor C.R.V encontra-se em gozo de licença para tratar de assuntos particulares.

O servidor R.P.C.J. assumiu ser o condutor do veículo em uma das infrações de trânsito relacionadas, entretanto, alegou cerceamento de defesa, o que foi reconhecido por esta Comissão.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003 (Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes/SC).

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo Administrativo, no que concerne ao ARQUIVAMENTO do processo.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 6 de janeiro de 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

PORTARIA Nº 01 DE 11 DE JANEIRO DE 2017 - NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O COMITÊ DE INVESTIMENTO.

PORTARIA Nº 01 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O COMITÊ DE INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

O DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a exigência do art. 3º da Portaria MPS nº 440 de 09 de outubro de 2013, que altera a Portaria MPS nº 519 de 24 de agosto de 2011, e em atenção a Resolução nº 01/2014, alterada pela Resolução nº 01/2016 do NavegantesPREV:

RESOLVE:

I – Nomear para serem integrantes do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes os seguintes servidores:

Membro do Comitê – Leonardo Vianna – Certificação CPA 10

Membro do Comitê – Arilson Luiz Moraes – Certificação CPA 10

Membro do Comitê – Rafael Castro – Certificação CPA 10

II – O Diretor Presidente e a Assessora Financeira do NavegantesPREV, ambos com certificação CPA 20, detêm cadeira cativa na qualidade de membro do comitê de investimentos, conforme art. 3º § 3º da Resolução nº 01/2014, alterada pela Resolução nº 01/2016.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do NavegantesPREV

Esta portaria foi registrada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 11 de janeiro de 2017.

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2017 - CONVOCA APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

DECRETO nº 001/2017

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 – DÉCIMA OITAVA CHAMADA, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 16 de janeiro de 2017 a 27 de janeiro de 2017, munido da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução do respectivo cargo:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Cópia do Título Eleitoral;

VI – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

X – Cópia Comprovante de Residência atual;

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II);

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação do Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIV – Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso;

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

XVIII – Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado(a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 11 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

ADÉRICO EDÍLIO DALRI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 001/2017)

CARGO: PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS 20 HS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
15º	30353	Denise Sborz Fantini

ANEXO II – EXAMES MÉDICOS

(Decreto nº 001/2017)

CARGOS	EXAMES
PROFESSOR E. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	Audiometria, Videolaringoscopia

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 001/2017)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do RG nº e CPF nº, Candidato (a) naª posição do Concurso Público - Edital nº 001/2014, inscrição nº, para o cargo de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº, publicado no Diário Oficial dos Municípios de/...../.....

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

DECRETO Nº 002/2017 - CONVOCA APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

DECRETO nº 002/2017

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 13 de janeiro de 2017 a 17 de janeiro de 2017, munidos da documentação abaixo relacionada:

I – 01 (uma) foto 3/4;
 II – Cópia da Carteira de Identidade;
 III – Cópia do CPF;
 IV – Cópia do Título Eleitoral;
 V – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 VI – Inscrição no PIS/PASEP;
 VII – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);
 VIII – Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);
 IX – Cópia do Comprovante de Residência;
 X – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;
 XI – Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;
 XII – Comprovante do Serviço Militar, se for o caso;
 XIII – Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;
 XIV – Atestado de Frequência Escolar;
 XV – Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.
 XVI – Declaração de Bens; Declaração de Penalidades Disciplinar e Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 11 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

ADÉRICO EDÍLIO DALRI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 002/2017)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome completo
13ª	Rosângela Domingues Chaves
14º	Elicelma Lazzaroto
15º	Vanucia de Brito
16º	Martinha Crepas Lacerda
17º	Nalzir do Prado Hoffman
18º	Lucinei Aparecida Cassaniga Bertoldi
19º	Dalva Aparecida Mendes Eccher

DECRETO Nº 003/2017 - CONVOCA APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

DECRETO nº 003/2017

convoca aprovado no concurso público nº 003/2015 – VIGÉSIMA PRIMEIRA chamada, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos

Humanos, do dia 16 de janeiro de 2017 a 27 de janeiro de 2017, munido da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução do respectivo cargo:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Cópia do Título Eleitoral;

VI – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Cópia Comprovante de Residência;

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II);

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIV – Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso;

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 11 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

ADÉRICO EDÍLIO DALRI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 003/2017)

CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
10ª	517	Willian Roberto Dutra

ANEXO II – EXAMES MÉDICOS

(Decreto nº 003/2017)

CARGOS	EXAMES
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	HEMOGRAMA

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 003/2017)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,
....., portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Concurso Público
- Edital nº , inscrição nº , para o cargo
de , pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA
à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto
nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de
...../...../..... .

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO RESULTADO DO PL Nº 001/17-CV Nº 001/17

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017 – CONVITE Nº 001/2017 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE (SEQUENCIA 01).

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Assessoria Jurídica na sede do Município de Novo Horizonte/SC, em outras Comarcas, Tribunal de Justiça e Superiores bem como Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme condições descritas neste edital e seus anexos. Que no dia de sua realização 11/01/2017 às 09:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas convidadas: COMACHIO E BAPTISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS, GILBERTO VERALDO SCHIAVINI, CALEFFI E MICHELETTO ADVOGADOS ASSOCIADOS e como auto-convidada a empresa GROSELLI E PRADO ADVOGADOS ASSOCIADOS. Após análise da documentação das empresas participantes do certame, constatou-se que as empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data pela HABILITAÇÃO de 04 (quatro) empresas participantes no processo e renúncia de recursos desta fase.

Novo Horizonte (SC), em 11 de Janeiro de 2017.
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017 – CONVITE Nº 001/2017-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE. (SEQUENCIA 02).

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Assessoria Jurídica na sede do Município de Novo Horizonte/SC, em outras Comarcas, Tribunal de Justiça e Superiores bem como Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme condições descritas neste edital e seus anexos. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, após análise das propostas, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se vencedora a empresa CALEFFI E MICHELETTO ADVOGADOS ASSOCIADOS, com valor mensal de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) e global de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura. Após o decurso do prazo legal para interposição de recursos para esta fase, os autos seguirão para análise, para posterior homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 11 de Janeiro de 2017.
Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO TA Nº 003 AO CA Nº 002/2015 ECT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 003 ao Contrato Administrativo Nº: 002/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS- ECT'
Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)
Vigência : Início: 11/01/2017 Término: 02/02/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2015
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 85.996,76
Objeto : O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.(02/02/17 a 02/02/18). Prestação de serviços e venda de produtos pela ECT, que atendem as necessidades do Contratante.

Novo Horizonte/SC, em 11 de Janeiro de 2017 – Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 005/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à aquisição de material de higiene e limpeza para todas as Secretarias. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 24/01/2017 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 11/01/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.088, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.088, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

COMITÊ GESTOR DE GOVERNO. Regulamenta.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, e com fundamento no que dispõe a Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, resolve

DECRETAR:

Art. 1º O Comitê Gestor de Governo, criado pela Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, será composto pelo Secretário Municipal de Administração, que o presidirá, pelo Secretário Municipal de Fazenda, pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e pelo Secretário Executivo de Gabinete e Desburocratização.

§ 1º O Comitê Gestor de Governo reunir-se-á 02 (duas) vezes por semana, em datas e locais a serem definidas pelo Presidente, para discutir, deliberar, e propor ao Prefeito Municipal sobre os temas que lhe sejam afetos por competência, com apoio de servidor a ser convocado pelo Presidente do Comitê Gestor.

§ 2º As deliberações do Comitê Gestor de Governo terão força normativa, imperativa e vinculante no âmbito de toda a Administração Municipal, Direta e Indireta.

§ 3º Na hipótese de empate em deliberação tomada pelo Comitê Gestor, caberá ao Prefeito Municipal decidir a questão.

Art. 2º Cabe ao Comitê Gestor de Governo, no âmbito de toda a Administração Municipal, Direta e Indireta, previamente analisar, deliberar e autorizar:

I – toda e qualquer contratação direta que se pretenda realizar através de dispensa ou inexigibilidade de processo licitatório;

II – aquisições, contratações, alterações e prorrogações de contratos e instrumentos congêneres de materiais, serviços e obras, cuja despesa seja igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

III – convocação dos aprovados em concurso público ou processo seletivo;

IV – contratação de serviços "terceirizados" e afins;

V – a concessão de horas extraordinárias de trabalho a servidores públicos municipais e contratados;

VI – a concessão de todo e qualquer benefício remuneratório aos servidores públicos municipais;

VII – demais atos administrativos a serem definidos em Resolução.

Art. 3º O Comitê Gestor de Governo somente receberá requerimentos, solicitações e consultas encaminhados e firmados pelos Secretários Municipais, Presidentes de Autarquias e Fundações e Procurador Geral do Município.

Parágrafo único. As solicitações a serem encaminhadas ao Comitê Gestor de Governo deverão ser acompanhadas de exposição de motivos, parecer jurídico, e se for o caso, pareceres técnicos, justificativa de preços com pesquisa de mercado ou tabela de referência e justificativa de contratação do fornecedor.

Art. 4º Serão atendidas com prioridade, por todas as secretarias municipais e demais órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, as requisições de informações e documentos realizados pelo Comitê Gestor de Governo, que fixará prazo peremptório para cumprimento das demandas.

Art. 5º O Comitê Gestor de Governo poderá requisitar servidores para auxiliar no assessoramento e execução de suas atividades e deliberações.

Art. 6º O Comitê Gestor de Governo desempenhará também outras atribuições e tarefas designadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º Dúvidas a respeito da interpretação deste Decreto serão dirimidas em Resolução pelo próprio Comitê Gestor de Governo.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições contrárias.

Palhoça, 10 de janeiro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.089, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.089, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGAÇÃO. Revoga o Decreto nº 1.366, de 22 de fevereiro de 2012 que trata da Redistribuição dos Profissionais da Educação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 1.366, de 22 de fevereiro de 2012 e demais disposições em contrário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 10 de janeiro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.090, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.090, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

ESTATUTO FMP. Dá nova redação ao caput do art. 20 do Decreto nº 1.489, de 05 de abril de 2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Dá nova redação ao caput do art. 20 do Anexo do Decreto nº 1.489, de 05 de abril de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 A Presidência da Faculdade Municipal será indicada e escolhida pelo Prefeito Municipal." (N.R.)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 10 de janeiro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.091, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.091, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

SERVIDORES. Determina a reapresentação de servidores cedidos ou à disposição.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso das atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Os servidores cedidos ou à disposição deverão se apresentar na Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas, nos prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 10 de janeiro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.092, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.092, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

AÇÕES ADMINISTRATIVAS. Determina medidas administrativas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso das atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica determinado prazo de 30 (trinta) dias para que a Secretaria Municipal de Saúde elabore e implante plano para redução de filas no atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para que a Secretaria Municipal de Saúde apresente relatório que identifique as Unidades de Saúde com melhores práticas de gestão e um plano de disseminação dessas práticas para as demais Unidades de Saúde do Município Palhoça.

Parágrafo Único. Fica determinado que o plano de disseminação de melhores práticas deverá conter obrigatoriamente um cronograma com prazos estabelecidos, lista de ações específicas para cada Unidade de Saúde.

Art. 3º Fica determinada a realização de auditoria sobre a folha de pagamento da Administração Direta e Indireta, a ser realizada pela Unidade de Controle Interno do Município, com apoio do Gabinete do Prefeito.

Parágrafo Único. No mesmo prazo deverá ser proposto cronograma de recadastramento de todos os servidores públicos da Administração Direta e Indireta.

Art. 4º Fica criado Grupo de Trabalho para apresentar Plano de Aumento de Arrecadação, no prazo de 90 (noventa) dias, composto pelos seguintes integrantes:

I - Secretário Municipal de Fazenda;

II - Secretário de Infraestrutura e Saneamento;

III - Secretário de Desenvolvimento Econômico;

IV - Secretário Executivo de Gabinete e Desburocratização;

V - Diretor Executivo de Controle Interno.

Parágrafo Único. O Grupo de Trabalho deve propor sugestões de aumento da base contributiva, revisão de incentivos fiscais, formalização de atividades econômicas, securitização da dívida e buscar maior correspondência entre os níveis de contribuição e a capacidade contributiva, dentre outros.

Art. 5º Fica estabelecido prazo de 15 (quinze) dias para que a Secretaria de Administração do Município apresente relatório com os contratos a vencer em 2017.

Art. 6º Fica estipulado prazo de 60 (sessenta) dias para a Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com apoio do Gabinete do Prefeito, apresentarem estudo acerca da possibilidade/viabilidade da Implantação de Parceria Público-Privada para Educação Infantil, visando à criação de novas vagas.

Art. 7º Fica limitada a nomeação de cargos comissionados no percentual de 50% (cinquenta por cento) do total de cargos existentes até o dia 30 de abril do corrente ano.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 10 de janeiro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.093, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.093, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Institui o projeto "O MUNICÍPIO na Medida" no âmbito da administração direta E INDIRETA do Poder Executivo MUNICIPAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso das atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica instituído o projeto "O Município na Medida", no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de mensuração do contingente necessário de recursos humanos ao funcionamento da administração pública, com as seguintes finalidades:

I – adequação da força de trabalho às reais necessidades da municipalidade;

II – estabelecimento de parâmetros para futuras contratações.

Art. 2º Para a execução do projeto de que trata este Decreto, fica constituído Grupo de Trabalho, composto pelos seguintes membros:

I - Secretário de Administração;

II - Secretário Executivo de Gabinete e Desburocratização;

III - Diretor Executivo de Gestão de Pessoas;

IV - Diretor Executivo de Controle Interno.

Parágrafo Único. Os trabalhos do Grupo de Trabalho de que trata o caput deste artigo serão encerrados após a apresentação do relatório, que deverá apontar as medidas necessárias para adequação do contingente dos servidores municipais.

Art. 3º O projeto de que trata este Decreto abrangerá a mensuração de recursos humanos, incluindo:

I – os cargos de servidores efetivos e comissionados;

II – os servidores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs);

III – os prestadores de serviços terceirizados ocupantes de postos de trabalho; e

IV – os estagiários.

Parágrafo único. A mensuração prevista no caput deste artigo será realizada a partir do desenvolvimento de ações previamente definidas pelo Grupo de Trabalho, que consistirão em:

I – mapeamento do quadro de pessoal com o quantitativo de cargos criados, ocupados e vagos em cada unidade organizacional;

II – levantamento do quantitativo de servidores por unidade organizacional, identificando os servidores em exercício, afastados, à disposição ou cedidos;

III – mapeamento do quantitativo e disponibilidade por unidade organizacional dos prestadores de serviços terceirizados ocupantes de postos de trabalho e estagiários;

IV – análise da distribuição do quantitativo dos servidores ativos por órgão ou entidade;

V – estimativa de vacância por aposentadoria;

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 10 de janeiro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ERRATA DO ANEXO IX PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 233, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ERRATA DO ANEXO IX PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 233, de 22 de dezembro de 2016.

ANEXO	IX	–	TAXA	DE	FISCALIZAÇÃO	DE	OBRAS	-	TFO
TIPO DE OBRA OU ATIVIDADE					Unidade	R\$ por unidade			
Licenciamento de Obra popular até 70 m2					.m²	2,51			
Licenciamento de Obra					.m²	5,59			
Licenciamento de Obra – Galpões e prédios industriais					.m²	4,37			
Licenciamento para Demolição					.m²	1,51			
Licenciamento para Reforma					.m²	2,45			
Alinhamento de muro					.ml	6,96			

Marquises, cobertas e tapumes	.ml	31,38
Habite-se - Licença para habitar	Até 100 m2	156,82
	De 100 a 300 m2	219,6
	De 300 a 500 m2	313,76
	De 500 a 1000 m2	439,18
	De 1000 a 2000 m2	627,52
	De 2000 a 5000 m2	941,28
	Acima de 5000 m2	1568,8
Desmembramento	Por lote	61,03
Amembramento	Por lote	61,03

Licenciamento e Análise para Parcelamento de Solo	R\$ Convencional	R\$ Popular	R\$ Institucional
Loteamento, arruamento e condomínio – por lote ou fração	94,92	42,71	23,73

Considera-se: Convencional como o Parcelamento de solo usual ; Popular o Parcelamento de solo assim reconhecido por ato da Administração Pública e Institucional como o Parcelamento de solo para assentamento urbano definido por ato da Administração Pública.

RESULTADO CHAMADA PUBLICA 140-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO CHAMADA PÚBLICA Nº140/2016

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento da proposta apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº140/2016, na modalidade CHAMADA PÚBLICA, que consiste na aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrutis orgânicos) da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE da rede pública Municipal de Palhoça.

EMPRESA HABILITADA

RECANTO DA NATUREZA PRODUTOS ORGÂNICOS LTDA

Palhoça, 10 de Janeiro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 01/2017

PORTARIA Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolvem:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado recesso das atividades do Poder Legislativo Municipal no período compreendido entre 02 de janeiro de 2017 a 05 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Férias coletivas a todos os servidores deste Poder Legislativo no período compreendido entre 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2017.

Art. 3º – Durante o período previsto nos artigos anteriores, o expediente desta Casa Legislativa ficará suspenso.

Art. 4º - Em caso de necessidade, ato do Presidente designará e convocará servidores para o bom andamento dos trabalhos.

Art. 5º - A Câmara Municipal de Palhoça retornará seu expediente normal a partir de 06 de fevereiro de 2017.

Art. 6º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive a Portaria Nº 234 de 17 de Novembro 2016.

FÁBIO COELHO

Presidente

PORTARIA Nº 02/2017

PORTARIA Nº 02, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolvem:

EXONERAR:

Art. 1º - Exonera os servidores ocupantes de cargo em comissão conforme relação abaixo:

Nº	Servidor	Cargo
981	ABILIO LUCAS DOS SANTOS	ASSESSOR PARLAMENTAR
1001	ADELIR JOSÉ DE FREITAS	ASSESSOR PARLAMENTAR
997	ALAN PLÁCIDO DA SILVA	COORDENADOR DE COMUNICACAO 2013
808	ALEXANDRE DE LIMA	ASSESSOR PARLAMENTAR
917	ALISSON HANDY GOMES BARBOSA	SECRETARIO EXECUTIVO DA PRESIDÊNCIA 2013
807	ÁLVARO GERALDO DE SOUZA	ASSESSOR PARLAMENTAR
936	ALVARO MACIEL PEREIRA	SUBGERENTE DE INFORMÁTICA
982	ANDERSON SOUZA DE CAMPOS	ASSESSOR DE EVENTOS DO CERIMONIAL
943	ANDRE LUIZ VOIGT FORNEROLLI	ASSESSOR DE PLENARIO 2013
915	ANDREIA VALDA DAUCEN	ASSESSOR PARLAMENTAR
966	ANESTOR PEDRO PEDRO DENONI	COORD. DE PROC. E COMISSOES 2013
1007	BIANCA MALFATTI DA SILVA	ASSESSOR PARLAMENTAR
994	BRÍGIDA DELLA BARBA SPILLERE	ASSESSOR PARLAMENTAR
805	CRISTALDO BORGES CASSETTARI	CHEFE DE GABINETE
929	DENIS MATOS	GERENTE DE INFORMATICA 2013
907	DEYSE CRISTIANE S. DE CAMPOS	ASSESSOR PARLAMENTAR
972	DIEGO GOMES AMORIM	ASSESSOR DE COMISSOES 2013
949	DIOGO VALDENIR RODRIGUES	GERENTE DE PATRIMÔNIO
802	EDSON ALMIR MIRANDA	ASSESSOR PARLAMENTAR
990	EDSON MANOEL DA SILVEIRA	ASSESSOR DE COMISSOES 2013
926	ELIANE DA SILVA SANTOS	ASSESSOR PARLAMENTAR
947	ELIANE MARIA DE SOUZA	CHEFE DE SERVIÇOS GERAIS
906	EMANUELLE APARECIDA CAMPOS	ASSESSOR PARLAMENTAR
916	EMERSON DENTI DALL AGNOL	DIRETOR ADMINISTRATIVO
948	ERALDO ROBERTO MORAIS	ASSESSOR PARLAMENTAR
979	ERICK H. MARTINS DE ANDRADE	ASSESSOR PARLAMENTAR
903	FABRICIO PEREIRA	CHEFE DE GABINETE
894	FERNANDA SALAZAR ALMEIDA	ASSESSOR PARLAMENTAR
819	GABRIEL INÁCIO FERNANDES	ASSESSOR PARLAMENTAR
978	GABRIELA VALDETE MARTINS	ASSESSOR PARLAMENTAR
811	GILBERTO ROCHA MACHADO	ASSESSOR PARLAMENTAR
925	GILDA M. DOS SANTOS DE OLIVEIRA	ASSESSOR DE COMISSOES 2013
970	GILLIARD ISAC MARTINS	COORD. DE PROC. E COMISSOES 2013
1002	HUDSON ROBERTO ALVES	CHEFE DE GABINETE
799	IDIONE JORDAO E SILVA VIEIRA	ASSESSOR PARLAMENTAR
934	JAIR DA SILVA	ASSESSOR PARLAMENTAR
1005	JAQUELINE DE SOUZA MARTINS	ASSESSOR PARLAMENTAR
985	JHONATAN LUCAS MARTINS	ASSESSOR DE COMISSOES 2013
921	JHONNY ROBERTO DE MELO	ASSESSOR JURIDICO 2013
1003	JOÃO PAULO MOTTA FILHO	ASSESSOR PARLAMENTAR
920	JOAO RICARDO DA SILVA	CONSULTOR JURIDICO DA PRESIDÊNCIA 2013
806	JOELMA TEREZINHA V. DA SILVA	ASSESSOR PARLAMENTAR

942	JOSANE NIENCHOTER	ASSESSOR PARLAMENTAR
824	JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA	CHEFE DE GABINETE
941	JOSE LAURI DA SILVA	DIRETOR LEGISLATIVO
797	JOSÉ NILTON PEREIRA	CHEFE DE GABINETE
991	JOSÉ ROBERTO H. DE ANDRADE	ASSESSOR DE PLENARIO 2013
814	JOSE ROBERTO OLIVEIRA DA ROSA	ASSESSOR PARLAMENTAR
905	JOSIMAR FELIX ALVES	ASSESSOR PARLAMENTAR
813	KAITY VIDAL	ASSESSOR PARLAMENTAR
816	KARIN KNABEN SILVEIRA	CHEFE DE GABINETE
888	LEONEL NAZARENO ROZAR	ASSESSOR PARLAMENTAR
879	LUANA SOUZA MARTINS	ASSESSOR PARLAMENTAR
954	LUIZ CARLOS JORGE DOS SANTOS	ASSESSOR PARLAMENTAR
967	LUIZ FERNANDO DA SILVA	ASSESSOR DE PLENARIO 2013
873	MÁRCIA M. ELIAS LEMSEWR	ASSESSOR PARLAMENTAR
956	MARCIO CARDOSO	ASSESSOR PARLAMENTAR
984	MARCIO JOAO MARTINS	ASSESSOR DE PLENARIO 2013
946	MARCOS JOÃO DE MATOS	ASSESSOR CULTURAL E HISTORICO 2013
1008	MARCOS JOSE COELHO	ASSESSOR DE COMISSOES 2013
955	MARIANA SILVEIRA DE FREITAS	ASSESSOR DE COMISSOES 2013
922	MARIO ROBERTO FERNANDES	ASSESSOR PARLAMENTAR
945	MARTA STANGE DA SILVEIRA	ASSESSOR PARLAMENTAR
989	MATILDES M. RODRIGUES DA SILVA	ASSESSOR DE PLENARIO 2013
988	NEIDE APARECIDA SURDILEONEL	ASSESSOR PARLAMENTAR
829	NEREU CAPISTRANO FILHO	ASSESSOR PARLAMENTAR
794	NOADILSON OTAVIO DA SILVA	ASSESSOR PARLAMENTAR
969	NOAILTON OTAVIO DA SILVA	ASSESSOR PARLAMENTAR
931	OSMAR SILVA NETO	ASSESSOR DE COMISSOES 2013
987	PATRICIA ALEXANDRE	DIRETOR ADJUNTO 2013
930	PATRICIA DA SILVA	ASSESSOR DE PLENARIO 2013
971	PERCI PEDRO DA SILVA	CHEFE DE SEÇÃO DE ALMOXERIFADO
868	PETERSON ALVES DA SILVA	ASSESSOR PARLAMENTAR
940	RAFAEL BATISTA DOS SANTOS	DIRETOR DE CONTROLE INTERNO 2013
820	RAQUEL MACIEL	CHEFE DE GABINETE
938	RODRIGO BERGAMINO DA SILVA	ASSESSOR DE PLENARIO 2013
951	RODRIGO SILAS DE SOUZA	ASSESSOR DE COMISSOES 2013
911	ROQUE JOAO DIAS	COORD. DE PROC. E COMISSOES 2013
798	ROSENIR M. ERHARDT SALAZAR	ASSESSOR PARLAMENTAR
883	RUHAN SCHMITT DE SOUZA	CHEFE DE GABINETE
1006	SAIONARA APARECIDA DA SILVA	COORD. DE PROC.E COMISSOES 2013
968	SILVANA MEURER	ASSESSOR PARLAMENTAR
801	SOPHIA ZACCHI DA ROSA	CHEFE DE GABINETE
959	TAMIREZ ADRIANA GOULART	ASSESSOR DE COMISSOES 2013
939	TAMIRIS FERREIRA	SECRETARIO EXEC. DA PRESIDÊNCIA 2013
821	TATIANA DOS SANTOS STEFFENS	ASSESSOR PARLAMENTAR
1004	TATIANE DE FARIAS	ASSESSOR PARLAMENTAR
983	THIAGO FRANCISCO DE OLIVEIRA	ASSESSOR DE COMISSOES 2013
975	VANESSA APARECIDA RODRIGUES	ASSESSOR PARLAMENTAR
908	VANESSA DE CASSIA DELFINO	ASSESSOR DE COMISSOES 2013
932	VICENTE SIEGEL NETO	ASSESSOR DE PLENARIO 2013
832	WALDIR WAGNER SOBRINHO	CHEFE DE GABINETE

927	WIVIANE ABREU DO CARMO	ASSESSOR PARLAMENTAR
-----	------------------------	----------------------

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

PORTARIA Nº 03/2017

PORTARIA Nº 03, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

CESSAR:

Art. 1º - Fica cessada a Produtividade dos Servidores abaixo relacionados:

Alexandre Peraça Reis	100%
Cleonice Pavan	100%
Delamar Borges	100%
Douglas Moreira	50%
Gabriela Cardoso Baschiroto	100%
Jane dos Santos Folster	100%
Jean Pierre Patzlaff	50%
Joelma Eliane Schimidt	100%
Katiane Vulczak Golin	100%
Maria Inácia de Mello Piazza	80%
Maria Jose da Silva Schtz	100%
Markus Vinicius Schutz	100%

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

PORTARIA Nº 04/2017

PORTARIA Nº 05, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolvem:

RESOLVEM:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria nº 06, de 05 de Janeiro de 2015, que nomeia Comissão de Licitação desta Casa Legislativa.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

PORTARIA Nº 05/2017

PORTARIA Nº 04, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

DESTITUIR:

Art. 1º - Ficam os servidores efetivos abaixo relacionados destituídos das Funções Gratificadas:

Ivanete Clarice Martins	Gerente de Compras	100%
João Nestor de Matos	Gerente Financeiro	100%
Marciane Lohn	Gerente Legislativo	100%
Rafael Martins	Gerente de Áudio e Vídeo	100%
Ana Nuncia N. Collaço	Coord.Rec. Humano	100%
Cristiane Ap. da Silva	Coord. Licitação	100%

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

PORTARIA Nº 06/2017

PORTARIA Nº 06, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolvem:

EXONERAR:

Art. 1º - Exonera os servidores ocupantes de cargo em comissão conforme relação abaixo:

Nº	Servidor	Cargo
910	DAURI BORGES	DIRETOR GERAL
810	NEIDLEN HOHENSEE HENRIQUE	ASSESSOR PARLAMENTAR

Art. 2º. – As despesas a que se refere o artigo anterior ocorrerão por conta da dotação 3.1.1.0 dos orçamentos vigentes da Câmara.

Art. 3º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

PORTARIA Nº 07/2017

PORTARIA Nº 07, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolvem:

TORNAR SEM EFEITO:

Art. 1º - Tornar sem efeito a Portaria nº 05, de 02 de janeiro de 2017, que cessou os efeitos da Portaria nº 06, de 05 de Janeiro de 2015, que nomeou a Comissão de Licitação desta Casa Legislativa.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FÁBIO COELHO
Presidente

Paraíso

PREFEITURA

DECRETO 1868/2017

DECRETO Nº1868/2017.

“Designa responsáveis e Gestores dos Fundos do Município e contém outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e legais vigentes.

DECRETA

Art. 1º Ficam designados como responsáveis e Gestores dos Fundos e Hospital do Município de Paraíso, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto neste Ato e demais disposições constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificados, a saber:

UNIDADES GESTORAS	GESTORES RESPONSÁVEIS
Fundo Municipal de Saúde	Marines Eckert
Fundo Municipal de Assistência Social	Marlene Furlan Giacomini
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	Marlene Furlan Giacomini
Fundo Municipal da Defesa Civil	Valdecir Antonio Casagrande

Art. 2º Aos titulares pelos Fundos Municipais deste Ente Federado, são responsáveis como ordenadores primários e sujeitos a tomada de contas na forma da legislação vigente e perante ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Os Gestores, Servidores integrantes do Quadro de Pessoal deste Município, exercerão as atribuições ora lhes determinadas, sem quaisquer ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Ato, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso, 02 de janeiro de 2017.
Valdecir Antonio Casagrande
Prefeito Municipal

Elisandro Dos Santos Costa
Secretário Municipal da Administração
Fazenda e Planejamento

Este Decreto foi registrado e
Publicado na forma da Lei.
Paraíso (SC), 02 de Janeiro de 2017.

Servidor Responsável

DECRETO 1869/2017

DECRETO Nº 1869/2017.

“DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA UFRM – UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, promulgada em 06 de novembro 1993 em seu artigo 64, inciso VI e Lei Municipal nº 611/2001, artigo 366 de 20 de dezembro de 2001, alterada pela Lei municipal nº 1249/2011.
DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 1.179,63 (Hum mil cento e setenta e nove reais e sessenta e três centavos) o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Parágrafo único. O valor atribuído a UFRM é oriundo da aplicação da variação do INPC- Índice Nacional de Preços ao Consumidor, no percentual de 7,53%, relativo ao período de Janeiro a Dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso, 11 de Janeiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

ELISANDRO DOS SANTOS COSTA
Secretário Municipal de Administração,
Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e
Publicado na data supra
Paraíso (SC), 11 de Janeiro de 2017

Servidor Responsável

DECRETO 1870/2017

DECRETO Nº1870 /2017

“Fixa o prazo para recolhimento da Taxa de Licença para Permanência no Local – TLLPL relativa ao exercício de 2017 e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 284, da Lei nº 611/2001, de 28 de dezembro de 2001:

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de até o dia 28 de abril de 2017- para que os contribuintes do município de Paraíso, Estado de Santa Catarina, procedam os recolhimentos incidentes sobre a Taxa de Licença para Permanência no Local - TLLPL, relativo ao exercício de 2017, sobre o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, definidos em Lei.

§ 1º Os recolhimentos serão efetuados em parcela única junto à rede bancária autorizada.

§ 2º Após a data estabelecida no "caput" do presente artigo, os débitos serão inscritos em Dívida Ativa, e estarão sujeitos a execução fiscal, e demais penalidades previstas em Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 11 de Janeiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

ELISANDRO DOS SANTOS COSTA

Secretário Municipal de Administração

Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e

Publicado na data supra

Paraíso (SC) 11 de Janeiro de 2017.

Servidor responsável

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO Nº 004-2017- SUPLEMENTAÇÃO PREFEITURA

DECRETO Nº 004/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"SUPLEMENTA AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Inciso III da Lei Municipal Nº 1032 de 06 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2017, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo discriminada:

Órgão: 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Proj./Atividade 2.043 Manutenção da Secretaria de Agricultura

3.3.50.00.00.00.00 0100(105)Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Total R\$ 24.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Proj./Atividade 2.043 Manutenção da Secretaria de Agricultura

3.1.90.00.00.00.00 0100(104)Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Total R\$ 24.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 02 de janeiro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de janeiro de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO Nº 007, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 007, de 11 de janeiro de 2017.

“DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA UFM (UNIDADE FISCAL MUNICIPAL) PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 475 da Lei Complementar n.º 033/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM (Unidade Fiscal Municipal), para o exercício de 2017, no valor de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos), tomando por base o IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) referente aos últimos 12 (doze) meses.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se.

Passos Maia/SC, 11 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Secretário Executivo.

DECRETO Nº 008, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 008, de 11 de janeiro de 2017.

“DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA PLANTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 213 da Lei Complementar n.º 033/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da Planta de Valores Imobiliários para o exercício de 2017, tomando por base o IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) referente aos últimos 12 (doze) meses, conforme a tabela abaixo:

PLANTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS		
I – IMÓVEIS URBANOS		
ZONA	ÁREA	Valor por m²
ZONA 01	AZUL	R\$ 26,86
ZONA 02	VERMELHA	R\$ 21,50
ZONA 03	AMARELA	R\$ 17,20
ZONA 04	VERDE	R\$ 13,74
ZONA 05	BRANCA	R\$ 11,00
II – IMÓVEIS RURAIS		

Descrição	Valor por m²
a) Área Mecanizada e Mecanizável (acima de 75 %)	R\$ 1,82
b) Área Mecanizada e Mecanizável (de 50 a 75 %)	R\$ 1,37
c) Área Mecanizada e Mecanizável (de 25 a 50%)	R\$ 0,74
d) Área Mecanizada e Mecanizável (até 25 %)	R\$ 0,46
e) Área de Reflorestamento	R\$ 0,34
f) Área Inclinada não Agricultável e de Preservação Ambiental.	R\$ 0,16

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 11 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Secretário Executivo

DECRETO Nº 009, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 009, de 11 de janeiro de 2017.

“REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DE TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, ALVARÁ, TAXA DE EXPEDIENTE E IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e Art. 222, da Lei Complementar 033/2009 de 29 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam definidos os critérios, forma e prazo para o recebimento das Taxas de localização, Alvará, Expediente e Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), para o exercício de 2017.

Art. 2º O Pagamento das taxas referentes à Licença para Localização e Funcionamento e Alvará poderá ser efetuado em cota única até 10/03/2017, com desconto de 20% (vinte por cento) ou em 3 (três) parcelas, sem desconto, vencíveis respectivamente em 10/03/2017, 10/04/2017 e 10/05/2017.

Art. 3º O recolhimento das taxas municipais deverá ser efetuado na Cooperativa de Crédito Rural Vale do Rio Chapecozinho Ltda. – SICOOB VALCREDI, por meio de boleto bancário.

Parágrafo único: O pagamento por cheque considerar-se-á quitado somente após a sua efetiva compensação.

Art. 4º A inadimplência ocasionará a suspensão da validade da Licença para Localização e Funcionamento e do Alvará até a regularização do débito municipal.

Art. 5º O Pagamento das taxas referentes à Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza deverá ser efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente à data da prestação do serviço.

Art. 6º As taxas pagas fora dos prazos estabelecidos sofrerão os reajustes previstos em Lei.

Art. 7º Pelo presente Decreto ficam notificados os contribuintes do lançamento do tributo, bem como, da possibilidade da retirada do documento de arrecadação a partir de 20 de fevereiro de 2017, junto ao Departamento de Tributação da Administração Municipal de Passos Maia.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 11 de janeiro de 2017.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Secretário Executivo

DECRETO Nº 010, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 010, de 11 de janeiro de 2017.

“FIXA PRAZO DE PAGAMENTO DO ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL, O VALOR DIÁRIO E MENSAL PARA LICENCIAR VENDEDORES AMBULANTES PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 28 da Lei Municipal n. 054/93, de 12 de novembro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º O Alvará Sanitário Anual terá validade até o dia 31 de janeiro do ano subsequente à sua expedição.

Art. 2º O recolhimento das taxas mencionadas no art. 1º deverá ser efetuado na Cooperativa de Crédito Rural Vale do Rio Chapecozinho Ltda – SICOOB VALCREDI, por meio de boleto bancário.

§ 1º O valor da taxa deverá ser recolhido até o dia 10 de março do ano correspondente.

§ 2º As taxas pagas fora do prazo estabelecido sofrerão os reajustes previstos em Lei.

§ 3º O pagamento por cheque considerar-se-á quitado somente após a sua efetiva compensação.

Art. 3º A inadimplência ocasionará a suspensão da validade do Alvará Sanitário até a regularização do débito municipal.

Art. 4º Os vendedores ambulantes poderão ser licenciados mediante o recolhimento de taxa diária no valor de três UFM's, ou mensal de quinze UFM's.

Parágrafo único: Nos casos previstos no caput desse artigo, o Alvará Sanitário somente será expedido após o recolhimento da respectiva taxa.

Art. 5º Pelo presente Decreto ficam notificados os contribuintes do lançamento do tributo, bem como, da possibilidade da retirada do documento de arrecadação a partir de 10/02/2016 junto ao Departamento de Tributação da Administração Municipal de Passos Maia.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 11 de janeiro de 2017.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Secretário Executivo

DECRETO Nº 011, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 011, de 11 de janeiro de 2017.

“REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXAS INERENTES, DE CONFORMIDADE COM O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, c/c CAPÍTULO VIII, da Lei Complementar 033/2009, de 29 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam definidos os critérios, formas e prazos para o pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, Taxas de Expediente, de Coleta de Lixo e de Conservação Pública para o exercício de 2017.

Art. 2º O Pagamento dos tributos poderá ser efetuado em cota única com desconto de 20% (vinte por cento) até 10/03/2017, com desconto de 10% (dez por cento) até 10/04/2017 e com desconto de 5% (cinco por cento) até 10/05/2017, ou em cinco parcelas iguais e sucessivas, sem desconto, vencíveis respectivamente em 10/03/2017, 10/04/2017, 10/05/2017, 10/06/2017, e 10/07/2017.

Art. 3º A mora ou inadimplemento sujeita o devedor ao pagamento de multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor de cada parcela em atraso, sem prejuízo da correção monetária.

Art. 4º O recolhimento do referido tributo e das aludidas taxas deverá ser efetuado na Cooperativa de Crédito Rural Vale do Rio Chapecozinho Ltda. – SICOOB VALCREDI, mediante o pagamento de boleto bancário.

Parágrafo único: O pagamento por cheque considerar-se-á quitado somente após a sua efetiva compensação.

Art. 5º Pelo presente Decreto ficam notificados os contribuintes do lançamento do tributo, bem como, da possibilidade da retirada do documento de arrecadação a partir de 20/02/2017 junto ao Departamento de Tributação da Administração Municipal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 11 de janeiro de 2017.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Secretário Executivo

Penha

PREFEITURA

CONTRATO 001/2017-RH-PMP

CONTRATO Nº 001/2017 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/2005, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº05/2016- PMP

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, neste ato denominado simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JESUÍNO DOS SANTOS NETO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 021.319.389-26, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua Basileu José de Souza, 88, Gravatá, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço de limpeza de praia – AUXILIAR OPERACIONAL, prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/2005, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto as praias deste Município, numa jornada de trabalho de 44horas semanais, cujo expediente será principalmente sábados, domingos e feriados, resguardando um dia da semana em horário a ser fixado pelo Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$977,50 (novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 06/01/2017 até 23/03/2017 cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

12 - Secretaria de Serviços Urbanos
03 -Departamento Operacional
2.040 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional - 3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo Auxiliar Operacional, através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente

instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 06 de janeiro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITURA

JESUÍNO DOS SANTOS NETO
CONTRATADO(A)

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 3122/2017

DECRETO Nº3122/2017

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA FINANCEIRA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que a atual Gestão assumiu a Administração Municipal há poucos dias e encontrou uma situação de inteira desordem administrativa e financeira no Município, o que interfere diretamente no desempenho da atual Gestão, vez que muitos dos problemas ainda não foram solucionados;

CONSIDERANDO que a atual Gestão está tendo de regularizar diversas situações jurídicas de servidores que não tinham seus direitos resguardados pela Gestão anterior, o que acarretou, além da necessidade de cumprimento dos programas governamentais, o aumento do gasto de pessoal do Município;

CONSIDERANDO que a administração anterior não deixou saldo em conta para quitação das obrigações legais da folha de pagamento de dezembro/2016, bem como, a situação irregular de alguns profissionais da educação;

CONSIDERANDO a necessidade imediata de corte de despesas, com a finalidade de possibilitar o pagamento da folha de pessoal, das obrigações patronais, bem como a manutenção dos serviços públicos básicos e essenciais para a população, principalmente os ligados às áreas da saúde, educação básica, assistência social, limpeza pública e demais serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de equilíbrio entre as receitas e despesas do município;

CONSIDERANDO a escassez de recursos por que passam as Prefeituras do país;

DECRETA:

Art.1º - Fica Decretado Estado de Emergência Financeira, pelo período de 60 (sessenta) dias, devido as mais variadas pendências administrativo-financeiras advindas da administração anterior do

Município de Penha.

Art.2º - Para implementar medidas que acarretem a redução de despesas da Administração Municipal deverá ser criada uma comissão de gestão composta por membros das Secretarias Municipais de Administração; Saúde; Educação; Obras e Assistência Social, bem como do Controlador-Geral e do Procurador-Geral do Município.

§ 1º - A Comissão a que trata esse artigo deverá, no prazo de 30 dias, levantar todas as medidas necessárias e possíveis para a redução de despesas da Administração Municipal.

§ 2º - Quando da realização de cortes de despesas, deverá a comissão resguardar, na medida do possível, a manutenção dos serviços básicos à população, especialmente na área de saúde, educação e limpeza pública.

§ 3º - A Comissão deverá elaborar relatório quinzenalmente, no qual deverá constar a atual situação de cada secretaria, bem como as metas a serem atingidas individualmente por cada secretaria quanto a redução de gastos.

§ 4º. A Comissão de Gestão fiscalizará a execução das medidas constantes nesse Decreto, reportando imediata e diretamente ao Chefe do Executivo quando constada a inobservância das determinações.

§ 5º. Fica sob responsabilidade da Comissão instituída neste artigo, a elaboração de um relatório contendo todas as despesas, obrigações e patrimônio deixados pela administração anterior.

Art.3º - Fica determinado a todos os Secretários Municipais que procedam à imediata avaliação de todos os contratos, subvenções, convênios e congêneres, firmados no âmbito de suas respectivas competências, visando a redução dos valores ou até mesmo a respectiva rescisão.

Parágrafo Único - As revisões contratuais visam reduzir ao máximo as despesas do Município, mantendo-se apenas os gastos mínimos necessários ao regular funcionamento das respectivas unidades administrativas, com a finalidade de viabilizar a continuidade do atendimento às obrigações constitucionais ou legais, bem como da prestação dos serviços públicos essenciais e/ou mais importantes.

Art.4º - O Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Administração fica proibido de realizar o pagamento de horas extras, sem a devida justificativa e autorização.

Art.5º - Todos os servidores deverão responder pela racionalização e economia de energia elétrica, telefone e combustível, papel, tinta de impressora, equipamentos e ferramentas, bem como pela conservação e segurança no uso de todo equipamento e veículo.

Art. 6º - A partir desta data, cada Secretário, Superintendente ou Dirigente de Órgão Público Municipal deverá promover as seguintes reduções no seu setor:

I - 30% (trinta por cento) nos gastos com combustíveis;
II - 30% (trinta por cento) nos gastos com telefonia;
III - 20% (vinte por cento) nos gastos com água e 20% (vinte por cento) nos gastos com energia elétrica.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Penha/SC, 06 de janeiro de 2017.
Aquiles José Schneider da Costa
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

Leandro de Lima Borba
Secretário de Administração

DECRETO Nº. 3123/2017

DECRETO Nº3123/2017

DETERMINA A INTERDIÇÃO DO REFEITÓRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que a atual Gestão assumiu a Administração Municipal há poucos dias e encontrou vários equipamentos públicos em situação precária;

CONSIDERANDO que é dever do Gestor Público garantir a segurança e bem estar dos servidores públicos;

CONSIDERANDO que o refeitório municipal não possui as mínimas condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, infringindo a legislação vigente, especialmente a Norma Regulamentadora 24 do Ministério do Trabalho;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado à interdição do refeitório municipal, localizado no pátio do Paço Municipal.

Art. 2º - De maneira provisória será utilizada outra sala, também situada no pátio do Paço Municipal, a fim de garantir que servidores públicos municipais possam realizar suas refeições em um local seguro e limpo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Penha/SC, 06 de janeiro de 2017.
Aquiles José Schneider da Costa
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

Leandro de Lima Borba
Secretário de Administração

DECRETO Nº. 3124/2017

DECRETO Nº3124/2017

Regulamenta o uso da Escola Municipal Cipriano Custório para jovens da Igreja Adventista do 7º Dia, entre os dias 12 a 22 de janeiro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o pedido feito pelo Pastor da Igreja Adventista do

7º Dia, através do Ofício 18/2016, protocolado junto a Secretaria de Educação do Município de Penha;

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Secretaria de Educação Municipal autorizada a ceder as dependências de sala de aula, banheiros e cozinha da Escola Municipal Cipriano Silvino Custódio para jovens da Igreja Adventista do 7º Dia, no período de 12 a 22 de janeiro do corrente ano.

Parágrafo Único: As dependências da escola deverão ser utilizadas apenas como dormitório e refeitório.

Art. 2º. Fica estabelecida a proibição de realização de cultos ou afins, nas dependências da escola municipal.

Art. 3º. A entidade solicitante será responsável por:

- I. zelar pelo patrimônio;
- II. entregar a unidade escolar na mesma situação que lhe foi cedida;
- III. limpar o espaço utilizado ao final do evento.

Art. 4º. Em caso de constatação de dano, a entidade solicitante deverá cobrir os prejuízos causados à unidade cedida.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Penha/SC, 06 de janeiro de 2017.
Aquiles José Schneider da Costa
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

Leandro de Lima Borba
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 35

PORTARIA N.º 35/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. NICÉLIO ASSI VELOSO para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 41

PORTARIA N.º 41/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ALCEMIR ANTONIO FERREIRA para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 36

PORTARIA N.º 36/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. CLAUDIO BENEDITO DE LIMA para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 37

PORTARIA N.º 37/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA para ocupar o cargo em comissão de GERENTE DE CONVÊNIOS E PROJETOS, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 38

PORTARIA N.º 38/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. LUIZ EDUARDO BUENO para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, da PROCURADORIA JURÍDICA a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 39

PORTARIA N.º 39/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. JOSÉ MARCELLO CRISTELLI para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DO MEIO AMBIENTE, da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 40

PORTARIA N.º 40/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. NAIR CARDOSO para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE FROTAS I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº32

PORTARIA N.º 32/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. LINDOMAR EZIER SCHULLE FILHO, para responder pelo expediente da SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº33

PORTARIA N.º 33/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. WALDEMIR JOSÉ MAFRA JUNIOR para ocupar o cargo em comissão de CONTROLADOR ADJUNTO, da CONTROLADORIA INTERNA a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº34

PORTARIA N.º 34/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CÉLIA DA SILVA para ocupar o cargo em comissão de COORDENADORA DO CREAS, da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 2ª Sessão Extraordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos nove de dezembro de 2016, às 14:00 horas. Presentes todos os Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida solicitou a Leitura de Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto Substitutivo global nº 01 ao Projeto de Emenda a LOM nº 03/2016. Projeto de Emenda a LOM nº 05/2016. Projeto de Lei Ordinária nº 25/2016, de autoria do Poder Executivo. Projeto de Lei Ordinária nº 31/2016, de autoria do Poder Executivo. Projeto de Emenda a LOM nº 04/2016. Iniciou a ORDEM DO DIA de acordo com Artigo 182 R.I. com a Discussão e Votação Única ao Projeto de Lei Ordinária Nº 31/2016 de autoria do Poder Executivo. Projeto APROVADO por unanimidade. Discussão e Votação Única ao Projeto de Lei Ordinária Nº 25/2016 de autoria do Poder Executivo. Projeto APROVADO por unanimidade. Em 1ª Discussão e Votação o Projeto Substitutivo global nº 01 ao Projeto de Emenda a LOM nº 03/2016. Projeto Aprovado com abstenções dos Vereadores Felipe Rebello Schmidt e Jesuel Francisco Capela e 9 votos favoráveis. Em 1ª Discussão e Votação o Projeto de Emenda a LOM nº 05/2016. Projeto Aprovado por unanimidade dos votos. Em 1ª Discussão e Votação o Projeto de Emenda a LOM nº 04/2016. Projeto Aprovado por unanimidade dos votos. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia doze de dezembro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário. Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 09 de dezembro de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI
Presidente

ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO
1º Secretário

PORTARIA Nº 01/2017

PORTARIA Nº01/2017

NOMEIA ASSESSOR LEGISLATIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

MARIA JURACI ALEXANDRINO, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, Art. 50, §2, II ,

RESOLVE:

NOMEAR: ORIZETE CELESTINO NUNES, para ocupar o cargo de Assessor Legislativo da Câmara de Vereadores de Penha, a contar de 03 de janeiro de 2017.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMpra-SE

Penha, 03 de janeiro de 2017.
MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

PORTARIA Nº 02/2017

Portaria Nº 2/2017

NOMEIA ASSESSOR LEGISLATIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

MARIA JURACI ALEXANDRINO, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, Art. 50, §2, II ,

RESOLVE:

NOMEAR: GABRIELA GUAREZZI BENTO, para ocupar o cargo de Assessor Legislativo da Câmara de Vereadores de Penha, a contar de 04 de janeiro de 2017.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMpra-SE

Penha, 04 de janeiro de 2017.
MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

PORTARIA Nº 03/2017

Portaria Nº 3/2017

NOMEIA ASSESSOR LEGISLATIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

MARIA JURACI ALEXANDRINO, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, Art. 50, §2, II ,

RESOLVE:

NOMEAR: MATHEUS DE SOUZA MELO, para ocupar o cargo de assessor Legislativo da Câmara de Vereadores de Penha, a contar de 10 de janeiro de 2017.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMpra-SE

Penha, 10 de janeiro de 2017.
MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 4-2017

DESIGNA RESPONSÁVEIS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA

Ozair Vieira de Brito, Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XIII e XXVII do Regimento Interno desta Casa,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido que a conta bancária nº 49.620-0, da Camara Municipal de Vereadores de Peritiba/SC, da agência nº 5355 do Banco do Brasil, serão movimentadas pelas pessoas abaixo descritas:

- I - Ozair Vieira de Brito – Presidente. CPF nº 098.342.659-72;
- II - César Claudir da Silva – Servidor efetivo. CPF nº 883.515.300-00.

Art. 2º Poderão efetuar isoladamente as seguintes transações:

- I - SOLICITAR SALDO E EXTRATOS;
- II - REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;
- III - RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- IV - ENDOSSAR CHEQUES;
- V - SUSTAR OU CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- VI - CANCELAR CHEQUES;
- VII - EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
- VIII - CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS.

Art. 3º Poderão efetuar em conjunto, com no mínimo a assinatura (eletrônica ou física) dos dois autorizados a movimentação das seguintes transações:

- I - EFETUAR SAQUES;
- II - EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;
- III - EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;
- IV - EFETUAR TRANSFERÊNCIAS PARA A MESMA TITULARIDADE;
- V - ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITO;
- VI - EMITIR CHEQUES;
- VII - ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;
- VIII - AUTORIZAR COBRANÇA;
- IX - MOVIMENTAR CONTA CORRENTE POR MEIO FÍSICO OU ELETRÔNICO.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Peritiba, 11 de janeiro de 2017.

Ozair Vieira de Brito
Presidente

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 09 2017 - TUBOS DE CONCRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 09/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 06/02/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 12 de janeiro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECISÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2017

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2015

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de Processo Administrativo instaurado para apreciar pedido de prorrogação do prazo do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015, destinado à contratação de professores em caráter temporário.

Serviu como fundamento do pedido: a) a essencialidade do serviço educacional; b) a proximidade do início do ano letivo; c) o encerramento dos contratos dos profissionais contratados temporariamente para o ano letivo de 2016; d) a omissão da Administração Anterior em providenciar a abertura de concurso público ou novo processo seletivo; e) a possibilidade de prorrogação da validade do P.S.S., permitida pelo item 16.4 do Edital.

Foram prestadas informações pelo RH e pela Contabilidade do Município, bem como emitido parecer favorável pela Assessoria Jurídica.

Relatado, decidido.

O parecer da Assessoria Jurídica concluiu, de forma fundamentada, pela possibilidade de ser prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo nº 005/2015.

Por isso, a fim de se evitar tautologias, adoto como razão de decidir o parecer da Assessoria Jurídica do Município, abaixo transcrito:

"Trata-se de Processo Administrativo instaurado a partir de requerimento da Sra. Secretária de Administração e Finanças objetivando a prorrogação do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015, destinado à contratação temporária de professores para suprir a necessidade desses profissionais na Rede Pública de Ensino do Município de Pinheiro Preto.

O P.A. está instruído com informações prestadas pelos setores de Recursos Humanos e Financeiro do Município.

Em análise ao requerimento, tenho, salvo melhor juízo, como pertinentes as razões nele expostas, capazes, pois, de justificar a excepcional prorrogação do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015!

Consabido que a via ordinária de ingresso no serviço público deve se dar por meio de Concurso Público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição Federal. A contratação temporária somente tem cabimento quando demonstrado caso de necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme preceitua o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

Em resposta ao comando do Constituinte, foi aprovada pela Câmara de Vereadores do Município de Pinheiro Preto a Lei Complementar nº 194/2013, cujo art. 2º reconhece e permite a contratação,

em caráter temporário de excepcional interesse público, de professor para suprir a falta de ocupante de cargo efetivo, decorrente de licenças, férias, aumento temporário do número de alunos (III), em virtude da existência de vaga não ocupada após a realização de concurso público (IX, a), abertura de novas vagas por criação ou por dispensa de seu ocupante (IX, b), ou em decorrência da abertura de novas turmas, para as quais haja necessidade excepcional de contratar professores em razão da insuficiência de recursos humanos. Não há vedação à recontração!

Por certo que a situação relatada no Requerimento que estreou o presente P.A. e a informação do setor de Recursos Humanos revelam a carência de pessoal e a urgência enfrentada pela Secretaria de Educação do Município em relação à contratação de professores para o ano letivo de 2017, de modo que se um certame fosse realizado – seja um concurso público ou mesmo outro processo seletivo simplificado – o próprio interesse público seria comprometido pela demora inerente à seleção, a qual, aliás, já foi satisfatoriamente realizada pelo Processo Seletivo em comento.

Do prejulgado nº 1.927 do Tribunal de Constas do Estado de Santa Catarina, extrai-se:

[...]

3. Para contratação do pessoal por tempo determinado a Administração deve promover o recrutamento do pessoal mediante prévio processo seletivo público, simplificado, devidamente normatizado no âmbito da Administração e em conformidade com as disposições da lei local, através de edital ou instrumento similar que defina critérios objetivos para a seleção, e que contenha informações sobre as funções a serem preenchidas, a qualificação profissional exigida, a remuneração, o local de exercício, carga horária, prazo da contratação, prazo de validade da seleção e hipótese de sua prorrogação ou não, e outros, sujeito à ampla divulgação, garantindo prazo razoável para conhecimento e inscrição dos interessados, observada a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, bem como o limite de despesas com pessoal previsto pela LRF. [...]

5. Em observância aos princípios da isonomia, da impessoalidade, da legalidade, da publicidade, da moralidade e da transparência da Administração, o chamamento dos candidatos deve observar a ordem de classificação decorrente do resultado do processo seletivo.

Com isso em mente, o item 16.4 do Edital do P.S.S nº 005/2015 estipulou que "O prazo de validade do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período segundo interesse da Administração".

Homologado em 12 de janeiro de 2016, o prazo limite para a prorrogação é 12 de janeiro de 2017.

Recomendo, porém, a fim de regularizar a situação deixada pela Administração 2012-2016, a consolidação das vagas para profissionais da educação e a consequente realização de concurso público para seu preenchimento.

Ante o exposto, salvo melhor juízo, opino favoravelmente à prorrogação da validade do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015, por mais um ano, procedendo-se à nova chamada dos classificados, conforme lista homologada, com adequação dos itens 12.11 e 14.1, mantidas as demais disposições do Edital".

Consigno, por oportuno, a intensão desta Administração em realizar o devido concurso público ainda no primeiro semestre do corrente ano, regularizando a atual situação do quadro de funcionários do Município.

Porém, diante da urgência exigida pelo cenário fático atual, não se percebe alternativa à prorrogação requisitada sem que sejam severamente comprometidos os serviços educacionais do Município, mormente no início do ano letivo 2017.

Por tais motivos, DETERMINO a expedição do "Edital de Prorrogação da Vigência do Processo Seletivo nº 005/2015", renovando-o por mais 1 (um) ano, procedendo-se à nova chamada dos classificados, conforme lista homologada, com adequação dos itens 12.11 e 14.1, mantidas as demais disposições do Edital Original. A convocação deverá ser precedida pela análise das vagas em aberto para o Ano Letivo 2017, observando-se, ainda, os limites legais para contratação de pessoal.

O presente Processo Administrativo deverá ser apensado ao Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015.

Centro Administrativo Municipal, 11 de janeiro de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 017/2017

PORTARIA Nº 0017/2017

ALTERA A PORTARIA 0012 /2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017, QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDIR DOMINGOS BENDER

BERNARDETE PASETTO FARINA, Presidente do IPREPI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto, nomeado pelo decreto n.º 4.305, de 13 de novembro de 2015, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 81, de 12 de novembro de 1999, RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 0012, de 02 de janeiro de 2017, onde se lê "CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCIDES PERES DA LUZ "leia-se "CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDIR DOMINGOS BENDER."

ALTERAR a Portaria nº 0012, de 02 de janeiro de 2017, onde se lê CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE, de acordo com os artigos 22.º, inciso II, § 2.º, e da Lei Complementar n.º 81, de 12 de novembro de 1999, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, "à" "leia-se CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, de acordo com os artigos 22.º, inciso II, § 2.º, e da Lei Complementar n.º 81, de 12 de novembro de 1999, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, "à" VALDIR DOMINGOS BENDER

Pinheiro Preto, 11 de janeiro de 2017.
BERNARDETE PASETTO FARINA
Presidente do IPREPI

PORTARIA 018/2017

PORTARIA Nº 0018/2017

ALTERA A PORTARIA 0010/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017, QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCIDES PERES DA LUZ

BERNARDETE PASETTO FARINA, Presidente do IPREPI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto, nomeado pelo decreto n.º 4.305, de 13 de novembro de 2015, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 81, de 12 de novembro de 1999, RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 0010, de 02 de janeiro de 2017, onde se lê CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE, de acordo com os artigos 22.º, inciso II, § 2.º, e da Lei Complementar n.º 81, de 12 de novembro de 1999, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, "à" ALCIDES PERES DA LUZ "leia-se CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, de acordo com os artigos 22.º, inciso II, § 2.º, e da Lei Complementar n.º 81, de 12 de novembro de 1999, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, "à" ALCIDES PERES DA LUZ

Pinheiro Preto, 11 de janeiro de 2017.
BERNARDETE PASETTO FARINA
Presidente do IPREPI

PORTARIA 019/2017

PORTARIA Nº 0019/2017

ALTERA A PORTARIA 0014/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017, QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALBERTO BOGONI NETO

BERNARDETE PASETTO FARINA, Presidente do IPREPI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto, nomeado pelo decreto n.º 4.305, de 13 de novembro de 2015, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 81, de 12 de novembro de 1999, RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 0014, de 02 de janeiro de 2017, onde se lê CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE, de acordo com os artigos 22.º, inciso II, § 2.º, e da Lei Complementar n.º 81, de 12 de novembro de 1999, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, "à" ALBERTO BOGONI NETO "leia-se CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, de acordo com os artigos 22.º, inciso II, § 2.º, e da Lei Complementar n.º 81, de 12 de novembro de 1999, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal e artigo 40, § 1.º, inciso III, alínea "a", e § 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, "à" ALBERTO BOGONI NETO.

Pinheiro Preto, 11 de janeiro de 2017.
BERNARDETE PASETTO FARINA
Presidente do IPREPI

PORTARIA 024/2017

PORTARIA Nº 024, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

READMITE VALDIR ANTONIO NEIS NO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE "OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRAS II".

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

O disposto na Portaria do IPREPI nº 0015/2017, de 02 de janeiro de 2017, que anulou o ato administrativo que concedeu a aposentadoria ao servidor, com revogação do Decreto nº 3.868, de 02 de setembro de 2013, com determinação de retorno do servidor à ativa;

O Edital de Convocação datado de 02 de janeiro de 2017;

O resultado do exame médico admissional que atesta que o servidor se encontra apto para o exercício da função, cujos originais se encontram acostados a Ficha Funcional,

RESOLVE:

Art. 1º Readmitir o servidor VALDIR ANTONIO NEIS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 296.662.609-72, no cargo de provimento efetivo de "OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRAS II", Classe "D", Nível TSO-08, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

§ 1º A readmissão manteve a mesma classe e nível nos quais o servidor se encontrava quando da concessão da aposentadoria anulada.

§ 2º O original do exame médico admissional deverá ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos, mantidas cópias nos autos do processo de expediente de revisão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 09 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4673/2017

DECRETO Nº 4673/2017, de 10 de janeiro de 2017.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO REAJUSTE DA UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 24, da Lei nº. 018 de 17 de Dezembro de 2010;

CONSIDERANDO as disposições contidas no artigo nº. 24, do Código Tributário Municipal (CTM) Lei Complementar 018 de 17 de dezembro de 2009, que autoriza a Atualizar a UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), anualmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que é utilizado como referência para a atualização dos créditos tributários.

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos do art.24, do Código Tributário Municipal (CTM), Lei Complementar 018/2009 de 17 de Dezembro de 2009, a UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) terá reajuste de 6,58% (seis virgula cinquenta e oito Por Cento).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 1º de Janeiro de 2017, revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 10 de Janeiro de 2017.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4674/2017

DECRETO Nº 4674/2017, de 10 de janeiro de 2017.

AUTORIZA O REAJUSTE DA TAXA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 19 da lei Municipal nº 50 que dispõe sobre a regulamentação do serviço de abastecimento de água.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o município de Planalto Alegre a conceder reajuste na taxa de serviços de abastecimento de agua em 6,58%, sendo este o valor acumulado no período de janeiro/2016 a dezembro/2016 conforme o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Art. 2º. A tabela de valores da lei Municipal nº 782/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

- I. Até 08 (oito) metros cúbicos, R\$ 3,05 (três reais vírgula zero cinco centavos) por metro cubico de consumo;
- II. De 09 (nove) a 11 (onze) metros cúbicos, R\$ 3,21 (três reais vírgula vinte e um centavos) por metro cubico consumido;
- III. De 12 (doze) a 15 (quinze) metros cúbicos, R\$ 3,37 (três reais vírgula trinta e sete centavos) por metro cubico consumido;

- IV. De 16 (dezesesseis) a 20 (vinte) metros cúbicos, R\$ 3,53 (três reais vírgula cinquenta e três centavos) por metro cubico consumido;
- V. De 21 (vinte e um) a 30 (trinta) metros cúbicos R\$ 3,69 (três reais vírgula sessenta e nove centavos) por metro cubico consumido;
- VI. Mais de 30 (trinta) metros cúbicos, R\$ 3,85 (três reais vírgula oitenta e cinco centavos) por metro cubico consumido.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos no dia 1º de Abril de 2017.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, de 10 de Janeiro de 2017.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DECRETO 4675/2017

DECRETO Nº 4675/2017, de 10 de janeiro de 2017.

NOMEIA A SENHORA ELSA FERLA DALLACORTE PARA EXERCER O CARGO DE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora ELSA FERLA DALLACORTE, para exercer o cargo de Secretaria Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, dedicação integral, percebendo valores fixados no anexo II da Lei Complementar nº 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre, 10 de Janeiro de 2017.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4676/2017

DECRETO Nº 4676/2017, de 10 de janeiro de 2017.

NOMEIA A SENHORA GISELE ELISE ZANCANARO PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a

legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora GISELE ELISE ZANCANARO, para exercer o cargo comissionado de Diretora de Departamento de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, dedicação integral, percebendo valores fixados no anexo II da Lei Complementar nº 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre, 10 de Janeiro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4677/2017

DECRETO Nº 4677/2017, de 11 de janeiro de 2017.

NOMEIA A SENHORA VANICE CRISTINA DE MELLO PARA EXERCER O CARGO COMISSONADO DE CHEFE DE SETOR DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES PÚBLICAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora VANICE CRISTINA DE MELLO, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Setor de Compras, Contratos e Licitações Públicas, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, dedicação integral, percebendo valores fixados no anexo II da Lei Complementar nº 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre, 11 de Janeiro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4678/2017

DECRETO Nº 4678/2017, de 11 de janeiro de 2017.

NOMEIA A SENHORA ROZELEI MORAES DE MELLO PARA EXERCER O CARGO COMISSONADO DE CHEFE DE SETOR DE ORÇAMENTOS PÚBLICOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora ROZELEI MORAES DE MELLO, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Setor de Orçamentos Públicos, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, dedicação integral, percebendo valores fixados no anexo II da Lei Complementar nº 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre, 11 de Janeiro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ED_012017

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 01/2017
Edital: DISPENSA P/COMPRAS E SERVIÇOS Nº 01/2017
Tipo: ESPECIALISTAS CREDENCIADOS
Objeto: CONT DE SERV MED ESP. A NIVEL AMB – CIS AMOSC.
Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - CIS AMOSC
Valor: R\$184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais)
Justificativa: Fund. no art. 24 – inciso XXVI – da Lei de Lic. Nº.8666/93.
PLANALTO ALEGRE, em 11 de Janeiro de 2017.
JUARES BET
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ED_012017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Administrativo Nº. PM 01/2017
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Edital nº PP/RP 01/2017
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS E LUBRIFICANTES.
Entrega dos Envelopes: 10:00hs. do dia 25 de Janeiro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 10:00hs. do dia 25 de Janeiro de 2017.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
Planalto Alegre, 11 de janeiro de 2017.
JUARES BET
Prefeito Municipal.

ED_022017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. FMS 02/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº FMS 02/2017
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E FISIOTERAPIA.
Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 25 de Janeiro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 25 de Janeiro de 2017.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br/licitações
PLANALTO ALEGRE, 11 de Janeiro de 2017.
JUARES BET
Prefeito

ED_032017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
EXTRATO DE EDITAL
Processo Administrativo Nº. FMS 03/2017
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Edital nº FMS/RP 003/2017
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS E LUBRIFICANTES.
Entrega dos Envelopes: 09:00hs. do dia 25 de janeiro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 09:00hs. do dia 25 de janeiro de 2017.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
Planalto Alegre, 11 de janeiro de 2017.
JUARES BET
Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº 004/2017 - CMVPA

RESOLUÇÃO Nº 004/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOVANI CELUPPI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o. Ficam concedidos 22 (vinte e dois) dias de férias aos Servidores da Câmara Municipal.

A) - PRISCILA DO AMARAL, para gozo no período de 10 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo de 16 de novembro de 2016 a 15 de novembro de 2016.

B) - THAIS GUINDANI, para gozo no período de 10 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo de 16 de novembro de 2016 a 15 de novembro de 2016.

Art. 2º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Resolução, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3o - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 10 de janeiro de 2017.

JOVANI CELUPPI

Presidente

Registre-se e publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO N° 3166/2017

DECRETO N° 3166/2017

De 11/01/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL UTILIZANDO O SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, III da Lei nº 2.880/2016 de 10/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade Prefeitura Municipal, o valor de R\$169.843,53 (cento e sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta três reais e cinquenta e três centavos) a seguinte classificação orçamentária:

05	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente	
0004.0122.0030.2061	Manutenção do GETRAN	
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.10.0000	Convênio de Trânsito - Militar	164.000,00
0004.0122.0030.2005	Atividades do Planejamento, Controle Geral e Meio Ambiente	
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00.0000	Recursos Ordinários	5.843,53
	TOTAL	169.843,53

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 11 de Janeiro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2017 – 34FP - FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

34ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2017 – 34FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2016.

Concorrência n.º 001 / 2016 – Tipo Técnica e Preço.

Permitente: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.

Permissionária: CONFEITARIA TORTEN PARADIES LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DURANTE A 34ª FESTA POMERANA, NO PERÍODO DE 12 A 22 DE JANEIRO DE 2017 – RESTAURANTES DO PAVILHÃO PRINCIPAL, BIERGARTEN, BOXES, CASAS DE ALIMENTAÇÃO E ÁREAS EXTERNAS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor Total contratado – Casa de Alimentação 01 – R\$3.000,00 (três mil reais).

Prazo de vigência: 11 dias durante a 34ª Festa Pomerana – 12 a 22/01/2017.

Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Permitente; Marcos Volkmann – Confeitaria Torten Paradies Ltda. EPP – Permissionária.

Pomerode / SC, 05 de Janeiro de 2017.

DARLI BAHR BERNADINO

Presidente da Fundação Cultural

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001 / 2017

Processo Administrativo n.º 001 / 2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, PROSPECÇÃO DE FONTES DE RECURSOS, ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO E PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA ESFERA ESTADUAL E FEDERAL, BEM COMO CADASTRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NOS PORTAIS DE CONVÊNIOS - SICONV E SIGEF, E OU INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 25/01/2017.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min. do dia 25/01/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 11 de Janeiro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 - FMEDUCA

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 001/2017 - FMEDUCA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de PORTO BELO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 – FMEDUCA

O Município de Porto Belo (SC), torna público a dispensa de licitação nº 001/2017 - FMEDUCA em conformidade com o Inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93.

Processo nº. 001/2017 – FMEDUCA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O ANO LETIVO DE 2017 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Contratado: Scheila Aparecida Weiss ME

Valor: R\$ 7.130,00 (Sete mil e cento e trinta reais).

Homologado: 09/01/2017.

Porto Belo / SC, 09 de Janeiro de 2017

Eliane Tomaz

Secretária de Administração

DECRETO Nº 1.488-2017

DECRETO Nº 1.488, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

"Cria Comissão Permanente de Processo Seletivo, nomeia membros e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Permanente Municipal para acompanhar e fiscalizar os Processos Seletivos dos órgãos da Administração Pública, incluindo suas fundações.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Karim Canez Fernandes

Membro: Núbia Estela Vieira Cervelin

Membro: Carla Regina Maximiano

Art. 3º A Comissão reunir-se-á sempre que se fizer necessário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.600/2016 e o Decreto nº 1.179/2014.

Porto Belo - SC, aos 5 de janeiro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 1.489-2017

DECRETO Nº 1.489, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

"Cria Comissão Permanente de Análise de Isenções de Tributos e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Permanente Municipal de análise de isenções de tributos.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Emanuel Dermatone Madureira da Aleluia Senem

Membro: Valeria da Silva Azambuja

Membro: Carlo Alberto Albertsen

Art. 3º A Comissão reunir-se-á sempre que se fizer necessário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.600/2016.

Porto Belo - SC, aos 9 de janeiro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 1.490-2017

DECRETO Nº 1.490, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

"Cria Comissão Permanente de Sindicância e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Permanente de Sindicância do Município de Porto Belo.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Sandra Mara Müller

Secretária: Tuane Rebelo

Membro: Diego Alberto da Silva

Art. 3º A Comissão reunir-se-á sempre que se fizer necessário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.322/2015.

Porto Belo - SC, aos 9 de janeiro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 002/2017**

RESOLUÇÃO Nº 002/2017

DEFINE MEMBROS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, PARA O EXERCÍCIO DO PODER LEGISLATIVO 2017/2018.

JOEL ORLANDO LUCINDA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, e, eu PROMULGO a presente RESOLUÇÃO:

ART. 1º - Ficam composta as Comissões Parlamentares Permanentes da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, para o exercício do Poder Legislativo de 2017/2018, das seguintes formas:

Inciso 1º - Comissão de Justiça e Redação

Presidente: Vereador – PSD, Altino Torquato dos Santos Junior

Relatora: Vereadora – PT, Rosaura de Oliveira Rodrigues

Membro: Vereador – PP, Francisco Scottini-Kiko

Inciso 2º - Comissão de Finanças e Orçamento

Presidente: Vereador – PMDB, Diogo dos Santos

Relator: Vereador – PRB, Marcos Venicius Marques

Membro: Vereadora – PTB, Silvana Nunes Stadler

Inciso 3º - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas

Presidente: Vereador – PPS, Bento Sebastião Voltolini

Relator: Vereador – PMDB, Jonas Amadeu Raulino

Membro: Vereador – PT, Jonatha Carlo Cabral

Inciso 4º - Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Presidente: Vereadora – PTB, Silvana Nunes Stadler

Relatora: Vereadora – PT, Rosaura de Oliveira Rodrigues

Membro: Vereador – PMDB, Célio Roberto Ramos

Inciso 5º - Comissão de Turismo, Pesca e Meio Ambiente

Presidente: Vereador - PRB, Marcos Venicius Marques

Relator: Vereador – PSD, Altino Torquato dos Santos Junior

Membro: Vereador – PMDB, Jonas Amadeu Raulino

Inciso 6º - Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública

Presidente: Vereador – PT, Jonatha Carlo Cabral

Relator: Vereador – PPS, Bento Sebastião Voltolini

Membro: Vereador – PMDB, Célio Roberto Ramos

Inciso 7º - Comissão da Ouvidoria Pública

Presidente: Vereador – PMDB, Jonas Amadeu Raulino

Relator: Vereador – PP, Francisco Scottini - Kiko

Membro: Vereadora – PTB, Silvana Nunes Stadler

ART. 2º - A Presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 11 dias do mês de janeiro de 2017.

Ver. Joel Orlando Lucinda

Presidente

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino

“ Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 022/2017

DECRETO Nº 022, de 10 de janeiro de 2017.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385 de 30 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA JULIANO HASSAN para o cargo de Provimento em Comissão de Superintendente Técnico de Saúde, Símbolo SI, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385 de 30 de março de 2016, sem ônus para o Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 10 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 023/2017

DECRETO Nº 023, de 10 de janeiro de 2017.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA LARISSA OXANA STACHERA, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Administrativo de Financeiro da Saúde, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 10 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 024/2017

DECRETO Nº 024, de 11 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre o horário do expediente nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Porto União, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento do expediente em todos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, dos servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 16 de janeiro de 2017, será de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:30h.

§ 1º O atendimento ao público externo será das 13:00h às 17:30h.

§ 2º Excetuam-se do caput deste artigo, os servidores que a carga horária for menor que 40 (quarenta) horas semanais ou que trabalham em regime de escala de revezamento.

Art. 2º Aos servidores que não se enquadrarem na carga horária definida neste Decreto, compete ao Secretário da Pasta adequar através

de Ato individual o horário a ser cumprido pelo servidor, respeitando a carga horária estabelecida em Lei Municipal, desde que autorizado pelo Prefeito Municipal e informado à Chefia de Recursos Humanos.

Art. 3º Fica vedada a concessão de horas-extras, salvo para aqueles que cumprirem atividades imprescindíveis para a prestação dos serviços públicos essenciais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 005/2017 - RH

PORTARIA Nº 005, de 02 de janeiro de 2017.
Dispõe sobre designação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo Afonso Wasmann Neto para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Contador Geral do Município, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 009/2017 - RH

PORTARIA Nº 009, de 02 de janeiro de 2017.
Dispõe sobre designação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º DESIGNAR o servidor efetivo Vinicius André Makiak, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Contratos e Convênios, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 011/2017 - RH

PORTARIA Nº 011, de 02 de janeiro de 2017.

Revogar a Portaria nº 062, de 22 de janeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 062, de 22 de janeiro de 2013, que concede Função Gratificada como Responsável Por Programas Institucionais, a servidora efetiva Alice Christiane Do Nascimento Sczemberg.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 012/2017 - RH

PORTARIA Nº 012, de 02 de janeiro de 2017.

Revogar a Portaria nº 499, de 25 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 499, de 25 de julho de 2016, que concede Função Gratificada como Responsável pela Saúde Bucal, ao servidor efetivo Octavio Coas.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 013/2017 - RH

PORTARIA Nº 013, de 02 de janeiro de 2017.

Revogar a Portaria nº 565, de 17 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 565, de 17 de julho de 2015, que concede Função Gratificada como Responsável pela Educação em Saúde, à servidora efetiva Francieli Munzlinger Konfigera.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 014/2017 - RH

PORTARIA Nº 014, de 03 de janeiro de 2017.

Exonerar a Pedido do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Felipe Sergio Mitzko, do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, (SC), em 03 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOCALO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 01.2017-FMS - DISPENSA 01.2017 - CIS-AMEOS

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 01/2017-FMS
Dispensa de Licitação 01/2017-FMS

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, BEM COMO CUSTEIO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS, POR MEIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO EXTREMO OESTE DE SC - CIS/AMEOSC". A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 11 de janeiro de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 24, DE 12.01.2017

PORTARIA Nº. 24, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o que dispõe a Seção VII do Artigo 150, da Lei nº. 109, de 28 de dezembro de 2004, e requerimento protocolado;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, 03 (três) meses de Licença Prêmio à Servidora Sr.ª NÁDIA SEVALD, ocupante do cargo da Categoria Funcional de Professor de Educação Infantil, 40 (quarenta) horas semanais, do quadro de pessoal efetivo do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, referente ao período aquisitivo de 14 de Julho de 2004 a 13 de Julho de 2009, para usufruir no período de 28/01/2017 a 27/04/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 12 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

RESUMO DO ADITIVO 138/2016

2º TERMO ADITIVO Nº 138/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 014/2016, REFERENTE EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTO NOS PASSEIOS DA ESTRADA SÃO BENTO, BAIRRO PROGRESSO, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA.

Aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA., estabelecida na Rua General Osório, 322, Bairro Guarani, no município de Brusque/SC, CEP 88.350-480 inscrita no CNPJ sob o nº 10.788.391/0001-04, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor Geral, Sr. Everson Clemente, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Concorrência nº 002/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 014, datado de 10 de março de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 15 de junho de 2017, conforme justificativa através do memorando nº 092/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA
. Sr. Everson Clemente
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 139/2016

2º TERMO ADITIVO Nº 139/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 015/2016, REFERENTE EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTO NOS PASSEIOS DA RUA ANTÔNIO TONON, BAIRRO BUDAG, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA.

Aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA., estabelecida na Rua General Osório, 322, Bairro Guarani, no município de Brusque/SC, CEP 88.350-480 inscrita no CNPJ sob o nº 10.788.391/0001-04, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor Geral, Sr. Everson Clemente, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Concorrência nº 002/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 015, datado de 10 de março de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 15 de junho de 2017, conforme justificativa através do memorando nº 089/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA

. Sr. Everson Clemente

Contratada

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

RESUMO DO ADITIVO 140/2016

2º TERMO ADITIVO Nº 140/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 016/2016, REFERENTE EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTO NOS PASSEIOS DA RUA RONDÔNIA, BAIRRO BOA VISTA, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA.

Aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA., estabelecida na Rua General Osório, 322, Bairro Guarani, no município de Brusque/SC, CEP 88.350-480 inscrita no CNPJ sob o nº 10.788.391/0001-04, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor Geral, Sr. Everson Clemente, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Concorrência nº 002/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 016, datado de 10 de março de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município,

o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 15 de junho de 2017, conforme justificativa através do memorando nº 088/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA

. Sr. Everson Clemente

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 141/2016

2º TERMO ADITIVO Nº 141/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 017/2016, REFERENTE EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTO NOS PASSEIOS DA RUA JOÃO FRONZA, BAIRRO TABOÃO, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA.

Aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA., estabelecida na Rua General Osório, 322, Bairro Guarani, no município de Brusque/SC, CEP 88.350-480 inscrita no CNPJ sob o nº 10.788.391/0001-04, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor Geral, Sr. Everson Clemente, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Concorrência nº 002/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 017, datado de 10 de março de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 15 de junho de 2017, conforme justificativa através do memorando nº 090/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA

. Sr. Everson Clemente

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 142/2016

2º TERMO ADITIVO Nº 142/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 018/2016, REFERENTE EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTO NOS PASSEIOS DA ESTRADA QUINTINO, BAIRRO BREMER, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA.

Aos dezesseis (16) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA., estabelecida na Rua General Osório, 322, Bairro Guarani, no município de Brusque/SC, CEP 88.350-480 inscrita no CNPJ sob o nº 10.788.391/0001-04, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor Geral, Sr. Everson Clemente, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Concorrência nº 002/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 018, datado de 10 de março de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 15 de junho de 2017, conforme justificativa através do memorando nº 091/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA
. Sr. Everson Clemente
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 947/2017

PORTARIA Nº 947, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia o Assessor Parlamentar André Bini Tinti

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

NOMEAR:

Art. 1º A partir de 12 de janeiro de 2017, ANDRE BINI TINTI, para ocupar o cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar – Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de janeiro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

PORTARIA Nº 949/2017

PORTARIA Nº 949, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia o Assessor Parlamentar Antonio Celso Silveira

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

NOMEAR:

Art. 1º A partir de 12 de janeiro de 2017, ANTONIO CELSO SILVEIRA, para ocupar o cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar – Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de janeiro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

PORTARIA Nº 948/2017

PORTARIA Nº 948, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia a Assessora Parlamentar Maria das Graças Ribeiro Zimmermann

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

NOMEAR:

Art. 1º A partir de 12 de janeiro de 2017, MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO ZIMMERMANN, para ocupar o cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar – Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de janeiro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

PORTARIA Nº 950/2017

PORTARIA Nº 950, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia o Assessor Parlamentar Eduardo Rinnert Schulze

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

NOMEAR:

Art. 1º A partir de 12 de janeiro de 2017, EDUARDO RINNERT SCHULZE, para ocupar o cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar – Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de janeiro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

PORTARIA Nº 951/2017

PORTARIA Nº 951, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia o Assessor Parlamentar Evandro dos Santos

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

NOMEAR:

Art. 1º A partir de 12 de janeiro de 2017, EVANDRO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar – Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de janeiro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA N.º 083/2017

PORTARIA Nº 083 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A READMISSÃO DE AUXILIAR LIMPEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Nº 1.516 de 10 de outubro de 2014,

CONSIDERANDO a necessidade de funcionamento inadiável dos serviços de limpeza na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

CONSIDERANDO que não existe processo seletivo vigente para ocupação da vaga de uma servidora efetiva que esta em licença para tratamento de saúde.

CONSIDERANDO o bom desempenho da servidora contratada anteriormente, sem nenhuma reclamação durante a atuação na função.

RESOLVE:

Art. 1º Readmitir a senhora IVONE CAMARGO DOS SANTOS DE ANDRADE, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social, na função de Auxiliar de Limpeza, 40 horas semanais.

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a realização de processo seletivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 03 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 084/2017

PORTARIA Nº 084 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, totalizando 30 dias de férias CRICIELE DA SILVA RIBEIRO LEVINSKI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 01/04/2016 a 31/03/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 085/2017

PORTARIA Nº 085 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, totalizando 30 dias de férias a ANA ANGELICA DE BORTOLI BONOMINI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 01/04/2016 a 31/03/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 086/2017

PORTARIA Nº 086 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar Nº 016, de 23 de dezembro de 2010 e suas Alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada – FG-1 ao servidor PAULO HOFFELDER, para exercer as funções de responsável pela Vigilância Sanitária do Município de Salto Veloso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 087/2017

PORTARIA Nº 087 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de

09 de janeiro de 2017 a 07 de fevereiro de 2017, totalizando 30 dias de férias a JULIANA PAULA CAMICIA BARBOZA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 17/02/2016 a 16/02/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 09 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 088/2017

PORTARIA Nº. 088 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA COORDENADOR DE LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 016/2010 e Alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado para o cargo de Coordenador de Limpeza Urbana, cargo em comissão, nível CC-6, com 20 horas semanais, a partir desta data o Sr. JOÃO GONÇALVES DE SOUZA.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, 09 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 089/2017

PORTARIA Nº 089 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 09 de janeiro de 2017 a 07 de fevereiro de 2017, totalizando 30 dias de férias a EMANUELE BATTISTI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º O período de aquisição é de 12/02/2016 a 11/02/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 09 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 090/2017

PORTARIA Nº 090 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 10 de janeiro de 2017 a 24 de janeiro de 2017, totalizando 15 dias de férias a MERYELI DONADEL, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 10/01/2016 a 09/01/2017, correspondente a 15 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 10 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 091/2017

PORTARIA Nº. 091 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA TEMPORARIAMENTE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado, temporariamente, PAULO RICARDO DA FONSECA, Conselheiro Tutelar do Município de Salto Veloso, eleito como suplente em 04 de outubro de 2015 pelo processo de escolha unificado, obtendo 49 (quarenta e nove) votos, pelo período de afastamento da conselheira tutelar titular Andréia Schwantz dos Santos.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 09 de Janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 005/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial, no dia 24 de Janeiro de 2017 às 14h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para aquisição de um sistema de ensino para utilização no processo educacional dos alunos da Rede Pública Municipal desde a Educação Infantil (04 e 05 anos), Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) para o Ano Letivo/2017, incluindo o fornecimento de material didático (para Educação Inclusiva), suporte de acesso e consulta via "Internet", assessoramento técnico-pedagógico aos professores e corpo técnico do Município, e um programa de avaliação a ser apresentando em módulos, para a Secretaria Municipal de Educação. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, pelo Telefone (49) 3244-2032, E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br ou pelo site www.santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 06 de janeiro de 2017.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

LICITAÇÃO 04/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DE EXPEDIENTE, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DO PROGRAMA SAÚDE NA COMUNIDADE DESENVOLVIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA

Data, Horário e Local de Abertura: 30 de janeiro de 2017, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 11 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO 05/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA

Data, Horário e Local de Abertura: 01 de fevereiro de 2017, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 11 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 093/2017

PORTARIA N.º 093, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
DESIGNA SERVIDOR

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Senhor Nelson Cardoso de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 8º da Lei nº 45/90 e alterações posteriores, Lei nº 101/91, Lei 324/96 e Artigo 52, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor efetivo Sr. RENATO SOUZA DE MATOS, ocupante do Cargo permanente de Agente Administrativo I, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Finanças, com poderes para assinar cheques, efetuar pagamentos e promover a movimentação bancária através de assinatura eletrônica de todas as contas bancárias do município em instituições bancárias oficiais ou não, sempre em conjunto com o prefeito municipal.

Parágrafo Único - Nos casos dos Fundos Municipais em que a Lei determinar, a movimentação se fará em conjunto com o Secretário da pasta ao qual o Fundo se encontrar vinculado.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 060 de 01/07/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de janeiro de 2017.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e afixada no Mural Público desta Prefeitura Municipal, aos dois dias do mês de janeiro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2017

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: Softcam Soluções LTDA-ME

OBJETO: Locação de sistemas para Legislação pública compreendendo, GERENCIADOR DE DOCUMENTOS, PORTAL WEB CÂMARA E PROTOCOLO, e a prestação de serviços técnicos especializados .

Base Legal: Lei 8.666/93

VALOR: R\$6.215,04 (Seis mil duzentos e quinze reais e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 01/01/2017 a 31/12/2017.

PORTARIA PL Nº 02/2017

Portaria PL nº 0002, de 11 de janeiro de 2017.
NOMEIA ASSESSOR JURÍDICO QUE ESPECIFICA.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Sul, no uso de suas atribuições legais, e ainda conforme Lei nº 883, de 20/12/2011,

Considerando a necessidade de assessoramento jurídico;

RESOLVE:

Art.1º Nomear Andriéli Vuolo Lopes, solteira, residente e domiciliada em Santa Rosa do Sul, SC, Advogada, inscrita na OAB/SC sob o nº 45089, portadora da Cédula de Identidade nº 5586491, para ocupar o cargo comissionado de Assessor Jurídico, grupo C-1, criado pela Lei nº 883, de 20 de dezembro de 2011, a partir do dia 02 de janeiro de 2017, com carga horária 10hs/semanais, até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rosa do Sul, em 11 de janeiro de 2017.

VER. Matias Naor da Cunha Cardoso

Presidente

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado nesta Secretaria e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> na data supra.

VER. Joelson Farias Pereira

1º Secretário

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

CARTA CONVITE Nº. 01/2017

CARTA CONVITE Nº. 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 01/2017

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº. 01/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 14:00 horas do dia 19 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Carta Convite, tendo como objeto a Execução de obras de Serviço de engenharia para ampliação de Rede de Distribuição de Energia Elétrica em Rua Licínio Fabris no Perímetro urbano do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, pelo site www.staterezhaprogresso.sc.gov.br ou pelo e-mail compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 12 de Janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 18/2017

DECRETO Nº018/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de Janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor publico municipal:

NOME: VALNEI LUDWIG

CARGO: DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS

NÍVEL: CC-02

CODIGO: 1038

LOTAÇÃO:SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

matricula: 13034/01

DECRETO Nº. 20/2017

DECRETO Nº 20/2017

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 009/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e IX, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica revogado o Decreto nº 009/2017.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC,

em 03 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

matricula: 13034/01

DECRETO Nº. 30/2017

DECRETO Nº 030

Altera a Composição da Comissão De Inventário Patrimonial do Município de Santa Terezinha do Progresso, para o Exercício de 2017 e subsequente, conforme específica e da outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo n.º 41 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Comissão de inventário patrimonial, do Município de Santa Terezinha do Progresso, composta pelos seguintes servidores:

I - Presidente – Ilidiane Secchi

II - Secretário – Márcia Jacoby

Solange Braga

Juliana Dal Mago

Marciane Eleni Pinno

Janir Luiz Bach

Maria Furtado

Eliezio Tailon Luneburger

Rodrigo Alexandro Perosso

Valnei Ludwig

Ademir Detofol

Iva Adriana Schlösser Segueto

Art. 2º O objeto da comissão será de proceder à realização de inventário patrimonial, avaliações e reavaliações dos bens, declaração de bens inservíveis e outras atividades para a efetiva administração do patrimônio do município, em atendimento à legislação vigente, conforme solicitado pelo Poder Executivo do Município de Santa Terezinha do Progresso-SC.

Parágrafo primeiro – Para atendimento do interesse público poderá ser requerido à avaliação dos bens através de laudo de avaliação emitido por profissional registrado em órgão competente.

Parágrafo segundo – Devido à complexidade do assunto a comissão poderá requerer suporte para esclarecimentos que achar necessário.

Art. 3º O Serviço da Comissão designada no Art. 1º deste Decreto, será considerado de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem a geração de vínculo empregatício.

Art. 4º O relatório conclusivo será entregue ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 10 de Janeiro de 2017.
DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO Nº. 31/2017

DECRETO Nº31/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor publica municipal:

NOME: CLEUSA DE SOUZA CAMPOS

CARGO: GERENTE DE PROGRAMAS SOCIAIS

NÍVEL: CC-01

CODIGO: 1051

LOTAÇÃO: Secretaria de Assistência Social

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 11 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

Matricula: 13034/01

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 04/2017

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

O município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Sr. Derli Furtado, torna publico, para o conhecimento dos interessados que realizou Processo Licitatório, na modalidade de Dispensa por Justificativa, tendo como objeto

a Contratação emergencial de empresa especializada para realização de Processo Seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário e cadastro de reservas para o quadro de funcionários do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

O processo será regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e em especial ao contido no edital.

A íntegra do edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Av. Tancredo Neves, 337, na Cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone: 049-3657-0001 e-mail: prefeitura@staterezhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhaprogresso.com.br.

Santa Terezinha do Progresso, 12 de Janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 16:00 horas do dia 24 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços, tendo como objeto a Terceirização de horas máquinas para manutenção dos trabalhos das diversas Secretarias do Município.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, ou pelo site www.staterezhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 12 de Janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 13:15 horas do dia 24 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Locação de sala comercial para instalação do setor do Conselho Tutelar.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, ou pelo site www.staterezhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 12 de Janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2017

TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 13:15 horas do dia 27 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Tomada de Preços, tendo como objeto a Contratação de empresa para fins de limpeza publica(recolhimento de lixo domestico) em ruas e avenidas do perímetro urbano do Município para o exercício de 2017.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, pelo site www.staterezhaprogreso.sc.gov.br ou pelo e-mail compras@staterezhaprogreso.sc.gov.br

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 12 de Janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 32/2017

DECRETO Nº 0032, DE 9 DE JANEIRO DE 2017
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores Adelino Denk, Giancarlo Grossl, Luiz Claudio Gayer Schuves, Marcio Dreveck, Margareth Bayerl Keiser e Daguiomar Nogueira para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão que deverá sugerir as novas tarifas de ônibus do transporte coletivo urbano no município de São Bento do Sul.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 1230, de 22 de janeiro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 33/2017

DECRETO Nº 0033, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 51 da Lei nº 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para constituir a Comissão de Licitação da Fundação Municipal de Desportos os seguintes membros:

Claudia Moreira de Souza - Presidente

Marcio Vanderlei Weiller - Suplente

Fernanda Spitzner - Secretária

Rodrigo Vargas - Suplente

Andressa Cristina Brandenburg - Membro

Luis Claudio Ramalho - Suplente

Parágrafo Único – Compete à Comissão de Licitação, receber e julgar as licitações até o valor constante da modalidade convite.

Art. 2º A Comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas naquela modalidade.

Art. 3º Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 34/2017

DECRETO Nº 0034, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA A AUTORIDADE DE TRÂNSITO E OS MEMBROS DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 9.503/97 e Lei Municipal nº 683/2003, com as diretrizes para o estabelecimento do DETRU,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado como Autoridade de Trânsito do Município o Sr. AMARILDO DE JESUS, Diretor do Departamento de Trânsito Urbano, com endereço funcional à Rua José Fendrich, 144, CEP 89.281-099, telefones (47) 3633 6354 e (47) 3633 1931, e-mail: detru@saobentodosul.sc.gov.br.

Art. 2º As atividades a serem desempenhadas pelo DETRU de engenharia de tráfego serão coordenadas pelo servidor CARLOS HENRIQUE REITZ ARAKAKI, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 3º As atividades de controle e análise de estatísticas e educação de trânsito, no âmbito das competências do DETRU, serão coordenadas pelo servidor CASSIANO RUTHES, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 4º Os serviços de secretariado do Departamento de Trânsito de São Bento do Sul - DETRU serão executados pela funcionária pública municipal Patrícia Zeidemann Zipperer, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, localizada à Rua Jorge Lacerda, 75, CEP 89.280-902, telefones (47) 3633 6354 e (47) 3633 1931, e-mail: patricia@saobentodosul.sc.gov.br.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos nº 607/2014 e nº 1122/2015.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2017.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 35/2017

DECRETO Nº 0035, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Rodrigo Schreiner, Rogério Fossati Pinto, Rosane Fiedler, Igor Weiss e Ivo Henning Filho para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 001/2017 - EMHAB, a realizar-se às 10:00 horas, do dia 01 de fevereiro de 2017, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 36/2017

DECRETO Nº 0036, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – EMHAB.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 107.000,00 (cento e sete mil reais) no orçamento vigente da Empresa Municipal de Habitação e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação

Projeto: 1.018 – Programa FNHIS

(20) 3.3.90.39.00.00.00 024 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 52.000,00

Atividade: 2.055 – Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(16) 3.3.91.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00

Unidade: 02 – Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017– Investindo em Programas Habitacionais

(26) 3.3.90.39.00.00.00 200- Outros Serv. Terc. PJ R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação

Projeto: 1.018 – Programa FNHIS

(22) 4.4.90.51.00.00.00 024 - Obras e Instalações R\$ 52.000,00

Atividade: 2.055 – Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(12) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00

Unidade: 02 – Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017– Investindo em Programas Habitacionais

(32) 4.4.90.61.00.00.00 200- Aquisição de Imóveis R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 001/2017 - ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 001/2017 – DE ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO TEMPORÁRIO

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS DE PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO TEMPORÁRIO DO QUADRO DE SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL

A Secretaria Municipal de Educação torna público que realizar-se-á neste Município de São Bento do Sul - SC, Processo de Atribuição de Exercício Temporário, do quadro de servidores efetivos desta Secretaria para uma e/ou mais Unidades Escolares, respeitado o porte de cada Unidade Escolar, de acordo com a Lei nº 1452 de 29 de novembro de 2005 e pelas normas estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste no Processo de Atribuição de Exercício Temporário, do quadro de servidores efetivos da Secretaria Municipal de Educação para uma ou mais Unidades Escolares, respeitada a carga horária do funcionário e o porte de cada Unidade Escolar, para ajustamento do quadro de pessoal, à vista da reorganização do quadro de vagas, para execução dos serviços de cada Unidade Escolar, a seguir mencionados:

I – Cargo de Professor Ensino Fundamental – Anos Iniciais;

II – Cargo de Professor Ensino Fundamental – Anos Finais;

III – Cargo de Professor Educação Infantil.

2 – DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições estarão abertas nos dias 17 e 18 de janeiro de 2017, das 8 horas às 12 horas e das 13h30min às 17 horas, na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Benjamin Constant, 120 – Centro, São Bento do Sul/SC.

2.2 – O servidor deverá preencher a ficha de inscrição (modelo próprio), fornecida no ato da inscrição, anexando cópia dos seguintes documentos:

a) Atestado de Tempo de Serviço efetivo expedido pelo Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração da Prefeitura de São Bento do Sul;

b) Cursos de Capacitação, Aperfeiçoamento e/ou atualização na disciplina e/ou área que atua referentes aos anos de 2014, 2015 e 2016 (cópia autenticada ou cópia com o Original).

2.3 – A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato, verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo.

2.4 – Cada servidor terá direito a apenas uma inscrição, por cargo

ocupado.

2.5 – A classificação será afixada no mural da Secretaria de Educação, no dia 20 de janeiro de 2017, bem como publicada no Diário Oficial.

2.6 – O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de divulgação do resultado final, para entrar com pedido de reconsideração da classificação, em recurso dirigido a Comissão Organizadora.

2.7 – São requisitos para inscrição neste Processo ser servidor efetivo do quadro de pessoal desta Prefeitura e lotado na Secretaria Municipal de Educação.

3 - DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E/OU ATUALIZAÇÃO

3.1 Serão considerados para efeitos deste edital os certificados que constam:

- 3.1.1 Registro da Unidade Executora;
- 3.1.2 Carga horária igual ou superior a 8 horas;
- 3.1.3 Conteúdo Programático.

4 – DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 – O cargo de professor será agrupado por área de atuação e nível de acordo com sua formação a seguir mencionados:

- a) Grupo 1 – Doutorado;
- b) Grupo 2 – Mestrado;
- c) Grupo 3 – Especialização;
- d) Grupo 5 – Licenciatura Plena;
- e) Grupo 6 – Magistério mais Adicional;
- f) Grupo 7 – Magistério;
- g) Grupo 8 – Professores não titulados.

4.2 – A classificação final será em ordem do maior para o menor de acordo com a somatória total dos pontos considerando:

- 4.2.1 Tempo de Serviço: 01 (um) ponto por mês trabalhado, considerando a fração de 16 (dezesesseis) dias ou mais como um mês;
- 4.2.2 Cursos de Capacitação, Aperfeiçoamento e/ou atualização: 01 (um) ponto para cada 40 horas de curso, considerando a somatória de todos os cursos apresentados, referente aos anos 2014, 2015 e 2016.

4.3 – Ocorrendo empate na classificação, terá preferência o candidato que for mais idoso.

5 – DAS VAGAS

5.1 – O número de vagas de cada cargo e área e ou disciplina será de acordo com o porte de cada Unidade Escolar.

5.2 – O quadro de vagas (vagas vinculadas) será fixado na Secretaria Municipal de Educação no dia 26 de janeiro de 2017.

6 – DA ESCOLHA DE VAGA

6.1 – A escolha de vagas se dará no Auditório da Secretaria Municipal de Educação, no dia 26 de janeiro de 2017, a partir das 8h30min.

6.2 – Os servidores que não comparecerem no dia e horário estabelecidos, perderão o direito de escolha previsto neste Edital, ficando sujeitos a indicação da Comissão Organizadora, ao final de todo o processo.

6.3 – Escolhida a vaga, o servidor terá Atribuição de Exercício

Temporário para o ano letivo de 2017, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2017, na Unidade Escolar escolhida.

6.4 – Os atos do resultado final serão publicados na imprensa oficial.

7 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1 – Caberá previamente ao Setor de Recursos Humanos realizar o levantamento do tempo de serviço dos servidores inscritos para a Atribuição de Exercício Temporário.

7.2 – O candidato, ao preencher e assinar a sua ficha de inscrição declara-se ciente e de acordo com todas as normas do presente Edital.

7.3 – Os professores lotados na Secretaria de Educação que não efetuarem a inscrição estarão automaticamente inscritos, considerando apenas o tempo de serviço como critério de classificação.

7.4 – O presente Processo será realizado e coordenado sob a responsabilidade de Comissão Organizadora, designada pela Secretaria de Educação.

7.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO
Secretária Municipal de Educação

LISTAGEM PORTARIAS 01/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 0092, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 06 de novembro de 2016. SANDRA LEONIDA TREIN, Enfermeiro, Nível II, Grupo Ocupacional 05, passando da Classe C para Classe D. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 0093, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 25 de novembro de 2016. EUNICE DE FÁTIMA LOCK DA SILVA, Auxiliar de Serviços, Nível III, Grupo Ocupacional 01, passando da Classe C para Classe D. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 0094, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de dezembro de 2016. ISOLDE DA SILVA CHRISTEM, Auxiliar de Consultório Dentário, Nível II, Grupo Ocupacional 03, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 0095, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 05 de dezembro de 2016. GLEICE MARI SWIRKOWSKY, Telefonista, Nível I, Grupo Ocupacional 03, passando da Classe B para Classe C. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 0096, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 07 de dezembro de 2016. AVELINO COMIN, Economista, Nível II, Grupo Ocupacional 05, passando da Classe C para Classe D. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 0097, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 20 de dezembro de

2016. CHIARA MARIELE GURGACZ DESTRO, Arquiteto e Urbanista, Nível I, Grupo Ocupacional 06, passando da Classe A para Classe B. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 0098, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 24 de dezembro de 2016. ELIANE PRESTES DE SOUZA MALLON, Auxiliar de Serviços, Nível III, Grupo Ocupacional 01, passando da Classe B para Classe C. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0099, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 30 de dezembro de 2016. VALDECIR FRANÇA, Vigia – em extinção, Nível I, Grupo Ocupacional 01, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0100, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de janeiro de 2017. MILENA TELMA CHRISTOFF, Fonoaudiólogo, Nível I, Grupo Ocupacional 05, passando da Classe A para Classe B. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 0101, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 03 de setembro de 2016. EMERSON SOUZA, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe B para Classe C. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0102, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 12 de setembro de 2016. MARI TERESINHA PICKOCZ CAMPOLINO, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe B para Classe C. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0103, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de novembro de 2016. ANGELA APARECIDA RECKZIEGEL HUBNER, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe D para Classe E. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0104, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de novembro de 2016. MARLI APARECIDA DA SILVA TASCHEK, Atendente Educativo - Magistério, Nível II, passando da Classe B para Classe C. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0105, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 14 de novembro de 2016. ELIANE MARIA ZWIEFKA ALVES, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe E para Classe F. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0106, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de dezembro de 2016. PATRICIA BAYERL, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe B para Classe C. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0107, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de dezembro de 2016. ADRIANA DA SILVA, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe C para Classe D. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0108, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de dezembro de 2016. ADRIANA GARCIA CORREA, Atendente de Berçário – em extinção - Magistério, Nível I, passando da Classe C para Classe D. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0109, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 16 de dezembro de 2016. ADILESIA BERTOLI, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe B para Classe C. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0110, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 19 de dezembro de 2016. JULIANA FORTESKI, Atendente de Berçário – em extinção - Magistério, Nível I, passando da Classe B para Classe C. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0111, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 19 de dezembro de 2016. MINALISE NAZARIO DOS SANTOS BUENO FRANCO, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe B para Classe C. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0112, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 30 de dezembro de 2016. JOSEMERI DOS SANTOS, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0113, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. JOÃO ORLANDO DO NASCIMENTO, Auxiliar de Berçário – em extinção - Ensino Médio, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 0114, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. MARIA DA GRAÇA RIBEIRO DA SILVA, Auxiliar de Berçário – em extinção - Especialização, Nível V, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0115, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. LENI RODRIGUES SKONIECZNY, Auxiliar de Berçário – em extinção - Magistério, Nível III, passando da Classe E para Classe F. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 0116, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. MARIA ROZELI DE PAULA, Auxiliar de Berçário – em extinção - Magistério, Nível III, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0117, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. AGNALDO APARECIDO DOMINGOS, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe I para Classe J. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 0118, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. CARLOS JOSÉ FEDALTO, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe I para Classe J. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0119, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ELIANE ODIA, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe H para Classe I. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0120, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro

de 2016. GISELE CRISTINA JANKOVSKI MINIKOVSKY, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe H para Classe I. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0121, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. JANE MIRANDA, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe H para Classe I. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0122, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. JOSÉ CLAUDINEY DAMAS, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe H para Classe I. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0123, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. KETLEN LUCIANE RANK, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0124, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSILENE RIBEIRO, Professor de Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe G para Classe H. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0125, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ANALIA MARIA RODRIGUES, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0126, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ANDREIA MARIA KOENIG GRAZEK, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0127, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ANTONIO CARLOS CONTEZINI, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe H para Classe I. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 0128, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. BERENICE DO ROCIO CRUZ SCHIEHL, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0129, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. CIRLENE NENEVE ROESLER, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0130, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. CLAUDIA CRISTIANE DOS SANTOS MATOS, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0131, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. CLAUDIA PEDROZO ROPKE, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0132, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. CLAUDINEIA ANDREZEJEWSKI, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0133, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. CLAUSSE CIDREA DIAS, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe I para Classe J. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0134, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. DAILI HANNEMANN, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0135, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. DAVI ORLANDO IONK, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe E para Classe F. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0136, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. DENIZIA APARECIDA CAVALHEIRO, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe I para Classe J. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0137, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. DEONILDE RUDNICK, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0138, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. DINANCI MARIA ROSA, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 0139, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. EDINEIA PECHIBILSKI ZADOROWSKY, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0140, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ELENICE INES WEBER, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 0141, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ELI MATILDE GROSSKOPF RUDNICK, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0142, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ELIANE MARIA MUNCINELLI DA SILVA, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0143, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de

2016. ELIANE SIOMARA BRAND, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe H para Classe I. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0144, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ELISABETH SADOWSKY, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0145, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. EUNICE TEREZINHA HILGESTIELER PERES, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0146, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. FLAVIA DA ROSA KOSZANSKI, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0147, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ILSE MARIA SCHROEDER HEIDEN, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0148, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. INES TEREZINHA KOSZANSKI LINZMEYER, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0149, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. IRACILDES STIEGLER, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0150, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. IRENE BATISTA FRAGOSO NIESPODZINSKI, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0151, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. IVETE VARELA LANGER, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0152, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. JENI APARECIDA KRZEZINSKI, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0153, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. JOSEANE MUEHLBAUER PASZEUK, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe I para Classe J. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0154, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. LENARA MATILDE BAUER ROPKE, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe I para Classe J. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0155, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. LEOMAR BRANDL, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0156, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. LORILDES MARGARIDA DA MAIA JUSVIACK, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0157, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. LUCIANA GSCHWENDTNER ROBERGE, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0158, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. LUSIA DE FATIMA TREML, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0159, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. LUZIA MARGARETE ALVES TIBES, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe E para Classe F. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0160, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. MARCIA DA CONCEICAO ALVES TIBES, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe B para Classe C. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0161, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. MARCIA JAQUELINE SCHREINER, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe I para Classe J. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0162, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. MARCIA SUELI WEILLER PSCHIEDT, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe H para Classe I. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0163, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. MARIA GORETI MEISTER, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0164, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. MARLISE RUDA ARNOLD, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0165, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. NEIDE DE FATIMA BONETE CABRAL VARGENIAK, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe I para Classe J. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0166, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de

2016. NEIDE NILCEIA AGOSTINI CEREGATTI, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0167, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. REILLI GUETKY WABERSICH, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0168, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSANE BELLO RANK, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0169, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSANE TERESINHA PSCHIEDT KNOP, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0170, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSANGELA PIRES CARDOSO, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0171, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSANGELA RUDA, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0172, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSANGELA THEILE, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0173, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSANGELA VITALI, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe D para Classe E. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0174, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSELAINE ESTER RAMBO, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe I para Classe J. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0175, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSELI HACKBARTH, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe H para Classe I. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0176, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSELI SCHMIDT, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe H para Classe I. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0177, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. SANDRA MARA KLEINMAYER, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0178, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. SANDRA REGINA BAYERL, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0179, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. SELMA APARECIDA BASILIO, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0180, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. SILVANE TEREZINHA BAYERL, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe I para Classe J. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0181, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. SINTIA DE CASSIA PEDROZO, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0182, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. SIOMARA GLADIS WRUBLEVSKI KAMINSKI, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0183, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. SIRLENE LESNHAK MUNHOZ, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0184, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. SUELI SCHLAGENHAUFER BLASKOVSKI, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe G para Classe H. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0185, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. SUELI TEREZINHA ZWIEFKA RANDIG, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0186, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. VIVIANE APARECIDA PILAT, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe H para Classe I. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0187, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. VIVIANE MERI NEUBAUER, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0188, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. JULIANA MARIA CHAPIEWSKY, Professor de Anos Iniciais - em extinção - Magistério, Nível I, passando da Classe I para Classe J. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 0189, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de

2016. SANDRA ELISABETH PIEKARSKI, Professor de Anos Iniciais - em extinção - Magistério, Nível I, passando da Classe G para Classe H. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0190, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ILDA SMYTKA ALKA, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0191, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. LUCILENE RIBEIRO DE SOUZA DA CRUZ, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0192, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. MARGARIDA KRIEGER ALVES, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0193, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSANE ZIEMANN, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe B para Classe C. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0194, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSELENE PEREIRA ROSA, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe D para Classe E. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0195, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSILENE APARECIDA SUCKY HEIDEN, Professor de Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0196, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. SUSANA ANDREA DAL BO, Professor de Educação Infantil - Licenciatura Plena, Nível II, passando da Classe B para Classe C. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0197, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. LUCIANE RAIMUNDO LISBOA, Professor de Educação Infantil - em extinção - Magistério, Nível I, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 0198, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de dezembro de 2016. ROSELI WENGRZYNOVSKI RODRIGUES, Professor não Titulado - em extinção - Ensino Médio, Nível I, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 0199, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de janeiro de 2017. ELISANGELA RANDIG ENDLER, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0200, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 03 de janeiro de 2017. MARCIA OSMARINA NEUMANN SEIFFERT, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0201, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 03 de janeiro de 2017. MARISE KRAEMER DAMAS, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe I para Classe J. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0202, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de janeiro de 2017. ADRIANA PIEKARSKI, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 0203, de 10 de janeiro de 2017. Promove Servidor Público, a partir de 31 de dezembro de 2016. IARA CRISTIANE VOGT, Professor de Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe F para Classe G. Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 12 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 204/2017

PORTARIA Nº 0204, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Revoga Portaria nº 3894/2008

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 01 de janeiro de 2017, a Portaria nº 3894/2008 que colocou à disposição da Associação dos Servidores Públicos Municipais – ASP o servidor SIDNEI DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Vigia.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 205/2017

PORTARIA Nº 0205, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51 da Lei nº 228/2001 e,

Considerando que no Processo nº 8867/2016 consta o pedido da servidora ELISANGELA HUEBL para remoção do quadro da Secretaria Municipal de Saúde para a Procuradoria Jurídica;

Considerando que no Processo mencionado consta a anuência do Secretário Municipal de Saúde e do Procurador Municipal,

RESOLVE:

REMOVER, a pedido e por acordo, a partir de 3 de janeiro de 2017, a servidora ELISANGELA HUEBL, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Saúde para o quadro da Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 206/2017

PORTARIA Nº 0206, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar ALBERTO MARCZAK NETO, matrícula nº 39868, FELIPE CORREA, matrícula nº 39938, JOÃO ARRI BELLO, matrícula nº 34321, JOSÉ SADI COSTA PAES, matrícula nº 26221, JOSÉ VANDERLEI FERREIRA, matrícula 42873, LAERCIO FERREIRA CHAVES, matrícula nº 39925, MIRIAM REGINA SCHWETLER FILIPP, matrícula nº 11950, OSNI VIEIRA RAMOS, matrícula 43045 e SIMÃO PEDRO KRAMAR, matrícula 33110, todos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos abaixo relacionados:

- Ford/Ranger, placa MBX 9437
- GM/Corsa, placa MLO 1104
- Ford/Pampa, placa LXB 3357
- VW/Kombi, placa MIY 4348
- Ford/Ranger, placa MBE 3327
- Peugeot/ Hoggar, placa MIO 9267
- Ford/Courier, placa MDS 2627
- Fiat/Uno, placa MIK 3335
- Toyota, placa LYT 0941
- F 4000, placa LYT 2091
- VW/Kombi, placa MBD 8252

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

PORTARIA Nº 207/2017

PORTARIA Nº 0207, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar HANS LEOPOLD PAREY, matrícula nº 32930, MARCELO HUBNER, matrícula nº 31500, e MARIO DO MONTE, matrícula nº 11200, todos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos abaixo relacionados:

- Ford/Ranger, placa MBX 9437
- GM/Corsa, placa MLO 1104

- Ford/Pampa, placa LXB 3357
- VW/Kombi, placa MIY 4348
- Ford/Ranger, placa MBE 3327
- Peugeot/ Hoggar, placa MIO 9267
- Ford/Courier, placa MDS 2627
- Fiat/Uno, placa MIK 3335
- Toyota, placa LYT 0941
- F 4000, placa LYT 2091
- VW/Kombi, placa MBD 8252
- Agrale, placa LZY 6085
- Kia/Bongo Frontier, placa MKD 0329
- Caminhão Munck, placa MBK 0041
- Caminhão Tanque, placa MAV 8219
- Caminhão Tanque, placa MDY 9578
- Caminhão Tanque, placa MMD 2429
- Caminhão Basculante, placa MMB 9769
- Caminhão Basculante, placa MMB 9749

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 208/2017

PORTARIA Nº 0208, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores AMARILDO DE JESUS, Diretor Interino de Defesa Civil, e SIDNEI DA SILVA, Chefe de Divisão de Defesa Civil, ambos do Gabinete do Prefeito, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os seguintes veículos oficiais:

- GM/Celta, placa ARO 6234
- GM/Corsa Classic, placa AGE 8811
- Fiat/Palio, placa MDG 2067

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 209/2017

PORTARIA Nº 0209, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor ALESSANDRO ROBERTO SCHARF, matrícula nº 15860, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Renault/Sandero, placa QHA 0857.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 210/2017

PORTARIA Nº 0210, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor ELSIO ANTONIO GOTTARDO, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Segurança Patrimonial, na Secretaria Municipal de Administração, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Ford/Fiesta, placa MIX 6058.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 211/2017

PORTARIA Nº 0211, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor AMARILDO DE JESUS, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Trânsito Urbano, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os seguintes veículos oficiais:

- FIAT/Doblo, placa MKU 3593
- KIA/Bongo K2500, placa MCK 9509
- GM/Celta, placa MBT 6615

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 212/2017

PORTARIA Nº 0212, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor JONEI ANTONIO SCHRITKI, ocupante do cargo de Chefe de Setor de Sinalização Viária, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os seguintes veículos oficiais:

- FIAT/Doblo, placa MKU 3593
- KIA/Bongo K2500, placa MIN 0873

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 213/2017

PORTARIA Nº 0213, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor FELIPE DE ARAUJO REBELLO DA CUNHA, ocupante do cargo de Técnico Desenhista, matrícula nº 42940, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os seguintes veículos oficiais:

- GM/Celta, placa MCS 6867
- GM/Celta, placa MCS 6957
- GM/Celta, placa MCX 3636
- VW/Gol, placa MHQ 6962
- GM/Corsa, placa MIU 1477
- GM/Corsa, placa MIU 1547
- GM/Corsa, placa MLB 4516

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 214/2017

PORTARIA Nº 0214, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Revoga Portaria nº 1542/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 12 de janeiro de 2017, a Portaria nº 1542/2013 que colocou à disposição da Delegacia da Comarca de São Bento do Sul a servidora EUGÊNIA MARIA RODRIGUES DEL OLMO, ocupante do cargo de Contador.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 215/2017

PORTARIA Nº 0215, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 10 de janeiro de 2017, ANA MARIA FURMANN COMARELLA, no cargo de Assessora de Expediente e Legislação, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 216/2017

PORTARIA Nº 0216, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor CZESLAW KOSCIARZ, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Proteção ao Consumidor, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a

dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Renault/Sandero, placa QHA 0857.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 217/2017

PORTARIA Nº 0217, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores ARILDO RIBEIRO, matrícula nº 6440 e ADAURI PUTTKAMMER, matrícula 15541, ambos da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Celta, placa MCS 6867
- GM/Celta, placa MCS 6957
- GM/Celta, placa MCX 3636
- VW/Gol, placa MHQ 6962
- GM/Corsa, placa MIU 1477
- GM/Corsa, placa MIU 1547
- GM/Corsa, placa MLB 4516

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 218/2017

PORTARIA Nº 0218, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Licença de Parte da Jornada de Trabalho

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Nº 2585/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARCIA MARGARETE FLENIK KVITSCHAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, licença de parte da jornada de trabalho – 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á pelo prazo de um ano, a contar de 14 de janeiro de 2017, consoante Processo Administrativo nº 8416/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 219/2017

PORTARIA Nº 0219, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Revoga Portaria nº 12094/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 03 de janeiro de 2017, a Portaria nº 12094/2016 que concedeu redução de carga horária à servidora KELLY THIEMANN, ocupante do cargo de Arquiteto e Urbanista, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 220/2017

PORTARIA Nº 0220 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.
Concede Auxílio Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor HIAGO DE SOUSA FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, Auxílio Escolar, conforme art. 68, da Lei Municipal nº 228/2001.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 01 de janeiro de 2017, conforme Processo nº 8612/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 221/2017

PORTARIA Nº 0221, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, LOURIVAL FERREIRA DE CASTILHO, no cargo de Chefe de Divisão de Limpeza Pública, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 64/2017

PORTARIA Nº 0064, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessora Jurídica

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 9 de janeiro de 2017, CAROLINE DA COSTA KAMAROSKI, no cargo de Assessora Jurídica, na Procuradoria.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 82/2017

PORTARIA Nº 0082, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar CRISTIAN CRISTOFOLINI, ocupante do cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Processos, FRANCISCO NIVALDO HACK, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, HENRIQUE VALDIVIO SCHROEDER, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, e JURACI CLAUDIO ROSSETTO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, todos servidores da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos abaixo relacionados:

- GM/Celta, placa MCS 6867
- GM/Celta, placa MCS 6957
- GM/Celta, placa MCX 3636

- VW/Gol, placa MHQ 6962
- GM/Corsa, placa MIU 1477
- GM/Corsa, placa MIU 1547
- GM/Corsa, placa MLB 4516

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 83/2017

PORTARIA Nº 0083, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, KARINA ALICE KINDLER, no cargo de Diretora do Departamento de Proteção Social Básica, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 84/2017

PORTARIA Nº 0084, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, VALDECI ROPELATO, no cargo de Diretor do Departamento de Proteção Social Especial, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 85/2017

PORTARIA Nº 0085, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, JOÃO LUIS DOS SANTOS VIANNA, no cargo de Chefe de Divisão de Proteção Social Especial, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 86/2017

PORTARIA Nº 0086, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, ALUISIO MOREIRA, no cargo de Chefe de Divisão de Administração e Finanças, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 87/2017

PORTARIA Nº 0087, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, CLAUDINEI DA LUZ LOPES, no cargo de Chefe de Divisão de Iluminação Pública, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 88/2017

PORTARIA Nº 0088, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 10 de janeiro de 2017, SELIO ANTONIO BASILIO, no cargo de Chefe de Setor de Logística e Transporte, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 89/2017

PORTARIA Nº 0089, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 12 de janeiro de 2017, EUGENIA MARIA RODRIGUES DEL OLMO, no cargo de Diretora do Departamento de Controle Interno, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 90/2017

PORTARIA Nº 0090, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar JOBERTH KRAUSE, ocupante do cargo de Assessor de Divulgação e Cerimonial, no Gabinete do Prefeito, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Celta, placa MEC 2288.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 91/2017

PORTARIA Nº 0091, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 02 de janeiro de 2017, ANA PAULA PIONTKIEWICZ, no cargo de Chefe de Setor de Recursos Humanos, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO Nº 1/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 1/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2017

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

A Fundação Cultural de São Bento do Sul, através de seu presidente, torna público, para quem interessar possa que resolve RETIFICAR o Objeto do Extrato do Processo Licitatório Nº 1/2017, modalidade Inexigibilidade de Licitação Nº 1/2017, e em sua Justificativa, conforme seguinte alteração:

ONDE SE LÊ: OBJETO: Apresentações artísticas musicais durante as retretas de verão 2017, a serem realizadas na Praça Getúlio Vargas (Centro), Praça Leopoldo Rudnick (Oxford) e Centro de Artes e Esportes Unificados João Roesler (Serra Alta) – São Bento do Sul, conforme cronograma pré-estabelecido, e retreta no dia 23/9/2017, em comemoração ao aniversário do município de São Bento do Sul.

LEIA-SE: OBJETO: contratação da banda trem1 para apresentações artísticas musicais durante as retretas de verão 2017, com datas a serem definidas.

MÁRCIO BROSOWSKY

DIRETOR PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO CULTURAL

São Domingos

PREFEITURA

DEC 006 DE 09 01 17 EXONERA GLAUCIA FILIPPINI ROANI OCUPANTE DO CARGO DE COORDENADOR E PROGRAMA

DECRETO Nº 006, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre exoneração do Cargo Comissionado a Servidora Pública Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 033, na data de 06 de janeiro de 2017, através do qual a servidora Glaucia Filippini Roani, solicita exoneração do cargo de Coordenador de Programa deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal Glaucia Filippini Roani do cargo comissionado de Coordenador de Programa, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1993, de 11 de julho de 2016; no que no que diz respeito a servidora e nº 2006, de 01 de agosto de 2016;

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DEC 007 DE 09 01 17 EXONERA A PEDIDO JACIR MARMENTINI OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA

DECRETO Nº 007, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Efetivo de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 1868, na data de 11 de novembro de 2016, através do qual o servidor Jacir Marmentini, solicitou exoneração do cargo de Motorista, deste município;

· Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2016, instaurado em face do referido servidor;

· Considerando que o Sr. Jacir Marmentini restou devidamente cientificado das decisões constantes no Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2016;

· Considerando o art. 154 da Lei Complementar n. 0045/2012, o qual reza que o servidor que responder a Processo Administrativo Disciplinar só poderá ser exonerado a pedido após a conclusão do processo;

· Considerando o parecer Jurídico, referente ao pedido de exoneração protocolo nº 1868 de 11 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Jacir Marmentini do cargo efetivo de Motorista, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1792, de 11 de junho de 2015; no que no que diz respeito ao servidor;

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

POR 011 DE 05 01 17 DESIGNA LUIZ EDUARDO VALENTINI PARA RESPONDER PELOS ADIANTAMENTOS

PORTARIA Nº 011, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Designa servidor para responder, pelo Regime de adiantamento, pela elaboração e prestação de contas dos mesmos, do Município de São Domingos (SC),

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08; pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12; e:

· Considerando a necessidade diária de servidor responsável pelo Regime de Adiantamento e pela elaboração e prestação de contas;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor Luiz Eduardo Valentini, ocupante do cargo de Coordenador de Programa, como responsável, pelo Regime de adiantamento, pela elaboração e prestação de contas dos mesmos, do Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1809, de 20 de julho de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

POR 012 DE 09 01 17 LOTA ELEONARA FERNANDA LISBOA E LUANA RIBEIRO FERREIRA

PORTARIA Nº 012, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre lotação de servidora e empregada pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990, atualizada; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; e pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e:

· Considerando a necessidade de adequação na lotação de servidoras e empregadas públicas municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam lotadas servidora e empregada pública municipal conforme segue:

Servidora/Empregada	Cargo/Emprego	Lotação
Eleonara Fernada Lisboa	Assessor de Secretaria	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes
Luana Ribeiro Ferreira	Monitor de Programas Sociais (informática)	Secretaria Municipal de Assistência Social

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 013 DE 09 01 17 AUTORIZA A CONDUZIR VEICULOS FLAVIO TRICHES

PORTARIA Nº 013, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Autoriza servidor a conduzir veículos públicos municipais.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

· Considerando a solicitação da Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Odirlei Guadagnin;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a conduzir veículos de propriedade deste município, o servidor público municipal Flavio Triches, ocupante do cargo de Diretor de Departamento de Agricultura, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, portador da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº 04022663037.

Art. 2º O servidor ora autorizado a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 014 DE 09 01 17 FÉRIAS NOELI APARECIDA SCARIOTTO MARMENTINI

PORTARIA Nº 014, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada e:

· Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DÍAS	GOZO
Noeli Aparecida Scarioto Marmantini	Auxiliar de Serviços Gerais	02/01/16 a 01/01/17	15	10/01/17 a 24/01/17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

POR 015 DE 10 01 17 FÉRIAS AOS SERVIDOR MAURICIO ASSIS DE JESUS

PORTARIA Nº 015, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Concede férias ao empregado público municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; Lei Municipal nº PAN/1.132, 11/12/1998; e:

· Considerando a necessidade de ajustar o período de concessão de férias do servidor lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social uma vez que o mesmo desempenha suas funções no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (PETI) e escolas da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

· Considerando que a maioria dos servidores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (PETI), e da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, gozam férias coletivas anuais de 30 (trinta) dias, no período de 02 a 31 de janeiro de cada ano, levando em consideração o calendário escolar;

· Considerando que alguns destes servidores admitidos no serviço público municipal há menos de 12 (doze) meses ou com período aquisitivo de férias incompleto, gozarão, na forma do artigo 69 da Lei Complementar Municipal nº 045 de 06/11/12, as férias coletivas de forma proporcional, iniciando-se, a partir do último período concedido novo período aquisitivo, o que se mostra como medida razoável, em vista da necessidade de otimizar a distribuição do quadro de pessoal, para o adequado funcionamento do ano letivo.

· Considerando parecer Jurídico sobre a matéria;

· Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

· Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida FÉRIAS ao empregado público municipal, conforme segue:

EMPREGADO	EMPREGO	PERÍODO AQUISITIVO	DÍAS	GOZO
Maurício Assis de Jesus	Monitor de Programas Sociais - Informática	07/07/17 a 06/01/17	15	10/01/17 a 24/01/17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTOS DE RECURSOS 12 2016**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e FundacionalPágina: 1/5
Data: 11/01/2017
Hora: 08:35:17
Período: 01/12/2016 - 31/12/2016**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 01/12/2016

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	514,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transferências de Convênios da União	4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	-328,61
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	772,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transferências de Convênios da União	4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	-9.196,03
Total de recursos recebidos em 01/12/2016:			-8.237,64

Recursos recebidos em: 02/12/2016

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	777,18
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.165,78
Total de recursos recebidos em 02/12/2016:			1.942,96

Recursos recebidos em: 05/12/2016

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	8.994,45
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	34.500,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	5.996,31
Total de recursos recebidos em 05/12/2016:			49.490,76

Recursos recebidos em: 06/12/2016

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	795,49
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	530,32
Total de recursos recebidos em 06/12/2016:			1.325,81

Recursos recebidos em: 07/12/2016

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	8.588,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.150,70
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Convênio p/ SUS	4.2.4.7.1.01.02.00.00.00	102.400,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	767,13
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Piso de Atenção Básica - PAB	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	20.342,83
Total de recursos recebidos em 07/12/2016:			133.248,66

Recursos recebidos em: 08/12/2016

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	6.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	8.071,68
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transf de Convênios a Programas de Educação	4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	422,40
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	12.107,52
Total de recursos recebidos em 08/12/2016:			26.601,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 2/5
 Data: 11/01/2017
 Hora: 08:35:17
 Período: 01/12/2016 - 31/12/2016

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 09/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	35.071,16
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	8.451,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	251,46
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	12.677,62
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	104,77
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	7.493,81
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	140.284,66
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	62,86
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	58.451,94
Total de recursos recebidos em 09/12/2016:			262.850,03

Recursos recebidos em: 12/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transf de Convênios a Programas de Educação	4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	48.872,64
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 25% educação	4.1.7.2.1.01.03.02.00.00	69.962,04
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.160,19
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 75% ordinário	4.1.7.2.1.01.03.01.00.00	209.886,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.740,29
Total de recursos recebidos em 12/12/2016:			331.621,25

Recursos recebidos em: 13/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.007,05
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.338,04
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outros Convênios e Transf da União p/ Saneamento	4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	600.000,00
Total de recursos recebidos em 13/12/2016:			603.345,09

Recursos recebidos em: 14/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	17.127,16
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	25.690,73
Total de recursos recebidos em 14/12/2016:			42.817,89

Recursos recebidos em: 15/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	20.592,70
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	30.889,04
Total de recursos recebidos em 15/12/2016:			51.481,74

Recursos recebidos em: 16/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	950,12

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 3/5
 Data: 11/01/2017
 Hora: 08:35:17
 Período: 01/12/2016 - 31/12/2016

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 16/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.425,17
Total de recursos recebidos em 16/12/2016:			2.375,29

Recursos recebidos em: 19/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.571,24
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.047,49
Total de recursos recebidos em 19/12/2016:			2.618,73

Recursos recebidos em: 20/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	51.470,85
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	4,59
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	30.882,51
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	123.530,05
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	7,65
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	18,37
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	12.698,89
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	8.465,92
Total de recursos recebidos em 20/12/2016:			227.078,83

Recursos recebidos em: 21/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	5.755,84
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.695,10
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Piso de Atenção Básica - PAB	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	100.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	318.051,85
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.042,65
Total de recursos recebidos em 21/12/2016:			430.545,44

Recursos recebidos em: 22/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	7.324,72
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	10.987,09
Total de recursos recebidos em 22/12/2016:			18.311,81

Recursos recebidos em: 23/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	10.009,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	6.672,73
Total de recursos recebidos em 23/12/2016:			16.681,82

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 4/5
 Data: 11/01/2017
 Hora: 08:35:17
 Período: 01/12/2016 - 31/12/2016

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 26/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Média e Alta Complexidade - MAC FEDERAL	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	44.841,70
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	22.308,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.951,59
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	6.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tívs (Ex-	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	1.316,48
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.967,73
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agente de Combate em Indemias	4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	1.926,60
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	4.084,68
Total de recursos recebidos em 26/12/2016:			85.396,78

Recursos recebidos em: 27/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transferências de Convênios da União	4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	643.545,38
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.689,72
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	1.290,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	24.682,92
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	16.216,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - IGD-PBF	4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	5.360,92
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.034,59
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - IGD-SUAS	4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	1.545,50
Total de recursos recebidos em 27/12/2016:			699.365,23

Recursos recebidos em: 28/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	908,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.363,13
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transferências de Convênios da União	4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	455.366,06
Total de recursos recebidos em 28/12/2016:			457.637,94

Recursos recebidos em: 29/12/2016

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	6.690,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outros Convênios e Transf. da União p/ Saneamento	4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	1.418.113,54
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	4.084,68
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	46.887,66
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde Da Família - SF	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	19.130,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	63.540,46
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	6.969,86
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	34.500,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	21.344,70
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tívs (Ex-	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	2.258,46
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	28.132,60
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	10.454,79
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	112.530,39

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 5/5

Data: 11/01/2017

Hora: 08:35:17

Período: 01/12/2016 - 31/12/2016

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 29/12/2016

Órgão concededor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Nucleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	18.000,00
Total de recursos recebidos em 29/12/2016:			1.792.637,14

Recursos recebidos em: 30/12/2016

Órgão concededor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	101.113,38
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Nucleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	3.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	2.069,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	242.672,10
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	379,65
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	22.656,64
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	963,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	1.518,59
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	26.039,12
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	60.668,03
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outros Convênios e Transf. da União p/ Saneamento	4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	500.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	632,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	17.359,42
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agente de Combate em Indemias	4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	1.926,60
Total de recursos recebidos em 30/12/2016:			980.998,88

TOTAL GERAL:**6.210.136,04**

SAO DOMINGOS, SC, 11 de janeiro de 2017.

Recebido em ____/____/____.

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 001/2017 - NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

DECRETO Nº 001/17, DE 02/01/2017.

NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora pública Tatiane Henn, para exercer a função de pregoeira do Município para o período de 02/01/2017 a 31/12/2017.

Art. 2º. Ficam igualmente nomeados Katia Margareth Becker Dilkin e Tatiane Henrich como equipe de apoio.

Art. 3º. Esta nomeação não acarretará ônus aos cofres municipais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2017.

FERNANDO BÍSIGO

Prefeito Municipal

DECRETO 002/2017 - NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

DECRETO Nº 002/17, DE 02/01/2017.

DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE E DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETAS E DESCENTRALIZADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade ao que determina a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1995,

DECRETA

Art. 1º. Fica designada a Comissão Permanente de Licitações do Município de São João do Oeste para o período de 02/01/2017 a 31/12/2017, composta pelos seguintes membros, todos servidores públicos municipais:

Presidente: Tatiane Henn
Secretário: Katia Margareth Becker Dilkin
Membro Titular: Vivian Markwardt Arones

Membros Suplentes:
- Vanei Rogério Ritter
- Graziela Kerkhoff Meier
- Elio Ravazi de Oliveira
- Antônio Dopke

Art. 2º. Esta nomeação não acarretará ônus aos cofres municipais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 02 de janeiro de 2017.

FERNANDO BÍSIGO

Prefeito Municipal

DECRETO 003/2017 - NOMEIA COMISSÃO CHAMAMENTO PÚBLICO LEI 13019

DECRETO Nº 003/17, DE 02/01/2017.

NOMEIA OS MEMBROS QUE COMPÕEM A COMISSÃO DE SELEÇÃO E DE JULGAMENTO PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fernando Bisigo, Prefeito do Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º do Decreto 107/2016, que regulamenta a Lei 13.019/2014,

DECRETA

Art. 1º - Ficam através do presente Decreto, nomeados os seguintes servidores para comporem a Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público conforme previsto no artigo 5º de Decreto 107/2016:

- Teresinha Staub;
- Juliane Steffen;
- Ari Werle.

Art. 2º - A designação e execução dos trabalhos inerentes a presente nomeação serão de forma gratuita, pois são considerados serviços relevantes à municipalidade.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2017.

FERNANDO BÍSIGO

Prefeito Municipal

DECRETO 004/2017 - NOMEIA MEMBROS CONS DA TERCEIRA IDADE

DECRETO Nº 004/17 DE 11/01/2017.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO - COMPISJO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fernando Bisigo, Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.075/08, de 26/02/2008,

DECRETA

Art. 1º - Ficam através do presente Decreto nomeados pelo período de 2 (dois) anos, os membros do Conselho Municipal da Pessoa Idosa do Município de São João do Oeste – COMPISJO, tendo a seguinte composição:

I – Representantes do poder público local, titulares e respectivos suplentes:

a) Secretário Municipal da Saúde e Assistência Social:

Vitus Ritter e Ana Ertel

b) Representante da Sec. Munic. Da Saúde e Assistência Social:

Cristiane dos Reis e Claudia Wolschick Lenz

c) Representante da Sec. Munic. De Educação, Cultura e Esportes:
Valdomiro Kemmerich e Anélia Ternus

d) Representante da Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças:

Andressa Marasca e Rosemere Maria Rohr Rasch

II – Representantes dos grupos de idosos de forma setorial, no âmbito do Município de São João do Oeste:

a) Representantes dos grupos de idosos de Beato Roque, Vale Pio e Cristo Rei:

Titular: Sidio Ternus

Suplente: Alibio Goetz

b) Representantes dos grupos de idosos de Ervalzinho, Jaboticaba e Fortaleza:

Titular: Claudia Babick

Suplente: Afonso Bressler

c) Representantes dos grupos de idosos de Macuco, Alto Macuco, Itacuruçu e Medianeira:

Titular: Canísio Grings

Suplente: Artêmio Meier

d) Representantes dos grupos de idosos da sede do município:

Titular: Bruno Egewarth

Suplente: Simpício Becker

Art. 2º - A presente nomeação não acarretará ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço público relevante.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto 018/2016.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste – SC, 11 de janeiro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 40/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 40/2015

Partes: Município de São João do Oeste e Hammes Papelaria e Informática Ltda- Me

ORIGEM: Processo Licitatório nº 44/2015

OBJETO: "Aditivo de valor ao contrato de locação de impressoras".

VALOR ADITADO: 1.111,81

VALOR TOTAL: 13.903,81

PRAZO: 09.03.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 09 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO Nº 62/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO Nº 62/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Informática Itapiranga-LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 61/2016

OBJETO: "Aditivo de Valor ao contrato de fornecimento de serviços telefônicos".

VALOR ADITADO: 1.800,00

VALOR TOTAL: 9.600,00

PRAZO: 02.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 02 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 40/2015

Partes: Município de São João do Oeste e Hammes Papelaria e Informática Ltda- Me

ORIGEM: Processo Licitatório nº 44/2015

OBJETO: "Aditivo de valor ao contrato de locação de impressoras".

VALOR ADITADO: 1.111,81

VALOR TOTAL: 13.903,81

PRAZO: 09.03.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 09 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 02/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 02/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Auto Posto Confiança-LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 86/2016

OBJETO: "Contratação de empresa para fornecer combustíveis para todos os veículos das diversas secretarias do Município de São João do Oeste".

VALOR ADITADO: R\$ 2.100,000

VALOR TOTAL: 136.500,00

PRAZO: 11.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 11 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 005 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO N.º 005 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Estabelece o Calendário de Vencimento dos Tributos Municipais para o exercício financeiro de 2017, e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos Arts. 235 e 329 da Lei Municipal nº. 629, de 17 de dezembro de 1990 c/c o Art. 24, II, da Lei Complementar nº. 002, de 17 de dezembro de 2003;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Calendário de Vencimentos dos Tributos Municipais, para o exercício financeiro de 2017, conforme segue:

a) Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU):

Quota Única	(Com 20% de desconto)
10/04/2017	
1ª Parcela	
10/04/2017	
2ª Parcela	
10/05/2017	
3ª Parcela	
10/06/2017	

b) Taxa de Licenciamento para Funcionamento (Alvará)

Quota Única	
..... 31/03/2017	
1ª Parcela	
..... 31/03/2017	
2ª Parcela	
..... 30/04/2017	

c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - Fixo

Quota Única	31/03/2017
1ª Parcela	31/03/2017
2ª Parcela	30/04/2017

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de janeiro de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DISPENSA Nº. 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
LICITAÇÃO Nº. 001/2017

Modalidade – Dispensa nº. 001/2017
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: Prestação de serviços médicos (consultas), laboratoriais (exames) programas (atendimento ao dst/aids, tratamento a hepatite e a tuberculose) e assessoria ao serviço municipal de saúde, prestados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amesc.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE – AMESC.

VIGÊNCIA: 02/01/2017 a 31/12/2017

VALOR DO OBJETO: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

JUSTIFICATIVA: A Dispensa de Licitação para realização de exames e consultas médicas especializadas se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Sombrio - SC, em 02 de Janeiro de 2017.

Rejane Elíbio Borba

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DISPENSA Nº. 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
LICITAÇÃO Nº. 002/2017

Modalidade – Dispensa nº. 002/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: Ref.: Aquisição de medicamentos em geral para distribuição gratuita, injetáveis para uso nas unidades de saúde e medicações controladas para o programa de saúde mental para atendimento das demandas em saúde pública do município de São João do Sul, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amesc.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE – AMESC.

VIGÊNCIA: 02/01/2017 a 30/06/2017

VALOR DO OBJETO: R\$ 119.950,56 (cento e dezenove mil, noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

JUSTIFICATIVA: A Dispensa de Licitação para realização de exames e consultas médicas especializadas se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Sombrio - SC, em 02 de Janeiro de 2017.

Rejane Elíbio Borba

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

São Joaquim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 043/2017

PORTARIANº 043/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica DESIGNADO TEMPORARIAMENTE o senhor: - SEBASTIÃO ALEQUES MACEDO WALTRICK, ocupante do Cargo de Técnico em Atividade Agropecuária, para assinar as autorizações de abastecimento dos carros da Secretaria Municipal de Agricultura e do Abastecimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 044/2017

PORTARIANº 044/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária – DANIELA MATOS SANTOS BECKHAUSER, ocupante da Função de Enfermeira, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 26/12/2016 até 23/06/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 26 de Dezembro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 045/2017

PORTARIANº 045/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - LUZIA DE FATIMA MACEDO SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais (Caps), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2017 à 02/02/2017. – MICHELI FABRE EDUARDO, ocupante do Cargo de Terapeuta Ocupacional (Caps), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2017 à

02/02/2017. – DAIANE HUGEN TOMAZ, ocupante do Cargo de Assistente Social (Caps), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2017 à 02/02/2017. – RAQUEL OLIVEIRA NUNES, ocupante do Cargo de Pedagoga (Caps), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 04/01/2017 à 02/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 046/2017

PORTARIANº 046/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ANDRÉ SOUZA SPOLTI, ocupante do Cargo de Técnico em Atividades Agrícolas, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 09/01/2017 à 07/02/2017. - ANDRÉ MARTA SILVEIRA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 09/01/2017 à 07/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 09 de Janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 047/2017

PORTARIANº 047/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – VOLNI PEREIRA DE LIMA, ocupante do Cargo de Eletricista de Carro, por 10 (dez) dias, a contar do dia 02/01/2017. – TAILA GARCIA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 02/01/2017. – DENIZE GILCIANE DA SILVA LIMA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 03/01/2017. – JANAINA APARECIDA DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 03/01/2017. – LAYSE CECHINEL RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01

(um) dia, no dia 04/01/2017. – JANAINA APARECIDA DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 07 (sete) dias, a contar do dia 04/01/2017. – LAIZE TORTELL PEREIRA, ocupante do Cargo de Telefonista, por 03 (três) dias, a contar do dia 05/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 048/2017

PORTARIANº 048/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS COLETIVAS a funcionária: - ALI-NE CANDIDO ANSELMO, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02 de Janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Janeiro de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2016 – PE 123/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2016 – PE 123/2016 – Processo 568/2016 – Proc. Adm. 22339/2016 – Fornecedor: L&M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA-ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 13 de dezembro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2016 – PE 123/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2016 – PE 123/2016 – Processo 568/2016 – Proc. Adm. 22339/2016 – Fornecedor: PLANETA COMERCIAL LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$117.542,70 (cento e dezessete mil, quinhentos e quarenta e dois reais e setenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 13 de dezembro de 2016.

DECRETO Nº 7322/2017

DECRETO Nº 7322/2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.071 – Contribuição Associação Municipal GRANFPOLIS

1710 – 3.3.70.41.00.00.0080 – Contribuições,
Recursos Próprios R\$ 135.462,00

Total desta Atividade
..... R\$ 135.462,00

30.01.04.123.0105.2.268 – Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários
1722 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios
..... R\$ 47.538,00
Total desta Atividade
..... R\$ 47.538,00
Total do Órgão
.. R\$ 183.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar
R\$ 183.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA
02.02 – SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.15.451.0106.1.555 – Implantação e Revitalização Incluindo a Drenagem e
Saneamento de áreas Públicas de Lazer, Esportivas e de Convivência no Município de São José

50 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
Recursos Próprios
.... R\$ 153.000,00
Total deste Projeto
.... R\$ 153.000,00

02.00 – GABINETE DA PREFEITA
02.03 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02.03.04.122.0105.2.451 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Executiva de Comunicação Social

64 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios
..... R\$ 30.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 30.000,00
Total do Órgão
.. R\$ 183.000,00
Total da Anulação
. R\$ 183.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7323/2017

DECRETO Nº 7323/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 7.100.000,00 (sete milhões e cem mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.05 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02.05.04.122.0105.2.005 – Funcionamento e Manutenção da Procuradoria Geral do Município

80 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 14.000,00
Total desta Atividade R\$ 14.000,00
Total do Órgão R\$ 14.000,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

223 – 3.1.90.04.00.00.0081 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 988.000,00
226 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 220.000,00
227 – 3.1.90.11.00.00.0081 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 365.000,00
230 – 3.1.90.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 252.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.825.000,00

08.01.12.362.0103.2.037 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Ensino Médio

275 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 150.000,00
Total desta Atividade R\$ 150.000,00

08.01.12.366.0103.2.041 – Educação de Jovens e Adultos

367 – 3.1.90.04.00.00.0081 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 2.000,00
Total desta Atividade R\$ 2.000,00

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil – Pré Escola

341 – 3.1.90.04.00.00.0081 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 380.000,00
345 – 3.1.90.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 99.000,00
Total desta Atividade R\$ 479.000,00
Total do Órgão R\$ 2.456.000,00

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.056 – Funcionamento dos Cemitérios Públicos Municipais

608 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 10.000,00
Total do Órgão R\$ 10.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.271.0105.2.075 – Encargos Previdenciários,

1726 – 3.1.90.13.00.00.0080 - Obrigações Patronais,
Recursos Próprios R\$ 420.000,00
Total desta Atividade R\$ 420.000,00
Total do Órgão R\$ 420.000,00

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

1198 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 4.200.000,00
Total desta Atividade R\$ 4.200.000,00
Total do Órgão R\$ 4.200.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 7.100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º

deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 7.100.000,00 (sete milhões e cem mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.03 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02.03.04.122.0105.2.451 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Executiva de Comunicação Social

64 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios
.. R\$ 3.000.000,00
Total desta Atividade
.. R\$ 3.000.000,00
Total do Órgão
R\$ 3.000.000,00

04.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração
141– 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios
... R\$ 1.400.000,00
Total desta Atividade
.. R\$ 1.400.000,00
Total do Órgão
R\$ 1.400.000,00

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
557 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios
..... R\$ 850.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 850.000,00
Total do Órgão
.. R\$ 850.000,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.150 – Construção e Recuperação e Manutenção de Canais,
Galerias, Macro Drenagem
726 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
Recursos Próprios
.. R\$ 1.850.000,00
Total deste Projeto
.. R\$ 1.850.000,00
Total do Órgão
R\$ 1.850.000,00
Total da Anulação
R\$ 7.100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2016

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7353/2017

DECRETO Nº 7353/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

01.01– CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

00.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01.01.01.31.0101.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal

3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios
..... R\$
Total do Órgão
.. R\$ 25.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar
R\$ 25.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

01.01– CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01.01– CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01.01.01.31.0101.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal

3.1.90.13.00.00.0080 - Obrigações Patronais,
Recursos Próprios
..... R\$ 25.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 25.000,00
Total do Órgão
.... R\$ 25.000,00
Total da Anulação
... R\$ 25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7354/2017

DECRETO Nº 7354/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 7.882.000,00 (sete milhões e oitocentos e oitenta e dois mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.03 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02.03.04.122.0105.2.451 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria

Executiva de Comunicação Social

57 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 4.000,00

Total desta Atividade R\$ 4.000,00

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.05 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02.05.04.122.0105.2.005 – Funcionamento e Manutenção da Procuradoria

Geral do Município

80 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 204.000,00

Total desta Atividade R\$ 204.000,00

Total do Órgão R\$ 208.000,00

04.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de

Administração

133 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 122.000,00

134 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 2.000,00

Total desta Atividade ... R\$ 124.000,00

Total do Órgão R\$ 124.000,00

05.00 – SECRETARIA DE FINANÇAS

05.01 – SECRETARIA DE FINANÇAS

05.01.04.123.0105.2.014 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Finanças

145 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 67.000,00

Total desta Atividade R\$ 67.000,00

Total do Órgão R\$ 67.000,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

223 – 3.1.90.04.00.00.0081 – Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Ordinário – Educação R\$ 38.000,00

226 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 33.000,00

227 – 3.1.90.11.00.00.0081 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Ordinários – Educação ... R\$ 1.602.000,00

239 – 3.3.90.05.00.00.0080 – Outros Benefícios Previdenciários, Recursos Próprios .. R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 1.683.000,00

08.01.12.362.0103.2.037 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Ensino

Médio

276 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 112.000,00

Total desta Atividade R\$ 112.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil –

Creche

319 – 3.3.90.05.00.00.0081 – Outros Benefícios Previdenciários, Recursos Ordinário – Educação R\$ 22.000,00

Total desta Atividade R\$ 22.000,00

08.01.12.366.0103.2.041 – Educação de Jovens e Adultos

368 – 3.1.90.11.00.00.0081 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Ordinários – Educação R\$ 1.000,00

Total desta Atividade R\$ 1.000,00

08.01.12.363.0103.2.042 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Profissional

285 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 153.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 153.000,00

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação

Infantil – Pré Escola

341 – 3.1.90.04.00.00.0081 – Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Ordinários – Educação

..... R\$ 52.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 52.000,00

Total do Órgão

R\$ 2.023.000,00

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de

Segurança, Defesa Social e Trânsito

445 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios

..... R\$ 123.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 123.000,00

09.01.06.181.0110.2.261 – Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal

411 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios

..... R\$ 57.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 57.000,00

Total do Órgão

. R\$ 180.000,00

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria

Municipal de Assistência Social

547 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios

..... R\$ 424.000,00

558 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio – Alimentação,

Recursos Próprios

..... R\$ 17.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 441.000,00

Total do Órgão

.. R\$ 441.000,00

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.057 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Serviços

Públicos

617 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios

..... R\$ 210.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 210.000,00

Total do Órgão

.. R\$ 210.000,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.122.0105.2.015 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de

Infraestrutura

687 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios

..... R\$ 84.000,00

688 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,

Recursos Próprios

..... R\$ 1.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 85.000,00

14.01.15.452.0106.2.020 – Manutenção do Serviço de Limpeza Publica

795 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios

..... R\$ 3.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 3.000,00

Total do Órgão

.. R\$ 88.000,00

21.00 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

21.01 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

21.01.12.364.0103.2.461 – Funcionamento e Manutenção do Centro Universitário –

Fundação Educacional

1115 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio – Alimentação,

Recursos Próprios

..... R\$ 2.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 2.000,00

Total do Órgão

.... R\$ 2.000,00

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

1198 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Ordinários – Saúde

.... R\$ 4.448.000,00

1199 – 3.1.90.11.00.00.0336 – Vencimentos e Vantagens Fixas –

Pessoal Civil,

Recursos PACS – FMS - MS

.... R\$ 30.000,00

Total desta Atividade

.. R\$ 4.478.000,00

Total do Órgão

R\$ 4.478.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.272.0105.2.310 – Inativos, Pensionistas e Salário Família

1729 – 3.1.90.03.00.00.0080 – Pensões,
Recursos Próprios R\$ 61.000,00
Total desta Atividade R\$ 61.000,00
Total do Órgão R\$ 61.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 7.882.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 7.882.000,00 (sete milhões e oitocentos e oitenta e dois mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil – Pré Escola

343 – 3.1.90.11.00.00.0081 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 6.052.000,00
350 – 3.1.91.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 1.800.000,00
Total desta Atividade R\$ 7.852.000,00
Total do Órgão R\$ 7.852.000,00

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

1193 – 3.1.90.04.00.00.0336 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos PACS – FMS - MS R\$ 30.000,00
desta Atividade R\$ 30.000,00
Total do Órgão R\$ 30.000,00
Total da Anulação R\$ 7.882.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de dezembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7414/2017
DECRETO Nº 7414/2017

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeira para o exercício de 2017: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de janeiro de 2017.

DECRETO Nº 7415/2017
DECRETO Nº 7415/2017

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do

Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeira para o exercício de 2017: BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de janeiro de 2017.

DECRETO Nº 7416/2017

DECRETO Nº 7416/2017

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designado como pregoeiro para o exercício de 2017: EDSON MARCOS REIS, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio do pregoeiro os servidores: BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de janeiro de 2017.

DECRETO Nº 7417/2017

DECRETO Nº 7417/2017

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeira para o exercício de 2017: ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de janeiro de 2017.

DECRETO Nº 7418/2017

DECRETO Nº 7418/2017

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeira para o exercício de 2017: JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de janeiro de 2017.

DECRETO Nº 7419/2017

DECRETO Nº 7419/2017

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC);

DECRETA:

Art. 1º – Fica designado como pregoeiro para o exercício de 2017: VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio do pregoeiro os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM

DOS SANTOS, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de janeiro de 2017.

DECRETO Nº 7420/2017

DECRETO Nº 7420/2017

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a edição da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgãos e demais entidades públicas do Município de São José (SC);

Considerando que o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto nº 31.413/2010 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º – Fica designada como pregoeiro para o exercício de 2017: RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º - Ficam designados para compor a equipe de apoio da pregoeira os servidores: KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA, BIANCA ESTHER SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, EDSON MARCOS REIS, JULIANA TEREZINHA DA SILVA, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ e MARELI INES SEGAT.

Art. 3º – Fica concedido a pregoeira, com suporte da equipe de apoio, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 31.413/2010.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de janeiro de 2017.

DECRETO Nº 7421/2017

DECRETO Nº 7421/2017

NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que

lhes são conferidas pelo art.62, II, IV e VI da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal N.º 5.339 de 21 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor como membros efetivos da Comissão Permanente de Licitação deste Município, para o exercício de 2017, os seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

- I. CLAUDIA SCHVEITZER;
 - II. HUMBERTO ALCINO DA SILVA;
 - III. PAULO DUTRA.
- § 1º - Como Membros Suplentes:

- I. KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER;
- II. ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS.

Art. 2º – Ficam concedidos à Comissão Permanente de Licitação, poderes de assinar editais, receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Licitatória, e que forem de competência da Comissão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de janeiro de 2017.

DECRETO Nº 7422/2017

DECRETO Nº 7422/2017

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE CADASTRO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Cadastro deste Município, para o exercício de 2017, os seguintes servidores, todos efetivos, sob a presidência do primeiro:

- I. IZAURO PINTO;
- II. ISABEL ZANELATO;
- III. FERNANDA GOMES MIRANDA AMORIM;
- IV. ANDREY DA SILVA
- V. LUÍSA VEIGA DE SOUZA

Parágrafo único - Como Membro Suplente, ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, ocupante de cargo efetivo.

Art. 2º – Ficam concedidos à Comissão Permanente de Cadastro, poderes para receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Licitatória, e que forem de competência da Comissão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de janeiro de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 001/2017 - SSDST

PORTARIA Nº. 001/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por seu Secretário Adjunto, no uso das atribuições legais, com suporte na Lei nº 4.352 de 26 de agosto de 2005, que dispõe sobre o serviço especial de transporte escolar do Município de São José,

CONSIDERANDO QUE:

- O serviço especial de transporte escolar é de relevante importância para a Comunidade Josefense;
- Por tratar-se de um serviço essencial é necessário que haja o controle e a fiscalização em benefício dos condutores e usuários;
- O Poder Público deve zelar pela segurança do profissional, bem como os munícipes de uma forma geral, devendo assim tomar medidas que assegurem tal direito do profissional em questão;

RESOLVE:

Art. 1º. Vincular a emissão das credenciais de condutor (principal) e de acompanhante (monitor) ao mesmo prazo da emissão da licença de trânsito, conforme estabelecido no Art. 54 da Lei Municipal nº 4.352 de 26 de agosto de 2005.

Parágrafo único: Quando houver o cadastramento de condutor auxiliar, o mesmo deverá apresentar a documentação descrita no Art. 2º, inciso I desta Portaria para a confecção da credencial.

Art. 2º Para a emissão das credenciais dos condutores e de acompanhante (monitor), os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

I – PARA CONDUTORES (PRINCIPAL E AUXILIAR):

a – Original e cópia LEGÍVEL da Carteira Nacional de Habilitação, categoria “D” ou “E”, na qual deve constar a observação “exerce atividade remunerada”, conforme Art. 147, § 5º, do CTB;

b – Original e cópia LEGÍVEL de curso Especializado em Transporte Escolar, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

c – Original e cópia LEGÍVEL do Comprovante de Residência atualizado (máximo de 60 dias), o qual deverá estar em nome do interessado ou de seus pais. Caso não esteja em nome de nenhum daqueles acima mencionados, o comprovante de residência deverá ser apresentado juntamente com uma declaração assinada pela pessoa cujo nome consta no comprovante, declarando que o interessado reside naquele endereço, sendo que a assinatura do declarante deverá ser reconhecida em cartório;

d – Atestado de saúde física e mental, expedido nos últimos 30 (trinta) dias;

e – Certidão de Quitação Eleitoral;

f – Certidão negativa do registro de distribuição criminal da comarca de São José. Caso o interessado resida em outra comarca, deverá apresentar também certidão do registro de distribuição criminal da comarca de sua residência;

g – Certidão emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito, que comprove não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias, durante os 12 (doze) últimos meses, conforme Art. 138, V do CTB.

II – PARA ACOMPANHANTE (MONITOR):

a – Cópia e original de documento de identificação com foto (CPF, RG e/ou CNH);

b – Cópia e original de certificado de curso específico de monitor de transporte escolar;

c – Original e cópia LEGÍVEL do Comprovante de Residência atualizado (máximo de 60 dias), o qual deverá estar em nome do interessado ou de seus pais. Caso não esteja em nome de nenhum daqueles acima mencionados, o comprovante de residência deverá ser apresentado juntamente com uma declaração assinada pela pessoa cujo nome consta no comprovante, declarando que o interessado reside naquele endereço, sendo que a assinatura do declarante deverá ser reconhecida em cartório;

d – Atestado de saúde física e mental, expedido nos últimos 30

(trinta) dias;
e – Certidão de Quitação Eleitoral (maiores de 18 anos);
f – Certidão negativa do registro de distribuição criminal da comarca de São José. Caso o interessado resida em outra comarca, deverá apresentar também certidão do registro de distribuição criminal da comarca de sua residência.

Art. 3º. Por determinação legal, qualquer pessoa que esteja conduzindo ou acompanhando um ESCOLAR deverá possuir cadastro devidamente atualizado, sob as penas da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VÂNIO LUIZ DALMARCO
Secretário Adjunto de Segurança, Defesa Social e Trânsito

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº. 5.925 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 5.925, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

“REVOGA OS EFEITOS DOS DECRETOS QUE CONCEDEM GRATIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no artigo 69, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam revogados todos os Decretos que concederam gratificações aos servidores públicos municipais, a saber:

DECRETO Nº 5.187;
DECRETO Nº 5.188;
DECRETO Nº 5.210;
DECRETO Nº 5.245;
DECRETO Nº 5.394;
DECRETO Nº 5.413;
DECRETO Nº 5.491;
DECRETO Nº 5.547;
DECRETO Nº 5.603;
DECRETO Nº 5.604;
DECRETO Nº 5.605;
DECRETO Nº 5.606;
DECRETO Nº 5.620;
DECRETO Nº 5.621;
DECRETO Nº 5.647;
DECRETO Nº 5.676;
DECRETO Nº 5.758;
DECRETO Nº 5.835.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 5.926 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 5.926, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento de PARTE DO LOTE URBANO Nº304(trezentos e quatro), com a área de 414,00m² (quatrocentos e catorze metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Jorge Lacerda, no Município de São José do Cedro – SC, matriculado sob nº4.957, no Ofício de Registro de imóveis de São José do Cedro, de propriedade de JOSÉ ODALSI LINK, industrial, portador do RG 13/R 96.205 SSI/SC, cadastrado no CPF 075.673.329-49 casado com MARIA DELCI RITT LINK, do lar, portadora do RG 13/R 714.628 SESP/SC, cadastrada no CPF 016.320.389-00, residentes e domiciliados na Avenida Crestani, apto 01, Centro, Município de Palma Sola – SC, conforme características a seguir especificadas:

CONFRONTAÇÕES ATUAIS:

NOROESTE, com parte do mesmo lote urbano nº304, medindo 18,00 metros, de Olmiro Wendpap;
SUDOESTE, com o lote urbano nº301, medindo 23,00 metros, de José Odalsi Link;
SUDESTE, com a Rua Jorge Lacerda, medindo 18,00 metros;
NORDESTE, com o restante do mesmo lote urbano nº304, medindo 23,00 metros, de Regis Linhares Pompermayer.

ÁREA DESMEMBRADA:

PARTE DO LOTE URBANO Nº304(trezentos e quatro), com a área de 67,50m² (sessenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua Jorge Lacerda, no Município de São José do Cedro – SC, confrontando:

NOROESTE, com parte do mesmo lote urbano nº304, por linha seca, medindo 18,00 metros;
SUDOESTE, com a Rua Jorge Lacerda, por linha seca, medindo 3,75 metros;
SUDESTE, com a Rua Jorge Lacerda, medindo 18,00 metros;
NORDESTE, com a Rua Jorge Lacerda, por linha seca, medindo 3,75 metros.

ÁREA REMANESCENTE:

PARTE DO LOTE URBANO Nº304(trezentos e quatro), com a área de 346,50m² (trezentos e quarenta e seis metros e cinquenta decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua Jorge Lacerda a uma distância de 52,00 metros da esquina com a Avenida Rio Grande do Sul, no Município de São José do Cedro – SC, confrontando:

NOROESTE, com parte do mesmo lote urbano nº304, por linha seca, medindo 18,00 metros;
SUDOESTE, com o lote urbano nº301, por linha seca, medindo 19,25metros;
SUDESTE, com a Rua Jorge Lacerda, medindo 18,00 metros;
NORDESTE, com o restante do mesmo lote urbano nº304, por linha seca, medindo 19,25 metros.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 29 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº. 5.927 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5.927, DE 05 DE JANEIRO DE 2017

“DECLARA O CUMPRIMENTO DOS ENCARGOS, EXTINGUE CLAUSÚLA DE REVERSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 69, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990; e

CONSIDERANDO que a empresa Ederson Warken ME, CNPJ nº 11.670.784/0001-81 restou vencedora do Processo Licitatório nº 104/2008, Modalidade Concorrência Pública, dando origem ao Contrato nº 70/2008 e posterior aditivo 105/2013 datado em 01/10/2013, recebendo em doação o lote industrial nº 14-A, da quadra 02, com área de 2.500,00m², constante na Matrícula nº 9.493, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro – SC;

CONSIDERANDO que o prazo para cumprimento dos encargos vencerá em 01/10/2021;

CONSIDERANDO que após análise efetuada pelo CODECE na data de 26 de julho de 2016, em atendimento ao pedido e documentos apresentados pela empresa donatária foi constatada sua regularidade e o cumprimento antecipado dos encargos propostos, conforme Parecer nº002/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Declara cumpridos os encargos assumidos e estabelecidos no Contrato de Doação com Encargos e Cláusula de Reversão nº70/2008 e posterior aditivo 105/2013, oriundos do Processo Licitatório nº 104/2008 – Modalidade Concorrência Pública, podendo ser lavrados os competentes registros cartorários.

Art. 2º. Autoriza a transferência do Imóvel constante na Matrícula nº 9.493 do Registro de Imóveis de São José do Cedro – SC a empresa donatária Ederson Warken ME, CNPJ nº 11.670.784/0001-81.

Art. 3º. É parte integrante deste Decreto, Termo de Recebimento de Incentivo assinado por esta municipalidade, pela empresa donatária e por terceiro.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 05 de janeiro de 2017.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº. 5.928 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5.928, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL A SERVIDOR”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro

de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Gratificação Mensal do Grupo DAI, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO, Nível 02, ao funcionário, FERNANDO CARLOS MALDANER, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, nível 09, matrícula nº 2962, pela Chefia da equipe do britador móvel a partir de 01 de janeiro de 2017, com vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto ocorrem por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de janeiro de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 06 de Janeiro de 2017.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº. 5.929 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5.929, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL A SERVIDOR”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Gratificação Mensal do Grupo DAI, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO, Nível 02, ao funcionário, JOEL PRESTES, ocupante do cargo de Pedreiro, Grupo TSG, nível 09, matrícula nº 3109, pela Chefia da equipe de pedreiros, a partir de 01 de janeiro de 2017, com vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto ocorrem por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de janeiro de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 06 de Janeiro de 2017.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº. 5.930 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5.930, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL A SERVIDOR".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Gratificação Mensal do Grupo DAI, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO, Nível 04, a funcionária, JANAÍNA MAEVE FLACH, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem - ESF, matrícula nº 2579, pela Coordenação dos serviços de saúde na Unidade Básica do Distrito de Padre Réus, a partir de 01 de janeiro de 2017, com vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto ocorrem por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de janeiro de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 06 de Janeiro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº. 5.931 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5.931, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL A SERVIDOR".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Gratificação Mensal do Grupo DAI, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO, Nível 04, ao funcionário, LUIZ CARLOS BATTAGLIN, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, Grupo ATM, nível 03, matrícula nº 1347, pela Chefia de Serviços no Setor de Tributação, a partir de 01 de janeiro de 2017, com vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto ocorrem por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de janeiro de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 06 de Janeiro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº. 5.932 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5.932, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL A SERVIDOR".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Gratificação Mensal do Grupo DAI, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO, Nível 04, ao funcionário, LUIZ PERONDI, ocupante do cargo de Almoxarife C.I., nível 06, matrícula nº 396, por ser responsável pela frota de veículos das Secretarias Municipais de Transportes e Obras, Agricultura, Saúde e Educação, a partir de 01 de janeiro de 2017, com vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto ocorrem por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de janeiro de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 06 de Janeiro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº. 5.933 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5.933, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL A SERVIDOR".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Gratificação Mensal do Grupo DAI, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO, Nível 02, a funcionária, LORINDA DE VARGAS, ocupante do cargo de Telefonista, Grupo SAU, nível 01, matrícula nº 31, por ser responsável pelo setor de blocos de produtor rural e movimento econômico do município, a

partir de 01 de janeiro de 2017, com vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto ocorrem por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de janeiro de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 06 de Janeiro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº. 5.934 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5.934, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL A SERVIDOR”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Gratificação Mensal do Grupo DAI, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO, Nível 02, ao funcionário, SIDNEI ONGARATTO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, nível 09, matrícula nº 2063, pela chefia das equipes de cascalhamento no interior de nosso município, a partir de 01 de janeiro de 2017, com vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto ocorrem por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de janeiro de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 06 de Janeiro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº. 5.935 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5.935, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL A SERVIDOR”.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito Municipal em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Gratificação Mensal do Grupo DAI, DIREÇÃO

E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO, Nível 02, ao funcionário, VALMIR ZIGLIOLI, ocupante do Cargo de Agente da Dengue, Grupo ACE, Nível 01, Matrícula nº 2054, pelo controle das endemias no Município, a partir de 01 de janeiro de 2017, com vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto ocorrem por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de janeiro de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 09 de Janeiro de 2017.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito municipal em exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº. 5.936 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5.936, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal DAIRANY FERNANDA TREVISOL, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, Grupo ATM, Nível 01, Matrícula nº 3261, no período de 09 à 20 de janeiro de 2017, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 de janeiro de 2017.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 027/2017

PORTARIA Nº 027/2017.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Parágrafo único, do Art. 8º e Art. 8º da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar estável o servidor público municipal Oséias Paulo Johner, admitido para exercer o cargo efetivo de Operador de Equipamento, Grupo TSG, Nível 09, Matrícula 2912, conforme Decreto de Nomeação nº 5.324, de 13 de janeiro de 2014, por ter concluído o estágio probatório.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 12 de janeiro de 2017.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017 - PR Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 25/01/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SUPORTE TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC COM FORNECIMENTO DE SOFTWARE ANTIVÍRUS COM LICENCIAMENTO CORPORATIVO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 11 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017 - PR Nº 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 25/01/2017, às 15h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER UMA SOLUÇÃO DE SUPORTE A REDE DE FIBRA ÓPTICA DA PREFEITURA, LINKS, EQUIPAMENTOS, TORRES, ANTENAS E MANUTENÇÃO E ESTENDER O PROGRAMA "CIDADE DIGITAL" DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E NAS COMUNIDADES DO INTERIOR DA CIDADE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 11 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017- SRP - PR Nº 001/2017- FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para

conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/01/2017, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017, OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA TRANSPORTE DE PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO FORA DO DOMICÍLIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO EXERCÍCIO DE 2017. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 11 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017 - SRP - PR Nº 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/01/2017, às 15h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS E BAINHAS PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 11 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001.1/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001.1/2017

Retifica o Edital de Processo Seletivo nº 001/2017, de 04 de janeiro de 2017, para seleção de professores em caráter temporário e excepcional para o ano letivo de 2017, na rede municipal de ensino.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 38, caput, da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007 e a Lei nº 1.779, de 19 de dezembro de 2008 com suas alterações c/c a Lei nº 1.742, de 09 de abril de 2008 e suas alterações, Decreto Municipal nº 4.357, de 23 de janeiro de 2012 com suas alterações posteriores e o art. 24, inciso V, alínea b, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9.394/1996, demais disposições legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE RETIFICAR o Edital de Processo Seletivo nº 001/2017, de 04 de janeiro de 2017, destinado à realização de Processo Seletivo Público de Títulos, para admissão de professores em caráter temporário e excepcional e formação de Cadastro de Reserva para o ano letivo de 2017, para a Rede Municipal de Ensino, passando a vigorar com a seguinte alteração:

1. O item nº 4.1 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2017, de 04 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1.

I

.....

VI - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem no Reforço Escolar:

a) Especialização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
b) Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental ou Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental”. (NR)

2. As demais disposições do Edital nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 135, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 135, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Designar, a partir de 10 de janeiro de 2017, a servidora pública municipal IVONETE MANICA ECKER, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1752/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação – Gerência de Apoio Administrativo e Operacional, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura, por tempo indeterminado.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 136 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 136 DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.827 de 25 de setembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, pelo período de 12 de Janeiro de 2017 a 09 de Janeiro de 2018, a Sra. VANDERLEIA RAMBO, para atuar como Conselheira Tutelar Suplente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput ocorre em função da licença sem vencimento do servidor Anirto Pereira Apolinário, de acordo com o Art. 61-A da Lei nº 1.827 de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 139, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 139, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra “a”, do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art 1º Nomear a partir de 17 de Janeiro de 2017, a Senhora ANGELA MARIA CURIOLLETTI, para exercer o Cargo em Comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, Nível AGA-1, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função a servidora receberá Adicional de Responsabilidade 3 (AR-3).

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 140, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 140, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Altera a Portaria nº 133, de 09 de janeiro de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de Setembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 133, de 09 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Atribuir, a partir de 02 de janeiro de 2017, ao servidor público municipal JAKSON ALEX KICHEL, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1919/01, o Adicional de Responsabilidade nível 4 - AR-4, por ser o Responsável pelos Editais de Licitações, com qualificação diferenciada, além das previstas para o exercício do cargo de que é titular.” (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 141, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 141, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ALEXSANDRO MEZZOMO, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 3206/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 23 de janeiro a 02 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 142, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 142, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal JOSILENE CASAGRANDE SUTTILI, ocupante do cargo efetivo de ARQUITETO E

URBANISTA, matrícula nº 1657/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 30 de janeiro a 13 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 143, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 143, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ALINE RAQUEL DREHER, ocupante do cargo efetivo de TECNÓLOGO EM EDIFICAÇÕES, matrícula nº1967/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 10 a 24 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 144, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 144, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ADALBERTO ERDMANN, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO OPERACIONAL, matrícula nº 1495/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 1º de fevereiro a 02 março de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 145, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 145, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere nos incisos VII e IX, art. 55 da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 98 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Interromper, no período de 16 a 24 de janeiro de 2017, por motivos de superior interesse público, nas condições do art. 98 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, as férias da Servidora Pública Municipal CAMILA LORENZET, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, matrícula nº 3000/26, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – Programa da Saúde da Família - PSF- férias concedidas através da Portaria nº 963/2016.

Parágrafo único. Pela interrupção dos dias de férias, a servidora terá direito de gozar nove (09) dias em outro período.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no Mural em:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 146, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 146, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Designar, a partir de 16 de janeiro de 2017, a servidora pública municipal MARLI HENTGES, ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo, matrícula nº 632/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – Gerência de Recursos Humanos e Capacitação, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, por tempo indeterminado.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 147, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 147, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inc. VII, da Lei Orgânica do Município, considerando o disposto no artigo 46, da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal, Sra. Vânia Antônia Garbin Baldissera, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 009, de 02 de janeiro de 2017, para em conjunto com a Sra. Simone Cristina de Marco Monteiro, ocupante do cargo de Gerente de Administração Financeira, designada pela Portaria nº 004, de 02 de janeiro de 2017, efetuar as movimentações dos recursos das seguintes contas bancárias de titularidade do Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08:

I - conta corrente nº 2.767-7 (Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste - 15 - Saúde);

II - conta corrente nº 14.796-6 (Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste - SAMU)

III - conta corrente nº 153.316-9 (Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste);

IV - conta corrente nº 149.416-3 (Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste);

V - conta corrente nº 171.527-5 (Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste).

§ 1º As mencionadas contas bancárias encontram-se aberturas junto à Agência nº 0777-3, do Banco do Brasil S/A, de São Lourenço do Oeste/SC.

§ 2º As servidoras mencionadas no caput deste artigo ficam outorgadas, no que concerne às referidas contas bancárias, dos poderes abaixo especificados:

I - emitir cheques;

II - abrir contas de depósito;

III - autorizar cobranças;

IV - receber, passar recibo e dar quitação;

V - solicitar saldos e extratos;

VI - requisitar talonários de cheques;

VII - autorizar débito em conta relativo a operações;

VIII - retirar cheques devolvidos;

IX - endossar cheque;

X - assinar instr. de crédito;

XI - emitir duplicatas;

XII - assinar propostas de empréstimo/financiamento;

XIII - assinar orçamento;

XIV - assinar aditivo de qualquer espécie;

XV - emitir título de crédito comercial;

XVI - emitir título de crédito industrial;

XVII - assinar contrato de abertura de crédito;

XVIII - assinar a apólice de seguro;

XIX - endossar títulos de crédito;

XX - sustar/contrordenar cheques;

XXI - cancelar cheques;

XXII - baixar cheques;

XXIII - efetuar resgates/aplicações financeiras;

XXIV - cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XXV - efetuar saques na conta corrente;
XXVI - efetuar saques na conta poupança;
XXVII - efetuar pagamentos por meio eletrônico;
XXVIII - efetuar transferências por meio eletrônico;
XXIX - receber ordens de pagamento;
XXX - liberar arquivos de pagamento no Ger. Financeiro/AASP
XXXI - solicitar saldos/extratos de investimentos;
XXXII - solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
XXXIII - emitir comprovantes;
XXIV - efetuar transferência para mesma titularidade meio eletrônico;
XXXV - encerrar contas de depósito;
XXXVI - consultar obrigações do débito direto autorizado DDA.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 148, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 148, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública MARTA MARIA CARVALHO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 3030/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 1º a 15 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 11 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ /2017.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2017.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 25, da Lei n. 8.666/93, relativo à Contratação de Serviços Musicais da empresa S.D SONORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI-ME (Tchê Kakareko), CNPJ 19.994.677/0001-10, com um custo de R\$ 9.600,00 para o dia 14 de janeiro de 2017 em comemoração ao 25º aniversário do município. A presente dispensa de licitação será regida pela Lei n. º 8.666/93, e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 12 de janeiro de 2016.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 67/2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 67/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2016
TOMADA DE PREÇO Nº 12/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA 21 DE ABRIL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 819811/2015 MINISTÉRIOS DAS CIDADES/CAIXA PROCESSO Nº 2623.1025292-25/2015, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.
CONTRATADO: DJONATA RAFAEL WINKI - ME
VIGÊNCIA: Prorrogado até 13/07/2017
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: JOÃO SIDNEI WINKI
São Miguel do Oeste, SC., 10 de janeiro de 2017.

financeiro do Município;

Considerando o disposto na Lei 13.019/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos todos os repasses financeiros às entidades da sociedade civil (associações, cooperativas, sociedades civis e congêneres) e a eventos.

Parágrafo Único. Essa determinação não se aplica às parcerias firmadas com base na Lei 13.019/14 e nos casos do artigo 3º dessa mesma Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 09 de janeiro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 96/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 96/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 16/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS: SETE DE SETEMBRO, OSVALDO ARANHA, HELIO WASSUN PERIMETRO URBANO, CFE CONTRATO DE REPASSE N. 803022/2014 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº 2623.1015692-93/2014, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.
CONTRATADO: MARIANA MAZIERO & CIA LTDA - ME
VIGÊNCIA: Prorrogado até 04/07/2017
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: MAICON ALEXSSANDRO PAZ
São Miguel do Oeste, SC., 10 de janeiro de 2017.

EXT. CONTRATO 1.2017 - AGRICULTURA

CONTRATO 01/2017

Processo Licitatório nº 3/2017

Dispensa de Licitação nº 1/2017

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, sita na Rua Marcilio Dias, nº 1190, nesta Cidade, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.821.174/0001-80, neste ato, representado por seu Gestor Sr. RENATO ROMANCINI, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa STANG & STANG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Waldemar Rangrab, 711, Cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.033.253/0010-64, neste ato representado por seu Diretor ou representante legal o Sr. VIANEI OLÍVIO JÚLIO, a seguir denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Fornecimento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, do Edital de Licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação nº 1/2017 de 10 de janeiro de 2017, e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Este Contrato tem como origem a Dispensa de Licitação nº 1/2017, instaurada pela CONTRATANTE, objetivando Aquisição de Combustível destinados para os veículos e Maquinários do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola, conforme as especificações e quantidades constantes nas A.F nº 4/2017.

DECRETO 8.806-SUSPENSÃO REPASSES FINANCEIROS

DECRETO N. 8.806/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o artigo 71 e artigo 72, inciso VII da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e,

Considerando a necessidade de adequação a legislação federal sobre o assunto;

Considerando que é necessário e urgente alcançar o equilíbrio

1.2 – Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de Dispensa de Licitação nº 1/2017, bem como a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 - Pelo fornecimento dos combustíveis ora licitados, a CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA, conforme abaixo discriminado:

2.1 - Item 01: ÓLEO DIESEL FILTRADO – Quantidade 1.300 Lts. Valor Unitário R\$ 2,75, Valor Total do item R\$ 3.575,00 (três mil e quinhentos e setenta e cinco reais).

2.2 - Item 02: GASOLINA COMUM – Quantidade 150 Lts, Valor Unitário R\$ 3,389, Valor total do item R\$ 508,35 (quinhentos e oito reais e trinta e cinco centavos)

2.3 – Item 03: ÓLEO DIESEL S10 – Quantidade 1.000 Lts, Valor Unitário R\$ 2,83, Valor Total do item R\$ 2.830,00 (dois mil e oitocentos e trinta reais)

Valor total do Contrato R\$ 6.913,35 (seis mil e novecentos e treze reais e trinta e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

3.1 – Dos Recursos Orçamentários:

Os recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (05), do Fundo Municipal Agrícola de São Miguel do Oeste, para o ano de 2017.

3.2 – Dos Recursos Financeiros:

Os Recursos Financeiros serão de origem própria e, de transferências constitucionais e legais.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – Os pagamentos serão efetuados mensalmente dia 10 (referente às notas dos dias 16 a 30) e dia 22 (referente às notas dos dias 01 a 15), mediante a entrega dos combustíveis e apresentação de nota fiscal / fatura, em moeda corrente nacional.

4.2 – O Município de São Miguel do Oeste/SC não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos;

4.3 – A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, bem como informar os dados de CNPJ, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto;

4.4 – No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: e-nota@saomiguel.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a secretaria.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1 - Os preços unitários apresentados pela empresa contratada poderão a critério do Poder Executivo Municipal ser reajustado, para mais ou para menos, durante a vigência deste contrato de acordo com a variação oficial dos preços dos combustíveis, mediante apresentação por parte do licitante de documentos fiscais que comprovem o reajuste dos preços protocolados junto ao setor competente da prefeitura.

5.2 – Os reajustes concedidos não poderão permitir que os valores reajustados ultrapassem os valores praticados nas bombas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 - Se a contratante descumprir as condições deste contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93.

6.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, o Fundo Municipal Agrícola de São Miguel do Oeste – SC, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta;

III - Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

6.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

6.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais;

6.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pagado ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA SETIMA – RESCISÃO

7.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencado no Art. 78 e seguinte da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

7.2 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 – A vigência do presente contrato, contado da data de sua assinatura, será de 30 dias, ou seja, até 11/02/2017 ou até entrega total dos combustíveis se essa ocorrer antes.

8.2 – O contrato poderá ser aditado e prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei 8.666/93 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA/ FORNECIMENTO

9.1 – A contratada deverá fornecer os combustíveis mediante autorização de abastecimento emitida e assinada pelo departamento de transporte da prefeitura de acordo com a necessidade e a quantidade solicitada, e pelo preço contratado.

9.2 – Os combustíveis deverão ser fornecidos em bomba localizada dentro do município de São Miguel do Oeste, nos seguintes horários: Das 8h às 11h45min e das 13h30min até as 18h, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA DECIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 – Fornecer os combustíveis sempre que a contratante solicitar;

10.2 – Permitir que os prepostos do município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do fornecimento dos combustíveis;

10.3 – Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o fornecimento dos combustíveis;

10.4 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios e de seus funcionários;

10.5 – Formar o quadro de pessoal necessário à realização do fornecimento do objeto contratado, pagando os salários às suas exclusivas expensas;

10.6 – A contratada deverá fornecer combustíveis em bomba localizada dentro do município de São Miguel do Oeste, nos seguintes horários: Das 8h às 11h45min e das 13h30min até as 18h, de segunda a sexta-feira;

10.7 – É da contratada a obrigação do pagamento de impostos, tributos e demais que incidirem sobre os combustíveis, em qualquer esfera;

10.8 – A contratada deverá fornecer os combustíveis mediante autorização de abastecimento emitida e assinada pelo departamento de financeiro Fundo Municipal de Saúde, observada a quantidade licitada e prazo de validade do contrato, devendo a empresa vencedora fornecer a segunda via do cupom fiscal ao motorista no momento do abastecimento;

10.9 – É da contratada a responsabilidade pelos danos que possam afetar o município ou a terceiros, durante o fornecimento dos combustíveis;

10.10 – É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos combustíveis, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
11.1 – Ao MUNICÍPIO/ FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA de São Miguel do Oeste constituem as seguintes obrigações:

11.2 – Efetuar o pagamento ajustado;

11.3 – Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular a execução do Contrato;

11.4 – Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos do contratado;

11.5 – Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 Lei 8.666/93;

11.6 – Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

12.1 – O Contrato deverá ser assinado após a homologação do presente Processo Licitatório num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, junto a Prefeitura de São Miguel do Oeste, Secretaria Municipal de Administração/ Departamento de compras, licitações e contratos;

12.2 – O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar para fornecer os combustíveis;

12.3 – Se a empresa homologada dentro dos prazos legais, não tiver condições para a celebração do Contrato, será adjudicada a próxima classificação no certame, desde que não seja permitida nova licitação em razão do relevante interesse público municipal;

12.4 – O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, a qualquer momento, atendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela unilateral rescisão;

12.5 – As omissões do presente contrato serão preenchidas pelos termos da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – Para dirimir as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilégio ou especial que possa ser.

13.2 – E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em 04 ou mais vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel do Oeste – SC, 11 de janeiro de 2017.

RENATO ROMANCINI STANG & STANG LTDA
Gestor Do Fundo Mun. De Desen. Agrícola CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Daniele Cristina Mazzardo Marisete Gomes de Oliveira
CPF: 058.345.839-46 CPF: 028.335.949-84

Este visto diz respeito exclusivamente
à análise dos termos jurídicos do
presente documento.

Lucas Pichetti Trento
Assessor Jurídico
OAB/SC 47.703

EXT. CONTRATO 1.2017 - PREFEITURA **CONTRATO 01/2017**

Processo Licitatório nº 6/2017
Dispensa de Licitação nº 3/2017

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, sita na Rua Marcilio Dias, nº 1190, nesta Cidade, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.821.174/0001-80, neste ato, representado pelo Secretário de Administração o Sr ALFREDO SPIER, conforme Decreto nº 8.804/2017 de 03 de janeiro de 2017, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa STANG & STANG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Waldemar Rangrab, nº 711, Cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.033.253/0010-64, neste ato representado por seu Diretor ou representante legal o Sr. VIANEI OLIVIO JULIO, a seguir denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Fornecimento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, do Edital de Licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação nº 3/2017 de 10 de janeiro de 2017, e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Este Contrato tem como origem o Dispensa de Licitação nº 3/2017, instaurada pela

CONTRATANTE, objetivando Aquisição de Combustíveis destinados para os veículos e Maquinários e equipamentos vinculados nas Secretarias Municipais, conforme edital, necessidade emergencial, para suprir momentaneamente a frota municipal.

1.2 – Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de Dispensa de Licitação nº 3/2017, bem como a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

Pelo fornecimento dos combustíveis ora licitados, a CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA, conforme abaixo discriminado:

2.1 - Item 01: ÓLEO DIESEL FILTRADO – Quantidade 1.400 Lts. Valor Unitário R\$ 2,75, Valor Total do item R\$ 3.850,00 (três mil e oitocentos e cinquenta reais).

2.2 - Item 02: GASOLINA COMUM – Quantidade 1000 Lts, Valor Unitário R\$ 3,389, Valor total do item R\$ 3.389,00 (três mil e trezentos e oitenta e nove reais)

2.3 – Item 03: ÓLEO DIESEL S10 – Quantidade 200 Lts, Valor Unitário R\$ 2,83, Valor Total do item R\$ 566,00 (quinhentos e sessenta e seis reais)

Valor total do Contrato R\$ 7.805,00 (sete mil e oitocentos e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

3.1 – Dos Recursos Orçamentários:

Os recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os

números: (2, 29, 55, 80, 126, 148, 183), do Gabinete do Prefeito Municipal e das Secretarias da Administração, Fazenda, Educação, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura, para o período de 2017.

3.2 – Dos Recursos Financeiros:

Os Recursos Financeiros serão de origem própria e, de transferências constitucionais e legais.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – Os pagamentos serão efetuados mensalmente dia 10 (referente às notas dos dias 16 a 30) e dia 22 (referente às notas dos dias 01 a 15), mediante a entrega dos combustíveis e apresentação de nota fiscal / fatura, em moeda corrente nacional.

4.2 – O Município de São Miguel do Oeste/SC não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

4.3 – A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, bem como informar os dados de CNPJ, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1 – Não ocorrerão reajustes durante a vigência deste objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 - Se a contratante descumprir as condições deste contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93.

6.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Dispensa, a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

III - Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

6.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

6.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais;

6.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA SETIMA – RESCISÃO

7.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencado no Art. 78 e seguinte da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

7.2 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 – A vigência do presente contrato, contado da data de sua assinatura, será de 30 dias, ou seja até 11/02/2017 ou até entrega total dos combustíveis se essa ocorrer antes.

8.2 – O contrato poderá ser aditado e prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei 8.666/93 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA/ FORNECIMENTO

9.1 – A contratada deverá fornecer os combustíveis mediante autorização de abastecimento emitida e assinada pelo Departamento de Transporte da Prefeitura de acordo com a necessidade e a quantidade solicitada, e pelo preço contratado.

9.2 – Os combustíveis deverão ser fornecidos em bomba localizada dentro do município de São Miguel do Oeste, nos seguintes horários: Das 8h às 11h45min e das 13h30min até as 18h, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA DECIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 – Fornecer os combustíveis sempre que a contratante solicitar;

10.2 – Permitir que os prepostos do município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do fornecimento dos combustíveis;

10.3 – Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o fornecimento dos combustíveis;

10.4 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios e de seus funcionários;

10.5 – Formar o quadro de pessoal necessário à realização do fornecimento do objeto contratado, pagando os salários às suas exclusivas expensas;

10.6 – A contratada deverá fornecer combustíveis em bomba localizada dentro do município de São Miguel do Oeste, nos seguintes horários: Das 8h às 11h45min e das 13h30min até as 18h, de segunda a sexta-feira;

10.7 – É da contratada a obrigação do pagamento de impostos, tributos e demais que incidirem sobre os combustíveis, em qualquer esfera;

10.8 – A contratada deverá fornecer os combustíveis mediante autorização de abastecimento emitida e assinada pelo Departamento de Financeiro da Prefeitura, observada a quantidade licitada e prazo de validade do contrato, devendo a empresa vencedora fornecer a segunda via do cupom fiscal ao motorista no momento do abastecimento;

10.9 – É da contratada a responsabilidade pelos danos que possam afetar o município ou a terceiros, durante o fornecimento dos combustíveis;

10.10 – É de responsabilidade da contratada o fornecimentos dos combustíveis, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

11.1 – Ao município de São Miguel do Oeste constituem as seguintes obrigações:

11.2 – Efetuar o pagamento ajustado;

11.3 – Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular a execução do Contrato;

11.4 – Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos do contratado;

11.5 – Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 Lei 8.666/93;

11.6 – Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

12.1 – O Contrato deverá ser assinado após a homologação do presente Processo Licitatório num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, junto a Prefeitura de São Miguel do Oeste, Secretaria

Municipal de Administração/ Departamento de compras, licitações e contratos;

12.2 – O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar para fornecer os combustíveis;

12.3 – Se a empresa homologada dentro dos prazos legais, não tiver condições para a celebração do Contrato, será adjudicada a próxima classificação no certame, desde que não seja permitida nova licitação em razão do relevante interesse público municipal;

12.4 – Os documentos necessários para a assinatura do Contrato quando necessários poderão ser apresentados por processo de cópia, autenticado por Servidor Público Municipal;

12.5 – O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, a qualquer momento, atendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela unilateral rescisão;

12.6 – As omissões do presente contrato serão preenchidas pelos termos da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

(0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste – SC, 11 de janeiro de 2017.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – Para dirimir as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilégio ou especial que possa ser.

13.2 – E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em 04 ou mais vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel do Oeste – SC, 11 de janeiro de 2017.

ALFREDO SPIER STANG & STANG LTDA
CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Daniele Cristina Mazzardo Marisete Gomes de Oliveira
CPF: 058.345.839-46 CPF: 028.335.949-84

Este visto diz respeito exclusivamente
à análise dos termos jurídicos do
presente documento.

Lucas Pichetti Trento
Assessor Jurídico
OAB/SC 47.703

PROCESSO LICITATÓRIO N.4/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 04/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2017

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Gestor, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto Contratação combustíveis destinados aos veículos do Fundo Municipal de Saúde, conforme edital, necessidade emergencial, para suprir, momentaneamente, a frota municipal. Contratado: STANG & STANG LTDA. Valor Total de R\$ 7.919,30. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DISPENSA 77.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br –

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 77.2016

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos n.º 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, XXVI, da Lei n.º 8.666/1993, dispensável é a licitação com a empresa CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CNPJ 09.427.503/0001-12, para a contratação dos serviços relativos ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina para o exercício de 2017.

O preço que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA será de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), divididos em 12 (doze) parcelas de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) até 31/12/2017.

E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993, além da justificativa em anexo, expõe-se o que segue:

Contrata-se a Empresa acima descrita para a contratação dos Serviços relativos ao Diário Oficial dos Municípios de Santa, CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, Associação pública com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546 – Estreito – Florianópolis SC- CEP: 88070-101.

Para a assinatura do contrato e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;
 - b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
 - c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
 - d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
 - e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);
 - f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);
 - g) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica: 03.01.2.004.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 (10)

No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

Schroeder

PREFEITURA

PORTARIA Nº 6.889/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 6.889/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Cristiane Feustel, da função gratificada de Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças, com efeitos retroativos a partir de 02/01/2017.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Contabilidade, percebendo o nível salarial 25 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.890/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 6.890/2017, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o servidor Sr. Orlando Tecilla, para exercer o Cargo de Secretário Municipal de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

Seara

PREFEITURA

PORTARIA 001/2017 - FCS

Portaria nº. 001/2017. A Diretora Presidente da Fundação Cultural de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que lhe conferem os Estatutos da Entidade e do parágrafo único do artigo 3º da lei complementar 18/2003, que dispõe sobre os Estatutos dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e da outras Providências, e em conformidade com a lei complementar nº. 004/2001, resolve:

Nomear, Fabiane Lecardelli, para o cargo de provimento em comissão de Diretor Cultural, nível CC-03, Anexo II, do Quadro de Pessoal Comissionado da Fundação Cultural de Seara – FCS, Lei Complementar nº 004/2001, e vencimentos de acordo com o estabelecido na mesma lei, a partir de 11 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 11 de janeiro de 2017.

Elaine Fatima Aigner Benetti

Diretora Presidente

Registra-se e Publica-se

Em, 11 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

PORTARIAS 046/2017 A 050/2017

Portaria nº 046/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2.006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

Nomeia, Andreia Muller, para o exercício do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico - ASSE, da Secretaria Municipal da Administração, Nível CC-020, Anexo I-C, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da mesma Lei, a partir de 11 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 11 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 11 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº 047/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2.006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

Altera, Fica alterado a Portaria nº 019, de 3 de janeiro de 2017, que nomeia para o exercício de Cargo Comissionado de Assessor Técnico, que passa a ter a seguinte redação:

.....

Juliane Gaffuri, brasileira, portadora do RG nº 3.995.183 e CPF nº 046.073.439-35, para o exercício do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico - ASSE, da Secretaria Municipal do Interior, Nível CC-020, Anexo I-I, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da mesma Lei, a partir de

02 de janeiro de 2017.

.....

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 11 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 11 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº 048/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2.006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

Altera, Fica alterado a Portaria nº 040, de 06 de janeiro de 2017, que nomeia para o exercício de Cargo Comissionado de Assessor Técnico, que passa a ter a seguinte redação:

.....

Gilmar Antônio Gargetti, para o exercício do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico - ASSE, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Anexo I-G, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Nível CC-020, Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da mesma Lei, a partir de 06 de janeiro de 2017.

.....

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 11 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 11 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 049/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Exonerar a pedido, Silvania Dias Mior, do cargo de provimento efetivo de Gari, Anexo I, Grupo D - Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 11 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 11 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 11 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração.

Portaria nº. 050/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 139 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores públicos do município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, resolve, Ceder, a servidora Ivia Nadia Kobs, - matriculas – 1274/01 e 1305/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Nível Pós Lato Sensu, do Quadro de Pessoal dos Membros do

Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 021/2003, com carga horária semanal de 20h cada matrícula, para exercer cargo em comissão, no município de Duque de Caxias - RJ, por 02 (dois) anos, no período de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2018.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Seara - SC, 11 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 11 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

PORTARIA 007/2017

PORTARIA Nº 007, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal GIAN CARLOS GORCZEVESKI ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 08.01.2016 a 07.01.2017 a serem gozadas no período de 11.01.2017 a 09.02.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

11 de janeiro de 2017.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

PORTARIA 008/2016

PORTARIA Nº 008, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal PAULO CESAR HUBNER, ocupante do cargo de Contador Geral, com lotação na Secretaria de Administração e Fazenda, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.10.2015 a 13.10.2016, a serem gozadas no período de 16.01.2017 a 25.01.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

11 de janeiro de 2017.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

PORTARIA 009/2016

PORTARIA Nº 009, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal ELISANDRA ALBANI, ocupante do cargo de Controle Interno, com lotação no Gabinete do Prefeito de 15 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.02.2014 a 31.01.2015, a serem gozadas no período de 23.01.2017 a 06.02.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
11 de janeiro de 2017.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

PORTARIA 010/2017

PORTARIA Nº 010, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal FRANCIANE APARECIDA PERERA, ocupante do cargo de Odontóloga com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, de 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16.08.2015 a 15.08.2016 a serem gozadas no período de 16.01.2017 a 04.02.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
11 de janeiro de 2017.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

PORTARIA 011/2017

PORTARIA Nº 011, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal TATIANA TONEL, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, de 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.10.2014 a 13.10.2015 a serem gozadas no período de 16.01.2017 a 04.02.2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

11 de janeiro de 2017.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

PORTARIA 012/2017

PORTARIA Nº 012, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal FERNANDA ORSO MENEGHETTI ocupante do cargo de Assessora de Assistência Social, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social de 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02.01.2015 a 01.01.2016 a serem gozadas no período de 16.01.2017 a 04.02.2017.

Art. 3º.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios

Art. 4º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

11 de janeiro de 2017.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 005-2017

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 005/2017 com a Empresa FACCIO & FILHOS LTDA – CNPJ: 83.420.505/0001-32, para fornecimento de refeições aos servidores do Município de Tigrinhos, a trabalho na Cidade de Chapecó/SC.

TIGRINHOS/SC, em 10 de Janeiro de 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 006-2017 FMS

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 006/2017 com a Empresa SERGIO LUIZ CURZZEL ME – CNPJ: 13.170.305/0001-93, para fornecimento de refeições aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos, a trabalho na Cidade de Chapecó/SC.

TIGRINHOS/SC, em 10 de Janeiro de 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 007-2017 FMS

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 007/2017 com a Empresa ROSICLEIA SANTA CATARINA ME (PADOKA CAFÉ) – CNPJ: 10.447.513/0001-07 para fornecimento de refeições aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos, a trabalho na Cidade de São Miguel do Oeste/SC.

TIGRINHOS/SC, em 10 de Janeiro de 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 004-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 004/2017

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos (SC) torna público para o conhecimento dos interessados, que estarão abertas para o exercício de 2017, as inscrições para o Processo de Credenciamento de Prestadores de Serviços Especializados na Área

da Saúde – Pessoa Jurídica para prestação de serviço de exames CITOPATOLÓGICOS E ANATOMO PATOLÓGICOS, conforme tabela SUS, dando efetivo atendimento à população na Unidade de Saúde do Município de Tigrinhos/SC, nos termos e condições constantes no Edital na forma do disposto no artigo 25, caput, da Lei Federal nº. 8.666/93. Os interessados deverão se dirigir ao Setor de Licitações do Município de Tigrinhos, sito a Avenida Felipe Baczinski, nº. 479, Centro, Município de Tigrinhos, ou pelo Telefone: 49-36580064 no horário das 07h00min às 13h00min. Tigrinhos (SC), 11 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 003-2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 003/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017
Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA MOLDAGEM E CONFECÇÃO DE PROTESES DENTARIAS EM ATENDIMENTO DA DEMANDA NO EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME A NECESSIDADE. O recebimento das propostas e documentação será até as 09h00min do dia 26/01/2017, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaiser. Tigrinhos (SC), 11 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Tijucas

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE

Mesa Diretora – Sessão Legislativa 2017

Legislatura 2017-2020

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às 11 horas e 50 minutos, nesta cidade de Tijucas, na Câmara de Vereadores deste município, os Vereadores eleitos para o mandato 2017-2020 elegeram e, nos termos dos arts. 4º e 5º do Regimento Interno da Câmara Municipal, a Presidente em Exercício, Vereadora Elizabete Mianes da Silva, deu posse a nova Mesa Diretora para a Sessão Legislativa do ano de 2017, conforme designado em Ata de Eleição do dia 01 de janeiro de dois mil e dezessete.

Assumiu a Presidência o Vereador Elói Pedro Geraldo; como Vice-Presidente, o Vereador Jean Carlos de Sieno dos Santos; como 1ª Secretária, a Vereadora Fernanda Melo; e, como 2ª Secretária, a Vereadora Maria Edesia da Silva Vargas.

Tijucas, 01 de janeiro de 2017.

Timbó

PREFEITURA

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2012.013 - LAVANDERIA HOSPITALAR

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2012/013

CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde. CONVENIADO: INSTITUTO VIDA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE, HOSPITAL E MATERNIDADE OASE, ORDEM AUXILIADORA DAS SENHORAS EVANGÉLICAS DE TIMBÓ - OASET

OBJETO: Prorrogação do prazo até 31/12/2017 do convênio que tem por objeto a manutenção/execução, pelos CONVENIADOS, de serviços de lavanderia hospitalar

VALOR: R\$ 6,84 (seis reais e oitenta e quatro centavos) por quilo-grama de roupa seca

Data da assinatura: 12/12/2016

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

tem por objeto a cooperação técnica-financeira-operacional entre o CONVENIENTE e os CONVENIADOS para a realização/execução dos serviços de atendimento em URGÊNCIA e EMERGÊNCIA no sistema de Pronto Socorro.

VALOR MENSAL: R\$ 212.666,21 (duzentos e doze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos).

Data da assinatura: 12/12/2016

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16.2016 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

OBJETO: Registro de preço para aquisição do sêmen bovino destinado à inseminação artificial em atendimento aos agricultores (repetição Pregão Presencial nº 129/2015 com alterações).

EMPRESA FORNECEDORA: Fértil Comércio e Representações LTDA EPP

TOTAL ESTIMADO: R\$ 21.972,00 (vinte e um mil novecentos e setenta e dois reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/03/2017.

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2012.009 - PRONTO SOCORRO

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2012/009

CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde. CONVENIADO: INSTITUTO VIDA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE, HOSPITAL E MATERNIDADE OASE, ORDEM AUXILIADORA DAS SENHORAS EVANGÉLICAS DE TIMBÓ - OASET

OBJETO: Prorrogação do prazo até 31/12/2017 do convênio que

Timbó, 01/04/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA N. SAMAE- 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
OSMAIR WAGNER DE LIMA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público)	19/04/1988	065.381.459-30	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
RAFAEL TEIXEIRA DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público)	20/10/1982	005.704.589-51	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
FRANCIELE DOS SANTOS LIMA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público)	15/11/1994	078.991.399-28	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
JAISON OLIVEIRA MACEDO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público)	21/07/1999	098.663.599-56	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
VANDERLEI GESSNER (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público)	16/09/1983	008.950.429-16	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
CARLOS ALEXANDRE GIBOWSKI (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público)	26/01/1996	074.316.639-60	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
JANETE APARECIDA COLARITES (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público)	24/06/1978	042.557.449-04	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
LUCAS ANDERSON MARTINEZ DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público)	19/05/1995	097.746.529-24	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
CATIA ERDMANN (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público)	25/02/1974	789.625.799-87	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
ERACI STEINERT (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público)	24/04/1979	003.561.049-23	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL I

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
GRAZIELE BORBA BELARMINO MAI (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	29/03/1993	080.720.879-59	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: TÉCNICO EM SANEAMENTO

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
YURI MARCEL ANTONIO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	10/09/1992	087.335.759-08	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ADRIANA RODRIGUES WESTPHAL (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	09/10/1990	076.133.719-99	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
DAVI RODRIGUES (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	19/04/1997	107.097.869-80	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
EGON MAASS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	31/03/1966	684.189.229-15	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
ADRIANO OLIVEIRA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	01/05/1987	062.415.999-09	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
JOEL OLIVEIRA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	15/09/1990	074.855.929-98	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL I				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
GILDA ANACLETO (Subst. Gema Vicente, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	29/07/1964	458.247.389-04	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: OPERADOR DE ETA/ETE				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ADRIANO ADAM (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	15/06/1989	056.865.739-05	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL I				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	24/11/1989	064.850.239-25	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
MAICON LUIZ MIRANDA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	21/06/1990	075.642.559-00	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
JONATHAN EBERT (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	23/07/1996	085.090.469-21	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 008, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 008, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
MARCIA ULLER (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	11/08/1977	891.556.619-04	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
SIDNEY DE SENNE (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	12/08/1976	037.126.589-40	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
ROSENILDA DALLABONA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	30/05/1989	070.616.789-92	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
LEANDRO MARTINEZ DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	21/08/1991	082.115.069-39	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
ROSANGELA CANDIDO DE JESUS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	24/09/1981	005.011.549-90	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 009, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 009, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar n° 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII do art.2º da Lei n° 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei n° 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: OPERADOR DE MÁQUINA				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
VALDECIR ANACLETO CARDOSO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	28/05/1973	818.452.359-91	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 010, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 010, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: MOTORISTA				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
MOACIR STANO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	04/02/1984	049.528.889-67	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 011, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 011, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL I				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
GILNEI SCHUSTER (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	16/08/1990	075.889.199-73	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 012, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 012, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
HAMILTON MUNIZ (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	20/01/1975	963.566.939-91	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
MAICON STEFFEN (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	30/09/1995	079.805.839-06	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
RENALDO ANGELO DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	17/07/1993	088.267.549-42	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
RICARDO SILVA DOS SANTOS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	27/01/1983	061.194.489-85	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
VANIA DE FÁTIMA MACHADO DOS SANTOS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	21/09/1982	062.899.529-60	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
VERA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	29/08/1981	039.970.619-47	44 horas	02/01/2017 a 28/02/2017
PAULO RICARDO DOS SANTOS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	16/05/1977	033.871.209-74	44 horas	04/01/2017 a 28/02/2017
MARCOS STEFFEN (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	07/05/1972	765.043.289-00	44 horas	04/01/2017 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 013, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. SAMAE- 013, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE, a contar de 09 de janeiro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
MARCIO CARDOSO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	14/01/1979	003.772.099-61	44 horas	09/01/2017 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA
Diretor Presidente

Três Barras

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA n. 564/2017

PORTARIA N. 564 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONTRATAR a senhora ROSANI ALVES GUEDES, CPF n. 791.775.229-15, para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar de Apoio Técnico, Padrão CC-02-A, do Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, com vencimento mensal de R\$ 1.997,42 (hum mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 11 de Janeiro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 12 de Janeiro de 2017.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 565/2017

PORTARIA N. 565, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor JOÃO RUBENS DOBROCHINSKI, CPF N. 075.327.459-02 no cargo de Assessor Especial, Padrão PC-03, do Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara de Vereadores de Três Barras, com vencimento mensal de R\$ 2.621,35 (Dois mil, seiscientos e vinte e um reais, trinta e cinco centavos), a contar desta data.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores, em 11 de Janeiro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 12 de Janeiro de 2017.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 566/2017

PORTARIA N. 566 DE 11 DE JANEIRO DE 2017
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor, Max Marcial Müller, brasileiro ocupante do cargo Motorista Oficial Legislativo, Padrão CM-07 do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, 20(vinte) dias de férias regulamentares, referente período de aquisição de 2016/2017, de acordo com o requerimento, protocolado sob o n. 318/2016, sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário e abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal e do § 1º do artigo 70 da Lei Complementar n.138/2009, a contar da presente data.

Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 11 de Janeiro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 12 de Janeiro de 2017.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 567/2017

PORTARIA N. 567 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA CÂMARA MUNICIPAL.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Conforme dispõe a Lei federal n. 8.666/93 com redação da Lei n. 8.883/93 e Lei n. 10.520/2002, ficam nomeados a partir desta data os abaixo relacionados, como pregoeiro e equipe de apoio na modalidade de licitação denominada pregão presencial e eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns provenientes da Câmara Municipal de Três Barras – SC:

- Pregoeiro: Joel da Cruz
- Equipe de apoio: Joel Antonio Voigt
- Claudete da Silva
- Representante do Poder Legislativo: Laudecir José Gonçalves

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 11 de janeiro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 12 de Janeiro de 2017.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 05/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 05/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Aquisição de forma parcelada de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado A Quente) para revitalização de diversas ruas do município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 26/01/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PP 06/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 06/2017 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de forma parcelada de materiais destinados à manutenção das redes de iluminação pública do município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações descritas no anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 27/01/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

DECRETO 2247

DECRETO N.º 2.247/2017 de 11 de janeiro de 2017

“NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Estadual nº 4.841/73 combinado com o Decreto 103/75 de 25/10/75 e demais normas aplicáveis a matéria

DECRETA:

Art. 1º. A Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC do Município de Treze Tílias, fica constituída da seguinte forma:

Presidente: Robert Unterberger
Secretário Executivo: Sandro Eduardo Hartmann

GRUPO PERMANENTE:

Alcir de Rós: Representante da Saúde
Matheus Camargo: Representante da Polícia Militar
Walter Graff Zang: Representante da Agricultura
Aline Liria Grahl: Representando Setor Financeiro
José Carlos Toporóski: Representante da Assistência Social
Mari Piaia: Representante da Educação
Rafael Hensel: Representante da Secretaria da Administração

GRUPO EMERGENCIAL:

Armando Ansiliero Junior: Representante do Comércio
Tarso Dresch: Representante da Indústria
Ricardo Perlochner: Representante da Agricultura
Dr. José Léo Gonçalves: Representante dos Profissionais Liberais
Evandro Junges: Representante do Corpo de Bombeiros Voluntários

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal consignadas em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 11 de janeiro de 2017.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e publicado o presente decreto no Diário oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2248

DECRETO Nº 2.248/2017 de 11 de janeiro de 2017

“HOMOLOGA FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE DESCONTO NO VALOR DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 19, DA LEI COMPLEMENTAR 80/2014 QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL”

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Formulário para Requerimento de desconto no valor do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, para áreas definidas como APP's (Áreas de Preservação Permanente) conforme anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Para efeito do lançamento do imposto, será atribuído:

I - 50% (cinquenta por cento) de desconto para gleba que possua de APP.

Art. 3º - Para fazer jus ao desconto de que trata o artigo 2º deste Decreto, o requerente deverá anexar ao requerimento obrigatoriamente, certidão atualizada do imóvel, mapa do terreno (levantamento topográfico) e anotação de responsabilidade técnica – ART.

I – O Setor de Tributos poderá solicitar documentos complementares, caso entenda necessário.

Art. 4º - O desconto incidirá somente o imposto territorial.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
11 de janeiro de 2017.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I – DECRETO Nº 2.248/2017

REQUERIMENTO PARA DESCONTO NO VALOR DO IPTU À Prefeitura Municipal de Treze Tílias
Setor de Tributação do Município

Nome:

CPF:

Endereço:

Número da Inscrição Imobiliária do imóvel:

Matrícula do imóvel:

Vem por meio deste:

Requer desconto no valor do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), referente Área de Preservação Permanente – APP, com base no artigo 19, §2º do Código Tributário Municipal (CTM).

O Imóvel objeto do pedido de desconto possui _____m² de Área de Preservação Permanente – APP.

Treze Tílias/SC _____/_____/_____.

Assinatura: _____

Anexar ao requerimento:

I - Certidão atualizada do imóvel;

II - Mapa do terreno – levantamento topográfico;

III - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

PORTARIA Nº 13/2017

PORTARIA Nº 013/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a pedido, licença prêmio a servidora municipal abaixo mencionada, ocupante do cargo efetivo de Monitora de Creche, conforme Art. 160 da Lei Complementar nº 40/2011 e respectivo requerimento protocolado sob o Nº 943 Lv 05 Pág. 41.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Matilde Hack De Rós	07/12/2011 a 07/12/2016	02/01/2017 a 01/04/2017	90

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 11 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 14/2017

PORTARIA Nº 014/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a pedido, licença prêmio a servidora municipal abaixo mencionada, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Art. 160 da Lei Complementar nº 40/2011 e respectivo requerimento protocolado sob o Nº 966 Lv 05 Pg 41.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Nelci Terezinha Pessin	07/12/2011 a 07/12/2016	02/01/2017 a 01/04/2017	90

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 11 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 18/2017

PORTARIA Nº 018/17 DE 11 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Agnaldo José Ramos	01/07/2015 a 30/06/2016	17/01/2017 a 31/01/2017	15
Celoi F. Cardoso Deggerone	02/07/2015 a 01/07/2016	16/01/2017 a 30/01/2017	15
Eduardo Camargo Flávia	04/08/2015 a 03/08/2016	16/01/2017 a 30/01/2017	15
Inês Falchetti	11/06/2015 a 10/06/2016	16/01/2017 a 04/02/2017	20
Karen Cristina Ponsoni	16/04/2015 a 15/04/2016	16/01/2017 a 14/02/2017	30
Rúbia Lopes	18/02/2015 a 17/02/2016	09/01/2017 a 23/01/2017	15
Teresinha Bender Geisler	16/01/2015 a 15/01/2016	10/01/2017 a 08/02/2017	30
Gabriela R. De Oliveira Jorge	11/06/2015 a 10/06/2016	16/01/2017 a 25/01/2017	10

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 11 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 03/2017 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 03/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr^a. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 003/2015 e 004/2015, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 03/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS DO PERÍMETRO URBANO E COMBATE AO BORRACHUDO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:00h. do dia 24 de janeiro de 2017, na prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 11 de janeiro de 2017

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1871/2017

DECRETO Nº 1871/2017 DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO PAULATA, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar 025/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado o valor do piso municipal, em conformidade com o artigo 18 da Lei Complementar 025/2010, pela variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado nos últimos doze meses em 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento), passando assim o valor do piso municipal de R\$ 330,89 (trezentos e trinta reais e oitenta e nove centavos), para o valor de R\$ 352,66 (trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e seis centavos).

Art. 2º A revisão que trata o caput do artigo anterior será também aplicada para os subsídios mensais do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais do Município de Tunápolis, conforme previsto no artigo 8º da Lei Municipal nº 1085/2012 de 28 de junho de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 12 de janeiro de 2017.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA 03/2017 CV

PORTARIA Nº 03/2017

Em 06 de Janeiro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARNO MÜLLER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias à servidora LIANE JACINTA FINGER HECK, ocupante do cargo comissionado: SECRETARIA EXECUTIVA, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, sendo o gozo de férias de 10 a 29 de janeiro de 2017, e o restante de 10 dias, convertido em abono pecuniário, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Anote-se a presente à folha funcional da respectiva servidora.

Art. 3º Esta portaria terá vigência na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.,
Aos 06 de Janeiro de 2017.

ARNO MÜLLER
Presidente

Turvo

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO DE REPASSE 01/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES - nº 1/2017

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

· Contrato: PROCESSO: 004322/2013 / SICONV 786441/2013

Objeto: Construção de pórtico no bairro Santa Luzia, entrada da cidade de Turvo

Origem dos Recursos: Ministério do Turismo

Valor da parcela: R\$ 49.000,00 (ÚLTIMA PARCELA – 20%)

Data do repasse da parcela: 03/01/2017

Turvo/SC, 11 de janeiro de 2017.

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 42/2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 42/2017

Processo de Licitação: 36/2016

Processo Administrativo: 38/2016

Pregão Presencial: 32/2016

Data de assinatura: 11/01/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: Tratartec – Comércio de Produtos de Higiene e Material Hidráulico

CNPJ/CPF: 12.287.466/0001-07

Objeto: aquisição de matéria-prima para confecção de fraldas geriátricas, Urussanga/SC

Valor: R\$ 77.993,12

Vargeão

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

Volmir Felipe, Prefeito Municipal de Vargeão – SC, nos termos do Art. 49 da Lei 8.666/93, resolve ANULAR o Processo Licitatório Nº 01/2017 – Pregão Presencial Nº 01/2017, o qual tem como objeto “contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria Jurídica, Assessoria Administrativa e Serviços de Advocacia, a serem prestados diretamente na Prefeitura Municipal, por profissional da área jurídica, compreendendo: Todas as necessidades do Município na área Administrativa e Jurídica, promovendo as orientações internas no sentido do cumprimento das normas legais, a representação em todas as ações em que o Município for parte.”, em face de ilegalidade quanto a habilitação e para melhor especificação do objeto.

Vargeão, SC, 11 de janeiro de 2017.
VOLMIR FELIPE
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017

Extrato de EDITAL
Edital de Pregão Presencial nº 14/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 25 de janeiro de 2017 às 08h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, visando a aquisição parcelada de materiais didáticos pedagógicos a serem utilizados na rede municipal de ensino de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 14/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site www.vargeao.sc.gov.br.

Vargeão, SC, 11 de janeiro de 2017.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2017

Aviso de Licitação

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 27 de janeiro de 2017, até às 08h30min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a contratação de serviços médicos especializados na área de pediatria para atuar junto à Unidade Sanitária de Vargeão, SC, sendo que o atendimento será 01 (uma) vez por semana, em dias e horários a combinar, num total de 60 (sessenta) consultas mensais. Qualquer informação relativa à licitação será prestada pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua 7 de Setembro, 477, centro, na cidade de Vargeão, SC, pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br. O Edital encontra-se disponível para download no site www.vargeao.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina,

em 11 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.011/2017

DECRETO Nº 011/2017, DE 11 JANEIRO DE 2017.

“ATUALIZA O VALOR DA PARCELA DO PROGRAMA HABITACIONAL POPULAR MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e parágrafo único do artigo 8º da Lei Municipal nº 527/2003.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica atualizado o valor da parcela do financiamento do Programa Habitacional Popular Municipal para R\$ 187,40 (cento e oitenta e sete reais e quarenta centavos).

Parágrafo único – A atualização será realizada nos termos do parágrafo único do artigo 32 da Lei 462/2002, tendo como base o salário mínimo para o exercício de 2017, fixado em R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 11 de janeiro de 2017.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 12/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

CHAMADA PÚBLICA CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES 01/2017**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA****EDITAL DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES Nº 001/2017**

Determina normas para inscrição, atualização e renovação no Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina.

O **MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA**, Estado de Santa Catarina, CNPJ n. 95.996.187/0001-31, torna público aos interessados, as normas para inscrição, atualização e renovação no Registro Cadastral, para emissão do Certificado de Registro Cadastral – CRC, conforme preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988.

1 - REFERÊNCIAS

1.1 - O Edital de Registro Cadastral e seus anexos estão disponíveis na íntegra para pesquisa no endereço descrito no subitem 1.2 deste edital, como também na *Internet*, no *site* do Município de Vargem Bonita, no endereço: www.vargembonita.sc.gov.br.

1.2 - Local para informações: junto à Departamento de Compras e Licitações, situado no Paço Municipal, Rua Cel. Vitório, 966, Centro, Vargem Bonita - SC, CEP 88.675-000, telefone: (49) 3548 3000.

1.3 - Os dados constantes do Registro Cadastral de Fornecedores deste Município poderão ser consultados pela Comissão de Licitação ou pelos Pregoeiros para suprir a ausência dos documentos necessários à habilitação das empresas nos certames licitatórios, desde que haja menção de tal hipótese nos editais de licitação.

2 - DO PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO - DA ATUALIZAÇÃO E RENOVAÇÃO CADASTRAL**2.1- INSCRIÇÃO NO REGISTRO CADASTRAL:**

2.1.1 - A Inscrição Cadastral se dará a qualquer tempo, mediante preenchimento do Pedido de Inscrição no Registro Cadastral (Anexo I), apresentado ou endereçado à Exmo(a). Prefeito(a) Municipal, através do Departamento Municipal de Compras e Licitações, acompanhado dos documentos constantes do item 4, observadas as formalidades estabelecidas no item 3, ambos deste Edital.

2.1.2 - A Inscrição Cadastral terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua protocolização, podendo ser renovado anualmente até o período de 5 (cinco) anos.

2.1.3- Dentro da vigência do Registro Cadastral, o interessado poderá solicitar sua atualização, apresentando os documentos que, por sua natureza, dependam de substituição periódica, além daqueles que sofreram alteração.

2.2 - Para participação imediata nas licitações na modalidade de Tomada de Preços, a solicitação do registro deverá obedecer o prazo determinado no § 2º do art. 22 c/c o art. 110 da Lei n. 8.666/1993, ou seja, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

2.2.1 - Em havendo abertura de licitação – Tomada de Preços - marcada dentro do prazo para emissão do CRC, item 5.7 do edital, em que o interessado queira participar, deve o mesmo incluir nos Anexos I ou II, informações sobre a licitação que pretende participar, de forma destacada, para orientação da Comissão Permanente de Habilitação, no que tange ao tratamento do processo administrativo, objetivando reduzir o prazo para a emissão do CRC.

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA**

2.3 - Os interessados que constituírem procuradores para representá-los neste Município deverão apresentar os documentos relacionados no subitem 4.1 deste Edital.

2.4 - Os interessados que encaminharem os documentos para Inscrição no Registro Cadastral via postal deverão indicar no anverso do envelope, além do endereço completo desta Prefeitura (descrito no subitem 1.2 deste Edital), as seguintes informações:

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES A/C COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA TELEFONE, CONTA DE E-MAIL E FAC-SÍMILE PARA CONTATO.
--

2.4.1 - Os documentos para Inscrição Cadastral serão autuados provisoriamente pela Comissão, na data do seu recebimento, para fins de tempestividade.

2.5 - ATUALIZAÇÃO DO REGISTRO CADASTRAL:

2.5.1 - Toda e qualquer alteração, que implique em modificação das informações prestadas pelo interessado para obtenção do Registro Cadastral deverão ser entregues à Comissão Municipal de Licitações, que juntará o documento ao processo de cadastro e registrará no sistema, emitindo novo CRC, se necessário.

2.5.2 - As alterações no Contrato Social ou Estatuto deverão ser remetidas em original ou cópia autenticada, salvo se puderem ser validadas pela internet, à Comissão Municipal de Licitações, para atualização do Registro Cadastral.

2.6 RENOVAÇÃO DO REGISTRO CADASTRAL:

2.6.1 - A Renovação Cadastral deverá ocorrer anualmente, preferencialmente antes do vencimento do cadastro, mediante preenchimento do Pedido de Renovação do Registro Cadastral (Anexo II).

2.6.2 - Decorridos 30 (trinta) dias do vencimento do cadastro, não sendo protocolizado pedido de Renovação Cadastral, o CRC será cancelado, requerendo do interessado, nova Inscrição no Registro Cadastral.

2.6.2.1 - Uma nova Inscrição Cadastral implica na necessidade de apresentar todos os documentos constantes do item 4 deste Edital, em especial, os Atestados de Capacidade Técnica.

2.6.3 - Os documentos para Renovação Cadastral deverão ser entregues à Comissão Municipal de Licitações, no endereço descrito no subitem 1.2 deste Edital.

2.6.4 - Entende-se por documentos que não dependem de substituição periódica, para fins de Renovação Cadastral, os relacionados nos incisos I e II do subitem 4.2.2.2, inciso II do subitem 4.2.2.4.1, inciso III e IV do subitem 4.2.2.4.2, subitem 4.2.2.4.3 e inciso II do subitem 4.2.2.4.4, caso não ocorram alterações no período.

2.7 - Os envelopes contendo os documentos para atualização e renovação do registro cadastral que forem encaminhados via postal deverão ser endereçados conforme disciplinado no subitem 2.4.

3 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

3.1- Quanto à apresentação dos documentos:

3.1.1- Os documentos deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de fotocópia autenticada em cartório competente, ou cópia com apresentação do original, podendo, neste caso, a Comissão Municipal de Licitações *conferir* com o original as cópias apresentadas, atestando sua autenticidade.

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA**

3.1.2- Não serão aceitos documentos com rasuras, ilegíveis, bem como fotocopiados por intermédio de papel térmico.

3.1.3 – “Quando houver mais de uma reprodução na mesma face da folha, a cada uma corresponderá uma autenticação”. Art. 938 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina.

3.1.4 - Os documentos, inclusive os Atestados de Capacidade Técnica, deverão ser emitidos em favor do interessado (empresa solicitante).

3.2 - Quanto à confirmação de certidões via *Internet*:

3.2.1 - Quando a certidão for emitida por sistema eletrônico, sua aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade pela *Internet* ou perante o órgão emissor.

3.3 Dos documentos referentes à matriz ou filial:

3.3.1 - Os documentos deverão estar em nome do interessado, número do CNPJ e o endereço respectivo.

3.3.2 - Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome; se for a filial, todos os documentos deverão estar no nome desta.

3.3.3 - Os documentos que constarem expressamente que são válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão assim considerados pela Comissão.

3.4 - Do prazo de validade dos documentos:

3.4.1 - É imprescindível que os documentos estejam dentro do prazo de validade.

3.4.2 - Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua emissão, em conformidade com os emitidos pela Fazenda Federal, pelo princípio da analogia, ressalvados os documentos com prazos indeterminados previstos na Lei n. 8.666/1993 e legislação pertinente.

3.4.3 - Os interessados deverão estar cientes da legislação que rege os prazos de validade das certidões emitidas pelos respectivos órgãos federais, estaduais e municipais.

3.4.4 - A documentação deverá ter validade, no mínimo, até a data da autuação provisória.

3.5 - Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal:

3.5.1 - Os interessados deverão obedecer ao que determina a legislação específica do Estado e Município de seu domicílio.

3.5.2 - Para os Municípios que emitem prova de regularidade para com a Fazenda Municipal em separado, deverão ser apresentadas duas certidões: Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão de Tributos Mobiliários.

3.5.3 - Caso a certidão não inclua todos os Tributos (mobiliários e imobiliários) e o interessado não possua imóvel cadastrado em seu nome, deverá apresentar declaração ou documento emitido pela prefeitura de seu domicílio indicando esta situação.

3.6 - Quanto à apresentação dos Atestados de Capacidade Técnica:

3.6.1 - Não serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica, emitidos pelo próprio interessado, bem como por empresas que possuam ligações societárias com o interessado.

3.6.2 - Os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser emitidos em papel timbrado, datados e assinados por autoridade competente, com o devido reconhecimento de firma, quando emitidos por empresa privada ou pública, em original ou fotocópia autenticada.

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA****4 - DOS DOCUMENTOS****4.1 - Do representante legal**

4.1.1 - O representante do interessado, se proprietário, deverá apresentar a cédula de identidade ou documento equivalente.

4.1.2- O interessado que constituir procurador para 4apresentá-lo neste Município, deverá apresentar:

I – procuração, discriminando os poderes específicos, contendo a indicação do signatário com firma reconhecida, acompanhada do instrumento que comprove os poderes do signatário;

a) a procuração pública dispensa o reconhecimento de firma do signatário e do instrumento de comprovação de seus poderes;

II – cédula de identidade, se o procurador for pessoa física e

III – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, se o procurador for pessoa jurídica.

4.2 - Dos documentos para habilitação:**4.2.1 - Pessoa Física****4.2.1.1 - Da Habilitação Jurídica:**

I – Cédula de identidade.

4.2.1.2 - Da Regularidade Fiscal:

I – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF; e

II – demais documentos descritos nos incisos III, IV e V, do subitem 4.2.2.2 deste Edital.

4.2.1.3 - Da qualificação Técnica:

I – Para os interessados no ramo de comércio, indústria e serviços em geral: documentos previstos nos incisos I e II, do subitem 4.2.2.4.1; e;

II - Para os engenheiros, arquitetos e demais responsáveis técnicos: os documentos relacionados nos incisos II a IV do subitem 4.2.2.4.2.

4.2.1.4 - Da Qualificação Econômico-Financeira:

I - Certidão de Execução Patrimonial expedida pelo distribuidor da Comarca do domicílio da pessoa física.

4.2.2 - Pessoa Jurídica**4.2.2.1 - Da Habilitação Jurídica:**

I – **Empresário;**

II - **Sociedades Empresárias:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e a última alteração contratual ou contrato social consolidado, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado, apresentados na forma da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

III - **Sociedades Simples:** inscrição do ato constitutivo ou estatuto, acompanhada de prova da diretoria em exercício, apresentada na forma da Lei n. 10.406/2002;

IV - **Sociedades Anônimas:** ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal, apresentadas na forma da Lei n. 10.406/2002;

V - **Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.2.2.2 - Da Regularidade Fiscal:

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA**

- I - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - II - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - III - Certidão Conjunta emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;
 - IV - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
 - V - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
 - VI - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND com o INSS), demonstrando situação regular no cumprimento das contribuições previdenciárias e de terceiros, de acordo com a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991;
 - VII - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade de Situação – CRS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990.
 - VIII - Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da lei 12.440/2011.
- 4.2.2.3 Declaração de que o interessado cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

I - Declaração do interessado de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, podendo, para tanto, utilizar o modelo previsto no Anexo IV, ou, opcionalmente o Anexo V, caso a empresa não participe de nenhuma Entidade Patronal.

4.2.2.4 - Da Qualificação Técnica:

4.2.2.4.1 - Para os interessados do ramo de comércio, indústria e serviços em geral:

I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente (Conselhos – CRA, CRC, etc.), se houver, ou declaração do próprio interessado atestando a não existência de entidade profissional que regulamente as suas atividades, podendo utilizar o modelo previsto no Anexo V; e

II - Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, especificando detalhadamente os materiais fornecidos e/ou os serviços prestados (observado o disposto no subitem 5.2 deste Edital).

4.2.2.4.2 - Para as construtoras e empresas de engenharia:

I - Certidão de Registro e Regularidade do interessado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;

II - Certidão de Pessoa Física (do responsável técnico) emitida pelo CREA;

III - Qualificação dos responsáveis técnicos, mediante apresentação da Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo CREA, atestando a execução de obra, e/ou reforma, e/ou instalações elétricas, e/ou cabeamento estruturado, e/ou elevador, e/ou ar-condicionado central, e/ou estrutura metálica, e/ou impermeabilização, e/ou elaboração de projetos, dentre outros, com características compatíveis com edificações de alvenaria, para fins residenciais ou comerciais;

IV - Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (observado o disposto no subitem 5.2 deste Edital), acompanhado da Certidão de Acervo Técnico respectivo, comprovando ter o interessado executado obra de

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA**

construção e/ou reforma e/ou projeto, constituído de uma única edificação, com as seguintes indicações, no que couber:

- a) área executada;
- b) área das instalações elétricas em alta e baixa tensão executadas na edificação;
- c) elevador, e em caso positivo, quantos e capacidade;
- d) pontos de telecomunicação em rede executados de sistema de cabeamento estruturado para voz e dados, categoria, cablagem primária (fibra ótica) e secundária (par trançado), crimpagem e conectorização, montagem de racks, certificações, tomadas e conectores RJ45, etc.;
- e) capacidade térmica nominal e tipo de sistema de ar-condicionado central;
- f) tonelada de aço executada em estrutura metálica; e
- g) área e tipo de material utilizado em impermeabilização.

4.2.2.4.3 - Para os interessados do ramo de prestação de serviços de terceirização:

I - Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (observado o disposto no subitem 5.2 deste Edital), especificando a quantidade, a designação da categoria profissional alocada e o prazo de execução do contrato;

4.2.2.4.4 - Para os interessados do ramo de prestação de serviços de vigilância:

I - Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (observado o disposto no subitem 5.2 deste Edital), especificando a quantidade de posto de vigilância locado e o prazo de execução do contrato;

II - Renovação/Revisão anual do Alvará de Funcionamento, em conformidade com o § 7.º do art. 32 do Decreto n. 89.056/1983, alterado pelo Decreto n. 1.592/1995;

III - Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, de acordo com a Portaria DG/DPF n. 992, de 25/10/1995, e alterações posteriores;

IV - Revisão de Autorização para funcionamento no Estado de Santa Catarina expedida pelo Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça; e

V - Prova de regularidade expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, nos termos dos Decretos n. 89.056/1983 e 1.592/1995.

4.2.2.5 - Da Qualificação Econômico-Financeira:

I - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado da sede do interessado, já exigíveis e apresentados **na forma da Lei**, assim considerado:

- a) publicado no Diário Oficial; ou
 - b) publicado em Jornal; ou
 - c) cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sua sede ou domicílio; ou
 - d) cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sua sede (matriz ou filial) ou domicílio ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; e
 - e) deverá estar carimbado e assinado pelos responsável legal da empresa e pelo contabilista, identificado com o número do registro no CRC; e
- II - Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Comarca da sede do interessado;

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA**

- Apresentar, facultativamente, documento emitido pelo órgão judiciário competente, que relacione os distribuidores que na Comarca de sua Sede têm atribuição para sua expedição.

5 - DO JULGAMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 - Os documentos apresentados para a obtenção do CRC, bem como para a sua atualização ou renovação, serão julgados, avaliados e classificados pela Comissão Municipal de Licitações, de acordo com este Edital e a Legislação em vigor.

5.2 - A aptidão descrita no Atestado de Capacidade Técnica deverá corresponder ao objetivo social do interessado (pessoa física ou jurídica), sob pena de não obtenção do registro.

5.3 - A apresentação de declaração ou documentos falsos para cadastramento obriga a Comissão Municipal de Licitações a aplicar ao interessado as sanções previstas em lei.

5.4 - Observado que os documentos para inscrição não atendem às disposições contidas neste Edital, o interessado será notificado para suprir as deficiências apontadas, via endereço eletrônico com confirmação de leitura; na impossibilidade, a notificação se dará por via postal, mediante ofício com Aviso de Recebimento – AR. Decorridos 30 (trinta) dias sem manifestação do interessado, será indeferido o pedido e considerado o processo de Inscrição Cadastral cancelado.

5.5 - O prazo para a emissão do CRC será de até 15 (quinze) dias úteis a partir da data do protocolo (autuação), desde que a documentação esteja de acordo com o estabelecido neste edital e que não haja recurso. No caso de participação imediata em licitação na modalidade Tomada de Preços, § 2º do art. 22 da Lei n. 8.666/1993, o prazo para emissão do certificado se dará até a hora marcada para a entrega dos envelopes, desde que devidamente informado nos Anexos I ou II, do interesse em participar da licitação.

5.6 - Os interessados serão notificados do deferimento do pedido de Inscrição no Registro Cadastral via endereço eletrônico com confirmação de leitura. A partir da notificação, o documento estará disponível para retirada, no Departamento Municipal de Compras e Licitações do Município de Vargem Bonita – SC.

5.7 - Na impossibilidade de notificação via correio eletrônico, a notificação acompanhada do CRC se dará via postal, mediante ofício com Aviso de Recebimento – AR.

6 - DOS RECURSOS

6.1 - Do indeferimento do pedido de inscrição no registro cadastral, sua alteração, renovação ou cancelamento, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6.2 - A intimação será efetuada por intermédio de um dos seguintes meios:

I - endereço eletrônico, com confirmação de leitura;

II - correspondência com Aviso de Recebimento – AR;

III - publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, o órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do Poder Público Municipal, veiculado no [site www.fecam.org.br](http://www.fecam.org.br);

IV - transmissão via fac-símile com confirmação de recebimento.

6.3 - Os recursos interpostos às decisões proferidas pela Comissão Municipal de Licitações somente serão conhecidos nos termos do Capítulo V da Lei n. 8.666/1993 se

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA**

dirigidos diretamente a Excelentíssima(o) Senhor(a) Prefeita(o) Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, autuados na Seção de Protocolo, no prédio sede desta Prefeitura.

6.4 - Interposto o recurso, a Comissão Municipal de Licitações comunicará aos demais interessados, por intermédio de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.5 - A Comissão Municipal de Licitações terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar sobre as razões da peticionária e encaminhar o processo, devidamente instruído, à autoridade superior, que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, para proferir a decisão final.

7 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS REGISTRADAS NO CADASTRO DE FORNECEDORES

7.1 - As sanções previstas na Lei n. 8.666/1993 e nos editais de licitação, decorrentes de atos irregulares praticados nas licitações, bem como da inexecução total ou parcial nos contratos firmados com este Município aplicados, respectivamente, às licitantes ou contratadas, serão registradas no Cadastro de Fornecedores e, conforme o caso, publicadas no Diário Oficial dos Municípios – DOM e/ou Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

7.1.1 - O Diário Oficial dos Municípios - DOM é o órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do Poder Executivo do Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina.

7.2 - Da suspensão e do cancelamento do registro cadastral

7.2.1 - O Registro Cadastral deverá ser suspenso por prazo determinado na rescisão contratual, ou poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa em processo específico, nos seguintes casos:

I – inadimplência parcial ou total de obrigação contratual;

II – recusa de assinatura em contrato sem justificativa, ou com justificativa não aceita pela Administração;

III – desempenho insatisfatório continuado, por faltas graves em contratos celebrados com este Tribunal;

IV – prática de atos ilícitos e lesivos aos interesses da Administração Pública;

V – decretação de falência;

VI – dissolução da empresa cadastrada; ou

VII – ter sido o cadastrado suspenso de licitar e/ou declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 - O Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina será expedido somente aos interessados que obtiverem a aprovação de sua inscrição; terá validade por 1 (um) ano, contado a partir da data do protocolo, devendo os interessados atualizarem os documentos que possuam prazo de vigência próprio.

8.2 - Os documentos poderão ser atualizados a qualquer tempo, cabendo ao cadastrado total responsabilidade pelas consequências advindas de sua inabilitação em certames

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA**

licitatórios, acarretada pela não atualização dos documentos ou informações constantes do cadastro.

8.3 - O Certificado é quesito obrigatório e indispensável para a habilitação em licitações na modalidade de Tomada de Preços e faculta ao interessado a substituição de documentos necessários à habilitação em outras modalidades de licitação.

8.4 - A Comissão Municipal de Licitações poderá solicitar aos interessados outros documentos não previstos neste Edital, ou outros, que venham a ser exigidos por força de lei especial; objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo.

8.5 - Nos processos de Inscrição ou Renovação Cadastral, havendo silêncio do interessado por um período superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da notificação, no que tange à solicitação de documentos ou informações para a conclusão do processo, será considerado pela Comissão Municipal de Licitações, manifesto desinteresse, podendo esta, promover o arquivamento dos autos, estabelecendo o cancelamento do CRC, com a comunicação devida.

8.6 - A obtenção do CRC não dispensa o cadastrado da apresentação de outros documentos ou informações exigidas em determinadas licitações, em função da natureza do objeto a ser licitado.

8.7 - A Inscrição Cadastral terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua protocolização, podendo ser renovado anualmente até o período de 5 (cinco) anos. Ao final deste período, terá o interessado que ingressar com novo Pedido de Inscrição no Registro Cadastral, Anexo I, obrigando-se a apresentar Atestados de Capacidade Técnica, mesmo que sejam os mesmos apresentados no cadastro anterior.

8.8 - Toda declaração emitida pelo interessado, deve conter assinatura e identificação do responsável pela declaração, bem como a identificação da empresa, que poderá ser feita pelo uso de papel timbrado ou carimbo.

8.9 - O Registro Cadastral não pressupõe a participação em licitações. Os interessados deverão acompanhar a divulgação dos editais de licitação por intermédio dos avisos publicados no Diário Oficial dos Municípios, *site* oficial e jornal de circulação regional e estadual.

8.10 - Será dada publicidade a qualquer modificação das normas estabelecidas neste Edital.

8.11 - Fica eleito o Foro da Comarca da Catanduvas - SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes das normas estabelecidas neste edital.

8.12- Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

8.12.1 - ANEXO I - Pedido de inscrição no Registro Cadastral

8.12.2 - ANEXO II - Pedido de renovação no Registro Cadastral

8.12.3 - ANEXO III - Declaração de que não emprega menor

8.12.4 - ANEXO IV - Declaração de que não emprega menor sem Entidade Patronal

Vargem Bonita, 11 de Janeiro de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA****ANEXO I****PEDIDO DE INSCRIÇÃO NO REGISTRO CADASTRAL**

DADOS CADASTRAIS		
RAZÃO SOCIAL:		
		CNPJ:
CAPITAL SOCIAL:		
ENDEREÇO:		
	CEP:	CAIXA POSTAL:
BAIRRO:		
CIDADE:		UF:
TELEFONE(C/COD.ÁREA):		CELULAR(C/COD.ÁREA):
FAX(C/COD.ÁREA):		E-MAIL:
BANCO(NOME E NÚMERO):	C/C.(NR. C/DÍGITO)	AGÊNCIA(NR. C/DÍGITO):
REPRESENTANTE LEGAL:		
NOME:		
ENDEREÇO:		
	CEP:	CAIXA POSTAL:
BAIRRO:		
CIDADE(C/COD.ÁREA):		UF:
TELEFONE(C/COD.ÁREA):		CELULAR(C/COD.ÁREA):
E-MAIL:		
ENCAMINHAR DOCUMENTOS PARA O REPRESENTANTE LEGAL: SIM () NÃO ()		

Solicitamos ao Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina a Inscrição no Registro Cadastral de Fornecedores, juntando, para tanto, os documentos exigidos pelo Edital nº 001/2017.

Por outra, declaramos que as informações e documentos aqui apresentados são verídicos.

_____, ____ de _____ de 2017

ASSINATURA

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA DECLARAÇÃO

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA****ANEXO II****PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO REGISTRO CADASTRAL**

NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO		
NÚMERO DO CRC		
RAZÃO SOCIAL:		
		CNPJ:
CAPITAL SOCIAL:		
ENDEREÇO:		
	CEP:	CAIXA POSTAL:
BAIRRO:		
CIDADE:		UF:
TELEFONE(C/COD.ÁREA):		CELULAR(C/COD.ÁREA):
FAX(C/COD.ÁREA):		E-MAIL:
BANCO(NOME E NÚMERO):	C/C:(NR. C/DÍGITO)	AGÊNCIA(NR. C/DÍGITO):
REPRESENTANTE LEGAL:		
NOME:		
ENDEREÇO:		
	CEP:	CAIXA POSTAL:
BAIRRO:		
CIDADE:		UF:
TELEFONE(C/COD.ÁREA):		CELULAR(C/COD.ÁREA):
E-MAIL:		
ENCAMINHAR DOCUMENTOS PARA O REPRESENTANTE LEGAL: SIM () NÃO ()		

Solicitamos ao Município de Vargem Bonita, a Renovação do Registro Cadastral de Fornecedores, juntando, para tanto, os documentos exigidos pelo Edital nº 001/2017.

Por outra, declaramos que as informações e documentos aqui apresentados são verídicos.

_____, _____, de _____ de 2017

ASSINATURA

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA DECLARAÇÃO

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA**

ANEXO III**DECLARAÇÃO**

.....
(nome-da-empresa)
com sede na,
(endereço)
inscrita no CNPJ sob o n., vem, por intermédio de seu
representante legal infra-assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei n.
8.666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854/1999, declarar expressamente, sob as penas da
lei, que cumpre integralmente a norma contida no , art. 7º, inciso XXXIII da
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Em dede 2017.

.....
ASSINATURA

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA DECLARAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

(PAPEL TIMBRADO OU CARIMBO)

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA**

ANEXO IV**DECLARAÇÃO**

.....
(nome-da-empresa)
com sede na,
(endereço)
inscrita no CNPJ sob o n., vem, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854/1999, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no, art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Vem declarar ainda, que não participa de nenhuma entidade patronal.

....., de....., de de 2017

.....
ASSINATURA
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA DECLARAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA
(PAPEL TIMBRADO OU CARIMBO)

Videira

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0029/17

PORTARIA nº 0029/17

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados pelos órgãos abaixo relacionados, os seguintes servidores:

I - Representantes da Procuradoria Jurídica:

PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO
MARIO PEDRO FONTANELLA
RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA
RODOLFO PIRES FILHO
TATIANE PIOVESAN

II - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:

CARLISE PIERDONA
SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT
CLEMIR BERTOTTO ERDMANN
CRISTINA KLOCK
LUCÉLIA GRUTZMACHER

III - Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

ALINE ZAGO REOLON
IZABEL APARECIDA BALBINOTT
DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
IRIO PAGANINI
MÁRCIA REGINA VANZ
HERNANDES VEDOVATTO

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento:

SANDRO ANTONIO CAREGNATO
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI
LUIZ FRANCISCO KARAN LEONI
FRANCK MAYER BRANDALISE

V - Representantes da Fundação Municipal de Esportes:

EDERSON LEOBET
MÁRCIA REGINA VANZ
RAFAEL ANTONIO BIANCHI

VI - Representantes do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID:

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
MARIA CRISTINA DE SOUZA
LACI ANA CESARIO ADRIANO

VII - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação:

SANDRO ANTONIO CAREGNATO
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI
LUIZ FRANCISCO KARAN LEONI

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1039/16.

Videira, 09 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0030/17

PORTARIA nº 0030/17

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01, e à vista do que consta na comunicação interna nº 05/2017, da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores JOSYANE SCHULER, DAVID CORDEIRO SCHMIDT, EFREM NAOR DOS SANTOS MOURA, IDIANE CAETANO GONÇALVES, LEONILDE MARIA BONETTI RIBEIRO, GLEICI KELLY DE LIMA, CRISTIANE MAYER CHIAPETTI, SILVIA DE ANDRADES ZANELLA e ODIRLEI MARCELO ALFLEN, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as

disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0717/15.

Videira, 09 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0031/17

PORTARIA nº 0031/17

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores GILMAR PAULO RISSARDI, NOELI APARECIDA SAVIAN, TATIANE CARDOSO MACHADO e VANDERLEI CASSANEGO para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Agricultura.

§ 1º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 2º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1451/14.

Videira, 09 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 02/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, COM O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS DIVULGADA PELA ABCFARMA, PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO DISPONÍVEIS NO ESTOQUE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELO SERVIÇO SOCIAL, DE ACORDO COM PRESCRIÇÃO MÉDICA, E PARA UTILIZAÇÃO NOS ABRIGOS INSTITUCIONAIS MENINO JESUS I E MENINO JESUS II PARA OS ÓRGÃOS

PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL). 2. TIPO: MAIOR DESCONTO TABELA. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 25/01/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 11 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 0004/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0004/2017, tendo como objeto Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Material Escolar, Agendas, Cadernos, Material de Limpeza e Higiene destinados a atender os Cemeis e Escolas da Rede Municipal de Ensino, nas quantidades estimadas constantes no ANEXO I. O recebimento das propostas será até as 08h45min, do dia 25/01/2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 09 de Janeiro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

Zortéa

PREFEITURA

EDITAL N° 001/2017 - AMPLIAÇÃO TEMPORÁRIA DE CARGA HORÁRIA

EDITAL N.º 001/2017 DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre Ampliação Temporária de Carga Horária para Servidores Efetivos do Quadro do Magistério Público Municipal.

O Prefeito do Município de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o disposto no Artigo 30 da Lei Complementar nº 028/2015, de 21 de maio de 2015, as quais estabelecem normas para Ampliação Temporária de Carga Horária para os servidores efetivos do quadro do Magistério Público Municipal, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e demais disposições da legislação vigente.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Poderão participar do Processo de Ampliação Temporária de Carga Horária os servidores lotados nos cargos efetivos de Professor II e III, que desejem alterar sua carga horária, desde que haja vaga disponível em uma das unidades de ensino.

1.2. Fica assegurado também ao professor ocupante de cargo de provimento efetivo, mesmo em estágio probatório, poderá alterar de forma temporária sua carga horária, na unidade escolar de atuação ou em outra, desde que haja compatibilidade de horário, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a existência de vagas temporárias e de excepcional interesse público, conforme prevê a Lei Complementar nº 028/2015 que tratam os Artigos 30 e 31.

1.3. As opções do candidato devem ser compatíveis com a carga horária de trabalho e habilitação do mesmo.

1.4. Para a ampliação temporária da carga horária será observada a ordem de classificação no certame, utilizando-se como critério o tempo de serviço no Município de cada candidato.

1.5. O presente edital trata-se de inscrição que demonstra a intenção do servidor em alterar sua carga horária temporária, estando condicionada à existência de vaga e não gerando a obrigatoriedade para a administração em ampliar a carga horária de todos os inscritos, caso não haja vaga.

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições estarão abertas no período de 12 de janeiro de 2017 até dia 25 de janeiro de 2017, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no horário de funcionamento, e deve ser feita através de formulário próprio (Anexo).

2.2. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição.

2.3. Poderão inscrever-se os membros do Magistério Público Municipal, em cargo de provimento efetivo, mesmo estando em período de estágio probatório com carga horária de até 20 (vinte) horas semanais.

2.4. Não poderão inscrever-se os membros do Magistério Público Municipal que estiverem na condição de Auxílio Doença, Readaptados, licenciados na forma do art. 132 da Lei n.º 003/1997 ou respondendo por Processo Administrativo.

2.5. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar o formulário de inscrição preenchido corretamente e assinado.

2.6. O deferimento dos requerimentos será publicado no Mural da Prefeitura, no dia 26 de janeiro de 2017.

2.6.1. Em caso de recurso este poderá ser protocolado no prazo de 02 dias úteis, após a publicação do Edital de deferimento, encerrando-se assim referido prazo no dia 30 de janeiro de 2017.

2.7. O Edital contendo a relação final dos deferimentos será publicado no dia 02 de fevereiro de 2017.

III – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. O aumento de carga horária temporária dos servidores que tiveram seus requerimentos deferidos neste Edital será efetivado a partir de 06 de fevereiro de 2017.

3.2. De acordo com o Art. 33 da Lei Complementar nº 028/2015, são condições imprescindíveis à alteração da carga horária temporária, de que o servidor se encontre, no momento da alteração, no exercício das atribuições do cargo de professor regente de sala; e esteja em plena aptidão física e mental do servidor, atestadas pela junta médica oficial do Município, se houver.

3.3 Este Edital será válido para o ano letivo de 2017, podendo ser prorrogado por igual período à critério da Administração.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observando a legislação vigente.

Zortéa – SC, em 11 de janeiro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

ALESANDRA APARECIDA CARNEIRO MAGRINELLI

Secretária Interina de Administração e Finanças

REQUERIMENTO PARA AMPLIAÇÃO TEMPORÁRIA DE CARGA HORÁRIA CONFORME EDITAL nº 001/2017-SME
Nº

Inscrição:

Eu _____			
portador do RG nº _____		Endereço: _____	
Nº _____	Bairro: _____	Cidade: _____	
Estado: _____	Tel./Cel. _____		_____
Email: _____	_____		
Servidor(a) público(a) municipal, do cargo de provimento efetivo de Professor, nomeado através do Ato de Portaria nº ____/____, venho requerer, nos termos do Edital nº 001/2017, a ampliação TEMPORÁRIA de carga horária para o ano letivo de 2017, para o qual estou habilitado(a), de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 028/2015 e normas constantes no referido Edital.			

Declaração de acúmulo de cargo:

()	Não acúmulo de cargo	()	Acúmulo de cargo/função
Instituição:	_____		
Local:	_____		
Cargo/Função:	_____		

Nestes termos,
Pede Deferimento

ZORTÉA SC, ____ de _____ de 2017.

Prefeitura Municipal de Zortéa SC
Data: ____ / ____ /2017.
()Deferido ()Indeferido
(carimbo e assinatura do responsável pelo deferimento)

(Assinatura do requerente)

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DO REQUERIMENTO

Data: ____ / ____ /2017

Assinatura: _____

Consórcios

ARIS

DELIBERAÇÃO 001/2017 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS COMPLEMENTARES NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC DELIBERAÇÃO n. 001/2017

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água e dos preços dos serviços públicos complementares no município de Navegantes.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando a documentação encaminhada pela SESAN – Secretaria de Saneamento de Navegantes, responsável pela prestação dos serviços de saneamento no município de Navegantes, recebido em 03/01/2017, na qual a secretaria requer a autorização de reajustamento do Plano Tarifário e dos valores de Serviços Públicos Complementares; e considerando os pareceres técnicos, apresentados em anexo, vem DELIBERAR:

1. Conceder o reajuste tarifário linear nas tarifas e preços públicos de até 10,67% referente ao acumulado do índice IPCA no período de julho de 2015 a novembro de 2016 e valor residual do reajuste concedido em 2015, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS;
2. Os novos valores vigentes desta estrutura tarifária terão sua leitura iniciada a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pela autarquia aos usuários, sendo faturados após 30 dias do início da leitura;
3. Os novos preços públicos terão sua cobrança a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pela autarquia aos usuários;
4. A SESAN deve encaminhar a esta agência, cópia da publicação da nova tabela tarifária e cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município, bem como em seu sítio eletrônico, em até 30 dias da data da publicação desta deliberação;
5. Fica determinado que a SESAN deverá encaminhar à ARIS o plano de investimentos para o ano de 2017, em até 30 dias da data da publicação desta deliberação.
6. Fica determinado que a SESAN deverá encaminhar à ARIS a tabela de serviços com os valores e os prazos para execução e estrutura tarifária as quais vigoraram durante 2016 e parte de 2015, em formato Excel, em até 30 dias da data da publicação desta deliberação;
7. Fica determinado que a SESAN deverá encaminhar à ARIS a tabela de serviços e estrutura tarifária atualizada, em formato Excel, em até 30 dias da data da publicação desta deliberação;
8. Fica determinado que a SESAN deverá encaminhar à ARIS modelo de fatura emitida pela SESAN, em até 30 dias da data da publicação desta deliberação.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2017.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

CIGA

AVISO LICITAÇÃO 001/2017 - SERVIÇOS GRÁFICOS

Aviso de Licitação n.º 01/2017

Processo Administrativo n.º 01/2017 – Pregão Presencial nº 01/2017

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO.

CRONOGRAMA

2.1 Data de início do recebimento das propostas: 13/01/2017.

2.2 Último dia para o recebimento das propostas: 25/01/2017, às 13:30 horas.

2.3 Data da sessão pública do Pregão Presencial: 25/01/2017, às 14:00 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

2.4 Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: 23/01/2017.

OBJETO: Formação de registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais contratações de serviços gráficos, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante do Edital, para todos os fins e efeitos.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no sítio do CIGA – <https://ciga.sc.gov.br/category/licitacoes/>.

BASE LEGAL: Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL - 001/2017 - SERVIÇOS GRÁFICOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2017/CIGA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017/CIGA

REGISTRO DE PREÇOS

1. PREÂMBULO

1.1 O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO, execução indireta, empreitada por preço unitário, destinada ao recebimento de propostas para REGISTRO DE PREÇOS, para futuras e eventuais contratações de serviços gráficos, com base no disposto nas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

1.2 Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

1.2.1 Anexo I - Termo de Referência;

1.2.2 Anexo II - Estimativa de Valor da Contratação;

1.2.3 Anexo III - Formulário de Proposta de Preços;

1.2.4 Anexo IV - Carta de Preposição;

1.2.5 Anexo V - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

1.2.6 Anexo VI - Declaração de Cumprimento do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

1.2.7 Anexo VII - Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

1.2.8 Anexo VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços; e

1.2.9 Anexo IX - Minuta de Autorização de Serviço.

2. CRONOGRAMA

2.1 Data de início do recebimento das propostas: 13/01/2017.

2.2 Último dia para o recebimento das propostas: 25/01/2017, às 13:30 horas.

2.3 Data da sessão pública do Pregão Presencial: 25/01/2017, às 14:00 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

2.4 Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: 23/01/2017.

3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 Quaisquer questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, dirigidos ao Pregoeiro, para o endereço ciga@ciga.sc.gov.br, até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura das propostas.

3.2 Os questionamentos serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico.

3.3 Os interessados deverão consultar o sítio do CIGA – <https://ciga.sc.gov.br/category/licitacoes/> – para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Órgão o envio de informações por outro meio.

3.4 A entrega de impugnações, razões e contrarrazões de recursos deverá ser realizada, alternativamente: por meio eletrônico para o endereço ciga@ciga.sc.gov.br; por meio postal, endereçada ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio do CIGA, Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC; ou protocolada pelo interessado nesse mesmo endereço.

3.5 Todas as referências de tempo destacadas no edital, avisos, bem como informações de tempo durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

3.6 Devido à política de segurança virtual implantada no âmbito do CIGA, mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES poderão ser devolvidas ao remetente. É responsabilidade do impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (48) 3321-5300.

4. DO OBJETO

4.1 Formação de registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais contratações de serviços gráficos, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

5. DO PREÇO MÁXIMO

5.1 O preço máximo do objeto está estipulado no Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar deste certame licitantes que estejam legalmente constituídos e atendam às especificações contidas neste edital.

6.2 Para participar da presente licitação, os interessados deverão apresentar a PROPOSTA DE PREÇO e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO em envelopes separados, fechados, opacos, contendo externamente os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 1: PROPOSTA DE PREÇO

LICITANTE:

ÓRGÃO LICITANTE: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017/CIGA

ENVELOPE N.º 2: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

LICITANTE:

ÓRGÃO LICITANTE: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017/CIGA

6.3 É vedada a participação de:

6.3.1 pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou impedidas de licitar e contratar com o CIGA, ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93);

6.3.2 licitantes que estejam sob aplicação de sanções, conforme termos da Lei n.º 12.846/2013:

6.3.2.1 A verificação de eventual enquadramento na situação de que trata este subitem será realizada mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, pelo link

<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

e junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, pelo link

http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

6.3.3 licitantes cuja atividade fim não for compatível com o objeto desta licitação, que será comprovada por intermédio do ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), podendo ser acrescido a esta documentação complementar que possibilite identificar a compatibilidade da atividade fim com o objeto da licitação;

6.3.4 licitantes que tenham dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou membros do CIGA;

6.3.5 licitantes em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

6.3.6 sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

6.3.7 sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

6.3.8 consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição; e

6.3.9 cooperativa de mão de obra.

7. DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada (artigo 44, § 2º, da LC 123/2006).

7.2 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior ao menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances.

7.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não apresente proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do artigo 44, § 2º, da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4 A oferta da microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) minutos contados da convocação pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão (art. 45, § 3º, da LC 123/2006).

7.5 As disposições deste item somente serão aplicadas quando a proposta melhor classificada ao final da etapa de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (artigo 45, § 2º, da LC 123/2006).

7.6 Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte sagrar-se vencedora, deverá apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta última apresente alguma restrição (artigo 43, § 1º, da LC 123/2006).

7.7 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prazo este prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa (artigo 43, § 1º, da LC 123/2006).

7.8 A documentação fiscal regularizada deverá ser entregue ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio no endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, dentro do prazo estipulado no item anterior:

7.8.1 No caso de remessa postal da documentação, deverá ser enviado o Recibo de Postagem da E.C.T ou Código de Rastreamento Postal, por e-mail, para o endereço citado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no mesmo prazo do item 7.7.

7.9 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93 e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme estipulado neste edital.

7.10 A Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – modelo sugerido no Anexo V – deverá ser apresentada ao Pregoeiro no momento determinado no item 12.3 deste edital, sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

8. DA IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

8.1 As impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, observando-se os termos do item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a sessão do pregão:

8.1.1 Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

8.2 O pregoeiro opinará, de forma fundamentada, com a oitiva da Equipe de Apoio, se assim achar necessário, pela procedência ou improcedência das impugnações, que serão decididas pela Autoridade Superior.

8.3 A decisão que determinar a modificação dos termos do edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 O Pregoeiro somente credenciará os representantes legais dos licitantes que apresentarem os seguintes documentos:

9.1.1 Ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado;

9.1.2 Documento de identificação original ou cópia autenticada, com foto, do representante legal.

9.2 O licitante poderá se fazer representar por procurador ou preposto, cujo credenciamento é condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 Ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado;

9.2.2 Documento de identificação original ou cópia autenticada, com foto, do procurador ou preposto;

9.2.3 Procuração ou Carta de Preposição – modelo sugerido no Anexo IV –, assinada pelo representante legal do licitante e com firma reconhecida, ou sua cópia autenticada:

9.2.3.1 A apresentação de procuração pública, original ou cópia autenticada, dispensa o reconhecimento de firma do outorgante.

9.3 Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

9.4 Somente poderá participar da fase de lances verbais deste pregão o procurador, o preposto ou o representante legal do licitante, que estiver devidamente credenciado.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O envelope PROPOSTA DE PREÇO deverá conter a proposta, emitida em 1 (uma) via, impressa, datada, devidamente identificada e assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, além de conter as seguintes informações, sob pena de desclassificação:

10.1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO – A proposta deverá descrever, de forma clara e completa, o objeto ofertado pelo licitante ao CIGA, conforme disposto no Termo de Referência (Anexo I deste Edital);

10.1.2 PREÇO – Os preços deverão ser cotados em REAL, com até duas casas decimais após a vírgula, inclusive todos os custos necessários ao fornecimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, transportes, seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto, com cotação única de preços discriminando os valores conforme o Anexo III – Formulário de Proposta de Preço, deste edital;

10.1.3 VALIDADE DA PROPOSTA – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (art. 6º, da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002), tendo por termo inicial a data da sessão:

10.1.3.1 A PROPOSTA que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 60 (sessenta) dias, contados da sessão pública em que for aberta a PROPOSTA DE PREÇO;

10.1.4 O licitante deverá fazer constar na proposta seus DADOS CADASTRAIS, a descrição do objeto, bem como as demais informações requisitadas no Anexo III deste Edital – Formulário de Proposta de Preço.

10.1.5 Não serão consideradas as propostas apresentadas após a data e o horário aprazado.

10.1.6 As propostas serão irretratáveis e irrenunciáveis, na forma da lei.

10.1.7 Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preços.

11. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

11.1 O envelope n.º 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá conter os documentos abaixo relacionados:

11.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1.1.1 Ato constitutivo do licitante:

11.1.1.1.1 Quando se tratar de EMPRESÁRIO deverá ser apresentado documento comprobatório de inscrição do mesmo no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS da Junta Comercial do local de sua sede;

11.1.1.1.2 Quando se tratar de SOCIEDADE SIMPLES deverá ser apresentado Contrato acompanhado das modificações averbadas, tudo devidamente registrado no REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS do local de sua sede;

11.1.1.1.3 Quando se tratar de SOCIEDADE EMPRESÁRIA deverá ser apresentado o Estatuto ou o Contrato Social (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), tudo devidamente registrado no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS da Junta Comercial do local de sua sede.

11.1.1.2 As SOCIEDADES POR AÇÕES também deverão apresentar cópia da Ata da eleição de seus administradores registrada na Junta Comercial;

11.1.1.3 As sociedades estrangeiras em funcionamento no País deverão apresentar o respectivo decreto de autorização e, quando a atividade o exigir, o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

11.1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.1.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.2.3 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional, a ser realizada mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal;

11.1.2.4 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

11.1.2.4.1 Caso o licitante seja de outra Unidade da Federação deverá apresentar, também, a regularidade para com a Fazenda do Estado de Santa Catarina;

11.1.2.5 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante expedida pelo órgão competente;

11.1.2.5.1 Para os municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão sobre Tributos Mobiliários;

11.1.2.5.2 As empresas que não possuem imóveis cadastrados e/ou isentas, caso se enquadrem no item 11.1.2.5.1, deverão apresentar documento(s) emitido(s) por órgão(s) da Prefeitura que comprovem as respectivas situações;

11.1.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

11.1.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pela Lei Federal no 12.440, de 7 de julho de 2011;

11.1.2.8 Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal – modelo sugerido no Anexo VI;

11.1.2.9 Serão aceitas certidões positivas, com efeito de negativas, para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

11.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.1.3.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro da falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade expresso.

11.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1.4.1 Comprovante de capacidade técnica, consistente na apresentação de, pelo menos, 1 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual conste a execução de serviço pertinente e compatível com o objeto desta licitação, sob pena de exclusão do certame;

11.1.4.2 O atestado de capacidade técnica, referido no item anterior, deverá conter os seguintes elementos:

11.1.4.2.1 Nome do órgão ou empresa responsável pela emissão do atestado, com o CNPJ/CGC, inscrição estadual, endereço completo, o período de execução dos serviços e o número do contrato;

11.1.4.2.2 Manifestação acerca do conteúdo e da qualidade dos serviços prestados, atestando que os serviços foram cumpridos satisfatoriamente e que não consta dos arquivos da contratante nenhum registro desabonador de aspectos comerciais ou técnicos da contratada; e

11.1.4.2.3 Identificação do responsável pela emissão do atestado, com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

11.2 FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.2.1 Todos os documentos deverão ser apresentados em originais, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas por colaboradores do CIGA, caso estejam acompanhadas dos respectivos documentos originais.

11.2.2 Os documentos de habilitação apresentados pelo licitante, quando obtidos via Internet, serão validados pelo Pregoeiro após verificação de sua autenticidade no site da entidade que os emitiu:

11.2.2.1 Na hipótese de divergência de informações entre o documento apresentado e as constantes no site da entidade que o emitiu, prevalecerão estas em relação àquelas.

11.2.3 No caso de impossibilidade de acesso à Internet para verificação da autenticidade das certidões, a Sessão será suspensa e os licitantes serão intimados da data e do horário do seu prosseguimento.

11.2.4 Os documentos apresentados deverão estar dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação.

11.2.5 Os documentos de habilitação que porventura não possuírem prazo de validade deverão conter data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias contados da data limite para entrega dos envelopes, exceto para os documentos de qualificação jurídica, de qualificação técnica, CPF e CNPJ.

11.2.6 O licitante que optar em participar mediante apresentação de proposta elaborada por uma de suas filiais, deverá apresentar todos os documentos exigidos para habilitação referentes à matriz, acrescidos, especificamente em relação à filial, das provas de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal:

11.2.6.1 Quando a matriz for sediada no estrangeiro, também deverá ser apresentada a Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial da filial.

11.2.7 Os documentos apresentados por ocasião do Credenciamento serão dispensáveis do envelope n.º 2 – Documentação de Habilitação.

11.2.8 Deverá o licitante indicar, juntamente com os documentos comprobatórios da habilitação, endereço eletrônico para onde serão encaminhadas todas as comunicações pertinentes ao processo de licitação e à execução das obrigações dele decorrentes, expedidas pelo CIGA e a ele endereçadas.

11.2.9 O licitante se responsabilizará pelo endereço fornecido, de modo que, qualquer alteração deste endereço eletrônico deverá ser comunicada ao CIGA, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos.

11.2.10 Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimado o licitante no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação.

12. DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

12.1 No dia, hora e local designados no CRONOGRAMA, o Pregoeiro declarará aberta a sessão e realizará o credenciamento dos licitantes:

12.1.1 O licitante que desejar participar da sessão apenas com os envelopes "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", deverá enviá-los para o endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, ou apresentá-los até a data e o horário aprazado.

12.2 Até o momento em que for encerrado o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro poderá receber documentos de credenciamento daqueles que, porventura, não se encontravam presentes no horário estipulado no CRONOGRAMA.

12.3 Ato contínuo, o Pregoeiro receberá a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando houver, a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e os Envelopes n.º 1 – Proposta de Preço e n.º 2 – Documentação de Habilitação:

12.3.1 Caso haja interposição de recurso, os envelopes contendo a Documentação de Habilitação ficarão em posse do Pregoeiro e da Equipe de Apoio até o julgamento do recurso, após o qual estarão disponíveis para retirada no endereço citado no item 3 do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias.

12.4 O Pregoeiro abrirá os envelopes de proposta de preço, registrará os preços ofertados no respectivo mapa, indicando o de MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE e aqueles que atendem ao disposto no inciso VIII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, e verificará a conformidade destas propostas com os requisitos do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório:

12.4.1 O não atendimento a qualquer uma das características e/ou quantidades mínimas especificadas constitui fundamento para desclassificação da proposta;

12.4.2 Serão igualmente desclassificadas as propostas e excluídos os lances que ofereçam preços excessivos ou inexequíveis, incompatíveis com os preços de mercado, podendo o Pregoeiro realizar diligências para averiguação dos mesmos.

12.4.2.1 O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de cinco dias úteis contados da notificação.

12.4.2.2 A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada.

12.4.3 Serão admitidas para a etapa de lances verbais:

12.4.3.1 A proposta comercial com MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE, desde que atendidos aos requisitos constantes do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório;

12.4.3.2 As propostas comerciais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela e que, igualmente, tenham atendido aos requisitos constantes do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório;

12.4.4 Caso duas ou mais propostas comerciais, admitidas para a etapa de lances, apresentem preços iguais, será realizado sorteio para

determinação da oferta de lances;

12.4.5 Não havendo pelo menos três propostas comerciais aptas à fase de lances (que possam oferecer novos lances verbais e sucessivos) nas condições definidas no subitem 12.4.3, serão admitidas à etapa de lances aquelas superiores ao limite definido no inciso VIII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, até que se complete o número de três licitantes classificados para participar da etapa competitiva (presentes à sessão pública), desde que tenham atendido aos requisitos do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório.

12.5 A oferta dos lances será sucessiva, distinta, na ordem decrescente dos preços e deverá ser efetuada pelo PREÇO TOTAL DO LOTE no momento em que for conferida a palavra ao licitante.

12.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

12.7 Durante a etapa de lances para o lote, quando na sua oportunidade de ofertar novo lance não puder cobrir o menor preço apresentado, o licitante poderá oferecer um último lance para melhorar o seu preço, mesmo que este seja superior ao menor preço registrado até aquele momento.

12.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais para o lote em disputa e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

12.9 Encerrada a disputa de lances de cada lote, o Pregoeiro:

12.9.1 verificará se existe proposta de licitante micro ou pequena empresa em situação de empate ficto com o menor lance, para, em caso afirmativo, facultar-lhe o exercício ao direito de desempate, conforme disposto no item 7 – DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

12.9.2 analisará acerca da aceitabilidade do menor lance, com base nos orçamentos obtidos pela administração e/ou preço máximo estabelecido;

12.9.3 negociará a redução dos preços; e

12.9.4 declarará o vencedor da etapa de lances.

12.10 Embora seja considerado o PREÇO TOTAL DO LOTE para efeito de lances e classificação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá, no momento da Sessão Pública do Pregão, quando indagado pelo Pregoeiro, definir o preço unitário estimado por itens e subitens, conforme descrição apresentada na Estimativa de Valor da Contratação (Anexo II), sendo que este preço não poderá ultrapassar o preço máximo estabelecido para os itens e subitens, bem como não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao preço apresentado na proposta inicial (Anexo III – Formulário de Proposta de Preços).

12.11 Caso não seja possível a imediata recomposição dos preços resultantes dos lances, o Pregoeiro estabelecerá um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente nova proposta ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio, no endereço citado no subitem 3.4 do Edital, em original assinado, ou envie para o e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br assinada e digitalizada, sob pena de desclassificação.

12.12 Ato contínuo, o Pregoeiro examinará os documentos contidos no Envelope n.º 2 – Documentação de Habilitação do licitante cuja proposta fora declarada vencedora da etapa de lances.

12.13 Será inabilitado o licitante que não apresentar a documentação em situação regular.

12.14 Frustrada a habilitação do licitante cuja proposta fora declarada vencedora da etapa de lances, será retomada a sessão pública da licitação a partir da etapa final de lances, ocasião em que o Pregoeiro examinará o cumprimento das condições de habilitação do(s) licitante(s) subsequente(s) segundo a ordem de classificação na etapa de lances verbais, até apurar o licitante que atenda aos requisitos de habilitação expressos no Edital, sendo este declarado habilitado e, assim, vencedor do certame para o lote em disputa.

12.15 Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, seus Assistentes e por todos os licitantes presentes.

13. DO PROCEDIMENTO PARA SANAR FALHAS ESCUSÁVEIS

13.1 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

14.2 A falta de manifestação imediata e motivada do desejo de recorrer importará na decadência do direito de recurso.

14.3 Sempre que for interposto recurso, deverá ser juntado aos autos os documentos, por ventura, apresentados pelo recorrente, registrando-se a data e a hora em que foram entregues.

14.4 Não será recebido ou conhecido recurso intempestivo, meramente protelatório, que não seja interposto pelo licitante ou por seu representante credenciado, ou quando os respectivos fundamentos não possuírem justificativa e motivação em direito admissíveis.

14.4.1 A decisão que negar seguimento ao recurso será fundamentada.

14.5 As razões e contrarrazões do inconformismo serão dirigidas ao Diretor Executivo do CIGA e deverão ser enviadas ao Pregoeiro, na forma do item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

14.5.1 O Pregoeiro lançará sua manifestação, de forma motivada, pela procedência ou improcedência do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e nesse mesmo prazo encaminhará o recurso ao Diretor Executivo do CIGA que, por sua vez, proferirá decisão em 5 (cinco) dias úteis.

14.6 O acolhimento do recurso somente importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 Declarado o vencedor da licitação para o lote e não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro Adjudicará o objeto ao vencedor, e o processo será remetido ao Diretor Executivo do CIGA para homologação.

15.2 No caso de interposição de recurso, o Diretor Executivo do CIGA adjudicará o objeto ao vencedor e homologará o processo.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ATA DE RP) é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para eventual e futura contratação, na qual se registra o(s) licitante(s) classificado(s) e o(s) item(ns) com o(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s).

16.2 O prazo de validade da ATA DE RP será de 12 (doze) meses, conforme Minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo VIII, ficando o

seu detentor obrigado a manter o seu preço registrado por igual período.

16.3 Após a homologação do resultado deste pregão, o CIGA, respeitada a ordem de classificação, poderá convocar o(s) licitante(s) habilitado(s) para a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

16.3.1 A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da intimação para este fim, prorrogável apenas uma vez a critério do CIGA, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas;

16.3.2 Ao assinar a ATA DE RP, o licitante habilitado passará à denominação de DETENTOR DA ATA, comprometendo-se a cumprir todas as condições a serem praticadas, determinadas neste edital e na proposta apresentada.

16.4 Na hipótese do licitante convocado não se apresentar para assinar a ATA DE RP, observado o subitem 16.3, ficará sujeito, mediante processo administrativo, à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado para a contratação, obtido por meio da aplicação do valor unitário do(s) item(ns) sobre a quantidade máxima estimada para os 12 (doze) meses de registro:

16.4.1 Ocorrendo a situação prevista no subitem anterior, o CIGA emitirá NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ao licitante convocado, que deverá fazer o recolhimento do valor da multa na conta bancária indicada pelo CIGA, no prazo definido no respectivo Processo Administrativo;

16.5. Ocorrendo a situação prevista no item 16.4, o CIGA poderá convocar, para habilitação, os demais licitantes classificados, segundo a ordem de classificação na etapa de lances, observado o procedimento e os prazos estabelecidos neste Edital, e, após habilitado, para assinar a ATA DE RP, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

16.6 No caso de inexecução do objeto, por qualquer motivo, durante a vigência da ATA DE RP, o CIGA poderá, mediante processo administrativo, cancelar seu registro, inclusive em caso fortuito ou de força maior, e convocar os demais licitantes classificados, segundo a ordem de classificação na etapa de lances, observado o procedimento e os prazos estabelecidos neste Edital, e, após habilitado, para assinar a ATA DE RP pelo quantitativo e prazo remanescentes, e nas mesmas condições da ATA DE RP anterior.

17. DA REVISÃO DE PREÇOS

17.1 O preço pactuado pelas partes para fornecimento do(s) objeto(s) da presente licitação poderá ser revisado a fim de se manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta, sempre que for verificada alteração substancial e prejudicial a qualquer delas na relação entre os encargos do DETENTOR DA ATA e a retribuição financeira do CIGA para justa remuneração do fornecedor:

17.1.1. O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que não esteja pendente a entrega de objeto ou a execução de serviço de Autorização de Serviço já expedida;

17.1.2 O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado à Gerência Administrativa do CIGA, no endereço: Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, com identificação do número da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, ou ainda, por e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br; e,

17.1.3 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro sofrido.

17.2 Constatado que o preço registrado na ATA DE RP está superior ao praticado pelo mercado, o CIGA poderá convocar o DETENTOR DA ATA para, no processo da licitação, negociar a redução do preço registrado:

17.2.1 Na hipótese de a negociação não resultar satisfatória, o CIGA poderá convocar os demais licitantes classificados, observado o procedimento estabelecido neste Edital, para, no processo de licitação, e segundo a ordem de classificação nas etapas de lances, negociar com estes a redução do preço registrado;

17.2.2 Sendo exitosa a negociação para redução do preço, nova ordem de classificação deverá ser estabelecida entre os preços registrados; e,

17.2.3 O licitante melhor classificado, após a negociação de preço, será convocado, observado o procedimento e o prazo estabelecido neste Edital, para habilitação e, após habilitado, para assinatura da ATA de RP, para o prazo remanescente da Ata de Registro de Preço anterior.

17.3 Quando o DETENTOR DA ATA demonstrar que o preço de mercado é superior ao registrado e que não pode cumprir o compromisso, o CIGA poderá liberá-lo do compromisso sem a aplicação de penalidade. Nesta hipótese, o CIGA poderá negociar o preço com os demais licitantes classificados, respeitada a média do preço de mercado, obedecido ao procedimento disposto neste Edital.

18. DO FORNECIMENTO/SERVIÇO

18.1 A formalização do PEDIDO DE ENTREGA, objeto desta licitação, dar-se-á por intermédio do recebimento de comunicação (intimação) para este fim e pelo instrumento denominado Autorização de Serviço, conforme modelo que consta no Anexo IX deste Edital, a qual, após expedida, terá a força de contrato entre a Administração e o vencedor da licitação.

18.2 O recebimento de comunicação (intimação) para este fim obriga o CONTRATADO a efetuar a entrega dos objetos pelo preço registrado, e nas quantidades estipuladas na Autorização de Serviço.

18.3 A partir do 1º dia útil após intimado para este fim, iniciará para o CONTRATADO o prazo para a entrega dos objetos.

18.4 O quantitativo expresso no Termo de Referência é estimado e representa a previsão do CIGA para o período de 12 (doze) meses.

18.5 O CIGA não está obrigado a adquirir o objeto especificado no Termo de Referência, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e o momento da aquisição.

18.6 Durante o prazo de validade da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o seu DETENTOR fica obrigado a fornecer o objeto ofertado nas quantidades indicadas pelo CIGA em cada Autorização de Serviço.

18.7 A existência do preço registrado não obriga o CIGA a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao DETENTOR DA ATA a preferência em igualdade de condições.

18.8 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento do registro do DETENTOR DA ATA, sujeitando-se às sanções administrativas pertinentes.

19. DA RESPONSABILIDADE DO DETENTOR DA ATA E DO CONTRATADO

19.1 O DETENTOR DA ATA tem o dever de:

19.1.1 Fornecer os objetos nas condições, no preço, nas quantidades e no prazo estipulados na proposta e na Autorização de Serviço – AS; e,

19.1.2 Manter, durante o prazo de validade do registro, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.2 Impossibilitado de cumprir o(s) prazo(s) de entrega, o CONTRATADO deverá adotar os seguintes procedimentos:

19.2.1 Protocolar o pedido de prorrogação de prazo antes da data limite para entrega, junto à Gerência Administrativa, no endereço: Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, ou

ainda, pelo e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br, devendo, no mínimo, constar:

19.2.1.1 Identificação do objeto, número do pregão, número do empenho e da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

19.2.1.2 Justificativa, plausível, quanto à necessidade da prorrogação;

19.2.1.3 Documentação comprobatória; e,

19.2.1.4 Indicação do novo prazo a ser cumprido.

19.2.2 O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto no subitem anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério do CIGA seu deferimento;

19.2.3 Caso o CIGA conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

19.2.4 Caso o CIGA não conceda a prorrogação do prazo, o CONTRATADO estará sujeito às sanções administrativas pertinentes;

19.2.5 Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega; e,

19.2.6 O não cumprimento do disposto nos incisos anteriores facultará ao CIGA a adoção de medidas objetivando possível cancelamento da ATA de RP ou rescisão contratual, incorrendo o DETENTOR DA ATA ou CONTRATADO, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis.

20. DA RESPONSABILIDADE DO CIGA

20.1 O CIGA tem o dever de:

20.1.1 Assinar a Ata de Registro de Preços, obedecendo a ordem de classificação;

20.1.2 Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

20.1.3 Acompanhar a entrega dos objetos, verificando o cumprimento dos prazos, notificando ao CONTRATADO quaisquer reclamações ou solicitações havidas;

20.1.4 Aplicar as penalidades previstas para o(s) caso(s) de descumprimento do pactuado nesta licitação;

20.1.5 Empenhar os recursos necessários garantindo o pagamento das Notas Fiscais em dia; e,

20.1.6 Publicar o extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e de seus aditivos, bem como cada Autorização de Serviço para a referida ATA, se ocorrerem, no Diário Oficial Eletrônico do CIGA.

21. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

21.1 O recebimento do objeto da licitação está vinculado às necessidades do CIGA, às condições do item 18 do edital.

21.2 A entrega dos objetos deverá ocorrer conforme estabelecido nas "Informações Adicionais" do Anexo I – Termo de Referência, do Edital.

21.3 O CONTRATADO deverá comunicar à Gerência Administrativa, pelo e-mail ciga@ciga.sc.gov.br, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência, a data da entrega dos objetos.

21.4 A(s) entrega(s) dos objetos deverá(ão) ser realizada(s) no edifício sede do CIGA, situado à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, em dias de expediente do CIGA, das 9 (nove) às 12 (doze) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas.

21.5 O aceite na(s) nota(s) fiscal(is) e posterior envio para pagamento será efetuado pela Gerente Administrativa do CIGA, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, caso estejam em conformidade com o solicitado no edital, e com a proposta apresentada.

21.6 Caso sejam recusados os objetos por estar em desacordo com as especificações constantes do Anexo I do Edital, o CONTRATADO ficará obrigado a substituí-los, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data do termo de recusa dos objetos.

21.7 O CONTRATADO não receberá o aceite na Nota Fiscal enquanto não regularizar a entrega definitiva dos objetos.

21.8 Após a HOMOLOGAÇÃO, qualquer questão, técnica ou sobre a entrega, suscitada pelo CONTRATADO deverá ser encaminhada à Gerente Administrativa do CIGA, para o e-mail ciga@ciga.sc.gov.br.

22. DA NATUREZA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

22.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Atividade n.º 2001 – Administração e Manutenção do Consórcio, no elemento de despesa nº 3.3.90.39.63 (Serviços Gráficos e Editoriais).

23. DO PAGAMENTO

23.1 O pagamento devido ao CONTRATADO será efetuado com recursos do CIGA, por intermédio do Banco do Brasil, Agência 3174-7, Setor Público, na conta corrente indicada pelo CONTRATADO, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data do aceite do material na(s) nota(s) fiscal(is) apresentada(s) pela matriz ou filial do CONTRATADO, na forma do item 21 do edital, ou, ainda, por meio de boleto bancário:

23.1.1 O CONTRATADO que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação; e,

23.1.2 A conta corrente indicada pelo CONTRATADO deverá, obrigatoriamente, estar relacionada ao CNPJ, da matriz ou da filial, do licitante vencedor.

23.2 O CIGA só efetuará o pagamento mediante a apresentação de nota fiscal emitida de forma correta, razão pela qual os licitantes deverão observar os casos em que é obrigatório emitir nota fiscal eletrônica.

23.3 A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao CONTRATADO para retificação e reapresentação, acrescendo-se ao prazo fixado no subitem 23.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

23.4 A devolução da nota fiscal não aprovada pelo CIGA, em hipótese alguma servirá de pretexto para que o CONTRATADO suspenda as entregas.

23.5 O CIGA procederá ao pagamento apenas dos fornecimentos efetivamente recebidos, única e exclusivamente por meio de sua Gerência Administrativa.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO

24.1 A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o CIGA pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 10% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

23.0.1 cometer fraude fiscal;

23.0.2 apresentar documento falso;

23.0.3 fazer declaração falsa;

23.0.4 comportar-se de modo inidôneo;

23.0.5 não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;

23.0.6 deixar de entregar a documentação exigida no certame;

23.0.7 não manter a proposta.

24.2 Para os fins da Subcondição 24.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97, todos da Lei n.º 8.666/93.

24.3 O atraso injustificado na execução do contrato, por culpa do CONTRATADO, o sujeitará ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

24.3.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2% do valor atualizado do contrato;

24.3.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% do valor atualizado do contrato, calculada sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do CIGA;

24.3.3 No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,2% até 10 (dez) dias de atraso e 0,4% acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

24.3.4 Os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato:

24.3.4.1 Na hipótese da aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto acima, caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando o CONTRATADO às demais implicações legais.

24.4 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, o CIGA poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas neste edital, as seguintes sanções:

24.4.1 Advertência por escrito, quando o CONTRATADO deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou entrega dos bens;

24.4.2 Multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

24.4.3 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CIGA por prazo não superior a 5 (cinco) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando o CONTRATADO, convocado dentro do prazo de validade da proposta: deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não manter a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal; e;

24.4.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da lei 8.666/93) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

24.5 A multa deverá ser recolhida na Gerência Administrativa do CIGA, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação para este fim. Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela descontada pelo CIGA dos créditos existentes em nome do CONTRATADO ou, não havendo esses ou sendo ela maior do que o crédito, cobrada judicialmente com ônus ao devedor.

24.6 As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no edital decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pelo CIGA.

25 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelos licitantes implicará a aceitação de todas as disposições do presente Edital.

25.2 Assegura-se ao CIGA o direito de:

25.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93);

25.2.2 Anular ou revogar a presente licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa;

25.2.2.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar, por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93.

25.2.3 Adiar a data da sessão; e

25.2.4 Acrescer ou suprimir quantitativamente o objeto desta licitação em até 25% (vinte e cinco por cento), por decisão unilateral, conforme dispõe o art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, e desde que verificada a existência de dotação orçamentária e financeira para os acréscimos que se fizerem necessários, respeitados os limites legais.

25.3 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

25.4 O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública.

25.5 As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança do certame.

25.6 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

25.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

25.8 Só se iniciam e vencem prazos em dias em que houver expediente no CIGA.

25.9 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

25.10 Não será permitido o uso de celulares durante a sessão pública deste Pregão, salvo mediante autorização do Pregoeiro.

25.11 O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

25.12 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir conflitos que não possam ser resolvidos de forma amigável.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Efetuar Registro de Preço, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais contratações de serviços gráficos, conforme especificações a seguir:

LOTE 1 – Relatório de Atividades e Informativo do CIGA

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada
01	03	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet brilho número de páginas: 55 a 65 gramatura: capa - 300 / miolo: 150 cores: 4x4 tiragem: 500	500	1.500
02	10	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	10.000
				Total:

LOTE 2 – Folders

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada
01	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 04 cores: 4x4	1000	20.000
02	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	20.000
03	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 12 cores: 4x4	1.000	20.000
04	10	Lâmina A4 tamanho: 210 x 297mm papel: couchet fosco gramatura: 150 cores: 4x4 tiragem: 1.000	1.000	10.000
				TOTAL

LOTE 3 – Envelopes e papel timbrado

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada
01	02	Envelope ofício tamanho: 114 x 229mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0	1.000	2.000
02	02	Ofício timbrado tamanho: 210 x 297mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 100	1.000	2.000

03	02	Envelope ofício com janela plástica tamanho: 114 x 229mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 500	500	1.000
04	02	Envelope saco tamanho: 229 x 324mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 500	500	1.000
				Total

2. JUSTIFICATIVA

2.1 MOTIVAÇÃO

Considerando a necessidade do CIGA em divulgar seus programas e ações, faz-se necessária a contratação de serviços gráficos, para o desenvolvimento e impressão de material gráfico visando sua distribuição entre os consorciados e demais entes que poderão vir a integrar este consórcio.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

Informações Adicionais:

1 – Exigência de prova de cor: Para todos os materiais dos lotes serão exigidas prova de cor impressa. Estas deverão ser entregues em até 3 (três) dias úteis após o recebimento da notificação informando que a Autorização de Serviço já está disponível para ser retirada na Gerência Administrativa do CIGA. Caso necessário, a referida Autorização poderá ser enviada via fax ou e-mail, desde que isto seja solicitado por e-mail.

2 – Prazos de Entrega: A entrega dos objetos deverá ocorrer em 10 (dez) dias úteis, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento da notificação, informando que a Autorização de Serviço já está disponível para ser retirada na Gerência Administrativa do CIGA. Caso necessário, a referida Autorização poderá ser enviada via fax ou e-mail, desde que isto seja solicitado por e-mail.

3 – Exigência de descarte: Todos os materiais impressos e rejeitados por estarem em desacordo com as especificações do pedido deverão ser destruídos.

4 – Exigência de sigilo: É vedada toda e qualquer forma de divulgação e distribuição dos materiais elaborados pelo CIGA.

5 – Carga e descarga: O contratado é o responsável pela carga e descarga dos objetos nos locais indicados no Edital, bem como pelas despesas com frete e seguro.

6 – Na entrega dos objetos o contratado deverá observar todas as exigências constantes no Edital, bem como as condições apresentadas em sua proposta de preços e demais documentos, sob pena de sofrer as punições e sanções constantes no Edital, na Lei de Licitações e legislações complementares.

ANEXO II – ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

1. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DA ESTIMATIVA

A Planilha de Custos informa o preço máximo para o objeto desta licitação, em conformidade com a estimativa de custos realizada a partir da pesquisa de mercado efetuada, com cotações de empresas/fornecedores distintos, para a obtenção de orçamentos de empresas especializadas na prestação dos serviços em tela.

Lote 1 – Relatório de Atividades e Informativo do CIGA

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
01	03	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet brilho número de páginas: 55 a 65 gramatura: capa - 300 / miolo: 150 cores: 4x4 tiragem: 500	500	1.500	R\$ 10.424,33	R\$ 31.273,00
02	10	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	10.000	R\$ 5.759,88	R\$ 17.279,66
Preço Total do Lote:						R\$ 48.552,66

Lote 2 – Folders

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
------	---------	--------	-----------------------	---------------------------	------------------	----------------------

01	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 04 cores: 4x4	1000	20.000	R\$ 6.396,66	R\$ 19.190,00
02	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	20.000	R\$ 10.850,66	R\$ 32.552,00
03	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 12 cores: 4x4 1.000 20.000 R\$ 16.191,33				R\$ 48.574,00
04	10	Lâmina A4 tamanho: 210 x 297mm papel: couchet fosco gramatura: 150 cores: 4x4 tiragem: 1.000	1.000	10.000	R\$ 2.896,66	R\$ 6.590,00
Preço Total do Lote:						R\$ 106.906,00

Lote 3 – Envelopes e papel timbrado

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
01	02	Envelope ofício tamanho: 114 x 229mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0	1.000	2.000	R\$ 608,45	R\$ 1.216,90
02	02	Ofício timbrado tamanho: 210 x 297mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 100	1.000	2.000	R\$ 410,60	R\$ 821,20
03	02	Envelope ofício com janela plástica tamanho: 114 x 229mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 500	500	1.000	R\$ 762,55	R\$ 1.525,10
04	02	Envelope saco tamanho: 229 x 324mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 500	500	1.000	R\$ 751,60	R\$ 1.503,20
Preço Total do Lote:						R\$ 5.066,40

ANEXO III – FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO

Nome: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____
 CNPJ N.º _____
 Telefone/Fax: _____

Dados Bancários:

Banco N.º: _____ Agência N.º: _____ Conta Corrente N.º: _____

* DADOS ADICIONAIS:

Responsável pela Assinatura da Ata de Registro de Preços:

Nome: _____

Cargo/Função _____ Telefone/Fax _____

Estado civil _____ RG n.º: _____

CPF n.º _____

Email: _____

* Preenchimento facultativo

A presente proposta destina-se ao Registro de Preços do lote abaixo discriminado, com os respectivos itens, para eventuais e futuros serviços gráficos, de acordo com as especificações constantes do presente Edital.

Lote 1 – Relatório de Atividades e Informativo do CIGA

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
01	03	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet brilho número de páginas: 55 a 65 gramatura: capa - 300 / miolo: 150 cores: 4x4 tiragem: 500	500	1.500	R\$	R\$
02	10	tamanho: 210 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	10.000	R\$	R\$
Preço Total do Lote:						R\$

Lote 2 – Folders

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
01	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 04 cores: 4x4	1000	20.000	R\$	R\$
02	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 08 cores: 4x4	1.000	20.000	R\$	R\$
03	20	tamanho: 150 x 297mm fechado papel: couchet fosco gramatura: 150 número de páginas: 12 cores: 4x4 1.000 20.000 R\$				R\$
04	10	Lâmina A4 tamanho: 210 x 297mm papel: couchet fosco gramatura: 150 cores: 4x4 tiragem: 1.000	1.000	10.000	R\$	R\$
Preço Total do Lote:						R\$

Lote 3 – Envelopes e papel timbrado

Item	Edições	Objeto	Quantidade por edição	Quantidade Total Estimada	Valor por edição	Valor total estimado
01	02	Envelope ofício tamanho: 114 x 229mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0	1.000	2.000	R\$	R\$
02	02	Ofício timbrado tamanho: 210 x 297mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 100	1.000	2.000	R\$	R\$
03	02	Envelope ofício com janela plástica tamanho: 114 x 229mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 500	500	1.000	R\$	R\$
04	02	Envelope saco tamanho: 229 x 324mm papel: offset gramatura: 90 cores: 4x0 tiragem: 500	500	1.000	R\$	R\$
Preço Total do Lote:						R\$

_____, ____ de _____ de 20__ .

(Nome e assinatura do responsável)

ANEXO IV - CARTA DE PREPOSIÇÃO

O Licitante _____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____, com sede na Av./Rua _____, nomeia o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, como seu preposto na licitação instaurada pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 01/2017/CIGA, para tanto autoriza este a apresentar proposta e formular lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Nome e assinatura do representante legal do licitante*
(com firma reconhecida)

* Este documento deverá ser assinado pelo representante legal indicado no ato constitutivo da empresa.

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF sob n.º _____, DECLARA que detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Optante do SIMPLES/Nacional () SIM () NÃO

_____, ____ de _____ de _____.

(Nome e assinatura do representante legal)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes da sessão de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu

representante legal o(a) Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º , DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

..... , de de 20__.

Diretor ou representante legal

CPF nº:

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º , com sede em (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002 e para os fins do Pregão Presencial n.º 01/2017/CIGA, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

..... , ____ de de 2017.

Assinatura do representante da empresa
(nome e número da identidade)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes da sessão de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

ANEXO VIII – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 0XX/201X

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo do CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.488.396, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, neste ato denominado CONTRATANTE, e a empresa, com sede na Rua, n.º, Bairro, CEP, (Cidade/Estado), inscrita no CNPJ sob o n.º, representada neste ato por, doravante denominada simplesmente PROMITENTE CONTRATADA, nos termos das Leis n.º 8.666/93 e n.º 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 01/2017, do Processo Administrativo n.º 01/2017, Termo de Homologação publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, acordam proceder ao Registro de preços para futuras e eventuais contratações de serviços gráficos, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital, e demais condições estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, referente ao lote abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Lote	Item	Descrição do Objeto	Ordem de Classificação	Preço Unitário	Quantidade Máxima Estimada

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir de sua Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, e enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos da norma.

Parágrafo Único. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o CIGA não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

As hipóteses de rescisão e as sanções administrativas estão previstas no Edital de Pregão Presencial n.º 01/2017/CIGA.

§1º A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento for devidamente justificado pela empresa vencedora, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela autoridade competente, que fixará novo prazo para a completa execução das obrigações assumidas.

§2º Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado da fatura ou crédito existente em favor da CONTRATADA. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada pela via administrativa ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA QUARTA – DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

As hipóteses de reajustamento de preços estão previstas no Edital de Pregão Presencial n.º 01/2017/CIGA.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência; e
- quando não restarem fornecedores registrados;

§1.º O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- §2.º A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Terceira, caso não aceitas as razões do pedido.

Por iniciativa do CIGA, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços; e
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

§3.º A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deu origem ao registro de preços.

§4.º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO PRESENCIAL n.º 01/2017 e as propostas das empresas classificadas em ordem crescente respectivamente, no certame supranumerado.

§1º Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes das Leis 10.520/2002 e 8.666/1993 e demais legislações pertinentes.

§2º As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro.

Florianópolis/SC, (dia) de (mês) de (ano).

Signatários:

CONTRATANTE PROMITENTE CONTRATADA

ANEXO IX – MINUTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO

Contratante: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

CNPJ: 09.427.503/0001-12

Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800

Fornecedor:

CNPJ:

Itens solicitados

Lote	Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)

Total do pedido: R\$

Prazo de disponibilização: ____ (_____) dias consecutivos contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento da presente Autorização de Serviço.

Florianópolis, ____ de ____ de ____.

NOME
EMPREGO PÚBLICO DO CIGA

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2017

Objeto: O presente pregão tem como objeto a contratação de empresa do ramo para execução de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e eficientização do sistema de iluminação pública, nos municípios do CIMCATARINA, compreendendo o atendimento a eventos, o fornecimento de materiais e destinação final ambientalmente sustentável dos materiais retirados do sistema de iluminação pública, de acordo com as especificações constantes no termo de referência. Vigência: 12 meses, com previsão de início a partir do dia 01 de fevereiro de 2017 e término no dia 31 de janeiro de 2018, podendo ser prorrogado. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:00 do dia 25/01/2017. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço GLOBAL. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000, Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 11 de janeiro de 2017.

Elói Rønnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS-AMAVI

EDITAL Nº 001/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública e de natureza autárquica interfederativa, da Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto 6.017/07, inscrita no CNPJ sob nº 09069217/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Centro, CEP 89160-015, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, representada pelo seu Presidente Sr. HUBERTO PESSATTI, Prefeito Municipal de Rio do Oeste (SC), torna público e faz saber que, por determinação da Assembleia Geral, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – internet, torna público para conhecimento dos interessados que, com fulcro na Lei 10.520/2002, nas Resoluções CIS-AMAVI nº 021/2009, 040/2014, na Lei nº 8.666/1993 e no Acordo de Cooperação Técnica para Utilização de Sistema Informatizado de Licitações firmado entre o CIS-AMAVI e o PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e demais normas aplicáveis, fará realizar Licitação do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, visando a formalização de Registro de Preços para fornecimento de medicamentos e suplementos alimentares; do acolhimento das propostas: até as 08h00min horas do dia 01 de fevereiro de 2017; da abertura e divulgação de propostas: às 09h00min do dia 01 de fevereiro de 2017; início da sessão/disputa de lances: após a análise das propostas. O Edital, em sua íntegra, poderá ser examinado e retirado, na sede do Consórcio, junto à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - Amavi, sito à Rua XV de Novembro, 737, Bairro Centro, Município de Rio do Sul/SC, ou pelos endereços eletrônicos www.amavi.org.br/cis e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Rio do Sul (SC), 11 de janeiro de 2017.

Humberto Pessatti

Prefeito de Rio do Oeste

Presidente do CIS-AMAVI

CISAM**RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 01/2017**

RESOLUÇÃO Nº 01/2017

“Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica.”

O Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução 20/2015 e considerando a necessidade de adequações orçamentárias face as demandas operacionais do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Meio Oeste, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas, pertencentes ao Projeto/Atividade 2.001 – Operação e Manutenção do Consórcio:

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	FTE	DR	R\$
3.1.90.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas / Obrigações Patronais	0300	00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Material de Consumo/ Serviços de Terceiros	0300	00	20.000,00
	TOTAL			30.000,00

Art. 2º - Fica aberto no orçamento do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Meio Oeste, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas, pertencentes ao Projeto/Atividade 1.001 – Construção e Adequação do Consórcio:

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	FTE	DR	R\$
4.4.90.00.00.00.00.00	Obras e Instalações/ Equipamentos e Material Permanente	0300	00	40.000,00
	TOTAL			40.000,00

Art. 3º - Fica aberto no orçamento do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Meio Oeste, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas, pertencentes ao Projeto/Atividade 2.002 – Operação e Manutenção do Consórcio:

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	FTE	DR	R\$
3.1.90.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas / Obrigações Patronais	0300	00	10.000,00
	TOTAL			10.000,00

Art. 4º - Para dar cobertura ao crédito aberto nos art. 1º, 2º e 3º é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, o Superávit Financeiro apurado no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), conforme quadro a seguir:

I – Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	R\$
Superávit Financeiro	0300	80.000,00
TOTAL		80.000,00

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e orçamentários a partir da data de sua assinatura.

Capinzal/SC, 02 de janeiro de 2017.

Sidnei Penzo

Diretor Administrativo e Financeiro CISAM Meio Oeste

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 02/2017

RESOLUÇÃO Nº 02/2017

“Concede revisão geral anual da remuneração do quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste.”

O Diretor Administrativo e Financeiro do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental CISAM Meio Oeste, no uso das atribuições conferidas pelo art.55, § 2º do Estatuto Social, considerando aprovação em assembleia geral ordinária do dia 31/03/2016, bem como a resolução 20/2016 que estabelece a data base de revisão geral anual.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder revisão geral anual da remuneração dos empregados lotados no quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste em 1,8938% (um vírgula oitenta e nove e trinta e oito por cento), conforme variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período de junho/2016 à dezembro/2016, com base no salário de maio de 2016.

Art. 2º. Atualizar, em decorrência da revisão geral anual, os valores constantes no ANEXO 2, do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste.

Art. 4º. Integram esta Resolução, o Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro; a Declaração da conformidade com o limite fixado no orçamento anual do Consórcio, bem como o ANEXO 2 do Estatuto Social do Consórcio, devidamente alterado.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com aplicação da revisão sobre os vencimentos referentes ao mês de janeiro de 2017.

Publique-se.

CAPINZAL (SC), 11 de janeiro de 2017.

Sidnei Penzo

Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste

Home Page: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

ANEXO ÚNICO (A vigorar a partir de Janeiro/2017)

ANEXO 2 – DOS NÍVEIS E VENCIMENTOS (Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste)

Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)
1	525,36	46	1.026,67	91	2.006,33	136	3.920,80
2	533,24	47	1.042,07	92	2.036,42	137	3.979,61
3	541,24	48	1.057,70	93	2.066,97	138	4.039,30
4	549,36	49	1.073,57	94	2.097,98	139	4.099,89
5	557,60	50	1.089,67	95	2.129,45	140	4.161,39
6	565,96	51	1.106,01	96	2.161,39	141	4.223,81
7	574,45	52	1.122,60	97	2.193,81	142	4.287,17
8	583,07	53	1.139,44	98	2.226,72	143	4.351,48
9	591,82	54	1.156,54	99	2.260,12	144	4.416,75
10	600,69	55	1.173,88	100	2.294,02	145	4.483,00
11	609,70	56	1.191,49	101	2.328,43	146	4.550,24
12	618,85	57	1.209,36	102	2.363,35	147	4.618,50
13	628,13	58	1.227,50	103	2.398,80	148	4.687,78
14	637,55	59	1.245,92	104	2.434,79	149	4.758,09
15	647,12	60	1.264,61	105	2.471,31	150	4.829,46
16	656,82	61	1.283,57	106	2.508,38	151	4.901,90
17	666,68	62	1.302,83	107	2.546,00	152	4.975,43
18	676,68	63	1.322,37	108	2.584,19	153	5.050,07
19	686,83	64	1.342,21	109	2.622,96	154	5.125,82
20	697,13	65	1.362,34	110	2.662,30	155	5.202,70
21	707,59	66	1.382,77	111	2.702,24	156	5.280,74
22	718,20	67	1.403,52	112	2.742,77	157	5.359,95
23	728,97	68	1.424,57	113	2.783,91	158	5.440,35
24	739,91	69	1.445,94	114	2.825,67	159	5.521,96
25	751,01	70	1.467,63	115	2.868,05	160	5.604,79
26	762,27	71	1.489,64	116	2.911,08	161	5.688,86
27	773,71	72	1.511,99	117	2.954,74	162	5.774,19
28	785,31	73	1.534,67	118	2.999,06	163	5.860,81
29	797,09	74	1.557,68	119	3.044,05	164	5.948,72
30	809,05	75	1.581,05	120	3.089,71	165	6.037,95
31	821,18	76	1.604,77	121	3.136,05	166	6.128,52
32	833,50	77	1.628,84	122	3.183,10	167	6.220,45
33	846,00	78	1.653,27	123	3.230,84	168	6.313,75
34	858,69	79	1.678,07	124	3.279,30	169	6.408,46
35	871,57	80	1.703,24	125	3.328,49	170	6.504,59
36	884,65	81	1.728,79	126	3.378,42	171	6.602,16
37	897,92	82	1.754,72	127	3.429,10	172	6.701,19
38	911,39	83	1.781,04	128	3.480,53	173	6.801,71
39	925,06	84	1.807,76	129	3.532,74	174	6.903,73
40	938,93	85	1.834,87	130	3.585,73	175	7.007,29

41	953,02	86	1.862,40	131	3.639,52	176	7.112,40
42	967,31	87	1.890,33	132	3.694,11	177	7.219,08
43	981,82	88	1.918,69	133	3.749,52	178	7.327,37
44	996,55	89	1.947,47	134	3.805,77	179	7.437,28
45	1.011,50	90	1.976,68	135	3.862,85	180	7.548,84

Sidnei Penzo

Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste

Home Page: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

Consórcio CISAMA

TERMO DE POSSE CONSELHEIROS FISCAIS CISAMA 2017

TERMO DE POSSE

Aos 06 dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às 15:30 horas, na sede do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, sito à rua Otacílio Vieira da Costa - 112, com a presença dos Excelentíssimos Prefeitos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 06 de janeiro de 2017, após prestar compromisso legal, tomaram posse para o exercício dos seus cargos os membros do Conselho Fiscal do CISAMA, devidamente eleitos, para o período de 06 de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2017, e que assinam o presente Termo para gerar seus efeitos legais.

Lages, 06 de janeiro de 2017.

CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS

Luiz Carlos Xavier Prefeito de Otacílio Costa Conselheiro Empossado Brasileiro, Casado, CPF 023.513.209-80 RG 3445802	Thiago Costa Prefeito de Rio Rufino Conselheiro Empossado Brasileiro, Casado, CPF 049.157.289-19 RG 4.140.520
---	---

CONSELHEIROS FISCAIS SUPLENTES

José Tadeu Martins de Oliveira Prefeito de Campo Belo do Sul Conselheiro Empossado Brasileiro, Casado, CPF 106.093.349-72 RG 115.484-2	Arno Tadeu Marian Prefeito de São José do Cerrito Conselheiro Empossado Brasileiro, Casado, CPF 392.333.248-34 RG 125378
--	--

TERMO DE POSSE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CISAMA 2017

TERMO DE POSSE

Aos 06 dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às 15:30 horas, na sede do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, sito à rua Otacílio Vieira da Costa - 112, com a presença dos Excelentíssimos Prefeitos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 06 de janeiro de 2017, após prestar compromisso legal, tomou posse para o exercício do cargo de Presidente do CISAMA, o Prefeito Municipal de Capão Alto, Senhor Tito Pereira Freitas, como 1º Vice-Presidente do CISAMA, o Prefeito Municipal de Bocaina do Sul, Senhor Luiz Carlos Schmulder, como 2º Vice-Presidente do CISAMA, o Prefeito Municipal de Lages, Senhor Antônio Ceron, todos devidamente eleitos segundo ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada aos 06 dias do mês de janeiro de 2017 para o período de 06 de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2017, e que assinam o presente Termo para gerar seus efeitos legais.

Lages, 06 de janeiro de 2017.

Tito Pereira Freitas

Prefeito de Capão Alto

Brasileiro, casado, CPF 148.794.689-91

RG 320.534-7

Presidente Empossado

Luiz Carlos Schmuler
Prefeito de Bocaina do Sul
1ª Vice-Presidente Empossado
Brasileiro, Casado, CPF 892.787.399-87
RG 3048291

Antônio Ceron
Prefeito de Lages
2º Vice-Presidente Empossado
Brasileiro, Casado, CPF 021.394.809-53
RG 289.623

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO PRESIDENTE CISAMA 2017

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO

Aos 06 dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às 15:30 horas, na sede do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, sito à rua Otacílio Vieira da Costa - 112, com a presença dos Excelentíssimos Prefeitos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 06 de janeiro de 2017, após prestar compromisso legal, assumiu o cargo de Presidente do CISAMA, o Prefeito Municipal de Capão Alto, Senhor Tito Pereira Freitas, para o período de 06 de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2017. Do que para contar lavrou-se o presente Termo, que vai assinado pelo Presidente transmitente e pelo empossado.

Lages, 06 de janeiro de 2017.

Humberto Luiz Brighenti
Prefeito de São Joaquim
Presidente Transmitente
Brasileiro, solteiro, CPF 207.450.010-68
RG 254449

Tito Pereira Freitas
Prefeito de Capão Alto
Presidente Empossado
Brasileiro, casado, CPF 148.794.689-91
RG 320.534-7